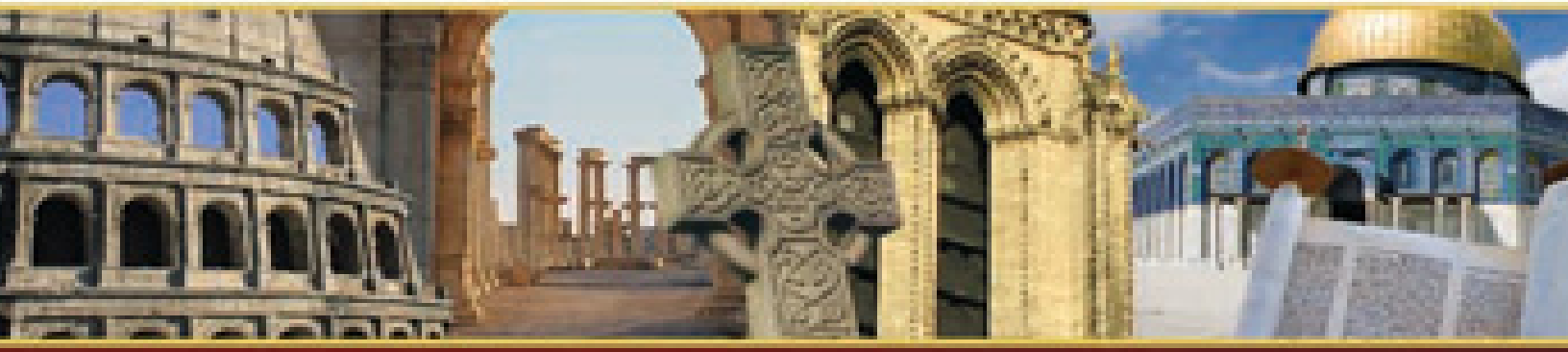
Franklin Ferreira | Alan Myatt



TEOLOGIA SISTEMÁTICA

TEOLOGIA SISTEMÁTICA

Alan Myatt, Ph.D.
Franklin Ferreira, Th.M.



Faculdade Teológica Batista de São Paulo
Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil,
Rio de Janeiro
2002

“O professor G. C. Berkouwer da Universidade Livre de Amsterdã certa vez observou numa aula, ‘Senhores, todos os grandes teólogos começam e terminam a sua obra com uma doxologia!’ A doxologia – os escritos dos grandes mestres exalam o espírito de doxologia. As suas obras vão além da análise e da exposição e chegam até o louvor. Leia as obras do apóstolo Paulo, o primeiro teólogo da igreja. No meio de seu tratado mais rigoroso sobre a eleição, ele interrompe o fluxo de seu pensamento, para exclamar: ‘Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria, como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e quão inescrutáveis os seus caminhos!’ (Rm 11.33). Encontramos o mesmo espírito da doxologia nos gigantes da história da igreja. Não podemos deixar de mencionar Agostinho, Atanásio, Anselmo, Aquino, Lutero, Calvino e Edwards, para falar dos melhores. Nenhum deles é infalível. Podemos encontrar pontos de desacordo entre eles. Todavia há uma

notável e profunda unidade entre eles em relação às doutrinas essenciais da fé".

R. C. Sproul

SUMÁRIO:

1. A INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA TEOLOGIA CRISTÃ
   - A doutrina e a cosmovisão cristã
   - O que é teologia sistemática?
   - A metodologia integrativa
   - R. C. Sproul: "Paradoxo, mistério e contradição"

2. A DOUTRINA DA REVELAÇÃO DE DEUS
   - Revelação geral
   - Revelação especial: a doutrina da Palavra de Deus
   - A inspiração e natureza da Bíblia
   - Apêndice 1: Epistemologia e a inerrância da Bíblia
   - Apêndice 2: Como abordar as dificuldades bíblicas
   - João Calvino: "Os fanáticos, pondo de lado a Santa Escritura, passam por cima da revelação e subvertem todos os princípios da piedade"

3. A DOUTRINA DE DEUS
   - A Bíblia e Deus: os pressupostos básicos
   - A trindade: o Deus pessoal
   - Ricardo de São Vitor: "Tratado sobre a Santíssima Trindade"
   - Os atributos de Deus
   - Deus o Pai
   - O governo de Deus: decreto e providência
   - Criação
   - O problema do mal
   - Anjos e demônios

4. A DOUTRINA DA CRIAÇAO E DA QUEDA
   - O ser humano
   - A imagem de Deus
   - O pecado
   - Atanásio: "A criação e a queda"

5. A DOUTRINA DA PESSOA E OBRA DE CRISTO
   - A pessoa de Cristo na História da Igreja
   - A pessoa de Jesus Cristo
   - Anselmo: *"Cur Deo homo?"*
   - Os ofícios de Cristo
   - Os estados de humilhação e exaltação
   - *Via Gloriae* vs. *Via Crucis*
   - Teorias da expiação

- A expiação substitutiva e penal
- John Owen: “A doutrina da expiação particular”

6. A PESSOA E OBRA DO ESPÍRITO SANTO
- Uma breve história do movimento pentecostal
- A divindade do Espírito Santo
- A obra do Espírito Santo
- A verdadeira obra do Espírito
- A soteriologia cristã
- A ordem da salvação: *ordo salutus*

7. A DOUTRINA DAS ÚLTIMAS COISAS
- A morte e eternidade
- O milênio

1 – Introdução ao estudo da Teologia Cristã

> Rei e Senhor, Deus, que tiveste misericórdia de mim, Rei todo-poderoso e compassivo, todos os teus eleitos precisam de ti, assim como os ramos precisam da videira, como o olho precisa da luz. Sem a videira, os galhos murcham e, quando falta a luz, tudo escurece. Assim te invoco em humildade, ó todo-poderoso, gracioso, glorioso triúno Deus.
>
> *Monge Gottschalk, 805-868*
>
> Dá-me, Senhor, um coração vigilante que não se deixe desviar de ti por nenhum pensamento leviano, um coração reto que não aceite ser seduzido por instintos perversos, um coração livre que não se deixe dominar por nenhum poder maligno. Dá-me, Senhor, sensatez para te conhecer, sabedoria para te achar. Faze com que minha vida inteira seja do teu agrado.
>
> *Tomás de Aquino, 1225-1274*

A doutrina e a cosmovisão cristã

1. Contexto atual

O mundo de hoje é controlado pelo irracionalismo e pelo anti-intelectualismo. Sem um padrão absoluto de conhecimento, o homem aceita o relativismo como se fosse a única coisa razoável. Portanto, ouve-se muito a idéia de que é arrogante dizer que só existe uma religião verdadeira e só um caminho certo para conhecer a Deus. Também, há um relativismo prático, o que é expresso através de hedonismo. Segundo o homem moderno, não há uma lei absoluta e nem um Deus que seja legislador. O pluralismo é o sumo bem. Portanto, no comportamento do indivíduo hoje, vale tudo.

Dentro deste mundo de pluralismo, existem muitas cosmovisões que são usadas para dar sentido ao mundo. Mesmo que ele esteja cativo de uma filosofia irracional, o ser humano, por natureza, sempre está buscando um jeito para explicar, entender e dar ordem ao seu mundo da experiência. Todo mundo tem uma filosofia de vida, uma cosmovisão. Ela pode ser o espiritismo, o Catolicismo, o humanismo ou uma filosofia eclética que seja uma mistura de várias coisas contraditórias. Essa filosofia poderia ser chamada de "uma cosmovisão de *self-service*" porque cada pessoa entra na fila e pega aquilo que acha que lhe serve por hoje. Amanhã pode ser algo diferente.

Há algumas pessoas que pensam mais profundamente e tentam construir uma cosmovisão coerente e que dê respostas às perguntas e problemas da vida. Elas percebem que a filosofia "*self-service*" não basta, mas mesmo assim, até os filósofos profissionais estão ainda chegando à conclusão de que realmente não existe uma posição racional.

Neste contexto, o crente enfrenta o desafio de alcançar o mundo para Cristo. E o evangelho é mais do que um tipo de segurança contra incêndio. É uma vida para ser vivida, e apresenta um Senhor para ser servido. O evangelho exige que as cosmovisões dos descrentes sejam derrotadas e que a cosmovisão da Bíblia seja construída em seu lugar. Cada centímetro da criação pertence a Cristo e isso inclui todos os pensamentos dos homens. Jesus não aceita nada menos do que submissão total.

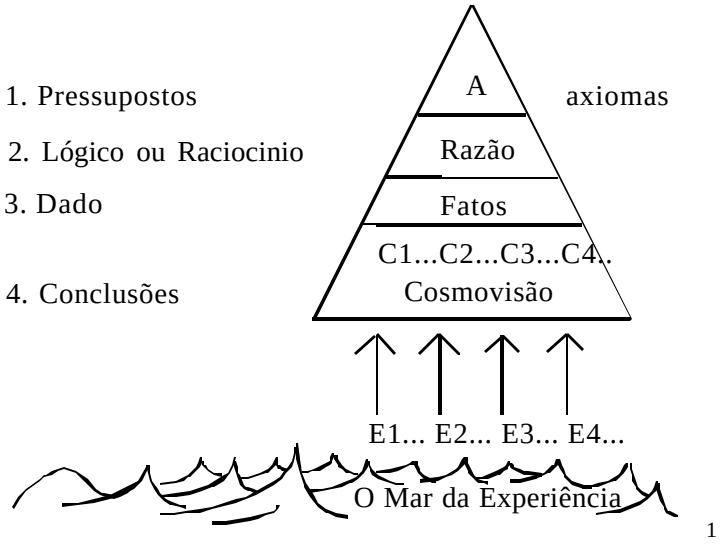
A Teologia Sistemática é uma parte essencial da tarefa de construir uma cosmovisão cristã. A cosmovisão cristã contém mais do que é normalmente considerado na disciplina de

Teologia Sistemática mas, sem uma Teologia Sistemática, não é possível ter uma cosmovisão cristã. A Teologia Sistemática nos ajuda a responder às perguntas de nossa época, às filosofias do mundo, e aos problemas que o ser humano tem sempre enfrentado, de maneira plena, racional e adequada para se viver uma vida autêntica. Vamos começar nosso estudo da Teologia Sistemática, portanto, com uma definição e um esboço do conceito de cosmovisão.

2. O que significa "cosmovisão"?
É uma maneira de ver o mundo! Ela é a interpretação que fazemos da realidade derradeira. É o sistema de pressupostos que usamos para organizar e interpretar nossa experiência da vida. É literalmente nossa visão do cosmos.

Segundo James Sire (*The Universe Next Door*, IVP) "uma cosmovisão é um conjunto de pressuposições (pressupostos que podem ser verdadeiros, verdadeiros em parte, ou totalmente falsos) que nós abraçamos (conscientemente ou não, consistentemente ou não) acerca da composição básica do nosso mundo."

3. Estrutura de uma Cosmovisão



[1]

4. Quatro provas da verdade surgem da estrutura da cosmovisão
4.1. Suficiência dos pressupostos: Qual é o ponto de referência final? Os pressupostos básicos são suficientes para a interpretação do universo? Prova da verdade - A cosmovisão que deixa perguntas maiores sem respostas não pode ser verdadeira.

4.2. Consistência interna: A lei de não-contradição é fundamental. A é igual a A. A não é igual a não A. Prova da verdade - Aquilo que é uma contradição lógica não pode ser

[1] Agradecemos ao Dr. R. K. McGregor Wright por essa desenha que foi sugerida originalmente por Edith Schaeffer, que ao descrever o papel do pressupostos disse "É como toda pirâmide, que fica por baixo de seu próprio ápice".

verdadeira. Uma contradição lógica é a afirmação e a negação de uma declaração (uma proposição) no mesmo sentido e no mesmo tempo.

4.3. Ajusta-se aos fatos?: Consistência com experiência externa. Prova da verdade - Aquilo que não concorda com os fatos interpretados corretamente não pode ser verdadeiro.

4.4. Viabilidade existencial: Quais são as conseqüências práticas? É possível viver sem hipocrisia e construir uma civilização nessa cosmovisão? Prova da verdade - Uma filosofia que não pode ser vivida autenticamente, não pode ser verdadeira.

5. Elementos de uma cosmovisão

5.1. Uma cosmovisão tem quatro partes:

5.1.1. Teoria do conhecimento: epistemologia. Como nós conhecemos o que é verdadeiro? Razão e lógica (racionalismo), ciência e experiência dos sentidos (empirismo), intuição (misticismo), não há conhecimento (ceticismo)? Revelação?

5.1.2. Teoria da existência: ontologia. Qual é a natureza do universo? É espiritual (panteísmo), material (materialismo), ou os dois? Como explicar a unidade e a diversidade do universo? Qual é a natureza de Deus e do homem?

5.1.3. Teoria da valor: O que é que eu devo valorizar? O que é o sumo bem? Isso inclui a teoria de ação; a ética, e a teoria de beleza; a estética. Como as pessoas devem se comportar? Como distinguir entre o bem e o mal?

5.1.4. Teoria do fim ou alvo: teleologia. Qual é o fim da vida e da criação? Por que nós estamos aqui neste universo? O que é a Historia? A historia é cíclica ou vai numa linha em direção a um fim?

5.2. Fica bem claro que quando respondemos a essas perguntas teremos proposições. Uma cosmovisão consiste em várias idéias, proposições (ou seja, doutrinas), que declaram os conceitos chaves do sistema. Para elaborar uma cosmovisão, é preciso falar em doutrina.

6. Funções da Cosmovisão[2]

Juntos, os pressupostos implícitos em uma cultura oferecem às pessoas uma maneira mais ou menos coerente de olhar o mundo. A cosmovisão tem várias funções importantes.

6.1. Primeiro, nossa cosmovisão nos dá *fundamentos cognitivos* sobre os quais construir nossos sistemas de explicação, fornecendo justificativa racional para crença nesses sistemas. Em outras palavras, se aceitarmos nossas hipóteses de cosmovisão, nossas crenças e explicações fazem sentido. Nós tomamos os pressupostos como certos e raramente os examinamos. Uma cosmovisão nos oferece um modelo ou mapa da realidade estruturando nossas percepções da realidade.

6.2. Segundo, nossa cosmovisão nos dá *segurança emocional.* Diante de um mundo perigoso, cheio de forças adversas e incontroláveis crises de seca, doença e morte, e assoladas pelas ansiedades de um futuro incerto, as pessoas se voltam para suas crenças culturais mais profundas em busca de conforto emocional e segurança. Portanto, não é

[2] Paul G. Hibert, *O evangelho e a diversidade das culturas: um guia de antropologia missionária*. São Paulo: Vida Nova, 1999. pp. 48-49.

surpresa que os pressupostos da cosmovisão fiquem mais evidentes em nascimentos, iniciações, casamentos, funerais, celebrações de colheita e outros rituais que as pessoas utilizam para reconhecer e renovar a ordem na vida e na natureza.

Uma emoção forte que enfrentamos é o medo da morte. Outra, é o terror da falta de sentido. Podemos enfrentar a morte como se fossemos mártires se acreditarmos que há um objetivo para isto, mas estes significados devem trazer profunda convicção. Nossa cosmovisão fortalece nossas crenças fundamentais com reforço emocional para que elas não sejam facilmente destruídas.

6.3. Terceiro, nossa visão de mundo *legitima nossas normas culturais mais profundas* utilizadas para avaliar nossas experiências e escolher modos de agir. Ela nos oferece as idéias de justiça e de pecado e como lidar com ele. Também funciona como um mapa para dirigir nosso comportamento. Por exemplo, o mapa de uma cidade não só nos diz o nome das ruas, mas também nos permite escolher o caminho que nos leva de nosso quarto de hotel até um restaurante recomendado. Semelhantemente, nossa cosmovisão nos dá um mapa *da* realidade e também serve como um mapa para *dirigir* nossas vidas. As cosmovisões servem tanto como funções preditivas como prescritivas.

6.4. Quarto, nossa cosmovisão *integra nossa cultura*. Ela organiza nossas idéias, nossos sentimentos e valores em único planejamento geral. Assim, nos dá uma visão mais ou menos unificada da realidade, reforçada por emoções e convicções profundas.

6.5. Finalmente, nossa cosmovisão *monitora a mudança da cultura*. Somos constantemente confrontados com novas idéias, comportamentos e produtos que vêm de dentro de nossa sociedade ou de fora dela. Estes podem introduzir pressuposições que corroem nossa ordem cognitiva. Nossa cosmovisão nos ajuda a selecionar aquelas que se ajustam à nossa cultura e a rejeitar as que não o fazem. Ela também nos ajuda a reinterpretar aqueles pressupostos adotados a fim de que se ajustem ao nosso padrão cultural geral. Por exemplo, os aldeões da América do Sul fervem a água não para matar os germes, mas (como eles dizem) para acabar com os espíritos maus. Portanto, a cosmovisão tende a manter velhos costumes de ser e oferece estabilidade nas culturas durante longos períodos de tempo. Assim, elas resistem à mudança.

Mas as cosmovisões em si mudam, já que nenhuma delas está completamente integrada e sempre há contradições internas. Além disto, quando adotamos novas idéias, estas podem desafiar nossos pressupostos fundamentais. Embora todos nós vivamos com incoerências culturais, quando as contradições internas se tornam muito grandes, procuramos maneiras de reduzir a tensão. Normalmente, mudamos ou abandonamos alguns de nossos pressupostos. O resultado é uma transformação gradual da cosmovisão, da qual talvez nem nós mesmos tenhamos consciência.

No entanto, algumas vezes, nossa cosmovisão não atende mais nossas necessidades básicas. Se uma visão mais adequada não for apresentada podemos rejeitar a velha e adotar a nova. Por exemplo, alguns muçulmanos e hindus podem decidir que o cristianismo responde melhor suas questões do que as suas antigas religiões. Tais mudanças de cosmovisão estão no âmago do que chamamos de conversão.

7. O Que é a Cosmovisão Cristã?
Realmente esta pergunta é o assunto desta matéria. A Teologia Sistemática é uma elaboração da cosmovisão cristã baseada na Bíblia. Nem todos os aspectos da cosmovisão cristã são desenvolvidos nesta disciplina, mas a essência é. Deve ficar claro agora que a doutrina é absolutamente essencial na vida do crente para que ele possa ter uma cosmovisão correta e viver a sua vida de maneira a agradar a Deus. Por que doutrina é importante?

7.1. Doutrina é importante para salvação: João 8:24 "Por isso vos disse que morrereis em vossos pecados; porque, se não crerdes que eu sou, morrereis em vossos pecados". Portanto, a próprio Jesus disse que salvação depende em ter a doutrina correta.

7.2. A condição da igreja evangélica hoje:
7.2.1. O pressuposto de que o crente leigo não está interessado em teologia é bem comum entre os pastores. Dizem que é preciso pregar sermões práticos e pertinentes (como se a teologia da Palavra de Deus não fosse prática ou pertinente) em vez de sermões de teoria. Mas toda prática é a prática de alguma teoria, e se você estiver ignorante da teoria, com certeza a sua prática vai ser errada. No entendimento de Karl Barth, "Não existe ser humano que, de forma consciente, inconsciente ou subconsciente – não tenha o seu Deus ou os seus deuses, como sendo objeto de sua ambição ou de sua confiança mais sublime, como sendo base de seu comprometimento mais profundo. Em decorrência deste fato, qualquer ser humano é teólogo. Não há nem religião, nem filosofia, nem cosmovisão que, seja profunda ou superficial – não se relacione com alguma divindade, interpretada ou circunscrita desta ou daquela forma, e que, portanto, não tenha aspectos de teologia."

7.2.2. A heresia da cabeça contra o coração. Na psicologia moderna há uma distinção entre a cabeça e o coração. Dizem que a fé verdadeira é uma coisa do coração e não apenas a cabeça. Os liberais e até muitos evangélicos acham que a fé é algo irracional, que é o contrário de conhecimento. A fé é vista como ser localizada nas emoções. Mas a Bíblia não tem nada disso. Na Bíblia não existe uma distinção entre a cabeça e o coração. Fé na Bíblia é altamente racional. A fé não é alicerçada nas emoções. Na Bíblia, no sentido metafórico, o coração é a sede da vida espiritual e intelectual do homem, a natureza íntima da pessoa. Anselmo, Arcebispo de Cantuária (1033-1109) orou assim: "Senhor, agradeço-te por me teres criado segundo a tua imagem, para que te conheça e ame. Mas essa imagem se acha de tal modo corrompida por pecados, que não consegue cumprir a tarefa para a qual foi criada, a não ser que tu a renoves e recries através da fé em teu Filho crucificado, Jesus Cristo. Desejo apenas entender uma pequena parcela de tua verdade, que meu coração crê e ama. Pois não procuro compreender para poder crer, antes, creio para poder compreender."

O coração é a sede das emoções, seja de alegria (Dt 28.47) ou de dor (Jr 4.19), da tranqüilidade (Pv 14.30) e da raiva (Dt 19.6), etc. É a sede do entendimento e do conhecimento, das forças e poderes racionais (I Rs 3.12; 4.29), bem como de fantasias e visões (Jr 14.14). Do outro lado, a estultície (Pv 10.20-21) e os maus pensamentos, também operam no coração. A vontade tem sua origem no coração, como também a intenção bem ponderada (I Rs 8.17) e a decisão que está pronta a ser colocada em vigor (Êx 36.2). Significa a pessoa em sua totalidade (Sl 22.26,27; 73.26; 84.2,3). É sede da reverência e da adoração (I Sm 12.24; Jr 32.40). O coração dos fiéis se inclina em fidelidade à lei de Deus (Is 51.7) e o dos ímpios é endurecido e está longe de Deus (Is 29.13). É no coração que se

realiza a conversão a Deus (Sl 51.10, 17; Jl 2.12). O coração representa o ego do homem (I Pe 3.4). O pecado marca, domina e estraga não somente os aspectos físicos do homem natural, não somente seu pensar, desejar, sentir mas também a fonte dos mesmos, a parte mais íntima da existência humana, seu coração. Se porém, o coração ficou escravizado pelo pecado, a totalidade está em escravidão. Os pensamentos maus vêm do coração (Mc 7.21, Mt 15.19), desejos vergonhosos habitam no coração (Rm 1.24), o coração é desobediente e impenitente (Rm 2.5, II Co 3.14-15), duro e infiel (Hb 3.12), embotado e escurecido (Rm 1.21, Ef 4.18). Os gentios não podem se desculpar diante de Deus, porque levam no coração o conhecimento daquilo que é justo e reto aos Seus olhos (Rm 2.15). Somente Deus pode revelar as coisas escondidas do coração do homem (I Co 4.5), examiná-las (Rm 8.27) e testá-las (I Te 2.4). É porque a corrupção brota do coração que Deus começa ali Sua obra de renovação (I Co 2.9, At 16.14, II Co 4.6). Quando o Espírito faz sua moradia no coração, o homem já não é escravo do pecado, mas sim, um filho e herdeiro de Deus (Gl 4.6-7).

Um comportamento modificado começa no coração: se queremos que pessoas venham a conhecer a graça, devemos levá-las a ir além de reduzir o comportamento delas à leis fixas. Isto é uma tentativa de manipular seu comportamento sem mudar o coração. Esta tentativa de mudança moralista não dura, pois é baseada em abordagens emocionais ou superficiais. Então, por exemplo, devemos levá-las a amar o próximo acima de si mesmas, para que elas busquem a graça. Apenas arrependimento e fé em Cristo podem mudar o comportamento, pois nisto o próprio coração é mudado.

7.2.3. Mas uma heresia ligada a isso é a noção de que os problemas da fé são emocionais e devem ser tratados com terapia em vez de instrução e orientação nas doutrinas da Bíblia. Não estamos negando a importância da terapia cristã, mas estamos dizendo que a melhor terapia não basta sem o ensino da doutrina, ou seja, Teologia Sistemática.
7.2.4. O fato é, que todos os crentes já são teólogos. A única pergunta para ser respondida é; Será que eles são teólogos bons ou ruins? Agora parece que a maioria dos crentes são teólogos ruins e a culpa disso fica plenamente nos ombros dos pastores.

7.3. <u>E o que será que Deus pensa desta situação?</u>
7.3.1. A tarefa do pastor é ensinar. Isso quer dizer ensinar a Palavra de Deus verso por verso e também de uma forma sistemática. Segundo Russell Shedd, “a pregação expositiva é importante para mim, porque é nesse tipo de mensagem que Deus me tem falado mais poderosamente. Quando escuto uma mensagem que mostra falta de respeito pelo texto, creio que estou ouvindo dizer que a Bíblia não tem importância. Então, o que vai substituir a Bíblia serão, indubitavelmente, as idéias do pregador. ‘Prega a Palavra’ - foi esta a exortação de Paulo a Timóteo. Eu acho que devemos insistir nisso, se cumpre à igreja se manter nos trilhos da fé histórica e bíblica.”

> I Tm. 3:9: O diácono deve estar “guardando o mistério da fé...” Ele não pode ter um conhecimento superficial.
> II Tm. 2:15: “Procura apresentar-te diante de Deus aprovado, como obreiro que não tem que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade.”
> Tito 1:9: “Retende firme a palavra fiel, que é conforme a doutrina, para que seja poderoso, tanto para exortar na sã doutrina como para convencer os contradizentes.”

Tito 2:1: “Tu, porém, fala o que convém à sã doutrina.”

Não é possível ensinar doutrina a não ser que as doutrinas da Bíblia estejam sistematizadas. Para obedecer ao que Paulo falou, é preciso estudar e ensinar nas igrejas a Teologia Sistemática. Em outras palavras, o pastor que não ensina Teologia Sistemática na sua igreja está desobedecendo ao Senhor. Ele está pecando, e ele vai ter quer falar um dia a Deus por que ele pecou assim.

7.3.2. A doutrina é necessária para crescer espiritualmente.

Rm:12:1-2: Para ser transformados pelo renovação da mente, a mente deve se conformar às doutrinas da Bíblia.

1 Tm. 4:16: O crente pode continuar na fé mediante atenção cuidadosa à doutrina.

7.3.3. Sem doutrina verdadeira, o crente pode ser destruído.

I Tm. 6:3-5: Doutrina falsa promove divisão na igreja.

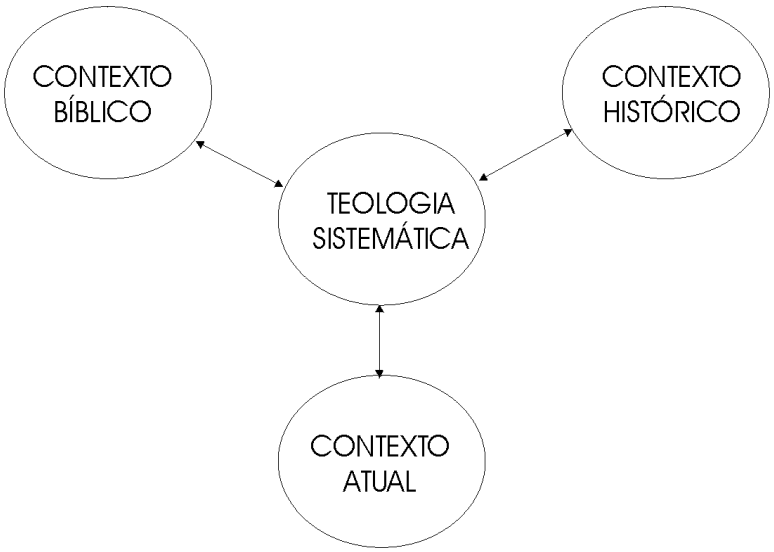
Tito 1:11: Professores de doutrinas falsas podem arruinar vidas.

O que é Teologia Sistemática?

1. Teologia é literalmente o estudo de Deus

No contexto da religião cristã, não é o estudo de Deus como algo abstrato mas é o estudo do Deus pessoal revelado na Bíblia. Necessariamente isso inclui tudo o que é revelado sobre Ele e as suas obras e relações com as criaturas. O estudo da teologia é diferente do estudo da religião. O estudo da religião inclui todas as religiões mundiais e seitas, e usa várias metodologias; sociologia, antropologia, historia, psicologia, etc. A teologia é mais especializada, sendo o estudo das doutrinas ou as coisas que os adeptos de uma determinada religião crêem.

1.1. Existem vários tipos de teologia, cada com a sua própria metodologia. A Teologia Sistemática depende das pesquisas e dos resultados das outras áreas e sua metodologia requer a capacidade de aproveitá-los. Portanto, antes de definir a Teologia Sistemática precisamos olhar as demais áreas da teologia. Estas áreas podem ser definidas em três



contextos:

a) O contexto histórico: Teologia Histórica - estudo das doutrinas através dos séculos. Este é um lugar importante para começar porque em dois mil anos quase todas as possibilidades têm sido examinadas. Pelo estudo da formulação das doutrinas e os teólogos importantes podemos aprender quais são as perguntas importantes a serem abordadas.

b) O contexto bíblico: Teologia Bíblica - A Bíblia é a fonte maior da Teologia Sistemática e é sempre a autoridade final. A Bíblia deve ser estudada para verificarmos qual é a posição verdadeira entre as escolhas que existem. A Bíblia vai ter a resposta certa. As ferramentas de hermenêutica, as línguas originais, etc. devem ser usados para chegarmos às conclusões certas. O teólogo sistemático depende do fruto do trabalho dos especialistas do Antigo e do Novo Testamento.

c) O contexto atual: a) Teologia Filosófica - Nesta área não estamos interessados em construir uma teologia filosófica no sentido dos liberais. Eles tratam a Teologia Sistemática como se fosse somente mais um sistema de metafísica a ser discutido. Para eles, a Teologia Sistemática é uma filosofia do mesmo modo que o existencialismo, o humanismo, etc.

Nosso interesse em teologia filosófica é nas perguntas que a filosofia contemporânea levanta. Queremos responder a essas perguntas, mas sempre com um alvo prático. b) Sociologia, psicologia, antropologia - Estas são ferramentas para ajudar na exegese da sociedade e na identificação das necessidades das pessoas. Queremos formular nossa teologia numa linguagem pertinente aos problemas e às necessidades atuais. O pastor tem que ser consciente da cultura ao seu redor para não ficar respondendo perguntas que ninguém está fazendo e pregando uma mensagem irrelevante. c) Teologia prática - Teologia prática é a aplicação dos resultados da Teologia Sistemática à vida atual. Inclui homilética, aconselhamento pastoral, educação religiosa, e outras disciplinas.

1.2. Existe uma relação lógica entre os três contextos na metodologia da Teologia Sistemática como é tradicionalmente apresentada. A teologia é vista como um edifício construído assim:

Teologia Prática
Teologia Sistemática
Teologia Histórica
Teologia Bíblica

Embora esta seja uma boa maneira de expressar logicamente os resultados do estudo da Teologia Sistemática, entretanto, a Teologia Sistemática é feito num processo de interação constante entre estes três contextos, e não isoladamente:

2. Definição: À luz deste processo, podemos agora definir a Teologia Sistemática. A definição de John Hammett é excelente porque ela expressa os elementos da tarefa da Teologia Sistemática muito bem: "Teologia sistemática é aquela disciplina que tenta dar uma exposição coerente das doutrinas da fé cristã, baseada principalmente nas Escrituras, falando às perguntas e questões da cultura e época em que ela existe, com aplicação à vida pessoal do teólogo e outros."

Há alguns aspectos importantes nesta definição:

2.1. A Teologia Sistemática deve dar uma exposição coerente: A tarefa da Teologia Sistemática é fazer um sistema. A Teologia Sistemática trata das doutrinas da Bíblia através do exame do que a Bíblia inteira diz sobre aquela doutrina e a comunicação de suas conclusões. Também, a Teologia Sistemática mostra como as doutrinas da Bíblia se relacionam logicamente. Então, a partir de dados da Bíblia uma cosmovisão é construída. Esta cosmovisão abrange todas as áreas da vida que são tocadas pela própria Bíblia. Neste sentido, Teologia Sistemática é uma teologia compreensiva.

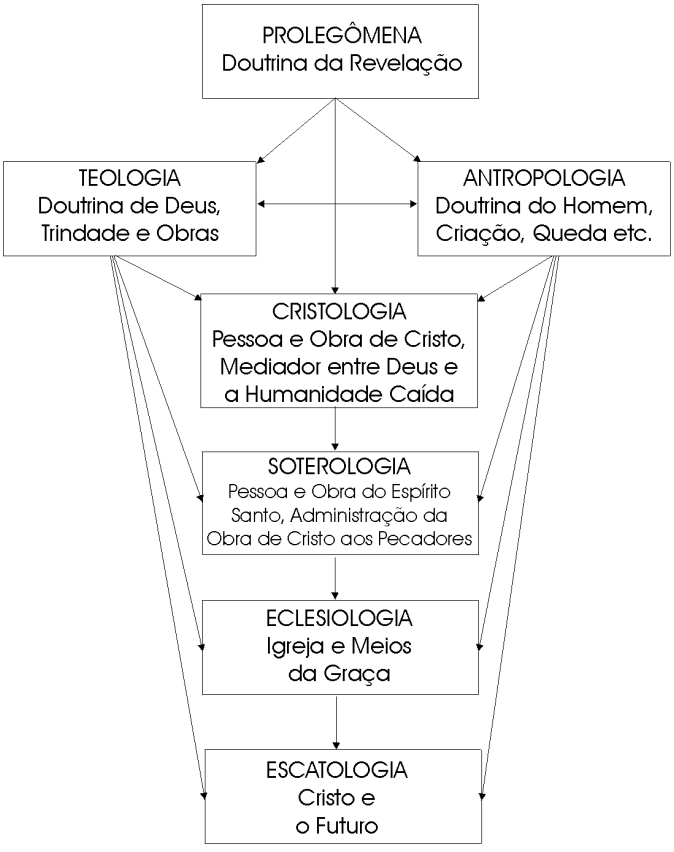
2.2. Baseada nas Escrituras: A Teologia Sistemática tenta ser compreensiva mas não vai além do que está dito na Bíblia. A Teologia Sistemática tenta evitar a especulação, a não ser que o teólogo admita que ele está fazendo especulação. O teólogo precisa evitar a tentação de dar às suas próprias especulações a autoridade da Bíblia.

2.3. A Teologia Sistemática sempre tem um alvo prático: É preciso tratar com questões abstratas e complicadas, mas o teólogo deve sempre mostrar a diferença que as suas conclusões fazem na vida cotidiana. Uma vez alguém perguntou a Francis Schaefer o que ele faria se, de repente, surgisse evidência conclusiva que a fé cristã é falsa. Ele respondeu que ele ainda seria teólogo, porque é o melhor jogo que há. Muitas pessoas tratam a teologia como esta fosse um jogo, mas essa atitude é uma perversão do propósito de teologia. Teologia não é jogo. Ela existe para que possamos melhor conhecer, obedecer, e amor a Deus. Aquele que acha que pode ser um teólogo teórico, fazendo um "teologia pura" se engana. Quem não faz a teologia com as necessidades do povo nos bancos da igreja em mente não é teólogo de verdade. É um fato que quase todos os teólogos de maior influência através dos séculos eram pastores também.

A Metodologia Integrativa

Os teólogos têm organizado os dados da revelação de várias maneiras. Alguns (Friedrich Schleiermacher, Paul Tillich) começaram com o homem e sua situação existencial e assim construíram uma "teologia começando de baixo". Outros (a maioria dos ortodoxos e alguns neo-ortodoxos) postulam Deus como o ponto de partida e assim constroem uma "teologia de cima". Essa última abordagem é preferida, mesmo que seja somente pelo fato que, segundo Dietrich Bonhoeffer, "o homem somente sabe quem ele é à luz de Deus". Mais especificamente, teólogos tais como Thomas de Aquino e João Calvino organizaram a teologia de acordo com o padrão trinitariano, seguindo o *Credo dos Apóstolos*. Outros, tais como Karl Barth, seguem um modelo cristológico e procuram relacionar os dados com a revelação que Deus fez de Si mesmo na Palavra. É mais difícil, nesses dois esquemas, tratar à altura a totalidade da matéria que perfaz a teologia, embora o primeiro deles seja preferível ao segundo. Deve-se dar preferência à *ordem lógica* esposada por John Dagg, Louis Berkhof, Millard Erickson, Bruce Milne e outros, *que organizam os dados* a partir de Deus e Sua revelação, seguindo pelo homem e a queda, e depois, pela obra redentora de Deus em Cristo, a obra do Espírito - que é a sociedade dos remidos, e finalmente a consumação e o estado eterno.

A relação dos vários tópicos da Teologia Sistemática:



Dr. Gordon Lewis e Dr. Bruce Demarest, do Seminário Teológico Batista Conservador de Denver, desenvolveram a metodologia integrativa para fazer teologia sistemática. Essa metodologia tenta integrar as várias disciplinas relevantes para estudar e formular as doutrinas da fé cristã coerentemente. Através de seis etapas, o método da teologia integrativa trabalha com as doutrinas para chegar a conclusões racionais e práticas.

Os pressupostos da teologia integrativa estão fundamentados numa epistemologia do verificacionalismo. As doutrinas não são formuladas a partir de pressupostos não-bíblicos, mas por um processo de análise de várias opções à luz da consistência lógica, o apoio dos fatos empíricos, e a viabilidade existencial de cada conclusão. Eu adicionaria o critério de ser suficiente para abranger as outras questões pertinentes. Além disso, tudo depende do pressuposto da revelação verbal e plena de Deus na Bíblia, que é a fonte e o referencial final para determinar a nossa teologia.

As seis etapas são as seguintes:

a) Definição do problema. Define-se um problema ou uma questão a ser estudada. As doutrinas são derivadas das perguntas últimas (qual é a natureza de Deus, da vida além da morte, a salvação, etc.) em relação aos problemas e perguntas práticas da vida e da cultura contemporânea (como é que posso conhecer a Deus? espiritismo? catolicismo?, será que Deus pode me curar das minhas doenças?, posso ter segurança da minha salvação?, etc.).

b) Estudo Histórico. Através do estudo da teologia histórica, a teologia integrativa coloca à disposição do aluno as várias opções anteriormente desenvolvidas. Estas doutrinas dão ao aluno uma oportunidade de interagir com opiniões diferentes da sua própria tradição. O alvo não é apenas examinar e refutar conclusões diferentes da sua tradição, mas fazer com que o aluno reexamine cada opção à luz das Escrituras para realmente ver qual é a melhor. Cada posição histórica deve ser levada a sério e provada pela Bíblia.

c) Estudo Bíblico. A prova das várias opções é feita segunda um estudo do dado bíblico. Todas as ferramentas da teologia bíblica devem ser empregadas para que as conclusões estejam fundamentadas na exegese dos textos bíblicos relevantes. Isso inclui o estudo do texto na língua original, no seu contexto cultural, histórico e bíblico.

d) Formulação Sistemática. Depois de examinar o dado bíblico, a teologia integrativa faz uma formulação sistemática, para expor e esclarecer a doutrina. Os vários aspectos da doutrina, derivados do ensino bíblico, estão relacionados uns com os outros de maneira coerente e consistente. As conclusões lógicas das doutrinas estão deduzidas nesta etapa também.

e) Interação apologética. Depois de formular a doutrina, a teologia integrativa quer defender a sua conclusão contra outras posições. Esta defesa deve levar em consideração as idéias contraditórias que vêm da teologia, filosofia, ciência, as seitas heréticas, etc. A interação apologética mostra a superioridade da doutrina formulada sobre as outras doutrinas contemporâneas e definidas no estudo histórico. O pastor, com certeza, vai querer considerar as idéias de mais influência na cultura que o povo da sua congregação enfrentará.

f) Aplicação Prática na Vida e no Ministério. O alvo da teologia integrativa é tocar a vida do povo, trazendo-o para um relacionamento mais profundo com Deus e respondendo às questões e preocupações levantadas no início do estudo.

PARADOXO, MISTÉRIO E CONTRADIÇÃO

R. C. Sproul

Verdades essenciais da fé cristã; doutrinas básicas em linguagem simples e prática. v. 1
(São Paulo: Cultura Cristã, 1999), pp. 13-15.

A influência de vários movimentos em nossa cultura, tais como a Nova Era, as religiões orientais e a filosofia irracional tem provocado uma crise no entendimento. Uma nova forma de misticismo tem surgido, a qual exalta o absurdo como a marca registrada da verdade religiosa. Lembremo-nos da máxima do Zen Budismo, de que "Deus é uma mão batendo palmas" como uma ilustração desse padrão.

Dizer que Deus é uma mão batendo palmas tem uma ressonância profunda. Tal afirmação confunde a mente consciente, pois é um golpe nos padrões normais de pensamento. Soa "profundo" e intrigante, até analisarmos cuidadosamente e descobrirmos que na raiz é simplesmente destituída de sentido.

A irracionalidade é um tipo de caos mental. Fundamenta-se na confusão que se opões ao Autor de toda a verdade, o qual não é de forma alguma autor de confusão.

O Cristianismo bíblico é vulnerável a tais correntes de irracionalidade exaltada, porque irracionalidade admite candidamente que existem muitos paradoxos e mistérios na própria Bíblia. Existem linhas que separam o paradoxo, o mistério e a contradição; embora sejam tênues, essas linhas divisórias são cruciais e é importante que aprendamos a distingui-las.

Quando tentamos perscrutar as profundezas de Deus, somos facilmente confundidos. Nenhum mortal pode compreender a Deus exaustivamente. A Bíblia revela coisas sobre Deus que sabemos serem verdadeiras, a despeito da nossa incapacidade de entendê-las totalmente. Não temos um ponto de referência humano para entender, por exemplo, um ser que é três em termos de pessoa, mas um só em essência (a Trindade), ou um ser que é uma pessoa com duas naturezas distintas, humana e divina (a pessoa de Cristo). Essas verdades, tão certas, como são, são "elevadas" demais para podermos compreendê-las.

Encontramos problemas similares no mundo natural. Sabemos que a força da gravidade existe, mas não a entendemos e nem tentamos defini-la como irracional ou contraditória. A maioria das pessoas concorda que o movimento é uma parte integrante da realidade, embora a essência do movimento em si tenha deixado filósofos e cientistas perplexos por milênios. Isso, porém, não justifica um salto no absurdo. A irracionalidade é fatal tanto para a religião como para a ciência. De fato, ela é mortal para qualquer verdade.

O filósofo cristão Gordon H. Clark certa vez definiu um paradoxo como "uma cãibra entre as orelhas". Seu comentário espirituoso destina-se a destacar que aquilo que às vezes é chamado de *paradoxo* freqüentemente nada mais é do que preguiça mental. Clark, entretanto, reconhecia claramente o papel legítimo e a função do paradoxo. A palavra *paradoxo* vem de uma raiz grega que significa "parecer ou aparentar". Paradoxos são difíceis de entender porque à primeira vista "parecem" contradições, mas quando são sujeitos a um exame minucioso, freqüentemente pode-se encontrar as soluções. Por exemplo, Jesus disse: "Quem perde a vida por minha causa achá-la-á" (Mt. 10.39). Aparentemente, isso soa semelhante à declaração de que "Deus é uma mão batendo palmas". Soa como uma contradição. O que Jesus queria dizer, contudo, é que se alguém perde sua vida *em um sentido*, irá encontrá-la *em outro sentido*. Já que a perda e a salvação têm sentidos diferentes, não há contradição. Eu sou pai e filho ao mesmo tempo, mas obviamente não há contradição. Eu sou pai e filho ao mesmo tempo, mas obviamente não no mesmo relacionamento com a mesma pessoa.

O termo paradoxo é freqüentemente mal-interpretado como sendo sinônimo de contradição; agora, inclusive, aparece em alguns dicionários como um significado secundário desse termo. Uma contradição é uma

afirmação que viola a lei clássica da não contradição. A Lei da não-contradição declara que *A não pode ser A e não-A ao mesmo tempo e no mesmo contexto*. Quer dizer, algo não pode ser o que é e não ser o que é ao mesmo tempo e no mesmo contexto. Essa é a mais fundamental de todas as leis da lógica.

Ninguém pode entender uma contradição, porque uma contradição é *inerentemente incompreensível*. Nem mesmo Deus pode entender contradições; entretanto, certamente ele pode reconhecê-las pelo que são – falsidades. A palavra *contradição* vem do latim "falar contra". Às vezes é chamada uma *antinomia*, que significa "contra a lei". Para Deus, falar em contradições seria ser intelectualmente anormal, falar com uma língua bipartida. Até mesmo insinuar que o Autor da verdade poderia cair em contradição seria um grande insulto e uma blasfêmia irresponsável. A contradição é a arma do mentiroso – o pai da mentira, que despreza a verdade.

Existe uma relação entre mistério e contradição, que facilmente nos leva a confundir ambos. Não entendemos mistérios. Não podemos entender contradições. O ponto de contato entre ambos os conceitos é seu caráter ininteligível. Os mistérios podem não ser claros para nós agora simplesmente porque nos falta a informação ou a perspectiva para entendê-los. A Bíblia promete que no céu teremos mais luz sobre os mistérios que agora não podemos entender. Mais luz pode resolver os atuais mistérios. Não existe, entretanto, luz suficiente nem no céu nem na Terra para resolver uma óbvia contradição.

2 – A DOUTRINA DA REVELAÇÃO DE DEUS

Misericordioso Deus, Pai celeste, já que tua Palavra é uma vela e uma lâmpada, que está aí para iluminar o nosso caminho, pedimos-te que por Cristo, a verdadeira luz, queiras abrir e iluminar a nossa mente, assim que possamos compreender a tua Palavra em sua clareza e pureza.

Ulrich Zwinglio, 1484-1530

Eterno Deus, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, concede-nos tua graça para que pesquisemos diligentemente as Sagradas Escrituras, que nelas busquemos e achemos a Jesus Cristo e que por ele tenhamos a vida eterna.

Martinho Lutero, 1483-1546

Revelação Geral

1. Uma pergunta epistemológica

Se Deus existe, como será que é possível conhecê-lo? Existem duas possibilidades: 1) O ser humano pode começar a partir da sua própria mente e do mundo ao seu redor e alcançar o conhecimento de Deus. Deus é conhecido através da natureza. É a chamada revelação geral ou universal porque é disponível a todos os povos; 2) O ser humano pode conhecer plenamente a Deus somente através de uma revelação sobrenatural. Essa é chamada revelação especial porque vem através de eventos, pessoas, e livros que Deus usou para comunicar-se com povos específicos; 3) Existe a possibilidade também de que ambos os métodos de revelação sejam caminhos para conhecer a Deus.

Atrás da questão da revelação de Deus está a questão mais abrangente acerca do alicerce de qualquer conhecimento. Como é que o conhecimento é possível? A história de filosofia desde o século 18 mostra uma jornada na direção de irracionalismo, até o ceticismo do pós-modernismo atual. Filosofias irracionalistas, tais como o existencialismo e o misticismo oriental são populares hoje, pois a comunidade intelectual abandonou a possibilidade de alcançar uma base segura no qual o edifício de conhecimento pode ser construído. Mesmo os que colocam sua fé na ciência não ousam de ir além de declarações de um conhecimento relativo e limitado que lhe falta certeza. Neste clima intelectual, qual palavra o teólogo pode oferecer? Se conhecimento em si é sempre relativo, é claro que Deus não pode ser conhecido também. É exatamente essa a asseveração principal dos ateus. Eles imaginam que estão livres de qualquer responsabilidade de responder a Deus, porque desde que não existe certeza de conhecimento sobre nada, não existe certeza sobre Deus também, e a pessoa não pode prestar contas por algo que não é nitidamente verdadeiro. Mas será que é bem assim? Estas são as dúvidas que a doutrina da revelação de Deus busca responder.

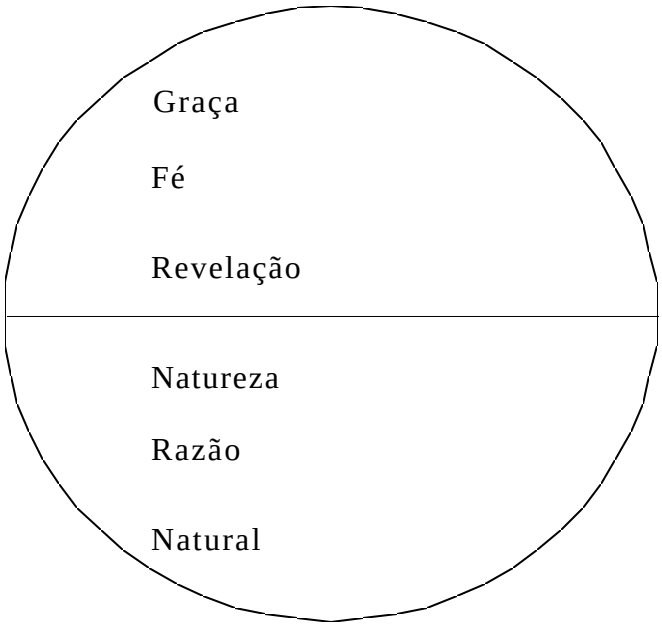
2. O que é a Revelação geral?

Na teologia cristã, a revelação geral inclui o que é revelado sobre Deus através da natureza, da historia, e da lei moral no coração humano. Entre os teólogos cristãos existem perspectivas divergentes sobre a extensão e a natureza da revelação geral.

2.1. Os Pais da Igreja: Os apologistas foram os primeiros a tentar esboçar uma explicação intelectualmente satisfatória para a doutrina da revelação. Em seus aspectos essenciais, a solução que propunham era que Cristo seria o pensamento ou a mente do Pai, e que, como

manifesto na criação e na revelação, Ele seria a extrapolação ou expressão deste intelecto. Eles recorriam à figura do *Logos* ou Palavra, que era conhecida pelo judaísmo posterior e também pelo estoicismo, tendo-se tornado popular com Filo de Alexandria. No Evangelho de João (1.1-4), afirma-se que no princípio a Palavra estava com Deus e que se tornou carne em Cristo. Justino aproximava-se mais do pensamento de Filo, em que o *Logos* era um poder intermediário entre o Deus transcendente e a criação, e que era uma operação de Deus. Para Justino, o *Logos* era o agente de Deus na criação e o meio pelo qual a mente apreende Deus. A Razão, ou *Logos Spermátikos*, unia os homens a Deus, e dava-lhes conhecimento dEle. Antes da vinda de Cristo, os homens tinham facetas fragmentadas da verdade, sementes do *Logos*, seguindo-se que tais pagãos eram, em certo sentido, cristãos antes do cristianismo. Então, a verdade encontrada em filósofos como Homero, Sócrates e Platão, derivava da revelação do *Logos* (supunha-se que alguns sábios da Grécia tinham visitado o Egito, mantendo contato com os escritos dos profetas de Israel).

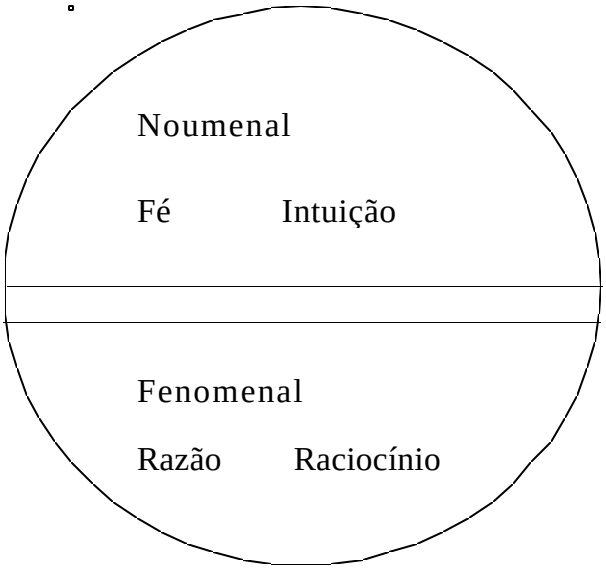
2.2. Catolicismo tradicional: Tomás de Aquino formulou as doutrinas da natureza e graça (que seriam duas realidades), de dois conhecimentos (o natural e o revelado), e dois métodos para conhecer e saber (a razão e a fé).



No nível inferior o ser humano pode obter um conhecimento básico de Deus através do estudo da natureza e dos argumentos filosóficos. Tomás de Aquino usou o método indutivo e racional para deduzir que o Deus infinito e poderoso existe. Ele tentou construir uma teologia natural (sem a Bíblia) através de cinco argumentos: ontológico (o ser perfeito deve existir), cosmológico (baseado na causalidade), teleológico (o universo é parecido com um relógio, ou seja, a presença de desenho implica que o universo foi feito por uma inteligência), e moral. Tomás de Aquino acreditava na racionalidade da mente humana e que a mente não foi prejudicada na queda. Ele também aceitou uma analogia do ser entre Deus e o homem. Por isso ele acreditava que coisas básicas sobre Deus podem ser descobertas por quem O buscar. Aquino ensinava que somente através da Bíblia e da

tradição cristã interpretada pela Igreja Católica o nível da graça podia ser conhecido. Isso inclui as coisas necessárias para ser salvo. Para ser salva uma pessoa teria que se submeter à autoridade da Igreja Católica.

2.2. Kant: Depois do ataque de David Hume contra os argumentos tradicionais de Tomás de Aquino (que terminou em ceticismo), Immanuel Kant tentou resgatar o conhecimento e a existência de Deus e aumentou ainda mais a divisão entre a fé e a razão. Ele colocou todo o conhecimento de Deus no nível superior que ele chamou o mundo noumenal (da coisa-em-si). O conhecimento do universo físico ele pôs no nível inferior chamado fenomênico.



Depois de Kant, portanto, a fé foi vista não somente como algo diferente da razão e da racionalidade, mas também como contrária. Nada pode ser conhecido de Deus através do raciocínio porque Deus existe no noumenal, que não pode ser conhecido pela lógica ou pelo método empírico.

2.3. Naturalismo
2.3.1. Racionalismo (filósofos humanistas e teólogos liberais): A partir do pressuposto de que não existe um Deus transcendente, os liberais disseram que a única maneira de conhecer a Deus é mediante o estudo da natureza e do próprio ser humano. As observações da ciência corrigem as opiniões e as superstições da Bíblia e das religiões primitivas. Portanto, a teologia deve ser construída a partir de dados da sociologia, psicologia e outras disciplinas em conjunto com a razão humana. Aquilo que não convêm à razão não pode ser aceito por um homem racional.
2.3.2. Irracionalismo: No século XVIII o teólogo Friedrich Schleiermacher asseverou que a essência da fé cristã é o sentido de dependência absoluta do divino. Assim, ele pôs tanta ênfase na experiência que ficou negando a importância do conhecimento do conteúdo racional. Os teólogos liberais continuaram durante o século XIX a desenvolver esta idéia. Eles colocaram o aspecto religioso do ser humano inteiramente no mundo noumenal e dizem que Deus pode ser conhecido através do misticismo. O que não pode ser conhecido

racionalmente pode ser representado mediante símbolos religiosos. Todas as religiões são tentativas de entender e expressar este mistério que é, no fim, inefável. Toda teologia é a construção de mundos simbólicos para enfrentar esta realidade. Desde que Deus existe escondido no noumenal, todas as religiões são sistemas de símbolos igualmente válidos para "conhecer" este Deus. O conhecimento de Deus é uma experiência mística, irracional e inexprimível.

2.3.3. Os dois liberalismos pressupõem que Deus é totalmente imanente no mundo. Eles têm uma tendência na direção do panteísmo. Eles apóiam a teologia natural como o único método para se conhecer a Deus. Eles reduzem a Bíblia a um livro natural e falível, escrito por homens sobre suas experiências com o *misterium tremendum*. Segundo os liberais, desde que todas as religiões são iguais, todos serão salvos.

2.4. Neo-ortodoxia: Karl Barth negou totalmente a possibilidade de uma teologia natural mas, além disso, ele negou que Deus seja revelado na natureza (e.g., *Nein!*). Para Barth, não existe revelação geral. Só existe a revelação de Deus na Palavra, Jesus Cristo. Mas Barth também aceitou a posição de Kant de que existe uma divisão entre o mundo noumenal e o mundo do fenômeno. Barth, portanto, foi apenas uma variação da mesma música liberal. Só que Barth disse que Deus é totalmente transcendente, permanecendo escondido no noumenal. Deus, para Barth, é totalmente "outro". Deus só pode ser conhecido quando Ele encontra o homem ou se revela a ele, mas esta revelação não acontece através da racionalidade ou dos eventos históricos. Para Barth, não existe *analogia entis* (analogia que parte do ser das coisas, postulada por Emil Brunner), mas somente a *analogia fidei* (a analogia que tem a revelação como ponto de partida) que é compreendida a partir da revelação da graça de Cristo. Encontramos, assim, uma redução cristológica aplicada à antropologia. Cristo seria então o sujeito e o objeto da *imago Dei*, o seu brilho e reflexo. Segundo Euler Westphall, "há algumas semelhanças entre alguns postulados teológicos de Barth com as posições marcionitas. Para Marcião, Deus é aquele ser que não tem analogia no mundo, como também não poderia haver revelação de Deus na natureza. Entre outras questões, haveria semelhanças no que diz respeito à analogia exclusiva da graça e de Cristo, o monismo cristológico". Podemos concluir que Jesus Cristo não é a única revelação de Deus, mas ele é a única revelação de Deus para a salvação.

A critica de Barth é procedente à medida em que as culturas e religiões são idealizadas, como se tivessem em si mesmas elementos de salvação. As culturas e religiões estão debaixo da marca do pecado, e elas são em si pródigas em criar opressões e maldades. O pecado como tragédia e responsabilidade humana também se mostra no âmbito das culturas, pois o pecado é um poder pessoal e as culturas também estão cativas sob o pecado como sujeito da maldade. Devemos tomar o cuidado de não colocar a revelação de Deus no mesmo nível da história, das religiões e das culturas, como o fez a ideologia do Nacional-Socialismo, contra a qual Barth se insurgiu com tanta paixão. A identificação pura e simples da história ou religião com a revelação cria patologias irreversíveis no seio da Igreja de Cristo.

2.5. Catolicismo pós-Vaticano II: Durante o Vaticano II o liberalismo conseguiu mudar centenas de anos do ensino da Igreja Católica. Os teólogos Católicos aceitaram a teologia liberal fundamentada em Kant e refizeram a teologia da Igreja. Enquanto eles ainda dizem que o Cristianismo é a mais perfeita revelação de Jesus e que a Igreja Católica é a mais

perfeita expressão do Cristianismo, os documentos do Vaticano II admitem que os adeptos sinceros de outras confissões podem ser salvos através de Cristo. Isso também inclui até os ateus. Eles são cristãos anônimos. O papel da Igreja é reunir todos os povos. A revelação geral, na teologia do Vaticano II, é suficiente para salvar as demais pessoas que não são católicas. Um outro desenvolvimento desta teologia é a teologia da libertação. Mediante uma análise marxista, os teólogos da libertação dizem que Deus é conhecido no meio da luta dos oprimidos contra as elites, os poderosos e as estruturas injustas da sociedade capitalista. O conhecimento de Deus não é algo isolado do mundo real, seja o racionalismo do teólogo na faculdade, seja o místico no mosteiro. O conhecimento de Deus não pode ser separado da *práxis*. Deus é revelado na luta dos pobres. Nesta luta podemos entender o coração de Deus, que ama os pobres. O plano de Deus é construir um mundo justo, ou seja, o reino de Deus, que é interpretado como uma sociedade socialista.

2.6. Evangélicos: Mediante uma iluminação que atinge todos as homens, cada pessoa percebe claramente a existência, o poder e a justiça de Deus. Entretanto, nenhuma delas louva e serve a Deus por causa do pecado que reina no coração humano. Aliás, todo mundo sabe que Deus existe e reconhece que Ele é Criador, o Rei soberano, perfeito, infinito e o juiz do mundo. Existe "terreno comum" entre o descrente e o crente, porque todos têm em comum este conhecimento de Deus. Este conhecimento pode ser usado como a base para evangelizar o não-crente e para a apologética. Esta revelação não é suficiente para salvar porque não revela o evangelho. Mas é suficiente para condenar justamente todos os homens.

Alguns reformados dizem que existe a revelação geral, mas o descrente não consegue aprender sobre Deus através dela porque o ser humano reprime e rejeita esta revelação. Por causa do pecado, o ser humano sempre faz uma interpretação errada da revelação geral. A revelação é clara, mas os olhos dos homens são cegos. Eles detestam a Deus e tentam evitar enfrentar e submeter-se a Ele. Eles interpretam o mundo natural pressupondo que o Deus da Bíblia não existe, e por isso a interpretação é sempre errada. Não existe terreno comum entre o crente e o não-crente na epistemologia, segundo os teólogos reformados. O não-crente tem um real conhecimento de Deus, mas rejeita e reprime este conhecimento e acaba sem qualquer conhecimento de Deus.

3. As Escrituras

3.1. Deus se revela na natureza, no homem, e na história?

> Salmo 19:1-6 Os céus proclamam (מספרים) a glória de Deus. A palavra "proclamam" מְסַפְּרִים no Piel) quer dizer falar ou contar. O salmista usou um particípio que dá o sentido de uma ação contínua. A palavra "anunciar" (מַגִּיד) significa declarar ou mostrar. O verbo יַבִּיעַ tem a idéia de uma fonte que está borbulhando e fazendo sair muita coisa espontaneamente. O verso 3 diz que não há fala ou palavra que não são ouvidas. Calvino comentou que os céus têm uma língua comum que é entendida por todos os homens, para ensinar sobre a glória de Deus. O texto diz, portanto, que a natureza dá uma revelação da glória de Deus e que esta revelação é percebida.

Romanos 1:19-20 A revelação sobre os atributos de Deus vem através das coisas criadas. A palavra "manifestou" (f a n e r o w) é usada para descrever como Jesus manifestou claramente as obras de Deus. Ela quer dizer uma revelação clara.

Romanos 2:14-15 O fato de que os homens que não têm a Lei de Moisés mas vivem como se a tivessem mostra que a lei e Deus são revelados na natureza e no coração do ser humano. A palavra k a r d i a significa o local dos pensamentos e não um sentido subjetivo das emoções. Deus escreveu (g r a f e w - a palavra também relacionada ao processo da revelação através da Bíblia) na mente do ser humano as proposições da lei que revelam a ordem moral do universo, assim indicando que o Deus Criador existe.

Atos 17:26-27 A declaração de Paulo de que Deus ordenou os tempos e os lugares das raças que Ele criou mostra a soberania de Deus acerca da história. O v. 27 apóia a idéia de que Deus se revelou através da história para que os povos possam conhecê-lo.

3.2. Quais características de Deus podem ser conhecidas mediante a revelação geral? Sl. 8: A glória de Deus; Sl. 29:4: O poder e majestade; Sl. 93:1, 4: A soberania e poder; Sl. 104: 24: A sabedoria; Atos 14:17: O amor; Atos 17: 26: A soberania; Romanos 1:20: A eternidade, o poder e a divindade; Rm. 1:22: O decreto de Deus, a justiça (Ele vai punir o pecado); Rm. 1:14: A justiça através da lei moral

3.3. Quem percebe a revelação de Deus na natureza? Todos os homens ou somente os crentes?

Sl. 19:2-4 – A princípio, o verso 3 parece dizer que as palavras da revelação não são ouvidas. Não obstante, uma interpretação consistente com o contexto indica que da mesma maneira que as palavras existem para serem ouvidas, a fala dos céus sobre Deus é, com certeza, ouvida. A implicação é que todas as pessoas percebem a revelação universal.

Rm. 1:18-32: Em Romanos 1 Paulo diz duas coisas pertinentes a esta pergunta. Em primeiro lugar, ele diz que a revelação de Deus não é algo escondido, mas que ela é óbvia e clara. Algo que é claro pode ser percebido e entendido. Mas Paulo também disse que a capacidade do ser humano para entender é prejudicada radicalmente por causa do pecado. No verso 21 ele usou a palavra m a t a i o w (desvaneceram) que quer dizer ficar sem valor, em vão, inútil. Esta palavra descreve o raciocínio dos descrentes. Além disso, ele diz que os seus corações ficaram escuros (e s k o t s q h) e insensatos (a s u n t o j) que implica falta de entendimento. Ele está dizendo que os resultados do pensamento humano que nega a Deus são a incapacidade de entender a verdade. Todo sistema fundamentado na negação de Deus termina em destruição de todo conhecimento. Deus os entregou aos frutos do seu pecado.

2 Ts. 2:11-12: O resultado final do processo é revelado nestes versículos escatológicos. Em vez de se aproximar da verdade, o ser humano que rejeita a Deus fica confiando numa mentira. A palavra p l a n h significa um desvio e confusão. Os gregos usavam a palavra para descrever erro e a falta de disciplina. A mentira, neste sentido, é o resultado de não se seguir àquilo que é visto e, logo, sair do caminho certo para o caminho errado. Eles percebem a verdade, mas por causa do pecado, não conseguiram entendê-la.

3.4. Quais são os resultados da revelação universal?

Rm 3:10-11: A revelação geral não leva o ser humano a receber a Deus. Paulo mostra que ninguém, seja judeu ou gentio, está buscando a Deus sinceramente. O caminho natural do ser humano é o caminho de rebelião.

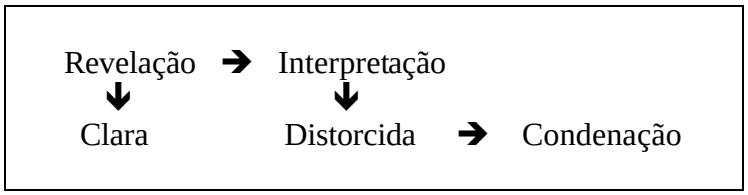
Rm. 1:20, 24, 28: A palavra-chave neste verso é paradidwmi (entregar). Paulo está dizendo que Deus deixou os pecadores sofrerem as conseqüências dos seus pecados – uma vida depravada. Desde que Deus é revelado claramente, o pecador merece ser punido. O pecador não tem desculpa.

Rm. 1:18; 3:23: Os resultados são a ira de Deus e a morte. A revelação geral é suficiente para o ser humano conhecer que ele deve servir a Deus. Mas ele não serve a Deus. Por isso, ele é condenado.

4. Doutrina

A Bíblia afirma que Deus é revelado mediante a natureza (Sl 19:1-6; Rm 1:18ss), a lei moral no coração do homem (Rm 2:14-15) e na história (Atos 17:26-27). Na natureza, os atributos invisíveis, a eternidade, a divindade, o poder, a sabedoria e a glória de Deus são revelados (Sl. 29:4; Sl. 93:1, 4; Sl. 104: 24; Rm. 1:20). Na história, o amor, a soberania e a justiça de Deus são revelados (Atos 14:17; Atos 17:26; Rm. 1:22). No coração humano, a lei de Deus e o caráter justo de Deus são também revelados. A revelação de Deus na natureza atinge todos os povos em todo lugar (Sl. 19:3; Rm.1:18-32) mas é rejeitada por todo mundo (Rm 3:10-11). As religiões pagãs sempre se desviam e distorcem a natureza do Deus revelado através da revelação geral. Mesmo que o propósito de Deus seja que eles busquem a Deus, os pecadores rejeitam e reprimem esta revelação (Atos 17:27; Rm. 1:18-22). Eles interpretam a revelação universal de modo a evitar o Deus pessoal e soberano. Eles preferem louvar a criatura em vez do Criador (Rm. 1:21-25). Portanto, a teologia natural do descrente tem uma tendência na direção do panteísmo, do endeusamento do ser humano, e da salvação através do misticismo ou boas obras. O resultado é que eles são condenados (Rm. 3:10-11). Além disso, a revelação geral não fala sobre as coisas necessárias para se receber o perdão e a salvação. Para ser salvo é necessário confessar Cristo (Rm. 9:10). Mas Cristo não é revelado mediante a revelação geral. A lei de Moisés não salva, mas serve apenas para revelar aos pecadores seus pecados (porque nenhum pecador consegue obedecer a Lei) – a revelação universal apenas mostra o pecado ao pecador que não recebeu a revelação especial. Sem a revelação de Jesus Cristo ninguém vive conforme a luz que têm, porque esta luz é a luz das boas obras. A salvação pelas boas obras, conforme a Lei e a revelação geral, requereria uma vida perfeita e sem pecado para salvar uma pessoa. Tiago disse, entretanto, que apenas um pecado é suficiente para condenar o pecador (Tg. 2:10).

Podemos resumir a doutrina da revelação geral da seguinte forma: Deus já falou a todas as pessoas. Mesmo aqueles que nunca ouviram o evangelho tem a revelação de Deus no mundo e na natureza humana. Esta revelação torna os homens indesculpáveis. Deus não vai condenar pessoas porque rejeitam o evangelho que eles nunca ouviram, mas porque deliberadamente ignoram a verdade que eles vêem no mundo e porque quebram a lei moral dentro de seus corações.



A Bíblia não dá esperança de que alguém possa ser salvo somente através da revelação geral. A obra missionária é altamente importante porque, sem o testemunho do evangelho, o pecador só tem a revelação geral, que não é suficiente para sua salvação. A teologia natural, sem a luz da Bíblia, é questionável porque a mente caída sempre produz uma interpretação errada. Contra Barth, podemos dizer que Deus realmente é revelado na natureza de uma maneira clara. Mas, contra Tomás de Aquino, observamos que os cinco argumentos fundamentados na natureza são insuficientes, e que os pecadores precisam da Bíblia para corrigir suas interpretações erradas. Concluímos que a posição evangélica dos reformadores é a melhor representação do ensino das Escrituras.

5. Aplicação

5.1. A grandeza de natureza reflete a grandeza de Deus e deve nos provocar o louvor ao Senhor. Os crentes devem ser líderes na ciência e através da pesquisa científica eles devem estar mostrando a grandeza e a glória de Deus na natureza.

5.2. A revelação universal pode servir como ponto de contato na evangelização dos não-crentes. Eles já sabem que Deus existe e que eles devem servi-lo. Mas devemos reconhecer que ainda temos que argumentar contra as más interpretações da natureza, feitas pelos não-crentes.

5.3. Devemos usar toda a força para ir ao mundo inteiro e pregar o evangelho. Devemos também concentrar recursos nos lugares que não têm um testemunho evangélico.

Revelação Especial – A Doutrina da Palavra de Deus

Se a revelação universal não dá um conhecimento de Deus suficiente para salvar uma pessoa, como será que é possível conhecer a salvação de Deus? A revelação especial é a revelação sobrenatural de Deus através da qual o pecador toma conhecimento do plano de Deus para resgatar pecadores mediante Jesus Cristo.

1. Existe a revelação especial? O que é a revelação especial? Na história do cristianismo existem várias respostas.

1.1. A Igreja Católica tradicional: A teologia católica diz que existem várias fontes da revelação. A posição histórica da igreja cristã tem sido de que Deus se revelou através dos profetas, os apóstolos e Jesus Cristo na Bíblia inerrante. Tomás de Aquino, além de acreditar numa revelação universal percebida mediante a razão, ensinava que a revelação sobrenatural de Deus, que não pode ser descoberta através da razão, pode ser percebida pela fé. A revelação especial não contradiz a revelação universal, mas ela acrescenta outras informações necessárias para a salvação. Esta revelação especial veio na forma de proposições que devem ser acreditadas. Tomás de Aquino também ensinava que o *magisterium* da Igreja Católica é uma fonte importante da teologia cristã. O Concílio de Trento, contra os reformadores, afirmou que a tradição da Igreja Católica preservou a revelação especial que tem autoridade igual à das Escrituras. No século XIX o papa declarou oficialmente que quando ele fala *ex catedra* os seus pronunciamentos são revelações diretas de Deus e não podem ser rejeitados. No catolicismo popular muitas pessoas dizem que a revelação especial continua mediante as aparições de Maria e outros santos.

1.2. Ceticismo do Iluminismo e liberalismo moderno: Desde David Hume e Emanuel Kant, os adeptos do humanismo e os liberais têm negado a possibilidade e a necessidade da revelação especial. Ao localizar Deus no mundo noumenal ou até negar a existência de Deus, eles negam a possibilidade de que existe conhecimento racional e proposicional acerca de Deus.

1.2.1. Os deístas diziam que tudo que precisamos conhecer sobre Deus é conhecido mediante a revelação geral. Eles acreditavam que Deus criou o mundo e as leis da natureza mas que depois Ele não interferiu neles. Aquele que faz boas obras e vive uma vida moral será salvo.

1.2.2. Kant e os liberais - Deus existe no mundo do noumenal e o que está no noumenal não pode ser conhecido em si. A linguagem humana não pode descrever racionalmente as coisas no noumenal, portanto, Deus não pode se comunicar com o ser humano através de proposições racionais. Não existe a revelação especial. Os liberais modernos dizem que o estudo científico e filosófico é o método certo para se responder às perguntas da religião.

1.3. Existencialismo e Neo-ortodoxia: Conforme os pressupostos kantianos, a única comunicação possível com Deus é a experiência mística. A revelação especial através de Jesus Cristo é um paradoxo porque contradiz toda racionalidade (Kierkegaard). Aliás, o cristão dá um salto de fé, abraçando o absurdo num ato irracional e emocional. Segundo Barth, Deus é revelado somente na Palavra (Jesus Cristo), mas essa revelação não consiste em proposições. A informação na Bíblia pode provocar uma experiência ou um encontro

com Deus. Deus é revelado neste encontro, mas sem conteúdo racional. Emil Brunner dizia que o que é revelado é uma pessoa e não informação. Seguindo a dicotomia de Kant, ele alegava que através das revelações falíveis (sonhos, profetas, a Bíblia) a pessoa de Deus é encontrada e revelada. Teólogos existencialistas, como Bultmann, negaram a experiência de Deus inteiramente ao dizer que a revelação é o encontro que resulta no auto-entendimento. Segundo Bultmann, a Bíblia está cheia de mitos, mas atrás dos mitos está a verdade que Jesus nos mostrou, isto é, como viver uma vida autêntica. Na tradição existencialista, a Bíblia é considerada ser um livro falível e mitológico, mas útil por que ela pode instigar encontros místicos com o Ser Ulterior.

1.4. As seitas: Uma doutrina comum nas seitas é a idéia de que a revelação especial ainda está em processo. Elas podem aceitar a Bíblia, mas dizem que a Bíblia precisa ser suplementada (os Mórmons e o livro de Mórmon), reinterpretada (a Nova Era) ou novamente traduzida (as Testemunhas de Jeová). Além disso, as seitas normalmente têm um líder (como o profeta Joseph Smith, dos Mórmons) ou uma organização (como a Torre de Vigia das Testemunhas de Jeová) que recebe novas revelações. De qualquer modo, elas mudam a mensagem da Bíblia ao introduzir novas doutrinas com as suas novas revelações. Algumas seitas carismáticas dizem que recebem revelações especiais mediante o dom de profecia e de línguas. Alguns deles, mas nem todos, conferem muita autoridade a essas revelações. Os adeptos de Umbanda, Candomblé, e Kardecismo dizem que as comunicações que eles fazem com os espíritos são revelações especiais.

1.5. Evangélicos: Os evangélicos não aceitam a dicotomia kantiana que elimina a possibilidade de uma revelação racional de Deus. Eles acreditam que a revelação especial é a revelação de verdadeiras proposições racionais sobre Deus e as suas obras. Através dessas proposições, o Deus pessoal pode ser encontrado e conhecido. Para os evangélicos, não há a falsa dicotomia entre a revelação da Pessoa de Deus e as proposições sobre Ele. De fato, sem as proposições, não é possível conhecer a Deus. Os evangélicos dizem que Deus pode se comunicar racionalmente aos seres humanos através da linguagem humana. Ele tem feito isso mediante os profetas, eventos históricos como o êxodo, os sonhos, as visões, a lei de Moisés, os apóstolos, e, mais importante, a pessoa de Jesus Cristo. A revelação especial de Deus foi escrita na Bíblia inerrante, de modo que a Bíblia em si faz parte da revelação especial. Depois que a Bíblia foi completada, não há mais revelações especiais com autoridade igual.

2. As Escrituras

2.1. Milagres: É importante reconhecer que a Bíblia nunca trata os milagres num contexto não-histórico. Os milagres ocorrem nas narrativas históricas sem nenhuma indicação de que sejam eventos que literalmente não aconteceram. A distinção entre a "história natural" (a história literal onde não acontecem os milagres) e a assim chamada "história da salvação" (que inventa milagres como símbolos para expressar a fé) é uma distinção com raízes na filosofia kantiana que é completamente alheia à mente hebraica. Esta distinção na mente dos teólogos dos séculos 19 e 20 é fruto da imposição dos pressupostos do naturalismo filosófico na Bíblia. O pensamento hebraico nunca imaginaria que a historia poderia ser dividida assim. Os milagres não são eventos extraordinários que acontecem por acaso e sem alvo. Eles têm um propósito teológico que é apoiar e confirmar a verdade das proposições reveladas sobre Deus e sua obra de salvação.

Ex 14:13-31 A salvação do Senhor é revelada através da separação das águas do mar. Deus determinou a morte do Faraó para ser glorificar.
Dt 7:17-19 Os milagres servem como provas do poder e do amor de Deus para com o seu povo Israel. Portanto, o povo tem uma base racional para não ter medo diante de seus inimigos.
Sl 105:26-38 Todos os milagres feitos no Egito são sinais que revelam o Deus verdadeiro.
Lc 19:37 Os milagres de Jesus levaram o povo a louvar a Deus, porque eles revelam o caráter de Deus.
Atos 14:3 Os apóstolos também fizeram milagres que apoiavam sua pregação e davam testemunho da verdade do evangelho.
Hb 2:3-4 Os sinais e prodígios são uma confirmação da doutrina da salvação.

2.2. A revelação especial não consiste apenas nos eventos milagrosos e encontros divinos que acontecem, mas a revelação especial, por necessidade, inclui as interpretações destes eventos pelos porta-vozes de Deus, os profetas e os apóstolos.

Dn 2 Deus se revelou através dos sonhos de Nabucodonozor. A revelação não foi apenas uma experiência mística sem conteúdo, mas a revelação também consiste na interpretação feita por Daniel. (2:36).
Oséias 4:1 "Ouvi a palavra do Senhor": Oséias recebeu a palavra de Deus e quando ele falou esta palavra era como se Deus estivesse falando. Os demais profetas, Amós (1:3), Joel (1:1), e outros, identificaram as suas palavras com a palavra de Deus.
Mt 16: 16-17 Quando Pedro chamou Jesus de Cristo, o Filho de Deus, ele faz uma declaração proposicional. Este fato, a identidade de Jesus, foi revelado por Deus. Neste caso a revelação especial consiste em informação sobre a pessoa de Cristo.
João 14:9 Jesus é a revelação do Pai. (Hb 1:1-2)
João 20:30-31 Jesus fez os milagres com o propósito de fazer que o povo cresse que Ele era o Cristo. João está nos dando uma interpretação dos milagres. Essa interpretação é a revelação de Deus.
Gálatas 1:12 Paulo recebeu uma revelação diretamente de Deus. A revelação era o conteúdo do evangelho.
Ap 1:9 João teve uma visão de Jesus e Jesus falou com ele. A revelação especial neste caso foi uma revelação verbal. Deus se revelou através de visões, sonhos, palavras, e idéias reveladas diretamente. A revelação especial também veio mediante os profetas, apóstolos, e Jesus Cristo. A pessoa de Deus é revelada mas essa revelação sempre contém proposições que dão informação sobre Deus e sua obra.

2.3. A iluminação do Espírito Santo. Segundo João Calvino, "o testemunho do Espírito é superior a todos os argumentos. Deus na Sua Palavra é a única testemunha adequada a respeito de Si mesmo, e, de maneira semelhante, Sua Palavra não será verdadeiramente crida nos corações dos homens até que tenha sido selada pelo testemunho do Seu Espírito. O mesmo Espírito que falou através dos profetas deve entrar em nosso coração para convencer-nos que eles entregaram fielmente a mensagem que Deus lhes deu" (*Institutas*, I.7).

Rom 8:16 O testemunho interno do Espírito Santo é uma confirmação de nossa salvação.
1 Cor 2:10-15 Aqueles que não têm o Espírito de Deus não entendem nem aceitam as coisas de Deus. Eles não acreditam na palavra de Deus nem no evangelho. A revelação especial inclui a ação sobrenatural no coração do ser humano, que confirma a verdade da palavra de Deus.

3. A doutrina da revelação especial

A revelação especial é necessária porque, como vimos anteriormente, a revelação geral não é suficiente para proporcionar todo o conhecimento de Deus necessário para nós nos relacionarmos com ele. Os deístas estão errados porque eles acham que Deus está afastado do mundo que Ele criou. A revelação de Deus mostra que ele intervém na criação para se relacionar pessoalmente com as suas criaturas. Os milagres, as visões, e as comunicações verbais são eventos sobrenaturais.

A solução do problema da revelação especial depende dos pressupostos acerca da natureza de Deus e da criação. A partir do pressuposto de que Deus é uma Trindade pessoal, nós entendemos que sempre existiu comunicação entre o Pai, o Filho, e o Espírito Santo. A comunicação proposicional (de proposições), portanto, faz parte da realidade derradeira, a realidade do Deus eterno e infinito que transcende a criação. Ao pressupor que Deus fez o mundo e fez o ser humano à sua imagem, é obvio que Deus pode se comunicar racionalmente com o homem. Deus é um ser racional e criou o homem como ser racional também. As categorias da mente humana, contra a filosofia de Kant, correspondem às coisas em si porque as duas são criações de um Deus racional. Deus tem conhecimento absoluto da sua criação e Ele fez o ser humano com a capacidade de "pensar os pensamentos de Deus, que ele já pensou". As categorias da mente humana são uma representação finita das categorias da mente de Deus, e por isso existe uma correspondência, mesmo que seja limitada, entre as duas. Deus revelou as proposições, informações, e verdades necessárias para nós termos um relacionamento pessoal com ele. Através de visões, sonhos, eventos, milagres, e palavras, Ele nos mostrou o seu caráter, obras, personalidade, natureza, e amor.

A possibilidade da comunicação de proposições e informação de Deus ao ser humano não é absurda, então, porque Deus não existe no assim chamado noumenal, escondido em mistério. Ele é o criador soberano que fez o mundo de tal modo que a comunicação racional é possível. As negações dos liberais, neo-ortodoxos, e dos existencialistas são realmente negações da própria existência do Deus da Bíblia, porque um Deus que não pode se comunicar através de proposições racionais não é o Deus revelado nas Escrituras. Desde que as Escrituras ensinam que a revelação especial é proposicional, concluímos que as teorias fundamentadas na epistemologia kantiana são erradas.

A Igreja Católica e as seitas heréticas apóiam a possibilidade de que existam ainda canais da revelação divina com autoridade igual às Escrituras. Entretanto, Paulo afirma que a revelação especial e autoritativa, sobre a qual a igreja é construída, vêm através dos profetas, dos apóstolos, e de Jesus Cristo (Ef 2:20). Esta base corresponde às revelações do Antigo Testamento, os Evangelhos, e o resto do Novo Testamento. Ao colocar a autoridade no papa, nas tradições, e nos concílios, a Igreja Católica se impõe como mediadora entre o

povo e Deus. As seitas heréticas com os seus livros adicionais e líderes que falam como se fossem profetas, fazem a mesma coisa. Mas Paulo diz que não há mediador nenhum entre o homem e Deus a não ser Jesus Cristo (1 Tim 2:5).

A base que Deus lançou para a edificação da sua igreja, a Bíblia, é suficiente e não precisa ser aumentada por novas revelações. Concluímos, conforme Ap 22:18, que nada deve ser acrescentado, não somente ao livro do Apocalipse, mas também à Bíblia inteira.

Se, por um lado, a revelação especial e autoritativa está fechada, por outro lado, Deus continua a falar mediante as Escrituras e a iluminação do Espírito Santo. O Espírito Santo acende a luz no coração do homem para que ele possa entender e responder à palavra de Deus. O testemunho do Espírito confirma a salvação do crente e a verdade do ensino da Bíblia.

4. Aplicação

4.1. O resultado de uma epistemologia alicerçada no pressuposto da revelação de Deus é que o crente não está preso no relativismo, como o não-crente. Ele pode conhecer a Deus porque o Deus que ele conhece não é o escondido e irracional, mas é a fonte de toda racionalidade. O crente tem uma base objetiva para conhecer a criação (a base das ciências) e para saber o que é o bem e o mal (absolutos morais).

4.2. O crente, então, pode responder ao ceticismo e niilismo da mentalidade pós-moderno e oferecer esperança verdadeira. Ele pode exigir justiça dos políticos e outros poderosos porque existe um padrão de justiça objetivo. Ele pode defender a verdade porque ele sabe que existe uma verdade que rompeu e invadiu o mundo finito com autoridade absoluta.

4.3. O crente também não precisa pegar cada onda teológica que vem, mas pode avaliar as opções teológicas à luz das verdades que não mudam. As teologias que têm como seu ponto de partida a autonomia da razão humana nunca podem transcender os limites do relativismo. A tentativa a fazer teologia a partir de relativismo é basicamente a construção da teologia no alicerce do naturalismo filosófico. Isso é o dilema do liberalismo, que acaba negando a existência da verdade absoluta, mas inconsistentemente defende seus princípios éticos como se fossem absolutos. As ondas teológicas do passado (Schleiermacher, Bultmann, Tillich e outros) se tornaram rapidamente ultrapassadas por causa da sua incapacidade de lidar com os grandes problemas atuais, mas a teologia clássica, fundamentada na revelação de Deus, tem permanecido. Portanto, o crente pode viver com confiança porque ele ouviu a voz do Senhor através da sua revelação.

A Inspiração e Natureza da Bíblia

1. A pergunta fundamental ao falar sobre a natureza e a inspiração da Bíblia é a sua base de autoridade. No fim, só existem duas atitudes acerca da Bíblia. A primeira pressupõe que toda realidade deva ser interpretada à luz da Bíblia, porque ela é a inerrante palavra de Deus. A segunda atitude nega que a Bíblia seja digna de total confiança. Portanto, o padrão para a interpretação do mundo seria localizado no mundo em si. Um bom método é examinar as duas posições para saber as suas conclusões. Qual seria o resultado?

2. Interpretações da doutrina da inspiração da Bíblia

2.1. Autoridade limitada. Embora existam diferenças importantes entre as várias negações da inerrância da Bíblia, todas elas partilham a atitude de que a mente humana tem o direito de julgar a Bíblia e determinar o que nela é verdadeiro e o que não é. Aliás, há distinções importantes entre estas negações, porque alguns dizem que, mesmo que a Bíblia tenha erros, ainda assim Deus fala através dela.

2.1.1 Catolicismo Romano: A doutrina tradicional da Igreja Católica é a doutrina da inerrância da Bíblia. Não obstante, ao colocar a tradição da Igreja em um nível igual ao da Bíblia e, além disso, usar um método alegórico para interpretar a Bíblia, a Igreja Católica solapa a autoridade da Bíblia por meio de negar a sua suficiência. A Igreja Católica tem um conceito formal da inerrância da Bíblia, mas nega isso ao aceitar doutrinas fundamentadas na tradição que contradizem a Bíblia. Existem muitos exemplos tais como a noção da justificação pelas boas obras e a adoração de Maria. O Concílio Vaticano II formalmente limitou a doutrina da inerrância quando proclamou que a Bíblia ensina sem erro a verdade que Deus quis colocar nos escritos sagrados para nossa salvação. Os teólogos da Igreja interpretam essa reivindicação como uma admissão de que a Bíblia pode errar nas coisas não relacionadas à salvação – os fatos da história e da ciência.

2.1.2. Liberalismo: A partir da cosmovisão do naturalismo, os liberais negam que a Bíblia seja inspirada num sentido especial. Ela pode até ser inspirada como as obras de Shakespeare ou qualquer outra literatura, mas não sobrenaturalmente. A Bíblia, segundo os liberais, é uma coleção de mitos, lendas, experiências e opiniões que não tem nenhuma autoridade para nós. Ela apenas serve para nos mostrar a religião dos hebreus e cristãos antigos. Os métodos da Alta Crítica da Bíblia são usados para estudar a Bíblia. Estes métodos pressupõem que a mente humana através das ciências modernas seja competente para julgar a Bíblia. É importante destacar o fato de que a Alta Crítica é baseada em pressupostos anti-sobrenaturais e não é uma metodologia científica e objetiva. Muitos vezes os preconceitos filosóficos da Alta Crítica determinam os resultados, não o dado bíblico. Infelizmente, muitos evangélicos têm sido influenciados pela Alta Crítica sem analisar os pressupostos arbitrários dela. Em vez de estar baseada na Palavra de Deus, a Alta Crítica tem seu alicerce em filosofias que, de forma ousada, definiram o que é verdadeiro de modo que a Palavra de Deus foi excluída como fonte da verdade. Essas filosofias simplesmente pressupõem que o homem não pode ter conhecimento verdadeiro do Deus da Bíblia, o Criador do céu e da terra, o Pai de nosso Salvador e Senhor Jesus Cristo.

2.1.3. Neo-ortodoxia: Karl Barth aceitou os resultados da Alta Crítica e não confiou na veracidade da Bíblia. Mesmo acreditando que a Bíblia tenha erros, ele ainda quis ter uma teologia bíblica, ao contrário dos liberais. Ele ensinou que a Bíblia errante tem a capacidade de revelar Deus num encontro pessoal com o leitor. Emil Brunner, também atacou a doutrina da inerrância ao negar que o relacionamento com Deus pudesse ser alcançado através de uma verdade proposicional. Acreditar na inerrância da Bíblia seria uma forma de idolatria, segundo ele. O conhecimento racional e proposicional é inútil na busca de Deus porque conhecimento racional é sempre o contrário do conhecimento pessoal. Em seus primeiros livros, Brunner afirmava que a inspiração verbal era uma doutrina inventada cerca de um século depois da Reforma. Mais tarde ele admitiu que Calvino e Melanchthon a sustentavam, e depois mesmo Lutero. Retratando-se de sua posição anterior, finalmente atribuiu a "falsa identificação" da Palavra de Deus com as palavras da Bíblia a 2 Timóteo 3.16, e até mesmo indo mais atrás, ao Velho Testamento. Portanto, a doutrina da inspiração verbal, despida do pejorativo adjetivo mecânica, não é uma invenção da Renascença... Mesmo Barth (*Church Dogmatics* I.1) admite que a inspiração verbal, longe de ser uma invenção da Renascença, foi o ensino de Paulo. É preciso entender que, embora Brunner e Barth tenham feito essas confissões, não estavam mais dispostos que antes a simplesmente identificar as Escrituras com a Palavra de Deus. Porém, não puderam negar que é isso mesmo que as Escrituras declaram que são.

2.1.4 Inerrância "Limitada": Existem alguns teólogos que se chamam de evangélicos, que apóiam a noção de inerrância "limitada". Eles nem gostam de usar a palavra "inerrante", usando preferencialmente a expressão "infalível", para descrever a Bíblia, porque acham que isso a coloca numa camisa de força que na verdade impede que a autoridade dela seja seguida. A acusação feita é que a teoria de inerrância tira atenção do ensino da Bíblia e faz com que mais lealdade seja dada à teoria do que à própria autoridade do ensino da Bíblia. Além disto, é dito que inerrância promove uma noção estática e morta de revelação. Ela dá a noção de uma verdade fixada, que nunca pode ser modificado e assim não pode ser adaptada às exigências e problemas de hoje. Esses teólogos preferem localizar autoridade bíblica em seu ensino sobre questões de fé e vida cristã, deixando aberta da possibilidade de que ela inclua erros de fato acerca de questões históricas ou fatos de ciência.

No lugar da doutrina de inerrância é proposto que a Bíblia seja entendida a partir de uma revelação "dinâmica", isto é, a Bíblia foi inspirada por Deus de forma que a verdade nela contida é adequada e autoritativa como guia em tudo que tem a ver com a fé e prática.[1] Os teólogos que apóiam a inerrância limitada afirmam que isso é essencial para preservar o aspecto humano da Bíblia. Segundo eles, a capacidade de errar é intrínseca na natureza humana, e isso significa que nas questões que não atingem a nossa salvação, a expectativa de inerrância plena não tem razão. Eles querem limitar a inerrância da Bíblia ao seu propósito, que é de nos ensinar a respeito do plano de redenção. Assim, eles falam que toda verdade encontrada na Bíblia é inspirada por Deus. A conclusão lógica é que segundo esta visão, a Bíblia contem a palavra de Deus, mas ela mesma não é a palavra de Deus.

Estes evangélicos têm abandonado a inerrância da Bíblia porque eles crêem que há partes da Bíblia que não podem ser reconciliadas com os fatos da história e da ciência. Por

[1] Veja o Comentário Bíblico Broadman, vol 1. RJ: JUERP, pp. 6–9 (versão em inglês).

exemplo, eles dizem que a primeira parte de Gênesis não é histórica mas é uma alegoria. Eles também admitem a possibilidade de que existam erros e contradições nos fatos citados. Não obstante, eles dizem que a Bíblia é confiável quando ela fala das coisas espirituais. O que ela fala sobre a salvação é verdadeiro enquanto as afirmações acerca do mundo físico podem ser erradas. A Bíblia, em si, então, não é o ponto de referência final na interpretação de todas as coisas, porque o próprio teólogo tem o encargo de determinar quais partes da Bíblia são verdadeiras e quais não são.

2.2. Autoridade plena

2.2.1. Fundamentalismo: Alguns fundamentalistas acreditam que a Bíblia foi ditada palavra por palavra, diretamente de Deus ao homem sem nenhuma dependência da tradição oral, da pesquisa, ou do testemunho de primeira mão. Deus falou e os autores apenas escreveram.

2.2.2. Os Pais da Igreja, os Reformadores, Evangélicos: A posição da maioria da igreja ortodoxa através dos séculos tem sido a inerrância plena e a inspiração verbal da Bíblia.

> Irineu (c.185): "As Escrituras são perfeitas, pois foram faladas pelo Verbo de Deus e pelo Seu Espírito."
>
> Atanásio (367): "Estes são mananciais da salvação... que ninguém lhes acrescente ou deles retire seja o que for".
>
> Agostinho (354-430): "As conseqüências mais calamitosas devem seguir o acreditar que qualquer coisa falsa é achada nos livros sagrados – isto quer dizer, que os homens através de quem a Escritura foi dada a nós [em forma escrita] colocaram nestes livros qualquer coisa falsa. Se uma vez, tu permitires nesse templo alto da autoridade uma declaração falsa, nenhuma sentença será deixada nestes livros."
>
> Anselmo (1033-1109): "Além disso, este próprio Deus-homem [Cristo] estabeleceu o Novo Testamento e confirmou o Velho [Testamento]. Por isso, assim como é necessário afirmar que Ele mesmo era verdadeiro, também ninguém pode negar a verdade de qualquer coisa incluída nestes Testamentos."
>
> Tomás de Aquino (1224-1274): "As Sagradas Escrituras, porém, devem manifestar a verdade de modo eficaz, sem erro de qualquer espécie. (...) Nada falso pode estar sob o sentido literal da Escritura."
>
> Martinho Lutero (1483-1546): "Tenho aprendido a dar honra [isto é, infalibilidade] somente aos livros que são do cânon, a fim de que eu creia com confiança que nenhum de seus autores errou."
>
> Karl Barth (*Doctrine of the Word of God*, parte 2, p. 250): "Na doutrina da inspiração da Reforma, os seguintes fatos forçosamente são decisivos: I. Os Reformadores adotaram sem questionar e sem reservas a declaração acerca da inspiração, e até mesmo da inspiração verbal da Bíblia, conforme é explícita e implicitamente contida naquelas passagens paulinas que tomamos por nossa base, até mesmo incluindo a fórmula de que Deus é o autor da Bíblia, e ocasionalmente fazendo uso da idéia de um ditado através dos escritores bíblicos. Como poderia ser doutra maneira? Não com menos seriedade radical, mas, sim, com mais e maior, queriam proclamar a sujeição da Igreja à Bíblia, como sendo a Palavra de Deus, e a sua autoridade com tal ... Lutero não é inconsistente quando o ouvimos trovejar com polêmica no fim da sua vida: 'Logo, ou cremos redondamente, e totalmente e completamente, ou nada cremos: o Espírito Santo não Se deixa cortar ou separar, de

> modo que deixasse uma parte ser ensinada ou crida de modo verdadeiro, e a outra parte de modo falso ... Pois é a moda de todos os hereges começarem primeiramente com um único artigo, mas depois todos devem ser totalmente negados, como um anel que não tem mais valor quando tem uma quebra ou corte, ou um sino que quando está rachado num lugar, não soará mais, e é totalmente inútil' (*Kurzes Bekenntnisvom heiligen Sakrament* 1544 W.A. 54, 158, 28). Calvino, portanto, não é culpado de qualquer deslealdade à tendência da Reforma quando diz acerca das Sagradas Escrituras que a sua autoridade é reconhecida somente quando ... se reconhece que *autorem eius esse Deum*. No sermão de Calvino sobre 2Tm 3.16-17 (C. R. 54, 238-9) Deus é constantemente descrito como sendo o *auther* da Sagrada Escritura, e no seu comentário sobre a mesma passagem parece que escutamos um perfeito eco da voz da Igreja Primitiva ... A despeito do emprego destes conceitos, nem um conceito mântico-mecânico nem docético da inspiração bíblica está na esfera do pensamento de Calvino."

Um resumo dessa posição é achado na *Declaração de Chicago Sobre a Inerrância da Bíblia* (Chicago, 1978): "Sendo total e verbalmente dada por Deus, a Escritura é sem erro ou defeito em todo seu ensino, não o é menos com respeito ao que diz sobre os atos de Deus na criação, sobre os eventos da história humana, e sobre suas próprias origens literárias, do que no seu testemunho da graça divina nas vidas dos indivíduos." Ela inclui os seguintes pontos:

> 1) A origem da Bíblia é o próprio Deus (2Pe 1.20-21; 2Tm 3.16) e, portanto, ela não pode conter erros em parte alguma.
>
> 2) Jesus e os apóstolos ensinavam que a Palavra de Deus, as Escrituras, não pode errar (Mt 5.17-18; João 10.35; 2Tm 3.16).
>
> 3) Deus usou vários métodos para revelar as Escrituras. Os autores foram participantes do processo e as personalidades deles estão evidentes na Bíblia. Os métodos usados incluem: ditado (Ex 4.12), informação das testemunhas dos eventos (Lc 1.2) e outros documentos (2Cr 24.27), revelação diretamente de Deus (Amós 7.1, Gl 1.12), e experiências com Deus (Sl 42.1-2).
>
> 4) Deus supervisionou o escrito dos autores humanos, inspirou as suas palavras e preservou as Escrituras de qualquer erro no seu ensino.

Segundo Kenneth Kantzer, "a Bíblia, assim como Martinho Lutero nos ensinou muitos anos atrás, é o berço pelo qual o Cristo vem a nós. Se tirássemos o bebê do berço e o colocássemos na rua, ele morreria. E se o berço fosse instável e fraco, ele prejudicaria a segurança do bebê. Da mesma maneira, a doutrina da inerrância é a salvaguarda de uma fé cristã saudável e completa."

3. A base da autoridade: A Bíblia declara a sua autoridade. A questão da natureza das escrituras é tratada na Bíblia. Isso quer dizer que a Bíblia reivindica sua própria autoridade. Vejamos agora o ensino de versículos chaves.

Sl 19.7-11 A lei do Senhor é "perfeita" (תָּמִים) A palavra תָּמִים significa integridade e plenitude, o que é completamente consistente com a verdade. Isso é colocado como um atributo da Lei (תּוֹרָה) de Deus. A Lei de Deus é aquela que foi revelada a Moisés, mas essa

expressão virou uma referência à Lei na sua forma escrita também. Parece que o salmista estava eliminando a possibilidade de qualquer mescla de erro na Lei revelada de Deus.

Sl 119.89, 144 A palavra de Deus está "fixada" (נצב) no céu. נצב significa algo firme que não pode ser abalado. Portanto, não há nenhum desafio que pode derrotar a palavra de Deus. Os decretos do Senhor são "justos" (צֶדֶק). O uso da expressão que significa justiça e retidão destaca o fato de que a palavra de Deus é o padrão de toda justiça e verdade.

Mt 4.4 A palavra que vem da boca de Deus é o padrão da vida cristã. Uma vez que essa palavra é identificada, o cristão deve se submeter a ela absolutamente e sem reserva. É interessante que Jesus faz apelo às escrituras para estabelecer a autoridade delas.

Mt. 5:17-18 A Bíblia nos dá a opinião de Jesus acerca da veracidade da palavra de Deus: "Não penseis que vim destruir a lei ou os profetas; não vim destruir, mas cumprir. Porque em verdade vós digo que, até que o céu e a terra passem, de modo nenhum passará da lei um só i ou um só til, até que tudo seja cumprido". A afirmação da Lei que é dada no verso 18 é uma afirmação forte da inerrância da Bíblia. A palavra "lei" pode funcionar como uma palavra técnica que descreve a Lei de Moisés e também como uma referência ao Velho Testamento num sentido mais geral. Nesse último, subentende-se que o Velho Testamento é perfeito. Isso quer dizer que todas as proposições afirmadas no Velho Testamento são verdadeiras. Desde que elas são verdadeiras, o Velho Testamento inteiro é inerrante. A importância dessa afirmação de Jesus não pode ser subestimada. O ser humano finito precisa de um ponto de referência fora de si, para interpretar o mundo. Esse ponto de referência é Deus. Mas só conhecemos esse ponto de referência, Deus, mediante a Sua revelação. A Bíblia, portanto, foi dada para ser o ponto de referência final para a interpretação do mundo.

Lc. 1.3 "Eu mesmo investiguei tudo cuidadosamente, desde o começo, e decidi escrever-te um relato ordenado" (NVI) Além de ser o produto de Deus, Lucas afirmou que houve participação humana na autoria das escrituras. Ele tomou uma decisão de escrever e pesquisou a vida de Jesus para colocar os fatos em ordem. Ele não era apenas um observador no processo, mas sim um participante ativo.

Jo 10.35 Nós temos as palavras de Jesus sobre como ele entendeu as escrituras, traduzidas por João, que incluem a frase ou dunatai luqhnai h grafh, ("não pode ser anulada", NVI) para significar o fato que a palavra de Deus não pode ser invalidada em hipótese alguma. dunamai (2 é a capacidade de fazer alguma coisa e luw quer dizer destruir ou descartar. ou é a expressão mais forte da negação de algum fato. Jesus aqui eliminou toda e qualquer possibilidade que a palavra de Deus seja falsificada.

2Tm 3.16-17 A estrutura deste versículo tem sido obscurecida por ser mal traduzida. Dois pontos são críticos aqui. Primeira é *toda* (pasa) Escritura que aqui é o sujeito. Robert Reymond explica que a tradução "tudo que é Escritura" é possível, mas isso não pode ser o que Paulo quis dizer, porque isso é um fato que já é óbvio. Essa tradução pode até dar conforto aos neo-evangélicos e outros que dizem que a Bíblia contém a palavra de Deus, mas não é a Palavra. Mas a intenção de Paulo é mostrar a suficiência das Escrituras para a

salvação e vida cristã. A tradução "toda Escritura" é melhor entendida como uma referência ao corpo de escritos já reconhecidos pela igreja primitiva como "escritura", especificamente o Antigo Testamento. Paulo está dizendo que tudo que a igreja recebeu como Escritura é incluído.

Segundo, é toda *Escritura* que está em vista. Isso é um fato de alta importância porque a "inspiração" aqui não é apenas um evento ou processo nas vidas dos vários autores humanos. A finalidade da "inspiração" é o próprio texto. O produto final é o alvo do trabalho sobrenatural de Deus de forma que ele é, na sua forma escrita, a verdadeira palavra de Deus. Não existe aqui nenhuma distinção entre uma parte do texto e outra parte. *O texto na sua totalidade é o produto do processo aqui descrito.*

Finalmente, o texto diz que toda escritura é qeopneustoj. Essa palavra tem sido freqüentemente traduzida de forma errada com a palavra "inspirada." Mas isso não é o significado de qeopneustoj. A tradução certa é que a palavra foi soprada (ou suspirada) por Deus. A metáfora é que a palavra foi "exalada" por Deus. No sentido literal, Deus é a fonte das Escrituras. Isso é uma metáfora comum no AT quando se refere aos atos de Deus (Gn 2.7; Jó 33.4; Sl 33.6). A dedução lógica que se segue irrestivelmente é que a palavra não pode errar sendo de uma fonte incapaz de mentira e erro.

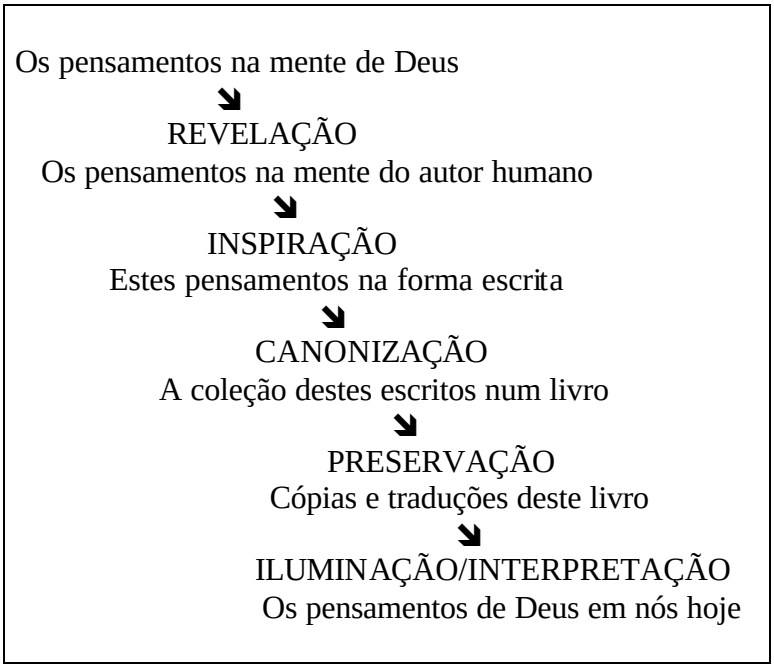
2Pd 1.20-21 O argumento de Pedro aqui nega que as Escrituras sejam apenas as interpretações dos atos revelatórios de Deus que eram presenciados pelos autores. Não existe a possibilidade da contaminação da palavra por causa da falibilidade da vontade humana. A vontade humana não gerou as escrituras, mas sim Deus. O particípio feromenoi (impelidos, NVI) da raiz ferw nesta instância descreve algo que está no processo de ser impelido para frente por força. ferw em Atos 27:17 descreve a força do vento levando o navio. O particípio é na forma passiva, indicando que os autores eram os objetos recebendo essa ação. O versículo coloca os autores humanos num papel passivo, como recipientes das palavras de Deus e não como interpretes autônomos. Os autores das Escrituras estiveram sempre sob o controle soberano de Deus.

4. Formulação Teológica: A Bíblia: de Deus a nós

4.1 A doutrina da inerrância é o ensino da Bíblia sobre a sua própria natureza: tudo que a Bíblia afirma como verdade, é verdadeiro, quer na área da história, quer nos fatos da natureza (ciência), quer na religião. Isso é porque ela representa a mente de Deus que chegou a nós através da sua revelação.

À luz do ensino bíblico podemos dizer que Bíblia ensina que ela mesma é revelação de Deus. Ela é não apenas um relatório da revelação, ou uma garrafa no qual a revelação foi depositada junto com outras informações não reveladas. A autoridade da Bíblia, então é igual à autoridade de Deus, pois ela represente para nós a mente de Deus e a sua interpretação do universo criado. O ensino bíblico não faz uma distinção entre verdades acerca de salvação que são inerrantes e afirmações sobre outras coisas que podem ser erradas.

Inspiração é uma propriedade do texto bíblico e não apenas os autores. Não obstante, ela também é o produto do desempenho de pessoas fieis que transmitiram o que elas receberam de Deus. Na superfície, parece que isso é uma contradição. Na verdade é um paradoxo simples, mas não é uma contradição. O fato de ser controlado por Deus no processo de receber a palavra de Deus não contradiz a livre agência dos autores. Ser agente livre significa que a pessoa age na sua integridade segundo sua vontade. A negação da vontade humana como a fonte ulterior das Escrituras não elimina todo e qualquer envolvimento da pessoa no processo. A vontade pode ser um aspecto da personalidade da pessoa que participa na tarefa de escrever as Escrituras. Isso fica evidente na declaração de Lucas de que ele decidiu escrever o Evangelho, e que fez isso depois de realizar pesquisas sobre o assunto. Por outro lado, as Escrituras vem de Deus, mas através de agentes humanas, que são livres mas não com uma liberdade autônoma e fora da soberania de Deus. O significado disso é que, embora Lucas e os outros autores agissem na qualidade de agentes humanos, Deus, que é soberano sobre tudo que acontece (Ef. 1.11), supervisionou o trabalho deles de tal maneira que os autores foram preservados de erro e que o produto final disse exatamente o que Deus prentendeu. Para nós isso pode ser um paradoxo, mas não é uma contradição.



R.C. Sproul notou que no fim das contas a confiabilidade da Escritura está baseada na autoridade de Cristo e que na base de sua autoridade como Senhor, a igreja aceita a autoridade da Escritura.

1) A Bíblia é um documento basicamente confiável e seguro.
2) Apoiados neste documento confiável, temos evidência suficiente para acreditar com segurança que Jesus Cristo é o Filho de Deus.
3) Por ser Filho de Deus, Jesus Cristo é uma autoridade infalível.
4) Jesus Cristo ensina que a Bíblia é mais do que geralmente digna de confiança; ela é a própria Palavra de Deus.

5) A Palavra de Deus, por ter origem em Deus, é absolutamente confiável, desde de que Deus é absolutamente digno de confiança.
6) Com base na autoridade infalível de Jesus Cristo, a igreja crê que a Bíblia seja digna de toda confiança, isto é, infalível.

O argumento de Sproul nos relembra do fato importante de que o propósito da Bíblia é de nos levar à submissão de nossas vidas a Jesus Cristo. Por outro lado, Sproul começou com a declaração de que quando a Bíblia é aceita como qualquer outro documento histórico, ela é digna de um alto grau de confiança. Embora cristãos aceitam isso, o incrédulo provavelmente não aceitaria. Sproul alicerçou essa observação numa epistemologia empirista que começa com o ser humano buscando conhecimento sem a base da revelação de Deus desde o início. No fim, essa postura o levará a problemas sérios na defesa da Bíblia. A Bíblia inerrante é o pressuposto essencial para estabelecer a base de *qualquer* verdade, pois só nele temos contato com um referencial transcendente e infinito; a mente de Deus. No entanto, é bom relembrar que existe bastante evidência empírica que apóia a Bíblia.

4.2 Resposta a inerrância "limitada" – A posição de inerrância "limitada" exige uma resposta, porque ela tem se tornado popular entre muitos evangélicos, atualmente. Esses evangélicos fazem várias acusações falsas contra os que crêem na inerrância da Bíblia, que também merecem uma reposta.

Tem sido afirmado que quem crê na doutrina de inerrância solapa a autoridade de Cristo, ao colocar algo em seu lugar. Alguns dizem que assim a Bíblia se torna um "papa de papel",[2] que se torna o sujeito do louvor na Igreja, levando o crente à idolatria. Essas acusações são mais calúnias do que asseverações dignas de pessoas que se consideram eruditas. Primeiro, a separação entre a autoridade de Cristo e a da Bíblia é artificial e impossível, já que nossa única fonte de conhecimento da vida e ensino de Jesus é a Bíblia. Portanto, ao estabelecer a autoridade da Bíblia estamos no mesmo momento estabelecendo a autoridade de Cristo, primeiro ao aceitar o que ele mesmo disse sobre a palavra de Deus, e segundo, ao apoiar a veracidade do relatório que nós temos do ensino dele. Se não tivéssemos um relatório verídico, seria impossível qualquer conhecimento seguro do ensino de Jesus, e assim, não teríamos acesso à sua autoridade.

A acusação de idolatria é ofensiva, e é apenas um argumento *ad hominum*. O desafio é para quem diz que isto produz um comportamento idólatra. Os inerrantistas simplesmente não dão louvor à Bíblia, embora ela seja honrada e respeitada como a revelação de Deus.

[2] Hans Küng, no Concílio Vaticano II (1962-1965), afirmou que os protestantes veneravam um "papa de papel". Esta é uma acusação tola, pois todos reivindicam alguma autoridade para sua crença. Os católicos reafirmam seus dogmas na conjugação de Escritura e tradição. Carismáticos/pentecostais baseiam suas crenças religiosas na Escritura e experiência. Os protestantes ficam firmes no *sola Scriptura* (que não é *nuda Scriptura*!). Até que ponto os atuais evangélicos não estão firmando suas crenças na Escritura mais a razão "autônoma", esta como juiz último da verdade religiosa? Conforme Karl Barth disse, "[as Escrituras] declaram que, após Deus ter nos buscado na maravilha de sua condescendência em Jesus Cristo, cujas testemunhas são os profetas e apóstolos, todos os nossos esforços por encontrá-lo dentro de nossos íntimos não apenas tornaram-se infundados, mas provaram ser impossíveis em si mesmos". Citado por Timothy George, *Teologia dos Reformadores* (São Paulo: Vida Nova, 1993), p. 314-315.

Uma terceira acusação é que a doutrina de inerrância coloca a Bíblia numa camisa de força e faz com que a verdade seja estática e incapaz de responder aos nossos problemas atuais. Essa acusação é fundamentada numa epistemologia do relativismo, que está além do propósito dessa discussão agora. Basta dizer que a lei de não-contradição, que é fundamental para qualquer discurso racional, não permite tal coisa. Tal atitude é o resultado de uma teologia invadida pelo irracionalismo da filosofia pós-iluminista que também produziu o pós-modernismo. Também isso envolve uma confusão entre as verdades imutáveis da revelação e as formulações teológicas dos seres humanos trabalhando nos seus contextos históricos e culturais.

De fato, se as verdades da Bíblia fossem "dinâmicas" no sentido entendido por estes teólogos, a construção de teologia se tornaria totalmente subjetiva e arbitrária. O ensino bíblico estaria numa situação bem pior do que uma camisa de força. Ela estaria num buraco negro, inacessível ao intelecto racional, porque assim que o teólogo chegasse a uma conclusão sobre doutrina x, essa conclusão já poderia ter mudado ao contrário. A implicação disso é que, embora hoje nós entendemos que a Bíblia ensina a divindade de Cristo, amanhã é possível que surja uma outra verdade, mais adequada para a época, que nega a divindade de Cristo. Isso é exatamente o programa dos liberais durante os últimos dois séculos. Ou, se tal teólogo consegue resistir o liberalismo implicado por inerrância limitada, a visão de verdades "dinâmicas", e não fixas, abre a porta para novas revelações tais como se encontram entre os pentecostais radicais e as seitas heréticas. De qualquer maneira, a autoridade final se torna a mente da pessoa, que tem que tomar as decisões sobre quais verdades devem ser modificadas ou não.

O dinamismo verdadeiro da Bíblia é encontrado exatamente na sua veracidade como a Palavra sem erro de Deus. Verdades fixadas da Bíblia não são estáticas, mais sim bem alicerçadas, para poder operar de forma poderosa nas vidas das pessoas. A palavra de Deus é dinâmica, não porque ela é fluida e instável, mas precisamente porque ela é firme, imutável, e inabalável. Se fossem mutáveis as verdades da Bíblia, ela seria um livro morto, fraco e incapaz de responder às nossas necessidades mais profundas. Qualquer resposta ou promessa de hoje poderia mudar sem aviso se fosse assim. Mas a Bíblia não é assim. Apesar de quaisquer pecados e bobagens que o ser humano faz, a Escritura sempre os enfrentam como a medida absoluta dos padrões de Deus, que dá a solução para toda tolice humana. A firmeza das verdades da Bíblia quer dizer que podemos confiar plenamente no amor de Deus e em todas as suas promessas. Isso é a base de nossa confiança em nossa fé. Deus nos ama e só fala a verdade. Ele não é como o homem, que hoje promete uma coisa e amanhã não cumpre.

5. O cânon - Como nós sabemos que a Bíblia tem os livros certos?

5.1. O Velho Testamento: Os livros do VT já eram aceitos pelos Judeus antes do tempo de Jesus. Eles eram classificados em três divisões: 1) A Lei - Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio; 2) os Profetas - Josué, Juízes, Samuel, Reis, Isaías, Jeremias, Ezequiel, Os Doze; e 3) Os Escritos - Salmos, Provérbios, Jó, Cântico dos Cânticos, Rute, Lamentações, Ester, Eclesiastes; Daniel, Esdras-Neemias, Crônicas. O Velho Testamento de Jesus era igual ao Velho Testamento que temos hoje. Jesus declarou todos esses livros como a escritura canônica em Lucas 24.44: "São estas as palavras que vos falei, estando

ainda convosco, que importava que se cumprisse tudo o que de mim estava escrito na lei de Moisés, nos profetas e nos Salmos." Os Escritos eram chamados pelo nome do livro maior, os Salmos. Se ainda existe duvida, veja as palavras de Jesus em Lucas 11.51 "desde o sangue de Abel até ao de Zacarias." Jesus citou o primeiro e o ultimo livro no Velho Testamento, segundo à ordem dos livros na Bíblia hebraica, dando a autoridade dEle ao conteúdo do Velho Testamento inteiro.

5.2. O Novo Testamento: O testemunho dos pais da Igreja mostra que os livros do Velho Testamento e do Novo Testamento eram reconhecidos como escritura pela maior parte da Igreja desde os dias dos apóstolos. Pedro afirmou que as cartas de Paulo eram Escritura (2Pd 3.15-16). Paulo também afirmou que o Evangelho de Lucas era Escritura (1Tm 5.17)! Policarpo (um discípulo de João), Clemente, e Justino Mártir, no século seguinte aceitavam os livros do Velho Testamento e do Novo Testamento como Escritura.

A autoridade apostólica (ao escrever, ditar ou sancionar) limita o cânon à vida dos apóstolos. Porque a posição do apóstolo foi limitada aos que tinham visto a Cristo e foram comissionados por Ele, a Igreja primitiva discerniu que a autoridade canônica era restrita. Uma breve história do Cânon: Policarpo (110-150): exceto 2tm, Tt, Fm, Hb, Tg, 2Pe, 3Jo, Jd, Ap; Irineu (130-202): todos os livros, com exceção de Fm, Tg, 2Pe, 3Jo; Cânon Muratori (c.170): todos menos Hb, Tg, 1 e 2Pe; Tertuliano (150-220): todos, exceto Fm, Tg, 2Pe, 2 e 3 Jo; Cânon de Borocóccio (c.206): Com exceção de Ap; Cânon de Atanásio (367):[3] todos; Concílio de Hipona (393):[4] todos; Concílio de Roma (382):[5] todos; Concílios de Catargo (397, 419):[6] todos.

[3] Escrita no ano 367 d.C., por ocasião da Festa da Páscoa, esta epístola relaciona os livros do Novo Testamento aceitos como canônicos pelos cristãos. "Não é tedioso repetir os [livros] do Novo Testamento. São os quatro Evangelhos, segundo Mateus, Marcos, Lucas e João. Em seguida, o Atos dos Apóstolos e as sete Epístolas [chamadas 'católicas'], ou seja: de Tiago, uma; de Pedro, duas; de João, três; de Judas, uma. Em adição, vêm as 14 Cartas de Paulo, escritas nessa ordem: a primeira, aos Romanos, as duas aos Coríntios, uma aos Gálatas, uma aos Efésios, uma aos Filipenses, uma aos Colossenses, duas aos Tessalonicenses, uma aos Hebreus, duas a Timóteo, uma a Tito e, por último, uma a Filemon. Além disso, o Livro da Revelação de João. Há fontes da salvação em que aqueles que têm sede podem saciar-se com as palavras vivas que contêm. Somente nelas está proclamada a doutrina divina. Que nenhum homem acrescente nada a elas, nem delas se apossem".

[4] Concílio de Hipona (393): "Cânon 36 - Parece-nos bom que, fora das Escrituras canônicas, nada deva ser lido na Igreja sob o nome 'Divinas Escrituras'. E as Escrituras canônicas são as seguintes: Gênese, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, quatro livros dos Reinos [trata-se dos dois livros de Samuel e os dois livros de Reis], dois livros dos Paralipômenos [Isto é, os dois livros das Crônicas], Jó, Saltério de Davi, cinco livros de Salomão [ou seja: Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Sabedoria e Eclesiástico], doze livros dos Profetas [a saber: Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias], Isaías, Jeremias [Incluindo as Lamentações e Baruc, segundo a Septuaginta], Daniel, Ezequiel, Tobias, Judite, Ester, dois livros de Esdras [Isto é, o livro de Esdras e o livro de Neemias] e dois [livros] dos Macabeus. E do Novo Testamento: quatro livros dos Evangelhos [Mateus, Marcos, Lucas e João], um [livro de] Atos dos Apóstolos, treze epístolas de Paulo [aos Romanos, duas aos Coríntios, aos Gálatas, aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses, duas aos Tessalonicenses, duas a Timóteo, a Tito e a Filemon], uma do mesmo aos Hebreus [curiosa distinção resultada, provavelmente, dos escrúpulos que a Igreja Africana tinha a respeito da autenticidade literária paulina dessa epístola], duas de Pedro, três de João, uma de Tiago, uma de Judas e o Apocalipse de João. Sobre a confirmação deste cânon se consultará a Igreja do outro lado do mar [trata-se da Igreja de Roma]. É também permitida a leitura das Paixões dos mártires na celebração de seus respectivos aniversários [alusão ao culto dos santos mártires]".

No século III, os livros do Novo Testamento foram divididos nas seguintes categorias por Eusébio, Bispo de Cesaréia:

> *Homologoumena*, que eram os livros aceitos por todos, que eram 22 do Novo Testamento; *Antilegomena*, que eram os livros discutidos por alguns (como Tiago, 2 Pedro, 2 e 3 João e Judas); *Pseudepígrafos*, que eram os livros rejeitados por todos (Atos de Paulo, o Pastor de Hermas, a Epístola de Barnabé, o Didaquê, *etc.*) e *Apócrifos* ("difícil de entender, escondido"), que foram os 12 livros aceitos na época da Reforma pelo Concílio de Trento (c. 1546). Alguns têm idéias contra ensinos bíblicos, e.g., *Tobias* (ensina salvação por obras), estórias fantasiosas e irreais (e.g., *Bel e o Dragão*), outros têm um ensino sub-bíblico (até imoral) com erros: e.g., Judite 9.10-13. Eles foram rejeitados pelos judeus (Filo, Josefo, concílio de Jâmnia) e por Cristo e pelos Apóstolos, e por muitos líderes da igreja primitiva (incluindo Atanásio e até Jerônimo).

Ainda segundo Sproul, alguns cristãos ficam preocupados com o fato de que houve um processo de seleção histórica. Ficam perturbados com a dúvida: "Como podemos saber que o cânon do Novo Testamento inclui os livros certos?" A teologia tradicional católica romana responde a essa pergunta apelando para a infalibilidade da igreja. A Igreja então é vista como "criadora" do cânon, tendo, portanto, a mesma autoridade que a própria Bíblia. O protestantismo clássico nega que a igreja seja infalível e também que ela "tenha criado" o cânon. A diferença entre o catolicismo romano e o protestantismo pode ser resumida da seguinte maneira:

---

[5] Catálogo dos livros sagrados, composto durante o pontificado de São Dâmaso (366-384), no Concílio de Roma de 382: "Tratemos agora sobre o que sente a Igreja Católica universal, bem como o que se dever ter como Sagradas Escrituras: um livro do Gênese, um livro do Êxodo, um livro do Levítico, um livro dos números, um livro do Deuteronômio; um livro de Josué, um livro dos Juízes, um livro de Rute; quatro livros dos Reis, dois dos Paralipômenos; um livro do Saltério; três livros de Salomão: um dos Provérbios, um do Eclesiastes e um do Cântico dos Cânticos; outros: um da Sabedoria, um do Eclesiástico. Um de Isaías, um de Jeremias com um de Baruc e mais suas Lamentações, um de Ezequiel, um de Daniel; um de Joel, um de Abdias, um de Oséias, um de Amós, um de Miquéias, um de Jonas, um de Naum, um de Habacuc, um de Sofonias, um de Ageu, um de Zacarias, um de Malaquias. Um de Jó, um de Tobias, um de Judite, um de Ester, dois de Esdras, dois dos Macabeus. Um evangelho segundo Mateus, um segundo Marcos, um segundo Lucas, um segundo João. [Epístolas:] a dos Romanos, uma; a dos Coríntios, duas; a dos Efésios, uma; a dos Tessalonicenses, duas; a dos Gálatas, uma; a dos Filipenses, uma; a dos Colossences, uma; a Timóteo, duas; a Tito, uma; a Filemon, uma; aos Hebreus, uma. Apocalipse de João apóstolo; um, Atos dos Apóstolos, um. [Outras epístolas:] de Pedro apóstolo, duas; de Tiago apóstolo, uma; de João apóstolo, uma; do outro João presbítero, duas [interessante distinção, já que antiquíssima tradição de Éfeso distinguia o João Apóstolo de um João Presbítero, da mesma região]; de Judas, o zelota, uma".

[6] Concílio de Cartago III (397) e Concílio de Cartago IV (419): "Parece-nos bom que, fora das Escrituras canônicas, nada deva ser lido na Igreja sob o nome 'Divinas Escrituras'. E as Escrituras canônicas são as seguintes: Gênese, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, quatro livros dos Reinos, dois livros dos Paralipômenos, Jó, Saltério de Davi, cinco livros de Salomão, doze livros dos Profetas, Isaías, Jeremias, Daniel, Ezequiel, Tobias, Judite, Ester, dois livros de Esdras e dois [livros] dos Macabeus. E do Novo Testamento: quatro livros dos Evangelhos, um [livro de] Atos dos Apóstolos, treze epístolas de Paulo, uma do mesmo aos Hebreus, duas de Pedro, três de João, uma de Tiago, uma de Judas e o Apocalipse de João. Isto se fará saber também ao nosso santo irmão e sacerdote, Bonifácio, bispo da cidade de Roma, ou a outros bispos daquela região, para que este cânon seja confirmado, pois foi isto que recebemos dos Padres como lícito para ler na Igreja". Os Concílios regionais de Cartago simplesmente repetem, com as mesmas palavras, o conteúdo do cânon 36 do Concílio regional de Hipona. A diferença está somente na conclusão.

Visão do catolicismo romano:
O cânon é uma coleção infalível de livros infalíveis

Visão do protestantismo clássico:
O cânon é uma coleção falível de livros infalíveis

Visão dos críticos liberais:
O cânon é uma coleção falível de livros falíveis

Embora os protestantes creiam que Deus teve um cuidado especial e providencial para assegurar que os livros certos fossem incluídos, nem por isso consideram que ele tenha tornado a igreja infalível. Os protestantes também lembram aos católicos romanos que a igreja não "criou" o cânon. A igreja identificou, reconheceu, recebeu e se submeteu ao cânon das Escrituras. O termo usado pela igreja em concílio foi *recipimus*, que significa: "nós recebemos".

Neste processo gradual de fixação de um Cânon, foram observados os seguintes critérios:

(1) O critério que veio a estabelecer o cânon, em última instância, foi o da apostolicidade. Se não ficasse provado que um livro era da autoria de um apóstolo ou que, pelo menos, tinha o suporte da autoridade de um apóstolo, ele era tecnicamente rejeitado, por mais que fosse edificante ou popular entre os fiéis. Existiram certos livros que durante muito tempo estiveram na iminência de serem incluídos no cânon, mas que no final deixaram de garantir sua admissão, geralmente porque lhes faltava essa marca indispensável. Entre eles estavam o *Didaquê*, o *Pastor de Hermas* e o *Apocalipse de Pedro*. Alguns dos livros que mais tarde foram incluídos tiveram de aguardar um tempo considerável antes de obter reconhecimento universal. Durante muito tempo, então, Hebreus esteve sob suspeita no Ocidente, e, em geral, no quarto e no quinto séculos, Apocalipse era excluído do Cânon nos lugares influenciados pela Escola de Antioquia. A Igreja ocidental manteve absoluto silêncio sobre Tiago até a segunda metade do quarto, e, em certos círculos, as epístolas de 2Pedro, 2 e 3 João e Judas, que estavam ausentes de quase todas as primeiras listas, continuaram sendo tratadas como duvidosas por muito tempo.

(2) Tinham de ser recebidos como autoritativos pela igreja primitiva.

(3) Tinham de estar em harmonia com os livros a respeito dos quais não havia duvidas. Embora numa época de sua vida Martinho Lutero tenha questionado a canonicidade de Tiago, posteriormente mudou de opinião. Não existe nenhuma razão séria para se ter um mínimo de duvida de que os livros atualmente incluídos no cânon do Novo Testamento não sejam verdadeiros.

O primeiro documento oficial que prescreve como canônicos os 27 livros do Novo Testamento atual foi a *Carta de Páscoa*, escrita por Atanásio em 367 para as Igrejas sob sua jurisdição como bispo de Alexandria. Concílios posteriores como os de Hipona Régia

(393), Cartago (397) e Calcedônia (451) apenas aprovaram e deram uma expressão uniforme àquilo que já era aceito como um fato pelas igrejas há um bom tempo. Segundo Jakob van Bruggen, "devemos fazer aqui uma anotação de cunho histórico. Embora se sugira de muitos lados que a própria igreja tenha formado o cânone, isso não é historicamente correto. O cânone do Antigo Testamento, assim como está impresso, sem os livros apócrifos, já existia na época de Jesus. Mas ninguém pode indicar quando este cânone teria sido adotado. A mesma coisa vale para o cânone do Novo Testamento. Em muitos livros pode-se ler que ele foi aprovado definitivamente apenas no concílio de Cartago em 397. No entanto, se formos consultar as atas deste concílio, verificaremos que somente um artigo (XLVII) trata dos textos bíblicos. No início se diz: 'Houve unanimidade também neste ponto: fora dos textos canônicos não se pode ler nada na igreja com o nome de Escrituras Sagradas'. A lista não faz parte da resolução, mas foi acrescentada a ela, sendo, portanto, conhecida. Não se pode indicar nenhum momento ao final do século em que algum concílio pudesse estar trabalhando em seleção e coleta. A igreja guardou os escritos por causa do seu valor patente e coesão interna".

A posição dos Pais da Igreja diante dos apócrifos pode ser assim resumida: Nos dois primeiros séculos a igreja parece ter aceitado como inspirados todos estes livros, ou a maioria deles, tratando-os, sem maiores problemas, como Escritura. Perto do fim do segundo século, quando, como resultado de uma controvérsia com os judeus, tomou-se conhecimento de que agora eles estavam unidos na rejeição dos livros apócrifos. Foi no quarto século, especialmente nos lugares em que os padrões de erudição do cristianismo alexandrino exerciam influencia, que a rejeição dos apócrifos começaram a ganhar cunho oficial. O ponto de vista agora recomendado na igreja oriental em geral, representado por Atanásio,[7] Cirilo de Jerusalém, Gregório de Nazianzo e Epifânio, era de que os apócrifos deviam ser relegados a uma posição secundária, fora do cânon propriamente dito. Contudo, deve-se assinar que: (a) esse tipo de escrúpulo parece não ter perturbado os adeptos da Escola de Antioquia, tais como João Crisóstomo e Teodorete; e (b) mesmo os escritores orientais que assumiram uma posição rígida na discussão formal do cânon, citavam amplamente os apócrifos em outras ocasiões.

O ocidente, em geral, tendia a fazer uma avaliação bem mais favorável dos apócrifos. O entendimento era que os cristãos deveriam lê-los, sem, contudo, atribuir-lhes autoridade doutrinária. A opinião de Jerônimo era que a igreja poderia ler estes livros para sua edificação, mas não para sustentar doutrinas. Mas, para a grande maioria, os escritos apócrifos eram considerados Escritura no sentido pleno da palavra. Agostinho, por exemplo, cuja influência no Ocidente foi decisiva, não fazia distinção alguma entre eles e o restante do Antigo Testamento. A mesma atitude inclusive frente aos apócrifos foi

[7] Cf. sua Epístola 39: "Mas, para uma maior exatidão, acrescento também, escrevendo para não me omitir, que há outros livros, além desses, de fato incluídos no Cânon, indicados pelos Padres para leitura por aqueles recém-admitidos entre nós e que desejam receber instrução sobre a Palavra de Deus: a Sabedoria de Salomão, a Sabedoria de Sirac, Ester e Judite, Tobias, bem como aqueles chamados Ensinamento dos Apóstolos e o Pastor. Quanto aos primeiros, meus irmãos, foram incluídos no Cânon; mas os últimos são [apenas] para leitura, não havendo em lugar nenhum menção a eles como sendo escritos apócrifos. Mas aqueles que são criação de heréticos, que os escreveram quando quiseram, aprovando-os eles próprios, datando-os de modo a usarem-nos como escrituras antigas, aqueles sim, se encontram em condições de desviarem as pessoas simples".

assumida oficialmente nos sínodos de Hipona e Cartago, e também na famosa carta que o papa Inocêncio I enviou em 405 a Exupério, bispo de Toulouse.[8]

Segundo R. C. Sproul, "existe forte divergência entre católicos romanos sobre o que deveria ser incluído no Antigo Testamento. Os católicos consideram os chamados livros apócrifos como sendo canônicos, enquanto o protestantismo histórico não os considera (os livros apócrifos foram escritos depois que o Antigo Testamento já estava completo e antes que começasse o Novo Testamento). O debate concernente aos apócrifos concentra-se na questão mais ampla do que era considerado canônico pela comunidade judaica. Existem fortes evidências de que os apócrifos não eram incluídos no cânon palestino dos judeus. Por outro lado, tudo indica que os judeus que viviam no Egito teriam incluído tais livros (traduzidos para o grego) no cânon alexandrino. Evidências recentes, entretanto, lançam duvidas sobre isso".

6. A integridade do texto da Bíblia: A Bíblia foi modificada? Uma acusação comum contra a Bíblia é que ela foi mudada, por acidente ou de propósito, e, portanto, não é possível confiar nela. Os adeptos da Nova Era declaram que a Bíblia foi mudada para tirar os ensinos sobre reencarnação que eles insistem estavam contidos nos manuscritos originais. O que diz a evidência?

6.1. O Antigo Testamento: Antes do descobrimento dos Rolos do Mar Morto, o mais antigo manuscrito do Antigo Testamento com o texto hebraico completo tinha uma data do décimo século (900 d.C.). Um exemplo da precisão do processo de copiar os manuscritos é que o manuscrito de Isaías (100 a.C.) nos Rolos do Mar Morto corresponde quase exatamente ao texto massorético de Isaías (916 d.C.). As diferenças são apenas questões de ortografia e não do sentido do texto. Os massoretas (quem copiava o texto) eram fanáticos em relação a fidelidade da preservação do texto. Eles tinham regras estritas sobre como copiar, inclusive contar cada palavra e cada letra da cópia para verificar se os números correspondiam ao original.

6.2. O Novo Testamento: Nosso conhecimento da história antiga é fundamentada nas obras de vários autores cujos livros sobreviveram em poucos manuscritos. Por exemplo: Julio César - 100 - 44 a.C., 10 manuscritos, cópia mais antiga 900 d.C.; Platão - 427-347 a.C., 7 manuscritos, cópia mais antiga 900 d.C.; Tácito - 100 d.C.; 20 manuscritos; cópia mais antiga 1100 d.C.; Aristóteles - 384-322 a.C., 49 manuscritos, cópia mais antiga 1100 d.C. Não há historiador algum que questione a preservação desses documentos. Compare esses com os manuscritos do Novo Testamento. NT - 40-100 d.C., 24,000 manuscritos (5,300+ grego, 10,000+ Vulgata Latim, 9,300+ outras versões), cópia mais antiga 125 d.C. (fragmentos) 350 d.C. - Novo Testamento inteiro. Os eruditos no estudo do NT concordam que dentre as variações encontradas nos manuscritos nenhuma delas afeta o sentido do

[8] Papa Inocêncio I (20.02.405): Carta *Consulenti Tibi* a Exupério, bispo de Toulose: "Quais os livros aceitos no cânon das Escrituras, o breve apêndice o mostra: Cinco livros de Moisés, isto é, Gênese, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Um livro de Josué, filho de Num; um livro dos Juízes; quatro livros dos Reinos; e Rute. Dezesseis livros dos Profetas; cinco livros de Salomão; o Saltério. Livros históricos: um de Jó, um de Tobias, um de Ester, um de Judite, dois dos Macabeus, dois de Esdras, dois dos Paralipômenos. Do Novo Testamento: quatro livros dos Evangelhos; quatorze epístolas do apóstolo Paulo, três de João, duas de Pedro, uma de Judas, uma de Tiago; os Atos dos Apóstolos; e o Apocalipse de João".

texto. Geisler e Nix estimam que menos que 2% do texto esteja em dúvida. Na opinião de Hort a parte do texto em dúvida não chega a 0,1%. O texto grego do Novo Testamento que temos hoje é virtualmente igual ao original. Conclusão: Se alguém rejeitar a integridade do texto do NT, ele terá que também rejeitar o testemunho inteiro da história antiga.

7. Vimos que a Bíblia declara a sua inerrância e que ela tem sido preservada durante as épocas da história. Mas só isso não comprova que ela é nem fidedigna nem a verdadeira Palavra de Deus. Que evidência existe para apoiar a noção de que a Bíblia é o único livro revelado por Deus?

7.1. A Bíblia concorda com os fatos? Podemos usar a prova empírica para verificar a veracidade da Bíblia.
7.1.1. A evidência da arqueologia: Josh McDowell mostra que os estudiosos reconhecem a veracidade da Bíblia como um documento histórico por causa dos descobrimentos do século 20 no campo da arqueologia. Exemplos: Antigo Testamento - Desde 1974, 17.000 tabletes da cidade antiga de Ebla tem sido descobertos. Ebla era uma cidade do norte da Síria que foi destruída em 2250 a.C. Duas críticas comuns contra o Antigo Testamento eram que durante a época de Moisés (1400 a.C.) não existiam línguas escritas e que a lei de Moíses era mais desenvolvida do que foi possível naquela época. A biblioteca de Ebla revela que línguas escritas existiam pelo menos mil anos antes de Moisés e que a cidade de Ebla tinha uma lei bem avançada. Novo Testamento - O arqueólogo Sir William Ramsey começou a obra dele convencido de que as teorias dos liberais sobre o livro de Atos que afirmavam que ele foi escrito no século II eram certas. Ele acreditou que o livro não era fidedigno como um guia da história da igreja primitiva. Após pesquisar muitos anos ele mudou totalmente a sua opinião. Ele concluiu "...em inúmeros detalhes, a narrativa revela ser maravilhosamente verdadeira." (citado por McDowell, *Evidência que Exige um Veredito*, p. 89).
7.1.2. A evidência da profecia cumprida: A Bíblia tem muitas profecias detalhadas. Muitas delas fazem referência a lugares específicos. Portanto, nos podemos comparar as profecias com a história que se seguiu para verificar se as profecias foram cumpridas. Exemplo: Babilônia: a) será como Sodoma e Gomorra (Is 13.19), b) jamais será habitada de novo (Jr 51.26; Is 13.20) c) ali os árabes não armarão tendas (Is 13.20), d) lá não haverá rebanhos de ovelhas (Is 13.21), e) não se usa as pedras das ruínas para construir outras coisas (Jr 51.43), f) estará coberta de pântanos (Is 14.23). Babilônia era uma cidade grande e poderosa. Mas a cidade foi capturada por Ciro (Dn 8) e depois de uma série de guerras prejudicou a cidade tanto que o custo de a reconstruir ficou mais do que construir uma nova cidade. Isso foi feito 60 km. ao norte e Babilônia tornou-se um deserto. Hoje é ainda um lugar sem habitantes a não ser animais selvagens. Então a cidade foi destruída e abandonada como Sodoma e Gomorra. Ela nunca foi habitada de novo, nem por árabes nas tendas que se chamam o lugar "o deserto das águas", porque os rios transbordaram e o lugar se tornou um pântano. Todas as profecias foram cumpridas. A probabilidade disso tem sido calculada em 1 em $5x10^9$. Os exemplos podem ser acrescentados: Tiro (Ez 26), Sidom (Ez 28), Gaza (Amos 1, Jr 47, Sofonias 2), Moabe (Ez 25). A probabilidade que todas essas profecias e as demais no Antigo Testamento fossem cumpridas é tão pequena que é um absurdo supor que os cumprimentos tenham acontecido por acaso (McDowell, *Evidência que Exige um Veredito*, p. 379).

7.2. A Bíblia é consistente consigo? Não existem problemas e contradições? Geralmente as assim chamadas contradições na Bíblia podem ser resolvidas facilmente com uma melhor análise do contexto bíblico, histórico, e cultural da passagem. Dois livros, *Manual popular de dúvidas, enigmas e "contradições" da Bíblia*, por Norman Geisler e Thomas Howe (Ed. Mundo Cristão) e *Enciclopédia de Dificuldades Bíblicas* de Gleason L. Archer Jr. (Ed. Vida) mostram que existem respostas razoáveis aos problemas da Bíblia. Além disso, a história da pesquisa bíblica mostra que muitas dificuldades têm sido resolvidas através de novas informações. Na luz disso é melhor apostar em prol da Bíblia e não contra ela.

8. A Bíblia e as perguntas importantes – No fim, a questão da veracidade da Bíblia é a questão epistemológica: *o que é a autoridade ulterior na determinação da verdade?*

Toda e qualquer medida feita é sempre segundo de algum padrão. O padrão, em si, é o fator que determina se a medida é certa o não. Assim, o padrão não pode ser sujeito a uma outra medida para determina se ele é certo o não, porque é ele que define as medidas. A régua de um metro não é determinada pelo que está sendo medida. É ela que determina o que é um metro. A régua é sua própria testemunha da sua veracidade. Se fosse determinada por outra coisa ela não seria o padrão, mas sim aquela outra o seria. Neste sentido o padrão final não tem e não precisa de uma autenticação fora de si. Ele é autenticado através de sua própria autoridade. O caso da Bíblia é assim. A revelação de Deus é o padrão final pelo qual a veracidade ou falsidade da interpretação do universo que é feito pelo ser humano é medida. Ela é a régua que determina se a comsovisão da pessoa é certa ou não. Isso é o que a Bíblia ensina a cerca de si. Isso significa que ela é o único alicerce que funciona para sustentar a possibilidade de conhecimento. Se fosse deixado para a razão humana decidir se a Bíblia é verdadeira ou não, então a razão humana seria o padrão derradeiro que determina todo conhecimento. Mas, como será demonstrado depois, isso foi exatamente o erro que levou Adão e Eva a desobedecer a Deus. No fim das contas, a autoridade da Bíblia fica no auto-testemunho da própria Bíblia porque não existe nenhuma outra autoridade ulterior por meio do qual a Bíblia pode ser medida. A Bíblia é a autoridade final e ulterior para todo conhecimento. Este assunto será tratado com mais detalhes no primeiro apêndice deste capítulo.

9. Aplicação: Confissão de Fé Batista de 1689: "... os quais foram dados por inspiração de Deus, para serem a Regra de Fé e vida prática."

9.1. Precisamos do Espírito Santo para receber a Palavra de Deus. O Espírito foi derramado para trazer à memória de todo o cristão o ensino de Jesus (Jo 14.16), para testemunhar de Jesus (Jo 15.16) e para glorificar Jesus (Jo 16.14). João Calvino (1509-1564): "A não ser que os homens possuam a certeza da qual falei [testemunho interno do Espírito de Deus], certeza esta que é mais alta e mais forte do que aquela que a razão humana possa oferecer, é vão defender a autoridade das Escrituras por argumentos ou estabelecê-la pela aprovação da igreja; pois a não ser que este fundamento seja posto, a incerteza permanecerá no coração."

9.2. Precisamos pregar e explicar somente a Bíblia: *Sola Scriptura*: a) Tudo que Deus pede que nós creiamos encontra-se na Bíblia. b) Tudo o que precisamos saber sobre como nos portar encontra-se na Bíblia.

9.3 Precisamos estudar cuidadosamente toda a Bíblia: *Tota Scriptura*: Se não a estudarmos toda, a) nossa visão de Cristo será falha, b) nossa vida espiritual será falha e c) tornamo-nos presas fáceis de falsos mestres, erros e toda espécie de especulação e filosofias de origem humana. Os puritanos trabalhavam com o seguinte silogismo: "Se há novas revelações, as Escrituras não são suficientes. Se as Escrituras são perfeitas, então não existe necessidade de novas revelações".

9.4. Aplicação a todas as áreas da vida: Casamento, sexo, família, trabalho, finanças, educação, ação social, culto e adoração *etc.*

9.5. Obediência é requerida daqueles que estudam a Bíblia. William Ames (1576-1633): "Teologia é a doutrina de viver para Deus." John Bunyan (1628-1688): "A alma da religião é a parte prática."

Começando em julho de 1525, às 7h no verão (às 8h no inverno), todos os dias exceto sextas-feiras e domingos, todos os ministros e estudantes de teologia de Zurique reuniam-se no coro da Grande Catedral, para dedicar-se a uma hora de aprofundada exegese e interpretação das Escrituras. O reformador Ulrich Zwinglio (1484-1531) abria estas reuniões com a seguinte oração: "Deus todo poderoso, eterno e misericordioso, cuja Palavra é lâmpada para nossos pés e luz em nosso caminho, abre e ilumina nossas mentes para que possamos entender tua Palavra pura e perfeitamente e para que nossas vidas possam estar de acordo com aquilo que tivermos entendido corretamente; que em nada desagrademos tua majestade, por Jesus Cristo, nosso Senhor. Amém."

Apêndice 1

Epistemologia e a Inerrância da Bíblia

A Bíblia é a único alicerce que funciona para sustentar a possibilidade de conhecimento. O problema é o que é a autoridade ulterior? No fim das contas, a autoridade da Bíblia fica no auto-testemunho da própria Bíblia porque não existe nenhuma outra autoridade ulterior por meio do qual a Bíblia pode ser medida. A Bíblia é a autoridade final e ulterior para todo conhecimento.

Introdução
Ao falar sobre a natureza da Bíblia, a questão para a religião e a filosofia da religião é a questão do conhecimento, ou seja, a fonte ou a base do conhecimento. É a questão da autoridade final. Quando alguém faz uma asseveração religiosa, a reação imediata da pessoa que não crê é; "E como é que você sabe que isso é verdade?" E isso é uma pergunta razoável, que exige uma resposta honesta. Tradicionalmente, a resposta da teologia cristã era: "Eu sei porque a Bíblia me disse que é assim." Em outras palavras, o cristianismo localizava a autoridade última na Bíblia, que era aceita como a revelação de Deus. Aliás, ultimamente muitos teólogos abandonaram a posição tradicional e optaram por uma outra visão. O liberalismo e a neo-ortodoxia, juntamente com o pentecostalismo, localizam a autoridade final na experiência, embora seja de formas bem diferentes. Outros acham que a Bíblia tem autoridade limitada, e que a razão humana é suficiente para peneirá-la e separar o trigo do joio. Neste caso, a Bíblia seria um guia com autoridade delegada, nas palavras de Stephen Davis, embora ela tenha erros nas áreas não-essenciais.

O problema da autoridade final no conhecimento não é apenas um problema da religião e a filosofia da religião, mas sim de todas as áreas da cultura e vida humana. Tanto o cientista quanto o filósofo têm que ter uma razão, uma base, para acreditar na validade do seu trabalho.

Este é o caso também para a pessoa que quer ter certeza da salvação. A qualquer declaração se pode perguntar, "é mesmo?" O problema existe, portanto, em duas áreas. Ele existe na área do conhecimento geral, que inclui ciência e outros campos, e mais especificamente, na área do conhecimento das doutrinas e promessas da fé cristã. E isso não é uma questão irrelevante, porque a religião cristã diz muita coisa sobre o destino eterno das pessoas, a natureza de Deus, e outras coisas que são altamente interessantes para nós. Agora nós examinaremos esta questão, olhando primeiro para o lado da teologia. Nossa questão é a seguinte: Será que a inerrância da Bíblia é necessária para conhecer as doutrinas reveladas na Bíblia? Vamos examinar o argumento de Greg Bahnsen (teólogo e filósofo reformado, muito conhecido por sua defesa do evangelho. Ele faleceu em 1995, antes de completar 50 anos) sobre a necessidade da inerrância da Bíblia.

1. Será possível ter uma visão elevada da Bíblia, se ela contivesse erros? Contra Clark Pinnock e Stephen Davis, Greg Bahnsen afirma que não seria possível. Ele propõe que para que conheçamos qualquer verdade teológica da Bíblia, é necessário que a Bíblia seja inerrante.

1.1. O que quer dizer “conhecimento?” Conhecimento é uma crença verdadeira justificada. Isso quer dizer uma crença que é aceita com justificação ou boa e suficiente evidência. A questão é, como podemos eliminar idéias tendenciosas das nossas crenças? Como é que evitamos crenças arbitrárias?

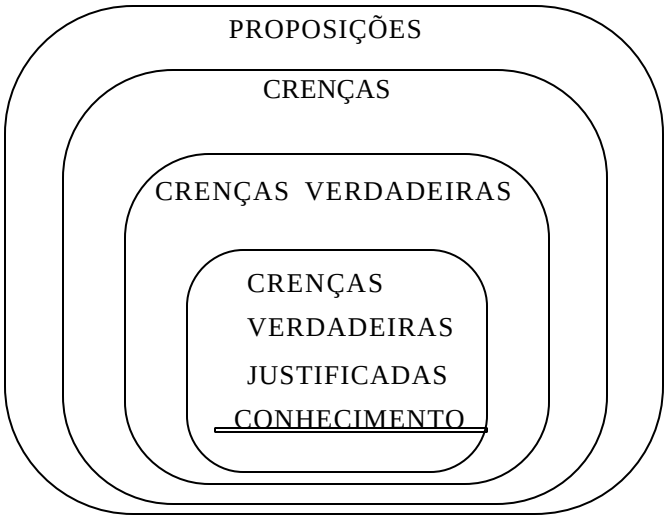
1.2. Pressupondo que a noção de conhecimento na Bíblia seja, pelo menos, de crença verdadeira e justificada, o que diz a Bíblia sobre a possibilidade do conhecimento? A Bíblia diz que podemos ter certeza (uma crença justificada e verdadeira) de que realmente sabemos determinadas coisas.

> 1) A Bíblia ensina a sua própria inerrância; “toda palavra de Deus é pura; ele é um escudo para os que nele confiam” (Prov. 30:5); “Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade” (João 17:17); Deus é capaz de não fazer erros – “E não há criatura alguma encoberta diante dele; antes todas as coisas estão nuas e patentes aos olhos daquele a quem havemos de prestar contas” (Heb. 4:13); “...é impossível que Deus minta...” (Heb. 6:18); A Bíblia é um sopro de Deus; ela vem da boca de Deus. “Toda escritura [não apenas os autores mas o texto em si] é divinamente inspirada e proveitosa para ensinar, para repreender, para corrigir, para instruir em justiça” (2 Tim. 3:16)
>
> 2) A verdade pode ser conhecida – “Pois isto é bom e agradável diante de Deus nosso Salvador, o qual deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade” (1 Tim 2:4); Uma tarefa do pastor, segundo Paulo, é que ele deve estar “corrigindo com mansidão os que resistem, na esperança de que Deus lhes conceda o arrependimento para conhecerem plenamente a verdade” (2 Tim 2:25); “E nós conhecemos, e cremos no amor que Deus nos tem. Deus é amor; e quem permanece em amor, permanece em Deus, e Deus nele (1 João 4:16).
>
> 3) Verdades teológicas específicas podem ser conhecidas - “Amados agora somos filhos de Deus, e ainda não é manifestado o que havemos de ser. Mas sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele; porque assim como é, o veremos” (1 João 3:2); “E nisto sabemos que o conhecemos: se guardamos os seus mandamentos” (1 João 2:3); “Estas coisas vos escrevo , a vós que credes no nome do Filho de Deus, para que saibais que tendes a vida eterna” (1 João 5:13). Pedro falou sobre a certeza absoluta da identidade de Jesus. “Saiba pois com certeza toda a casa de Israel que a esse mesmo Jesus, a quem vós crucificastes, Deus o fez Senhor e Cristo” (Atos 2:36).

Pressupondo que a Bíblia fala de um conhecimento justificado, como é que sabemos que conhecemos? Qual é a justificativa para as crenças teológicas, e qual é a natureza daquela justificativa?

2. A natureza do conhecimento

Vamos dizer que “P” = qualquer proposição afirmada pela Bíblia. Ao dizer que “P” é verdadeiro, qual é a natureza desta afirmação? Qual é a natureza do conhecimento?



2.1. O conhecimento é um tipo de crença. É uma classe que faz parte da classe maior de crenças. Em outras palavras, todo conhecimento é crença mas nem toda crença é conhecimento. Se "P" é falso, ninguém pode conhecer que "P" é verdadeiro, embora ele possa acreditar em "P".

2.2. O conhecimento não é apenas crença numa proposição verdadeira. É possível crer em algo que seja verdadeiro sem justificativa. Mas não é possível conhecer aquilo sem o apoio de boa e suficiente evidência. Então, como foi dito previamente, o conhecimento é uma crença verdadeira justificada.

2.3. Vamos considerar a natureza da seguinte declaração neste hino: "Cristo tem amor por mim; sei que a Bíblia diz assim. Por crianças como eu numa cruz Jesus morreu. Cristo me ama! Cristo me ama! Cristo me ama! A Bíblia diz assim". Este hino tem uma epistemologia bem clara. Uma asseveração teológica é justificada porque ela é incluída na Bíblia. "Eu conheço "P" porque a Bíblia diz que "P" é verdadeiro". Desde que "P" faz parte do conjunto das proposições declaradas na Bíblia, é considerada uma crença verdadeira e justificada. Este é o padrão que justifica uma crença teológica na teologia cristã.

3. A necessidade de um padrão justificativo

3.1. As reivindicações particulares são justificadas à luz de uma fonte que é um conjunto de verdades mais gerais. Vamos considerar, por exemplo, a declaração: "Eu conheço "x" porque "x" está no conjunto de verdades apresentadas na enciclopédia." Se a enciclopédia apresenta como fatos coisas que sejam falsas em algumas instâncias, ela é uma fonte imperfeita. Um apelo feito à autoridade daquela enciclopédia não seria suficiente para justificar uma crença. Uma fonte imperfeita poderia conter umas crenças verdadeiras, mas isso não poderia ser conhecido sem apelar-se a uma outra autoridade.

3.2. Quando tiver um conjunto de idéias que seja uma fonte que misture verdade e erro (que seja errante):

1) É preciso ter uma metodologia para peneirar e eliminar reivindicações falsas, ou tem que existir uma justificação adicional para confirmar as reivindicações verdadeiras achadas naquele conjunto.

2) Um apelo feito a um outro padrão indica que existe uma hierarquia de padrões. Os mais altos na hierarquia são mais confiáveis.

3) De qualquer maneira, para termos conhecimento é preciso existir um padrão para avaliar qualquer reivindicação da verdade. Portanto, não se pode justificar uma reivindicação de conhecer "P" apenas pelo fato de que "P" é incluído no conjunto. A insuficiência e falibilidade do conjunto exigem que cada membro seja avaliado separadamente dos outros, à luz de um outro padrão mais confiável. Por definição, o padrão utilizado para avaliar cada membro do conjunto é considerado superior ao conjunto.

4. Implicações para a teologia

4.1. Aqueles que acreditam que a Bíblia tem erros ou que algumas coisas na Bíblia não são inspiradas, ainda querem dar á Bíblia um lugar de autoridade. Mas se a Bíblia tem erros, como é que nós podemos saber a veracidade de doutrinas que não podem ser provadas por um outro padrão? Como é que posso saber, por exemplo, que a morte de Cristo expiou meus pecados? Por que a idéia de que Cristo está assentado à mão direita do Pai faz parte do meu conhecimento em vez de ser apenas uma crença? Se a Bíblia tem erros, não é suficiente dizer: "A Bíblia diz assim". Se a palavra de Deus não é sempre verdadeira, qual é a base para dar-lhe autoridade sem que essa autoridade ser arbitrário? Se ela ensina erros, qual é a base para dizer que conhecemos sequer uma doutrina metafísica?

4.2. Ao requerer uma autoridade suficiente para justificar as asseverações da Bíblia, o teólogo está pondo a sua própria razão autônoma acima da Bíblia e, também, está dizendo que não existe um referencial com uma base infinita para interpretar a realidade. O resultado natural é o ceticismo religioso. A capacidade de conhecer doutrinas como verdades depende da inerrância da Bíblia.

Apêndice 2

Como abordar as dificuldades bíblicas

A Bíblia é isenta de erros, mas os que as criticam não são. Todas as alegações feitas nesse sentido baseiam-se em erros cometidos pelos próprios críticos. Tais erros enquadram-se numa das seguintes principais categorias (Norman Geisler e Thomas Howe, *Manual Popular de dúvidas, enigmas e "contradições" da Bíblia* [São Paulo: Mundo Cristão, 1999], pp. 18-31):

Erro número 1: assumir que o que não foi explicado seja inexplicável. Nenhuma pessoa instruída alegaria ser capaz de explicar completamente todas as dificuldades bíblicas. Contudo, é um erro o crítico pressupor que o que não foi ainda explicado nunca o será. Os eruditos cristãos pressupõem que o que até hoje não foi explicado na Bíblia não é, por isso, inexplicável. Não consideram que discrepâncias sejam contradições. E, quando encontram algo que não podem explicar, continuam pesquisando na certeza de que algum dia encontrarão a resposta. Aquele que estuda a Bíblia tem sido recompensado em sua fé e pesquisa, pois muitas dificuldades já foram superadas através da história, da arqueologia, da lingüística e de outras disciplinas.

Erro número 2: presumir que a Bíblia é culpada, até prova em contrário. Muitos críticos presumem que a Bíblia está errada, até que algo venha provar que ela está certa. Contudo, como acontece com qualquer cidadão acusado de um crime, a Bíblia deve ser tida como "inocente", até que haja a prova da culpa. Isso não é querer dar-lhe nenhum tratamento especial; essa é a forma pela qual todos os relacionamentos humanos são feitos. Se assim não fosse, a vida não seria possível. Temos de presumir que a Bíblia, como qualquer outro livro, está nos dizendo o que os autores disseram e ouviram. As críticas negativas da Bíblia partem de um pressuposto contrário a este. Não é de se admirar, então, que concluam que a Bíblia está crivada de erros.

Erro número 3: confundir as nossas falíveis interpretações com a infalível revelação de Deus. Jesus afirmou que "a Escritura não pode falhar" (Jo 10.35). Sendo um livro infalível, a Bíblia é também irrevogável. Jesus declarou: "Porque em verdade vos digo: Até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da lei, até que tudo se cumpra" (Mt 5.18; Lc 16.17). As Escrituras têm ainda a autoridade final, sendo a última palavra acerca de tudo o que ela aborda. Jesus valeu-se da Bíblia para resistir ao tentador (Mt 4.4,7,10); para resolver discussões doutrinárias (Mt 21.42); e para sustentar a sua autoridade (Mc 11.17). Mas, conquanto a Bíblia seja infalível, as interpretações humanas não o são. A Bíblia não pode estar errada, mas nós podemos estar errados quanto a alguma coisa dela. O significado da Bíblia nunca muda, mas a nossa compreensão pode mudar. Muito embora a Palavra de Deus seja perfeita (Sl 19.7), enquanto existirem seres humanos imperfeitos, haverá erros de interpretação das Escrituras e falsos pontos de vista deles decorrentes.

Erro número 4: falhar na compreensão do contexto da passagem. Talvez o erro mais comum dos críticos seja o de tirar um texto de seu próprio contexto. Como diz o ditado: "um texto fora de contexto é simplesmente um pretexto". Tudo se pode provar, a partir da Bíblia, por meio desse procedimento errôneo.

Erro número 5: deixar de interpretar passagens difíceis à luz das que são claras. Algumas passagens das Escrituras são de difícil interpretação. Outras vezes a dificuldade está em que uma passagem parece estar ensinando algo contrário ao que uma parte da Escritura ensina com clareza. Então, textos de difícil compreensão devem ser entendidas à luz de passagens mais claras.

Erro número 6: basear um ensino numa passagem obscura. Algumas passagens da Bíblia são difíceis porque o seu significado é obscuro. Isso ocorre geralmente porque uma palavra-chave do texto é empregada uma só vez (ou raramente), e então fica difícil saber o que o autor está dizendo, a menos que seja possível deduzir o sentido pelo contexto. Quando não temos certeza, então temos de ter em mente algumas coisas: Primeiro, não devemos construir uma doutrina com base numa passagem obscura. A regra prática na interpretação bíblica é: "as coisas principais são as coisas claras, e as coisas claras são as coisas principais". Chamamos a isso de perspicuidade (clareza) das Escrituras. Se algo for importante, isso será ensinado nas Escrituras de forma bem clara, e provavelmente em mais de um lugar. Segundo, quando uma dada passagem não está clara, não devemos nunca supor que ela esteja ensinando o contrário do que uma outra parte nos ensina com muita clareza. Deus não comete erros na sua Palavra; mas nós podemos cometer erros ao tentarmos interpretá-la.

Erro número 7: esquecer-se de que a Bíblia é um livro humano, com características humanas. Exceto pequenas seções, tal como os Dez Mandamentos, que foram escritos "pelo dedo de Deus" (Êx 31.18), a Bíblia não foi verbalmente ditada. Seus escritores não foram secretários do Espírito Santo. Eles foram autores humanos, que empregaram estilos literários próprios, com suas próprias idiossincrasias, ou seja, com o seu jeito de ver as coisas. Esses autores humanos às vezes tomaram informações de *fontes humanas* para o que escreveram (Js 10.13; At 17.28; 1Co 15.33; Tt 1.12). De fato, cada livro da Bíblia é uma composição feita por um *escritor humano*; foram cerca de quarenta autores. A Bíblia evidencia também estilos *literários humanos* diferentes; da métrica melancólica de Lamentações até a exaltada poesia de Isaías; da gramática elementar de João ao complexo grego do livro de Hebreus. As Escrituras manifestam ainda *perspectivas humanas*. Os livros de Reis foram escritos tendo uma abordagem profética, e Crônicas, a partir de um ponto de vista sacerdotal. Atos manifesta um enfoque histórico, e 2 Timóteo, o coração de um pastor. Os escritores bíblicos escreveram sob a perspectiva de um observador quando se referiram ao nascer do sol (Js 1.15) ou ao pôr-do-sol. Eles também revelam padrões *humanos de pensamento,* inclusive lapsos de memória (1Co 1.14-16), bem como *emoções humanas* (Gl 4.14). A Bíblia revela *interesses humanos* específicos. Por exemplo, Oséias possuía um interesse rural, Lucas, uma preocupação médica, e Tiago, um amor pela natureza. Como Cristo, a Bíblia é completamente humana, mas mesmo assim sem erros. Esquecer-se da humanidade das Escrituras pode levar-nos a impugnar falsamente sua integridade por esperarmos um nível de expressão maior do que é o usual num documento humano.

Erro número 8: assumir que um relato parcial seja um relato falso. Com freqüência, os críticos tiram conclusões precipitadas com respeito a um relato parcial, tomando-o como falso. Entretanto, não é bem assim. Do contrário, quase tudo o que se tenha dito seria falso,

já que poucas vezes há tempo e espaço suficientes para uma abordagem completa. Ocasionalmente, a Bíblia expressa a mesma coisa de diferentes modos, ou pelo menos de diferenes pontos de vista, em tempos distintos. Portanto, a inspiração não exclui diversidade de expressão. Cada um dos quatro autores do Evangelho relata a mesma história de uma maneira diferente, para um grupo diferente de pessoas, e às vezes citam o mesmo incidente com palavras diferentes. Até mesmo os Dez Mandamentos, os quais foram escritos "com o dedo de Deus"(Dt 9.10), quando foram entregues, pela segunda vez, apresentam-se com variações (compare Êx 20.8-11 com Dt 5.12-15). Há muitas diferenças entre os livros de Reis e de Crônicas nas descrições que eles fazem dos mesmos eventos; contudo, não incidem em nenhuma contradição nos acontecimentos que narram. Se expressões assim tão importantes puderem ser feitas de maneiras diferentes, então não há por que o restante das Escrituras ter de expressar a verdade apenas de uma forma literal e inflexivel em sua abordagem.

Erro número 9: exigir que as citações do Antigo Testamento feitas no Novo Testamento sejam sempre exatas. Os críticos com freqüência apontam para as variações ocorridas quando o NT cita passagens do AT, como provas de erro. Entretanto, se esquecem de que uma *citação* não tem de ser uma *repetição* exata do que está escrito. Era então, como é hoje, perfeitamente aceitável o estilo literário que dá a *essência* de uma afirmação ou pensamento, sem que se empregue precisamente as *mesmas palavras*. Um mesmo significado pode ser transmitido sem o uso das mesmas *expressões verbais*. Em caso algum, porém, o NT interpreta de forma errada ou não aplica corretamente o AT, nem ainda tira qualquer conclusão do que não esteja presente naquele texto. Em resumo, o NT não comete erros quando cita o AT, como acontece quando os críticos citam o NT.

Erro número 10: assumir que diferentes narrações sejam falsas. Pelo simples fato de divergirem entre si duas ou mais narrações do mesmo acontecimento, isso não significa que elas sejam mutuamente exclusivas.

Erro número 11: presumir que a Bíblia aprova tudo o que ela registra. É um erro admitir que tudo o que a Bíblia contém seja recomendado por ela. Toda a Bíblia é *verdadeira* (Jo 17.17), mas ela registra algumas *mentiras*, como por exemplo as de Satanás (Gn 3.4; conforme Jo 8.44) e a de Raabe (Js 2.4). A inspiração está sobre toda a Bíblia de forma tão completa e abrangente que ela registra com exatidão e verdade até mesmo as mentiras e os erros dos que pecaram. A verdade, na Bíblia, encontra-se no que ela *revela*, não em tudo o que ela *registra*.

Erro número 12: esquecer-se de que a Bíblia faz uso de uma linguagem comum, não-técnica. Para que algo seja verdadeiro, não é necessário fazer uso de uma linguagem erudita, técnica ou, assim chamada, "científica". A Bíblia foi escrita para pessoas comuns de todas as gerações, e, portanto, emprega a linguagem comum, do dia-a-dia. O uso de uma linguagem não-científica não vai de encontro à ciência, pois ela é *anterior* à ciência. As Escrituras foram escritas em tempos antigos, com padrões antigos, e seria anacrônico impor sobre elas padrões científicos modernos. Contudo, não é menos científico falar que "o sol se deteve" (Js 10.13) do que se referir ao "nascer do sol" (Js 1.15). Ainda hoje os meteorologistas mencionam todo o dia sobre a hora do "nascer" e do "pôr-do-sol".

Erro número 13: considerar que números arredondados sejam errados. Outro engano algumas vezes cometidos pelos críticos é que quando eles alegam que há erro em números que foram arredondados. Não é assim. Como ocorre no linguajar comum, números arredondados são apenas isso: números arredondados.

Erro número 14: não observar que a Bíblia faz uso de diferentes recursos literários. Um livro inspirado não precisa ser composto em um único estilo literário. Foram seres humanos que escreveram os livros da Bíblia, e a linguagem humana não se limita a uma única forma de expressão. Assim, não há por que supor que apenas uma forma de expressão ou apenas um gênero literário tenha de ter sido empregado num livro divinamente inspirado. Não constitui erro o autor bíblico fazer uso de uma figura de linguagem, mas é errado tomar uma figura de linguagem de forma literal. Temos de ter o cuidado na leitura das figuras de linguagem nas Escrituras.

Erro número 15: esquecer-se de que somente o texto original é isento de erros, e não qualquer cópia das Escrituras. Quando os críticos descobrem um genuíno erro numa cópia (manuscrito) cometem um erro fatal. Eles assumem que o erro se encontra também no texto original das Escrituras, no texto inspirado. Esquecem-se de que Deus proferiu o texto original das Escrituras, não as cópias. Portanto, somente o texto original é isento de erros. A inspiração não garante que toda cópia do original fique sem erros. Portanto, temos de levar em conta que pequenos erros podem ser encontrados em alguns manuscritos, que são cópias do texto original. Mas, segundo Agostinho com sabedoria observou, quando nos deparamos com um, assim chamado, "erro" na Bíblia, temos de admitir uma entre duas alternativas: ou o manunscrito não foi copiado corretamente, ou não entendemos as Escrituras direito. O que não podemos pressupor é que Deus tenha cometido um erro na inspiração do texto original. Algumas coisas temos de observar com respeito aos erros dos copistas. Em primeiro lugar, são erros feitos nas cópias, e não no original. Jamais alguém encontrou um original com erro. Em segundo lugar, são erros de menor importância (com freqüência, em nomes e em números), que não afetam nenhuma doutrina da fé cristã. Em terceiro lugar, esses erros dos copistas são relativamente em pequeno número. Em quarto lugar, geralmente, pelo contexto ou por outro texto das Escrituras, podemos saber qual passagem incorre em erro. Finalmente, muito embora possa haver um erro de cópia, a mensagem inteira ainda assim é perfeitamente entendida. Nesses casos, a validade da mensagem não se altera. Assim, na prática, por mais imperfeições que hajam nos manuscritos utilizados, a Bíblia que temos em nossas mãos transmite a verdade completa da original Palavra de Deus.

a. O que importa é o <u>códice</u>: uma cópia perfeita tem o mesmo valor do original.
b. A Bíblia mesma fala de e usa cópias anteriores (Dt 10.2, 4; 17.18; Jr 36.8 etc). Os autores do Novo Testamento não tinham o original do Antigo Testamento, mas até o próprio Jesus destacou a inerrância do códice do Antigo Testamento (Jo 10.35).
c. O códice original não está perdido; está dentro dos manuscritos que temos. A Crítica Textual pressupõe um escrito original como a meta absoluta das cópias. Atualmente, há mais do que 5.000 manuscritos do Novo Testamento, com 350 códices (*Sinaíticus*, *Vaticanus*, *Alexandrinus*) e 2.000 lecionários com mais que 86.000 citações bíblicas.

d. Com respeito à inerrância das Bíblias atuais que temos, elas tem algumas palavras discutidas com respeito ao autógrafo original. Mas ainda estas Bíblias de hoje são a verdadeira Palavra de Deus, inspirada e inerrante à medida que ela reflete a obra original de Deus (o códice). E à luz da ciência da Crítica Textual, podemos ter grande confiança de que a Bíblia que possuímos é extraordinariamente exata.

Erro número 16: confundir afirmações gerais com universais. Com freqüência, os críticos rapidamente chegam à conclusão de que afirmações que não mencionam restrições não admitem exceções. Apoderam-se de versículos que apresentam verdades gerais e então regozijam-se em mostrar óbvias exceções. Ao fazerem isso, se esquecem de que tais afirmações foram feitas com a intenção de serem generalizações. O livro de Provérbios é um bom exemplo de casos assim. Dizeres proverbiais, por sua natureza, dão-nos apenas uma direção, e não uma certeza aplicável a todos os casos. São regras para a vida, mas regras admitem exceções (Pv 16.7; 22.6). Os provérbios não têm a característica de ser garantias absolutas. Antes, eles expressam verdades que nos proporcionam conselhos e direções úteis, que cada um de nós deve aplicar à própria vida, a cada dia.

Erro número 17: esquecer-se de que uma revelação posterior sobrepõe-se a uma anterior. Algumas vezes, os críticos das Escrituras se esquecem do princípio da revelação progressiva. Deus não revela tudo de uma só vez, nem determina sempre as mesmas condições para todos os períodos do tempo. Portanto, algumas revelações posteriores vão sobrepor-se a afirmações anteriores. Os críticos da Bíblia às vezes confundem uma *mudança* na revelação com um *erro*. O erro, entretanto, é do crítico. Por exemplo, o fato de que a mãe ou o pai de uma criança permita que ela, quando bem pequena, coma com a mão, para somente mais tarde ensinar-lhe a comer com uma colher não é uma contradição. Nem ainda a mãe ou o pai estará se contradizendo quando, mais tarde, insistir para que o filho use um garfo, e não mais uma colher, para comer vegetais. Isto é revelação progressiva, sendo cada ordenança adequada à circunstância particular em que a pessoa se encontra. Deus revelou-se de maneira progressiva e não contraditória. Quando, porém, os fatos relativos a sua revelação são tirados do próprio contexto e comparados a outros anteriores, podem parecer uma contradição. Esse, contudo, é o mesmo tipo de erro de quem acha que a mãe está-se contradizendo ao permitir que o filho, agora mais velho, vá dormir mais tarde.

Depois de um estudo contínuo e cuidadoso da Bíblia, a única conclusão a que se pode chegar com respeito àqueles que pensam terem descoberto um erro na Bíblia é que eles não sabem muita coisa a respeito dela - na verdade, sabem é muito pouco sobre a Bíblia. Isso não significa, é claro, que entendemos todas as dificuldades existentes nas Escrituras. Mas isto certamente nos faz crer que Mark Twain tinha razão ao concluir que não era a parte da Bíblia que ele não entendia o que mais o incomodava, mas as partes que ele compreendia, estas, sim, o incomodavam!

João Calvino, *Institutas da Religião Cristã* I.9.1-3

Os fanáticos, pondo de lado a Santa Escritura, passam por cima da revelação e subvertem todos os princípios da piedade

1. Apelo dos fanáticos ao Espírito em prejuízo da Escritura
Além disso aqueles que repudiam as Escrituras, imaginando que podem ter outro caminho que o leve a Deus,

devem ser considerado não tanto como dominados pelo erro, mas como tomados por violenta forma de loucura. Recentemente, apareceram certos tipos de mau caráter que atribuindo a si mesmos, com grande presunção, o magistério do Espírito, faziam pouco caso de toda leitura da Bíblia, e riam-se da simplicidade dos que ainda seguem o que esses, de mau caráter, chamam de letra morta e que mata.

Eu gostaria de saber deles, porém, que Espírito é esse por cuja inspiração eles são levados a alturas sublimadas, a ponto de terem a ousadia de desprezar, como infantil e rasteiro, o ensino da Escritura. Se eles responderem que é o Espírito de Cristo quem os inspira, consideramos absurdamente ridículo esse tipo de certeza uma vez que eles, se concordam, como penso que o fazem, que os Apóstolos de Cristo e todos os fiéis, na Igreja Primitiva, foram iluminados por esse mesmo Espírito. O fato é que nenhum dos Apóstolos ou fiéis aprenderam desse Espírito a desprezar a Palavra de Deus. Ao contrário, cada um deles foi antes tomado de profunda reverência (para com a Escritura), como seus escritos o comprovam muito luminosamente. Na verdade, assim foi predito pela boca do Isaías, pois o Profeta não cerca o povo antigo com um ensino meramente externo, como se fosse para o povo como as primeiras letras, mas diz: "O meu Espírito que está sobre ti, e as minhas palavras que pus na tua boca, não se desviarão da tua boca nem da boca tua descendência..." (Is 59.21), considerando antes que a nova Igreja terá, sob o reino de Cristo, a verdadeira e plena felicidade, que consiste em ser regida pela voz de Deus, não menos que pelo seu Espírito. Concluímos daqui que esses fanáticos cometem abominável sacrilégio quando separam estes dois elementos que o Profeta uniu por meio de um vínculo inviolável.

A isto, acrescente-se que Paulo, não obstante ter sido arrebatado até o terceiro céu (II Co 12.2) - não deixou, entretanto, de aproveitar o ensino da Lei e dos Profetas, exortando também a Timóteo - mestre de projeção singular - a que se dedicasse à sua leitura (1 Tm 4.13). É também digno de ser lembrado aqui o que Paulo diz da Escritura: "Que ela é útil para ensinar, admoestar, redargüir, para que os servos de Deus se tornem perfeitos" (II Tm 3.16). Não será, portanto, diabólica loucura imaginar como transitório ou temporário o valor da Escritura, destinada a conduzir os filhos de Deus até a perfeição final?

Quero que esses fanáticos me respondam também o seguinte: Terão eles bebido de outro Espírito e não daquele que o Senhor prometeu aos seus discípulos? Ainda que estejam possuídos de loucura tão extrema, não os considero contudo, arrebatados de tão furiosa demência a ponto de terem a ousadia de gabar-se disso. Mas, ao prometer o Espírito, de que natureza declarou ele haver de ser esse Espírito? Na verdade, era um Espírito que não falaria por si mesmo, mas, ao contrario, sugeriria a mente deles e nela instilaria aquilo que ele mesmo, Jesus, havia transmitido por meio da Palavra (Jo 16.13).

Portanto, não é função do Espírito que Cristo nos prometeu desvendar novas e indizíveis revelações, ou forjar novos tipos de doutrina, pelos quais sejamos desviados do ensino do Evangelho já recebido. Ao contrario, a função do Espírito é a de selar, na nossa mente, a mesma doutrina que o Evangelho nos recomenda.

2. A Bíblia é o árbitro do Espírito

Se ansiamos obter algum uso e fruto da parte do Espírito de Deus, podemos entender facilmente como é imperioso para nós aplicar-nos, com grande diligência, tanto a ler quanto a ouvir a Escritura. É por isso que Pedro até louva (II Pe I.19) o zelo dos que estão atentos ao ensino profético, ensino que, todavia, depois de começar a brilhar a luz do Evangelho poderia parecer ter perdido a validade. Muito ao contrário, se algum espírito, desprezando a sabedoria da Palavra de Deus, nos impõe outra doutrina, devemos suspeitar com justa razão, de que seu ensino é vaidade e mentira (Gl. 1:6-9).

Sim, porque se Satanás se transforma em anjo de luz (II Co 11.14), que autoridade poderá ter o Espírito entre nós, se não soubermos discerni-lo por meio de sinal de absoluta certeza? E muito claramente a voz do Senhor no-lo tem apontado, mas esses infelizes (embusteiros) tudo fazem por extraviar-se, buscando a própria ruína, quando buscam o Espírito por si mesmos, ao invés de busca-lo por ele próprio.

Alegam eles que é ofensivo ao Espírito de Deus - a quem tudo deve estar sujeito -, ficar subordinado a Escritura. Como se fosse, na verdade, repulsivo ao Espírito Santo ser igual a si mesmo, por toda parte, ou permanecer de acordo consigo mesmo em todas as coisas, e em não variar em coisa alguma! De fato, se fôssemos obrigados a julgar de acordo com a norma humana, angélica ou estranha, então poder-se-ia considerar o Espírito como reduzido à subordinação, e até a servidão, se se preferir. Quando, porém

comparamos o Espírito consigo mesmo, e em si mesmo o consideramos, quem poderá dizer que, com isso, o estejamos ofendendo?

Confesso que o Espírito, desse modo, é submetido a um exame através do qual Ele quis fosse estabelecida a sua majestade entre nós. Ele deve ficar plenamente manifestado a nós tão logo entre no nosso coração. No entanto, para que o Espírito de Satanás não nos persuada em nome do Espírito Santo, este quer ser reconhecido por nós na imagem que imprimiu de si mesmo nas Escrituras, pois sendo ele mesmo o autor da Escritura, não pode variar nem ser inconstante consigo mesmo. Portanto, do modo como nelas se manifestou, tem de permanecer para sempre. Isto não pode ser modificado, a menos que julguemos – como dignificante -, o Espírito abdicar e degenerar de si mesmo!

3. A Bíblia e o Espírito Santo não se separam

Quando a acusação que fazem contra nós, de que nos apegamos demasiadamente à letra que mata, acabam eles incorrendo na pena de desprezarem a Escritura. Ora, salta aos olhos o fato de Paulo (II Co 3.6), estar contendendo com os falsos apóstolos os quais, insistindo na Lei separada de Cristo, estavam, na realidade, alienando o povo da Nova Aliança, na qual o Senhor prometeu que haveria de gravar a sua Lei nas entranhas dos fiéis, e imprimi-la no coração deles (Jr. 31:33), Portanto, a letra está morta e a Lei do Senhor mata a seus leitores, guando não apenas se divorcia da graça de Cristo, mas, também, não tocando o coração, atinge só os ouvidos. Se ela, porém, por meio do Espírito, se imprime de modo eficaz nos corações e manifesta a Cristo, ela é a Palavra da vida (Fl. 2:16), que converte as almas e da sabedoria aos símplices (Sl. 19:7).

Além disso, nessa mesma passagem (II Co 3.8), Paulo chama a sua pregação de ministério do Espírito, querendo dizer com isso, sem dúvida, que o Espírito Santo de tal modo se prende à sua verdade expressa na Escritura, nela manifestando e patenteando o seu poder, que nos leva a reconhecer na Palavra a devida reverência e dignidade. E isto não contradiz o que foi dito pouco atrás quando afirmamos que a Palavra não é absolutamente certa para nós, se não for confirmada pelo testemunho do Espírito, visto que o Senhor uniu entre si - como se fosse por mútua ligação -, a certeza de sua Palavra e a certeza do seu Espírito, de maneira que a firme religião da Palavra seja implantada em nossa alma, quando brilha o Espírito, fazendo-nos contemplar a face de Deus. Do mesmo modo, reciprocamente, abraçamos ao Espírito sem nenhum temor ou engano, quando o reconhecemos na sua imagem ou, seja, na Palavra! E, de fato, é assim!

Deus não deu a Palavra aos homens tendo em vista uma apresentação passageira, que fosse abolida assim que viesse o seu Espírito. Ao contrário enviou-nos o mesmo Espírito por meio de cujo poder nos deu a Palavra, com o fim de realizar a sua obra, confirmando eficazmente a mesma Palavra. Por isso, Cristo abriu o entendimento dos dois discípulos de Emaús (Lc 24.27, 45), não para que, pondo de lado as Escrituras, esses discípulos se fizessem sábios a si mesmos, mas para que fossem capazes de entender essas Escrituras. Igualmente Paulo, quando exorta os cristãos de Tessalônica (I Ts 5.19-20) a não extinguirem o Espírito, não os eleva as altura com vãs especulações fora da Palavra, mas acrescenta imediatamente que não se deveriam desprezar a profecias. Com isso, o Apóstolo diz, de maneira não duvidosa, que quando se desprezam as profecias, a luz do Espírito fica obscurecida.

Que dirão a respeito destas coisas esses fanáticos que consideram com validas apenas esta iluminação, desprezando e dizendo adeus a Divina Palavra, sem qualquer preocupação? Não menos confiantes e temerários são eles quando se agarram ambiciosamente a qualquer coisa que conceberam enquanto dormiam! Aos filhos de Deus, certamente, convém sobriedade bem diferente, pois eles, ao mesmo tempo que, sem o Espírito, se sentem privados de toda verdadeira luz, não ignoram, todavia, que a Palavra é o instrumento pelo qual o Senhor concede aos fiéis a iluminação do seu Espírito. Os fiéis não conhecem outro Espírito senão aquele mesmo Espírito que habitou nos Apóstolos e falou através deles, e desses oráculos os fiéis são continuamente convocados a ouvir a Palavra.

3 – A Doutrina de Deus

> Louvado seja o Senhor, que me nutre desde a minha infância, que alimenta todas as criaturas. Enche nossos corações de alegria e gozo, assim que sempre vivamos vida plena e sejamos ricos para toda boa obra em Jesus Cristo, nosso Senhor, ao qual, contigo e o Espírito Santo, sejam glória, honra e poder em eternidade. Amém.
>
> *João Crisóstomo, 340-407*
>
> Santo e gracioso Deus e Pai, dá-nos sabedoria que te procure conhecer. Dá-nos juízo para compreender-te, zelo para procurar-te, paciência para esperar por ti. Dá um coração que medite em ti; dá uma vida que anuncie o teu nome – no poder do Espírito Santo de nosso Senhor Jesus Cristo.
>
> *Benedito de Núrsia, 480-547*

Introdução: A Bíblia e Deus – Os Pressupostos Básicos

1. Na teologia cristã existe uma forte ligação entre a natureza e a autoridade da Bíblia e natureza de Deus. Por isso, abrimos a unidade sobre a natureza de Deus com mais umas palavras sobre a Bíblia. Tratamos, agora, as questões de epistemologia e ontologia para vermos o que a Bíblia diz sobre elas. As questões básicas são as seguintes: Qual é a natureza do ser ulterior? E qual é a base ulterior do todo conhecimento?

Existem vários argumentos usados para comprovar a existência de Deus. É importante observar que a Bíblia não tenta provar a existência de Deus assim. No primeiro versículo das Escrituras é declarado: "No princípio criou Deus os céus e a terra". A existência de Deus é pressuposta e declarada. Além disso, o Deus pressuposto não é qualquer Deus. Ele é o Criador de todas as coisas. Portanto, Ele é distinto da criação e Ele é soberano sobre a criação.

Como Criador do universo, Deus também é o primeiro interprete da criação. Como Criador, Deus não interpreta a criação através de provas empíricas, como se fosse algo que já existia e foi descoberto, pesquisado, e depois interpretado.[1] O universo nunca existia sem interpretação. A interpretação do universo veio primeiro, antes da criação, no plano eterno de Deus. A criação realizou o plano que Deus tinha antes de criar o universo. Na interpretação de todas as coisas, portanto, Deus é a autoridade final. A interpretação de Deus do universo está na Palavra de Deus, a Bíblia. Ela é o único alicerce que funciona para sustentar a possibilidade de conhecimento, ou seja, a interpretação correta do universo. O problema ontológico é **qual a natureza do universo e da realidade derradeira?** A resposta é o **Deus Triúno e a distinção entre o Criador e a criação**. O problema epistemológico é **o que é a autoridade ulterior?** A resposta é **a Bíblia.** No fim das contas, a autoridade da Bíblia fica no auto-testemunho da própria Bíblia porque não existe nenhuma outra autoridade ulterior por meio do qual a Bíblia pode ser medida. A Bíblia é a autoridade final e derradeira para todo conhecimento.

Em relação à questão da autoridade, somente há duas possibilidades: é possível que a criatura responda através de reconhecimento do Deus Triúno, pressupondo que Ele seja o

[1] O deus dos Mórmons é assim.

ponto de referência final para toda significação ou que ela construa a sua própria significação através de considerar a si mesma como o ponto de referência final para interpretar a realidade. O ser humano só tem duas escolhas. Ele pode optar por depender de Deus ou por sua própria autonomia.

2. O problema de conhecimento é o da localização da referência suprema.[2] Na análise final, portanto, as duas possibilidades implicam que existem somente duas religiões. A primeira é a religião da Bíblia, que localiza o ulterior na interpretação de tudo em Deus. A segunda é a religião da autonomia da criatura, que localiza o ulterior em algum aspecto da criação. No fim, a mente do ser humano é a referência suprema nesse sistema. Mesmo que haja uma multidão de variações na segunda religião, os pressupostos básicos são iguais. Estes correspondem aos pressupostos da cosmovisão religiosa que foi proposta pela serpente no jardim do Éden. Esses pressupostos fluem da estrutura da mente pagã, como também fluem os problemas filosóficos e práticos que têm amaldiçoado o mundo desde a queda.

A pergunta fundamental é: Os princípios de interpretação do mundo estão localizados no mundo em si (na mente humana) ou em Deus como é revelado na Sua Palavra? Qual é o ponto de referência final; qual é a **LOCALIZAÇÃO DA REFERÊNCIA SUPREMA?** Apesar das diferenças superficiais, todas as filosofias pagãs têm uma raiz comum. A cosmovisão do diabo é fundamentada na negação da distinção entre o Criador e a criatura. A mente caída recusa reconhecer que Deus é ulterior, preferindo buscar o ponto de referência final no mundo, e adorar e servir à criatura antes que ao Criador (Rm. 1:25). Os resultados dessa decisão têm sido desastrosos quer na vida intelectual, quer na vida prática. Ao abordar a doutrina da queda num capítulo futuro, falaremos a respeito dos detalhes das duas religiões ou cosmovisões. Agora o que interessa é a questão da base da autoridade.

A pergunta fundamental ao dialogarmos com o incrédulo sobre a Bíblia é: qual é a autoridade final na área do conhecimento (epistemologia)? Portanto, antes de dialogar com ele sobre a veracidade da Bíblia, é preciso colocar diante dele o desafio que ele necessariamente vai enfrentar ao rejeitar a Bíblia. Na realidade, a pergunta não é: "Como você (crente) sabe que a Bíblia é verdadeira?" A pergunta é: "Como você (incrédulo) sabe que tem conhecimento de qualquer coisa?" No sistema cristão, a Bíblia é a base do todo conhecimento. Se o incrédulo rejeitar a Bíblia como base do conhecimento, ele estará obrigado a providenciar uma teoria que estabeleça uma outra base. (Essa, também, é a situação do evangélico que nega a inerrância da Bíblia.) Se ele não tivesse uma teoria válida do conhecimento, uma epistemologia alternativa, ele não teria base ou padrão para julgar a veracidade da Bíblia. Por isso, quando o incrédulo nega a veracidade da Bíblia, o crente tem o direito de exigir que ele produza outra epistemologia válida. Se ele não conseguir, ele não terá direito algum em criticar o crente. Destarte, no início da conversa o crente deve abrir a discussão para que ela inclua os dois lados.

O problema de quem nega que Deus tem dado uma revelação inerrante na Bíblia é que ele será deixado sem um ponto de referência para conhecimento que transcende o universo finito e contingente. Ele aceita, com o filósofo grego Strato de Lamcisus, que os princípios

[2] Esse problema é tratado de uma forma abrangente por R. K. McGregor Wright em *Soberania Banida* (Cultura Cristã, 1998). Veja especialmente capítulo 11.

para interpretar o mundo existem no mundo em si. Mas o mundo em si é admitido pelo incrédulo como sendo um resultado de processos controlados pelo acaso. O universo enfrenta o homem como uma coleção de fatos brutos e sem interpretação prévia. Mas num universo assim, nenhum fato seria relacionado com outro. Qualquer ponto de referência derivado de dentro do universo finito, seria finito e relativo também. Não existiria interpretação alguma que fosse objetiva e compreensiva. De fato, toda interpretação seria apenas **a opinião** subjetiva do intérprete.

Pior ainda, se tudo fosse o resultado do acaso, então não seria possível identificar fato algum. Todos os "fatos" seriam somente acontecimentos ao acaso. Sem uma unidade não seria possível, portanto distinguir um fato de outro. Todos os fatos ficariam perdidos num abismo de acaso puro. Por outro lado, quando o incrédulo tenta unir os fatos mediante a negar que a diversidade das coisas é ulterior, ele ainda perde os fatos numa unidade absoluta, porque se o mundo só fosse um, então a diversidade não existiria. A conclusão desse exercício desagradável é que a partir do mundo só, não há possibilidade para justificar o conhecimento. Parece que sem um ponto de referência inerrante que vem de fora do universo finito, o ser humano tem que viver num universo sem sentido, conhecimento e significado.

O evangélico que nega a inerrância da Bíblia precisa encarar o fato de que ele está construindo sua crítica da Bíblia e sua cosmovisão também, na areia movediça de uma epistemologia pagã. Muitos teólogos liberais e filósofos seculares admitem que eles não têm nada a não ser relativismo. A verdade é que as suas teorias de conhecimento destroem a possibilidade de qualquer conhecimento. A inerrância da Bíblica é o único pressuposto que é capaz de sustentar uma epistemologia válida. Aquele que nega a inerrância da Bíblia está negando, logicamente, que Deus seja o ponto de referência derradeira. O que vai ficar em seu lugar, então? Quem é o juiz final? É você ou Deus?

O problema epistemológico nos leva imediatamente ao problema ontológico. Deus é a referência suprema no conhecimento, porque ele é o ser ulterior que criou o universo. Assim, a resolução do problema de conhecimento é vinculado com a questão da natureza de Deus, que é nosso assunto agora.

A Trindade
O Deus Pessoal

Irineu, Bispo de Lyon (c.130-c.200): "Deus sempre tem com ele seu Verbo e a sua Sabedoria" (*Adversus Haereses*, IV.20.1)

Nós vimos agora que Deus (e a sua Palavra revelada na Bíblia) é o ponto de referência final na interpretação de toda a realidade e de que Ele mesmo é o ser último. Agora, tratamos dos atributos de Deus numa maneira mais sistemática mediante uma abordagem mais abrangente das Escrituras. Antes de começar, há duas coisas para guardar em mente: 1) não estamos estudando com o propósito de aprender algo abstrato apenas para satisfazer nossa curiosidade intelectual. 2) Nosso alvo é conhecer o Deus vivo. Queremos aprender para melhor adorá-lo, amá-lo, e obedecer-lhe.

1. Conceitos de Deus – Durante os séculos os seres humanos têm acreditado em vários conceitos de divindade. Os vários conceitos de Deus podem ser divididos entre aqueles que negam a distinção entre a criação e o Criador e a única cosmovisão que não a nega. O fator comum entre as visões não-cristãs de Deus é que todas elas, em vez de distinguir entre o Ser original (derradeiro, e não-criado) e o ser secundário (dependente, e criado) pressupõe que haja um ser em geral no qual Deus e a criação existem juntos. O ser em geral, então, constitui um ambiente comum para Deus e a criação de modo que este ser, impessoal, seja "mais" último do que Deus. Conforme essa cosmovisão, Deus, por Seu lado, é limitado e controlado pelas leis e pela estrutura deste ser em geral. A realidade derradeira, segundo o não-cristão, é essencialmente impessoal. No fim, a implicação é de que Deus é apenas mais um ente finito boiando no grande e misterioso mar do ser junto com o ser humano.

1.1. **Panteísmo** - O panteísmo é a noção de que Deus é a totalidade das coisas que existem. Deus é considerado igual à energia e à matéria do universo. Tudo faz parte de Deus e Deus é tudo. Deus, o ser ulterior, é impessoal, embora possa existir divindades e espíritos menores que são pessoais. O ser humano também é Deus neste sistema. Tudo é permeado por uma energia divina. (Hinduísmo, Nova Era, Espiritismo, religiões de muitas tribos indígenas.)

1.2. **Panenteísmo** - O panenteísmo é similar ao panteísmo, só que o ser de Deus não é visto como sendo todas as coisas, mas todas as coisas são uma extensão do ser de Deus. Todas as coisas são uma parte de Deus, mas Deus é mais do que todas as coisas. Exemplos são a filosofia de Baruc Spinoza e a teologia da Igreja da Unificação de Sun Myung Moon.

1.3. **Politeísmo** - A noção de que existem muitos deuses é o politeísmo. Não é incomum achar essa cosmovisão combinada com o panteísmo. O hinduísmo, por exemplo, tem vários deuses que são manifestações do deus absoluto e impessoal. O mormonismo é também uma religião politeísta porque eles crêem que o deus desta terra tem um pai que é deus de um outro planeta. Os mórmons também esperam que um dia eles se tornem deuses dos seus próprios planetas. Além de ser politeístas, os mórmons acreditam que Deus tem um corpo físico, de sangue e carne, como um ser humano.

1.4. **Teologia do processo** - A teologia do processo nega a imutabilidade de Deus e diz que Ele é um ente que está evoluindo com a criação até um estado de mais perfeição. Fundamentado no desejo de defender um conceito radical do livre arbítrio do ser humano, eles negam que Deus saiba o futuro e de que Ele seja soberano sobre a história. Esta teologia é bem popular entre os liberais.

1.5. **Monoteísmo não-trinitariano** - Na teologia do islamismo, do judaísmo moderno, e das Testemunhas de Jeová, temos exemplos de formas diferentes de monoteísmo que não aceita a doutrina da Trindade. Mesmo que Deus seja formalmente considerado ser infinito, pessoal, e distinto da criação, o fato de que Ele é uma unidade sem distinção quer dizer que Ele depende da criação para ser realizado, porque Ele não poderia experimentar diversidade, e nem amor, se não existisse a criação. O ser de Deus, neste sistema, seria correlativo ao ser da criação, e não ulterior.

1.6. **Monoteísmo trinitariano** - A doutrina ortodoxa e tradicional das igrejas católicas, ortodóxas e evangélicas.

2. Heresias sobre a Trindade na história da igreja - Qual é a natureza da realidade ulterior: é uma unidade ou uma diversidade? O problema do uno é o múltiplo é central na discussão da ontologia do universo. Antes de abordar os detalhes dos atributos de Deus, a questão ontológica pode ser iluminada através de uma exposição da natureza trina de Deus. Também, nosso entendimento do amor de Deus e da natureza pessoal de Deus será facilitado. Em relação a Deus, Ele é uma unidade absoluta ou existe diversidade no Ser de Deus? Qual é a melhor maneira de entender as várias representações da atividade de Deus no mundo? Através dos séculos surgiram tentativas diversas a resolver essas duvidas, mas que só conseguiram deturpar a doutrina Bíblica da Trindade.

2.1. Modalismo: A doutrina antiga de Sabelio, que têm reaparecido atualmente no ensino da Igreja Pentecostal Unida, e algumas outras igrejas carismáticas, é chamada de "Jesus somente." É a negação da diversidade em Deus e declara que somente existe uma pessoa divina que se manifesta em três papéis distintos.

2.2. Subordinacionismo: A noção de que existem três pessoas divinas na essência de Deus num relacionamento hierárquico foi ensinado por Orígenes. Neste sistema, a essência do Filho é subordinada e dependente do Pai. O Espírito Santo é subordinado aos dois. Então a divindade do Filho e do Espírito é derivada do Pai e não é essencial. A relação hierárquica implica que o Filho e o Espírito são inferiores ao Pai.

2.3. Arianismo: ensinado antigamente pelo bispo Ário e atualmente pelas Testemunhas de Jeová, o arianismo é a negação da divindade de Cristo e a noção de que ele é um ser criado. Segundo Ário, Cristo foi o primeiro ser criado e ele criou as demais coisas. As Testemunhas de Jeová ensinam que Jesus é o arcanjo Miguel. O arianismo também negou a divindade do Espírito Santo.

2.4. Socinianismo: Os socinianos, durante a época da reforma protestante, negaram a divindade de Cristo e declararam de que ele era simplesmente um homem. Eles são os pais

do liberalismo moderno e do unitarianismo. Eles também negaram a personalidade do Espírito Santo ao ensinar que o Espírito é uma força.

2.5. Triteísmo: A noção de que a Trindade consiste em três deuses separados é difícil de achar na história da igreja, mas os muçulmanos têm acusado os cristãos disso. Os mórmons são exemplos de politeístas modernos. Eles ensinam que o Pai, o Filho, e o Espírito Santo são três pessoas distintas quanto à essência e à personalidade. Eles existem como três deuses distintos.

3. Testemunhos primitivos sobre a crença no monoteísmo

As questões levantadas acima foram respondidas e esclarecidas pelos cristãos do mundo antigo ao responder às heresias. As citações seguintes testemunham o que os primeiros cristãos pensavam sobre a existência de um único Deus.

• "Que lhes parece, irmãos? Não sabia Moisés de antemão que isso iria suceder? Sabia-o sem dúvida. Mas para que não se desse a revolta em Israel, agiu assim, e fosse glorificado o nome do Deus verdadeiro e único. A Ele a glória pelos séculos dos séculos. Amém" (Clemente de Roma, ano 96, *Carta aos Coríntios* 43,8).
"Existe portanto um Deus e Pai, e não dois ou três. O único que é, não havendo outros além Dele, o único e verdadeiro [Deus]. Diz a Escritura: 'O Senhor, teu Deus, é o único Senhor' [cf. Dt 6,4]... E existe também um Filho, Verbo de Deus... E existe também um Paráclito..." (Inácio de Antioquia, ano 110, *Carta aos Filadelfienses* [versão longa] 2).
• "De fato, os santos profetas viveram segundo Jesus Cristo. Por essa razão foram perseguidos, pois eram inspirados pela graça dele, a fim de que os incrédulos ficassem plenamente convencidos de que existe um só Deus, que se manifestou através de Jesus Cristo seu Filho, que é o seu Verbo saído do silêncio, e que em todas as coisas se tornou agradável àquele que o tinha enviado" (Inácio de Antioquia, ano 110, *Carta aos Magnésios* 8,1).
• "Não haverá e nem houve outro Deus desde a eternidade, além daquele que criou e ordenou este universo. Também não cremos que o nosso Deus seja diferente do vosso, mas o mesmo que tirou vossos antepassados da terra do Egito, 'com mão poderosa e braço excelso'. Também não depositamos a nossa confiança em qualquer outro, dado que não existe, mas no mesmo que vós a depositais, no Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó" (Justino Mártir, ano 155, *Diálogo com o Judeu Trifão* 11,1).
• "Com efeito, a Igreja espalhada pelo mundo inteiro até os confins da terra recebeu dos apóstolos e seus discípulos a fé em um só Deus, Pai onipotente, que fez o céu e a terra, o mar e tudo quanto nele existe; em um só Jesus Cristo, Filho de Deus, encarnado para nossa salvação; e no Espírito Santo que, pelos profetas, anunciou a economia de Deus..." (Ireneu de Lião, ano 189, *Contra as Heresias* I,10,1).
• "Nada há acima nem depois dele; foi ele que criou todas as coisas, não sendo movido por algo ou por alguém, mas por sua própria e espontânea vontade, por ser o único Deus, o único Senhor, o único Criador, o único Pai, o único a conter tudo e a dar existência a tudo" (Ireneu de Lião, ano 189, *Contra as Heresia* II,1,1).
• "Mas [...] se o Criador, livremente e de sua iniciativa, fez e ordenou todas as coisas e se a sua vontade é a única matéria donde tirou todas elas, então aquele que fez todas as coisas é o Deus único, o único Onipotente, o único Pai, que criou e fez todas as coisas, as visíveis e invisíveis, as sensíveis e as inteligíveis, as celestes e as terrestres. Com o Verbo de seu poder tudo compôs e tudo ordenou por meio da sua Sabedoria; ele que tudo contém e que nada o pode conter. Ele é o Artífice, o Inventor, o Fundador, o Criador, o Senhor de todas as coisas e não existe outro fora e além dele" (Ireneu de Lião, ano 189, *Contra as Heresias* II,30,9).[3]

4. Testemunhos Primitivos sobre a doutrina da Trindade

[3] Outras Fontes: Taciano o Sírio: (ano 170) *Aos Gregos* 21; Tertuliano: (ano 197) *Apologia* 17,1; (ano 200) *Sobre a Prescrição dos Hereges* 13,1; (ano 216) *Contra Praxéas* 2; Pseudo-Clemente: (ano 221) *Reconhecimentos* 3,75; *Homilias* 16,1; Orígenes: (ano 225) *Doutrinas Fundamentais* I,0,4; Hipólito de Roma: (ano 228) *Refutação de Todas as Heresias*; Novaciano: (ano 235) *Tratado sobre a Trindade* 16; 31; Gregório Taumaturgo: (ano 262) *Confissão de Fé* 15; Epifânio de Salamis: (ano 374) *O Ancorado* 120; Patrício: (ano 452) *Confissão de São Patrício* 4; Fulgêncio de Ruspe: (ano 519) *Cartas* 8,10.

As citações seguintes testemunham o que os primeiros cristãos pensavam sobre a crença na Santíssima Trindade.

• "No que diz respeito ao Batismo, batizai em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo em água corrente. Se não houver água corrente, batizai em outra água; se não puder batizar em água fria, façai com água quente. Na falta de uma ou outra, derramai três vezes água sobre a cabeça, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (Autor desconhecido, ano 90, *Didaquê* 7,1-3).
• "Um Deus, um Cristo, um Espírito de graça" (Clemente de Roma, ano 96, *Carta aos Coríntios* 46,6).
• "Como Deus vive, assim vive o Senhor e o Espírito Santo" (Clemente de Roma, ano 96, *Carta aos Coríntios* 58,2).
• "Vós sois as pedras do templo do Pai, elevado para o alto pelo guindaste de Jesus Cristo, que é a sua cruz, com o Espírito Santo como corda" (Inácio de Antioquia, ano 107, *Carta aos Efésios* 9,1).
• "Procurai manter-vos firmes nos ensinamentos do Senhor e dos apóstolos, para que prospere tudo o que fizerdes na carne e no espírito, na fé e no amor, no Filho, no Pai e no Espírito, no princípio e no fim, unidos ao vosso digníssimo bispo e à preciosa coroa espiritual formada pelos vossos presbíteros e diáconos segundo Deus. Sejam submissos ao bispo e também uns aos outros, assim como Jesus Cristo se submeteu, na carne, ao Pai, e os apóstolos se submeteram a Cristo, ao Pai e ao Espírito, a fim de que haja união, tanto física como espiritual" (Inácio de Antioquia, ano 107, *Carta aos Magnésios* 13,1-2).
• "Que não somos ateus, quem estiver em são juízo não o dirá, pois cultuamos o Criador deste universo, do qual dizemos, conforme nos ensinaram, que não tem necessidade de sangue, libações ou incenso. [...] Em seguida, demonstramos que, com razão, honramos também Jesus Cristo, que foi nosso Mestre nessas coisas e para isso nasceu, o mesmo que foi crucificado sob Pôncio Pilatos, procurador na Judéia no tempo de Tibério César. Aprendemos que ele é o Filho do próprio Deus verdadeiro, e o colocamos em segundo lugar, assim como o Espírito profético, que pomos no terceiro. De fato, tacham-nos de loucos, dizendo que damos o segundo lugar a um homem crucificado, depois do Deus imutável, aquele que existe desde sempre e criou o universo. É que ignoram o mistério que existe nisso e, por isso, vos exortamos que presteis atenção quando o expomos" (Justino Mártir, ano 151, *I Apologia* 13,1.3-6).
• "Os que são batizados por nós são levados para um lugar onde haja água e são regenerados da mesma forma como nós o fomos. É em nome do Pai de todos e Senhor Deus, e de Nosso Senhor Jesus Cristo, e do Espírito Santo que recebem a loção na água. Este rito foi-nos entregue pelos apóstolos" (Justino Mártir, ano 151, *I Apologia* 61).
• "Eu te louvo, Deus da Verdade, te bendigo, te glorifico por teu Filho Jesus Cristo, nosso eterno e Sumo Sacerdote no céu; por Ele, com Ele e o Espírito Santo, glória seja dada a ti, agora e nos séculos futuros! Amém" (Policarpo, ano 156, *Martírio de Policarpo* 14,1-3).
• "De fato, reconhecemos também um Filho de Deus. E que ninguém considere ridículo que, para mim, Deus tenha um Filho. Com efeito, nós não pensamos sobre Deus, e também Pai, e sobre seu Filho como fantasiavam vossos poetas, mostrando-nos deuses que não são em nada melhores do que os homens, mas que o Filho de Deus é o Verbo do Pai em idéia e operação, pois conforme a ele e por seu intermédio tudo foi feito, sendo o Pai e o Filho um só. Estando o Filho no Pai e o Pai no Filho por unidade e poder do Espírito, o Filho de Deus é inteligência e Verbo do Pai. Se, por causa da eminência de vossa inteligência, vos ocorre perguntar o que quer dizer 'Filho', eu o direi livremente: o Filho é o primeiro broto do Pai, não como feito, pois desde o princípio Deus, que é inteligência eterna, tinha o Verbo em si mesmo; sendo eternamente racional, mas como procedendo de Deus, quando todas as coisas materiais eram natureza informe e terra inerte e estavam misturadas as coisas mais pesadas com as mais leves, para ser sobre elas idéia e operação" (Atenágoras de Atenas, ano 177, *Súplica pelos Cristãos*, 10,2-4).
• "Como não se admiraria alguém de ouvir chamar ateus os que admitem um Deus Pai, um Deus Filho e o Espírito Santo, ensinando que o seu poder é único e que sua distinção é apenas distinção de ordens?" (Atenágoras de Atenas, ano 177, *Súplica pelos Cristãos* 10).
• "Igualmente os três dias que precedem a criação dos luzeiros são símbolo da Trindade: de Deus [=Pai], de seu Verbo [=Filho] e de sua Sabedoria [=Espírito Santo]" (Teófilo de Antioquia, ano 181, *Segundo Livro a Autólico* 15,3).
• "Com efeito, a Igreja espalhada pelo mundo inteiro até os confins da terra recebeu dos apóstolos e seus discípulos a fé em um só Deus, Pai onipotente, que fez o céu e a terra, o mar e tudo quanto nele existe; em um só Jesus Cristo, Filho de Deus, encarnado para nossa salvação; e no Espírito Santo que, pelos profetas, anunciou a economia de Deus..." (Ireneu de Lião, ano 189, *Contra as Heresias* I,10,1).

• "Já temos mostrado que o Verbo, isto é, o Filho esteve sempre com o Pai. Mas também a Sabedoria, o Espírito estava igualmente junto dele antes de toda a criação" (Ireneu de Lião, ano 189, *Contra as Heresias* IV,20,4).
• "Foi estabelecida a lei de batizar e prescrita a fórmula: 'Ide, ensinai os povos batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo'" (Tertuliano, ano 210, *Do Batismo* 13).[4]

3. Testemunhos primitivos sobre as três pessoas de Deus

As citações seguintes testemunham o que os primeiros cristãos pensavam sobre a existência de um Deus em Três Pessoas.

• "E mais, meus irmãos: se o Senhor [Jesus] suportou sofrer por nós, embora fosse o Senhor do mundo inteiro, a quem Deus disse desde a criação do mundo: 'façamos o homem à nossa imagem e semelhança', como pode ele suportar sofrer pela mão dos homens?" (Autor desconhecido, ano 74, *Carta de Barnabé* 5,5).
• "Por isso vos peço que estejais dispostos a fazer todas as coisas na concórdia de Deus, sob a presidência do bispo, que ocupa o lugar de Deus, dos presbíteros, que representam o colégio dos apóstolos, e dos diáconos, que são muito caros para mim, aos quais foi confiado o serviço de Jesus Cristo, que antes dos séculos estava junto do Pai e por fim se manifestou. [...] Correi todos juntos como ao único templo de Deus, ao redor do único altar, em torno do único Jesus Cristo, que saiu do único Pai e que era único em si e para ele voltou. [...] Existe um só Deus, que se manifestou por meio de Jesus Cristo seu Filho, que é o seu Verbo saído do silêncio, e que em todas as coisas se tornou agradável àquele que o tinha enviado" (Inácio de Antioquia, ano 110, *Carta aos Magnésios* 6,1; 7,2; 8,2).
• "Amigos, foi do mesmo modo que a Palavra de Deus se expressou pela boca de Moisés ao indicar-nos que o Deus que se manifestou a nós falou a mesma coisa na criação do homem, dizendo estas palavras: 'Façamos o homem à nossa imagem e semelhança'. [...] Citar-vos-ei agora outras palavras do mesmo Moisés. Através delas, sem nenhuma discussão possível, temos de reconhecer que Deus conversou com alguém que era numericamente distinto e igualmente racional. [...] Mas esse gerado, emitido realmente pelo Pai, estava com ele antes de todas as criaturas e com ele o Pai conversa, como nos manifestou a palavra por meio de Salomão" (Justino Mártir, ano 155, *Diálogo com o Judeu Trifão* 62,1-2.4).
• "Por isso e por todas as outras coisas, eu te louvo, te bendigo, te glorifico, pelo eterno e celestial sacerdote Jesus Cristo, teu Filho amado, pelo qual seja dada glória a ti, com Ele e o Espírito, agora e pelos séculos futuros. Amém" (Policarpo de Esmirna, ano 155, *Martírio de Policarpo* 14,3).
• "[O Pai] enviou o Verbo como graça, para que se manifestasse ao mundo. [...] Desde o princípio, ele apareceu como novo e era antigo, e agora sempre se torna novo nos corações dos fiéis. Ele é desde sempre, e hoje é reconhecido como Filho" (Quadrato, ano 160, *Carta a Diogneto* 11,3-4).
• "Portanto, não foram os anjos que nos plasmaram - os anjos não poderiam fazer uma imagem de Deus - nem outro qualquer que não fosse o Deus verdadeiro, nem uma Potência que estivesse afastada do Pai de todas as coisas. Nem Deus precisava deles para fazer o que em si mesmo já tinha decretado fazer, como se ele não tivesse suas próprias mãos! Desde sempre, de fato, ele tem junto de si o Verbo e a Sabedoria, o Filho e o Espírito. É por meio deles e neles que fez todas as coisas, soberanamente e com toda a liberdade, e é a eles que se dirige quando diz: 'Façamos o homem à nossa imagem e semelhança'" (Ireneu de Lião, ano 189, *Contra as Heresias* IV,20,1).
• "Anatematizamos todos aqueles que seguem o erro de Sabélio, os quais dizem que o Pai e o Filho são a mesma Pessoa" (*Concílio de Roma*, ano 382, *Tomo do Papa Dâmaso*, cânon 2).[5]

[4] Outras Fontes: Tertuliano: (ano 216) *Contra Praxéas* 2; 9; 25; Orígenes: (ano 225) *Doutrinas Fundamentais* IV,4,1; Hipólito de Roma: (ano 228) *Refutação de Todas as Heresias* 10,29; Novaciano: (ano 235) *Tratado sobre a Trindade* 11; Papa Dionísio: (ano 262) *Carta a Dionísio de Alexandria* 1; 2; 3; Gregório Taumaturgo: (ano 265) *Declaração de Fé*; Sechnall de Irlanda: (ano 444) *Hino a São Patrício* 22; Patrício: (ano 447) *O Peitoral de São Patrício* 1; (ano 452) *Confissão de São Patrício* 4.
[5] Outras Fontes: Hermas: (ano 80) *O Pastor* 12; Tertuliano: (ano 216) *Contra Praxéas* 2,3-4; 9,1; Hipólito de Roma: (ano 228) *Refutação de Todas as Heresias* 9,7; Novaciano: (ano 235) *Tratado sobre a Trindade* 26; Papa Dionísio: (ano 262) *Cartas ao Bispo Dionísio de Alexandria* 1,1; Gregório Taumaturgo: (ano 262) *Confissão de Fé* 8; 14; Metódio: (ano 305) *Prece ao Salmo 5*; Atanásio: (ano 359) *Cartas a Serapião* 1,28; (ano 360) *Discurso contra os Arianos* 3,4; Fulgêncio de Ruspe: (ano 513) *A Trindade* 4,1.

4. As Confissões Históricas:

4.1. O Credo de Nicéia (325): No primeiro concílio doutrinal da Igreja foi estabelecido que Jesus Cristo é consubstancial com o Pai e eternamente gerado (não criado). Esta posição foi reafirmada pelo Concílio de Constantinopla (381).

Creio em um só Deus, o Pai onipotente, criador do céu da terra, de todas as coisas, visíveis e invisíveis. E em um só Senhor Jesus Cristo, filho unigênito de Deus e nascido do Pai antes de todos os séculos, Deus de Deus, Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não feito, consubstancial ao Pai, por quem foram feitas todas as coisas; o qual por amor de nós homens e por nossa salvação, desceu dos céus, e encarnou, pelo Espírito Santo, na virgem Maria, e se fez homem; foi também crucificado em nosso favor sob Pôncio Pilatos; padeceu e foi sepultado; e ao terceiro dia ressuscitou, segundo as Escrituras; e subiu aos céus; está sentado à destra do Pai, e virá pela segunda vez, em glória, para julgar os vivos e os mortos; e seu reino não terá fim. E no Espírito Santo, Senhor e vivificador, o qual procede do Pai e do Filho; que juntamente com o Pai e o Filho é adorado e glorificado; que falou pelos profetas. E a igreja, una, santa, católica [cristã] e apostólica. Confesso um só batismo, para a remissão dos pecados, e espero a ressurreição dos mortos e a vida do século vindouro. Amém.

4.2. O Credo de Atanásio (escrito contra os arianos):

(1) Todo aquele que quer ser salvo, antes de tudo deve professar a fé católica [cristã]. (2) Quem quer que não a conserve íntegra e inviolada, sem dúvida perecerá eternamente. (3) E a fé católica consiste em venerar um só Deus na Trindade (4) e a Trindade na unidade, sem confundir as pessoas e sem dividir a substância. (5) Pois uma é a pessoa do Pai, outra a do Filho, outra a do Espírito Santo; (6) mas uma só é a divindade do Pai e do Filho e do Espírito Santo, igual a glória, coeterna a majestade. (7) Qual o Pai, tal o Filho, tal também o Espírito Santo. (8) Incriado é o Pai, incriado o Filho, incriado o Espírito Santo. (9) Imenso é o Pai, imenso o Filho, imenso o Espírito Santo. (10) Eterno o Pai, eterno o Filho, eterno o Espírito Santo; (11) contudo, não são três eternos, mas um único eterno; (12) Como não há três incriados, nem três imensos, porém um só incriado e um só imenso. (13) Da mesma forma, o Pai é onipotente, o Filho é onipotente, o Espírito é onipotente; (14) contudo, não há três onipotentes, mas um só onipotente. (15) Assim, o Pai é Deus, o Filho é Deus, o Espírito Santo é Deus; (16)e todavia não há três Deuses, porém um único Deus. (17) Como o Pai é Senhor, assim o Filho é Senhor, o Espírito Santo é Senhor; (18) entretanto, não são três Senhores, porém um só Senhor. (19) Porque, assim como pela verdade cristã somos obrigados a confessar que cada pessoa, tomada em separado, é Deus e Senhor, assim também estamos proibidos pela religião católica de dizer que são três Deuses ou três Senhores. (20) O Pai por ninguém foi feito, nem criado, nem gerado. (21) O Filho é só do Pai; não feito, nem criado, mas gerado. (22) O Espírito Santo é do Pai e do Filho; não feito, nem criado, nem gerado, mas procedente. (23) Há portanto, um único Pai, não Três Pais; um único Filho, não três Filhos; um único Espírito Santo, não três Espíritos Santos. (24) E nesta Trindade nada é anterior ou posterior, nada maior ou menor; (25) porém todas as três pessoas são coeternas e iguais entre si; de modo que em tudo, conforme já ficou dito acima, deve ser venerada a Trindade na unidade e a unidade na Trindade. (26) Portanto, quem quer salvar-se, deve pensar assim a respeito da Trindade.

(27) Mas para a salvação eterna também é necessário crer fielmente na encarnação de nosso Senhor Jesus Cristo. (28) A fé verdadeira, por conseguinte, é crermos e confessarmos que nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, é Deus e homem. (29) É Deus, gerado da substância do Pai antes dos séculos, e é homem, nascido no mundo, da substância da mãe. (30) Deus perfeito, homem perfeito, subsistindo de alma racional e carne humana. (31) Igual ao Pai segundo a divindade, menor que o Pai segundo a humanidade. (32) Ainda que é Deus e homem, todavia não há dois, porém um só Cristo. (33) Um só, entretanto, não por conversão da divindade em carne, mas pela assunção da humanidade em Deus. (34) De todo um só, não por confusão de substância, mas por unidade de pessoa. (35) Pois, assim como a alma racional e a carne é um só homem, assim Deus e homem é um só em Cristo; (36) o qual padeceu pela nossa salvação, desceu aos infernos, ressuscitou dos mortos, (37) subiu aos céus, está sentado à destra do Pai, donde há de vir para julgar os vivos e os mortos. (38) À sua chegada todos os homens devem ressuscitar com seus corpos e vão prestar contas de seus próprios atos; (39) e aqueles que tiverem praticado o bem irão para a vida eterna; aqueles que tiverem

praticado o mal irão para o fogo eterno. (40) Esta é a fé católica. Quem não crer com fidelidade e firmeza, não poderá salvar-se.

5. As Escrituras: A natureza de Deus

5.1. Deus é distinto da criação (Gn 1.1; Sl. 102.26-27): A distinção entre Deus e a criação é bem clara no fato de que a criação não ficará para sempre mas Deus ficará. Depois que a criação deixar de existir, o Deus eterno permanecerá.

5.2. Deus é um (Dt 6:4): Talvez o verso mais importante na consciência dos judeus seja este. Contra o politeísmo das demais nações, Deus quis que os judeus tivessem a idéia bem clara de que só existe um Deus. A rebelião contra essa verdade foi a causa do exílio para a Babilônia. Através de Isaías, Deus frisou este ponto, insistindo que Ele é o único Deus (Is 40-45).

5.3. Deus é espírito (Jo 4:24): A forma correta de louvor a Deus pressupõe que a natureza espiritual seja reconhecida. Lc 24:39: Desde que um espírito não é um corpo de carne e osso, Deus não tem um corpo físico. Jo 1.18; Hb 11.27: Sendo espírito, Deus, na sua natureza essencial, é invisível. A Bíblia mostra que, às vezes, Deus assumiu uma forma física para se comunicar com alguém (Gn 18), mas isso não quer dizer que Deus tem um corpo. Também, quando a Bíblia fala em "mãos de Deus" (Is 45.12), não significa que Deus tem uma mão literal. A Bíblia usa expressões antropomórficas para descrever Deus de maneira pertinente.

5.4. Deus é vivo e pessoal (Js 3.10): O Deus que luta por Israel contra os seus inimigos é o Deus vivo e ativo. Sl 42.1-2: Somente o Deus vivo pode satisfazer a alma. A experiência de Deus não é uma experiência mística de um absoluto impessoal, mas é um relacionamento com o Deus vivo. João 6.57: A promessa da vida eterna só faz sentido no caso de Deus ser pessoal e vivo. A personalidade de Deus é vista nos demais atributos dEle: infinidade (Sl 90.2), santidade (1Pd 1.15-16), amor (1Jo 4.8,16), fidelidade (1Jo 1.9), justiça (Sl 92.15), etc.

5.5. A unidade de Deus: O conceito bíblico da unidade inclui diversidade. Em Dt 6:4, *Yahweh* é um (יהוה אחד) mas a palavra "um" (אחד e não לבד), enquanto expressa a unidade daquele que é descrito, é a mesma palavra usada para descrever a união entre Adão e Eva. Portanto, o vocabulário da unidade de Deus não exclui a possibilidade da diversidade. Por outro lado, as Escrituras insistem que só existe um Deus. Podemos resumir a unidade de Deus da seguinte forma: só existe um Deus que é Jeová, mesmo que este Jeová seja revelado de maneiras diferentes. Is 42.8: Jeová é o nome de Deus e Ele não partilha a Sua glória com outra pessoa. Is 43.10: não existe nenhum outro Deus. O único Deus é revelado em três pessoas distintas.

Segundo Thomas Oden, cada pessoa pode ser comprovada ser Deus através de quatro provas clássicas: 1) cada uma das três pessoas é chamada pelos nomes divinos, 2) cada uma tem atributos de Deus, 3) cada uma faz obras que somente Deus pode fazer, e 4) cada uma é digna de louvor.[6]

[6] Thomas Oden. *The Living God, Systematic Theology vol. 1*, p.195.

Jeová, o Pai: Normalmente as referências a Deus no Velho Testamento são consideradas como referências ao Pai, mas o conceito de Deus Pai é bem claro no NT. Rm 15.6 usa a expressão "o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo": ton qeon kai patera identifica uma pessoa, Deus, e acrescenta o nome do Pai. Paulo também usa o apelativo Pai em 1Co 8.6, no meio de um argumento que prova que só há um Deus. O Pai é uma pessoa que tem vontade (qelhma - Mt. 6:10; 12:50) e inteligência (prognwsin).

1) nomes divinos: O evangelho de João utiliza muito o apelativo "Pai" (Jo 5.19-12.). Jesus utilizou o nome "Pai" para se referir a Deus (Mt 5.45, 6-6-15, Mc 14.36).
2) atributos divinos: O pai é santo (Jo 17.11), soberano (Mt 11.25), eterno (Gn 21.33, Jr 10.10), onipotente (Mc 14.36).
3) Obras de Deus: Criador (1Co 8.6), Salvador (1Pd 1.3), Aquele que envia o Filho (Jo 5.37).
4) Digno de louvor: Deve ser louvado em espírito e verdade (Jo 4.23).

Jeová, o Filho: A Bíblia afirma que Jeová é manifestado também na forma do Filho, Jesus Cristo. A identidade do filho como Jeová é bem clara nas citações do Antigo Testamento pelos apóstolos que colocam o nome de Jesus no lugar de Jeová e que dão os atributos de Deus a Jesus. A citação de Is 45.23 por Paulo em Fp 2.10 é impressionante ao considerar o fato de Paulo, sendo fariseu, e provavelmente conhecendo Is. de cor, também diz que o nome sobre todos os nomes (logicamente o nome de Jeová) foi dado a Jesus (v. 9). Agora, veja as seguintes passagens: O trono dEle é para sempre, Sl 45.5-7; Sl 93.2 - Hb 1.8; Ele enche o céu e terra, Jr 23.24 – Ef 4:10; é o Criador, Gn 1.1 - Jo. 1:1,3; Criador, Is. 44:24 - Cl 1.16; O Rei eterno, Sl 145.13 Dn 7:14; Juiz da terra, Gn 18.25 - 2Co 5.10; Nossa esperança, Sl 39.7 - 1Tm 1.1; Fonte de nossa força, Sl 119.28 - Fp 4.13. Único Salvador, Is 43.11; 49.26 - Mt 1.21; 1Tm 1.15; Atos 15.11; Hb 5.9; 7.25.

Jesus Cristo é declarado Deus, e Ele declarou Sua própria divindade com grande força. Em João 17, Jesus orou pelos discípulos e afirmou a unidade de propósito e pensamento que existia entre Ele e o Pai. Eles existiam juntos em glória antes da criação do mundo. João 1:1 diz: "No princípio era (hn) o Verbo." O imperfeito (hn - eimi) significa uma ação contínua no passado, assim mostrando que no princípio o Verbo já existia. Ele não foi criado. A palavra "com" (proç) implica mais que simplesmente estar junto, mas tem o sentido de igualdade. Neste verso, João afirma expressamente que o Verbo é Deus. "No princípio" (uma clara referência às palavras de abertura da Bíblia), o Logos já existia, e esta é uma maneira de afirmar a eternidade que só Deus possui. João afirma claramente que "o Verbo era Deus". Alguns têm observado que a palavra traduzida "Deus", aqui, não é precedida do artigo definido e, com base nisto, dizem que a expressão significa "um deus", mais do que propriamente "Deus". É um erro entender assim. O artigo é omitido por causa da ordem da palavra na sentença grega (o predicado "Deus" foi colocado antes para ser enfatizado). O Novo Testamento nunca sustenta a idéia de "um deus", expressão que implica politeísmo e entraria em conflito com o constante monoteísmo da Bíblia. No Novo Testamento, a palavra grega para "Deus" ocorre freqüentemente sem o artigo definido, dependendo da exigência da gramática grega. Hebreus 1.6 manda os anjos darem louvor a Jesus e o v. 8

diz, em referência a Jesus, "O teu trono, ó Deus..." (qronoς sou o qeoς) -Jesus é claramente chamado de Deus.

Jesus declarou a sua divindade várias vezes mas, talvez a mais forte declaração seja a de João 8. Duas vezes Jesus usou a expressão "eu sou" (egw eimi) em referência a si mesmo. Esta expressão é uma citação de Êxodo 3.14 onde Deus declara que "eu sou" é o nome dEle. Jesus, em João 8.24, declarou que o povo deve acreditar que "eu sou" para ser salvo. No verso 58 frisou o ponto usando a linguagem mais clara e mais forte possível na cultura judaica: "...antes que Abraão existisse, eu sou". Esta é uma declaração sem ambigüidade, que Ele é o Deus do Velho Testamento, o criador do mundo.

> 1) os nomes divinos: Deus (Mt 1.23; Jo 1.1; Rm 9.5; Tt 1.3; 2.13), Senhor (Mt 12.8; Mc 2.28; Rm 14.9), "Senhor meu, e Deus meu" (João 20.28), Filho de Deus, Deus verdadeiro (1Jo 5.20), Alfa e Ômega (Ap 1.8).
> 2) os atributos divinos: eterno (Mt 28.20; Hb 1.8; 13.8), auto-existente (Jo 5.26; Cl 1.17), onisciente (Jo 1.48; 16.30), onipresente (Mt 18.20), imutável (Hb 13.8), onipotente (1Co 1.24; Ef 1.22, Mt 28.18), sábio (1Co 1.24), glorioso (Hb 1.3), verdadeiro (Jo 8.46), sem pecado (1Pd 1.19).
> 3) as obras de Deus: Criador (Jo 1.3; Cl 1.16; Hb 1.10), governador da criação (Jo 5.17; Hb 1.3) Salvador que perdoa pecado (Mc 2.7; Mt 1.21), ressuscita os mortos (Jo 6.39).
> 4) digno de louvor: aceitou o louvor dos discípulos (Mt 14.33), digno de honra igual ao Pai (Jo 5.23).

A conclusão é que Jesus Cristo é Jeová. Algumas dificuldades com respeita à divindade de Cristo:
1. "O primogênito" (prwtotokoj), 9 vz. no Novo Testamento; 7 de Cristo – Lc 2.7; Rm 8.29; Cl 1.15, 18; Hb 1.6; Ap 1.5). No NT, tanto como no AT, esta palavra indica uma posição jurídica (o primeiro herdeiro), não necessariamente alguém nascido fisicamente primeiro (Dt 21.16, 17). Veja o caso dos filhos de José em Gn 41.51 onde Manassés é identificado como o primogênito, Gn 48.19 onde a ordem foi trocada e Jr 31.9 onde Efraim é chamado de primogênito, significando que ele é o herdeiro. Cristo é o herdeiro final de tudo o que existe.

2. "O princípio da criação de Deus" (Ap 3.14). Princípio (arxh) é freqüentemente traduzido "a primeira causa, origem, fonte; autoridade; soberano". Jesus é o princípio no sentido de iniciador e fonte da criação.

> 3. Homem ou Deus? A maior dificuldade da Igreja primitiva era entender as declarações (especialmente do próprio Cristo) que atestaram a sua divindade juntamente com sua humanidade. Como diz B. B. Warfield, "estas manifestações de uma consciência tanto humana como divina permanecem simplesmente lado a lado nos relatos de auto-expressão de nosso Senhor. Nenhuma delas é suprimida ou até mesmo qualificada pela outra. Se observássemos apenas um grupo de relatos, poderíamos supor que Ele se proclamava inteiramente divino; se observássemos somente o outro grupo, poderíamos igualmente imaginar que Ele se apresentava

> inteiramente humano. Com ambos os lados juntos diante de nós, nós O percebemos falando alternadamente, ora de uma consciência divina, ora de uma consciência humana; manifestando-se como tudo que Deus é, e como tudo que o homem é; mas com a mais notável unidade de consciência. Ele, o único Jesus Cristo, era na sua própria compreensão verdadeiramente Deus e plenamente homem em uma vida unida e pessoal".

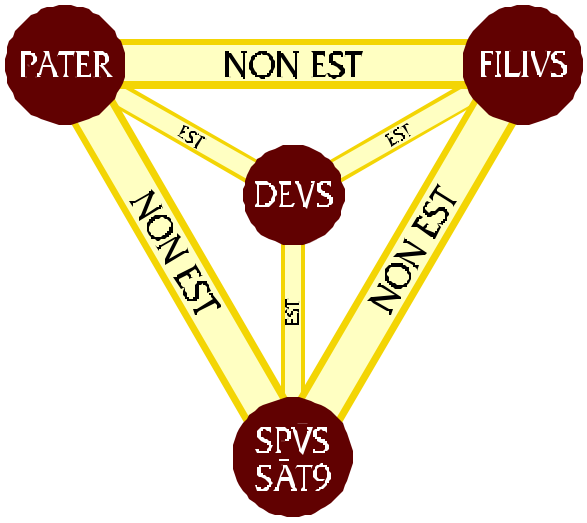
Jeová o Espírito Santo: A divindade do Espírito Santo é afirmada em Hb 3.7-9. O Espírito Santo diz que Ele foi tentado pelo povo de Israel e por isso não permitiu que o povo entrasse na terra. Êxodo 17 diz que foi Jeová que foi tentado. Assim, o Espírito Santo é Jeová. Paulo também ensinou que o Espírito é Jeová ao substituir o nome do Espírito Santo pelo de Jeová, ao citar Is 6.8-10 no sermão que ele pregou aos judeus em Roma (Atos 28.25-27).

> 1) os nomes divinos: Santo (Atos 1.8), verdade (Jo 15.26), Deus (Rm 8.14).
> 2) os atributos divinos: onisciente (Sl 139.7-10, 1Co 2.10-12), onipotente (Lc 1.35, 37; 11.20), fonte de verdade (Jo 14.26, 16.13), aquele que liberta o pecador do pecado e da morte (Rm 8.2), eterno (Hb 9.14).
> 3) as obras de Deus: fonte da Palavra de Deus, as Escrituras (Atos 28.25; 2Pd 1.21), regenera pecadores (Jo 3.5), santifica crentes (2Te 2.13; 1Pd 1.2), faz milagres (Mt 12.28).
> 4) digno de louvor: (Jo 4.24), batismo no nome do Espírito (Mt 28.19).

3.6. A diversidade de Deus: as três pessoas da Trindade são pessoas distintas. A palavra pessoa deve ser entendida como uma autoconsciência distinta, que reconhece e pode se relacionar com os outros como "eu – vós" ou como um sujeito ao outro sujeito. Assim se diz que existem três centros distintos de autoconsciência no único Ser ou essência de Deus.

> **O Pai não é o Filho**: Durante sua vida na terra Jesus demonstrou um relacionamento pessoal com Deus, o Pai. Em João 17 Jesus orou ao Pai e falou sobre a glória que Eles compartilharam antes da criação. Duas pessoas são necessárias para compartilhar algo, portanto, o Filho é uma pessoa distinta do Pai. Jesus também tem os atributos de uma pessoa e Ele experimentou estes atributos como uma pessoa distinta. Jesus tem conhecimento, inteligência (João 2;24. 16:30, 18:37) e sua própria vontade (Lc. 22:42, Jo. 5:30, 6:38).
>
> **O Filho não é o Espírito**: Jesus disse em João 15:26 que Ele enviará o Espírito Santo para ajudar os discípulos e que o Espírito daria testemunho de Jesus. Em João 14:16 Jesus disse que o Espírito é outro Ajudador. O discurso de Jesus sobre o Espírito pressupõe que Ele é uma pessoa distinta de Jesus.
>
> **Espírito não é o Pai**: O Espírito Santo vem do Pai (João 15:26) e, portanto não pode ser o Pai. Imediatamente depois do batismo de Jesus, o Espírito Santo desceu na forma de uma pomba, enquanto o Pai falou dos céus. Neste momento os três foram manifestados juntos, cada um distinto dos outros. Então nenhum dEles pode ser identificado como sendo um dos outros. Um aspecto importante no estudo do Espírito Santo é o fato que Ele é pessoal, e a Bíblia usa pronomes pessoais para O

descrever, apesar do fato que a palavra espírito em grego é neutro. A única explicação dessa anomalia gramatical é que os autores quiseram destacar a personalidade do Espírito. Em João 15:26 o pronome ekeivoς (masculino) é usado com o neutro pneuma e é corretamente traduzido "ele."



4. Doutrina

4.1. Trindade ontológica: Para evitar as heresias que enfrentava, a igreja durante os primeiros séculos definiu a Trindade no Concílio de Nicéia (381) como uma essência (ousia) divina em três pessoas (hypovstasis) distintas. Segundo Agostinho, as distinções entre as pessoas não são ontológicas, mas relacionais. A teologia grega ensinava que o Pai era a fonte das outras pessoas.

A teologia tradicional diz que o Filho é gerado eternamente pelo Pai e o Espírito procede do Pai e o Filho. Os conceitos de geração (filiação) e procedência não são bem explícitos na Bíblia, mas são derivados da noção de que o Filho é o Unigênito do Pai (Jo 3.16) e que o Espírito procede do Pai e do Filho (Jo 15.26). Segundo Berkhof, a geração do Filho pelo Pai é um ato eterno (fora do tempo) e necessário do Pai, através do qual a subsistência pessoal do Filho é gerada, mas não a essência divina do Filho. "É o ato eterno e necessário da primeira pessoa da Trindade, pelo qual Ele, dentro do Ser Divino, é a base de uma segunda subsistência pessoal, semelhante à Sua Própria, e dá a esta segunda pessoa posse da essência divina completa, sem nenhuma divisão, alienação ou mudança."[7] A procedência

[7] Ver o verbete "geração eterna", de Geoffrey W. Bromiley, em Walter A. Elwell (ed.). *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*. Vol. 2 (SP: Vida Nova, 1992), pp. 196-197: "Esta frase, derivada de Orígenes, é usada para denotar o relacionamento inter-trinitário entre o Pai e o Filho, conforme o ensino da Bíblia. "Geração" deixa claro que há uma filiação divina antes da encarnação (cf. Jo 1.18; 1Jo 4.9), havendo, assim, uma distinção de pessoas dentro da única Deidade (Jo 5.26) e uma superioridade e subordinação de ordem entre estas Pessoas (cf. Jo 5.19; 8.28). "Eterna" reforça o fato de que a geração não é meramente econômica (isto é, visando o propósito da salvação humana, como na encarnação, cf. Lc 1.35), mas essencial e que, como tal, não pode ser interpretada nas categorias da geração natural ou humana. Deste modo, ele não subentende que havia um tempo quando o Filho não existia, conforme argumentavam os arianos. Nem se deve esperar que o Filho será finalmente absorvido. Nem o fato de o Filho ser uma pessoa distinta significa que Ele é separado quanto à essência. Sua subordinação também não subentende inferioridade. Em virtude da

do Espírito é do Pai e do Filho também.[8] É importante não cair em qualquer tipo de subordinacionismo ao definir as distinções entre as três pessoas. O que interessa é o fato de que cada pessoa é totalmente igual aos outros, mas tem um relacionamento distinto e um papel distinto. O Pai só pode ser o Pai, o Filho só pode ser o Filho, e o Espírito só pode ser o Espírito, Eles não podem trocar de lugar uns com os outros. Por outro lado, não existe nenhuma hierarquia de poder, glória ou autoridade na Trindade ontológica. A submissão do Filho ao Pai, por exemplo, é a submissão do Filho à sua própria vontade, porque a vontade divina é uma, mesmo tendo o Pai e o Filho consciência de uma vontade distinta e pessoal. A essência da vontade de Deus é uma. O Filho, então, não deseja coisa diferente das quais o Pai deseja, e se submete ao Pai negando Seus desejos. O Filho sempre deseja o que o Pai

---

geração eterna, e não a despeito dela, o Pai e o Filho são um só (Jo 10.30). Objeções têm sido levantadas contra a frase, declarando que é retórica, sem significado e, em última análise, auto-contraditória. Ela corresponde, porém, àquilo que Deus nos mostrou de Si mesmo na Sua própria existência eterna, e, se traz consigo certo elemento de mistério (conforme era de se esperar), foi corretamente descrita por O. A. Curtis (*The Christian Faith* – "A Fé Cristã", p. 228) como "não somente concebível" mas "também um dos conceitos mais frutíferos em todo o pensamento cristão". Acha expressão confessional nas frases: "gerado de Seu Pai antes de todos os mundos" (de Nicéia) e "gerado antes dos mundos" (de Atanásio). Esta frase, derivada de Orígenes, é usada para denotar o relacionamento inter-trinitário entre o Pai e o Filho, conforme o ensino da Bíblia. "Geração" deixa claro que há uma filiação divina antes da encarnação (cf. Jo 1.18; 1Jo 4.9), havendo, assim, uma distinção de pessoas dentro da única Deidade (Jo 5.26) e uma superioridade e subordinação de ordem entre estas Pessoas (cf. Jo 5.19; 8.28). "Eterna" reforça o fato de que a geração não é meramente econômica (isto é, visando o propósito da salvação humana, como na encarnação, cf. Lc 1.35), mas essencial e que, como tal, não pode ser interpretada nas categorias da geração natural ou humana. Deste modo, ele não subentende que havia um tempo quando o Filho não existia, conforme argumentavam os arianos. Nem se deve esperar que o Filho será finalmente absorvido. Nem o fato de o Filho ser uma pessoa distinta significa que Ele é separado quanto à essência. Sua subordinação também não subentende inferioridade. Em virtude da geração eterna, e não a despeito dela, o Pai e o Filho são um só (Jo 10.30). Objeções têm sido levantadas contra a frase, declarando que é retórica, sem significado e, em última análise, auto-contraditória. Ela corresponde, porém, àquilo que Deus nos mostrou de Si mesmo na Sua própria existência eterna, e, se traz consigo certo elemento de mistério (conforme era de se esperar), foi corretamente descrita por O. A. Curtis (*The Christian Faith* – "A Fé Cristã", p. 228) como "não somente concebível" mas "também um dos conceitos mais frutíferos em todo o pensamento cristão". Acha expressão confessional nas frases: "gerado de Seu Pai antes de todos os mundos" (de Nicéia) e "gerado antes dos mundos" (de Atanásio)".

[8] Ver o verbete "filioque", de Geoffrey W. Bromiley, em Walter A. Elwell (ed.). *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*. Vol. 2 (SP: Vida Nova, 1992), p. 172: "O termo significa "e do Filho" e refere-se à frase, na versão ocidental do Credo de Nicéia, que diz que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho. Originalmente, esta expressão não constava das confissões que receberam o assentimento em Nicéia (325) e em Constantinopla (381). Parece ter sido encaixada no Concílio local de Toledo (589) e, a despeito da oposição, estabeleceu-se paulatinamente no Ocidente, sendo oficialmente endossada em 1017. Fócio de Constantinopla denunciou-a no século IX, e esta formou a principal questão doutrinária disputada no rompimento entre o Oriente e o Ocidente, em 1054. Uma tentativa de acordo levada a efeito em Florença, em 1439, não deu em nada. Entre os Pais, Hilário, Jerônimo, Ambrósio, Agostinho, Epifânio e Cirilo de Alexandria pode ser citados a favor da frase: Teodoro de Mopsuéstia e Teodoreto colocam-se contra ela; os capadócios ocupavam o terreno intermediário de: "do Pai mediante o Filho". Do lado oriental, duas considerações podem ser feitas. Em primeiro lugar, o versículo relevante em João (15.26) fala somente de uma procedência da parte do Pai. Em segundo lugar, o acréscimo nunca recebeu aprovação ecumênica. Duas considerações também podem ser feitas em favor de *filioque*. 1) Salvaguarda a verdade nicena vital de que o Filho é consubstancial com o Pai. 2) O Filho, e não somente o Pai, envia o Espírito em Jo 15.26, e por Analogia com este relacionamento conosco, estamos justificados, ao inferirmos que o Espírito procede tanto do Pai quando do Filho no relacionamento intra-trinitário. Negar tal coisa é provocar uma ruptura entre o Espírito e o Filho, contradizendo, assim, as passagens que falam nEle como o Espírito de Cristo (cf. Rm 8.9; Gl 4.6).

deseja e o Pai sempre deseja o que o Filho deseja. Os dois são iguais. E o Espírito Santo é igual também.

Agostinho concebe a geração do Filho como ato do pensamento do Pai. E o Espírito Santo, que procede do Pai e do Filho, é o amor mútuo entre ambos (o Pai é o *amans*, o Filho é *amatur* e o Espírito Santo é *amor*). Esse amor é uma Pessoa. Toda atividade de Deus *ad extra* decorre de sua natureza e é, por isso, comum às três Pessoas. Agostinho concebe imagens da Trindade no espírito humano, por causa de suas faculdades peculiares tais como o lembrar-se, o conhecer e o querer (memória, inteligência, vontade).

> "É no Vosso dom [Espírito Santo] que repousamos. Nele gozaremos de Vós. É o nosso descanso, é o nosso lugar. É para lá que o Amor nos arrebata e que o Espírito Santo levanta o nosso abatimento desde as portas da morte. Na Vossa boa vontade temos a paz. (...) O corpo, devido ao peso, tende para o lugar que lhe é próprio, porque o peso não tende só para baixo, mas também para o lugar que lhe é próprio. Assim, o fogo encaminha-se para cima e a pedra para baixo. Movem-se segundo o seu peso. Dirigem-se para o lugar que lhes compete. O azeite derramado sobre a água aflora a superfície. A água vertida sobre o azeite submerge debaixo deste. Movem-se segundo o seu peso e dirigem-se para o lugar que lhes compete. As coisas que não estão em seu lugar próprio, agitam-se, mas quando o encontram, ordenam-se e repousam".[9]

Para Agostinho, todo conhecimento é uma forma de amor. Só se ama aquilo que se conhece. E, a busca do conhecimento pressupõe sempre um conhecimento prévio. Agostinho vê Deus como unidade plena, viva e guardando dentro de si a multiplicidade. Em Deus há três pessoas consubstanciais: Pai, Filho e Espírito Santo. O Pai é a essência divina em sua profundidade insondável. O Filho é o Logos, o verbo, a razão e a verdade, através da qual Deus se manifesta. O Espírito Santo é o amor, mediante o qual Deus dá nascimento a todos os seres. É por isso que Agostinho diz: "As três coisas que digo são: existir, conhecer e querer. Existo, conheço e quero. Existo sabendo e querendo; sei que existo e quero; e quero existir e saber. (...) Repare, quem puder, como a vida é inseparável nestes três conceitos: uma só vida, uma só inteligência, uma só essência, sem que seja possível operar uma distinção que, apesar de tudo existe".[10]

> Agostinho de Hipona (354-430): "O Pai é diferente do Filho, porque Ele é eternamente o Pai, e Ele se relaciona com o Filho como um Pai. O Filho é eternamente o Filho, e sempre obedece e submete ao Pai, não porque seja inferior, mas porque ele é o Filho. E o Espírito Santo é o '*vinculum caritatis*', o vínculo de amor, que liga o Pai e o Filho. A diferença está no relacionamento que eles tem, um com o outro."
> Ricardo de São Vítor (?-1173): "Não há nada mais perfeito que a caridade. Portanto, se Deus possui a plenitude de tudo o que é bom e perfeito, Ele possui a plenitude da caridade. Se Deus é a perfeição do amor, o homem, sendo criado conforme a imagem de Deus, deve refletir essa perfeição ao máximo possível. Crescer na experiência do amor e da caridade é crescer em direção à imagem de Deus e tornar-se mais unido com Ele. Todavia, o exercício da caridade exige uma outra pessoa. Ninguém tem caridade para consigo mesmo. O amor precisa ser direcionado a uma

[9] *Confissões*, livro XIII, 9.
[10] *Confissões*, livro XIII, 11.

> outra pessoa para que se constitua em verdadeira caridade. Onde existe apenas uma pessoa não existe caridade. Daí, sua conclusão lógica de que se Deus é amor Ele não pode existir solitariamente, não pode ser um Deus uno."

Alguns teólogos evangélicos (J. O. Buswell, Robert Reymond[11], Millard Erickson[12], e outros) têm questionado as doutrinas da geração do Filho e da processão do Espírito. Estes dizem que essas doutrinas são o resultado de confundir descrições dos relacionamentos entre os três com a ontologia de Deus. Eles entendem que a doutrina clássica corre o risco de cair em subordinacionismo, o que comprometeria a divindade do Filho e do Espírito. O ponto que eles querem defender, que é um ponto válido, é que nenhuma das pessoas da Trindade deve ser vista como sendo derivada, ontologicamente, de uma das outras. Como Deus, cada pessoa existe necessariamente e tem o atributo de auto-existência. Isso não quer dizer que a doutrina tradicional seja errada em nosso entendimento, mas ela nunca deve implicar a negação da igualdade total das três pessoas.

Portanto, é importante não cair em qualquer tipo de subordinacionismo ao definir as distinções entre as três pessoas.[13] O que interessa é o fato de que cada pessoa é totalmente igual às outras, mas tem um relacionamento distinto e um papel distinto. O Pai só pode ser o Pai, o Filho só pode ser o Filho, e o Espírito só pode ser o Espírito, Eles não podem trocar de lugar uns com os outros. Por outro lado, não existe nenhuma hierarquia de poder, glória ou autoridade na Trindade ontológica. A submissão do Filho ao Pai, por exemplo, é a submissão do Filho à sua própria vontade, porque a vontade divina é uma, mesmo tendo o Pai e o Filho consciência de uma vontade distinta e pessoal. A essência da vontade de Deus é uma. O Filho, então, não deseja coisas diferentes das quais o Pai deseja, se submetendo ao Pai e negando Seus desejos. O Filho sempre deseja o que o Pai deseja e vice versa. Os dois são iguais. E o Espírito Santo é igual também.

4.2. Trindade Econômica: A Trindade econômica é a Trindade em relação à história humana. Na redenção da humanidade cada pessoa faz parte de um plano perfeito para salvar o homem. Cada pessoa faz obras distintas para conseguir essa salvação. O Pai planeja a salvação, elege os salvos e envia o Filho, o Filho paga o preço do pecado, compra a salvação pelos eleitos e faz intercessão, e o Espírito aplica a salvação aos eleitos, regenerando-os e santificando-os.

5. Aplicação:

5.1. A singularidade de Deus: Ele não criou o mundo por solidão. Antes de o mundo existir havia uma comunhão de amor na Trindade. A criação do mundo foi fruto do amor transbordante de Deus.

5.2. Salvos pela graça: Se o homem de fato cometeu traição cósmica contra Deus, que razão haveria para Ele prover qualquer meio de salvação? À vista da rebelião universal contra

---

[11] Robert Reymond. *A New Systematic Theology of the Christan Faith* (Nashville: Thomas A. Nelson, 1998), 324–341.

[12] Millard Erickson. *God in Three Persons: a contemporary interpretation of the Trinity* (Grand Rapids: Baker Book House, 1995), 309–310.

[13] Wayne Grudem é exemplo de um bom teólogo, que infelizmente cai neste erro. Ver W. Grudem, Teologia sistemática (São Paulo, Vida Nova, 1999), pp. 184-186.

Deus, não se trata da questão de haver um só caminho, mas por que existe ainda um caminho?

5.3. Devoção cristã: A verdadeira espiritualidade cristã é motivada mais pela majestade da natureza e dos caminhos de Deus, e menos pelos benefícios que Deus pode trazer à pessoa.

5.4. Comunhão: Devem ser encorajados meios criativos para incluir os vários dons espirituais entre os membros, lembrando que cada crente é importante e necessário no Corpo de Cristo. Ao mesmo tempo todos os membros deveriam estar conscientes de suas responsabilidades de submissão recíproca e auto-doação. A igreja existe para nutrir ralações de cuidado entre seus membros. Para imitar Deus, a igreja local tem que cultivar amizades profundas. Células, retiros e outras formas de comunhão contribuem para reunir em amor o povo de Deus, exaltando a alegria e o amor da Trindade, prefigurando a comunhão abençoada do paraíso.

5.5. Firmeza: O Credo de Atanásio: “Todo aquele que quer ser salvo, antes de tudo deve professar a fé cristã. Quem quer que não a conserve íntegra e inviolada, sem dúvida perecerá eternamente. E a fé cristã consiste em venerar um só Deus na Trindade e a Trindade na unidade, sem confundir as pessoas e sem dividir a substância.”

6. Ele deve ser adorado, servido e proclamado.

“Tente explicá-la, e vai perder sua mente; Tente negá-la, e vai perder sua alma” (Citado por Millard Erickson)

Ricardo de São Vitor

TRATADO SOBRE A SANTÍSSIMA TRINDADE

- Do prólogo -

"O meu justo vive da fé". Esta sentença é ao mesmo tempo apostólica e profética. O Apóstolo diz o que o profeta prediz, pois o justo vive da fé; e se assim é, ou melhor, porque assim é, devemos nos elevar com freqüência aos mistérios de nossa fé. Sem a fé é impossível agradar a Deus. Pois onde não há fé, não pode haver esperança. Onde não há esperança, não pode haver caridade. Pela fé somos promovidos à esperança, e pela esperança progredimos à caridade. Qual seja, porém, o fruto da caridade, pode-se ouvi-lo da própria boca da verdade: "Se alguém me ama, será amado pelo meu Pai, e eu o amarei, e me manifestarei a ele".

Quão aplicados, pois, não nos convém ser à fé, da qual procede o fundamento de todo o bem e através da qual se alcança o firmamento?

Se somos filhos de Sião, levantemos aquela sublime escada da contemplação, tomemos asas como de águia pelas quais nos possamos destacar das coisas terrenas e nos levantar às coisas celestes. Pensemos nas coisas do alto, não nas coisas da terra, onde Cristo está sentado à direita de Deus; para isto de fato Cristo nos enviou o seu Espírito, para que conduzisse o nosso espírito de tal modo que para onde o Cristo ascendeu com o corpo, ascendamos nós pela mente.

- Livro III, caps. 2-7 -

2. Aprendemos, pelo que já foi exposto, que no sumo e plenamente perfeito bem encontra-se a plenitude e a perfeição de toda a bondade. Onde, porém, encontra-se a plenitude de toda a bondade, não pode faltar a verdadeira e suma caridade. Nada, efetivamente, é melhor do que a caridade, nada mais perfeito do que a caridade. Ninguém, porém, é dito propriamente possuir caridade pelo amor particular e próprio de si mesmo. É necessário, portanto, que o amor se estenda a outro, para que possa ser caridade. Onde, portanto, falta a pluralidade das pessoas, a caridade não pode existir de nenhum modo.

Mas dirás, talvez, que ainda que existisse uma única pessoa naquela verdadeira divindade, esta poderia, não obstante, possuir alguma caridade para com a sua criatura, ou melhor, a possuiria com certeza, porém também com certeza não poderia possuir a suma caridade para com uma pessoa criada. Seria, de fato, uma caridade desordenada. Ora, é impossível que na bondade da suma sabedoria exista a caridade desordenada. A pessoa divina, portanto, não poderia possuir a suma caridade para com outra pessoa que não fosse digna do sumo amor. Para que, porém, a caridade possa ser suma e sumamente perfeita, é necessário que seja tanta que não possa ser maior, é necessário que seja tal que não possa ser melhor. Ora, na medida em que alguém não ama mais ninguém do que a si mesmo, este que possui para consigo mesmo um amor particular tem em si mesmo a prova de que ainda não apreendeu o sumo grau da caridade. A pessoa divina, porém, com certeza não teria ninguém que pudesse amar dignamente como a si mesmo se de nenhum modo tivesse outra pessoa condigna de si. Nenhuma pessoa, entretanto, seria condigna da pessoa divina se ela também não fosse Deus. Para que, portanto, naquela verdadeira divindade a plenitude da caridade possa ter lugar, é necessário além da pessoa divina outra pessoa condigna de modo que não lhe falte o divino consórcio.

Vês, portanto, quão facilmente a razão nos convence que na verdadeira divindade não pode faltar a pluralidade das pessoas. Certamente somente Deus é sumamente bom. Somente Deus, portanto, é sumamente amável. A divina pessoa não poderia, por conseguinte, exibir o sumo amor a uma pessoa que carecesse de divindade. A plenitude da divindade, porém, não pode existir sem a plenitude da bondade. A plenitude da bondade, entretanto, não pode existir sem a plenitude da caridade, nem a plenitude da caridade sem a pluralidade das pessoas divinas.

3. Aquilo, porém, que a plenitude da bondade nos convence a respeito da plenitude das pessoas, por razões semelhantes demonstra-o também a plenitude da bem-aventurança. Aquilo de que uma fala, a outra o comprova. E aquilo que a primeira clama, em uma única e mesma verdade a segunda aclama.

Interrogue cada um à sua consciência, e sem dúvida e sem contradição encontrará que assim como nada é melhor do que a caridade, assim também nada é mais feliz do que a caridade. Isto no-lo ensina a própria natureza, assim como também a repetida experiência. Assim como na plenitude da verdadeira bondade não pode faltar aquilo pelo qual nada pode ser melhor, assim também na plenitude da suma bem-aventurança não pode faltar aquilo pelo qual nada pode ser mais feliz. É necessário, portanto, que na suma bem-aventurança não falte a caridade. Para que, porém, exista a caridade no sumo bem, é impossível que lhe falte alguém a quem possa ser oferecida, ou possa ser exibida. É próprio do amor, porém, e sem o qual não pode de nenhum modo existir, querer ser muito amado por aquele a quem muito se ama. Não pode, portanto, o amor ser feliz se não for mútuo. Por conseguinte, naquela verdadeira e suma bem-aventurança, assim como não pode faltar o amor feliz, assim também não pode faltar o amor mútuo. No amor mútuo, porém, é inteiramente necessário que haja quem ofereça o amor e quem retribua o amor. Um terá que ser aquele que oferece o amor, e outro terá que ser o que retribui o amor. Onde, porém, nos convencemos que deve haver o um e o outro, depreende-se haver verdadeira pluralidade. Naquela verdadeira plenitude de felicidade, portanto, não pode faltar a pluralidade das pessoas. Consta, entretanto, que nada mais é a suma bem-aventurança do que a própria divindade. A exibição do amor gratuito e a devida retribuição deste amor nos convence, indubitavelmente, que na verdadeira divindade não pode faltar a pluralidade das pessoas.

4. Se disséssemos que na verdadeira divindade houvesse apenas uma única pessoa, assim como também uma única substância, por causa disto sem dúvida ela não teria a quem poderia comunicar aquela infinita abundância de sua plenitude.

Mas, pergunto, por que se daria isto? Quereria ela talvez ter a quem comunicá-la, e não o poderia, apesar de querê-lo? Ou não quereria fazê-lo, apesar de ter a quem o pudesse? Se, porém, alguém é sem dúvida alguma onipotente, não poderia ser desculpado,pela impossibilidade. Mas o que consta não ser por defeito de potência, poderia sê-lo única e tão somente por defeito de benevolência? Considera, pois, eu te peço, qual e quanta seria o defeito de benevolência se a pessoa divina verdadeiramente pudesse ter, querendo-o, alguém a quem comunicá-lo e ainda assim de nenhum modo o quisesse. É certo, conforme dissemos, que nada é mais doce do que a caridade, nada é mais feliz do que a caridade, nada a vida racional experimenta como mais doce do que as delícias da caridade. Nunca nenhuma deleitação foi fruída mais deleitavelmente e destas delícias careceria por toda a eternidade se, carecendo de consórcio, permanecesse solitária no trono de sua majestade. Por estas considerações podemos advertir qual e quanta seria este defeito de benevolência se preferisse avarentamente reter somente para si a abundância de sua plenitude que poderia, se assim o quisesse, com tanto cúmulo de bem-aventurança, com tanto aumento de delícias, comunicá-la a um outro. Se assim o fosse, se nela houvesse tanto defeito de benevolência, merecidamente se envergonharia de conhecer-se a si mesmo, merecidamente se envergonharia de ser assim visto, merecidamente fugiria de todos os olhares, merecidamente se envergonharia dos próprios anjos. Mas, que dizemos? Não é possível que na suprema majestade exista algo pelo qual não possa gloriar-se e pelo qual não possa ser glorificada. De outra forma, onde estaria a plenitude de sua glória? Pois ali, conforme já havíamos demonstrado, não pode faltar nenhuma plenitude. Porém, o que pode haver de mais glorioso, o que pode haver de mais magnificiente do que nada possuir que não se queira comunicar? Consta, por conseguinte, que naquele indeficiente bem e sumamente sábio conselho tanto não pode encontrar-se a avarenta reserva como não pode haver uma desordenada efusão. Eis, portanto, que tens a descoberto, como podes vê-lo, que naquela suma e suprema excelsitude a própria plenitude da glória obriga a que não falte o consorte da glória.

5. Eis que ensinamos sobre a pluralidade das pessoas divinas por razões tão manifestas que se alguém quiser contradizer afirmações tão evidentes parecerá padecer da doença de insanidade. Quem senão quem sofre de insanidade dirá que à suma bondade falte aquilo pelo qual nada é mais perfeito, pelo qual nada é melhor? Quem, pergunto, senão uma mente pobre contradirá dizendo faltar à suma bem-aventurança aquilo pelo qual nada é mais feliz, nada é mais doce? Quem, digo, senão o carente de razão, pode admitir faltar na plenitude da glória aquilo pelo qual nada é mais glorioso, nada é mais magnificiente? Nada certamente é melhor, nada certamente é mais feliz, nada mais magnificiente do que a verdadeira, sincera e suma caridade, da qual sabe-se que de nenhum modo pode existir sem a pluralidade de pessoas. Esta afirmação da pluralidade é

confirmada por um tríplice testemunho, pois aquilo que a suma bondade e a suma bem-aventurança clamam concordemente sobre este assunto, a plenitude da glória aclama confirmando, e aclamando confirma. Eis que temos assim, sobre este artigo de nossa fé, um tríplice testemunho, sumo entre os sumos, divino entre os divinos, altíssimo entre os profundos, manifestíssimo entre os ocultos, e sabemos que na boca de dois ou três está toda a palavra. Eis o tríplice cordel que dificilmente se rompe, pelo qual, concedendo-nos Deus sabedoria, qualquer impugnador de nossa fé é fortemente atado.

6. Eis que, conforme podemos manifestamente concluir pelo que já dissemos, a perfeição de uma pessoa exige o consórcio do outro. Descobrimos que nada é mais glorioso, nada mais magnificiente, do que nada querer ter que não queiras comunicar. A pessoa que for sumamente boa não quererá, portanto, carecer do consorte de sua majestade. Sem dúvida, porém, para aquele cuja vontade for onipotente, será coisa necessária que seja tal qual quiser sê-lo. Aquele que, entretanto, tiver uma vontade imutável, irá querer para sempre o que tiver querido uma só vez. É necessário, portanto, que a pessoa eterna tenha outra pessoa coeterna, nem uma terá podido preceder a outra, nem uma suceder a outra; pois naquela eterna e imutável divindade nada poderá mudar como se se tornasse antiquado, nem tampouco nada de novo poderá sobrevir-lhe. É impossível, por conseguinte, que as pessoas divinas não sejam coeternas. Onde, portanto, existir a verdadeira divindade, ali haverá a suma bondade, ali haverá a plena bem-aventurança. A suma bondade, conforme foi dito, não pode existir sem a perfeita caridade, nem a perfeita caridade sem a pluralidade de pessoas. A plena bem-aventurança, porém, não pode existir sem a verdadeira incomutabilidade, nem a verdadeira incomutabilidade sem a eternidade. A pluralidade das pessoas exige a verdadeira caridade, a eternidade das pessoas a verdadeira incomutabilidade.

7. Devemos observar, no entanto, que assim como a verdadeira caridade exige a pluralidade das pessoas, assim a suma caridade exige a igualdade das pessoas. Nem é cabível que haja verdadeira caridade onde o verdadeiramente amado não for sumamente amado. Não é amor ordenado, porém, aquele no qual se ama sumamente quem não é sumamente amável. Mas na bondade do sumo sábio a chama do amor não arde nem diversamente nem mais fortemente do que o que é ditado pela suma sabedoria. É necessário, portanto, que seja sumamente amado segundo a abundância da suma caridade aquele que for sumamente amável segundo a medida daquele sumo discernimento. Mas a propriedade do amor nos mostra que não será possível existir um sumo amante se o sumamente amado não retribuir o amor. A plenitude da caridade, deste modo, exige que no amor mútuo ambos sejam sumamente amados pelo outro e, por conseqüência, de acordo com a medida do discernimento de que acima falamos, que ambos sejam sumamente amáveis. Onde, portanto, ambos são igualmente amáveis, é necessário que ambos sejam igualmente perfeitos. É necessário, portanto, que ambos sejam igualmente poderosos, igualmente sábios, igualmente bons, igualmente bem-aventurados. Deste modo, nos que se amam mutuamente a suma plenitude do amor exige a suma igualdade da perfeição. Assim como, por conseguinte, na verdadeira divindade a propriedade da caridade exige a pluralidade das pessoas, assim a integridade da mesma caridade na verdadeira pluralidade exige a suma igualdade das pessoas. Para que sejam inteiramente iguais, porém, é necessário que sejam inteiramente semelhantes, pois a semelhança pode ser possuída sem igualdade, mas a igualdade nunca pode ser possuída sem mútua semelhança. Aqueles que, de fato, nada possuem de semelhante na sabedoria, como poderão ser nela iguais? O que, no entanto, digo da sabedoria, o mesmo afirmo da potência e o mesmo encontrarás em todas as demais, se as percorreres singularmente.

Um Deus monopessoal é adequado?

UM DEUS MONOPESSOAL	UM DEUS TRIPESSOAL
I. **Auto-Suficiente?** A. *Como pessoa?* Uma pessoa pensa, tem vontade e em parte define-se através de seus inter-relacionamentos.	
Parece que, para ser realizado como pessoa, um Deus monopessoal teria de criar outros seres com que poderia se relacionar. Historicamente, um Deus monopessoal torna-se menos pessoal e mais abstrato.	Por ser três pessoas, um Deus triúno tem em si a profunda auto-realização no sentido de ser pessoa – em tudo o que a Bíblia revela como pessoal.
B. *Como comunicador?*	
Antes da criação por um Deus monopessoal, não houve comunicação, palavra ou intercâmbio.	Sempre, na eternidade passada, um Deus tripessoal alegrava-se com a comunicação profunda; havia auto-realização completa.
C. *Como Amor?* O amor dá de si mesmo para o outro; deleita-se em elevar e ajudar o outro.	
Um Deus unipessoal teria de criar alguma outra pessoa ou coisa para amar; antes da criação, o amor divino era apenas uma característica latente e potencial, não ativa.	O Novo Testamento representa uma dinâmica de amor entre os membros da Trindade, cada um querendo glorificar o outro, na ordem econômica antes determinada.
II. **Como Deus pode ser ao mesmo tempo santíssimo e misericordioso?** O ponto-chave em evangelizar muçulmanos e judeus é a questão do perdão do pecado. Um Deus monopessoal é justo ou misericordioso, mas não pode ser os dois. A. *Um Deus justo e misericordioso?*	
Um Deus unipessoal santo não pode permitir pecado em sua presença (Hc 1.3); é obrigado, como Absoluto Moral, a punir o pecado. A graça e o perdão são apenas compromisso (arbitrário?) de sua justiça.	A Bíblia insiste em que Deus é infinitamente justo e misericordioso. Deus é o Justo que exige perfeição e justiça, o Justificador que pagou o preço e o Espírito Santo que atua na vida do pecador.
B. *Juízo?*	
Quando faz juízo, um Deus monopessoal apanha o pecador e diz: “Chega!” Ele pára de amar e castiga.	Como Trindade, é possível que cada um suporte o pecado contra si mesmo, mas julgue a favor das outras duas pessoas contra o pecador.
III. **O problema da unidade e diversidade**	
A crença num Deus monopessoal tem a tendência de extremizar-se: ou Deus é soberano mas menos que pessoal, ou é muito pessoal mas menos do que soberano. Não existe uma estrutura para unidade e diversidade no universo.	Um Deus único e tripessoal tem em si uma estrutura de unidade e diversidade que fundamenta o mundo criado. Deus é soberano sobre o universo, mas não é a única causa de tudo que acontece; existe lugar pra o arbítrio do ser criado; o indivíduo tem seu lugar importante.

Cosmovisões básicas

Três paradigmas fundamentais do pensamento humano

10 PERGUNTAS PRINCIPAIS DA VIDA	ATEÍSMO: Deus não existe	PANTEÍSMO: Deus é infinito e impessoal	TEÍSMO: Deus é infinito e pessoal
1. Por que algo existe em vez do nada?	Algo sempre existiu. O universo é produto de tempo, espaço, energia e acaso.	Tudo que existe é Deus. A unidade absoluta que é Deus se particularizou no universo.	Um Deus pessoal criou tudo que existe do nada; existe distinto da sua criação finita.
2. Por que o homem existe?	O homem é apenas um produto do acaso num universo fechado.	O homem é particularização divina, como todo o mundo finito	O homem é criação especial, distinto de toda criação não pessoal.
3. Qual é a base da dignidade humana?	Ontologicamente, nada; relativamente, o mais elevado da evolução.	Nada; a distinção e singularidade do homem afasta-se de Deus.	Feito à imagem de Deus, o homem existe para relacionamento pessoal com o Criador.
4. Qual é a base da personalidade, que o homem pensa, escolhe e tem emoções?	Ontologicamente, nada; relativamente: a. formação genética; b. condicionamento social.	A personalidade é ilusão: o homem deve renunciar sua personalidade.	Deus mesmo é pessoal: Ele pensa, escolhe e sente emoçoes.
5. Qual é a base da racionalidade e lógica?	Ontologicamente nada; no fim, não existe. Relativamente: a. linguagem; b. formação genética.	A racionalidade é apenas ilusão. A realidade final (Deus) é a-racional.	Enquanto a racionalidade divina transcende a humana, Deus por sua própria natureza é racional.
6. Qual é a base dos sentimentos morais, i.é., a consciência?	O condicionamento social.	No sentido final, a consciência moral é ilusão.	Embora caída e comdicionada, a consciência moral reflete a imagem de Deus.
7. Qual o fundamento da ética, moral e valores?	Relativismo: a. social (humanismo, democracia ou o estado); b. individual.	Ontologicamente, nada. Relativamente, as leis do *karma*.	O caráter moral de Deus, revelado na Bíblia.
8. Por que existe o mal no universo?	a. O mal físico faz parte normal. b. O mal moral é relativo à percepção social ou individual.	Como tudo é Deus, não existe o mal; as leis do *karma* são finalmente arbitrárias.	a. O mal moral vem do livre-arbítrio de seres finitos (Lúcifer, Adão, etc); b. O mal físico é conseqüência e juízo disso.
9. Qual é a base da alegria, prazer e estética do homem?	A formação genética e o condicionamento social.	a. A iluminação e unidade de Deus. b. O prazer individual é contra Deus/unidade.	Como imagem de Deus, o homem possui senso inato de estética, alegria e prazer; etc.
10. Qual é o lugar do indivíduo no universo? (O problema da unidade e diversidade do universo)	a. Tudo é unidade; o homem não tem lugar; determinismo. b. Tudo é diversidade, acaso, absurdo; o homem não tem significado.	Só pode haver unidade final; toda a diversidade – incluindo o homem – é ilusão.	Deus como Trindade incorpora unidade e diversidade; assim, o indivíduo tem seu lugar na unidade do universo.

Os Atributos de Deus

Nossos pensamentos em relação a Deus são pequenos demais! Albert Einstein, o famoso cientista, era tão cético quanto à religião organizada porque sentia que os cristãos estavam diminuindo e domesticando a Deus! Houve um tempo em que o tema dos atributos de Deus eram considerados tão importantes que eram ensinados na igreja para crianças, com através do uso de catecismos, e todos os adultos também deveriam conhecê-los, mas hoje poucos cristãos têm escutado pregações e lido livros sobre a doutrina do caráter divino. Por exemplo, entre os puritanos, Stephen Charnock, que foi pastor presbiteriano e a partir de 1675 ministrou na London Presbyterian Church (com Thomas Watson), escreveu um clássico sobre "A Existência e os Atributos de Deus", fruto de suas pregações, que ainda hoje é editado. J. I. Packer diz: "Conhecer a Deus é crucialmente importante para nossa vida. Para aqueles que não conhecem a Deus o mundo é um lugar estranho, louco, penoso, e viver nele algo de decepcionante e desagradável. Despreze o estudo de Deus e você estará sentenciando a si mesmo a passar a vida aos tropeções, como um cego, como se não tivesse qualquer senso de direção e não entendesse aquilo que o rodeia. Deste modo poderá desperdiçar a sua vida e perder sua alma."

Os atributos de Deus tem sido classificados de diferentes formas, para relacioná-los entre si e para facilitar a memorização. Por exemplo, A. H. Strong (1836-1821) classificava os atributos como *absolutos* e *imanentes* e John Gill (1697-1771) em *metafísicos* e *morais*. Aqui seguiremos Louis Berkhof (1873-1857) e Bruce Milne, que fazem distinção entre atributos *incomunicáveis* e *comunicáveis*. Os atributos incomunicáveis são assim chamados porque eles não podem ser atributos a outras criaturas, e os atributos comunicáveis, podem existir, de forma limitada, nas criaturas de Deus. Ao falar nos atributos de Deus é conveniente dividir os atributos em dois grupos, sempre relembrando que a divisão nos ajuda a entender o assunto, mas não representa uma divisão ontológica na natureza de Deus. É importante entender que não é possível separar os atributos de Deus do Ser de Deus. O Ser de Deus não é um conceito abstrato, mas somente existe nos atributos. Todos os atributos são essenciais ao Ser de Deus e cada um existe em plena harmonia com os outros. Deus, portanto, é totalmente justo, santo, bondoso, etc. O amor de Deus é amor justo. A justiça de Deus é justiça santa, etc. Uma palavra de aviso muito importante: todos os atributos de Deus são compartilhados por todas as Pessoas da Santa Trindade, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, e são a própria essência e natureza de Deus, não podendo ser divididos ou separados dEle! O Breve Catecismo da Assembléia de Westminster (1647), refletindo o ensino bíblico sobre esta questão, diz que "Deus é espírito, infinito, eterno e imutável em seu ser, sabedoria, poder, santidade, justiça, bondade e verdade".

1. Os atributos incomunicáveis:

1.1. A independência e auto-existência (asseidade) de Deus (Gn 1.1; Êx 3.14; Is 40.13s; At 17.25): O fato de que Deus existia na eternidade passada (do ponto de vista humano), distinto da criação, e totalmente realizado, é testemunho da independência de Deus. Ele não precisa da criação e Ele não a criou porque Ele estava se sentindo solitário! Ele não precisava da criação para ter algo com que compartilhar o amor. Ele já tinha tudo que precisava no Seu próprio Ser Trino. Ele é auto-existente e não deriva Seu Ser de algo

anterior. Ele não é condicionado pela criação, mas a criação é completamente sujeita a sua vontade.

1.2. A imutabilidade de Deus (1Sm 15.29; Ml 3.6; Tg 1.17; Hb 13.8): Deus não muda no Seu Ser, planos, propósitos, promessas, e perfeições. No seu Ser, Deus já é perfeito, portanto, Ele não pode mudar porque mudança implicaria de Ele ficar mais ou menos perfeito. Os dois são absurdos. (Is 48:12; Ml 3:6; Tg 1:17). Mesmo assim, Deus não é um ente estático e afastado do mundo que Ele criou. Ele faz interação pessoal com as sua criaturas, especialmente o homem. Para se relacionar com o homem, Deus assume um comportamento pessoal no nível em que a criatura possa entender. Por isso, Deus é representado na Bíblia, como se estivesse se arrependendo e mudando de intenção. Tais representações devem ser entendidas como antropomorfismos. Deus não muda, mas também Ele não é estático, como na filosofia de Aristóteles.

William Lacy Lane, "Exegese e Pregação", *Revista Teológica* [Seminário Presbiteriano do Sul] *59* (mai-ago/98), 61-76.

O estudo semântico trata do significado das palavras. Para isto, é sempre importante recorrer aos originais. Muitos pregadores, infelizmente, já abandonaram o costume de consultar o hebraico e o grego, entretanto, há de reconhecer-se os benefícios de familiarizar-se mais com os originais. Hoje, maior número de ferramentas têm sido disponibilizadas tanto para o pregador especializado como para o leigo, de modo a facilitar a consulta aos originais.

Podemos falar do estudo semântico em dois níveis. Um nível é o estudo de palavras em si, tecnicamente chamado de **lexicografia**. O outro é o nível do significado da palavra em seu contexto, daí, se discute o **campo semântico**. Em outras palavras, um trata do significado conforme dicionários e léxicos, o outro, conforme o texto apresenta. Para ilustrar isto, tomemos a expressão "se arrependeu" de Gn 6.6: "Então, se arrependeu o Senhor de ter feito o homem na terra, e isso lhe pesou no coração." Este termo traz dificuldades quando pensamos no sentido grego de arrependimento, que é freqüentemente enfatizado em sermões doutrinários: arrependimento como o mudar de mente. Isto é incompatível com a idéia de que Deus é imutável. Como, então, entender que Deus se arrependeu?

No primeiro nível, analisamos o termo "arrepender-se" que vem da palavra hebraica *naham* cujo sentido primário é "ter compaixão, entristecer e consolar". Este dado apenas já é o suficiente para fugirmos daquela preocupação de que Deus tenha mudado de idéia. A visão de Deus como tendo compaixão já é mais compatível com a definição de Deus na doutrina cristã.

No segundo nível, é importante que se analise como essa palavra é usada em outros textos. Para isso, uma boa concordância é fundamental. Fazendo uma busca do termo no original, constatamos que a primeira ocorrência dessa raiz na Bíblia está em Gn 5.29 quando o pai de Noé lhe dá o nome e diz: "Este nos **consolará** dos nossos trabalhos e das fadigas de nossas mãos..." E, há outros textos em Gênesis cujo sentido principal é o de consolo (24.67; 27.42; 37.35 etc.). Êxodo, contudo, apresenta outro sentido mais próximo de Gn 6.6, que é o sentido do "arrepender-se do mal" (Êx 32.12,14). Relacionado a esse sentido estão também textos como o de Jr 26.3, 13,19; Jn 3.10; 4.2; Jl 2.13,14. Nestes textos, fica clara a relação da expressão "arrepender-se" com expressões da misericórdia e compaixão de Deus: "E orou ao Senhor e disse: Ah! Senhor! Não foi isto o que eu disse, estando ainda na minha terra? Por isso, me adiantei, fugindo para Társis, pois sabia que és Deus clemente e misericordioso, e tardio em irar-se, e grande em benignidade, e que te **arrependes do mal**" (Jn 4.2). "Arrepender-se do mal", portanto, não significa dizer que Deus fez algo errado e se arrependeu, mas que na sua ira resolveu não enviar o mal (o castigo) sobre seu povo.

Esta análise possibilita constatar que a palavra "arrepender" é usada em vários sentidos no AT. Nossa tendência é partir do nosso conceito desse termo, mas uma pesquisa do termo original e seu uso no AT traz nuances ao texto e resolve dúvidas no nível semântico. Ou seja, nem estamos apelando para questões

teológicas do antropopatismo para explicar como Deus se arrepende.

1.3. A infinitude de Deus (Rm 11.33; 1Tim 6.16): A Bíblia diz que Deus é eterno no sentido de que Ele permanece por todos os séculos para sempre (Sl 90:2, Ef 3:21). Também, a Bíblia apóia a noção de que Deus criou o tempo (Hb1:2), uma opinião que é consistente com as descobertas recentes da ciência, que mostra que o universo não pode ser eterno. Deus transcendente e imanente - Também conhecido como a imensidade de Deus, este atributo é visto no fato de que Deus não é limitado no espaço. O Sl 139 ensina que Deus está presente em todo lugar (Ele é onipresente) e, portanto, imanente na criação, sem ser, entretanto, confundido com ela. Por outro lado, Ele não pode ser contido na criação porque Ele a transcende (Is 66:1).

1.4. A vontade de Deus e a sua soberania: O poder de Deus é infinito. Isso não quer dizer que não haja limitações no poder de Deus, mas que as limitações que existem são apenas os limites impostos pela Sua própria natureza. Deus não pode pecar ou fazer o mal. Ele não pode desistir de ser. Mas Ele tem poder pleno para cumprir a Sua vontade. A vontade de Deus nunca é frustrada. Ele faz o que Ele quiser. Todas as coisas são feitas segundo o conselho da Sua vontade (Pv 21:1; Is 43:13; Ef 1:11), sendo sua livre vontade a causa final de todas as coisas acontecerem, incluindo a criação e providência (Sl 95.6; Ap 4.11), a responsabilidade humana (Pv 21.1; Dn 4.35), a salvação dos eleitos (Rm 8.29; Ef 1.4,11), a morte de Cristo na cruz (Lc 22.42; At 2.23), o sofrimento dos cristãos (Fp 1.29; I Pe 3.17), a vida e o destino dos homens (At 18.21; Rm 15.32), e até os mínimos detalhes da vida (Mt 10.29). Deus reina, não o homem (Is 45.6; 43.11; 44.8; 45.21)! Estamos, então, diante de sua onipotência (Gn 17.1; 18.14; Jr 32.27; Lc 1.37; Mc 10.27), onipresença (Gn 3.11; Js 7.10-26; 2Sm 12.11; 2Rs 5.26; Sl 56.8; 66.12; 90.2; 139.7-12; Is 43.2; At 5.1-11; 17.31; 23.11; Gl 6.7; Ap 6.9; 18.24) e onisciência (Sl 139; Jo 21.17; Co 2.3; 1Jo 3.20; Ap 20.12).

A liberdade da vontade de Deus: Além de ter o poder para fazer a Sua vontade, Deus tem a capacidade de escolher o que Ele quer. Por isso, os teólogos entendem que Deus não criou o mundo por necessidade e podia ter criado um mundo diferente. Na aplicação da vontade de Deus, a Bíblia faz três distinções. A vontade decretativa refere-se à vontade secreta de Deus pela qual Ele predestinou todas as coisas. Este aspecto dá ênfase ao fato de que Deus é a causa ulterior de tudo. A vontade permissiva é o decreto de Deus de permitir o pecado e o mal. Deus não é a causa eficiente do pecado. Ele ordenou que as causas secundárias (a vontade humana sendo uma delas) sejam significantes e reais. Ele ordenou algumas coisas com prazer (a salvação) e outras sem prazer (a morte do ímpio Ez 33:11). A vontade permisiva não é entendida aqui como sendo condicional no sentido que pode acontecer o não. A expressão "permissiva" não implica que Deus esteja permitindo acontecer algo fora da sua vontade decretiva. "Permissiva" significa que Deus não é o agente responsável pelo mal, mas sim as causas eficientes (as causas secundárias), ou seja, as pessoas que fazem estes atos. Também significa que Deus não se agrada e nem tem prazer nestes eventos. A vontade preceptiva de Deus é o desejo de Deus de que os homens sejam justos. A lei moral de Deus é a vontade preceptiva. Obviamente, neste caso, a vontade de Deus não é um decreto mas é uma expressão do caráter reto de Deus.

2. Os atributos comunicáveis:
2.1. A inteligência de Deus: Deus tem a capacidade do raciocínio. Conhecimento - Não existe mistério para Deus. O conhecimento de Deus tem três aspectos. Deus tem um auto-conhecimento perfeito e total. Ele também conhece toda a realidade, passado, presente e futuro, completamente até os pormenores mais insignificantes (Is 41:21-23). Além disso, muitos teólogos dizem que Deus tem conhecimento de todas as coisas possíveis, mesmo que elas nunca venham a existir. O conhecimento de Deus, por necessidade, é original. Ele não deriva de uma outra fonte o que Ele sabe, porque o ser de todas as demais coisas depende dEle. Sabedoria - A sabedoria de Deus é o atributo de Deus pela qual Ele sempre cumpre os Seus fins de maneira a maximizar o bem e a glória dEle. Ele sempre faz o que é certo e jamais comete erros. (Pv 8; Rm 8:28). Ao dizer que Deus maximiza Sua própria glória, isso não significa que Deus está crescendo mais glorioso, mas que Ele está fazendo com que a Sua glória seja mais conhecida .

2.2. Veracidade: Deus é verdade (Jo 14:6). Ele não pode mentir nem se contradizer (1Sm 15:29). Ele é fiel (1Jo 1:9; Ap 19:2). Portanto, Deus é altamente racional; de fato, Ele é o padrão da racionalidade. O alicerce da lógica está nEle.

2.3. Atributos morais: as emoções de Deus podem ser vistas nestes atributos A bondade de Deus - Deus é bom e é o sumo bem. Ele não ama o bem porque é bom, nem o bom é bom simplesmente porque Ele o ama, mas, a Sua própria natureza é o sumo bem e Deus ama a si mesmo. Portanto, Ele ama o bem que é Sua natureza. Não existe, então nenhum padrão do bem e do mal além de Deus. Por definição, tudo que Ele faz é bom. Se Ele faz algo, então temos certeza que é bom, mesmo que pelo padrão humano pareça mal. (Is 6:1-5; Tg 1:13-14; Sl 5:4).

2.3.1 **O amor de Deus**: Deus é amor (1Jo 4:8,16) e é a fonte do amor. O amor é eterno porque sempre existiu entre as três pessoas da Trindade divina. A graça, a misericórdia, e a longanimidade de Deus - Nem sempre Deus pune os pecadores como eles merecem. Ele mostra graça e misericórdia a alguns. A graça de Deus é a qualidade pela qual Ele dá favor aos que não o merecem. A graça comum de Deus e a longanimidade de Deus são evidentes no fato de que Ele dá ampla oportunidade para todos os homens de buscá-lo, dando-lhes as bênçãos da vida, apesar de serem rebeldes contra Ele (Atos 14:16-17; Rm 9:22). A graça especial é a graça de Deus pela qual Ele salva os eleitos (Ef 2:8-9). O amor acha-se sempre intimamente ligado com a misericórdia (Ef 2.4; Tt 3.5), que significa que Deus não nos dá aquilo que merecemos, e a graça, que significa que Ele nos dá aquilo que não merecemos. A graça de Deus é um inclinar-se para abraçar os indignos (Dt 7.7s; Sl 86.5; 103; 118.29; Os 3.1s; Lc 11.42; Jo 3.16; Rm 5.8; 8.35; Gl 2.20; 1Jo 4.8-10)! Ela é a fonte e base da salvação (Rm 3.24-25; Tt 2.11), é um favor que não merecemos (Ef 2.2-4), oferecida segundo a liberdade de Deus (Rm 9.6-21), é irresistível (Jo 6.37,44; 10.28,30; Rm 8.28-30; Ef 1.10), recebida por meio da fé, não por obras (Rm 10.17; 1Pe 1.23-25), se tornando a motivação e o padrão da vida cristã (Rm 6.1-23; Hb 13.9).

2.3.2 **A Santidade de Deus**: A palavra santo tem o sentido de ser separado. Deus é exaltado em majestade e glória perfeita sobre toda a Sua criação (Êx 24:17). Ele é digno de louvor. Além de ser uma expressão da distinção de Deus das suas criaturas, a santidade tem um sentido ético. Deus é afastado de qualquer pecado e mal. Ele nem pode tolerar a

presença do mal. A presença da santidade de Deus revela a profundidade da corrupção do coração do homem e inspira temor (Is 6). Deus exige perfeição moral das Suas criaturas e a falta dessa pureza moral faz uma separação entre Ele e elas (Jó 34:10; Is 59:2). A santidade de Deus é revelada na lei moral dos mandamentos. A ira de Deus está ligada a este atributo, e segundo John Murray, "a ira de Deus é a rejeição santa do ser de Deus contra aquilo que contradiz a sua santidade" (Sl 78.31; Os 5.10; Jo 3.36; Rm 1.18s; Ef 2.3; 1Ts 1.10; Ap 6.16)

2.3.3 **A justiça de Deus**: A justiça está relacionada à obediência perfeita de tudo o que é reto. O que é reto é o que é conforme a lei e o caráter de Deus. Deus sempre faz o que é consistente com a sua justiça e a justiça é conhecida através da lei de Deus e os atos de Deus. Não podemos dizer que algo que Deus faz não é justo porque o fato de que Ele o faz, mostra que é justo. Rm 3:23-26 diz que a justiça de Deus exigiu que Cristo morresse, sem o que ninguém seria salvo. A obrigação da justiça é punir o mal e manter o governo moral do universo. A ira de Deus é a expressão da justiça de Deus contra pecado.

Não há uma tensão entre a santidade e o amor de Deus! Sua santidade exige que a pena do pecado seja paga (Rm 1.18-32; 2.1-3.20), e Seu amor age para que alguns sejam justificados, para entrar em comunhão com Ele (Rm 1.17; 3.21). Isto é melhor visto na cruz de Cristo, onde o eterno Filho de Deus a si mesmo se deu, como nosso representante (Rm 5.12-21), para satisfazer a santidade do Pai, ofendida por nossos pecados, e para proporcionar perdão para todos quanto confiam em Cristo. Então, segundo Gordon Lewis "Deus na Sua justiça provê gratuitamente a condição de justos para os crentes em Cristo. Em Deus, a justiça não está desligada da misericórdia, da graça e do amor".

3. Aplicação:

O estudo dos atributos de Deus tem importantes implicações em nossa salvação, em nossa compreensão da singularidade de Deus, e em nosso entendimento da espiritualidade cristã. Diante de um tão majestoso e transcendente Deus, devemos adorá-Lo, servi-Lo e proclamá-Lo com todas as nossas forças! Bruce Milne diz: "Este é então o Deus da Bíblia: o Deus glorioso em sua inalcançável e exaltada majestade, o Senhor, exaltado sobre todas as coisas e fazendo com que tudo sirva ao seu propósito, o Santo, exaltado e separado do pecado e do mal, o Deus de amor, eterno, gracioso e redentor."

Deus o Pai

O ensino cristão sobre Deus o Pai é uma idéia única nas religiões do mundo. Também a idéia de adoção dos crentes como filhos de Deus é um ensino original na Bíblia. O cristianismo, de fato, coloca o ser humano redimido num relacionamento íntimo com Deus, que não se acha nas outras religiões. Existe a idéia da paternidade de Deus nas seitas e outras tradições influenciadas pela fé cristã, mas isso é realidade que vem a nós principalmente pela revelação especial. J. I. Packer: "Englobamos todo o ensino do Novo Testamento em uma só frase, se falarmos dele como sendo a revelação da Paternidade do santo Criador. Do mesmo modo, resumimos toda a religião do Novo Testamento se a descrevemos como o conhecimento de Deus como nosso santo Pai. Se quisermos julgar até que ponto uma pessoa entendeu o que é cristianismo, descubra que valor ela dá ao fato de ser filha de Deus, e de ter a Deus como seu Pai. Se este pensamento não dominar e controlar suas orações, sua adoração e toda a sua atitude perante a vida, isso quer dizer que não entendeu bem o cristianismo. Pois tudo o que Cristo ensinou, tudo aquilo que torna o Novo Testamento novo e melhor que o Velho, tudo que é distintamente cristão em oposição ao simples judaísmo, está englobado no conhecimento da Paternidade de Deus. 'Pai' é o nome cristão para 'Deus'".

1. História

1.1. Paganismo antigo - Existe na literatura pagã da antigüidade várias histórias dos deuses finitos (Zeus, por exemplo) que tiveram relações sexuais com mulheres e assim se tornaram pais de "super-homens", como Hércules. Mesmo uma leitura superficial desta matéria mostra que o conceito de divindade é essencialmente de seres humanos dotados de poderes sobrenaturais e imortalidade. Mas estes deuses ainda eram finitos. Além disso, eles não se importavam com os seres humanos. Não existia a noção de um Deus, Pai dos crentes, que os amava e cuidava.

1.2 Judaísmo - Os judeus antes de Cristo não usavam a expressão "pai" quando falavam de Deus. Eles se chamavam de filhos de Abraão, mas nunca de Deus. Quando Cristo começou a utilizar essa expressão, eles ficaram escandalizados, porque mostrou um nível de intimidade que eles não achavam possível. No pensamento do AT existe a idéia da nação eleita como sendo o filho de Deus (Ex. 4:22).

1.3 Seitas contemporâneas - Uma característica comum entre muitas seitas é a tendência de chamar o lider "pai" ou "mãe". As seitas muitas vezes se constituem uma família substituta, que põe os adeptos no papel das crianças, dependentes da liderança. Assim, o Reverendo Moon é chamado de pai, e ele e a esposa têm o apelativo de "os pais verdadeiros", para mostrar que a família da seita é a verdadeira, e não a família original do adepto.

1.4 Os mórmons - Os mórmons se destacam por ter uma doutrina da paternidade de Deus que considera o conceito literalmente. Eles dizem que Deus o Pai é Elohim, um ser humano elevado à divindade. Ele se tornou pai primeiro através de gerar bilhões de filhos espirituais (sem corpo) junto com suas centenas de mulheres. O primeiro foi Jesus Cristo, e o segundo, Lúcifer. Depois, quando se tornou necessário que Jesus tivesse um corpo humano, Elohim

tomou Maria como mulher, teve relações sexuais com ela, e assim criou um corpo humano para Jesus habitar nele. Elohim continua seu trabalho eterno de gerar filhos espirituais.

1.5 A teologia liberal - Comum na teologia liberal é a noção da paternidade de Deus e a irmandade da raça humana. Isso significa que todos os seres humanos são aceitos por Deus como filhos. Deus é o Pai de todos, e assim, não há necessidade de nascer de novo ou ter um relacionamento com Deus, o Pai, através de Cristo. Em outras palavras, desde que todos são filhos, então, ninguém está perdido.

1.6 Cristianismo ortodoxo - Deus o Pai é a primeira pessoa da Trindade, o Pai de Jesus na eternidade, e o Pai por adoção de todos os que crêem em Jesus. Isso significa uma relação pessoal e íntima com Deus.

2. As Escrituras

2.1. O Pai é uma Pessoa distinta e divina: Em Mt 6 vemos que o Pai tem conhecimento como uma Pessoa distinta do Filho. Esse conhecimento tem uma qualidade sobrenatural. O Pai sabe do que o crente precisa antes que ele faça o seu pedido (v. 8). No versículo 6, é dito que Ele vê as coisas secretas, e no v. 32, que Ele sabe de nossas necessidades. O atributo de vontade e autodeterminação também pertence ao Pai. A vontade dEle é feita no céu (v. 10). Outros atributos pessoais de Deus são atributos do Pai.

2.2. O Pai de Israel: No Antigo Testamento é revelado que Deus é o Pai do seu povo escolhido, Israel. Ele chama Israel de seu filho (Ex 4:22; Os 11:1) e se refere a si mesmo como o pai da nação (Jr 3:19; 31:9).

2.3. O Pai na Trindade econômica: A Trindade econômica é a divisão das pessoas em papéis distintas para realizar o plano da redenção na história. Assim, é revelado que Deus o Pai, é o Pai de Jesus Cristo. Ontologicamente sempre existiu a relação de paternidade entre o Pai e o Filho, mas na Trindade econômica essa relação assume novas dimensões. Deus é o Pai de Jesus num sentido único. Jesus sempre chamava Deus "meu Pai" e orou e se relacionou com ele como um filho com o seu pai.

O Pai é a fonte da eleição (Ef 1:3-4): Paulo disse que as bênçãos da salvação vêm como dom de Deus, o Pai. Ele nos elegeu antes da fundação do mundo. Esta eleição foi para a adoção. A idéia de sermos os filhos de Deus foi incluída no plano de Deus desde o princípio. Aqueles que o Pai elegeu, Ele deu ao Filho (João 10:29). Estes pertencem ao Filho e, assim, não podem ser perdidos de novo. Jesus dará a todos eles a vida eterna (João 10:28-29). Estes são as ovelhas de Jesus, e são ovelhas porque Deus as deu a Jesus.

Jesus era submisso ao Pai (João 10:17-18): Jesus recebeu do Pai o mandamento de dar a sua vida no lugar das suas ovelhas. Jesus deu a sua vida voluntariamente, mas em obediência ao Pai. O cálice da morte foi a vontade do Pai, e foi dado pelo Pai para salvar o seu povo. Jesus aceitou o cálice para cumprir toda justiça por obedecer ao seu Pai em tudo (Lc 22:42). No fim, Jesus entregará o resultado do seu trabalho ao Pai (1Co 15:28).

2.4 A paternidade de Deus para com os seres humanos. J. I. Packer nota que o nome cristão de Deus é "Pai". A idéia de Deus, o Pai, é a idéia central de Deus no NT. Mais de 250 vezes no NT (17 vezes no sermão do monte) vemos a noção de Deus como Pai. Isso

significa um nível de intimidade na relação com Deus que é quase desconhecido fora do cristianismo ortodoxo. Depois estudaremos a doutrina da adoção, mas agora devemos notar alguns aspectos chaves da paternidade de Deus.

João 8:39-44 Deus não é o Pai de todo mundo. Jesus declarou que aqueles que têm Deus como Pai reconhecem Jesus como o seu Filho. Quem ama a Deus, necessariamente ama a Jesus também. Aqueles que não têm Deus como Pai através de Jesus são filhos do diabo.
Romanos 8:15-17 Os salvos são filhos de Deus por adoção. Antes, eles eram filhos do diabo, mas foram salvos e se tornaram filhos de Deus. Podem chamar Deus de Pai, usando o termo "Aba" que quer dizer "papai". Os filhos de Deus herdarão o Reino de Deus com Cristo.
Romanos 5:1-11 O filhos de Deus, os salvos, têm livre acesso ao Pai e paz com Deus. Eles são reconciliados com Deus.

3. A doutrina
Deus, o Pai, é uma pessoa distinta, que tem todos os atributos de Deus. Ele é o Pai desde a eternidade. A figura de Pai é uma expressão da natureza do amor que Ele tem para com o Filho, mas não significa uma relação hierárquica entre as três pessoas. Entre as três pessoas da Trindade existe uma distinção econômica de papéis no plano da redenção. O Pai é o iniciador da salvação através da eleição dos salvos. Os eleitos pertencem ao Pai, e ele os deu ao Filho. A harmonia entre as três pessoas é perfeita no plano da salvação. Aqueles que o Pai deu ao Filho recebem do Filho a vida eterna. O Filho os representa na cruz para pagar o preço dos seus pecados.

Deus é o Pai de Jesus Cristo. Packer menciona quatro implicações disto: 1) O Pai exerce autoridade. Ele ordena, e o Filho obedece e cumpre. Jesus disse que ele veio para fazer a vontade do Pai (João 6:38; 17:4-5; 4:34). 2) Existe amor paternal para com Jesus (João 5:20, 15:9). 3) Existe comunhão entre o Pai e o Filho. Então a paternidade implica em companhia (João 16:32; 8:29). 4) Honra. O Pai quer exaltar o Filho e o Filho quer exaltar o Pai (João 17:1; 5:22). No fim, a doutrina da paternidade de Deus naturalmente implica a doutrina da adoção, que estudaremos ao estudar a doutrina da salvação.

4. Aplicação
4.1. Deus não criou o mundo por solidão. Antes de o mundo existir havia uma comunhão de amor na Trindade. A criação do mundo foi fruto do amor transbordante de Deus.

4.2. A paternidade de Deus mostra a grandeza de seu amor (I Jo 3.1-2). Somos não apenas perdoados, mas adotados na família de Deus, como resultado da maravilhosa graça de Deus.

4.3. O próprio Espírito de Deus nos dá testemunho interior de que somos filhos adotivos de Deus (Rm 8.16). Também somos lembrados de que o céu é nossa herança, onde desfrutaremos de uma reunião familiar (Rm 8.17-18).

4.4. É a base da conduta cristã (Mt 5.16; 6.4, 6, 18), da oração (Mt 6.8; 7.7-11) e da nossa confiança em seu cuidado (Mt 6.25-34).

O Governo de Deus

Os Decretos Divinos e a Providência

No início de nosso estudo de teologia sistemática nós mencionamos que um dos alvos da disciplina é a elaboração da cosmovisão cristã a partir da Bíblia. Nós já abordamos as questões de epistemologia e ontologia (embora tenhamos muito mais para dizer quanto a essas). A questão dos decretos de Deus levanta o assunto de teleologia; a questão do propósito do universo, a natureza da história, e o significado de vida.

Será que Deus criou o universo com um propósito específico? Qual é o propósito dEle? Além disso, Deus criou o mundo e o deixou para funcionar sozinho? Como é que Ele governa o universo que Ele criou? Estamos entrando na discussão da teleologia, ou seja, o fim do universo. Qual é a filosofia cristã da história? Quais são as alternativas propostas nas várias cosmovisões não-cristãs? A teleologia, na teologia sistemática, também inclui escatologia, mas agora nosso interesse está no plano e no governo de Deus. Ao estudar o plano de Deus discutiremos os decretos de Deus. O governo de Deus é a providência de Deus.

1. Várias interpretações existem em prol do propósito da vida e o papel de Deus na história.

1.1. Evolucionismo - A teoria da evolução sempre tem sido a alternativa mais popular da noção da soberania de Deus. Ela existe de várias formas em quase todas as culturas não-cristãs. A noção da evolução, tipicamente, diz que o mundo é governado por uma estrutura hierárquica, fundamentada na idéia da Grande Corrente de Ser que nós estudamos anteriormente. A ordem da sociedade pode ser preservada, contanto que todas as coisas fiquem em seus lugares na Grande Corrente de Ser. Algumas idéias fundamentadas na Corrente de Ser têm sido utilizadas para defender a escravidão, o genocídio, o racismo, e a superioridade dos homens sobre as mulheres.

1.1.1. Humanismo - Durante o século 19, a teoria da evolução de Darwin produziu uma fé no progresso inevitável da sociedade humana até a perfeição. A história foi vista como significativa por causa de um processo inerente, que sempre está melhorando a raça humana. Essa idéia estava fundamentada no naturalismo e negava a existência e a necessidade de Deus. Depois das duas guerras mundiais ela perdeu popularidade, conquanto ainda existam pessoas que pensam assim, como por exemplo, os sócios da Associação Americana de Humanismo com a sua sede em Buffalo, Nova Iorque. Os humanistas não acreditam em Deus, nem na existência de outros seres espirituais. A possibilidade de milagres também é negado por eles.

1.1.2. Ocultismo - Nas religiões ocultas, quer as antigas, dos gregos e egípcios, quer as atuais, tais como o Hinduísmo, o Budismo e a Nova Era, têm uma visão hierárquica da realidade, em que tudo está se elevando na Grande Corrente de Ser, se evoluindo cada vez mais na direção da divindade. A natureza do Ser é para produzir esse processo que continua eternamente através dos ciclos da história. Deus não é uma pessoa que dirige a história para um fim. Ele não é um Criador pessoal que ama e cuida das criaturas. Ele é uma energia

impessoal que se manifesta igualmente em cada parte da criação, seja algo bom, seja algo mal. Não obstante, os adeptos do ocultismo ocidental têm uma visão positiva do futuro e acham que através da evolução o homem vai conseguir uma sociedade perfeita. Uma expressão popular desta cosmovisão é a série de TV "Jornada nas Estrelas – a Nova Geração".

O ocultismo oriental, tais como o Hinduísmo, tem uma visão pessimista da história. Para eles, a história não está melhorando através da evolução, mas está indo em círculos (a roda do Carma). O alvo não é criar um mundo melhor, mas negar o mundo e fugir dele através da união com o Um. Por isso, a Índia tem sido um país caracterizado pela indiferença para com o sofrimento, a pobreza e a doença.

1.1.3. Teologia do Processo - Alguns teólogos aceitam a idéia de um Deus pessoal, mas dizem que Ele existe no tempo com as demais criaturas. Ele é limitado e finito, não tendo conhecimento do futuro, por exemplo. Este deus finito não predestina o futuro, mas é limitado pelas ações das criaturas livres. Além disso, ele é limitado pelos eventos da história. Ele é um deus de amor, mas nem sempre ele pode proteger as suas criaturas do mal. Ele faz o melhor que pode. Essa é a posição do rabino Harold Kushner no livro *Why Bad Things Happen to Good People* (Porque Coisas Más Acontecem a Pessoas Boas).

1.1.4. Materialismo Dialético - A filosofia de Karl Marx foi uma modificação da filosofia de Hegel. Hegel acreditava num processo de evolução espiritual da sociedade através da dialética. A sociedade se manifesta numa tese. A reação contrária é a antítese e as duas se juntam numa síntese. O processo, no fim, acabaria com o desenvolvimento do estado perfeito entre o povo da Prússia. (Adolf Hitler desenvolveu a aplicação prática desta cosmovisão e quase acabou com a Alemanha também. Ele achava que os arianos, sendo a escala mais elevada na Corrente de Ser, tinham a responsabilidade de eliminar os povos de baixo da corrente e reinar sobre os outros inferiores.) Marx tirou o aspecto espiritual e colocou a economia no seu lugar. Ele propôs um processo de evolução econômica que terminará com uma utopia na sociedade socialista. O processo seria natural sem a necessidade de Deus, embora, o homem pudesse adiantá-lo através de uma revolução.

1.2. Deísmo - Deus criou o universo, mas não tem um plano específico para ele. O poder sustentador de Deus mantém o universo e as suas leis naturais, mas Deus não intervém nele diretamente. Não existem, portanto, milagres. A providência de Deus é apenas as leis da natureza. A história é determinada pelas leis da natureza e o livre arbítrio dos homens.

1.3. Teologia liberal - As várias teologias liberais têm em comum a negação de um Deus soberano que guia e governa o mundo. Especificamente, elas aceitam a idéia da autonomia humana, e negam a possibilidade de milagres. A Bíblia, portanto, deve ser desmitologizada para descobrir a mensagem que está por trás do simbolismo religioso. O liberalismo tradicional era mais otimista e esperava o progresso inevitável do processo da evolução. Mais recentemente, os existencialistas têm negado a existência de um fim ou alvo na história. O significado só existe no momento de um encontro com Deus, definido como um ato de decisão em favor de uma vida autêntica. A teologia da libertação vê o significado da história na luta dos pobres contra a opressão. Deus não está guiando soberanamente a história para cumprir este fim, mas Ele é revelado na luta. O homem é o agente que deve

construir o reino de Deus. As teologias liberais não aceitam a existência literal de anjos e demônios, mas os vêem como símbolos.

2. Há várias interpretações entre os cristãos em relação ao plano de Deus

2.1. Pelagianismo: Segundo Pelágio, o ser humano é mestre de seu destino, e Deus não predestinou o estado final dos homens. O ser humano não é limitado pelo pecado, mas tem o poder, em si mesmo, de viver uma vida boa e escolher obedecer a Deus sem uma intervenção divina. Ele negou os efeitos da queda, dizendo que não somos herdeiros do pecado de Adão. O pelagianismo é na verdade uma visão que não chega a ser plenamente cristã, mas que influenciou muito a história de cristianismo.

1.2. Semi-pelagianismo ou Arminianismo: Os arminianos insistem que os decretos de Deus são condicionais. Os decretos de Deus dependem de sua presciência das ações dos homens. Isso então é uma predestinação condicional. Deus, segundo os arminianos, olhou para o futuro e, vendo quem aceitaria o evangelho, predestinou a salvação deles. Outros arminianos mais radicais (e.g., Clark Pinnock) reconhecem que se Deus prevê alguma coisa então aquela coisa vai acontecer: a presciência de Deus também é uma limitação do livre arbítrio e por isso, eles negam que Deus conheça o futuro. Ele só conhece as possibilidades futuras. Isso, naturalmente, implica uma teologia do processo. Todos os arminianos dizem que a causa da salvação de uma pessoa é a própria pessoa e que o plano de Deus pode ser frustrado. Os arminianos acreditam que Deus governa o universo através da conservação das leis da natureza, o sustento da existência do universo e o seu governo moral. A providência de Deus consiste na tentativa de Deus de persuadir os seres livres a aceitarem o governo moral, obedecerem a sua Lei e aceitarem o evangelho. Eles definem livre arbítrio como o poder de escolhas contrárias, ou seja, a capacidade de escolher qualquer coisa, sem nenhuma predeterminação. Segundo o teólogo arminiano, Clark Pinnock, " O homem é aquela criatura dotado por Deus com o poder de fazer a história e criar o futuro" (*Grace Unlimited*, p. 98). O livre arbítrio, para os arminianos, é a autonomia do ser humano. As ações dos seres humanos são indeterminadas. A vontade e o plano de Deus são freqüentemente frustrados.

1.3. Calvinismo: Segundo os reformados (e também Agostinho, Tomás de Aquino, a maioria dos Batistas do século 19 inclusive os fundadores da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, e muitos Batistas ainda hoje), os decretos de Deus são absolutos, eternos e imutáveis. O decreto de Deus é o plano de Deus que inclui a predestinação da história. O decreto de Deus inclui os seguintes aspectos: criar o universo e os seres humanos, permitir a queda, salvar alguns pecadores e deixar os outros sofrerem as conseqüências dos seus pecados. A causa da salvação, segundo o calvinismo, é Deus.

Deus governa o universo, sustentando a sua existência e as leis da natureza. Deus tem um governo moral que é revelado na Lei. Além disso, os calvinistas definem o livre arbítrio como a capacidade de se agir conforme os seus desejos e sua natureza. Alguns teólogos preferem a expressão “livre agência” em vez de “livre arbítrio” para não confundir o ensino bíblico com teorias que vêm da filosofia. Segundo eles, a vontade humana é livre para fazer o que quiser, mas ela não é indeterminada. Os desejos e as ações dos homens têm causas. O ser humano não tem autonomia no plano e na vontade de Deus. Deus, a causa última de todas as coisas, estabeleceu a existência e a realidade das causas secundárias na história, e

ordenou os resultados para cumprir os seus fins. O plano de Deus não pode ser frustrado. Não obstante, a determinação de Deus estabelece a liberdade do homem, porque Deus não governa o homem através de coerção, contra a sua vontade. O homem pode agir segundo seus desejos. Como diz a Confissão de Fé de Westminster (1647), em seu capítulo III (Dos eternos decretos de Deus):

> I. Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas.
>
> II. Ainda que Deus sabe tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis, ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições.

É importante entender porque os reformadores assumiram tal postura sobre esta questão. Para eles era uma questão de alta importância. Depois de ler a obra de Erasmo defendendo a doutrina de livre arbítrio, Martinho Lutero escreveu uma resposta com o título *Da Vontade Cativa.* Neste volume ele respondeu a Erasmo da seguinte maneira:

> …elogio e gabo muito de ti o seguinte: és o único que atacou a questão em si. Isso é, a questão essencial, e não me fatigaste com aqueles assuntos secundários sobre o papado, o purgatório, as indulgências e outras coisas deste tipo que mais são frivolidades do que questões [sérias], pelas quais até agora quase todas tentaram caçar-me em vão. Tu foste o único que reconheceu o ponto central de toda [controvérsia] e pegaste a coisa pela gola; por isso te agradeço de coração.[14]

Os reformadores entenderam essa questão como o coração do debate entre a igreja protestante e a Igreja Católica. Eles rejeitaram o ensino da Roma sobre livre arbítrio porque entenderam que tal ensino solapa a essência do evangelho; a doutrina de justificação pela graça somente. Para eles, livre arbítrio significava salvação através de boas obras. Quando o arminianismo surgiu no fim do século 16, os herdeiros dos reformadores entenderam isso como uma volta para Roma.

3. As Escrituras

3.1. A Bíblia afirma que Deus tem um plano para o universo e que ninguém pode frustrá-lo. Salmo 33.10-11: Deus desfaz os planos das nações. O conselho (עצה conselho, propósito) de Deus permanece para sempre. Em Daniel 4.35 Nabucodonozor reconheceu que Deus faz o que quiser. Provérbios 21.1 destaca a soberania de Deus, declarando que Deus controla os líderes das nações para cumprir a Sua vontade. Podemos conclui que Deus tem um plano que Ele está realizando. Conforme Ef 1.11, o propósito (boulhn) de Deus é sempre cumprido em tudo que acontece.

3.2. O plano de Deus, em geral, é revelado na Bíblia, embora nem tudo que gostaríamos de saber seja revelado. Deus planejou a criação segundo Sua sabedoria (Sl 104.24). Salmo

[14] Martinho Lutero. *Da Vontade Cativa* em *Martinho Lutero: obras selecionados*, Vol. 4: Debates e Controvérsias, II. Trad. por Luis H. Dreher, Luis M. Sander, e Ilson Kayes, Comissão Interluterana de Literatura (São Leopoldo: Editora Sinodal e Porta Alegre: Concórdia Editora, 1993), XV:215.

135.6 diz que Deus faz o que ele quiser (חָפֵץ desejar, comprazer-se). Deus criou o universo não por nenhuma necessidade, mas apenas porque foi o desejo dEle fazer isso. A palavra qelhma em Apocalipse 4.11 quer dizer vontade, intenção e desejo. A única razão por que existe qualquer coisa é a vontade de Deus.

A história do Velho Testamento mostra que Deus tem um plano para as nações e que esse plano está sendo realizado no povo de Israel (1Cr 17.9). O fato de que o plano de Deus para as nações é predeterminado é obvio porque Deus predisse o futuro das nações, como a Assíria. Em Isaías 14:24-27 a predição não é fundamentada na presciência de Deus, mas no propósito dEle. A derrota dos assírios acontecerá porque Deus a causará. E ninguém pode invalidar o que Ele determinou. As autoridades que governam as nações não reinam a não ser que seja a vontade e a permissão de Deus (Rom. 13:1).

3.3. O plano divino inclui a existência do mal, mas pela permissão de Deus. Deus usou a Babilônia para punir Israel (Ez 32:11), mas como Tiago diz, Ele não tenta ninguém (Tg 1:13). A fonte do mal é o mundo e o diabo (1Jo 2:16), mas desde que tudo acontece conforme o plano eterno de Deus, podemos concluir que o decreto de Deus inclui o decreto de permitir o mal. O decreto de Deus também inclui a resposta de Deus ao mal, o julgamento (Hb 9:27). Às vezes Deus julga as nações através de catástrofes e guerras (Jr 50:45). Segundo Lloyd-Jones, "o mesmo decreto de Deus que ordena a lei moral, que proíbe e pune o pecado, também permite sua ocorrência. Limita-o, porém, e determina o canal específico ao qual ele será restringido, bem como a finalidade exata para a qual ele será dirigido, e controla suas conseqüências para o bem. A Bíblia nos ensina isso claramente. Ouçam novamente aquele relato sobre José e seus irmãos em Gênesis 50:20. Disse José: 'Vós bem intentastes mal contra mim, porém Deus o tornou em bem, para fazer como se vê neste dia, para conservar em vida a um povo grande.' E creio que, em muitos aspectos, o exemplo mais chocante de todos se encontra na traição de Jesus por Judas: uma ação livre e voluntária, e no entanto um componente do grande e eterno propósito e plano de Deus."

Além disso, o plano de Deus inclui a redenção dos pecadores através do sacrifício de Cristo e a expiação. Jesus veio ao mundo especificamente para morrer na cruz e pagar a penalidade do pecado. A morte de Cristo e a expiação foram planejadas "... desde a fundação do mundo" (Ap 13:8). Não obstante, o assassinato de Cristo foi feito segundo a vontade de pecadores que são responsáveis e culpáveis (Atos 2:23). Deus predestinou a morte de Cristo e os homens fizeram livremente o que Deus tinha ordenado (Atos 4:27-28). A Bíblia coloca a predestinação de Deus ao lado das ações voluntárias dos homens sem nenhuma contradição. Se a morte de Cristo na cruz foi planejada por Deus, é claro que Deus planejou salvar pecadores antes da criação do universo. Vários versículos ensinam essa verdade. Em Efésios 1.4 Paulo diz que Deus nos elegeu "antes da fundação do mundo." Deus também determinou chamar pessoas para serem servos e participantes da realização do plano dEle, antes que elas nascessem (Jr 1:5). O plano de Deus para nos salvar abrange a ordenação das boas obras que faremos (Ef 2:10). Deus utiliza meios para cumprir o Seu plano e estes meios incluem as ações e vidas dos salvos.

O plano de Deus abrange toda história. Ele conhece o futuro porque ele o determinou (Is 46:10). Logo, Ele pode dizer "O meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade." A palavra de Deus sempre consegue o seu alvo, que é fazer a vontade (חָפַצְתִּי) dEle. O que Deus quer, acontecerá com a certeza do vento, da chuva e da neve. O homem não pode frustrar a vontade de Deus.

3.4. O Governo de Deus e os atos da vontade humana.

3.4.1. Exemplos de versículos utilizados pelos arminianos para comprovar que o livre arbítrio não é determinado são os seguintes. Deut. 30:19 - A admoestação de escolher a vida é vista como evidência de que o futuro seja aberto, ou seja, que nada está determinando as escolhas das pessoas. O arminiano diz que não faria sentido falar assim se as escolhas fossem determinadas. Mat. 22:3 - A razão por que algumas pessoas recusam aceitar o convite para vir a Jesus é que "... esse não quiseram vir." Assim os arminianos entendem que a vontade do homem é a causa última das suas escolhas. Segundo eles Deus não pode fazer nada para salvar os perdidos além de estender as suas mãos e esperar (Rom. 10:21).

3.4.2 Os calvinistas respondem que os versículos mencionados em cima somente mostram que o ser humano faz escolhas, um ponto que eles não negam. A questão em jogo é, essas escolhas são causadas ou o ser humano é autônomo de Deus. A teologia reformada diz que a livre agência do ser humano não exclui a determinação de Deus e citam várias passagens da Bíblia que apóiam essa interpretação. Em Ex. 4:21 Deus disse a Moisés, antes que ele tivesse falado com Faraó, que Ele endureceria o coração de Faraó. O endurecimento do coração de Faraó é mencionado 18 vezes. 11 vezes o texto diz que Deus endureceu o seu coração. 3 vezes diz que Faraó endureceu seu próprio coração e 5 vezes não disse quem o fez endurecer. Deus exerceu controle sobre a vontade de Faraó para que ele escolhesse livremente o que Deus predeterminou. **A predestinação de Deus e o livre agência do ser humano funcionam juntos.** Prov. 21.1 confirma a soberania de Deus sobre as decisões das criaturas livres. As decisões da vontade do rei são feitos segundo o plano eterno de Deus. Jr 18:6 e Rm 9:21 dizem que Deus tem o direito de fazer o que Ele quiser com os homens e isto implica que Deus usa a vontade humana para cumprir o Seu plano.

3.4.3 A soberania de Deus e responsabilidade humana. Uma reclamação dos arminianos contra a soberania de Deus em todas as coisas é que se fosse assim, então o ser humano seria apenas um robô e não seria responsável por suas ações. Os calvinistas reconhencem que isso é uma dificuldade que merece atenção e oferecem respostas. Lloyd-Jones diz o seguinte, "como pode Deus decretar tudo e ainda manter-nos responsáveis pelo que fazemos? Eis a resposta: 'Mas, ó homem, quem és tu, que a Deus replicas? Porventura a coisa formada dirá ao que a formou: porque me fizeste assim? Ou não tem o oleiro poder sobre o barro, para da mesma massa fazer um vaso para honra e outro para desonra? E que direis se Deus, querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita paciência os vasos da ira, preparados para perdição; para que também desse a conhecer as riquezas da sua glória nos vasos de misericórdia, que para glória já dantes preparou' (Rm 9.20-23). 'Mas', talvez vocês perguntem, 'como você concilia estas duas coisas?' Respondo: não posso. Sei que a Bíblia me afirma as duas coisas: que o homem, em

certo sentido, é um agente livre, e, em contrapartida, que os decretos eternos de Deus governam todas as coisas."

J. I. Packer chama essa dificuldade - a reconciliação da soberania divina com a liberdade humana - de antinomia: uma aparente contradição entre conclusões que parecem igualmente lógicas, racionais, ou necessárias. Ele diz: "Uma antinomia existe quando um par de princípios ficam lado a lado, aparentemente irreconciliáveis, mas ambas inegáveis. Existem razões irrefutáveis para se crer em ambos; ambos descansam sobre evidências claras e sólidas; mas é um mistério como um pode se encaixar no outro. Você vê que cada um deles deve ser a verdade em si mesma, mas você não entende como podem ser a verdade quando aceitos conjuntamente". "A física moderna enfrenta uma antinomia, em tal sentido, no estudo que faz da luz. Existem evidências irrefutáveis de que a luz consiste de ondas, e evidências também irrefutáveis de que ela consiste de partículas. Aparentemente não se pode entender como a luz pode consistir de ondas e de partículas ao mesmo tempo, mas as evidências estão ali, e assim nenhuma delas pode ser abandonada em favor da outra".

Outros teólogos reformados, como Gordon Clark e R. K. McGregor Wright[15] não aceitam a noção de antinomia por que isso dar a impressão que o crente pode apelar à noção de mistério para não encarar o fato de que há uma contradição no seu pensamento. Estes acham que se os crentes exigem consistência lógica do incrédulo ao argumentar contra a cosmovisão dele, então o crente tem que manter o mesmo padrão no seu próprio pensamento. Soberania e responsabilidade podem ser vistos como paradoxos talvez, mas o teólogo tem a responsabilidade de resolver contradições e mostrar como elas são apenas aparentes.

Wright observe que as exigências da teoria arminiana de livre arbítrio é que a vontade seja indeterminda, ou seja, uma causa que age sem ser causada por nada exterior. Se fosse causada, a vontade não seria livre no sentido exigido pelo arminiano, porque sempre existiria a possibilidade de que escolha x que foi feita por causa da causa exterior e não da vontade autônoma. Más o que é uma causa sem causa? Wright responde que é nada mais do que um evento espontâneo que acontece puramente por acaso. Más se a ação de um pecado, vamos supor, fosse resultado de acaso puro, então a pessoa que a fez não poderia ser responsável no sentido exigido pelo arminiano. Alguém que tem desequilíbrio químico no cérebro, e por isso não age voluntariamente segundo o seu caráter, não é considerado culpado por suas ações porque a ação pode ser atribuída ao acaso. As pessoas são responsáveis pelas decisões que elas tomam voluntariamente, mas uma escolha que acontece por acaso não pode ser uma escolha sob controle da própria pessoa e assim, voluntária. No fim, a teoria arminiana é quem solapa a responsabilidade humana.[16]

Wright afirma que a Bíblia ensina que o ser humano é plenamente responsável por suas ações. Mas ele anota que "...em nenhum lugar na Bíblia a responsabilidade é vinculada ao

[15] Gordon Clark. *Religion, Reason and Revelation* (Nutley, NJ: Presbyterian and Reformed, 1969), capítulo 5. R. K. McGregor Wright, *op. cit*.
[16] Wright, *op. cit*. pp. 51-54.

livre-arbítrio. Ela nunca usa o livre-arbítrio como uma categoria de explicação, nem uma só vez sequer."[17] Segundo Wright, a Bíblia alicerça responsabilidade humana em quatro áreas:

> Primeira, somos responsáveis diante de Deus porque ele é o Criador e nós somos *criaturas.* Deus tem liberdade de chamar qualquer elemento de sua criação para responder diante dele a qualquer hora – é simplesmente sua prerrogativa como Senhor Soberano. O barro é sujeito ao Oleiro simplesmente porque ele é o Oleiro. Em outras palavras, nossa responsabilidade está baseada em nossa *ontologia,* ou em nosso ser, como criaturas.
>
> Segunda, somos responsáveis diante de Deus porque ele é o ponto de referência moral para o que é certo e errado, e não nós próprios... Nossa responsabilidade diante de Deus é uma necessidade ética por causa de nossa necessidade de um padrão fora de nós mesmos.
>
> Terceira, somos responsáveis diante de Deus pelo *conhecimento* que temos. Todos os pecadores pecam (mais ou menos) contra a luz e a verdade. Ninguém é destituído da luz da consciência, e seremos julgados de acordo com a luz que temos (Rm 2.12-16)... Podemos chamar isso nossa responsabilidade *epistemológica.* Somos responsáveis pelo que conhecemos...
>
> Quarto, somos responsáveis porque o propósito da criação é a glória de Deus (Is 43.7; Cl 1,16; Ap 4.11), e somos responsáveis como mordomos das bênçãos de Deus para cumprir o fim ou propósito de Deus em criar-nos no mundo. Deus ama sua criação e finalmente destruirá aqueles que destroem a terra (Ap 11.18). Podemos nos referir a esta responsabilidade como sendo a responsabilidade *teleológica,* porque ela diz respeito à nossa tarefa como servos no desígnio da criação, que é a de trazer glória a Deus.
>
> Parece então, que longe de basear a responsabilidade humana em alguma teoria do livre-arbítrio inato do ser humano, a Bíblia a baseia nas implicações da distinção entre o Criador e a criatura, e as relaciona com as quatro áreas clássicas da ontologia, ética, epistemologia e teleologia.[18]

Wright explica que "o pecador peca de modo inteiramente voluntário. De fato eles amam seus pecados (Jo 3.19) e alegremente espojam-se neles (Rm 1.32). Ninguém (muito menos Deus) força os pecadores a pecarem contra a sua vontade ou contra aquilo que eles sabem ser o correto."[19] Quando Deus condena o pecador é porque ele o merece. O ser humano é agente livre. Ele faz porque ele quer, e ele tem a liberdade de fazer o que ele quiser (embora mesmo Paulo coloca limites nisso em Romanos 7).

---

[17] *Ibid*., p. 60.
[18] *Ibid*. pp. 61-61. Wright cita os seguintes versículos como apoio do argumento dela nas quatro áreas: 1) Jó 38.1-4; Is 40-57; Rm 1; Is 29.16; 45.9; 64.8; Jer 18.1-6; Rm 9.21; Rm 14.10; Is 45.23, 2) Jó 40.1-5; 42.1-6; 1.22; 42.7; 1.6-12; 2.1-7, 3) Rm 2.12-16; Dn 5.22; Lc 12.42-48, 4) Is. 43.7; Cl 1.16; Ap. 4.11; 11.8.
[19] *Ibid*., p. 127.

Se a responsabilidade humana não é fundamentada na noção arminiana de livre arbítrio, então a negação dela não nega a realidade da responsabilidade. Como agentes livres, que agem sem coerção, mas dentro do controle soberano de Deus sobre tudo, somos justamente responsáveis por tudo que nos fazemos. O ser humano, então é um agente livre e responsável diante de Deus. Ele tem a responsabilidade de usar a liberdade de arbítrio que ele recebeu de Deus para O glorificar. Somos confortados pelo fato de ser a soberania divina exercida por um Deus pessoal, todo amor e toda sabedoria. Mas a Sua soberania não diminui de modo algum a nossa liberdade - ou o nosso privilégio e responsabilidade de fazer a Sua boa vontade.

3.5. O plano de Deus da salvação: A Bíblia ensina que Deus elegeu os salvos antes da criação do mundo. A fé reformada entende que Deus predestinou algumas pessoas para serem salvas e permitiu que os outras permaneçam em seu pecado para serem condenados. Os arminianos dizem que Deus não escolheu indivíduos, mas sim uma classe de pessoas, aqueles que aceitariam a Cristo, para serem salvas.

João 6.37-40,44,65: Existe uma classe de pessoas, escolhidas pelo Pai e dadas a Jesus, que irá a Ele. Ninguém pode vir a Cristo, a não ser que ele seja conhecido e trazido por Deus, o Pai. A declaração que "Todo o que o Pai me dá virá a mim" é difícil de entender a menos que aqueles que o Pai deu a Cristo sejam indivíduos. A classe dos eleitos não é uma abstração, vazia, mas contém pessoas específicas.

João 10.26-29: William Carey Taylor, missionário da junta de Richmond, chegou ao Brasil em 1915 na cidade de Recife. Ele era professor no Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil e depois professor de teologia sistemática no Seminário Teológico Batista do Sul em Rio de Janeiro até 1949. No seu comentário de dois volumes sobre o evangelho de João ele escreveu o seguinte ao respeito este texto:

> 26. *"Vós, porem, não sois crentes, porque não sois do número das minhas ovelhas"*. Notai bem a linguagem. Jesus não diz: "Vós não sois, por ora, minhas ovelhas porque ainda não sois crentes". Quem escolhe e organiza o rebanho espiritual é o Bom Pastor. É isso que afirma: "A razão porque não sois crentes é porque não sois do número das minhas ovelhas".
>
> É a verdade da eleição. A mente da carne quer para o homem a glória e a responsabilidade de todas as magnas decisões. Jesus é o Deus da eleição do seu POVO. Era a maior ofensa possível contra o orgulho do Israel segundo a carne, concordar em que aquele carpinteiro iria determinar quem faria parte do Sagrado Rebanho do divino Pastor, descrito no Salmo XXIII! "Merece ser apedrejado como o pior blasfemo na historia inteira da nação". E vão arranjando as pedras. O fator da escolha divina das ovelhas do rebanho, não elimina a doutrina da responsabilidade humana por suas escolhas também, nas suas atitudes para com Deus. A verdade abrange ambas essas escolhas; a de Deus, porem, é primeira, eterna, antes da fundação do mundo. Se isso te ofende porque coloca o homem em segundo lugar, eu pergunto: "Então queres que Deus fique em segundo lugar, depois do pecador?" Por causa do fato da escolha divina, e somente à luz desse fato, é que Jesus pode revelar-lhes mais tarde: "Tenho outras ovelhas, lá entre os gentios atualmente

> descrentes, ignorantes mesmo do evangelho. Eu as trarei ao seu tempo. O redil de Israel já não existirá. Os crentes todos, judeus e gentios, – mas apenas CRENTES judeus e gentios – serão por mim constituídos um só rebanho e eu serei o único Bom Pastor Universal". Graças a esse fato, Deus podia animar Paulo, em Corinto, dizendo-lhe daquela cidade dura, vil e incrédula: "Tenho muito POVO nesta cidade" (At. 18.10) A doutrina é clara. A questão é saber se temos a reverencia de crer na veracidade do Senhor ou se torceremos suas palavras para terem sentido diametralmente contrario ao que ele disse.[20]

Aqueles que não crêem em Jesus não o fazem porque não são ovelhas dEle. O arminiano nunca pode dizer tais palavras assim. Talvez isso explique o fato estranho que é pouco possível encontrar um comentário ou teologia sistemática escrito por um arminano que trata este versículo. Os comentários arminianos tipicamente pulam versículo 26 como se não existisse. E não é para admirar. Segundo a hipótese arminiana, Jesus deve ter dito que eles não eram ovelhas porque não criam, mas Ele falou o contrário. O fato de que as ovelhas crêem é o resultado, portanto, do fato de que Eles eram, anteriormente, ovelhas. Como eles passaram a ser ovelhas, antes de crer, é revelado em Ef 1. Eles foram eleitos por Deus. O "nos", no verso 4, tem referência a pessoas específicas, não a uma classe vazia. A citação de Taylor mostra, nitidamente também, que a interpretação calvinista da Bíblia não é uma novidade entre os Batistas brasileiros, mas sim faz parte da sua tradição.

Os arminianos respondem que a eleição pode ter em vista indivíduos específicos, mas isso é porque Deus pode prever quem aceitaria o evangelho por seu livre arbítrio. Os arminianos dizem que Romanos 8.29 e 1Pedro 1.2 faz com que a predestinação esteja fundamentada na presciência. De fato estes versículos colocam a presciência logicamente antes da predestinação. Não obstante, segundo os calvinistas, eles não declaram que a coisa pré-conhecida é a fé das pessoas. Realmente, essas passagens não definem presciência (prognwsin). Prognwsin é utilizado em Romanos 11:2 com o sentido da palavra hebraica יָדַע, que significa, "conhecer" e tem conotação de um relacionamento pessoal. Deus conhece a Israel, ou seja, Ele tem um relacionamento pessoal com Israel (Amós 3.2).

O verbo proginwskw aparece em 1Pedro 1.20 em relação à predestinação da expiação de Cristo. Várias traduções da Bíblia usam palavras tais como "escolhido" e "predeterminado" neste versículo. Portanto, a palavra prognwsin em Romanos 8 e 1Pedro 1 pode ser entendida no sentido de ter um relacionamento antes. Os calvinistas asseveram que isso é uma indicação do amor de Deus pelos eleitos pelo qual Ele os escolheu.

Vários versículos são utilizados pelos arminianos para argumentar que a fé em Cristo é igualmente possível para todos por causa do livre arbítrio. João 3:16 diz que "todo aquele que nele crê, não pereça". O arminiano interpreta isso dizendo que qualquer pessoa, por sua própria vontade, pode crer em Jesus. O calvinista responde que a construção grega não exige a noção de que qualquer pessoa tenha o poder de crer no evangelho. O versículo diz apenas que existe uma classe de pessoas, aqueles que nele crêem (o particípio substantivado pisteuwn), e que nenhum deles perecerá. O verso não explica como essas pessoas

[20] William Carey Taylor. *Evangelho Segundo João: tradução e comentário., vol 2* (Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1944), p. 324.

conseguiram fazer parte da classe daqueles que crêem. A mesma coisa pode ser dita de Atos 10:43. Outro versículo utilizado pelos arminianos é Romanos 10:11-13. O versículo 13 diz que todos, ou seja, qualquer pessoa que invoca o nome do Senhor será salva. Segundo os arminianos, a palavra "todo" é universal e mostra a possibilidade de que qualquer pessoa possa crer em Jesus. Por outro lado, os calvinistas notam que, no sistema deles, o versículo não é negado. Somente os eleitos invocarão o nome do Senhor com sinceridade. Os outros jamais desejarão arrepender e invocar o nome de Cristo. O verso não apóia o arminianismo porque ele não diz porque algumas pessoas crêem e outras não.

Os calvinistas acreditam que a Bíblia ensina, sem ambigüidade, a eleição de indivíduos para serem salvos. A fé não é uma obra humana, mas um dom de Deus. Ela é dada às pessoas que Deus escolheu anteriormente. Atos 13:48 diz que a causa da fé (a palavra "crer", pisteuw é a forma verbal do substantivo "fé", pistij) foi o fato de que aqueles que creram foram ordenados a crer. Efésios 2:8 ensina que a fé é um dom de Deus. A palavra "fé" pisteuw (fé) é feminina, mas mesmo assim, ela é antecedente da palavra neutra touto (isto) porque um substantivo feminino e abstrato pode ser ligado com um pronome neutro segundo das regras da gramática grega (G. Clark, *Predestination in the Old Testament*, A. T. Robertson, *A Grammar of the Greek New Testament,* p. 704). Se a fé é um dom de Deus, logo, o pecador só tem fé porque Deus o escolheu.

É importante que seja entendido que o calvinista não nega que quem quiser pode receber a Jesus. Muito pelo contrário, ele compartilha com seu irmão arminiano a confiança de que quem quiser pode vir ao Senhor Jesus e que Jesus de forma alguma rejeitará aquele que vem. O que o calvinista está dizendo e que a pessoa que não recebe a Jesus não vem exatamente porque ela não quer. E por causa da sua natureza pecaminosa ela nunca vai querer e nem pode querer receber a Jesus a não ser que ele receba um novo coração primeiro. Por isso, segundo os calvinistas, foi necessária a escolha primeiro dos eleitos que depois receberiam gratuitamente o dom de fé.

4. O resumo do conteúdo bíblico mostra duas interpretações distintas dos decretos de Deus. As diferenças radicais entre estas interpretações ficam bem claras ao comparar as idéias sobre os decretos de Deus. Também existem diferenças entre os calvinistas. Todos eles concordam que Deus é soberano e que Ele tem um plano que cumprirá na historia. Mas eles discordam sobre a natureza dos decretos e a relação entre os decretos. É importante notar que a ordem dos decretos aqui é uma ordem lógica, não temporal. O decreto de Deus é eterno no sentido de que foi feito na eternidade, fora do tempo, antes da criação do tempo.

Arminianismo	Calvinismo Infralapsariano	Calvinismo Supralapsariano
1. Decreto para criar o mundo e os seres livres para Sua glória e por causa do Seu amor.	1. Decreto para criar o mundo e os seres humanos na Sua imagem para demonstrar os Seus atributos de amor e justiça pela glória de Deus.	1. Decreto para criar o mundo e as duas classes de homens, os eleitos para demonstrar Seu amor e Sua graça, e os não-eleitos, para demonstrar Sua justiça e ira contra o mal.
2. Decreto para fazer uma prova da lealdade do homem e permitir a queda.	2. Decreto para permitir a queda.	2. Decreto da queda (alguns dizem que Deus permitiu, mas outros não).
3. Decreto para proporcionar a	3. Decreto para salvar um grande	3. Decreto para justificar os eleitos

possibilidade da salvação para todo mundo. 4. Decreto para aplicar a salvação àqueles que creriam e deixar os outros no seu pecado.	número de pecadores. 4. Decreto para deixar os outros em seu pecado, como que eles escolheram, e os punir justamente como eles merecem.	e condenar os não-eleitos.

5. A Doutrina da Providência de Deus

O Breve Catecismo de Westminster (1647) afirma: "As obras da providência são a sua maneira muito santa, sábia e poderosa de preservar e governar todas as suas criaturas, e todas as ações delas." A providência é entendida de maneira diferente pelos arminianos e os calvinistas. Eles concordam que a providência inclui o governo moral de Deus, e o governo através das leis da natureza. A possibilidade da intervenção divina na história na forma de milagres é afirmada pelos dois. Os milagres da Bíbila são aceitos como eventos da história que aconteceram.

Segundo os teólogos reformados, a vontade de Deus inclui a vontade decretetiva ou a vontade de propósito, a vontade permissiva (o decreto permissivo), e a vontade de preceito (o governo moral). A vontade de propósito é o plano secreto e eterno de Deus pelo qual Ele determinou e governa todas as coisas para Sua glória. A vontade decretativa é incondicional. A vontade permissiva é a permissão que Deus dá às causas secundárias para permitir a existência do mal. A vontade de preceito é o desejo de Deus de que as criaturas sejam justas. O governo moral, a Lei de Deus, expressa a vontade do preceito. Segundo os arminianos, não existe a vontade de propósito. Os decretos de Deus são condicionais e a providência de Deus inclui apenas o sustento do universo e o governo moral. O futuro não é predestinado, a não ser no sentido de que Deus reaja aos eventos da história, mudando o seu plano nos pormenores para cumprir os alvos últimos.

5.1. Extensão da Providência: Deus age em todas as coisas (Sl 115.1-3; Mt 10.30; Ef 1.11); Os eventos naturais estão sob seu governo (Lc 13.1-5), o próprio mal acha-se sob seu domínio (Gn 50.20; At 2.23; Fp 1.17ss), fazendo que "todas as coisas cooperem para o bem daqueles que amam a Deus" (Rm 8.28), que é a separação e transformação do povo de Deus à Sua semelhança (Rm 8.29,30).

5.2. Distinções: **Causa primária** (onde Deus age sem intermediários) e **causas secundárias** (onde Deus usa meios); vontade **diretiva** e **permissiva**, para não tornar Deus autor do mal (At 2.23; 4.27,28) e vontade **oculta** e **revelada** (Dt 29.29).

5.2.1. Soberania de Deus e o uso de meios: Um exemplo clássico disso é o exemplo de William Carey. Quando ele explicou o seu chamado para ir para a Índia, um dos que estavam naquela reunião lhe disse: "sente-se jovem., se Deus quer realmente salvar a Índia, Ele pode salva-la sem a ajuda de William Carey ou de qualquer outro." Calvino diria que isto é como um "veneno" sobre o conceito de soberania de Deus. Esta é uma declaração terrível, pois aqueles homens estavam separando a doutrina da soberania de Deus dos meios pelos quais essa soberania é exercida. Deus é livre para agir como quer, quando quer e aonde quer, mas muitas vezes Ele usa as causas secundárias.

5.2.2. A tensão entre a soberania de Deus e a responsabilidade humana é mantida: A própria Escritura menciona esta tensão (Mt 11.25-30; Lc 22.22).

5.2.3. A vida passa a ser cristocêntrica: Jesus Cristo é o centro da história. Nele Deus estabelece um relacionamento com suas criaturas, e promete que cumprirá seu propósito de renovar a criação, reunir seus eleitos e conduzir a história a seu triunfo final. O mediador, que é o Verbo encarnado, estabelece este relacionamento, e nele Deus fica sendo Deus dos homens, e de todas as criaturas. Deus ordenou o curso dos eventos em direção a Jesus Cristo e sua encarnação!

5.2.4. Por sua providência, Deus está presente no cotidiano, não apenas nos milagres: Ao relegarmos a doutrina da providência a segundo plano, perdemos de vista a presença de Deus no dia-a-dia. Perguntamos como Thomas Shepard (1605-1649): "podemos, quando contemplamos o majestoso teatro do céu e da terra, concluir senão que o dedo, os braços e a sabedoria de Deus têm estado aqui?" O propósito dos milagres é apontar a concretização do Reino, quando o pecado for destruído e a criação renovada.

5.2.5. Em sua providência, Deus está guiando a história para o seu fim, a concretização do Reino de Deus: O fim da providência é conduzir toda a história até o seu predeterminado fim, para o louvor da glória de Deus. É isto que enche de confiança o coração do cristão, o fato de que Deus está no céu, o homem na terra; Deus reina, o homem é seu instrumento. Não há uma força cega no controle dos eventos, mas sim o Deus trino, Pai, Filho e Espírito Santo, que desde a eternidade, tem guiado a história para seu fim.

A doutrina da providência, assim como a da predestinação, não é a doutrina central da fé reformada, mas é um importante impulsor de cristão em sua relação com o mundo, com o mal e com o próprio Deus. O calvinismo então foi mais do que um credo; foi uma cosmovisão que abrangia todas as áreas da vida, tornando-os ativos e corajosos instrumentos de transformação institucional. Os reformados caminham em estreita faixa de terra, se equilibrando entre a soberania absoluta de Deus e a responsabilidade moral do homem, afirmando-as vigorosamente. No passado, isto os fez agir diante de qualquer dificuldade com esperança! Por exemplo, os puritanos buscavam, de forma alegre, se dar em auto-sacrifício, em obediência radical ao Senhor Deus. Em 1680, John Owen, que havia, no tempo de Cromwell, sido vice-chanceler de Oxford, e que perdeu esta posição com a volta de Charles II, afirmou: "Mesmo que caiamos, a nossa causa será vitoriosa porque Cristo está assentado à mão direita de Deus; o Evangelho triunfará e isso me conforta de forma extraordinária." James Renwick, um Pactuante da Escócia, que foi martirizado em 17 de fevereiro de 1688, em Edimburgh, disse no dia de seu martírio: "Tem havido dias gloriosos e grandiosos do Evangelho nesta terra, mas eles serão nada em comparação àquilo que haverá no futuro." Eles continuavam a servir a Deus de forma corajosa, sem nunca ficarem desiludidos ou sem esperança. Já que o Senhor Jesus Cristo ressuscitou dentre os mortos, eles não seriam derrotados de forma alguma, se Deus estivesse ao seu lado.

6. Aplicações

6.1. Certamente existe um Deus onipotente, onisciente e infinitamente gracioso. Ele tem me dado, no passado, e está me dando no presente, muitos sinais do Seu amor por mim, tanto

através da providência, quanto da graça. Este amor é imutável. Ele nunca se arrepende ou nos priva dele.

6.2. O que quer que venha a acontecer no tempo, é o resultado de Sua vontade desde a eternidade; conseqüentemente, a) minhas aflições são uma parte do Seu plano original e estão todas ordenadas em quantidade, significado e proporção; b) até os cabelos de minha cabeça estão todos contados por Ele e nenhum deles pode cair sem que seja conseqüência de Seu desígnio e c) meus sofrimentos não são resultado de eventualidade, acidente ou uma fortuita combinação de circunstâncias, mas sim do providencial cumprimento do propósito de Deus e, são designados para atender algum sábio e gracioso fim.

6.3. A doutrina da soberania de Deus nos da uma base firme para o ministério de evangelização. Enquanto os arminianos asseveram que o evangelismo não faria sentido se o livre arbítrio do ser humano não fosse livre da predeterminação de Deus, os calvinistas observam que a história mostra o contrário. Os arminianos dizem que calvinismo mata missões, mas os calvinistas respondem que os fundadores do movimento moderno de missões, como Willaim Carey e Adoniram Judson, eram calvinistas. De fato, os primeiros missionários protestantes foram enviados para Brasil por João Calvino![21]

A doutrina da soberania de Deus é um forte incentivo para a evangelização, segundo os calvinistas, porque ela garante que a pregação do evangelho nunca seja em vão. Ela sempre cumprirá o seu alvo. Os grandes evangelistas George Whitefield, Jonathan Edwards e Charles Spurgeon ganharam milhares de almas para Cristo. Eles pregavam e defendiam as doutrinas da graça de Deus e a soberania de Deus na salvação. O fato de que a salvação depende da soberania de Deus, quer dizer que o evangelismo não depende em métodos e técnicas de *marketing* ou persuasão humana. O evangelista pode pregar em paz, estando descançado pelo fato de que a pregação fiel é a sua responsabilidade, e o resultado é responsabilidade a de Deus.

O arminiano talvez não entenda porque ele deve continuar pregando se, no fim, é Deus que é responsável pela salvação. Se já é assim, então a pregação não tem significado. O arminiano é freqüentemente levado ao fervor elogiável na evangelização, exatamente porque ele leva a sério a responsabilidade humana. Ele acha que o calvinista pode ser tentado a desistir. Por outro lado, o calvinista não entende porque o arminiano continua orando pela salvação dos seus queridos. Se é verdade que Deus nunca interfere com o livre arbítrio do pecador, então pedindo que ele mude o coração da pessoa e a salve é fútil. Significa orar para Deus faz o que o próprio arminiano não admite que Deus faça. O calvinista acha que se o arminiano fosse consistente, ele ficaria de joelhos diante do pecador e pedir a ele em vez de Deus. O calvinista acredita que o arminiano pode enfrenta a tentação de depender de si mesmo e de seus métodos, em vez de Deus. O calvinista continua pregando, pois ele sabe que Deus sempre cumpre seu plano através de meios. E a pregação é um dos meios que Deus usa para salvar os seus eleitos.

[21] Ver o ensaio de Franklin Ferreira, "A presença dos reformados franceses no Brasil colonial" (*Vox Scripturae* vol X nº 1 Dezembro 2000), pp. 51-86.

A verdade é que o arminiano que leva soberania de Deus a séria, nunca deixará de depender no poder de Deus na evangelização. Também o calvinista que leva a responsabilidade do homem a sério nunca deixará de empregar todos os meios que são bíblicos para ganhar os perdidos. Os dois devem trabalhar juntos em humildade e respeito mútuo, sabendo que o desejo de ambos é a salvação das pessoas pela glória de Deus. A doutrina da soberania de Deus não deve ser ocasião para divisão, mas deve servir para relembrar a ambos os lados que estas doutrinas devem ser equilibradas.

6.4 Minhas aflições não continuarão um momento a mais do que Deus achar necessário (1Co.10:13); aquele que me trouxe a esta situação, prometeu sustentar-me sob ela e conduzir-me através dela e tudo irá, seguramente, contribuir para Sua glória e meu bem (Rm.8:28). Como diz a Confissão de Fé de Westminster (1647), em seu capítulo III (Dos eternos decretos de Deus):

> VIII. A doutrina deste alto mistério da predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado, a fim de que os homens, atendendo à vontade revelada em sua palavra e prestando obediência a ela, possam, pela evidência da sua vocação eficaz, certificar-se da sua eterna eleição. Assim, a todos os que sinceramente obedecem ao Evangelho esta doutrina fornece motivo de louvor, reverência e admiração de Deus, bem como de humildade diligência e abundante consolação.

Criação

A doutrina das origens é fundamental. A nossa atitude sobre o propósito e o valor da vida será afetada dramaticamente por nossa visão de onde viemos. As respostas que uma pessoa dá a muitas questões da ética dependem da doutrina das origens. Como disse R. J. Rushdoony, "se não existisse um absoluto universal (Deus infinito e pessoal), não haveria uma base para o significado do universo; todos os particulares seriam sem significado, e o homem seria um zero."

1. Posições históricas

1. Posições históricas

1.1. Emanação panteística - A doutrina neoplatônica foi desenvolvida de forma mais sofisticada na filosofia de Plotino. Também ela faz parte das religiões orientais e de todo tipo de ocultismo. Basicamente, ela diz que o mundo surge do Ser de Deus, o impessoal Um, como a luz flui do Sol. O universo seria como uma corrente de Ser eterno. O mundo, portanto, é a manifestação de Deus. O processo da história é a ascensão de todas as coisas na Grande Corrente de Ser para voltar ao infinito de onde elas vieram. No fim, tudo surgirá de novo. Destarte, a história é um processo cíclico e eterno da evolução de todas as coisas para a divindade e a recriação de todas as coisas.

1.2. Naturalismo científico ou humanismo secular: varias filosofias dizem que o universo é eterno e, portanto, não-criado. O universo é a única realidade existente. Ele consiste de energia e matéria. Através de processos naturais o universo sempre está gerando mais estrelas, galáxias e planetas. A evolução dos mundos e da vida é algo natural.

A evidência cientifica mais recente apóia a noção de que o universo começou a existir 15-20 e bilhões de anos atrás com a explosão de uma singularidade (um ponto de densidade infinito), ou seja, o *big bang* (alguns cientistas dizem que pode ser 12 milhões de anos). "Basicamente o modelo quente do *big bang* diz que o universo físico inteiro - toda matéria e energia, mesmo as quatro dimensões do espaço e do tempo - explodiu de um estado de densidade, temperatura, e pressão infinita, ou quase infinita. O universo se expandiu a partir de um volume muito menor do que o ponto no fim desta frase, e continua a expandir-se." (Hugh Ross, *The Creator and the Cosmos*, 20). O incrédulo acredita que isso aconteceu por acaso, ou ele sempre admite que ele não sabe o porquê. Essa teoria provocou controvérsia porque ela indica que o universo é finito.

Sendo assim, ele deve depender de um outro poder, fora dele, para sua existência. Também os físicos reconhecem que 15 - 20 bilhões de anos não é tempo suficiente para as partículas atômicas se reunirem e formarem seres vivos por acaso. Alguns dizem que o processo tem-se repetido muitas vezes, mas foi comprovado que o universo não tem massa suficiente para causar o universo de se implodir depois do *big bang*.

A hostilidade contra o criacionismo por parte de cientistas e filósofos é conhecida por todos; a teoria da evolução se tornou uma religião dogmática de instrução secular. A revista

Time criticou o livro *Cosmos*, de Carl Sagan, dizendo que é uma mistura de fatos com pressuposições de uma fé secular, "tudo é ensinado como fatos".

1.3. Evolução teísta: Muitos teólogos, protestantes e católicos, aceitam a interpretação da paleontologia e da biologia de que todas as coisas têm evoluído da desordem para a ordem e de coisas não-vivas para as coisas vivas. Não obstante, reconhecendo a impossibilidade de isso acontecer naturalmente, eles dizem que Deus é a causa da evolução. A história da criação em Gênesis é interpretada de maneira figurada. Alguns negam que Adão e Eva foram pessoas históricas.

Os mais conservadores fazem uma distinção entre evolução biológica e física e evolução como uma filosofia. Para eles, a Bíblia não fala nada sobre como o universo foi criado mas somente conta o fato que ele foi criado. Alguns dizem que os dias de Gênesis 1 e 2 são épocas que correspondem às épocas geológicas durante as quais o universo e a vida evoluíram. Outros, mais liberais ou neo-ortodoxos, dizem que a Bíblia apresenta uma mitologia ou uma poesia com o propósito de revelar a condição humana; que o homem é dependente de Deus, e que ele é um pecador que precisa de Deus.

1.4. Teoria da criação recente: A opinião mais comum na história da igreja é a idéia de que o universo foi criado, plenamente desenvolvido (e portanto com aparência de idade), em seis dias de 24 horas, mais ou menos 6-20 mil anos atrás. A maioria dos pais da igreja, alguns dos reformadores e muitos teólogos conservadores dizem que Gênesis é um livro que conta uma história literal. Eles também acreditam que o dilúvio de Noé foi universal e os fósseis e outros fenômenos geológicos podem ser explicados como sendo resultados dele.

1.5. A teoria do intervalo: A noção de um intervalo entre os dois primeiros versículos da Bíblia foi inventada numa tentativa de dar lugar para a idade antiga da terra. Gn 1.1, segunda essa idéia, fala sobre a criação original do mundo. Mas, por causa do pecado de Satanás e os anjos maus, a criação original foi arruinada. Depois de milhões de anos, aproximadamente 6 mil anos atrás, Deus refez o mundo e criou Adão e Eva. A *Bíblia de Scofield* popularizou esta noção.

1.6. Alguns outros conservadores apóiam a idéia de que os dias em Gênesis fazem parte de uma estrutura literária arranjada por tópico e não segundo a cronologia. Eles dizem que existe um paralelismo em que o trabalho do dia primeiro é paralelo ao do segundo dia, etc. Desde que o texto não é cronológico, não há contradição entre ele e a ciência.

1.7. A idéia mais comum entre os evangélicos hoje é a tentativa de harmonizar o Gênesis com a ciência através de uma teoria de dias como épocas. Eles acreditam que Deus criou todas as coisas, utilizando processos naturais durante muito tempo, mas algumas vezes ele interveio diretamente para criar novas coisas. O universo físico evoluiu do *big bang*, e depois que as condições se tornaram suficientes para sustentar a vida, Deus criou coisas vivas diretamente. Esta criação progressiva foi feita sem evolução biológica. Alguns dizem que os seis dias são dias de vinte quatro horas mas separados por intervalos de milhares de anos.

1.8. A teoria dos dias da revelação: Alguns teólogos conservadores dizem que os seis dias da criação foram seis dias em que Deus revelou para Moisés que Ele criou o universo.

2. O ensino bíblico

2.1. A criação é um evento da história, e o texto de Gênesis deve ser entendido como verdadeira história que aconteceu. O Salmo 136 coloca a criação no contexto de outros eventos históricos na vida de Israel e não mostra a menor diferença entre eles. Também o Salmo mostra que eventos históricos podem ser narrados na Bíblia mesmo na literatura poética. A verdade de várias afirmações de Jesus e dos apóstolos depende do pressuposto de que o texto de Gênesis seja uma história verdadeira (Mt 19:4-6, Mt 24:37; Lc 11:51). Adão e Eva foram pessoas que realmente existiram, segundo Paulo (1Co 15:45 e 2Tm 2:13-14).

2.2. A distinção entre o Criador e a criatura: A coisa mais importante na doutrina da criação está no primeiro versículo da Bíblia. Deus criou o mundo *ex nihilo*, ou seja, "do nada". Antes da criação só existia Deus. As palavras "no princípio" levantam a pergunta, "no principio de quê?" A implicação é no princípio de todas as coisas no universo. Hoje as descobertas da ciência apóiam a idéia de Agostinho de que o princípio incluiu a criação do tempo e do espaço. O primeiro versículo não dá indicação da pré-existência de matéria que Deus tenha utilizado na criação.

Somente depois da criação inicial, Deus começou a utilizar a matéria para fazer outras coisas. A palavra criar (ברא)é normalmente uma expressão da atividade criativa de Deus. O significado natural da palavra em Gênesis 1.1 é criação sem matéria prévia. Vários outros versículos sugerem fortemente a noção da criação *ex nihilo*.

> Salmo 33.6, 9 diz que pelo poder da palavra de Deus os céus foram criados. No verso 9 a palavra עמד (estar de pé) tem o sentido de começar a ser. Portanto, as coisas criadas não foram criadas de um ser anterior, mas apenas começaram a ser quando Deus falou.
> João 1:1 utiliza o verbo eimi no imperfeito para indicar o fato de que o logos sempre existiu com Deus, mas o versículo 3 tem o verbo no aoristo para destacar o fato de que as coisas feitas não existiam antes. O aoristo expressa uma ação completa num ponto do tempo, não uma ação contínua. Logo, num momento específico, o universo que não existia, passou a ser.
> Hb 11:3 O universo não foi feito de matéria pré-existente, mas pela palavra de Deus. Também, o que foi criado foi touj aiwnaj, ou seja o *continuum* de espaço e tempo.
> Sl 90.2 Deus é eterno e o universo finito. Se o mundo fosse feito de matéria eterna, não faria sentido falar numa distinção dessa. Gênesis afirma que foi o poder de Deus, através de sua palavra falada, que causou a existência das coisas e depois as organizou.

A doutrina da distinção entre o Criador e a criação é estabelecida pelo fato de que Deus criou o universo do nada. O universo não é uma emanação do ser de Deus, nem um acidente cósmico. A criação não aconteceu por acaso. Historicamente, a Igreja, às vezes,

esteve defendendo uma mistura de filosofia grega (neoplatonismo) e tradição, em vez de defender a Palavra de Deus; assim, por exemplo, ela se colocou em oposição a Copérnico e Galileu. Mas muitos filósofos concordam que o cristianismo deu a luz à ciência moderna.[22] Enquanto os gregos (politeísmo), os chineses (budismo, confucionismo) e os muçulmanos (islamismo) tinham antigamente ciências desenvolvidas, o interesse por elas morreu por falta de uma base filosófica. O cristianismo postula um mundo real, que existe para ser objetivamente investigado, pois assim estamos conhecendo a criação de Deus, e também conhecendo-O melhor, e finalmente obedecendo o Criador ao dominar a natureza.

2.3. Segundo o contexto do livro, Gênesis 1 e 2 têm o propósito de destacar as diferenças entre o Deus verdadeiro e os deuses falsos das nações pagãs ao redor de Israel. Qualquer pagão daquela época, se tivesse lido este livro, teria ficado chocado porque constitui um ataque frontal contra os seus deuses. Enquanto os egípcios e babilônios tinham deuses dos céus, da terra, do sol, etc. Gênesis afirma que o Deus de Israel reina sobre todas essas coisas. Em vez de exaltar a lua, o sol e as estrelas por meio de uma deturpação da revelação geral, o povo de Israel foi instruído a louvar Aquele que criou os corpos celestiais. Essas entidades são apenas luzes criadas para satisfazer as necessidades da terra. Elas não são divinas. A religião pagã sempre confunde a criação com o criador. Mas Gênesis destaca os seguintes pontos:

Religião Pagã	**Gênesis 1:1-3**
1. Deus é tudo. O universo é uma emanação do ser de Deus.	1. Deus criou o universo do nada, e não de Seu próprio Ser.
2. A terra é viva e divina. Existem divindades por toda parte (animismo).	2. A terra não é viva nem divina. As coisas criadas não representam divindades e não são dignas de louvor.
3. Os corpos celestiais são divinos. O poder deles, manifestado na astrologia, controla e dá ordem à história.	3. O sol, a lua, as estrelas e os planetas existem para iluminar a terra e são criações do Deus soberano. Eles não têm influência alguma sobre o destino do homem.
4. A criação é uma hierarquia, representada pela Grande Corrente do Ser que dá unidade às coisas que emanaram do Um.	4. Embora houvesse uma progressão na criação, isso não indica a existência de uma hierarquia na criação. Se indicasse isso, então a mulher teria sido criada antes do homem. A ordem foi necessária para preparar cada etapa a seguir.
5. O bem e o mal são igualmente últimos, sendo eles ou dois aspectos iguais da realidade, ou sem distinção última, ou seja, ilusões.	5. Não existia nada de mal na criação original. Tudo foi declarado ser bom. O mal não é normal.

[22] Para mais informações, ver Stanely L. Jaki, *Science and Creation: from eternal cycles to an oscillating universe* (Edinburgh: Scottish Academic Press, 1974, reimprimido por Lanham, MD: Univ. Press of America, 1990) e J. Hooykaas, *A religião e o desenvolvimento da ciência moderna* **(**Brasília: Universidade de Brasília, 1988).

6. A matéria física é má, sendo um nível de ser inferior. O alvo da religião é fugir dela.	6. O mundo de matéria é bom e não é inferior ao espiritual.
7. Existe uma distinção entre o sagrado e o profano, de modo que alguns aspectos da criação são profanos e outros não.	7. Não existe o profano. Tudo é de Deus e, portanto, santo e sagrado. Depois a queda existe uma distinção entre pecado e o santo, mas não o sagrado e o profano na criação.

2.4. A criação foi progressiva (1.3-31). A criação progride em duas tríades de dias, relembrando, respectivamente, o "sem forma e vazia" do verso 2:

Dia 1: Luz (v.3)	Dia 4: Luzeiros (v.14)
Dia 2: Céu – água (v.6)	Dia 5: Peixes – aves (v.21)
Dia 3: Terra, vegetação (vs. 9-11)	Dia 6: Animais e seres humanos (vs. 24-30)

Na primeira tríade, Deus dá à terra forma ao separar a luz do dia da escuridão da noite, o mar abaixo das nuvens, e a terra seca com vegetação do mar; na segunda tríade, ele preenche esses campos. Cada tríade, movendo-se do céu para a terra, progride de um ato criativo simples (vs. 3-5, 14-19) para um ato criativo com dois aspectos (vs. 6-8, 20-23), para dois atos criativos separados, cada um culminando na produção da terra (vs. 9-13, 24-31). O padrão de cada dia é semelhante: uma declaração ("disse Deus"); uma ordem ("haja"); um relato ("e assim se fez"); uma avaliação ("isso era bom") e uma estrutura cronológica (p. ex., "o primeiro dia").

Estudiosos reformados têm proposto diversas interpretações do "dia" criativo. Alguns os vêem como dias literais, em seqüência, de 24 horas. Esta interpretação normalmente pressupõe que a terra é relativamente "jovem" (cerca de 10.000 anos ou menos). Outros estudiosos, observando que a palavra hebraica para "dia" (יום) pode se referir a períodos de tempo (p. ex., Gn 2.4), propuseram a "teoria do dia-era", sugerindo que os "dias" da criação se referem a extensas eras ou períodos de tempo. Ainda outros propuseram que a intenção é de dias literais de 24 horas, mas que estes dias foram separados por extensos períodos de tempo. Finalmente, alguns estudiosos sustentam que os dias da criação constituem uma estrutura literária que visa ensinar que somente Deus é o criador de um universo ordenado e conclamar os seres humanos feitos à imagem do Deus criador a refletirem a atividade criadora de Deus no seu próprio padrão de trabalho (2.2; Ex 31.17). Esta "hipótese estrutural" considera os dias da criação como a acomodação graciosa de Deus às limitações do conhecimento humano – uma expressão do infinito trabalho do Criador em termos compreensíveis aos frágeis e finitos seres humanos. Este último grupo de estudiosos observa que o universo tem uma aparência de grande antiguidade, que a expressão "tarde e manhã" parece incoerente com a teoria do "dia-era" e que a noção de eras intervenientes entre os dias isolados de 24 horas não é aparente no texto.

Qualquer tentativa de decidir entre as opções deve dar prioridade ao texto e não o que está na moda entre os cientistas. As teorias de ciência se mudam e a teoria de hoje pode ser desacreditada amanha. A Bíblia é o arcabouço para a interpretação do mundo físico e não vice-versa. Portanto, qualquer evidência em favor de dias de mais de 24 horas deve vir do próprio texto. Temos algumas indicações. A palavra "dia" pode significar no hebraico, 1) a parte do dia que tem luz, 2) 24 horas, 3) um período de tempo de um ano ou de muita duração. (Gên, 29:14: Lev. 25:8; Jos. 24:7, 2 Cron. 15:3). Se entendemos os dias como medidas de tempo é provável que as ações de cada dia precisassem mais do que apenas 24 horas para serem realizadas. O dia seis incluiu a criação de Adão, o processo de dar nomes os animais, e a sua solidão, e a criação de Eva. Tudo isso deve ter levado mais do que apenas um dia de 24 horas.

Por outro lado, se os dias da criação fossem épocas de milhares de anos, então a morte teria existido antes da entrada do pecado. A prática carnívora dos animais faria parte do universo normal. Isso implicaria a existência do mal na criação original. Isso é um problema difícil porque a Bíblia afirma que Deus não criou o mal no universo. Talvez existisse a morte entre os animais sem a prática carnívora antes da queda.

As várias interpretações têm suas próprias dificuldades. Nenhuma delas devem ser assumidas dogmaticamente. É perigoso deixar a nossa interpretação do texto depender de uma interpretação da ciência porque a ciência sempre muda. Daqui a um século pode existir uma interpretação totalmente diferente da que é aceita hoje. O que é importante são as afirmações que Deus criou tudo, que a criação no princípio era muito boa, e que ele criou homem e mulher à sua imagem num ato distinto da criação dos animais (sem evolução), com responsabilidades especiais para cuidar da criação e obedecer a Deus.

2.5. O propósito de Deus na criação:[23] A narrativa bíblica de Gênesis nos capítulos um a três nos dá conta de que Deus é o Criador de todas as coisas. Aí se percebe que tudo que Ele fez é bom e perfeito (cf Gn 1:1; 12; 18; 21; 25; 31). Deus mesmo proclamou todas as obras de suas mãos, quando completadas, como sendo tudo muito bom (Gn 1:31), com o propósito de que Ele manifestasse a sua própria glória. Nossa confissão expressa claramente que "o fim principal de Deus, em seu eterno propósito, e em sua execução temporal na criação providencia, é a manifestação de Sua própria glória". Portanto, o propósito era manifestar Sua glória às suas criaturas, a fim de receber delas a honra e a glória devida a Si e seu propósito era levar suas criaturas a participarem de sua glória e conhecerem o seu amor por elas. Nas palavras de Karl Barth, a criação não é produzida e não subsiste por sua própria conta. A criação é a instituição, desejada e posta livremente por Deus, de uma realidade diferente dele mesmo. Mas Deus quer a criatura e a fez, não por capricho, nem por necessidade, mas porque a tem amado desde a eternidade e intenta mostrar seu amor nela e longe de limitar sua glória pela existência desse ser diferente dele Ele mesmo quer revelar sua glória e ligando-se ao ser criado (...) amor quer fazer algo de seu objeto, quer agir em seu favor. Deus ama a sua criatura.

[23] Vanderlei Rodrigues de Arruda. Pastoral da reconciliação; A ação da Igreja enquanto agente de restauração da Sociedade, tendo como paradigma central a Obra de Cristo (Faculdade Teológica Sul Americana) http://www.ejesus.com.br/a_pastoral_da_reconciliacao.htm.

Sendo Deus amor, e sendo seu propósito fazer manifestar às suas criaturas este amor, nada mais justo ser o nosso maior propósito na vida glorificá-lo e gozá-Lo plena e eternamente (cf Sl 73.24 – 26; Jô 17.22-24). Este é o objetivo eterno de Deus mostrar o seu amor as suas criaturas, - este é o tema que queremos perseguir neste trabalho -, pois Deus sabia que o homem iria pecar, mas deu-lhe a oportunidade de obedecer-lhe e serví-Lo, sendo imposta ao homem apenas uma condição: Obedeça-Me e viverás. Conforme a Confissão de fé de Westminster capítulo VII seção II, "o primeiro pacto feito com o homem foi um pacto de obras (Gl 3.12), no qual a vida foi prometida a Adão e, nele, à sua posteridade (Rm 10.5; 5.12-20), sob a condição de perfeita e pessoal obediência (Gn 2.17; Gl 3.10)". Deus em Seu eterno amor e justiça propôs ao homem a felicidade eternamente, desde que não comesse da árvore do conhecimento do bem e do mal (cf Gn 2.17) esta era a única condição de Deus para com o homem.

Mas com a sedução de satanás na figura da serpente, homem e mulher cedem aos seus argumentos e desobedecem a Deus. Este ato consistiu em grande desobediência a ordem negativa de Deus, ocasionando assim o pecado na raça humana. Parece ser o plano geral, eminentemente sábio e justo de Deus, introduzir todos os objetos recém-criados do governo moral num estado de provação, por certo tempo, durante o qual ele faz seu caráter e destinos permanentes dependerem da própria ação deles. Ele os cria santos, ainda que capazes de cair. Nesse estado, ele os sujeita a um teste moral por certo tempo. Se passassem no teste, o galardão consistiria em que seus caracteres morais seriam confirmados e feitos infalíveis, para sempre. Se caíssem, seriam judicialmente excluídos do favor e comunhão de Deus, para sempre, e daí moral e eternamente mortos. Mas isto suscita a questão por que Deus então permitiu que o homem pecasse. Se Ele sabia que o homem poderia pecar, por que colocar esta condição a ele? A resposta a essa questão será considerada no capítulo 4.

Anjos e Demônios

As mitologias e religiões antigas, e também o folclore, mostram a crença universal da existência de seres espirituais que interagem com as pessoas. Tipicamente, as religiões falam de uma hierarquia de espíritos intermediários que existem entre os seres humanos e o Ser supremo

1. A existência dos anjos na Bíblia: A evidência bíblica mostra que os anjos são seres que existem e não são apenas simbólicos.
1.1 Antigo Testamento: A palavra **?** ? q uer dizer mensageiro e assim expressa a idéia central da noção de anjo no AT. Os anjos são servos do Senhor que trabalham no louvor a Deus e para cumprir a vontade de Deus na terra. Os anjos guiaram e protegeram o povo de Deus durante sua viagem do Egito para a terra prometida (Ex 14.19; 23.20). Eles entregaram mensagens (Jz 13)e executaram o juízo de Deus (2Sm 24.16). Eles defendem o povo de Deus (Dn 6.22). Os querubins protegeram a entrada do Éden (Gn 3.24) e os serafins louvaram diante do trono de Deus (Is 6). Os anjos trazem mensagens e revelações de Deus, como no caso de Gabriel, que apareceu a Daniel (Dn 8-10). Segundo o texto de Daniel, os anjos estão também envolvidos na luta contra as forças más.

1.2 Novo Testamento: A palavra aggeloj tem o mesmo sentido da palavra hebraica. O significado literal é mensageiro, e isso também é uma função central dos anjos no NT. Os anjos anunciaram o nascimento de Jesus (Mt 1.20; Lc 1.26; 2.10) e a sua ressurreição (Mt 28.5). Eles ministraram a Jesus (Mc 1:13) e os crentes (Atos 5:19). Existem multidões de anjos, os exércitos do céu (Mt 26:53) que servem o Senhor.

2. A natureza dos anjos: Os anjos são seres pessoais que têm os atributos de inteligência, que é evidenciada pela capacidade de falar e entregar informação às pessoas (Lc 1.13-16), vontade, como o desejo de aprender sobre o plano de salvação (1Pd 1.12), e emoção (Jó 38.7). Mas os anjos não são deuses. Eles são finitos e, portanto, limitados pelas noções de espaço e tempo. O anjo Gabriel, por exemplo, demorou vinte dias para entregar a mensagem de Deus a Daniel (Dn 10.13). Os anjos são espíritos, e a maioria dos teólogos contemporâneos entende que eles não têm corpos físicos. Se existir um tipo de corpo "espiritual", é uma questão de especulação. É claro que, apesar de serem finitos em relação ao espaço, os anjos não têm os mesmos limites que os seres humanos têm. Eles podem mudar de lugar com muita velocidade (Dn 9.21-23) e no caso dos demônios, muitos podem estar no mesmo espaço físico (Mt 8:28-22).

Os anjos não constituem uma raça porque eles não têm a capacidade sexual para se reproduzir (Mt 22:28-30). Eles são imortais (Lc 20:36) mas não eternos. A Bíblia não nos informa exatamente quando foram criados mas deve ter sido antes da queda do homem, porque os anjos que caíram, pecaram antes de Adão.

3. A classificação dos anjos: Entre as multidões de anjos bons somente dois são mencionados por nome. Miguel é designado como o arcanjo (Judas 9) e tem o papel de liderar os exércitos de Deus contra Satanás (Ap 12:7). Embora alguns teólogos tenham identificado Miguel com Jesus (e também as Testemunhas de Jeová), ele é chamado "um dos primeiros príncipes", um título que indica grande poder, mas indica ele foi criado.

Parece que ele tem um papel especial na proteção de Israel (Dn 10:13, 20). Gabriel é o anjo que aparece várias vezes na Bíblia para entregar uma mensagem importante. Ele foi enviado em resposta às orações de Daniel para lhe revelar o que acontecerá no futuro. Ele anunciou a Zacarias que ele teria um filho (João, o Batista) e também revelou a Maria e José o nascimento de Jesus.

Além dos dois mencionados, a Bíblia fala de dois grupos de anjos específicos. Isso não quer dizer que não existem outros tipos de anjos, mas que pelo menos existem distinções entre eles. Os querubins são seres poderosos que simbolizam a presença de Deus. Muitas vezes o AT chama o Senhor Deus o Deus que se assenta sobre os querubins (2Sm 6:2). Eles apareceram na visão de Ezequiel, revelando a glória de Deus (Ez 1). Os serafins servem ao Senhor proclamando a sua glória, santidade e transcendência. Desde que os anjos são espíritos incorpóreos, nós devemos entender simbolicamente a descrição deles nas visões. Os serafins têm seis asas, que representam a santidade de Deus (o rosto coberto na presença de Deus), a reverência de Deus (os pés cobertos) e rapidez deles em executar as ordens de Deus (a ação de voar). As demais descrições de anjos implicam a existência de outros tipos, mas por outro lado, a Bíblia não dá base para as especulações medievais acerca de hierarquias de anjos.

4. Os anjos maus : Antes, um aviso de C. S. Lewis: “Há dois erros idênticos e opostos nos quais nossa espécie pode cair acerca dos demônios. Um é não acreditar em sua existência. O outro é acreditar e nutrir um interesse excessivo e doentio neles. Os próprios diabos ficam igualmente satisfeitos com ambos os erros, e saúdam o materialista ou o mágico com o mesmo deleite.”A crença de quase todos os povos na existência de espíritos maus é confirmada na Bíblia como uma realidade. Também a experiência testemunha esta realidade nos encontros dos crentes com pessoas endemoninhadas e na presença de forças sobrenaturais nas religiões pagãs. Muita especulação sobre este assunto tem levantado várias teorias para explicar estes fenômenos paranormais. Deve-se entender que desde que os espíritos decaídos são seres pessoais, eles não estão sujeitos às leis da ciência. Não se pode fazer uma experiência para confirmar ou negar a sua realidade, porque os espíritos não se prestam a experimentos laboratoriais. Além disso, os próprios demônios não são uma fonte de informação confiável. De fato, Jesus, em João 8, destacou que Satanás é o pai da mentira. Então, a demonologia construída em cima de confissões dos espíritos durante os encontros com alguns crentes é muito duvidosa. Existe somente uma fonte confiável, a saber, a Bíblia. Toda experiência deve ser interpretada à sua luz.

4.1. Satanás: Certa vez alguém perguntou ao teólogo batista A. H. Strong, “quem criou o diabo?” Ele respondeu: “Deus criou um anjo bom; o diabo criou o diabo.” Os demônios foram criados como anjos bons. Apesar de não nos dar os detalhes, a Bíblia fala a respeito da rebelião do anjo mais poderoso, que assim veio a ser Satanás (literalmente “o adversário”). Ele é o inimigo de Deus e do seu povo, como é manifestado por sua ação de tentar o homem (Gn 3), infligir ferimentos físicos como no caso de Jó, e de tentar destruir o ungido do Senhor, o Messias (Lc 22:3). No Ap 12 ele lidera um exército de demônios contra Deus.

4.2 A natureza dos anjos decaídos é má. Satanás é chamado de o Maligno (João 17:15), que tem como seu propósito a destruição do homem. Como um anjo bom se tornou mau não é

claramente indicado na Bíblia, embora Is 14:12 seja entendido por muitos como uma referência ao orgulho que corrompeu seu coração. Se esta passagem for verdadeiramente uma referência a Satanás, então podemos entender que a corrupção de Satanás foi o desejo de se tornar Deus e ocupar o seu trono. Isso é consistente com o caráter do pecado em geral, que tem como seu alvo a exaltação do pecador no lugar de Deus.
4.3 O destino dos anjos maus é o lago de fogo (Mt 25:41; Ap 20:10). Eles estão perdidos e não há nenhuma indicação na Bíblia de que eles possam ser salvos. Por outro lado, os anjos que ficaram leais a Deus foram confirmados no seu estado de santidade.
4.4 Os poderes de Satanás e os demônios: Os demônios têm o poder de tentar, influenciar, e até habitar nos seres humanos. A Bíblia usa apenas uma palavra, endemoninhar, para indicar esta influência. Embora Jesus tenha enfrentado e expulsado demônios, a Bíblia não nos dá um manual sobre como fazer isto. Ela nos dá princípios para enfrentá-lo.

5. Anjos em batalha espiritual:[24] Uma passagem que merece destaque é a que descreve uma batalha no céu entre Miguel e seus anjos, contra o dragão e seus anjos, onde Satanás é derrotado e lançado á terra (Ap 12.7-9). A que evento histórico esta guerra celestial corresponde tem sido bastante discutido. Para alguns, refere-se á queda de Satanás no princípio, quando ele se revoltou contra Deus e foi expulso dos céus. Para outros, a vitória final de Cristo, ainda por ocorrer no fim dos tempos. O contexto, entretanto, parece favorecer outra interpretação, ou seja, que esta derrota de Satanás nas regiões celestiais corresponde à vitória de Cristo, ao morrer e ressuscitar, já que ela aconteceu, "por causa do sangue do cordeiro" (Ap 12. 10; cf. Jo 12.31; 16.11). À semelhança do Antigo Testamento, o Novo é igualmente reservado em narrar estas pelejas celestiais, e limita-se a registrar dois confrontos do arcanjo Miguel com Satanás (Jd 9; Ap 12.7-9). Não temos condições de saber quais as razões para estes embates entre anjos, e nem quão freqüentemente eles ocorrem no misterioso mundo celestial. Digno de nota é o fato que Miguel, que no Antigo Testamento aparece como guardião de Israel, surge em Ap 12.7-9 como defensor da Igreja, liderando as hostes angélicas contra Satanás e seus demônios, que procuram destruir a obra de Deus. Sua área de ação não é mais o território de Israel, mas o mundo, onde quer que a Igreja esteja. A constatação deste fato deveria moderar a fascinação de muitos hoje pela idéia de espíritos territoriais, maus ou bons, que seriam supostamente responsáveis por determinadas regiões geográficas, e que se embatem em busca da supremacia sobre aqueles locais. É possível que as nações ou outras regiões tenham seus príncipes angélicos, bons ou maus, mas esta idéia não exerce qualquer função ou influência no ensino do Novo Testamento, quanto aos anjos e á sua participação na luta da igreja contra os "principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso" (Ef 6.12). Enquanto que em Daniel os principados e as potestades aparecem relacionados com determinados territórios, no Novo Testamento eles aparecem não mais relacionados com regiões, mas com este mundo tenebroso. O conflito regionalizado do Antigo Testamento tomou caráter universal e cósmico com a vitória de Cristo. O diabo e seus príncipes malignos são vistos agora como dominadores, não de determinadas regiões geográficas, mas "deste mundo tenebroso". E os anjos agora servem aos servos de Deus, em qualquer região geográfica do planeta, onde se encontrem.

[24] Augustus Nicodemus Lopes, *Anjos no Novo Testamento*. Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper. http://www.mackenzie.com.br/teologia/artigos/anjosnt.htm (02.03.00).

4 – A doutrina do ser humano e da queda

> Senhor, tu nos criaste para ti, e inquieto é o nosso coração, até que encontre descanso em ti. A casa de minha alma é pequena demais para que te possa abrigar. Amplia-a. Ela é defeituosa e decrépita. Renova-a. Quem mais eu poderia invocar, a não ser a ti?
>
> *Aurelius Augustinus, 354-430*
>
> Para quem eu clamaria, Senhor, a não ser para ti? Nada a não ser Deus poderá satisfazer minha esperança. Só tu foste capaz de criar a minha alma. Só tu és capaz de recriá-la, imprimindo nela a imagem de teu santo Filho, meu Salvador.
>
> *Blaise Pascal, 1623-1662*

O ser humano

A questão da identidade do homem foi uma grande preocupação durante o século XX. Os filósofos, e realmente, quase todo mundo, têm refletido muito na pergunta: "Quem sou eu?" A sua resposta a esta pergunta depende da sua cosmovisão. Além disso, a resposta dada vai determinar o seu caminho na vida.

1. Quem é o homem? Há só duas possibilidades: ou o ser pessoal, o homem, tem uma origem pessoal ou ele tem uma origem impessoal. Consideremos as duas:
1.1. O ser humano tem uma origem impessoal. As filosofias e religiões que reivindicam que a realidade ulterior é impessoal, tem que localizar a origem da personalidade no impessoal. Existem duas vertentes possíveis depois de declarar que o ulterior é impessoal.

1.1.1. O naturalismo, que nega a existência de qualquer realidade espiritual, diz que o ser humano é apenas matéria. Desde Demócrito, um filósofo grego, até hoje, vários eruditos têm proposto a idéia de que o homem é produto do acaso num universo sem Deus. Para Demócrito o homem, tanto a alma quanto o corpo, é apenas uma combinação de átomos, reunidos por acaso, que se separam depois da morte. O ser humano não continua a sua existência depois da morte segundo ele. Outros naturalistas concordam. Darwin deu nova vida à teoria antiga de que os homens evoluíram naturalmente dos animais. Freud, construiu uma psicologia fundamentada na noção da evolução, enquanto Herbert Spencer fez uma sociologia semelhante. Segundo Freud, os motivos do comportamento humano vêm dos instintos mais básicos e mais ligados à natureza animal: o sexo e a violência. Spencer asseverou que a sociedade deve seguir a lei da evolução, a sobrevivência dos mais aptos, e daí justificou a exploração das pessoas mais fracas. Skinner, por outro lado, disse que o homem é apenas o resultado das influências do seu ambiente. Ele negou a capacidade do ser humano de superar essas influências, dizendo que não existe livre arbítrio na natureza humana. B. Russell, acreditando que vida num universo impessoal era sem sentido, disse que devemos construir a vida na filosofia do desespero, enquanto Sartre disse que o homem tem que criar seu próprio significado num mundo absurdo.

Os naturalistas têm em comum a negação de que o homem sobrevive à morte e a negação de qualquer juízo futuro. O homem vive-se para esta vida temporal. Qualquer valor, significado, e felicidade que ele consegue, é alcançado por acaso, ou ele mesmo tem que o criar. Ele está só no universo.

1.1.2. O panteísmo propõe que o homem seja o resultado de um processo espiritual, mais ainda assim impessoal. O impessoal Um deu origem a vários seres espirituais e alguns desses assumiram corpos físicos também. Isso inclui não somente os homens, mais os animais também. Os panteístas normalmente aceitam a teoria da evolução biológica e dizem que os homens são relacionados aos animais, espiritual e biologicamente. As religiões panteístas, normalmente têm em comum a idéia de que o ser humano, que originou do Um impessoal, está fazendo uma grande viagem para voltar ao Um através da evolução. O hinduísmo e o budismo recomendam processos de meditação e disciplinas espirituais para conseguir o alvo de fugir do corpo, que é considerado mal. No espiritismo e nas religiões africanas existe mais ênfase na comunicação com outros espíritos mais avançados, que supostamente podem ajudar na vida atual e na viagem para a vida além da morte. A Nova Era é uma versão popular que depende muito do sincretismo dos outros. Os elementos comuns na maioria dos panteístas são a divindade do ser humano, a negação do pecado original, a idéia de que o corpo é mal, e também a noção da reencarnação.

1.2. O ser humano tem uma origem pessoal:
1.2.1. Não-cristãos: Algumas religiões e filosofias, influenciadas pela cosmovisão cristã, acreditam que o homem é a criação de um Deus pessoal. As Testemunhas de Jeová, os muçulmanos, e os judeus acreditam que o homem é criação de um Deus, mas que este Deus não é uma Trindade. Os mórmons acham que o próprio Deus é um ser humano exaltado e que eles podem ser elevados à divindade.

1.2.2. Entre os teólogos cristãos existem opiniões diversas sobre a constituição do homem e a natureza da imagem de Deus nele.

Os católicos: Entre os católicos existe a idéia de que a imagem de Deus no homem existe em duas partes; a imagem natural e a semelhança. A imagem natural inclui a espiritualidade da alma, a liberdade da vontade, e a capacidade de raciocinar. As capacidades do ser humano foram organizadas numa hierarquia. Para ajudar o homem a controlar os desejos inferiores (o sexo, por exemplo) Deus lhe deu o *domum superadditum*, ou seja, a semelhança, que é a justiça e a graça de amar a Deus sobrenaturalmente. Na queda, o homem perdeu a semelhança com Deus mas ficou com a imagem. Portanto, na teologia católica, há uma tendência forte a negar que o raciocínio do homem tinha ficado ferido na queda.

Teólogos reformados: A imagem de Deus é a capacidade moral e espiritual do ser humano. Segundo Calvino, o homem perdeu a capacidade de utilizar estes dons, de maneira certa, enquanto Lutero disse que as capacidades morais e espirituais foram totalmente perdidas. Teólogos reformados mais recentes definem a imagem de Deus como: 1) a imagem espiritual, incluindo imortalidade, 2) o raciocínio - incluindo o arbítrio, os sentimentos e a inteligência, 3) a imagem moral - a justiça original que Adão tinha, 4) o domínio sobre os animais e a terra, 5) a imagem no corpo, que quer dizer, o corpo funciona para permitir a alma agir e expressar-se no mundo.

Os arminianos e outros evangélicos, de modo geral, concordam com os reformadores sobre a imagem de Deus, a não ser que na questão da liberdade da vontade. Os arminianos reivindicam que o livre arbítrio, no sentido de ser uma capacidade agir sem qualquer predeterminação, seja divina, seja natural, é um aspecto essencial na imagem de Deus no homem. Para os arminianos o ser humano determina seu próprio futuro. Os calvinistas dizem que a liberdade do homem é a

capacidade de agir consistentemente com os seus desejos, mas não para agir autonomamente (independente) do plano de Deus. Os dois também discordam sobre o efeito da queda na vontade do homem.

2. As Escrituras: Agora examinaremos alguns textos relevantes sobre a natureza do ser humano na imagem de Deus.

2.1. A natureza espiritual do ser humano: Quais propriedades o ser humano têm que não podem ser propriedades só da matéria?

Sl 4:4: "...consultai com o vosso coração..."

1Co 2:11: "... qual dos homens sabe as coisas do homem, senão o espírito do homem que nele está?" Estes versículos indicam que o ser humano tem a capacidade do auto-conhecimento. A palavra oida quer dizer conhecer ou entender algo intimamente. É o espírito do homem que tem este conhecimento.

Pv 16:32: O ser humano tem a capacidade de dominar o seu próprio espírito, ou seja, exercer auto-controle sobre a sua vontade.

Pv 25:28: O ser humano também tem a capacidade de estabelecer parâmetros de auto-controle.

Rm 6:12 nos diz para não permitir que o pecado reine em nossos corpos. A vontade humana tem capacidade, portanto, de transcender os desejos do corpo.

1Co 9:25-27 pressupõe que o corpo pode ser sujeito ao espírito e ser controlado por ele.

Atos 23:1 e Atos 24:16 dizem que o homem pode ter uma consciência boa e sem ofensa. O homem salvo pode fazer o que é certo diante de Deus. Isso é consistente com o fato de que o homem vai ser julgado por Deus e terá que dar conta de si mesmo (Rm 14:12). Em outras palavras, ele é responsável diante de Deus pelas suas ações. O ser humano tem uma consciência que pode ser ou pura ou cheia de pecado, e ainda cauterizadas (1Tm 4:2).

A capacidade do ser humano de se relacionar pessoalmente com Deus é vista no fato de que Deus se comunica com o homem através de proposições (Ex 5:22). O NT diz que fomos chamados para a comunhão com Cristo. A palavra koinonia é utilizada por Paulo para descrever a nossa união com Cristo. A palavra significa compartilhar a vida de Cristo e representa um relacionamento profundo (1Co 1:9; 2Co 13:13).

O ser humano tem algumas características que não podem ser atribuídas à matéria. Não há explicação para a produção de qualidades tais como auto-consciência, auto-determinação, juízo moral, e um relacionamento com Deus a não ser que o ser humano seja mais do que apenas matéria.

2.2. Qual é a relação entre o corpo e o espírito?

2Co 4:16 mostra que existe uma diferença entre o homem interior (a alma) e o homem exterior (o corpo). O sofrimento do homem exterior pode ajudar na renovação espiritual do homem interior. O homem interior precisa do corpo físico e não é completo sem ele, mesmo que ele possa existir sem ele (1Co 1-5). Em Fp 1.20-24 Paulo afirma que a alma continua depois da morte, que é a saída da alma do corpo. O corpo pode influenciar o espírito de modo que o espírito age segundo os desejos do corpo (Mt 26:41). Por outro

lado, as sensações físicas podem ser motivo pelo qual o espírito fica mais maduro e puro, como no caso do espinho na carne que Paulo tinha (2Co 12:7). As concupiscências da carne lutam contra o espírito (1Pe 2:11). Também, o espírito pode afetar o corpo. Rm 12:1-2 mostra que a renovação do homem interior capacita o oferecimento do corpo a Deus como sacrifício vivo. O resultado da expiação deve ser a glorificação de Deus em nossos corpos (1Co 6:20). Existe, portanto, um relacionamento íntimo entre o corpo e o homem interior. Em Mt 10:28, Jesus diz que o corpo é mortal mas que o homem não tem o poder de matar o espírito. 2Co 5:6-8 é a passagem clássica que ensina a sobrevivência do espírito depois da morte do corpo (Fp 1:21-23).

A imagem de Deus

Jesus afirmou em João 4:24 que Deus é espírito e em Lucas 24:39 que "um espírito não tem carne nem ossos". Deus, porém, não é um corpo físico. Os atributos de Deus não são consistentes com a idéia de que Deus tem um corpo. Ele é invisível (1Tm 1:17), e não pode ser visto pelos homens (1Tm 6:16). A imagem de Deus no homem, portanto, não é uma imagem física.

Gn 1:26-27 diz que o ser humano foi criado à imagem de Deus para que ele dominasse sobre a terra e os animais nela e no céu. O homem era o representante de Deus para reinar e estender o reino de Deus na terra. O homem começou a exercer esse domínio ao nomear os animais em Gen 2:20. Deus fez a mulher da carne de Adão para que ela tivesse a mesma natureza e compartilhasse de imagem de Deus igualmente. Ela foi feita para ser a ajudadora (עזר), uma palavra usada para descrever até como Deus ajuda o homem. A palavra não pode significar que a mulher é inferior ao homem. O homem é a fonte da mulher como Deus é a fonte de Cristo (1 Cor 11:2).

A imagem de Deus inclui o domínio sobre os animais e a natureza. Este domínio não é apenas uma capacidade (Gn 1:26) mas um imperativo (Gn 1:28). Por implicação, isso inclui também o desenvolvimento de uma cultura, como é evidente na história do homem em Gênesis 4:17-22. Depois da queda, a imagem de Deus permaneceu no homem e isso foi a base da pena de morte que Deus instituiu em Gênesis 9:6. Por outro lado, alguns aspectos da imagem de Deus no homem ficaram feridos ou perdidos e são somente renovados através da salvação em Cristo (Ef 4:24; Cl3:10).

G. Van Groningen assevera que: "Ao criar a humanidade á sua própria imagem, Deus estabeleceu uma relação na qual a humanidade poderia refletir, de modo finito, certos aspectos do infinito Rei-Criador. A humanidade deveria refletir as qualidades éticas de Deus, tais como 'retidão e verdadeira santidade'... e seu 'conhecimento' (Cl 3:10). A humanidade deveria dar expressão ás funções divinas em ralação ao cosmos e atividades tais como encher a terra, cultivá-la e governar sobre o mundo criado. A humanidade em uma forma física, também refletiria as próprias capacidades do Criador: apreender, conhecer, exercer amor, produzir, controlar e interagir".[1] Percebemos nas palavras de Van Groningen que ele apresenta a imagem de Deus como tendo uma tríplice relação:

1. Relação com Deus
2. Relação com o próximo
3. Relação com a criação

As capacidades espirituais (capacidade de se relacionar com Deus e com os outros, auto-conhecimento, auto-determinação, etc) e outros atributos, tais como emoções, raciocínio, podem ser uma parte da imagem de Deus no homem à medida em que estes atributos transcendem as capacidades dos animais. Os animais têm emoções e até um pensamento primitivo, mas são também limitados. Eles não têm a capacidade da auto-reflexão, a auto-

[1] Gerard Van Groningen, *Revelação Messiânica no Velho testamento* (Luz para o caminho: Campinas) 1995.

consciência que o ser humano tem. Então, os atributos comunicáveis, que Deus deu aos homens, também são um aspecto da imagem de Deus.

Para Calvino, a imagem de Deus não foi totalmente aniquilada com a Queda, mas foi terrivelmente deformada Ele descreveu esta imagem depois da queda como "uma imagem deformada, doentia e desfigurada" (*Institutas*, I, XV, 3). O homem antes criado para refletir Deus, agora após a queda, precisa ter esta condição restaurada. Restauração esta que se estenderá por todo o processo da redenção. Esta renovação da imagem original de Deus no homem significa que o homem é capacitado a voltar-se para Deus, a voltar-se para o próximo e também voltar-se para a criação para governá-la.[2]

1. Criação (homem e mulher) e a propagação do ser humano

1.1. Criação: A Bíblia afirma que o homem foi criado do pó da terra (Gn 2:7). O texto não dá nenhuma indicação de que o ser humano seja descendente de outras criaturas. Contra a idéia da evolução biológica há duas considerações:

> a) Deus criou todos os animais segundo as suas espécies. Não existe uma continuidade entre estes grupos, embora eles tenham se desenvolvido e tenham produzido uma grande variação.
> b) O texto diz que Deus soprou o fôlego da vida nas narinas do homem. A implicação é que ele não somente não tinha uma alma, mas não era vivo. Deus não tomou um macaco ou um primata sub-humano e lhe deu uma alma.

1.2. A questão da propagação do ser humano tem a ver com a questão da origem da alma ou espírito. Se Deus criou a alma de Adão diretamente, de onde vêm os outros espíritos?

---

[2] A doutrina da imagem de Deus em João Calvino pode ser assim resumida: (1) Segundo Calvino, a imagem de Deus no homem é encontrada fundamentalmente na alma do homem. (2) Com base em Cl 3:10 e Ef 4:24, Calvino conclui que a imagem de Deus no homem incluía originalmente o verdadeiro conhecimento, justiça e santidade. (3) Antes da queda, de acordo com Calvino, o homem possuía a imagem de Deus em sua perfeição. A queda, contudo, teve um efeito devastador sobre esta imagem. A imagem de Deus não é totalmente aniquilada pela queda, mas é terrivelmente afetada, deformada. (4) O que aconteceu com a imagem de Deus, depois da queda, foi que quaisquer dons ou habilidades que o homem reteve, tais como a razão e a vontade foram pervertidos e deturpados pela queda. Todas as suas faculdades estão viciadas e corrompidas. (5) Para Calvino, a imagem de Deus é restaurada pela fé e começa na conversão. É a nossa conformação com a pessoa de Cristo. Isto é uma obra da graça de Deus que se inicia na regeneração e progressivamente termina na glorificação dos santos. G. C. Berkouwer nos mostra que a verdadeira imagem de Deus se pode conseguir apenas em Jesus Cristo que é a imagem perfeita de Deus. Ser renovado á imagem de Deus é tornar-se parecido com Jesus (*Man, The image of God* [Grand Rapids, Michigan: Eerdmans], p. 107). Calvino comentando o texto de 1Cor. 15:49 diz: "Pois agora começamos a exibir a imagem de Cristo, e somos transformados nela diária e paulatinamente; porém esta imagem depende da regeneração espiritual. Mas depois seremos restaurados à plenitude, que em nosso corpo, quer em nossa alma, o que agora teve início será levado à completação, e alcançaremos, em realidade, o que agora esperamos" (*Comentário de 1 Coríntios* [Edições Paracletos, São Paulo, 1996], p. 488). (6) Para Calvino, a renovação da imagem de Deus será completada na vida por vir. Seu esplendor pleno será alcançado apenas no céu. Em Cristo, o eleito não apenas volta ao que era Adão antes de pecar, mas vai um pouco mais à frente. Note as palavras de Anthony Hoekema: "Devemos ver o homem à luz de seu destino final (...) Adão ainda podia perder a impecabilidade e bem aventurança, mas aos santos glorificados isso não poderá mais ocorrer. Adão era 'Capaz de não pecar e morrer' (*posse non peccare et mori*), os santos na glória, porém 'não serão capazes de pecar e morrer' (*non posse peccare et mori*). Esta perfeição, que não se poderá perder, é aquilo para o qual o homem foi destinado e nada menos do que isto" (*Criados à imagem de Deus* [São Paulo, Ed. Cultura Cristã, 1999], 108).

Alguns teólogos defendem a noção de que Deus cria as almas das pessoas diretamente. Segundo a teoria do criacionismo, os pais geram os corpos de seus filhos, mas Deus cria uma alma e a coloca no corpo. Quando isso acontece é discutível. Os criacionistas citam alguns textos (Ec 12:7; Is 42:5; Zc 12:1; Hb 12:9) para apoiar esta noção, e também dizem que é incoerente supor que uma substância espiritual possa ser produzida através de uma união física. Mas, há alguns problemas com a noção do criacionismo. O primeiro é que é difícil explicar como que é um Deus santo pode criar, diretamente, almas pecaminosas. Também é difícil entender como Deus pode justamente condenar essas almas pelo pecado de Adão, quando elas não têm nenhum relacionamento com ele. O criacionismo rompe com a unidade da raça humana e cria problemas na doutrina do pecado e salvação também. Tanto a doutrina da condenação de todos em Adão e a salvação de todos os crentes através da expiação de Cristo pressupõem uma unidade na raça humana que ultrapassa uma origem comum dos corpos.

A outra teoria é o traducionismo. O traducionismo é a teoria de que tanto a alma como o corpo são gerados através da união do pai e da mãe de uma pessoa. Segundo o traducionismo, Adão foi criado com uma natureza humana que incluiu a capacidade de se reproduzir. O crescimento da raça humana, portanto, tem sido o desdobramento da potencialidade da única natureza humana de Adão. Daí, todos nós somos filhos de Adão e somos relacionados com ele. Existe uma unidade da raça e também uma verdadeira unidade de Jesus com a raça humana (Rom. 5:12-14).A Bíblia diz que Levi pagou o dízimo a Melquisedeque porque ele estava nos lombos do seu pai, Abraão (Hb 7:9-10). Isso deve ter incluído mais do que apenas o corpo de Levi. Concluímos que o traducionismo é a melhor explicação e que a alma existe na criança a partir do momento da concepção porque é um resultado daquela concepção.

2. A imagem de Deus e a dignidade do ser humano

O fato de que Deus é pessoal e que ele se relaciona e ama as outras pessoas (eternamente entre as três pessoas divinas e temporalmente aos seres humanos) quer dizer que o valor supremo que existe (Deus) é pessoal. O atributo de ser uma pessoa à imagem de Deus é, portanto, uma reflexão daquilo que é a mais precioso e valoroso que existe. O valor do ser humano não pode ser medido nem limitado por medidas humanas. Todas as pessoas que você encontra são reflexos da imagem de Deus. Deus leva tão a sério o valor do ser humano que ele colocou um preço muito alto na cabeça de quem assassina um ser humano; a pena de morte (Gn 9:6).

3. A constituição: a alma, o espírito, e o corpo

Alguns teólogos e escritores populares fazem distinção entre o espírito e a alma, fundamentada em Hb 4:12 e 1Tes 5:23. O autor mais popular que ensina esta doutrina é Watchman Nee, o místico chinês. Segundo Nee, o espírito é aquela parte do homem que se relaciona com Deus e a alma é a parte que tem o intelecto, as emoções e a vontade. Ele, como os demais tricotomistas, criou uma hierarquia com o espírito no lugar mais alto, a alma no meio e o corpo em baixo. Isso é parecido com as teorias gnósticas que criam uma hierarquia de Ser com as coisas espirituais por cima, num lugar de mais valor.

Uma implicação desta teoria é que Deus não se relaciona com o ser humano por meio da mente mas por meio de uma intuição mística. Através da intuição a mente pode conhecer a

mente de Deus diretamente (ouvir a voz de Deus?) e receber a orientação divina. Também, o espírito experimenta uma comunhão com Deus muito mais profunda do que pode ser experimentada por meio da mente. Finalmente, o espírito tem uma consciência que convence a pessoa do bem e do mal. É importante guardar na mente que, segundo Watchman Nee, tudo isso acontece sem o intelecto, que só pode operar na alma. Sendo inferior, o intelecto não é confiável.

O problema com tudo isso é que não é possível se relacionar com Deus sem o intelecto, a não ser que a experiência se torne um misticismo sem conteúdo. Neste caso não seria possível conhecer a Deus, e é difícil entender como alguém possa receber orientação de Deus se não ele recebe idéias. Mesmo que as emoções façam parte da alma, como na teoria de Nee, o que acontece no nível prático é que, ao eliminar o intelecto de relacionamento com Deus, as emoções ficam no controle de tudo. As intuições, então, são apenas sentimentos e, de repente, a intuição pode ser identificada com a voz de Deus, mesmo que Deus não tenha falado palavra nenhuma. O grande perigo deste sistema é que ele desvaloriza fortemente, o raciocínio. Até o estudo da Bíblia fica num lugar inferior à intuições. Portanto, a experiência se torna o critério último para determinar a verdade. Para evitar o caos que resultaria da prática desta teoria, Nee ensinou a submissão absoluta dos crentes aos anciões da igreja.

Os tricotomistas não conseguiram provar na Bíblia que existem três substâncias distintas no ser humano. Podemos citar Marcos 12:30 e mostrar que o ser humano tem quatro partes. Mas, um estudo das palavras no VT e NT (alma, espírito, e coração) mostra nitidamente que elas são sinônimos utilizados para descrever a única substância espiritual que é o homem interior. Este inclui o intelecto, arbítrio, e emoções. É essa parte do ser humano que o capacita a se relacionar com Deus e com outros seres humanos.

O Pecado

1. A origem do pecado: A Bíblia não dá uma explicação sobre todos os aspectos da questão da origem do pecado, mas ela tem alguns dados relevantes para nos orientar.
1.1. Deus não é a fonte do pecado. É claro que Deus criou todas as coisas e que Ele controle o curso da história. Ele criou o universo de tal maneira que o pecado poderia vir a existir, mas Ele não criou pessoas pecadoras. Deus não pode cometer injustiça (Jó 34:10). Ele é santo (Is 6:3) e Ele não tenta ninguém (Tg 1:13). Deus detesta o pecado (Dt 25:16) e pela Sua natureza santa é obrigada a puni-lo.

1.2. Os primeiros pecadores foram os anjos: A presença da serpente no jardim testifica o fato que já existia criaturas pecadoras antes da queda de Adão (Gn 3). Judas 6 indica que alguns anjos não permaneceram no seu estado original mas pecaram e caíram. A Bíblia não diz diretamente como entrou o pecado entre os anjos, mas ensina que existe um anjo mau, o Diabo, que é o líder da rebelião angelical contra Deus. Dois textos são usados para descrever a queda do Diabo: Is 14 e Ez 28. Em Ez 28 a descrição do Rei de Tiro se torna uma descrição de um poder atrás dele, que estava presente no Éden. Isto pode ser uma indicação da origem do pecado na vida de Satanás. O texto indica que foi o orgulho que deu origem ao pecado do Diabo. Tradicionalmente a guerra no céu de Ap 12 tem sido interpretada como descrição da rebelião de Satanás, mas esta interpretação não é necessariamente a melhor. É uma possibilidade.

1.3. As palavras bíblicas para o pecado:

Hebraico	Grego	Português	Idéia
חַטָּאת (*hatta*): o substantivo aparece 238 vezes no AT.	amartia (*hamartia*): o substantivo aparece 173 vezes no NT (e 48 em Romanos!).	Pecado	Errar o alvo: no sentido espiritual, o alvo é o padrão ou a Lei de Deus (Rm 7.17-18).
עָוֹן (*avon*) tem a idéia de alguma coisa tortuosa, desfigurada, um ato que não segue o seu caminho certo.	adikia (*Adikia*) é uma palavra legal, uma coisa que não é justa, que é contra o padrão de justiça.	Iniqüidade	Ato e conseqüência: ambas as palavras incluem a idéia da conseqüência ou o resultado do pecado (Sl 32.5; 1Co 6.9).
פֶּשַׁע (*pesha*) aparece 93 vezes no AT. Alguns estudiosos pensam que pesha é a palavra mais forte para o pecado no AT.	parabasij (*parabasis*) é mais rara no NT.	Transgressão	Atravessar uma linha proibida; rebelião: a traição e a quebra do Pacto (1Rs 12.19).

1.4. A origem do pecado no ser humano. Temos uma história com vários detalhes importantes em Gn 3. Precisamos estudar este texto para entendermos a natureza do pecado original, como aconteceu este pecado e os resultados para o ser humano. A Queda envolveu mudanças radicais nas quatro áreas que definem qualquer cosmovisão: conhecimento (epistemologia), existência (ontologia), ação (ética), e alvo do universo (teleologia). Isso quer dizer, com a chegada da palavra da serpente, Adão e Eva enfrentaram dois universos diferentes e contraditórios.

Cosmovisão No. 1 (Interpretação de Deus)	Cosmovisão No. 2 (Interpretação de Satanás - Gn. 3:1-21)
1. Como Criador, Deus controla e interpreta o universo. "...certamente morrerás." (Gn. 2:2). Deus controla o futuro absolutamente para que, neste caso, todos os pecadores morram. A interpretação certa do mundo está na Sua Palavra (Pv. 1:7; 9:10; 15:33).	1. "É assim que Deus disse?" (v. 1) A clareza da revelação de Deus é questionada, implicando que Deus não é capaz de se revelar. A interpretação de Deus é somente uma possibilidade, ou hipótese, para ser verificada mediante um critério fora dEle. Os princípios para a interpretação do universo existem no mundo independentemente de Deus.
2. Como Criador, Deus, necessariamente, é capaz de dar uma revelação bastante CLARA para ser entendido, SUFICIENTE para cumprir os fins dEle e providenciar as necessidades do homem, e INERRANTE (Sl. 19, 119; Pv. 30:5; 2Tm. 3:16-17) O ser humano depende de "toda palavra que sai da boca de Deus." (Mt. 4:4) para a interpretação correta do mundo.	2. "...nem nele tocareis..." (v. 3) Deus não falou que eles não poderiam tocar no fruto ou na árvore. Eva negou a CLAREZA da Palavra de Deus através da sua interpretação que mudou a Palavra. Ela negou a SUFICIÊNCIA da Palavra acrescentando um outro requerimento. A mudança da Palavra por Eva constituiu uma negação da INERRÂNCIA da Palavra de Deus. Sem uma interpretação inerrante de Deus, a interpretação do ser humano é o ponto de referência final para conhecer a verdade (autonomia epistemológica).
3. Deus conhece e determina o curso da história (Is. 41:21-29; Pv. 21:1). Ele fez o mundo de tal maneira que os pecadores morrem (Rm. 3:23). Nada acontece por acaso e o futuro do ser humano depende da vontade de Deus (Pv. 16:33; At 17:26; Rm. 9:20-21).	3. "Certamente não morrereis". (v. 4) Uma negação total da Palavra de Deus segue naturalmente os pressupostos anteriores. Deus não controla o universo e Ele não "faz todas as coisas segundo o conselho da sua vontade." (Ef. 1:11). O pecador não vai morrer, porque o futuro é possibilidade pura e indeterminada. O futuro é criado através do soberano livre-arbítrio do ser humano (autonomia metafísica ou ontológica). O princípio último que determina o futuro é o acaso.
4. Deus é amor (1Jo 4:8) e providencia tudo de que os seus filhos precisam (Mt. 6:25-34).	4. "Porque Deus sabe que..." (v. 5). O Deus da Bíblia não é um Deus bondoso mas Ele é um tirano que não quer compartilhar coisas boas como o homem.
5. O conhecimento de Deus vem através da Palavra de Deus e de um relacionamento pessoal com Ele. A mente nunca é desvalorizada, mas tem que ser renovada mediante a Palavra (Rm 12:1-2). É proibido se envolver com o ocultismo, seja ele do tipo que for (Dt. 18:9-14).	5. "vossos olhos se abrirão..." (v. 5). O conhecimento secreto e oculto é a chave para a vida plena. Portanto, o progresso espiritual é conseguido através do misticismo, da feitiçaria, de organizações ocultas e secretas, e até pela orientação de espíritos.
6. Só há um Deus e jamais haverá outro (Is. 43:10). Deus é imutável (Tg. 1:17). O fim do homem é conhecer, glorificar, e servir ao único Deus. A salvação é viver com Ele para sempre (1Tss. 4:17; Ap 22:1-5)	6. "...sereis como Deus..." (v. 5). O fim último da vida é se tornar um deus. Não há distinção entre o Criador e a criatura. O alvo da vida humana é promover ou descobrir sua própria divindade. Deus (o cosmos, etc.) também está evoluindo, crescendo e aprendendo mais e mais. Salvação quer dizer subir na escala da existência (autonomia teleológica). 7. "...conhecendo o bem e o mal." (v. 5). O homem

7. Deus é o sumo bem e a Palavra de Deus é a fonte do conhecimento do bem e do mal. A lei de Deus é o padrão absoluto (Êx. 20:1-17).	determina o bem e o mal. Não há uma lei moral absoluta que exista fora da mente do ser humano. Toda ética é relativa (autonomia ética).
8. Deus deu a Adão e Eva o imperativo cultural. Gn. 1:28-30 - O imperativo cultural é o mandamento de Deus dado ao homem para dominar e sujeitar a terra e os animais. A motivação de ação do homem era desenvolver o reino de Deus na terra como representante de Deus. Adão e Eva eram responsáveis em funcionar como intérpretes do mundo (profetas), em se relacionar pessoalmente com Deus (sacerdotes), e em reinar sobre o mundo (reis).	8. "...boa para se comer, e agradável aos olhos, e... desejável para dar entendimento ..." (v. 6). A motivação da ação (ética) tornou-se "...a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida." (1João 2:16). Daí para frente o homem viveria para buscar seu próprio prazer.
9. O pecador se sente culpado porque ele é culpável objetivamente. O homem perdeu os papéis de profeta, sacerdote e rei. O pressuposto de autonomia significa que a sua interpretação do mundo seria errada, o seu relacionamento com Deus seria rompido, e a terra seria maldita e que ela resistiria ao domínio do homem. O homem não pode cobrir o pecado dele. Somente Deus pode fazer isso, através do derramamento do sangue de um substituto (Gn 3:21). Deus prometeu um Salvador que resgataria o homem (Gn 3:15)	9. "...e conheceram que estavam nus; pelo que coseram folhas de figueira, e fizeram para si aventais." Com a autonomia, veio um sentido de ansiedade, rompimento com Deus e falta de paz. A salvação é conseguida por meio de obras humanas (Gn. 3:7). Iniciou-se a tendência de se fugir da responsabilidade de suas próprias ações, culpando-se os outros (Gn. 3:12-13).

Apesar das diferenças superficiais, todas as filosofias pagãs têm uma raiz comum. A cosmovisão do diabo é fundamentada na negação da distinção entre o Criador e a criatura. A mente caída recusa reconhecer que Deus é ulterior, preferindo buscar o ponto de referência final no mundo, e adorar e servir à criatura antes que ao Criador (Rm. 1:25). Os resultados dessa decisão têm sido desastrosos quer na vida intelectual, quer na vida prática.

1.5. <u>As cinco divisões da Queda (Gn 3.8-20)</u>:

1. A divisão espiritual: o homem e o Criador (3.8-11)
2. A divisão psico-somática: o homem em si mesmo
    a. a falta de unidade e esquizofrenia do homem
    b. as necessidades humanas de significado e amor
    c. "os sofrimentos da tua gravidez", 3.16
    d. a morte, 3.3, 4, 19
3. A divisão sociológica: o homem do homem
    a. conflito entre marido e mulher, 3.12,16-17
    b. o ciúme e homicídio que Caim teve de Abel, Gn 4
4. A divisão antro-ecológica: o homem da natureza, 3.17-19 – "do suor do rosto comerás o teu pão"
5. A divisão ecológica: a natureza da natureza, 3.17-18
    a. "maldita é a terra por tua causa", 3.17; 9.12
    b. "ela produzirá cardos e abrolhos", 3.18
    c. "a criação ficou sujeita à vaidade", Rm 8.20, Is 11.6s; 65.25
6. A divisão final: a cruz

No meio do juízo adâmico, o Senhor Deus deu a promessa da vitória sobre Satanás através da semente da mulher (Gn 3.15; 4.1, lit. “eu adquiri um varão, o Senhor”). A promessa da bênção (1.28) por meio de um filho prometido, diz Walter Kaiser, é a chave da teologia bíblica: Sete, Enoque, Sem, Isaque, Jacó, Jessé, Davi, Salomão – cumprida finalmente em Jesus Cristo. Quando Deus o Pai não pode olhar para o Filho na cruz, houve uma divisão catastrófica que pagou o preço de todo o pecado e destruiu a base do juízo. Na divisão na cruz, a solução de cada divisão da Queda é providenciada e garantida. Agora, a reconciliação com Deus e a cura parcial nos níveis psicológicos e sociais podem ser realizados pela fé. E, no futuro, a cura e a restauração completas (até da natureza) ocorrerão. A história ainda vai ver a salvação de Cristo, não por meio do esforço humano, mas pela intervenção divina.

2. Pecado Original

Agora vamos entrar numa questão muito disputada na história da igreja, e muito importante para o nosso entendimento da humanidade, a questão do pecado original.

2.1. O que é o pecado original? Há várias opções:

a. O primeiro pecado em Gn 3. Claro, mas quer dizer mais.

b. A definição da Declaração Doutrinária da CBB: “Em conseqüência da queda de nossos primeiros pais, todos somos, por natureza, pecadores e inclinados à prática do mal.” Esta é a idéia normal de uma mudança na natureza humana, como o resultado do pecado de Adão.

c. A doutrina do pecado original responde a pergunta: Por que todos, sem exceção, pecam? Ec 7.29 afirma: “Deus fez o homem reto”, mas hoje não somos retos. O que aconteceu? O pecado original é a resposta.

2.2. O material bíblico para esta doutrina:

a. Gn 3: o evento do pecado original

b. A evidência do pecado original: (1) somos pecadores a partir do nascimento (Sl 51.5): uma criança não precisa aprender como pecar; é natural. (2) todos somos pecadores (Rm 3.10-12).

c. A explicação do pecado original: Rm 5.12-19. Qualquer pessoa que quer discutir a pergunta do pecado original tem que estudar este texto. Tem muitos pontos importantes:

1) “Porquanto todos pecaram”: Alguns interpretam estas palavras dizendo que significam que cada pessoa escolhe pecar, e as palavras gregas não são perfeitamente claras, mas é difícil evitar a conclusão que, de alguma maneira, todos pecaram em Adão. Há uma ligação entre o pecado de Adão e a situação da raça humana.

2) V. 14 parece afirmar que mesmo aqueles que não pecaram, no sentido em que eles não quebraram a lei dada por Deus, ainda assim morreram por causa do pecado de Adão.

3) Há uma comparação e um contraste nestes versículos entre Cristo e Adão: em cada caso, a ação é uma de uma só pessoa é decisiva, e tem implicações para todos (ou pelo menos muitos). O contraste está nos resultados: morte, ofensa, desobediência, e condenação ou o dom gratuito, graça obediência, e a vida eterna.

4) Por causa da obra de Cristo, todos são justificados (v.18), ou somente aqueles que recebem este dom (v.17)? Qual é o caso nos termos dos efeitos do pecado de Adão?

Todos são culpados, ou somente aqueles que, de alguma maneira, expressam concordância com o ato de Adão?
5) Como muitos foram constituídos pecadores por meio do pecado de um só homem? (v.19). "Muitos" neste versículo não significa que alguns foram constituídos pecadores; "muitos" pode ser usado no sentido inclusive para "todos". Veja versículos 5.15,18-19; muitos e todos. Segundo Joachim Jeremias, a raiz deste sentido do "muitos" é o fato que a língua hebraica não tem uma palavra plural para todos. Pode ver este sentido em Is 53.11 e Mc 10.45, que usam "muitos", e outros versículos, como 1Tm 2.6, que usam "todos".

2.3. Opções na interpretação do pecado original

2.3.1. Adão foi simplesmente um mau exemplo. Não existe uma ligação real entre o pecado de Adão e nós. Somos pecadores porque escolhemos pecar. É nossa responsabilidade. Este é o ponto de vista de Pelágio (do séc IV), e quase a idéia de Charles Finney. Para aqueles que crêem que o relato em Gn 3 é um símbolo do que acontece a cada pessoa, não pode existir uma ligação entre Adão e nós. O pecado original é o primeiro pecado de cada pessoa. Cada pessoa tem seu próprio pecado original. Mas é bem difícil conciliar Rm 5 com uma interpretação que nega uma ligação entre Adão e nós. Por exemplo: (1) Conforme esta idéia, o v.12 devia dizer "todos pecam", ou "cada pessoa peca", não "todos pecaram". (2) A ênfase na importância de um só homem não faz sentido. (3) Não tem explicação para a morte daqueles que não pecaram (as criancinhas). (4) É difícil explicar o v.19. (5) Segundo esta interpretação, Cristo é somente um bom exemplo e somos responsáveis para nossa própria salvação?

2.3.2. A segunda opção tem muitos nomes: o ponto de vista real, identidade seminal, Adão como o cabeça natural da humanidade. A idéia é que realmente toda a humanidade participou no pecado de Adão, porque toda a humanidade, todas as pessoas, estava presente na natureza de Adão. Alguns afirmam que existe só uma natureza humana, e cada pessoa tem uma parte pequena desta natureza. Adão possuiu esta natureza inteira; cada descendente recebe uma parte. Ou toda a raça humana naquele momento. Então, a raça humana pecou no pecado de Adão e Eva. Outros usam Hb 7.9-10 para apoiar a idéia que estávamos presente nos lombos de Adão; temos uma identidade real, quase física com Adão. Este foi o ponto de vista de Agostinho, mas ele ligou a transmissão do pecado original com o ato sexual de reprodução (Sl 51.5), com conseqüências terríveis para a atitude cristã sobre a sexualidade através da história da igreja.

Outros não fazem esta ligação com o ato de reprodução e usam outras imagens. Por exemplo, Calvino descreve Adão como a raiz da raça humana. Somos ramos e participamos na raiz. Há muitas expressões desta interpretação, mesmo hoje. O ponto crucial é nossa participação em Adão; somos culpados e condenados porque participamos no pecados Adão.

Uma variação deste ponto de vista é a idéia de Millard Erickson e outros. Ele fala assim: a raça humana pecou no pecado de Adão e Eva. Como resultado, somos culpados e recebemos uma natureza caída e corrupta. Mas nossa culpa é condicional. Realmente, nossa culpa não é real ou eficaz antes da idade da razão. Quando chegamos à idade da razão e aceitamos ou aprovamos a nossa natureza corrupta, nos tornamos culpados. Na opinião

dele, Rm 5 tem a mesma idéia sobre a salvação. Não recebemos a salvação de Cristo sem aceitação pessoal (v.17), sem nosso próprio envolvimento. Ele pensa que esta interpretação pode resolver dois problemas. O primeiro é a idéia de que estes versículos em Rm 5 implicam a salvação universal. Alguém podia dizer: por causa de Adão todos estão perdidos; por causa de Cristo todos são salvos. De fato, v.18, sem o contexto, parece afirmar isso. Mas notem o v.17: "os que recebem". A salvação é restrita àqueles que recebem o dom de Deus. Da mesma maneira, a culpa do pecado é restrita àqueles que aceitam e aprovam a natureza corrupta.

O segundo problema é a crianças que morrem antes da idade da razão. No ponto de vista de Millard Erickson, a culpa delas é condicional. Sem uma aceitação e aprovação da sua natureza corrupta, a culpa não é levada em conta. Perante Deus, estas crianças são inocentes, perdoadas, salvas.

Problemas com todos os tipos desta interpretação são: (1) V.14 parece afirmar que as pessoas entre Adão e Moisés não pecaram da mesma maneira que Adão; então, eles não podiam ter participado no pecado de Adão. (2) Recebemos nossa natureza de Adão e Eva; por que Paulo menciona somente Adão? (3) Esta interpretação não se ajusta com o paralelo de Adão e Cristo. Somos culpados porque estávamos presentes na natureza de Adão e participamos do pecados dele. Então, somos justificados porque estávamos presentes realmente na natureza de Cristo e participamos na expiação que ele fez? A idéia de Erickson tenta resolver este problema, mas a ênfase em Rm 5 é no que Adão e Cristo fizeram. Somos envolvidos, não por causa das nossas próprias ações, mas por causa da ligação que existe entre nós e Adão, e nós e Cristo. (4) Para muitas pessoas, a idéia de que estávamos presentes realmente na natureza de Adão e Eva não faz sentido, porque depende da idéia filosófica sobre a natureza que eles não aceitam.

2.3.3. Uma terceira opção, similar à segunda, é que recebemos de Adão uma natureza corrupta, mas não estávamos presentes em Adão; não somos culpados por causa do pecado de Adão. Nós não nos tornamos culpados por causa do pecado de Adão. Nós nos tornamos culpados por causa dos nossos próprios pecados. Esta interpretação evita o conceito da natureza humana como completamente presente em Adão, e se ajusta bem com nossa idéia da responsabilidade pessoal. Não somos responsáveis pelo pecado de Adão; somos responsáveis por nossas próprias ações. Ninguém é pecador ou cristão, sem uma decisão pessoal. Tem que pecar pessoalmente para se tornar um pecador; tem que receber Cristo pessoalmente para se tornar um cristão.

Esta interpretação tem algumas dificuldades: (1) Parece no v.12 que "todos pecaram", não pessoalmente, mas em Adão. (2) Por que algumas criancinhas morrem? A morte foi uma penalidade do pecados, e estas criancinhas são inocentes. (3) Esta interpretação negligencia o ponto principal de Rm 5.12-19, que é Adão e Cristo e o que eles fizeram, não nossas ações. Esta interpretação não pode explicar o v.19.

2.3.4. A teoria de Adão como nosso cabeça e representante (**federalismo**). Esta interpretação enfatiza o papel de Adão como o cabeça da raça humana. Por causa disso, Paulo só fala sobre o pecado de Adão, e não de Eva. Adão foi o representante escolhido por Deus para toda a raça humana. Quando ele pecou, ele pecou não simplesmente por si

mesmo, mas como nosso representante, nosso cabeça. Toda a raça é corrupta, toda a raça é sujeita à morte, toda a raça é caída e corrupta, porque a raça tem solidariedade com o cabeça. Por causa disso, Rm 5 enfatiza a importância de um só homem. V.12, todos pecaram, em que o representante pecou. V.14, a morte reinou sobre aqueles que não pecaram pessoalmente como Adão; eles são mortais por causa do pecado de Adão. V.19, foram constituídos pecadores, porque nosso cabeça pecou.

O paralelo entre Cristo e Adão é visto assim: todos os membros da raça humana recebem a culpa imputada de Adão (a culpa dele é imputada à nossa conta), porque ele é o cabeça deles. Mas Cristo é o segundo Adão, o fundador de uma nova raça, a raça cristã. Adão não passou no teste, mas Cristo passou, e todos os membros da raça cristã recebem os benefícios da sua vitória, a justiça imputada de Cristo, porque existe uma solidariedade entre o cabeça e o os membros da raça. Uma pessoa se torna um membro da raça humana por nascimento ("todos", v.18); uma pessoa se torna um membro da raça cristã por meio de um novo nascimento ("todos", v.18, mas todos "que recebem", v.17).

Os advogados desta posição não negam que cometemos nossos próprios pecados. Somos culpados por causa deste pecados também. Participamos em nossa culpa. E no caso do cristão, participamos no processo de salvação em que temos que aceitar Cristo. Mas tudo começa com a culpa de Adão, imputada à sua raça, e a justiça de Cristo, também imputada à sua raça.

Os problemas são os seguintes: (1) Muitas pessoas não gostam desta idéia da culpa imputada, culpa estranha. Elas crêem que uma pessoa é responsável somente por suas próprias ações. Os advogados desta posição respondem que aceitamos a justiça estranha de Cristo, e que somos responsáveis também para nossos próprios pecados. (2) A idéia de que Adão é o cabeça da raça humana e que Cristo é o cabeça de uma nova raça não é bem clara na Bíblia. É perigoso construir uma teologia na base de poucos versículos. (3) Alguns objetam que as duas raças não são iguais nesta interpretação. Entramos na raça cristã por meio de uma decisão pessoal, mas não temos escolha sobre a raça humana. É melhor afirmar que a culpa e a salvação exigem uma decisão pessoal.

Vivemos na época que enfatiza o individuo e a responsabilidade individual. Por causa disso, é difícil aceitar a idéia que o pecado de Adão nos torna pecadores. Nós queremos pensar que as ações e decisões das outras pessoas não podem nos afetar. Mas isso não é verdade. As ações do pai afetam a família. As ações do pastor afetam a igreja. Cada dia, de milhares de maneiras, fazemos uma diferença para o bem ou para o mal na vida das outras pessoas.

Precisamos pensar mais sobre a unidade e a solidariedade da raça humana. Cada uma destas interpretações, exceto a de Pelágio, afirma que Adão fez uma diferença grande na vida de todas as pessoas. Nós não temos a mesma oportunidade que ele teve. Não temos uma natureza inocente. Quando consideramos a pergunta: "por que todos pecam?" é difícil evitar a conclusão que alguma coisa aconteceu quando Adão pecou, que tornou o pecado uma parte inevitável da vida de cada pessoa. Realmente não temos a mesma escolha que Adão teve. Não é justo? Parece injusto para nossa época individualista, mas podemos dizer a mesma coisa sobre a morte de Cristo em nosso lugar. Precisamos aceitar que não

podemos existir sozinhos. Adão teve um lugar especial, mas nós também afetamos uns aos outros. Este é um fato da vida.

2.3. As implicações da queda para a natureza humana. Precisamos discutir mais uma questão em relação ao pecado original, porque esta também é uma pergunta disputada na historia da teologia. A pergunta é "o que aconteceu na natureza humana como resultado da queda?" A pergunta anterior é sobre as opções na interpretação de Rm 5 e a ligação entre o pecado de Adão e nós. Esta pergunta é sobre nossa natureza depois da queda.

a. Não há resultados. Esta é a posição de Pelágio. A queda e o pecado não afetaram a natureza do homem. Todos têm uma natureza boa, ou no mínimo, neutra em relação ao pecado. Cada pessoa escolhe por si mesma se pecará ou não. Nenhuma mudança ocorreu. Adão foi simplesmente um mau exemplo. Podemos segui-lo ou não.
b. Herdamos uma tendência ou inclinação para o mal, mas ainda temos o livre-arbítrio e o poder de resistir a tentação. No caso dos católicos, lembre-se que eles crêem que a humanidade perdeu a semelhança de Deus na queda, mas reteve a imagem, que é a razão e o livre-arbítrio. O ser humano é espiritualmente doente, mas não morto. Esta posição é chamada semi-pelagiana.
c. Herdamos uma natureza pecaminosa, que se manifesta em pecados reais (Ef 2.3; Rm 3.10-12; Rm 7.18). De fato, por causa da nossa natureza caída, o pecado é inevitável. O ser humano está espiritualmente morto. Ele odeia a Deus e não quer nenhuma relação com Ele. O homem também não tem capacidade de vencer o pecado. Sua vontade está corrompida e é escrava do pecado. O pecado afeta toda a natureza dele. Agostinho descreveu três estágios na historia da humanidade:

Antes da queda: o tempo da inocência (pode não pecar nem morrer) A humanidade essencial: Gn 1-2
Depois da queda: o tempo da responsabilidade (não pode pecar nem morrer) a humanidade existencial: Gn 3 – Ap 19
No céu: o tempo da salvação completa (não pode pecar nem morrer) a humanidade escatológica: Ap 20-22

3. O pecado pessoal:
Para determinar qual é a verdade sobre o pecado, devemos examinar as Escrituras.

3.1. O ser humano é produto do ambiente e realmente é bom como dizem muitos psicólogos e outros?

Prov. 4:23 "Guarda com toda diligência o teu coração, porque dele procedem as fontes da vida". A palavra coração (לבב) quer dizer o homem interior, a alma, inclusive a mente, as emoções e a vontade. O versículo diz que devemos colocar uma guarda (משמר) no coração para o proteger (נצר - olhar, guardar, proteger). A razão disso é que o coração é a fonte da vida. Aquilo que sai de nós, que é expresso em nossas vidas é o que está dentro de nós.

Mat. 12:33-37 O fruto de uma árvore revela que tipo de árvore ela é. A árvore tem uma natureza boa (kalon) ou corrupta (sarpon). A palavra sarpon quer dizer inútil, ruim, e foi usada para descrever peixes podres. A árvore é igual ao seu fruto. Jesus disse que os fariseus eram maus (sendo maus - ponvroi ontej) Esta palavra é também a palavra que significa um espírito mau. Jesus disse que o que sai da boca é o que transborda do coração. Por que as palavras os condenam? Porque elas mostram a corrupção interior que existe neles.

Marcos 7:21-23 A idéia chave nessa declaração é que existe uma progressão lógica e cronológica que explica o pecado. No interior (eswqen) da pessoa começam os pensamentos que se tornarão ações pecaminosas.

A fonte do pecado, segundo estes versículos, é uma natureza corrupta e má. Nem o ambiente, nem a influência social podem explicar o pecado.

3.2. Será que o ser humano é realmente corrupto por natureza? Os humanistas dizem que a natureza do ser humano é mais ou menos neutra, enquanto a nova Era diz que ela é boa. O que diz a Bíblia?

Gn 6:5: "Viu o Senhor que era grande a maldade do homem na terra, e que toda a imaginação dos pensamentos do seu coração era má continuamente". O hebraico é muito enfático aqui. A expressão רַק רַע כָּל־הַיּוֹם significa "só exclusivamente mal o tempo todo." A natureza dessas pessoas era totalmente corrupta.

Sl 51:5: "Eis que nasci em iniqüidade, e em pecado me concebeu minha mãe". A palavra "iniqüidade" (חטא) tem a conotação de culpa que merece punição. A palavra "pecado" quer dizer sair do caminho certo. Davi disse que ele nasceu fora do caminho, numa condição de culpa (Sl 103:10).

Jer 17:9: "Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e perverso; quem o poderá conhecer?" Há duas palavras interessantes neste versículo. "Enganoso" (עָקֹב) vem de uma raiz que significa "seguir" ou "estender sobre". Ela assumiu um significado figurado que é igual a aproveitar-se de ou passar a perna em alguém. A outra palavra, "perverso" (אנשׁ), significa ser doente além da possibilidade de ser curado. A maldade do coração humano é vinculada com a idéia de estar sem poder para sair da situação.

Ef 2:1-3: "estando vós mortos nos vossos delitos e pecados". A palavra "morto" (nekroj) é mais uma expressão do fato de que o ser humano não pode fazer nada sozinho para sair da situação do pecado. É uma descrição da natureza do pecado. Por causa do pecado e dos delitos (praptwma - transgressões, um passo fora do caminho) o homem está morto. O pecador é uma pessoa que vive segundo o padrão do mundo e do Diabo. Ele tem o sistema do mundo como ponto de referência final na sua vida. Ele é assim por natureza.

3.3. A Bíblia dá bastante testemunho da pecaminosidade do ser humano, deixando bem claro que ele não é bom, mas na sua natureza básica é má e ele está morto no pecado. Até que ponto a natureza humana é corrupta? Quais aspectos do ser humano são afetados pelo pecado? Alguns teólogos, especialmente católicos – Irineu de Lyon e Tomás de Aquino, por exemplo - dizem que quando o homem caiu, ele apenas perdeu a justiça original mas que as capacidades intelectuais e emocionais não foram corrompidas. A vontade foi afetada

mas não a mente. Outros dizem que o homem tem uma depravação total. Quais aspectos do ser humano foram atingidos pelo pecado?

A mente: 1Co 2:14: "Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque para ele são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente." O homem natural (yuxikoj) é a pessoa que vive como se existisse apenas o mundo físico, ou seja, que ignora o mundo espiritual. Seu ponto de referência é ele mesmo. Ele é um ateu prático. Para ele o evangelho é estupidez e tolice, uma verdadeira loucura (mwria). Ele não pode (dunatai - poder, ser capaz) aceitar (dexetai - receber um presente, alguém nos braços) as coisas de Deus. Ao interpretar o evangelho a partir do pressuposto da autonomia humana, o evangelho não faz sentido. Por isso, ele está sem entender (gnwnai).

A vontade: Is 30:9: "Pois este é um povo rebelde, filhos mentirosos, filhos que não querem ouvir a lei do Senhor". Eles são rebeldes porque eles querem ser assim. A frase "não querem" (לֹא־אָבוּ) quer dizer "não disposto" ou "sem a vontade de fazer alguma coisa". Eles não ouvem porque eles não querem. 2 Pedro 2:19 usa a expressão "escravos da corrupção" para descrever tais pessoas.

As emoções: João 3:19 "E o julgamento é este: A luz veio ao mundo, e os homens amaram antes as trevas que a luz, porque as suas obras eram más". Eles amaram (agape) as trevas. Eles estimaram e tiveram satisfação no mal. E isso foi manifestado nas suas obras.

3.4. Temos evidência na Bíblia a favor da corrupção total do ser humano. Nenhum aspecto dele ficou sem dano por causa da queda. A mente, as emoções e a vontade, juntas sofreram as conseqüências do pecado. Nós vimos que o ser humano inteiro é afetado. Mas qual a gravidade de sua situação? O homem tem capacidade de mudar-se a si mesmo para se tornar bom?

Jr 13:23: "Pode o etíope mudar a sua pele, ou o leopardo as suas malhas? então podereis também vós fazer o bem, habituados que estais a fazer o mal?" A palavra mal é רַע. A pessoa acostumada a fazer o mal é uma pessoa com uma natureza má, como já vimos. Uma pessoa assim não tem capacidade de mudar a sua natureza.

Em João 6:44 Jesus disse: "Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou não o trouxer..." "Ninguém pode" (oudeij dunatai) significa que a pessoa em si não é capaz. Ela não é livre. Como Paulo diz em Romanos 6:16, ela é escrava do pecado.

3.5. Pecado Social. O teólogo Thomas Hanks diz que a idéia de opressão é uma categoria estrutural da teologia bíblica, que é absolutamente fundamental, mas que ela é muito negligenciada entre os teólogos evangélicos. Ele fez um estudo das palavras no Antigo Testamento que significam opressão e mostrou que a Bíblia considera a pobreza resultado da opressão. Também a exploração dos pobres é um pecado muito grave, segundo o estudo de Hanks. Vamos ver alguns exemplos:

Opressão (עשק) quer dizer injustiça; este conceito está vinculado com o abuso de poder, ou seja, o uso de poder de maneira cruel e injusta. Ecl 4:1 Em Sl 103:6, 7 a opressão é o contrário da justiça. Os atos de Deus para salvar o seu povo incluem a restauração da justiça. O Sl 103 mostra que uma grande preocupação do Senhor é a defesa dos oprimidos. Mas por quê? Prov. 14:31 tem a resposta. "O que oprime ao pobre insulta ao seu Criador;

mas honra-o aquele que se compadece do necessitado". Deus toma o lado dos pobres, segundo este versículo. Eles são pessoas criadas à imagem de Deus, portanto, quem explora os pobres está atacando a imagem de Deus. É uma forma de rebelião contra Deus. Por outro lado, quem ajuda os pobres está fazendo um ato de louvor a Deus.

Ez. 22:29 "O povo da terra tem usado de opressão, e andado roubando e fazendo violência ao pobre e ao necessitado, e tem oprimido injustamente ao estrangeiro". Como é que eles roubaram? Através de estruturas sociais injustas. A palavra traduzida "fazendo violência" (ינה) tem a idéia de escravizar alguém em Deut. 23:16-17. Por meio de estruturas injustas os pobres foram reduzidos praticamente à escravidão. O juízo que Israel sofreu veio porque eles não obedeceram ao mandamento de Deus, que está em Êxo 22:21-24. Leia este texto e depois Amós 4:1 e 5:11-12 para ver o contraste.

No Novo Testamento este tema continua. Tiago 2:1-7, 15-16 e 5:1-6 diz pelo menos duas coisas importantes. Primeiro, a exploração do povo que resulta em pobreza é um pecado muito serio contra Deus. Segundo, é também um pecado dar preferência aos ricos e não ajudar os pobres. Portanto, devemos tratar os pobres com dignidade e ajudá-los, mas, além disso, o mal estrutural que causa a pobreza deve ser derrotado.

A opressão, e a pobreza que é o fruto dela, não são consistentes com o Reino de Deus. Por isso, Is 9:4-7 diz que o Messias e o Reino de Deus viriam para libertar os oprimidos. Podemos receber ajuda do pensamento econômico e social de João Calvino. Este pode ser brevemente resumido assim:

1. É necessário começar por saber qual a atitude que o Senhor deseja que tenhamos diante dos bens materiais: quais os meios lícitos de ganhá-los e qual o seu uso adequado e legítimo.

2. Não devemos buscar os bens terrenos por cobiça. Se vivermos na pobreza, devemos suportá-la pacientemente; se tivermos riquezas, não devemos nos prender a elas nem confiar nelas, devendo estar dispostos a renunciá-las se isso convier a Deus. Tanto o possuir como o não possuir devem ser indiferentes e sem maior valor, considerando a bênção de Deus como maior do que todas as coisas, buscando o reino espiritual de Jesus Cristo sem nos envolvermos em ambições iníquas.

3. Trabalhemos honestamente para ganhar a vida. Recebamos nossos lucros como vindos das mãos de Deus. Não usemos de má fé para nos apossarmos dos bens dos outros, mas sirvamos ao próximo com consciência limpa. Que o fruto de nosso trabalho seja o salário justo. Ao vender e ao comprar não usemos de fraude, astúcia ou mentira. Apliquemos ao nosso trabalho a mesma honestidade e lealdade que esperamos dos outros.

4. Finalmente, quem nada possui não deixe de render graças a Deus e de comer seu pão com alegria. Quem muito possui não use de glutonaria, de luxo, de orgulho e de vaidade, gastando dinheiro com coisas supérfluas; antes, seja em tudo moderado, e empregue seus bens em ajudar e socorrer o próximo, reconhecendo-se como quem recebeu seus bens de Deus e que deles há de um dia prestar contas. Devemos nos lembrar que o que tem em abundância use apenas o necessário para que o que nada tem não fique privado.

5. Em resumo, assim como Jesus Cristo deu-se por nós, também comuniquemos ao próximo, com amor, as graças que recebemos, ajudando-o na sua pobreza e socorrendo-o na sua miséria. Isto é o que nos cabe fazer.[3]

Também podemos lembrar aqui o que disse Abraham Kuyper, um dos gigantes da tradição reformada, em seu discurso no Congresso Social Cristão, em 1891:

> Quando ricos e pobres permanecem opostos uns aos outros, [Jesus] nunca fica com o mais rico, mas sempre com o mais pobre. Ele nasceu num estábulo; e, enquanto as raposas têm tocas e os pássaros possuem ninhos, o Filho do Homem não tinha nenhum lugar para repousar a sua cabeça... Tanto Cristo bem como muitos de seus discípulos depois dele e os profetas antes dele tomaram, invariavelmente, posição *contra* aqueles que eram poderosos e viviam no luxo e *a favor* dos que sofriam e eram oprimidos.
>
> Deus não deseja que alguém deva matar-se no trabalho e, mesmo assim, não ter nenhum pão para si e para sua família. E Deus não quer muito menos que qualquer pessoa com mãos e vontade de trabalhar padeça fome ou seja reduzido à condição de mendigo simplesmente por causa de não haver nenhum trabalho. Se temos 'comida e roupa', então é verdade que o santo apóstolo ordena que devamos nos contentar com isso. Mas não pode nem deve nunca ser excusado em nós que, enquanto o nosso Pai no céu deseja com bondade divina que uma abundância de comida venha da terra, mediante nossa culpa, essa rica generosidade seja dividida de forma tão desigual que, enquanto um se farta de pão, outro vá com o estômago vazio para seu catre e, algumas vezes, não tenha nem mesmo um catre.[4]

4. A doutrina

4.1. <u>O ser humano é totalmente corrompido pelo pecado</u> (Mt 12:33-37; Gn 6:5; Jr 17:9). À luz da Bíblia, concluímos que a terceira interpretação, entre as mencionadas em 3.1, é a correta. O homem está morto espiritualmente (Ef 2:1-3). Ele odeia a Deus e não quer nenhuma relação com Ele (Rom 1:18-22). O homem também não tem capacidade de vencer o pecado (Jer. 13:23). O arbítrio dele está corrompido e é um escravo do pecado. O pecado afeta toda a natureza dele, inclusive a mente (1 Cor 2:14), a vontade, (Is 30:9), e as emoções (João 3:19). Por causa do pecado, o ser humano está afastado de Deus. Ele é inimigo de Deus e está sob a ira de Deus. A penalidade do pecado é a morte física e a morte eterna (Rm 5:15; 1Co 15:22). A Bíblia ensina a doutrina da depravação total do ser humano.

A doutrina da depravação total não significa que a pessoa seja tão má quanto pode ser. Muitos pecadores conseguem fazer boas obras e mostram amor e compaixão para com os outros. De fato, todo mundo faz ações boas e ruins. Mas a depravação total significa que mesmo as boas obras estão poluídas por motivos maus. O pecador não faz sequer uma ação sem pelo menos alguns elementos de egoísmo. A depravação total também significa que

[3] Citado em André Biéler, *O humanismo social de Calvino* (São Paulo: Edições Oikoumene, 1970), pp. 72-74.
[4] Abraham Kuyper, *Christianity and the Class Struggle* (Grand Rapids, Piet Hein, 1950), 27-28, 50; 48-49. Citado em Allan Boesak, "Teologia negra e Tradição Reformada: contradição ou desafio", em Donald K. McKim (ed.), *Grandes temas da tradição reformada* (São Paulo: Pendão Real, 1998), pp. 366-367. Para uma ênfase parecida, ver Karl Barth, "Pobreza", em Walter Altmann (org.), *Karl Barth: Dádiva & louvor; artigos selecionados* (São Leopoldo: IEPG & Sinodal, 1996), 351-353. Para mais informações sobre o pensamento político e social de Kuyper, ver, de Franklin Ferreira, "A minha glória não darei a outrem": Abraham Kuyper (Revista Visão Missionária [UFMBB] 3T98), pp. 34-37.

nenhuma parte da natureza humana é livre dos efeitos do pecado e que a pessoa é assim completamente desamparada. Ela não pode mudar o seu estado e nem quer mudá-lo. Por causa do pecado, o ser humano está afastado de Deus. Ele é inimigo de Deus e está sob a ira de Deus. A penalidade do pecado é a morte física e a morte eterna (Rom. 5:15; 1 Cor. 15:22.)

4.2. Qual é a implicação da doutrina da depravação total para o livre-arbítrio?

a. Para os pelagianos e semi-pelagianos (católicos), a queda não afeta o poder do livre-arbítrio. E, segundo Erasmo, este livre-arbítrio é o "poder da vontade pela qual o homem pode se aplicar a si mesmo as coisas que conduzem a salvação eterna, ou desviar".

b. Os arminianos, pelo menos os mais inteligentes, concordam com a análise dos reformadores. Sem a obra do Espírito, ninguém pode escolher o bem. Mas eles crêem que o Espírito faz uma obra preparativa no coração, ou na natureza espiritual de cada pessoa, a obra da *graça preveniente.* Esta graça restaura o poder do livre-arbítrio, e nos possibilita fazer uma escolha real. Esta graça equilibra o peso do pecado original e o peso da natureza caída, corrupta. Mas o problema é: a Bíblia ensina a existência desta graça preveniente?

c. Para Lutero, Calvino, Zuínglio, e a maioria dos batistas, este tipo de livre-arbítrio não existe. Temos a liberdade nas coisas ordinárias: o que vamos comer, aonde iremos, etc. Mas na área da salvação, não. A natureza corrupta escolhe, livremente, fazer o mal, rejeitar a vontade de Deus, a lei de Deus. O homem peca inevitavelmente, por causa da natureza, mas livremente, sem coerção, porque a natureza dele quer pecar, gosta de pecar, não quer agradar a Deus, não pode obedecer a Deus (Rm 8.6-8). Sem a obra do Espírito Santo, o homem não pode fazer nada em relação à salvação.[5]

---

[5] Para uma boa síntese da posição dos reformadores, ver a nota ao Salmo 51.5, sobre "pecado original e depravação total", em R. C. Sproul (ed.) *Bíblia de Estudo de Genebra* (São Paulo & Barueri, Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999), p. 650: "As Escrituras diagnosticam o pecado como uma deformidade universal da natureza humana, deformidade que se manifesta em cada pormenor da vida de cada pessoa (1 Rs 8.46; Rm 3.9-23; 7.18; 1 Jo 1.8-10). Ambos os Testamentos descrevem o pecado como rebelião contra as normas de Deus, como deixar de atingir o alvo que Deus estabeleceu para nós, transgredir a lei de Deus, ofender a pureza de Deus pela nossa corrupção e incorrer em culpa diante de Deus, o Juiz. É uma mentalidade que luta contra Deus para fazer o papel de Deus. A raiz do pecado é o orgulho e a inimizade contra Deus, o espírito visto na primeira transgressão de Adão. E os atos pecaminosos têm sempre, atrás de si, pensamentos e desejos que, de um modo ou de outro, expressam a deliberada oposição do coração às reivindicações de Deus sobre nossa vida. O pecado pode ser definido como quebra da lei de Deus ou falta de conformidade com essa lei, em qualquer aspecto da vida, quer nos pensamentos, nas palavras ou nas ações. Entre as passagens das Escrituras que ilustram diferentes aspectos do pecado, encontram-se Jr 17.9; Mt 12.30-37; Mc 7.20-23; Rm 1.18-3.20; 7.7-25; 8.5-8; 14.23 (Lutero afirmou que Paulo escreveu a Carta aos Romanos para "ampliar o pecado"); Gl 5.16-21; Ef 2.1-3; 4.17-19; Hb 13.2; Tg 2.10-11; 1 Jo 3.4; 5.17. "Pecado Original", que quer dizer pecado derivado de nossa origem, não é uma expressão bíblica (a expressão é de Agostinho), mas coloca em foco a realidade do pecado no nosso sistema espiritual. A expressão 'pecado original' não significa que o pecado faça parte da natureza humana como tal, pois 'Deus fez o homem reto' (Ec 7.29). Nem significa que o processo de reprodução e nascimento seja pecaminoso; a impureza associada à sexualidade na Lei (Lv 12; 15) era típica e cerimonial e não moral. Mais exatamente, 'pecado original' significa que a pecaminosidade marca a cada um desde o nascimento, na forma de um coração inclinado para o pecado, antes de quaisquer pecados de fato cometidos. Essa pecaminosidade íntima é a raiz e a fonte desses pecados atuais. Ela nos foi transmitida por Adão, nosso primeiro representante diante de Deus. A doutrina de pecado original nos diz que nós não somos pecadores porque pecamos, mas pecamos porque somos pecadores, nascidos com uma natureza escravizada ao pecado. A expressão 'depravação total' é comumente usada para tornar explícitas as implicações do pecado original. Significa a corrupção de nossa natureza moral e espiritual, que é total em princípio, ainda que não em grau (porque ninguém é tão mau quanto poderia ser). Nenhuma parte de nosso ser

4.2 O propósito de Deus em permitir o pecado –

As influências externas e as motivações subjetivas que impeliram nossos primeiros pais a esse terrível pecado, em primeira instância não implicam pecado neles, mas veio a ser a ocasião de pecarem ao permitirem que suas mentes fossem ocupadas e sua vontade dominada a despeito da proibição divina. Deus em Sua Palavra diz que Ele converte todo mal em bem (Gn 50:20); ou o pecado em benção; Deus criou esse ser ciente de tudo o que aconteceria mediante o Seu soberano conhecimento, e havendo determinado administrar o pecado para o bem, Ele soberanamente decretou não intervir para impedi-lo, e assim infalivelmente o fez futuro.

Ainda que Deus seja o Soberano e dirija todas as coisas, é sabido, segundo A. A. Hodge que Ele não só permite os atos pecaminosos, mas os dirige e controla segundo a determinação de seus próprios propósitos. Contudo, a pecaminosidade dessas ações pertencem exclusivamente ao agente pecador, e Deus de forma alguma é o autor ou aprovador do pecado. As ações pecaminosas, como todas as demais, são expressas na Escritura como ocorrendo pela permissão de Deus e de acordo com seu propósito, de modo que os homens perversamentes dizem serem mandados por Deus (Gn 45.4,5; Ex 7.13).

Deus em Sua riqueza e glória não é surpreendido pelo pecado humano. Ele nem é o gerador do pecado e nem o aprova. Está preocupado em estabelecer critérios e limites ao homem para que este não peque, através de sua lei positiva, pois Ela é vida para aqueles que a obedecem (cf Pv 8:22 – 36; Gn 2.17), e tem o propósito de desencorajá-los, por meio das ameaças e punições reais, para que não venham a infringir os retos preceitos divinos. Deus em Sua grandeza permite ao homem escolher entre obedecer a Ele ou não. Este é o privilegio de Adão. Deus o capacitou com suficiente conhecimento para Sua orientação, "estava implícito em Adão que ele era um agente moral santo e Deus um governante moral justo", sendo capaz tanto de obedecer como de cair diante de Deus.

Com o pecado da desobediência adâmica, o homem perde a virtude da santidade diante de Deus, agora está todo em pecado; todos pecaram e carecem da glória de Deus (Rm 3.23) e com isto todos estão em estado de depravação total diante de Deus. A depravação do homem ou a incapacidade total de livrar-se, por si mesmo, da escravidão do pecado está fundamentada no fato de o espírito humano estar morto desde o nascimento do homem. Desde que o homem pecou e afastou-se de Deus, ele agora é considerado prisioneiro de satanás (o príncipe do poder do ar) que o leva a satisfazer todos os desejos da carne, que

---

está isenta de pecado, e nenhuma de nossas ações é tão boa quanto devia ser. Em conseqüência, nada do que fazemos é meritório aos olhos de Deus. Não podemos ganhar o favor de Deus, pouco importando o que fazemos; se a graça não nos salvar, estamos perdidos. Depravação total inclui incapacidade total, o que significa não Ter poder para crer em Deus ou na Sua Palavra (Jo 6.44; Rm 8.7-8). Paulo diz que essa incapacidade é uma forma de 'morte', pois o coração decaído está 'morto' (Ef 2.1,5; Cl 2.13). Como diz a Confissão de Westminster (IX.3): 'O homem, ao cair no estado de pecado, perdeu inteiramente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação; de sorte que um homem natural, inteiramente avesso a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso.' Para essa escuridão só a Palavra de Deus traz a luz (Lc 18.27; 2 Co 4.6)".

são inimizades contra Deus. Portanto, se o homem está em um estado de depravação; se é pecador, por causa do pecado de Adão, já que agora sua descendência por geração ordinária está condenada a este estado, sendo impossível fazer qualquer coisa em prol de sua salvação, como ele poderia remover a barreira que o separa de Deus, seu criador?

As barreiras impostas pelo pecado do homem são conhecidas: desobediência à Palavra de Deus, soberba humana, orgulho, incredulidade, juízo próprio ou auto-suficiência. Mas a grande barreira a ser superada com certeza é a desobediência para com Deus. O homem deu ouvido a satanás e assim tomou sua decisão, como vimos anteriormente. Agora, não pode por si mesmo se achegar a Deus verdadeiramente.

Tendo se rebelado contra Deus, homem e mulher foram expulsos, do paraíso e destituídos da graça divina e das bênçãos dela decorrentes. Esta pena é justa. Eles a mereceram por causa de suas cobiças. Mesmo assim, não foi fechada a eles a oportunidade para uma reconciliação com Deus, Ele lhes promete um descendente da mulher que esmagaria a cabeça da serpente e livraria o seu povo do pecado (cf Gn 3.15).

As conseqüências do pecado em nós, homens pecadores, são inúmeras: as penas interiores são cegueira do entendimento (Ef 4.18); sentidos depravados (Rm 1.28), fortes ilusões (II Ts 2.11), dureza de coração (Rm 2.5), pavor na consciência (Is 33.14) afetos torpes (Rm 1.26). As punições exteriores são a maldição de Deus sobre as criaturas, por nossa causa (Gn 3.17) e todos os outros males que caem sobre nós: em nossos corpos, nossos nomes, bens, relações e ocupações (Dt 28.15), e a própria morte, pois o salário do pecado é a morte (Rm 5.12, 6.23). Mas Deus em Sua misericórdia e amor socorre ao pecador, estabelecendo o pacto da redenção, muito antes da fundação do mundo, Deus já estava preparado para aquilo que o homem faria. O homem rejeitou a Deus, mas Deus não o rejeitou, pois Ele tem o firme propósito de salvar os seus, mediante a ação do descendente, o Seu escolhido.

5. Aplicação

A doutrina de depravação total é importante para a formulação da soteriologia. O pecador, por ser incapaz de voltar para Deus, depende de uma intervenção altamente radical na sua vida para ser salvo. Ele não pode se tornar crente em Jesus pela força da sua própria decisão. Estando preso no seu pecado, a única decisão que ele tomará ao ouvir o apelo é rejeitar a Jesus. Por isso, é preciso que o Espírito Santo intervenha para capacitar o pecador a receber a Cristo. Assim, não cabe a nós, como pregadores e testemunhas, a tarefa de converter as pessoas através de métodos humanos de persuasão. O resultado do evangelismo é determinado pelo Senhor. E ele promete que a sua Palavra cumprirá o seu propósito.

A doutrina de pecado, portanto, revela uma realidade que é absolutamente necessária encarar para ser salvo. No dia do juízo final, muitos que acham que são cristãos descobrirão que não são. Eles poderiam ter tido uma experiência religiosa, mas nunca se arrependeram de verdade. Muitas vezes isso pode ser por causa de não entender quão grave é o pecado. Não basta de ler um folheto, recitar uma oração escrita ou levantar a mão durante o apelo para alcançar a vida eterna. É preciso chegar a um arrependimento profundo, e isso não acontece sem conhecer a depravação e o estado de desamparo total no qual o pecador vive.

Por isso, o evangelista deve pregar sobre pecado e mostrar ao pecador o horror do estado de sua alma. O pecador deve chegar a entender a natureza da sujeira e maldade que poluem o seu coração. Somente assim ele pode confessar sua incapacidade de se salvar, e se jogar totalmente na graça infinita do Senhor. O pregador, então, não deve deixar de pregar sobre pecado.[6]

Uma outra aplicação tem a ver com nossos relacionamentos uns com os outros. Francis Schaeffer disse que em toda interação com as outras pessoas devemos sempre relembrar duas coisas. O outro é criado à imagem de Deus, e assim merece ser tratado com toda dignidade que reflete o valor infinito que foi posto nele por Deus. Também, o outro é pecador, carente do amor e perdão de Deus e a nossa paciência, amor e perdão também. Nunca devemos ficar abalados quando alguém cai, mesmo se fosse uma pessoa muita estimada. Também nunca devemos nos enganar, achando que é somente o outro que pode cair e não nós mesmos. A doutrina de pecado deve nos impulsionar a nos vigiar, e a depender totalmente de Deus, em nossa luta para vencer o pecado.

Santo Atanásio

A CRIAÇÃO E A QUEDA[7]

Em nosso Livro anterior tratamos suficientemente sobre alguns dos principais pontos do culto pagão dos ídolos, e como estes falsos deuses surgiram originalmente. Nós também, pela graça de Deus, indicamos brevemente que o Verbo do Pai é Ele mesmo divino, que todas as coisas que existem devem seu próprio ser à sua vontade e poder e que é através dEle que o Pai dá ordem à criação, por Ele que todas as coisas são movidas e através dEle que recebem o seu ser. Agora, Macário, verdadeiro amante de Cristo, devemos dar um passo a mais na fé de nossa sagrada religião e considerar também como o Verbo se fez homem e surgiu entre nós.

Para tratar destes assuntos é necessário primeiro que nos lembremos do que já foi dito. Deves entender por que o Verbo do Pai, tão grande e tão elevado, se manifestou em forma corporal. Ele não assumiu um corpo como algo condizente com a sua própria natureza, mas, muito ao contrário, na medida em que Ele é Verbo, Ele é sem corpo. Manifestou-se em um corpo humano por esta única razão, por causa do amor e da bondade de seu Pai, pela salvação de nós homens. Começaremos, portanto, com a criação do mundo e com Deus seu Criador, pois o primeiro fato que deves entender é este: a renovação da Criação foi levada a efeito pelo mesmo Verbo que a criou em seu início.

Em relação à criação do Universo e à criação de todas as coisas têm havido uma diversidade de opiniões, e cada pessoa tem proposto a teoria que bem lhe apraz. Por exemplo, alguns dizem que todas as coisas são auto originadas e, por assim dizer, totalmente ao acaso. Entre estes estão os Epicúreos, os quais negam

[6] Enquanto é essencial pregar sobre o pecado é igualmente essencial pregar também sobre a cura; a graça e amor que o Senhor tem para pecadores que acabou por levar Jesus à cruz. Também a pregação de condenação deve somente ser aplicada ao não crente. O pregador nunca, de forma alguma, deve pregar condenação para os cristãos. Tal pregação é errada, é anti-bíblica, e é uma das fontes principais do legalismo e falsa culpa que mata muitas igrejas. O pastor tem que lembrar que o crente é redimido e é impossível que ele seja condenado. A culpa dele foi levada por Jesus. O pregador não deve cometer o pecado de culpar aqueles que não são culpados por Deus!

[7] Esta pequena obra foi escrita por volta do ano 350 e demonstra o conhecimento exegético de Santo Atanásio sobre a criação e queda do gênero humano.

terminantemente que haja alguma Inteligência anterior ao Universo.

Outros fazem seu o ponto de vista expressado por Platão, aquele gigante entre os Gregos. Ele disse que Deus fez todas as coisas da matéria pré-existente e incriada, assim como o carpinteiro faz as suas obras da madeira que já existe. Mas os que sustentam esta opinião não se dão conta que negar que Deus seja Ele próprio a causa da matéria significa atribuir-Lhe uma limitação, assim como é indubitavelmente uma limitação por parte do carpinteiro que ele não possa fazer nada a não ser que lhe esteja disponível a madeira.

Então, finalmente, temos a teoria dos Gnósticos, que inventaram para si mesmos um Artífice de todas as coisas, outro que não o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo. Estes simplesmente fecham os seus olhos para o sentido óbvio das Sagradas Escrituras.

Tais são as noções que os homens têm elaborado. Mas pelo divino ensinamento da fé cristã nós sabemos que, pelo fato de haver uma Inteligência anterior ao Universo, este não se originou a si mesmo; por ser Deus infinito, e não finito, o Universo não foi feito de uma matéria pré-existente, mas do nada e da absoluta e total não existência, de onde Deus o trouxe ao ser através do Verbo. Ele diz, neste sentido, no Gênesis: "No início Deus criou o Céu e a Terra"; e novamente, através daquele valiosíssimo livro ao qual chamamos "O Pastor" [de Hermas]: "Crede primeiro e antes de tudo o mais que há apenas um só Deus o qual criou e ordenou a todas as coisas trazendo-as da não existência ao ser."

Paulo também indica a mesma coisa quando nos diz: "Pela fé conhecemos que o mundo foi formado pela Palavra de Deus, de tal modo que as coisas visíveis provieram das coisas invisíveis". Heb. 11, 3

Pois Deus é bom, ou antes, Ele é a fonte de toda a bondade, e é impossível por isso que Ele deva algo a alguém. Não devendo a existência a ninguém, Ele criou a todas as coisas do nada mediante seu próprio Verbo, nosso Senhor Jesus Cristo, e de todas as suas criaturas terrenas ele reservou um cuidado especial para a raça humana. A eles que, como animais, eram essencialmente impermanentes, Deus concedeu uma graça de que as demais criaturas estavam privadas, isto é, a marca de sua própria Imagem, uma participação no ser racional do próprio Verbo, de tal modo que, refletindo-O, eles mesmos se tornariam racionais expressando a Inteligência de Deus tanto quanto o próprio Verbo, embora em grau limitado. Deste modo, os homens poderiam continuar para sempre na bem aventurada e única verdadeira vida dos santos no paraíso. Como a vontade do homem poderia, porém, voltar-se para vários caminhos, Deus assegurou-lhes esta graça que lhes havia concedido condicionando-a desde o início a duas coisas. Se eles guardassem a graça e retivessem o amor de sua inocência original, então a vida do paraíso seria sua, sem tristeza, dor ou cuidados, e após ela haveria a certeza da imortalidade no céu. Mas se eles se desviassem do caminho e se tornassem vis, desprezando seu direito natal à beleza, então viriam a cair sob a lei natural da morte e viveriam não mais no paraíso, mas, morrendo fora dele, continuariam na morte e na corrupção. Isto é o que a Sagrada Escritura nos ensina, ao proclamar a ordem de Deus: "De todas as árvores que estão no jardim vós certamente comereis, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não havereis de comer, pois certamente havereis de morrer".

"Certamente havereis de morrer", isto é, não apenas morrereis, mas permanecereis no estado de morte e corrupção.

Estarás talvez a divagar por que motivo estamos discutindo a origem do homem se nos propusemos a falar sobre o Verbo que se fez homem. O primeiro assunto é de importância para o último por este motivo: foi justamente o nosso lamentável estado que fez com que o Verbo se rebaixasse, foi nossa transgressão que tocou o seu amor por nós. Pois Deus havia feito o homem daquela maneira e havia querido que ele permanecesse na incorrupção. Os homens, porém, tendo voltado da contemplação de Deus para o mal que eles próprios inventaram, caíram inevitavelmente sob a lei da morte. Em vez de permanecerem no estado em que Deus os havia criado, entraram em um processo de uma completa degeneração e a morte os tomou inteiramente sob o seu domínio. Pois a transgressão do mandamento os estava fazendo retornarem ao que eles eram segundo a sua natureza, e assim como no início eles haviam sido trazidos ao ser a partir da não existência, passaram a trilhar, pela degeneração, o caminho de volta para a não existência. A presença e o amor do Verbo os havia chamado ao ser; inevitavelmente, então, quando eles perderam o conhecimento de Deus, juntamente com este eles perderam também a sua existência. Pois é somente Deus que existe, o mal é o não-ser, a negação e a antítese do bem. Pela natureza, de fato, o homem é mortal, já que ele foi feito do nada;

mas ele traz também consigo a Semelhança dAquele Que É, e se ele preservar esta Semelhança através da contemplação constante, então sua natureza seria despojada de seu poder e ele permaneceria indegenerescente. De fato, é isto o que vemos escrito no Livro da Sabedoria: "A observância de Suas Leis é a garantia da imortalidade" [Sab. 6, 18].

E, incorrompido, o homem seria como Deus, conforme o diz a própria Escritura, onde afirma: "Eu disse: Sois deuses, e todos filhos do Altíssimo. Mas vós como homens morrereis, caireis como um príncipe qualquer" [Salmo 81, 6].

Esta, portanto, era a condição do homem. Deus não apenas o havia feito do nada, mas também lhe tinha graciosamente concedido a Sua própria vida pela graça do Verbo. Os homens, porém, voltando-se das coisas eternas para as coisas corruptíveis, pelo conselho do demônio, se tornaram a causa de sua própria degeneração para a morte, porque, conforme dissemos antes, embora eles fossem por natureza sujeitos à corrupção, a graça de sua união com o Verbo os tornava capazes de escapar na lei natural, desde que eles retivessem a beleza da inocência com a qual haviam sido criados. Isto é o mesmo que dizer que a presença do Verbo junto a eles lhes fazia de escudo, protegendo-os até mesmo da degeneração natural, conforme também o diz o Livro da Sabedoria: "Deus criou o homem para a imortalidade e como uma imagem de sua própria eternidade; mas pela inveja do demônio entrou no mundo a morte" [Sab. 2, 23].

Quando isto aconteceu os homens começaram a morrer e a corrupção correu solta entre eles, tomou poder sobre os mesmos até mais do que seria de se esperar pela natureza, sendo esta a penalidade sobre a qual Deus os havia avisado prevenindo-os acerca da transgressão do mandamento. Na verdade, em seus pecados os homens superaram todos os limites. No início inventaram a maldade; envolvendo-se desta maneira na morte e na corrupção, passaram a caminhar gradualmente de mal a pior, não se detendo em nenhum grau de malícia, mas, como se estivessem dominados por uma insaciável apetite, continuamente inventando novo tipos de pecados. Os adultérios e os roubos se espalharam por todos os lugares, os assassinatos e as rapinas encheram a terra, a lei foi desrespeitada para dar lugar à corrupção e à injustiça, todos os tipos de iniqüidades foram praticados por todos, tanto individualmente como em comum. Cidades fizeram guerra contra cidades, nações se levantaram contra nações, e toda a terra se viu repleta de divisões e lutas, enquanto cada um porfiava em superar o outro em malícia. Até os crimes contrários à natureza não foram desconhecidos, conforme no-lo diz o Apóstolo mártir de Cristo: "Suas próprias mulheres mudaram o uso natural em outro uso, que é contra a natureza; e os homens também, deixando o uso natural da mulher, arderam nos seus desejos um para com o outro, cometendo atos vergonhosos com o seu próprio sexo, e recebendo em suas próprias pessoas a recompensa devida pela sua perversidade" [Rom. 1, 26-7].

O Problema do Mal

Uma objeção que quase sempre surge, quando se prega o evangelho, é o problema do mal. Se Deus é bom, por que existe o mal? Esse problema não é simplesmente uma questão intelectual, porque todo mundo passará pela experiência da dor e do sofrimento, inclusive os crentes. Ao responder a essa questão, portanto, é preciso abordar tanto as situações pastorais quanto às dificuldades intelectuais. Realmente, é impossível separar as duas respostas. Esta área da teologia é chamada de "teodicéia", que é "a defesa da bondade e onipotência de Deus diante da existência do mal"; assim, uma teodicéia é uma justificação para os homens dos caminhos de Deus.

1. Definições: No Antigo Testamento "mal" aparece 620 vezes, e significa "o que prejudica, fere, traz dano, aflição, calamidade." No Novo Testamento, "mal" é ponhro/j, (78 vezes) e kako/j (50 vezes) – quase sempre no sentido moral, como "corrupto", etc. Distinções: 1) o mal moral: "aquilo que é contrário ao caráter de Deus e é feito por agentes morais" (J. S. Horrell); 2) o mal natural: aquilo que não é diretamente feito por agentes morais; o que acontece através das anormalidades da natureza, e.g., terremotos, doenças, deformidades, ataques por animais, etc. Mas, muitas vezes, as duas formas estão juntas.

2. A origem do mal: Embora a Bíblia não seja específica nesta questão, parece que o mal entrou no universo através do exercício do livre agência dos seres pessoais (i, é., Satanás, Adão). A capcidade de fazer escolhas que Deus criou era boa em si, refletindo Sua própria imagem. Apesar de Deus ordenar a queda por sua vontade permissiva, isto não o responsabiliza moralmente. Deus se responsabiliza pela existência do pecado no mundo, mas não pela execução do pecado. Assim, os seres pessoais são responsáveis e culpáveis por seus próprios pecados. Então, o mal moral e natural no mundo é um resultado direto da Queda. Os juízos gerais de Deus sobre a criação, incluindo as catástrofes naturais, são conseqüências do pecado humano.

3. Alternativas para explicar o mal: Há apenas quatro respostas básicas ao problema do mal:

> Deus não existe e o mal não existe: Quase ninguém mantém esta posição, mas foi afirmada por F. Nietzsche e Jean-Paul Sartre e o teatro do absurdo. O problema é que o homem não pode escapar da realidade do mal.
>
> Deus não existe mas o mal existe: A posição comum do ateísmo nas suas várias formas (humanismo, positivismo, marxismo, existencialismo). O problema é que, assim, todo o mal é apenas percepção humana; no fim, o mal é totalmente relativo (o mal para os nazistas não é o mal para os judeus).
>
> Deus existe mas o mal não existe: Panteísmo (hinduísmo, budismo, etc.). Tudo é Deus. Então, nada é mau na sua essência. As coisas somente parecem más ao nosso entendimento não-iluminado.
>
> Deus existe e o mal também existe: Perspectivas deficientes: 1) dualismo: há duas forças iguais e opostas em fluxo contínuo no universo; 2) finitismo: isso inclui todas as religiões e filosofias que negam um ou mais dos atributos de Deus, i.é., sua onipotência, onisciência, imutabilidade, bondade e/ou amor.

a. Deus é bom, mas não é onipotente: judaísmo contemporâneo, A. N. Whitehead, teologia do processo, Mormonismo, formas de arminianismo. Problema: Deus é menos do que Deus; Ele não controla o universo (Ef 1.11)
b. Deus é onipotente, mas não é completamente bom: deísmo. Problema: Deus se contradiz – Ele não é santíssimo (Tg 1.17).

Estes vários argumentos podem ser resumidos da seguinte forma:

(1) Se Deus é totalmente bom, destruirá o mal
(2) Se Deus é onipotente, pode destruir o mal
(3) Mas o mal não está destruído
(4) Logo, não há um Deus totalmente bom, onipotente

O incrédulo usa esses argumentos, portanto, para negar a existência de Deus. Quase sempre os filósofos chegam ao problema do mal para tentar derrubar a fé cristã – muitas vezes é o único argumento que eles acham conclusivo – isto apesar de:

a. as respostas clássicas e contemporâneas do Cristianismo que os filósofos seculares geralmente nem consideram.
b. as dificuldades que isto cria para os seus próprios sistemas filosóficos; pois eles também tem que definir e responder ao problema do mal.
c. o outro lado da questão, i.é., o problema do bem: Como é que o ateísta explica o bem, a satisfação da vida humana, o prazer, a estética, família, etc.? Em um mundo criado por acaso em um universo vazio, o bem não tem explicação (G. K. Chesterton).

4. Pressupostos: Muitas vezes o problema não é a questão em si, mas os pressupostos. As objeções acima tem dois problemas.
4.1. Se o problema fosse resolvido mediante a negação da existência de Deus, então não seria possível falar sobre o que é o bem e o mal objetivamente. Se só existisse o mundo físico, da matéria e da energia, a realidade básica seria impessoal. Mas num universo impessoal, não existe uma pessoa infinita, um referencial absoluto e pessoal. Quer dizer, todas as pessoas que existem são finitas. Agora, os conceitos do bem e do mal são interpretações do mundo feitas por seres pessoais que podem refletir e pensar. O bem e o mal não podem existir na matéria e energia cruas. Portanto, sem um ser infinito e pessoal, as idéias do bem e do mal seriam reduzidas a apenas opiniões e preferências dos vários seres finitos que existem no universo. Portanto, o problema do mal é um problema cristão, porque fora do cristianismo, não é possível saber o que é o bem e o mal.

4.2. A colocação do problema anterior pressupõe que existe um padrão do sumo bem que seja anterior ao próprio Deus. Noutras palavras, a proposição 1 pressupõe que existe um padrão do bom que Deus é obrigado a obedecer e que esse padrão diz que é sempre errado permitir ao mal existir. Podemos resolver o problema filosófico por negar a primeira proposição. Isso é possível, porque o pressuposto básico do teísmo cristão é que o próprio Deus é o ponto de referência final para qualquer predição, inclusive todas as proposições éticas. Não há padrão algum mais alto do que Deus. Ele mesmo é o padrão último do bem e do mal. O que ele fizer é bom, simplesmente porque é Ele quem o faz. Então, é um bem positivo que Deus permite ao mal existir, mesmo que eu não saiba e não entenda as razões

que Ele tem. Se eu não gosto do que Ele faz, o problema é meu. O ser humano não é competente para julgar a Deus. Em vez de impor meus padrões a Deus, eu preciso me submeter a Ele.

5. A resposta pastoral: De início é necessário entender que enquanto a Bíblia nos dá esperança no meio do sofrimento da vida, ela não fala sobre tudo o que Deus está fazendo, nem no mundo nem em nossas próprias vidas. Enfim, o plano de Deus é impenetrável para nós. Pelo menos, antes de chegar ao céu, há muita coisa que nós não entenderemos. Talvez nesta vida agora não tenhamos a capacidade de entender. Mas se nós não entendemos essas coisas, então de onde vem a esperança que Deus nos prometeu? É fundamentada no caráter de Deus. Há três aspectos do caráter de Deus que são especialmente importantes para entender. Estes são a soberania de Deus, a justiça de Deus, e o amor de Deus.

A Soberania de Deus: Deus é totalmente soberano sobre todas as coisas que acontecem. Deus tem um plano para a história e Ele está realizando esse plano no universo que Ele criou. Isso quer dizer que, no fim, nada acontece fora do plano de Deus. Mesmo que muitas coisas que Deus condena aconteçam, essas coisas não acontecem por acaso, nem fora do controle de Deus. Deus permite o mal e o pecado existirem enquanto ele dirige tudo para realizar os Seus planos. Isso inclui também as ações de Satanás, como se verifica na história de Jó. Enquanto o crente nem sempre sabe porque ele está sofrendo, ele pode ter certeza de que o sofrimento não vem porque Deus é fraco demais para fazer alguma coisa. O crente pode sempre descansar no conhecimento de que ele está nas mãos de Deus.

Deus é Justo: Deus é o padrão de justiça. Por definição, todas as coisas que Deus faz são justas. Como Paulo escreveu, ninguém tem o direito de reclamar contra ele. Ele tem o direito de fazer o que quiser com as criaturas dEle (Rm 9:20-21). Então nós não temos o direito de exigir que Deus aja da maneira mais justa para conosco, porque ele já está fazendo o que é justo. Realmente, se Ele tivesse feito o que era justo para conosco, nós já estaríamos no inferno. Nós precisamos ter a humildade de reconhecer que a única coisa que nós merecemos dEle é sermos condenados.

O Amor de Deus: Além de ser o soberano que tem o direito de fazer o que quiser, Deus também é amor. Ele não faz as coisas arbitrariamente. As coisas que Ele faz são motivadas pelo amor que Ele tem por seu povo. É por isso que Paulo também escreveu que "em todas as coisas Deus trabalha para o bem daqueles que o amam" (Rm. 8:28). O amor de Deus é tão grande que Ele mesmo se tornou homem, sofreu a dor deste mundo e morreu na cruz para nos salvar. Deus não ficou no céu, olhando nossa dor. Ele mesmo sofreu conosco. Ele entende nossa dor por experiência. Podemos falar com Ele e receber o conforto dEle. Cristãos de todas as gerações, ao contemplarem os sofrimentos de Cristo na cruz, têm obtido inspiração para suportar com paciência a dor não merecida, sem reclamar ou revidar. É verdade que ele não teve de suportar muitos tipos de sofrimento. Contudo, seus sofrimentos forma notavelmente representativos. Tomemos Joni Erickson como exemplo. Em 1967, uma adolescente linda e atlética, sofreu um terrível acidente de mergulho na baía de Chesapeake, o qual a deixou tetraplégica. Ela conta a sua história com tocante honestidade, inclusive suas épocas de amargura, ira, rebeldia e desespero, e como, gradativamente, através do amor de familiares e amigos, ela chegou a confiar na soberania de Deus e construir uma nova vida de pintura com a boca e conferências públicas sob a

bênção de Deus. Certa noite, mais ou menos três anos depois do acidente de Joni, Cindy, uma de suas amigas mais chegadas, assentada ao lado da cama de Joni, falou-lhe de Jesus, dizendo: "Ora, ele também ficou paralisado". Não lhe havia ocorrido antes que na cruz Jesus sofreu dor parecida com a dela, ficando incapaz de se mover, praticamente paralisado. Ela achou esse pensamento profundamente confortador. Então, o plano dEle é fazer algo de nós que é muito além do que nós podemos imaginar. Nosso sofrimento nos ajuda a nos tornarmos mais maduros. Então, nós sabemos que o sofrimento desta vida vale a pena.

Vamos recapitular: A liberdade humana é responsável pela maior parte do mal no mundo; algum mal é necessário para desenvolvermos algumas virtudes (paciência, sacrifício, perdão, persistência); algum mal entrou no universo físico por causa da queda (Gn 3.17-19; Rm 8.19-21); algum mal é resultado dos nossos pecados específicos (Gl 6.7), mas não em todos os casos (Jó; Jo 9.1-3); algum mal é resultado das ações dos anjos caídos, inclusive Satanás (2Co12.7); Deus experimentou o mal e realmente pode compadecer-se (Hb 4.15-16; 5.7-10, 7.25) e haverá um tempo de julgamento para corrigir todo o mal, e uma vida além túmulo que vai fazer as aflições do mundo parecerem leves e momentâneas (2Co 4.17; Rm 8.18; Sl 73). Então, como Geisler e Feinberg no seu livro *Introdução à Filosofia* dizem, podemos modificar os argumentos acima assim:

(1) Se Deus é totalmente bom, derrotará o mal
(2) Se Deus é onipotente, pode derrotar o mal
(3) O mal ainda não está derrotado
(4) Logo, o mal será derrotado um dia

Na história da filosofia, este é o argumento conhecido como "o melhor caminho". Este mundo não é o melhor mundo possível, com a existência das criaturas livres (a posição de Agostinho e outros), mas é o melhor caminho para o melhor mundo possível (a posição de Aquino e outros). O melhor mundo possível é o céu. Por que é tão difícil afirmar a providência de Deus no meio do sofrimento e dor no mundo? Por que o problema do mal é tão difícil para o nosso século? Talvez seja porque esperamos demais deste mundo. C. S. Lewis escreveu que se comparamos este mundo ao hotel, é um hotel ruim. Mas se o comparamos com uma prisão, não é mal. Ele disse que a melhor comparação é uma escola; estamos aqui para aprender, não é nosso lar. Mas se pensamos que o mundo é nosso lar, e que ele é tudo que existe, seremos desapontados. Depende da nossa visão do mundo. Com a visão cristã do mundo, podemos continuar afirmando fortemente a providência de Deus.

5 – A doutrina da pessoa de Cristo

Ó Jesus, é tua obra que me permite servir a Deus sem temor por toda a minha vida: sem temor oriundo de minha queda, porque tu saras. Sem temor oriundo de minha culpa, porque tu reconcilias. Sem temor oriundo de meus pensamentos vacilantes, porque tu crias fé. Sem temor oriundo de meu egoísmo, pois tu despertas amor.

Adolf Schlatter, 1852-1938

Cristo, quanto mais te reconhecemos e confessamos como sendo nosso único Senhor, tanto mais se revelam a amplidão de teu reino e o poder de teu amor.

Dietrich Bonhoeffer, 1906-1945

A pessoa de Cristo na História da Igreja

"Desrespeitar a tradição e a teologia histórica é desrespeitar o Espírito Santo que tem ativamente iluminado a Igreja em todos os séculos" (John R.W. Stott).

Durante uma palestra nos Estados Unidos, um estudante perguntou a Karl Barth: "Dr. Barth, qual foi a coisa mais profunda que o senhor já aprendeu em seu estudo da teologia?" Barth pensou um momento e depois respondeu: "Jesus me ama, isto eu sei, pois a Bíblia assim o diz" (trecho de um corinho para crianças). Os estudantes sorriram diante da resposta tão simplista, mas a risada deles tornou-se um sorriso tímido quando lentamente perceberam que Barth estava falando sério. D. Martyn Lloyd-Jones também disse: "Todo e qualquer movimento ou ensino que não faça do Senhor Jesus Cristo e Sua morte na cruz, e Sua gloriosa ressurreição, uma necessidade absoluta e absolutamente central, não é cristão, e sim, uma manifestação das 'astutas ciladas do diabo'". [1]

A Cristologia, baseada nas Escrituras, é o padrão absoluto da Igreja Cristã ortodoxa. Nos primeiros cinco séculos, os Pais da Igreja esforçaram-se para esclarecer Quem é Jesus Cristo; Ele é Deus? Se é assim, em que isto implicaria para sua humanidade? Como Jesus pode ser tanto humano como divino? Nos vários Concílios, diante de Deus, a Igreja chegou a conclusões que se tornaram estandartes para a fé. Contudo, nos últimos dois séculos, as antigas doutrinas ortodoxas estão sendo reinterpretadas, muitas vezes com conclusões bastante diferentes.

1. A relação entre a antropologia e a cristologia:
Seguindo aqui as diretrizes de Berkhof, [2] podemos observar que existe uma estreita relação entre as duas disciplinas.

[1] "Quando passamos a estudar a pessoa e a obra de Cristo, estamos bem no centro da teologia cristã" (Millard Erickson, *Introdução à Teologia Sistemática*, São Paulo, Vida Nova, 1997, p. 275). "...Não há nada que Satanás mais tente fazer do que levantar névoas para obscurecer Cristo; pois ele sabe que dessa forma o caminho está aberto para todo tipo de falsidade. Assim, o único meio de manter e também restaurar a doutrina pura é colocar Cristo diante de nossos olhos, exatamente como Ele é, com todas as Suas bênçãos, para que Seu poder possa ser verdadeiramente percebido" (John Calvin, *Calvin's Commentaries*, Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, 1981 (Reprinted), Vol. XXI, (Cl 1.12), p. 145-146).
[2] L. Berkhof, *Teologia Sistemática*, Campinas, SP. Luz para o Caminho, 1990, p. 305

Antropologia: Trata do homem considerando-o criado à imagem de Deus, dotado de verdadeiro conhecimento, justiça e santidade; porém, indica a sua desobediência à Lei de Deus e as suas trágicas conseqüências para a sua vida física e espiritual bem como para o cosmos. Acentua a distância ética que existe entre Deus e o homem, provocada pelo pecado deste. A antropologia encerra o seu estudo com a certeza da total impossibilidade do homem de resolver o seu problema. Aqui temos "um grito pelo socorro divino" (Is 59.2).

Cristologia: É em parte a resposta a esse grito do homem totalmente incapacitado de resolver por si mesmo o seu problema. Analisa biblicamente o trabalho objetivo de Deus em Cristo para trazer o homem de volta à comunhão com Ele (2 Co 5.18-21; Ef 2.11-22). Apresenta a ação amorosa de Deus aproximando-se do homem caído, eliminando a barreira de separação mediante o cumprimento das condições da Lei em Cristo, propiciando o caminho eficiente e eficaz para a sua restauração espiritual.

A Antropologia dirige sua atenção para o Pacto da Graça; todavia este Pacto só se torna efetivo no Cristo encarnado, Aquele que veio na plenitude dos tempos para tornar real e concreta a nossa reconciliação definitiva com Deus.

2. As heresias antigas:

2.1. <u>As negações da humanidade de Jesus Cristo</u>:

Docetismo: Cristo não foi plenamente encarnado na carne, pois a matéria é intrinsecamente má. As epístolas de João argumentam contra esta noção gnóstica. Quando Jesus andava na praia, não deixava sinais de seus pés na areia. * Evangelistas da Prosperidade.

Apolonarianismo: Jesus Cristo era divino e humano; mas era Deus com uma casca humana (seu corpo e alma irracional); sua humanidade foi seriamente prejudicada. Gregório de Naziano travou polêmica contra Apolinário dizendo que "o que não é assumido não é curado". Foi condenado em 381.

Eutiquianismo: Eutiques confundiu novamente as naturezas, cada uma absorvendo aspectos da outra; no fim, a natureza humana foi engolida pela natureza divina. Foi condenado em 451.

2.2 <u>As negações da divindade de Cristo</u>:

Ebionismo: Jesus era um profeta extraordinário, que se identificava com os pobres (*'ebyônim*) mas não era Deus, sendo filho natural de José e Maria. * Unitarianismo, alguns liberais e teólogos da libertação.

Adocionismo: Jesus era um homem tão submisso ao Pai, que o Pai o adotou como o Seu Cristo e Salvador dos homens. Assim, Jesus tornou-se Cristo, e agora possui uma posição exaltada e divina. * Muitos liberais de hoje.

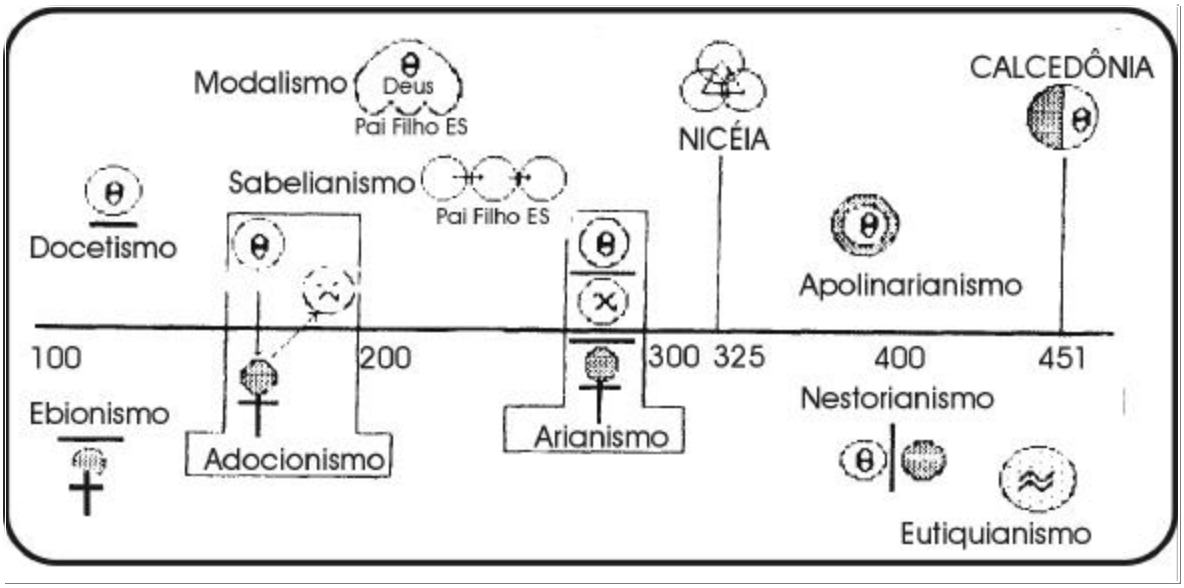
Arianismo: Ário (256-336), diácono de Alexandria, ensinava que Cristo era apenas uma criatura, não o Deus eterno. Eles usavam a linguagem ortodoxa, mesmo que não acreditassem na divindade de Cristo. "Houve um tempo quando Cristo não era." Condenado em 325. * Testemunhas de Jeová , Mórmons.

2.3. <u>A negação da união pessoal de Cristo</u>:

Nestorianismo: Nestório (c. 428), bispo de Constantinopla, foi condenado por ter ensinado que Jesus não era divino, mas a natureza divina habitou nEle. As duas naturezas estavam em Jesus Cristo na forma de duas pessoas distintas: as duas pessoas na casca humana

reagiam de uma maneira esquizofrênica, um tipo de "o médico e o monstro". Foi condenado em 451.

1.4. <u>As negações da distinção entre o Pai e o Filho</u>:
Sabelianismo: É a noção de que só existe uma Pessoa divina, Deus o Pai, que se manifesta nas três formas, Pai, Filho e Espírito Santo. Deus é uma pessoa que se transformou no processo da História. * Igreja Local.
Modalismo: Deus apresentou-se em três modos, mas não existe eternamente como três pessoas. Intrinsecamente, Deus é somente uma pessoa. * Pentecostais Unidos.



3. O Credo de Calcedônia:
3.1. O pano de fundo do Concílio: O imperador oriental Marcião, com o fim de estabelecer a união da Igreja no Oriente, convocou o quarto concílio ecumênico, o Concílio de Calcedônia. O alvo do concílio era sanar uma série de controvérsias que se seguiram às declarações cristológicas formuladas no Concílio de Nicéia (325), que declarou que Cristo é da mesma substância divina com o Pai, opondo-se ao arianismo, e o Concílio de Constantinopla (381), que ratificou o Credo de Nicéia, opondo-se ao arianismo prevalecente, e deu uma declaração mais madura a respeito do Espírito Santo.

Três eram as posições principais que estavam levando a Igreja para Calcedônia. A primeira era o apolinarianismo. Apolinário, bispo de Laodicéia (falecido em c. de 390) defendia que "a alma racional de Cristo é divina; o corpo e a alma são humanos." O segundo erro foi a controvertida posição de Nestor, patriarca de Constantinopla. Para ele "há uma união mecânica (uma conjunção) das duas naturezas de Cristo; Maria é *Chistotokos* (genitora de Cristo) não *Theotokos* (genitora de Deus) porque o corpo de Jesus pertence à natureza humana e não à natureza divina." A terceira posição era de Eutico, um idoso monge. Em

resumo, sua posição era de que "a natureza divina de Cristo absorveu a natureza humana; Cristo tem uma única natureza, a divina, revestida de carne humana."

A posição do Concílio de Calcedônia foi preparada pela carta que Leão, bispo de Roma, enviou a Flaviano, bispo de Constantinopla. Esta é conhecida como Tomo, ou *Epístola Dogmática*. Cinco pontos são mencionados nela: (a) Existem duas naturezas em Cristo, que são permanentemente distintas. (b) Essas duas naturezas são unidas em uma Pessoa, cada uma das quais realizou sua própria função apropriada na vida encarnada. (c) Da unidade da Pessoa segue-se a comunicação de atributos (*communicatio idiomatum*). (d) A obra de redenção requeria um Mediador ao mesmo tempo humano e divino, temporal e não-temporário, moral e imortal. A encarnação foi um ato de condescendência da parte de Deus, porém, no Logos não deixou de ser vero Deus. A *forma servi* não depreciava a *forma dei*. (e) A varonilidade de Cristo é permanente, e sua negação implica na negação docética da realidade dos sofrimentos de Cristo.

O bispo Leão queria que o concílio fosse realizado na Itália, mas aceitou Calcedônia, na Ásia Menor, por estar mais perto da capital do império. Ela durou de 22 a 25 de outubro de 451.

3.2. A formulação do Concílio: o *Definitio Fidei*: O Concílio, partindo do mesmo método teológico e hermenêutico do Concílio de Nicéia, consumou seu chamado à unidade de três formas: reafirmou a tradição de Nicéia-Constantinopla; aceitou como ortodoxas as cartas de Cirilo de Alexandria e de Leão; e forneceu uma definição de fé, para tratar do mistério do Verbo que se fez carne (Jo1.14):

> "Fiéis aos santos padres, todos nós, perfeitamente unânimes, ensinamos que se deve confessar um só e mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, perfeito quanto à divindade, perfeito quanto à humanidade, verdadeiro Deus e verdadeiro homem,[3] constando de alma racional[4] e de corpo; consubstancial,[5] segundo a divindade, e consubstancial a nós, segundo a humanidade; em todas as coisas semelhante a nós, excetuando o pecado,[6] gerado segundo a divindade antes dos séculos pelo Pai e, segundo a humanidade, por nós e para nossa salvação, gerado da Virgem Maria, mãe de Deus; [7] Um só e mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, que se deve confessar, em duas naturezas, inconfundíveis[8] e imutáveis,[9] indivisíveis[10] e inseparáveis;[11] a distinção da naturezas de modo algum

[3] Este conceito já estava presente em Irineu (c. 130- c. 200). (Irineu, *Adv. Haer.*, IV.6.7. p. 382-383.
[4] Esta expressão visa combater o Apolinarismo.
[5] Na versão latina: *consubstantialem.* Da mesma substância, consubstancial, co-essencial. Atanásio, combatendo o Arianismo, já havia usado este termo em Nicéia (325), referindo-se à Trindade, indicando a unidade da essência do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Aqui em Calcedônia, a expressão é utilizada para indicar a verdadeira divindade e verdadeira humanidade de Cristo. Calvino (1509-1564) diz que "essa palavrinha fazia a diferença entre os cristãos de pura fé e os sacrílegos arianos" (*As Institutas,* I.13.4).
[6] Hb 4.15.
[7] Na versão latina: *Dei genetrice*: "Dar à luz um menino/gerar, chegar a ser mãe/produzir". "Mãe de Deus". A expressão foi usada para indicar que Aquele que foi concebido de Maria, fora obra do Espírito Santo, portanto era Deus. A expressão também ressalta, que Maria não foi mãe simplesmente da natureza humana de Jesus, mas sim, da Pessoa Teantrópica de Jesus Cristo (Cf. P. Schaff, *COC*, II, p. 64).
[8] Na versão latina: *inconfuse*. "Sem confusão", "sem mistura". Expressão usada contra o Eutiquianismo, que sustentava que a encarnação fora o resultado da fusão do divino com o humano.
[9] Na versão latina: *immutabiliter*. "Sem conversão", "sem transformação". Da mesma forma, esta expressão também foi usada contra o Eutiquianismo.

> é anulada pela união, mas, pelo contrário, as propriedades de cada natureza permanecem intactas, concorrendo para formar uma só pessoa[12] e subsistência; [13] não dividido ou separado em duas pessoas. Mas um só e mesmo Filho Unigênito, Deus Verbo, Jesus Cristo Senhor; conforme os profetas outrora a seu respeito testemunharam, e o mesmo Jesus Cristo nos ensinou e o credo dos padres nos transmitiu".

O que ocupava a mente dos homens que formularam este credo definitivo reside no fato que somente um Cristo que é verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem pode salvar os homens. As mais importantes implicações desta declaração são as seguintes: (1) As propriedades de ambas as naturezas podem ser atribuídas a uma só Pessoa, como, por exemplo, onisciência e conhecimento limitado. (2) Os sofrimentos do Deus-homem podem ser reputados como real e verdadeiramente infinitos, ao mesmo tempo que a natureza divina não é passível de sofrimento. (3) É a divindade, e não a humanidade, que constitui a raiz e a base da personalidade de Cristo. (4) O Logos não se uniu a um indivíduo humano distinto, e sim à natureza humana. Não houve primeiro um homem já existente com quem se teria associado a Segunda Pessoa da Deidade. A união foi efetuada com a substância da humanidade no ventre da virgem.[14]

Monofisitas e monotelistas continuaram a se opor ao Credo de Calcedônia, mas este se tornou o padrão da ortodoxia cristológica. Scott Horrell: "Quaisquer que sejam as tradições teológicas, historicamente, a Cristologia de Calcedônia tem sido o divisor de águas entre o verdadeiro e o falso cristianismo. Conforme elaborada e discutida em profundidade por Anselmo de Cantuária, Martinho Lutero, João Calvino, Karl Barth e centenas de outros, a Definição de Calcedônia - embora vista como obsoleta por muitos - continua sendo o modelo clássico para Cristologia, porque procura ser fiel às Escrituras".

4. A cristologia medieval:

A igreja estava geralmente satisfeita porque sua cristologia era sólida, e ela podia dar mais atenção a outras áreas doutrinárias. Entretanto, ocorreram duas tendências. Desequilíbrio e Morte Substitutiva que assim se configuram. Desequilíbrio: "A humanidade de Cristo, embora verbalmente sustentada, na prática, foi percebida cada vez mais abstratamente.

---

[10] Na versão latina: *indivise*. "Sem divisão". Expressão que visava combater o Nestorianismo, que separava as duas naturezas de Cristo, afirmando ser a sua união apenas moral, simpática e afetiva.

[11] Na versão latina: *inseparabiliter*. "Sem separação", "indissolúvel". Termo também usado contra o Nestorianismo. G. C. Berkouwer, interpretando Korff, comenta que estes quatro advérbios de Calcedônia: inconfundíveis, imutáveis, indivisíveis, inseparáveis, "Enriquecem a fé e a humildade da Igreja. Esses advérbios assemelham-se a um alinhamento de bóias cercando o estreito canal navegável e alertando os navios contra os perigos ameaçadores dos dois lados. Não são uma definição nem servem para definir, pois tal não foi a intenção da Igreja." (G. C. Berkouwer, *A Pessoa de Cristo*, p. 68; Wayne A. Grudem, *Teologia Sistemática*, p. 460-461). Num mar tormentoso como aquele vivido em Calcedônia, as "âncoras" foram necessárias – e ainda são – para preservar segura a Igreja em meio a todas as ondulações heréticas na história, sem se distanciar da plenitude da revelação bíblica.

[12] Na versão latina: *Personam.* "Pessoa"; significando primariamente, "face" ou "expressão". A idéia básica da palavra é a de um papel representado por alguém numa brincadeira. Logicamente, este termo é menos técnico e preciso que *hypóstasis*. Os Pais gregos, se apropriaram desta palavra, utilizando-a para referirem-se à Trindade, conferindo-lhe o sentido teológico de "indivíduo", de uma pessoa que tem uma natureza racional e uma substância individual, própria.

[13] Na versão latina: *Subsistentiam.* "Substância", "natureza", "essência". A palavra denota uma subsistência pessoal e real (2 Co 9.4; 11.17; Hb 1.3; 3.14; 11.1).

[14] Louis Berkhof, *História das Doutrinas Cristãs*, p. 98.

Jesus era humano, mas tinha vantagens porque era Deus. Conseqüentemente, Cristo tornou-se tão divino que os medievais relacionavam-se melhor com Maria, os santos e os padres". Morte Substitutiva: Por outro lado, a Cristologia tornou-se firmemente associada a doutrina da expiação de Cristo.

5. As Confissões e Catecismos da Reforma:[15]

5.1 O Catecismo Menor (1529):

A exposição da Cristologia encontra-se no Segundo Artigo do Credo, "Da Redenção". Diante da pergunta "Que significa isso?", referindo-se ao artigo, vem a resposta:

> "Creio em Jesus Cristo, verdadeiro Deus, nascido do Pai desde a eternidade, e também verdadeiro homem, nascido da Virgem Maria, é meu Senhor, que me remiu a mim, homem perdido e condenado, me resgatou e salvou de todos os pecados, da morte e do poder do diabo; não com ouro ou prata, mas com seu santo e precioso sangue e sua inocente paixão e morte, para que eu o sirva em eterna justiça, inocência e bem-aventurança, assim como ele ressuscitou da morte, vive e reina eternamente. Isto é certíssima verdade."

5.2 A Confissão de Augsburgo (1530):

O Artigo 3, "Do Filho de Deus", juntamente com o de Deus (1) e origem do pecado (2) pretende demonstrar a concordância com a doutrina da Igreja Católica Romana. Condena velhas e novas formas de heresias unitaristas e arianas.

> "Ensinam outrossim que o Verbo, isto é, o Filho de Deus, assumiu a natureza humana no seio da bem-aventurada Virgem Maria. De sorte que há duas naturezas, a divina e a humana, inseparavelmente conjungidas na unidade da pessoa, um só Cristo, verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, que nascido da Virgem Maria, veramente sofreu, foi crucificado, morreu e foi sepultado, a fim de reconciliar-nos com o Pai e ser um sacrifício, não só pela culpa original, mas ainda por todos os pecados atuais dos homens. Também desceu ao inferno e verdadeiramente ressuscitou ao terceiro dia. Depois subiu ao céu, para assentar-se à destra do Pai, perpetuamente reinar e dominar sobre todas as criaturas, e santificar os que nele crêem, pelo envio, aos seus corações, do Espírito Santo, que os reja, console, vivifique, e os defenda contra o diabo e o poder do pecado. O mesmo Cristo voltará visivelmente, a fim de julgar os vivos e os mortos, etc. de acordo com o Símbolo dos Apóstolos."

5.3 Os Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra (1571):

---

[15] James Orr (1844-1913) escrevendo sobre os "Credos da Reforma" disse: "... A idade da Reforma se destacou por sua produtividade de credos. Faremos bem se não menosprezarmos o ganho que resulta para nós destas criações do espírito do século XVI. Cometeremos grave equívoco se, seguindo uma tendência prevalecente [1897], nos permitirmos crer que são curiosidades arqueológicas. Estes credos não são produtos ressecados como o pó, senão que surgiram de uma fé viva, e encerram verdades que nenhuma Igreja pode abandonar sem certo detrimento de sua própria vida. São produtos clássicos de uma época que se comprazia em formular credos, com o qual quero dizer, uma época que possuía uma fé que é capaz de definir-se de modo inteligente, e pela qual está disposta a sofrer se for necessário – e que, portanto, não pode por menos que expressar-se em formas que não tenham validade permanente –. [...] Estes credos se têm mantido erguidos como testemunhos, inclusive em período de decaimento, às grandes doutrinas sobre as quais foram estabelecidas as Igrejas; têm servido como baluartes contra os assaltos e a desintegração; têm formado um núcleo de reunião e reafirmação em tempos de avivamento; e talvez têm representado sempre com precisão substancial a fé viva da parte espiritual de seus membros.... "Os credos da Reforma dão, e isto praticamente pela primeira vez, uma exposição conjunta de todos os grandes artigos da doutrina cristã" (James Orr, *El Progreso del Dogma*, Barcelona, CLIE., [1988], p. 226-227).

Estes artigos cristológicos são "católicos", ao aceitarem as decisões dos concílios ecumênicos, como as demais confissões protestantes do período da Reforma. Foi muito influenciada por dois documentos luteranos, a Confissão de Augsburgo e a Confissão de Wurtemberg (1552), preparada por Brenz.

> "O Filho, que é o Verbo do Pai, gerado *ab aeterno* do Pai, verdadeiro e sempiterno Deus, e consubstancial com o Pai, tomou a natureza humana no ventre da bendita Virgem e da sua substância; de sorte que as duas inteiras e perfeitas Naturezas, isto é, Divina e Humana, se reuniram em uma Pessoa, para nunca mais se separarem, das quais resultou Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem; que verdadeiramente padeceu, foi crucificado, morto e sepultado, para reconciliar seu Pai conosco, e ser vítima, não só pela culpa original, mas também pelos atuais pecados dos homens."
>
> Artigo 3, "Da descida de Cristo ao Hades": "Assim como Cristo morreu por nós, e foi sepultado; assim também deve ser crido que desceu ao Hades".
>
> Artigo 4, "Da Ressurreição de Cristo": "Cristo verdadeiramente ressurgiu dos mortos e tomou de novo o seu corpo, com carne, ossos e tudo o mais pertencente à perfeição da natureza humana; com o que subiu ao Céu, e lá está assentado, até que volte a julgar todos os homens, no derradeiro dia".
>
> Artigo 15, "De Cristo único sem pecado": "Cristo, na verdade de nossa natureza, foi feito semelhante a nós em todas as coisas, exceto no pecado, do qual foi totalmente isento, tanto na sua carne como no seu espírito. Ele veio para ser o Cordeiro imaculado, que pelo sacrifício de si mesmo uma vez oferecido, tirasse os pecados do mundo; e o pecado (como diz S. João) não estava nele."
>
> Artigo 18, "De obter a Salvação eterna unicamente pelo nome de Cristo": "Devem ser também tidos por amaldiçoados os que se atrevem a dizer que todo o homem será salvo pela Lei ou Seita que professa, contanto que seja cuidadoso em modelar sua vida segundo essa lei e o lume da Natureza. Porque a Santa Escritura somente nos propõe o Nome de Jesus Cristo, como o único meio pelo qual os homens se hão de salvar."
>
> Artigo 31, "Da única Oblação de Cristo consumada na Cruz": "A Oblação de Cristo uma só vez consumada é a perfeita redenção, propiciação, e satisfação por todos os pecados, tanto originais como atuais, do mundo inteiro; e não há nenhuma outra satisfação pelos pecados, senão esta unicamente. Portanto os sacrifícios das Missas, nos quais vulgarmente se dizia que o sacerdote oferecia Cristo para a remissão da pena ou culpa, pelos vivos e mortos, são fábulas blasfemas e enganos perigosos."

5.4 Catecismo de Heidelberg (1563):

> 35. Que Significa "Foi concebido por obra do Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria?" "Que o eterno Filho de Deus, que é e permanece verdadeiro e eterno Deus, tomou sobre si a nossa verdadeira humanidade, da carne e do sangue da virgem Maria, pela operação do Espírito Santo, de modo que fosse também a verdadeira semente de Davi, em tudo igual a seus semelhantes, exceto no pecado".
>
> 48. Não ficam assim, as duas naturezas de Cristo separadas uma da outra, se a humanidade não se encontra onde está a divindade? "De modo nenhum; pois, se a divindade é incompreensível e está presente em toda parte. Segue-se que ela está, na verdade, além dos limites da humanidade[16] que ela

[16] O Dr. Fred H. Klooster que está preparando há muitos anos um estudo exaustivo do Catecismo de Heidelberg disse numa aula ministrada no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição (10/03/94) que, se não houvesse a questão da *ubiqüidade* não teria havido necessidade deste Catecismo. É evidente a ênfase de Heidelberg na questão da ascensão de Cristo, envolvendo quatro perguntas (46-49), enquanto que há apenas uma referindo-se à ressurreição (45). (cf. também, F.H. Klooster, *The Heidelberg*

> assumiu, e, contudo, sempre se encontra também naquela humanidade, e permanece pessoalmente unida a ela".

5.5 A Confissão de Fé de Westminster (1646):

O capítulo 8, "De Cristo o Mediador", contém uma das melhores declarações da Cristologia de Calcedônia, que são conservadas por todas as igrejas ortodoxas. Nestes artigos as confissões evangélicas Protestantes são concordes em sua inteireza. Este capítulo é bem abrangente, abordando esta doutrina de forma profunda e completa. Temos aqui um bom exemplo da maturidade dos puritanos ingleses.

> "I. Aprouve a Deus, em seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem, o Profeta, Sacerdote e Rei, o Cabeça e Salvador de sua Igreja, o Herdeiro de todas as coisas e o Juiz do Mundo; e deu-lhe, desde toda a eternidade, um povo para ser sua semente, e para, no tempo devido, ser por ele remido, chamado, justificado, santificado e glorificado.
>
> II. O Filho de Deus, a segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele, quando chegou o cumprimento do tempo, tomou sobre si a natureza humana com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria, e da substância dela. As duas naturezas, inteiras, perfeitas e distintas - a Divindade e a Humanidade - foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão, composição ou confusão; essa pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem.
>
> III. O Senhor Jesus, em sua natureza humana unida à divina, foi santificado e sem medida ungido com o Espírito Santo, tendo em si todos os tesouros da sabedoria e da ciência. Aprouve ao Pai que nele habitasse toda a plenitude, a fim de que, sendo santo, inocente, incontaminado e cheio de graça e verdade, estivesse perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador. Este ofício ele não tomou para si, mas para ele foi chamado pelo Pai, que lhe pôs nas mãos todo o poder e todo o juízo, e lhe ordenou que os exercesse.
>
> IV. Este ofício o Senhor Jesus empreendeu mui voluntariamente. Para que pudesse exercê-lo, ele se fez sujeito à lei, a qual cumpriu perfeitamente, padeceu imediatamente em sua alma os mais cruéis tormentos, e em seu corpo os mais penosos sofrimentos; foi crucificado e morreu; foi sepultado e ficou sob o poder da morte, mas não viu a corrupção; ao terceiro dia ressuscitou dos mortos com o mesmo corpo com que tinha padecido; com esse corpo subiu ao céu, onde está assentado à destra do Pai, fazendo intercessão; de lá voltará no fim do mundo para julgar os homens e os anjos.
>
> V. O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que, pelo Eterno Espírito, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfez plenamente a justiça de seu Pai, e, para todos aqueles que o Pai lhe deu, adquiriu não só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus.

Catechism, 20/02/87, p. 2. (trabalho mimeografado). Aqui também, podemos ver a questão do *extra calvinisticum*; expressão criada pelos teólogos luteranos no século XVII, para se referirem à insistência dos Reformados em afirmar que a Segunda Pessoa da Trindade não esteve limitada à natureza humana do Cristo encarnado. Sobre este ponto – mesmo sem desenvolver o assunto – Calvino havia dito: "... Se bem que a infinita essência do Verbo se uniu com a natureza de um homem em uma pessoa única, no entanto, nenhum confinamento imaginamos. Ora, de modo maravilhoso, do céu desceu o Filho de Deus, assim que, entretanto, não deixasse o céu; de modo maravilhoso, quis sofrer a gestação no útero da Virgem, andar pela terra e pender na cruz, para que, sempre enchesse o mundo, assim como de início" (*As Institutas*, II.13.4). Os luteranos que divergiam deste pensamento, expresso no Catecismo de Heidelberg, criaram as expressões: *totum intra carnem* e *numquam extra carnem* ("Totalmente na carne e nunca fora da carne"). Todavia, nem entre os luteranos houve unidade de pensamento (Louis Berkhof, *História das Doutrinas Cristãs*, p. 105-106).

VI. Ainda que a obra da redenção não fora realmente realizada por Cristo senão depois da sua encarnação, contudo a virtude, a eficácia e os benefícios dela, em todas as épocas sucessivas desde o princípio do mundo, foram comunicados aos eleitos por meio das promessas, tipos e sacrifícios, pelos quais ele foi revelado e significado como a semente da mulher que devia esmagar a cabeça da serpente, como o cordeiro morto desde o princípio do mundo, sendo ele o mesmo ontem, hoje e para sempre.

VII. Cristo, na obra de mediação, age de conformidade com as duas naturezas, fazendo cada uma o que lhe é próprio; contudo, em razão da unidade de sua pessoa, o que é próprio de uma natureza é, às vezes, na Escritura, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza.

VIII. Cristo, com toda a certeza e de forma eficaz, aplica e comunica a salvação a todos aqueles para quem a adquiriu. Isto ele consegue, fazendo intercessão por eles e revelando-lhes na Palavra e pela Palavra os mistérios da salvação, persuadindo-os, eficazmente, pelo seu Espírito, a crer e a obedecer, governando os corações deles pela sua Palavra e pelo seu Espírito; subjugando todos os seus inimigos por meio de sua onipotência e sabedoria, da maneira e pelos meios mais condizentes com a sua admirável e inescrutável dispensação".

5.6 O Breve Catecismo da Assembléia de Westminster (1647):

Existem três grupos de perguntas no Breve Catecismo que tratam da pessoa de Cristo, sendo que cada grupo aborda um aspecto diferente. As perguntas 21 e 22 abordam as "duas naturezas":

"Quem é o Redentor dos eleitos de Deus? O único Redentor dos eleitos de Deus é o Senhor Jesus Cristo, que, sendo o Eterno Filho de Deus, se fez homem, e assim foi e continua a ser Deus e homem em duas naturezas distintas, e uma só pessoa, para sempre.

Como Cristo, sendo o Filho de Deus, se fez homem? Cristo, o Filho de Deus, fez-se homem tomando um verdadeiro e uma alma racional, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria, e nascido dela, mas sem pecado."

As perguntas 23 a 26 abordam os "ofícios de Cristo":

"Que ofícios Cristo exerce como nosso Redentor? Cristo, como nosso Redentor, exerce o ofício de profeta, sacerdote e rei, tanto no seu estado de humilhação como no de exaltação."

"Como Cristo exerce o ofício de profeta? Cristo exerce o ofício de profeta, revelando-nos, pela sua Palavra e pelo seu Espírito, a vontade de Deus para a nossa salvação."

"Como Cristo exerce o ofício de sacerdote? Cristo exerce o ofício de sacerdote, oferecendo-se a si mesmo, uma só vez, em sacrifício, para satisfazer a justiça divina, para reconciliar-nos com Deus e para fazer contínua intercessão por nós."

"Como Cristo exerce o ofício de rei? Cristo exerce o ofício de rei, sujeitando-nos a si mesmo, governando-nos e protegendo-nos, reprimindo e subjugando todos os seus e os nossos inimigos."

As perguntas 27 e 28 abordam "os estados de humilhação e exaltação":

"Em que consistiu a humilhação de Cristo? A humilhação de Cristo consistiu em ele nascer, e isso em condição baixa, feito sujeito à lei, em sofrer as misérias desta vida, a ira de Deus e a amaldiçoada morte na cruz, em ser sepultado e permanecer debaixo do poder da morte durante certo tempo."

> "Em que consiste a exaltação de Cristo? A exaltação de Cristo consiste em ele ressurgir dos mortos no terceiro dia; em subir ao Céu e estar sentado à mão direita de Deus Pai, e em vir para julgar o mundo no último dia."

Temos aqui uma concisa mas abrangente exposição da doutrina da Pessoa de Cristo, que toca os pontos mais importantes dela. Todas as confissões e catecismos luteranos e reformados ficaram firmes nas formulações ortodoxas de Calcedônia. Conforme G. C. Berkouwer, "as confissões reformadas situam-se, pois, consciente e intencionalmente, no esquema de Calcedônia." Mantiveram com vigor a divindade e a humanidade de Cristo, sua impecabilidade, a unidade de Sua pessoa e o fato de dele ter assumido a natureza, não a pessoa humana. Eles sabiam que estavam diante do *vere Deus et vere homo*, o "mistério inefável", segundo João Calvino, o "mistério de Cristo crucificado" (I Co2.2). Houve uma divergência entre luteranos e reformados quanto à *communicatio idiomatum*, sendo que a insistência de Martinho Lutero na comunicação dos atributos acha sua explicação, em parte em suas tendências místicas, e em parte em seus ensinos sobre a presença física de Cristo na Ceia do Senhor".

6. Metodologias contemporâneas na Cristologia:

6.1. <u>De cima para baixo - o método metafísico</u>:

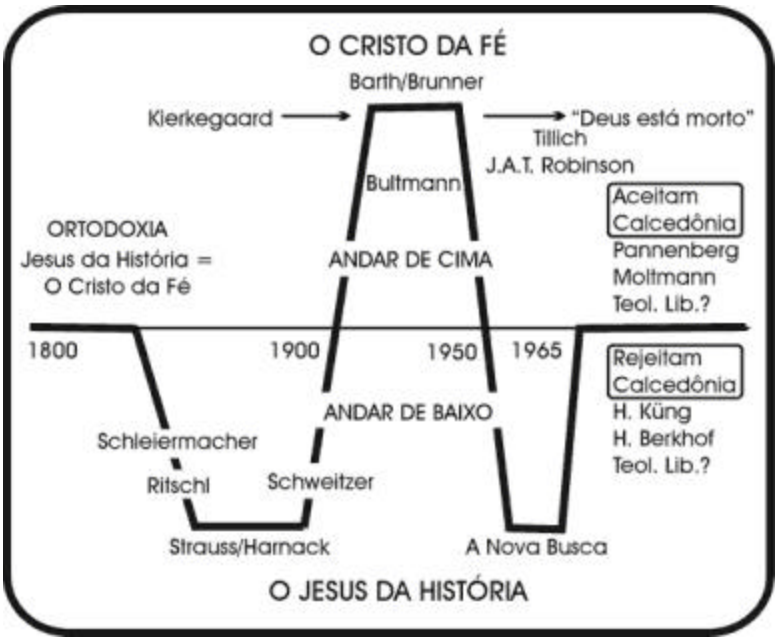
A forma de Cristologia "de cima para baixo" é o método usado desde os primeiros dias da igreja. É uma abordagem mais metafísica que entende Jesus do ponto de vista da proclamação da igreja primitiva de que Ele é Senhor. Hoje esta visão é associada aos teólogos neo-ortodoxos tais como Karl Barth e Emil Brunner. Levado ao seu extremo, esse método nega qualquer necessidade de prova histórica ou racional. Na teologia de Rudolf Bultmann, o Jesus histórico torna-se irrelevante para compreensão do Cristo da fé.

6.2. <u>No método "de baixo para cima"</u>, duas vertentes podem ser identificadas:

1) A busca pelo Jesus histórico, no século 19, envolveu a utilização da metodologia histórica crítica na tentativa descobrir quem era o Jesus da história. Eles trabalharam com o pressuposto de que o Jesus da Bíblia não era o verdadeiro Jesus histórico. Para eles, o sobrenatural, por definição, não pode ser histórico. Adolf von Harnack defendeu a tese clássica da Cristologia liberal em seu livro "<u>O Que é Cristianismo?</u>" Ele acreditava que era comum para as pessoas nos tempos antigos atribuir milagres aos heróis. Pressupondo que as leis da natureza não pode ser interrompidas pela providência divina, Harnack inventou um Jesus que não fez milagres. Albert Schweitzer provocou muito ceticismo acerca do Jesus histórico no seu livro, "<u>A Busca do Jesus Histórico</u>", também. No fim das contas a busca do Jesus histórico quase acabou com qualquer conhecimento a respeito a Jesus. A observação de Houston Smith é bem relevante em relação a isto: "Os 'classicistas' (aqueles que estudam as culturas antigas da Roma e da Grécia) têm observado que se os cânones para credibilidade histórica que têm sido estabelecidos para a Bíblia fossem requeridos em seus estudos, nossa visão do mundo grego-romano (que parece estar razoavelmente no lugar) estaria em ruínas". Como já foi dito antes, muitos dos resultados da alta crítica da Bíblia vieram dos preconceitos fundamentados nos pressupostos anti-sobrenaturais dos teólogos liberais. Estudiosos em outros campos não aceitam essa metodologia.

2) Durante o século 20, a busca pelo Jesus histórico continuou. O teólogo alemão Wolfhart Pannenberg declarou que seu propósito foi apoiar a divindade de Jesus e por isso, ele

começou a partir da evidência histórica antes dos pressupostos metafísicos. Ele e outros teólogos fizeram a tentativa de estabelecer a divindade de Jesus na base de Suas reivindicações históricas de igualdade com Deus. Além do mais, o estabelecimento da historicidade da ressurreição é, para Pannenberg, uma prova definitiva. Embora ele tenha duvidas sobre a historicidade dos evangelhos, ele aceita a declaração do Paulo em 1 Cor. 15 como evidência de uma ressurreição histórica. Para Pannenberg, a ressurreição estabelece a aprovação de Deus das reivindicações de Jesus sobre a Sua própria divindade.



6.3. Avaliação:
A Cristologia "de cima para baixo" é correta em ver a necessidade de começar a partir de pressupostos que admitam a possibilidade do sobrenatural, mas corre o risco de divorciar o Cristo de fé do Jesus da história. A Cristologia "de baixo para cima" dá ênfase na importância da realidade histórica de Jesus, mas corre o risco de um preconceito anti-sobrenatural.

Erickson identifica a Cristologia "de cima para baixo" como uma forma de fideísmo (que seria a noção de que algo deve ser aceito pela fé, sem argumento racionais). É baseado em fé *sem* referência a história, e em sua forma existencial, *apesar* da história (Kierkegaard, por exemplo). Por outro lado, ele identifica Cristologia "de baixo para cima" como o pensamento de Tomás de Aquino. Ela conta com evidências históricas para provar a divindade de Cristo. Representantes modernos desta vista seriam Josh MacDowell e o Instituto Cristão de Pesquisas (em São Paulo). Erickson sugere uma alternativa, o método agostiniano que coloca a fé antes da razão, mas não independente da razão. O teólogo começa a partir da hipótese que Jesus é Senhor e a prova para verificar se ela pode oferecer a explicação melhor do dado histórico.

Cornelius Van Til propõe "um argumento por pressuposto". Esta abordagem reconhece que nenhum fato, histórico ou não, pode ser interpretado de maneira coerente sem o pressuposto do Deus Trino da Bíblia. Avançamos a partir das *pressuposições* das Escrituras, através das

proposições das Escrituras, até as *conclusões* das Escrituras. Isto, naturalmente, não é nem neutro nem objetivo. Tem, porém, dois argumentos tremendos a seu favor. Metodologicamente, não podemos esperar que sequer entendamos, e muito menos que aceitemos, a mensagem da Bíblia se impusermos sobre ela pressuposições estranhas. Devemos, portanto, permitir que nosso pensamento, pelo menos temporariamente, seja moldado pelas pressuposições da própria Escritura, simplesmente a fim de entendê-la. A não ser que sejam aceitas as reivindicações do Jesus histórico e Sua interpretação de Si mesmo, a possibilidade de qualquer conhecimento histórico se evapora. Os fatos da história e a interpretação bíblica deles são inseparáveis.

Como bem sabemos, a Escritura é infalível não a nossa interpretação, portanto, devemos buscar sempre nas Escrituras o sentido pleno da revelação.[17] G.C. Berkouwer, demonstra a sua peculiar acuidade para entender esta questão: "Porventura a Escritura não é mais rica do que qualquer pronunciamento eclesiástico, por mais excelente e atento ao Verbo divino que este possa ser?"[18] "Os limites da reflexão dogmática não estão contidos em determinada decisão histórica da Igreja, mas na exegese, ou melhor, na própria Escritura...." "Para a Igreja prevalece a plenitude do testemunho bíblico. Segura desta plenitude inesgotável, ela poderá rejeitar, com igual direito, todo o empobrecimento da fé cristológica e todo apelo covarde ao mistério. Para ela, Calcedônia é bem menos do que essa plenitude escriturística, perene alimento da pregação. Nem por isso desmerece a confissão calcedônica; simplesmente, uma confissão não prevalece contra a riqueza e a plenitude da Bíblia."[19]

7. Heresias contemporâneas de Cristologia. As teologias das seitas exóticas e movimentos populares são mais importantes para o pastor conhecer do que as teorias da própria teologia acadêmica, porque afetam diretamente o povo. Por isso, estaremos dedicando mais tempo ao estudo destes movimentos, bem notavelmente, as Testemunhas de Jeová, as Mórmons, a Nova Era (spiritismo) e a teologia da libertação.

7.1. TJs - As TJs representam uma forma moderna do Arianismo. Seu ponto de vista é bem representada no folheto, Deve Se Crer na Trindade?

---

[17] Geerhardus Vos (1862-1949), observou acertadamente que, "toda genuína Teologia Cristã é necessariamente Teologia Bíblica – porque aparte da Revelação Geral, a Escritura constitui o único material com o qual a ciência Teológica pode tratar" (Geerhardus Vos, *Biblical Theology: Old and New Testament*, Grand Rapids, Michigan, WM. B. Eerdmans Publishing Co., 1985 (reprinted), *"Preface"*, p. V). No mesmo sentido, testemunha David M. Lloyd-Jones (1899-1981): "A teologia é o conhecimento de Deus derivado da revelação bíblica (...). Cada vez mais tenho chegado à conclusão de que o ensino de teologia jamais deve estar separado da Bíblia" (D. M. Lloyd-Jones, "Uma Escola Protestante Evangélica" In: *Discernindo os Tempos*, São Paulo, PES., 1994, p. 389).

[18] G. C. Berkouwer, *A Pessoa de Cristo*, p. 72. Dentro desta mesma linha de pensamento, escreveu Packer: "A tradição nos permite ficar sobre os ombros de muitos gigantes que pensaram sobre a Bíblia antes de nós. Podemos concluir pelo consenso do maior e mais amplo corpo de pensadores cristãos, desde os primeiros Pais até o presente, como recurso valioso para compreender a Bíblia com responsabilidade. Contudo, tais interpretações (tradições) jamais serão finais; precisam sempre ser submetidas às Escrituras para mais revisão." (J.I. Packer, "O Conforto do Conservadorismo" In: Michael Horton, ed. *Religião de Poder*, São Paulo, Editora Cultura Cristã, 1998, p. 235).

[19] G. C. Berkouwer, *A Pessoa de Cristo*, p. 76.

A metodologia das TJs - A primeira questão a levantar é a distorção deliberada de referências, tanto bíblicas quanto históricas. Por exemplo, eles tentam mostrar que a doutrina do Trindade não foi ensinada pelos pais ante-nicenos. Citam Justino, o Mártir, Ireneo, Clemente de Alexandria, Tertuliano e Hipólito e tentatam criar a impressão de que estes homens ensinaram que Jesus era inferior a Deus. Em cada caso, as citações são tiradas do contexto. De fato, uma leitura dos escritos destes homens revela numerosas citações demonstrando que todos eles aceitavam a plena divindade de Jesus. É interessante notar o que as TJs fizeram com a citação de Hipólito. Segundo elas, Hipólito disse que Deus nada tinha co-igual consigo mesmo e era um, existindo somente por si mesmo antes da criação. Ao ler o original descobre-se que os TJs por propósito deixaram de mencionar que Hipólito realmente disse que Deus nada tinha co-igual consigo mesmo e era um, existindo somente por si mesmo, **entretanto na pluralidade**, antes da criação. (edição inglês, *The Ante-Nicene Fathers*, 5:227).

A doutrina - Seguindo as pisadas de Ário, as TJs ensinam que Jesus foi a primeira criação de Jeová e que era, de fato, Miguel o arcanjo. Este anjo ajudou Jeová na criação de todas outras coisas.

As TJs também dizem que Jesus nunca reivindicou para si a condição de Deus. Tipicamente elas utilizam versículos que estabelece a distinção entre as Pessoas do Trindade na tentativa de mostrar que Jesus não é Deus. Segundo elas, Miguel, o arcanjo, foi encarnado através do nascimento virginal de Maria. Ele morreu no madeiro, não uma cruz, foi enterrado e depois de três dias se ressucitou, mas não no mesmo corpo com que ele morreu. Ele simplesmente voltou ao estado pre-encarnado.

O tratamento das escrituras pelas TJs não é melhor do que o tratamento que elas fazem dos pais da igreja. (vê Devia-O Acreditar: 25). Elas fazem traduções destorcidas de várias versículos. Ao desenvolver nossa doutrina da encarnação nós devemos responder a estes tratamentos das Escrituras.

7.2. Os Mórmons

Começando a partir da noção de que Deus é um homem glorificado que alcançou a divindade como resultado do seu compromisso com Mormonismo num outro planeta, os Mórmons acreditam que Jesus (cujo nome é Jeová) foi o primeiro filho de Deus espiritual e uma de suas muitas esposas. Deus criou o mundo a fim de permitir que seus filhos tivessem oportunidade de ter corpos físicos para que eles também pudessem alcançar a divindade. Jesus, si pontificou a ser o salvador a partir de uma reunião dos deuses. O plano de Jesus da salvação foi baseado na noção do livre arbítrio para todos. O irmão de Jesus, Lúcifer, propôs um plano alternativo em que ele seria o salvador e "forçar" todo mundo ser salvo através da predestinação. O plano de Jesus foi votado e ganhou. Por isso, Lúcifer provocou uma rebelião e ele e os seus seguidores foram lançados do céu. Eles se tornaram os demónios. Os espíritos que lutaram no lado de Jesus ganharam o "privilégio" nascer com pele branca e os mais corajosos nascerem em famílias dos Mórmons. Os espíritos que decidiram não assumir uma posição mas ficaram neutros e fora da batalha foram destinados nascerem com pele negra.

Jesus foi encarnado através de Maria, mas para que ela proporcionasse um corpo para ele, ela tive que ser engravidada por Elohim (Deus o Pai). Portanto, as autoridades Mórmons asseveram que ela foi para aquele tempo a esposa legal dele. Deus, supostamente, teve relações sexuais com Maria. Portanto, os Mórmons aceitam a doutrina do nascimento virginal somente no sentido que eles acreditam que Maria foi virgem antes de Elohim teve sexo com ela.

Muitos Mórmons acreditam que Jesus tinha pelo menos três esposas e várias filhos. Também eles dizem que Joseph Smith é descendente de Jesus. A morte de Jesus na cruz foi suficiente só para garantir a ressurreição de todo mundo. Ele não fez expiação para os pecados do mundo. Isso é algo que cada pessoa tem que fazer para si mesmo.

7.3. Cristo na teologia da libertação

As declaracões gerais sobre a teologia da libertação correm o risco de serem simples demais porque não existe uma teologia da libertação uniforme. Existem várias interpretações que tem em comuns algumas temas centrais. A Cristologia da teologia da libertação tipicamente é feito de baixo para cima e freqüentemente chega aos mesmos resultados liberais. Por exemplo George Pixley, no seu livro *O Reino de Deus*, tenta mostrar que Jesus era um radical reformador social, cujo mensagem primária foi a proclamação do reino de Deus. Este reino estava destinada a ser um desafio direto aos líderes opressivos da religião judaica e da política romana, que estavam em mancomunados para escravizar os camponeses e tirar deles a mais valia através do sistema capitalista. A partir de pressupostos marxistas, Pixley conclui que Jesus estava pregando um reino de igualdade socialista que seria inaugurado por meio de uma revolução violenta. Quando Jesus subiu a Jerusalém na páscoa, não foi para morrer na cruz, mas para desafiar as autoridades e começar a revolução. Infelizmente, seu plano não deu certo e os judeus e romanos conseguiram o matar. Mais tarde, o pregador burguesia, Paulo, utilizou categorias metafísicas gregas para inventar o Cristo espiritual que veio para salvar o povo do seu pecado. As histórias dos milagres, a ressurreição, etc., foram adições posteriores que serviram para transformar o cristianismo numa ferramenta nas mãos da classe elite a fim de que continuar a repressão ao proletariado.

Enquanto nem todos os teólogos da libertação são ostensivamente anti-sobrenatural como Pixley, eles vêem Cristo como um revolucionário marxista cujo mensagem principal foi a libertação dos pobres da opressão em vez da salvação espiritual.

7.4. O Cristo da Nova Era - (Christian Research Journal, verão e outono 1989)

O gnosticismo moderno, a Nova Era, não tem uma teologia uniforme mas existem alguns temas comuns aparecem.

O Cristo é uma entidade distinto de Jesus. O Cristo é representado como um espírito avançado que ocasionalmente se torna encarnado no corpo de um homem santo para a trazer sabedoria, e especialmente para anunciar o começo de novas idades na evolução espiritual da raça humana (Teossofia, Antropossofia). Há disputas entre os adeptos da Nova Era sobre se esta encarnação ocorre meramente em um indivíduo ou se o Cristo é

encarnado em toda humanidade. Para outros o Cristo é um princípio cósmico ou presença espiritual.

Jesus, portanto, não torna-se o Deus-homem único, mas apenas um avatar ou guru altamente desenvolvido. Tipicamente, é ensinado que Jesus tornou-se o Cristo ou assumiu o ofício do Cristo quando foi batizado. Por causa do seu desenvolvimento espiritual nas religiões Orientais, Jesus alcançou um nível alto de evolução espiritual e tornou-se capaz de ser uma encarnação do Cristo. Ele ensinou que o ocultismo Oriental foi o caminho para alcançar a iluminação espiritual até sua morte infeliz na cruz, quando o espírito do Cristo saiu.

Muitos dos adeptos da Nova Era estão esperando o Cristo ser manifestado novamente no começo da Nova Idade, a idade de aquário. Não há muito concordância entre eles sobre quando ou como isto acontecerá. As piores versões desta esperança dissem que o mundo terá que ser limpado daqueles que não querem aceitar o novo cristo. Por outro lado, vários crentes identificaram essa idéia com a profecia do vindo do anti-cristo. É minha opinião que não é sábio identificar as especulações de não crentes com profecias da vinda do anti-Cristo.

Um aspecto interessante da Novo Era é a noção que Jesus gastou os anos entre 12 e 29 estudando misticismo oculto em Tibet e Índia e que sua mensagem central era os ensinos das Vedas (esrituras do hinduismo). Um jornalista Russo, Nicolas Notovich, introduziu ao mundo academico essa história no seculo 19. Ele reivindicou ter viajado na cidade de Leh, Ladakh em Tibet na fronteira da India. Ele disse que lá, tomou refúgio num monastery, o convento de Himis, depois de ter sofrido uma perna quebrada. Notovich disse que descobriu um manusricto que revelou a vida de Issa, ou Jesus, durante seu permanece no Leste. O manuscrito estava numa forma desorganizada e bruta, mas entao Notovich o tradiziu e organizou. De acordo com o relato no manuscrito, Jesus saiu de Palestino secretamente aos13 de idade e estudou entre os Brahmins para seis anos em várias cidades Indias. Ele aprendeu curar doenças, expulsar demónios e tornou-se um professor das escrituras Vedicas. Entretanto, depois que começou ensinar as castas mais baixas, os Brahmins conspirou matá-lo. Daí, Ele foi para Nepal onde estudou Budhismo. Depois, Ele viagou para Persia e depois ter chegado ao 29 anos de idade, voltou para Palestino. Em Palestino Jesus, supostamente começou a ensinar "a perfeiçao suprema de homem."

O Pilato tornou-se alarmado e organizou uma conspiração para o matar, baseado em acusaçoes falsas, apesar dos esforços dos líderes religiosos Judeus salvá-lo. Depois que sua morte o corpo foi enterrado, mas antes do terceiro dia Pilato o removeu para prevenir uma insurreiçao. Alguns comerciantes que estavam viagando de Palestino para India descobriram o lugar onde Jesus tinha estudado e contaram sobre todos estes eventos. Três ou quatro anos mais tarde o manuscrito foi escrito.

As reações deste relato incitaram investigações pelos eruditos Max Muller da Universidade de Oxford, Edgar J. O Goodspeed da Universidade de Chicago e J. Douglas de Archibald da Faculdade Federal em Agra, India. Suas conclusôes independentes estão resumidas: 1) nenhum registro de tal documento existia no catálogo exaustivo de manuscritos no mosteiro em Tibet. 2) A probabilidade de que os comerciantes de Palestino teriam achado os

amigos de Jesus em India foi muito baixo. 3) O Notovich editou o manuscrito mas ele nao era nenhum sábio. O manuscrito como publicado por Notovich indicou dependência literária nos evangelhos sinópticos que supostamente nao foram escritas até 40 anos depois de ele. Além disso, Douglas entrevistou o lama em Himis, o mesmo que estava aí quando Notovich reivindicou que ele estava. O lama disse: 1) ele nunca tinha ouvido falar de tal manuscrito, 2) nenhum dos outros lamas em Tibet tinha ouvido falar dele, 3) Notovich nunca estava no seu mostiero. A conclusões foi que a história de Notavich era um fraude total.

Outro occultistos da Nova Era (Levi Dowling - *O Evangelho Aquariano de Jesus o Cristo,* Edgar Cayce) dissem que eles leram o relato da história de Jesus na India nos registros *Akashic*. A *Akasha* é um campo de energia que supostamente existe no redor da terra e que contem um registro exato de toda a história humana. Ele pode ser lido por meio de divinação oculta ou canalizaçao. Neste registro é dito que Jesus foi iniciado em vários níveis de iluminação oculta e que Ele tinha experimentado muitos reincarnações (Adam, José, Enoc, Melquizedec, etc..). Depois que ter estudao em Egito ou Índia (dependedo da versão) Ele supostamente ensinou as doutrinas do ocultismo até sua morte.

É interessante notar que estas contas contradizem-se. Tais relatos servem a funçao básica de dar uma descupla aos adeptos da Novo Era para interpretar o Novo Testamento em termos de presuppositions ocultos. Eles fabricam um Jesus panteísta e interpretam o Cristo geralmente nos termos que nós discutimos mais cedo. Desde que estas reivindicaçoes últimas de ter descoberto anos perdidos de Jesus são baseados em nenhum manuscrito, eles podem estar despedidos como o resultado de engano. A inexatidão das contas é evidenced mais ainda por seus erros em fatos históricos que estão conhecidos, i.e. Dowling colocou Rei Herod em Jerusalem em vez de Galilee.

É claro do NT que Jesus, que citou as escrituras dos Hebreus constantamente, nenhuma vez fez referência nem citação às Vedas. Sua noçao de Deus e salvaçao diretamente contradiz os ensinos da Novo Era em cada ponto. Além do mais, o NT indica que Jesus estava em Palestine durante os 18 anos silenciosos. Ele habitualmente assistiu o sinagoga em Nazaré (Lc. 4:16) e foi conhecido na comunidade como um carpinteiro (Marcos 6:3).

7.5. Os professores de fé e gnosticism (vêem Horton, Agonia de Engano) O Evangelho da prosperidade.

Citaçao interessantes de Kenneth Copeland. (Agonia:144-115.)

Ele (Jesus) referido a Deus como Seu Pai (que provocou a ira dos Faraseus), mas Ele nunca fez a afirmaçao que Ele era o Deus bem alto. Aliás, contou Seus discípulos que o Deus de Pai era maior e mais poderoso que Ele (João 14:18). Por quê Jesus não abertamente proclamou que era Deus durante Seus 33 anos na terra? Para uma única razão. Ele não veio a terra como Deus, Ele vieo como homem.

Jesus não veio a terra como Deus; veio como homem. Ele pôs lado Seu poder divino e desafiou o forma de um humano é -- com todas suas limitaçoes.

Este homem -- Jesus, era uma cópia carbono daquleo quem andou pelo Jardim de Éden.

(E esta revelação interessante que Copeland diz que recebiu direitamente de Jesus) Não fique perturbado quando as pessoas acusam-no de pensar que você é Deus. ..eles me crucificaram para ter reivindicado eu era Deus. Mas eu não reivindiquei que eu era Deus; eu apenas reivindicou que eu andei com ele e que estava em Mim. Haleluja. Isso é o que você está fazendo. Ore a ti mesmo, porque estou em ti e você está em Mim. Você é tanta a encarnaçao de Deus enquanto era o Jesus Cristo. Cada homem que nasceu novamente é uma encarnação e o Cristianismo é um milagre. O crente é tanta uma encarnação como era Jesus de Nazaré.

Jimmy Swaggert (Agonia:43)

Pode pensar de Deus o Pai, Deus o Filho, e Deus o Espírito Santo como três pessoas diferentes exatamente como pensaria de qualquer outras três pessoas -- seu "unidade" que Eles têm é uma unidade em propósito, projeto, e desejo. Quando Gênesis diz que Deus fez o homem na sua própria imagem, eu sou convencido que isso não quer dizer apenas na imagem espiritual, mas também na imagem física. .. Acredito que Deus tem um corpo de espírito. ..eu acredita que o Seu corpo está num lugar e num tempo...

A Pessoa de Jesus Cristo

1. Introdução:
Thomas Oden, no segundo volume de sua teologia sistemática, começa com a pergunta "por quê Cristo?" Antes de dizer "a resposta é óbvia", devemos considerar o fato de que, na cultura moderna onde existem vários "cristos" contraditórios, e também existe uma apatia generalizada para com Ele, a pergunta é sem duvida relevante. Num mundo onde parece não haver respostas, é nossa reivindicação que Jesus é a resposta a todas as perguntas de importância.

1.1. O cristianismo, em sua essência, é um relacionamento com uma Pessoa. Enquanto é um sistema de doutrinas, a função das doutrinas é finalmente nos levar a presença de Deus. No Novo Testamento duas palavras são traduzidas como doutrina: *didaskalia* e *didache*. Ambas significam tanto o ato como o conteúdo do ensino. Jesus possuía uma doutrina (Mt 7.28); os apóstolos tinham uma doutrina (Atos 2:42). Com o passar do tempo a igreja elaborou um conjunto de ensinamentos sobre a pessoa de Jesus. Esta doutrina de Cristo pode se aceita com várias modificações entre as chamadas religiões cristãs, ou simplesmente negada. Embora cada cristão autêntico conheça a Jesus existencialmente, é importante ter algum conhecimento doutrinário sobre Jesus para melhor compreensão da sua condição pessoal e como testemunho.

1.2. Os evangelhos não são um relato puramente histórico ou biográfico (neutro, objetivo) sobre Jesus, mas interpretam sua vida e obra a partir de uma perspectiva de fé. Mateus e Lucas rearranjaram o material de Marcos com alguma liberdade para atender as necessidades da comunidade de primeiros cristãos e não como historiadores modernos. As variações encontradas entre as narrativas dos evangelhos não comprometem, contudo, a veracidade dos fatos apresentados.

1.3. Jesus é a revelação final de Deus. Aquele que gostaria de conhecer qualquer coisa de religião e espiritualidade verdadeira deve conhecê-Lo em quem toda a plenitude da divindade habita corporalmente (Col. 2:9). É prudente reconhecer, como diz Oden, que "quanto mais perto O tornamos objeto de nosso estudo, mais cientes ficaremos que ele está nos examinando."

2. A formulação clássica da pessoa de Cristo:
Thomas Oden: As duas naturezas em uma só pessoa:

- Cristo é verdadeiramente Deus
- Cristo é verdadeiramente humano
- Cristo é uma só pessoa
- Há nele duas naturezas distintas: "divina e humana... claramente distintas e substancialmente diferentes... mas não divididas, inseparáveis e inconfundíveis."

2.1 *Aut deus aut homo malus*: A divindade de Jesus Cristo:
O AT interpretado pelo NT: O trono dele é para sempre, Sl 45.5-7; 93.2 cf. Hb 1.18; Ele enche o céu e a terra, Jr 23.24 cf. Ef 4.10; É o criador, Gn.1.1 cf. Jo 1.1-3; Is 44.24 cf. Cl 1.16; O Rei Eterno, Sl 145.13 Cf Dn 7.14; Juiz de toda a terra, Gn 18.25 cf. II Cor 5.10; Nossa esperança, Sl. 39.7 Cf I Tim 1.1; Fonte de nossa força, Sl 119.28 Cf Fil 4.13; Único salvador, Is 43.11; 49.26 Cf Mt 1.21; I Tim 1.15; At 15.11; Hb 5.9; 7.25. *O ensino do NT*: **Os nomes divinos**: Deus (Mt 1.23; Jo 1.1; Rm 9.5; Tt 1.3; 2.13); Senhor (Mt 12.8; Mc 2.28; Rm 14.9); "Senhor meu e Deus meu" (Jo 20.28); Filho de Deus, Deus verdadeiro (I Jo 5.20); Alfa e Ômega (Ap 1.8). **Os atributos divinos**: eterno (Mt 28.20; Hb 1.8; 13.8); auto-existente (Jo 5.26; Cl 1.17); onisciente (Jo 1.48; Jo 16.30); onipresente (Mt 18.20); imutável (Hb 13.8); onipotente (I Cor 1.24; Ef 1.22; Mt 28.18); sábio (I Cor 1.24); glorioso (Hb 1.3); verdadeiro (Jo 8.46); sem pecado (I Pe 1.19). **As obras de Deus**: criador (Jo 1.3; Cl 1.16; Hb 1.10); governador da criação (Jo 5.17; Hb 1.3); Salvador que perdoa pecados (Mc 2.7; Mt 1.21); ressuscita os mortos (Jo 6.39). **Digno de louvor**: aceitou o louvor dos discípulos (Mt 14.33); digno de honra igual ao Pai (Jo 5.23).

2.2. Os nomes divinos atribuídos a Jesus:
2.2.1. Foi o *Logos*, a Segunda Pessoa da Trindade que se tornou humano. Segundo J. P. Boyce, (a) não foram as três pessoas divinas que se tornaram encarnadas, mas uma delas só; (b) não foi o Pai, e o Filho, e o Espírito, mas foi o Filho só; (c) não foi Deus abstrata e conjuntamente, mas Deus pessoalmente, o Verbo que estava com Deus, e que era Deus, que se tornou carne; (d) não foi, portanto, aquele que foi comum às três pessoas que assumiu nossa natureza; mas foi aquilo que, na economia da Trindade, é distinto das outras; (f) foi, portanto, não a natureza divina nem a essência, mas a pessoa que subsiste na natureza divina igualmente com a outra, ainda que é distinto, na sua relação para com a natureza divina, das outras pessoas da Trindade.[20]

[20] O Verbo (*logos*, João 1.1, 14): (a) o princípio cósmico eterno que traz ordem ao universo (Heráclito séc. 6 a.C.); (b) este mesmo princípio cósmico permeia todas as coisas e provê o padrão de conduta para o homem racional (filósofos estóicos); (c) emanação divina que intermediou a criação do universo (Filo 20 a.C. – 42 d.C.); (d) a Palavra de Deus como poder criador e mantenedor de todas as coisas (equivalente ao conceito

2.2.2. O Messias (*christos* = o ungido, João 1:41): (a) alguém ungido para realizar uma missão que envolve redenção, julgamento e representatividade do próprio Deus (Isaías. 45:1-7); (b) expectativa escatológica (Daniel. 9:25-26); (c) expectativa política (Isaías. 9:1-7; João 6:15, 12:13, 18:33-36, Mat. 16:20); (d) o objetivo dos evangelhos foi apresentar Jesus como o Messias (esse termo era usado como um título no NT exceto em João 1:17, 17:3); (e) ênfase da igreja primitiva: Jesus é Senhor (Atos 11:20; Rom. 10:9); (f) quando o evangelho penetra o mundo helênico, *christos* passa a ser usado como nome próprio, sem as conotações religiosas do VT, e não como título (observar a mudança em Atos 2:36, 17:1-3, 18:5, Atos 28:31; Rom. 1:1; Col. 2:2; I João 1:3). Tem toda razão G. E. Ladd, quando escreve: "O título e conceito de Messias (Christos = Mashiah = ungido) é o mais importante de todos os conceitos cristológicos, historicamente falando, se não teologicamente porque tornou-se no modo central de designar a compreensão cristã da pessoa de Jesus. Isto é provado pelo fato de que *hristos*, que é propriamente um título designativo de 'ungido', logo tornou-se um nome próprio. Jesus tornou-se conhecido não só como Jesus, o Cristo, ou Messias (At 3.20), mas como Jesus Cristo ou Cristo Jesus."[21] Calvino (1509-1564), com sua conhecida acuidade, vê na indicação de Jesus como o Cristo, uma das evidências dos Seus três ofícios, a saber: Real, Profético e Sacerdotal.[22] Escreve Calvino: "Deve-se, com efeito, notar que o título Cristo diz respeito a estes três ofícios, pois sabemos que, sob a Lei, foram ungidos com óleo sagrado tanto os profetas, quanto os sacerdotes e os reis. De onde, também, foi imposto ao Mediador prometido o ilustre nome de 'Messias'. Mas se bem que reconheço haver (Cristo) sido chamado Messias com especial consideração e em razão do reino, entretanto, como também mostrei em outro lugar, a unção profética e a unção sacerdotal tem sua importância, nem nos são de desprezar-se". [23]

2.2.3. O Senhor (*kyrios*) ocorre 715 vezes no Novo Testamento, sendo empregado amplamente por Lucas em seus escritos (Evangelho – 101; Atos – 107) e, por Paulo (279 vezes), principalmente na Epístola aos Coríntios (65 vezes) e aos Romanos (44 vezes): (a) o grego *kyrios* é a transliteração do tetragrama hebraico *Yhwh* (Javé ou Jeová); isto indica que Jesus é o próprio Deus no exercício de domínio de todas as coisas – é oportuno realçar que muitas das referências feitas a Jesus como Senhor consistem em citações de textos do Antigo Testamento que referiam-se a Deus (At 2.20-21; Rm 10.13 [Jl 2.31-32]; 2 Ts 1.7-10; 1 Co 5.5; 2 Ts 1.7-10 [Is 66.6] 1 Pe 3.15 [Is 8.13]. Por isso, em diversos textos do Novo Testamento a identificação de Cristo com o Pai é tão evidente que não se tem certeza se o título "Senhor" está sendo empregado para o Pai ou para o Filho. cf. At 1.24; 2.47; 8.39; 9.31; 11.21; 13.10-12; 16.14; 20.19; 21.14; Rm 14.11)[24]; (b) a designação mais freqüente de Jesus nas cartas de Paulo e na igreja gentílica; (c) o cerne da mensagem de Paulo (II Cor. 4:5; I Cor. 12:3); (d) a relação entre confessar e viver o senhorio de Cristo (I Cor. 1:2; II

---

helenista de *logos*); (e) a Sabedoria como personificação do poder de Deus (Prov. 8:22-31, conceito paralelo ao de *logos* e Palavra de Deus); (f) o conceito joanino: personalidade, pré-existência (Gên. 1:1; João 1:1, 8:58, 17:5), divindade (João 1:1); a ausência do artigo definido antes da palavra "Deus" denota a; similaridade de essência, porém preservando a distinção de personalidade); agente criador (João 1:3); encarnação (João 1:14); literalmente "tabernaculou"; revelador (João 1:4, 14, 18): vida, luz, graça, verdade, glória, o Pai.

[21] George E. Ladd, *Teologia do Novo Testamento*, p. 127.

[22] J. Calvino, *As Institutas*, II. 6.3.

[23] J. Calvino, *As Institutas*, II.15.2.

[24] cf. Millard Erickson, *Introdução à Teologia Sistemática*, São Paulo, Vida Nova, 1997, p. 280.

Tim. 2:22). G. E. Ladd, comenta: "Isto nos leva ao significado básico de Kyrios. É a atribuição a Jesus das funções de deidade. Se confessar que Jesus é o Senhor significa salvação (Rm 10.9), a base para isto é o conceito do Velho Testamento de se invocar o nome de Javé. O próprio Paulo deixa isto claro, quando cita Joel 2.32: 'Porque todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo' (Rm 10.13). Assim, achamos que o Dia do Senhor (1 Ts 5.2; 2 Ts 2.2) tornou-se o Dia do Senhor Jesus (1 Co 5.5; 2 Co 1.14), o Dia do Senhor Jesus Cristo (1 Co 1.8) ou até o Dia de Cristo (Fp 1.6, 10; 2.16). Como Senhor, o Cristo glorificado excede as prerrogativas de Deus. Assim o tribunal de Deus (Rm 10.14) é também o tribunal de Cristo (2 Co 5.10). Deus julgará o mundo através de Cristo (Rm 2.16); e, até o fim do seu reinado messiânico, Deus governa o mundo através do Senhor glorificado."[25]

2.2.4. Jesus se intitulou "Filho do Homem" mais de quarenta vezes e, a expressão ocorre, somando os textos paralelos, cerca de 86 vezes[26] aparecendo quase que exclusivamente nos Sinóticos e nos lábios de Jesus: (a) expressão atribuída por Jesus a si próprio, nunca pelos discípulos; (b) uso da expressão nos evangelhos sinóticos (Mateus, Marcos, Lucas) aplica-se a três situações na vida de Jesus: ministério terreno, humilhação e morte, vinda gloriosa no futuro para inaugurar o reino de Deus; (c) os judeus aparentemente desconheciam o significado deste nome aplicado a um ser humano (João 9:35-36, 12:23, 34); provavelmente não havia conotação messiânica neste nome, mas sim uma alusão à própria divindade (Dan. 7:13-14); (d) significado: proclamação do caráter messiânico de Jesus e uma plena identificação com a humanidade culpada.

2.2.5. O Filho de Deus: (a) nos evangelhos sinóticos Jesus refere-se poucas vezes a Deus como Pai (aprox. 35 vezes) contra 106 em João; o propósito claro de João é tornar explícito o que os outros evangelistas deixam implícito; esta afirmação aparece em João desde o início (João 1:14, 32-34, 49), ao passo que nos sinóticos os discípulos apreendem este conceito somente a partir da metade do ministério de Jesus (Mt 16:13-16); (b) João também destaca Jesus como o <u>único</u> Filho de Deus (João1:18; 3:16,18); o significado desta ênfase é distinguir a natureza de relacionamento que Jesus tinha com o Pai da natureza dos relacionamentos com outros filhos de Deus (João 20:17); (c) Características desse relacionamento especial: amor (João 5:20, 10:17, 17:24), obras (João 5:17, 19, 10:32, 14:10), palavras (João 8:26, 28, 40, 14:24), conhecimento mútuo (João 6:46, 10:15, 17:25), domínio e honra (João 3:35, 5:23). A missão do Filho: tornar os homens participantes da vida divina (João 5:21, 26, 3:36, 6:40, 10:10), dar a sua vida pelos pecados do mundo (João 10:11, 17-18, 1:29, Marcos 10:45), exercer juízo (João 5:22). As palavras de Herman Bavinck são contundentes: "O nome Filho de Deus, quando é atribuído a Cristo, tem um significado mais profundo que o teocrático: Ele não foi um simples rei de Israel que no curso do tempo foi adotado como Filho de Deus; nem tampouco foi Ele chamado Filho de Deus por causa do Seu nascimento sobrenatural, como os socinianos e Hofman afirmavam; nem é Ele Filho de Deus no sentido meramente ético, como outros supõem; nem recebeu o título de Filho de Deus por causa da sua obra expiatória e ressurreição, interpretação que amparam em Jo 10.34-36; At 13.32-33; e Rm 1.4; porém Ele é o Filho de Deus no sentido

[25] George E. Ladd, *Teologia do Novo Testamento*, p. 390.
[26] cf. as estatísticas apresentadas de forma minuciosa por J. Jeremias, *Teologia do Novo Testamento*, São Paulo, Paulinas, 1977, p. 393-394.

metafísico: por natureza e desde a eternidade. Ele é exaltado muito acima dos anjos e profetas, Mt 13.32; Mt 21.27; 22.2; e mantém uma verdadeira relação especial com Deus, Mt 11.27. Ele é o Filho amado no qual o Pai tem prazer, Mt 3.17; 17.5; Mc 1.11; 9.7; Lc 3.22; 9.35; é o Filho unigênito, Jo 1.18; 3.16, 1Jo 4.9ss; é o próprio Filho de Deus, Rm 8.32; o Filho eterno, Jo 17.5, 24; Hb 1.5; 5.5; ao qual o Pai concedeu o ter vida em si mesmo, Jo 5.26; igual ao Pai em conhecimento, Mt 11.27; em honra, Jo 5.23; em poder criador e redentor, Jo 1.3, 5.21, 27; em coração, Jo 10.30; e em domínio, Mt 11.27; Lc 10.22; 22.29; Jo 16.15; 17.10; e por causa desta Filiação Ele foi condenado a morte, Jo 10.33; Mt 26.63ss".[27]

2.3. Implicações da divindade de Cristo.

- Podemos ter conhecimento real de Deus (João 14:9, Hebreus 1:1-2).
- A redenção está à disposição de todos os homens, pois a morte de Cristo é suficiente para todos.
- Deus e a humanidade, uma vez separados pelo pecado, foram religados por iniciativa do próprio Deus.
- Cristo merece nosso louvor e adoração (Fil. 2:9-11).

2.4. A humanidade de Jesus Cristo:
Teologicamente existe menos controvérsia em relação à humanidade de Jesus que em relação a sua divindade, mas este tópico é igualmente importante pelos seguintes motivos:

a) se Jesus não era um de nós não poderia haver salvação; a validade e a aplicabilidade da obra realizada na cruz depende da realidade da sua humanidade, assim como a sua eficácia depende da genuinidade da sua divindade.
b) se Jesus não era um de nós não poderia realizar o tipo de intercessão que o sacerdote deve fazer em favor dos que representa (Heb. 2:17).
c) se Jesus era um de nós e foi tentado como nós, então pode nos compreender e nos ajudar em nossas lutas como homem (Heb. 2:18, 4:15-16).

O Verbo se fez carne (Jo 1.14; I Jo 1.1). Ele tinha corpo humano, tendo nascido de mulher. Ele experimentou fome, dor, cansaço e todas as outras sensações físicas comuns ao homem. Hb 2.14 e Lc 24.38: Jesus negou que fosse um fantasma. Ele tinha uma alma humana, tendo experimentado emoções humanas tais como raiva, medo, alegria, pesar. Ele foi tentado, mas não pecou (Hb 4.14-16). Sua natureza humana foi plena e completa. Ele não apenas parecia ser humano. Era humano. Ele possuía todos os atributos da humanidade menos pecado.

Ele tinha uma alma humana. Sem uma alma humana ele não teria sido verdadeiramente humano. Dai a idéia de Apolinário, de que o *Logos* divino entrou num corpo humano, para ficar no lugar da alma, não é adequada. O fato de que Jesus experimentou todas as emoções humanas, tal como raiva, medo, alegria, pesada, e tristeza indica a plena humanidade do

[27] Herman Bavinck, *The Doctrine of God*, 2ª ed. Grand Rapids, Michigan, W. M. Eerdmans Publishing Co., 1955, p. 270.

Seu homem interior. De particular importância é a realidade da Sua experiência das emoções e as implicações disso para nossa vida emocional.

O "Segundo Adão": Através da sua natureza humana, Jesus Cristo demonstrou e exemplificou o que é o homem vitorioso (Sl 8.4-8). Jesus conquistou o que foi perdido por Adão: em um ambiente perfeito e sem pecado, Adão falhou, mas em um contexto apodrecido pelo pecado, Jesus venceu. Sendo puro, inconquistável, manso e dominante, Jesus revelou o que é o verdadeiro homem segundo o padrão divino.

O homem Jesus era plenamente Deus. Além de estabelecer a divindade do Filho como um membro pré-encarnado da Trindade, a encarnação envolve a noção de que o homem Jesus era também plenamente Deus. A maioria dos textos que comprovam a divindade de Cristo da perspectiva do Logos tornando-se encarnado, também estabelece este fato, desde que há uma unidade indivisível entre as duas naturezas de Jesus em só uma pessoa. Entretanto, é útil anotar, que foi o homem Jesus, não só o *Logos* considerado separadamente, que aceitou a adoração dos discípulos (Lucas 24:52). Foi Jesus como homem, que também era o Filho, que reivindicou divindade (João 8:58).

2.5. <u>O nascimento virginal</u>:
A encarnação foi um evento milagroso que envolveu a junção de divindade e humanidade (Deus provê tanto o componente humano como a encarnação). A encarnação aconteceu na concepção de Jesus. Ele não se tornou o Cristo mais tarde. Não havia nenhum Jesus preexistente em quem o Cristo foi depositado depois da Sua concepção. Há poucos textos que falam do nascimento virginal: Mat. 1:18-25; Lucas 1:26-38 e na profecia de Is. 7:14. A veracidade da doutrina é estabelecida nas seguintes considerações:

(a) A evidência textual mostra que a afirmação do nascimento virginal se encontra nos documentos originais. (b) A idéia que os primeiros cristãos tomaram emprestado a história das religiões pagãs é insustentável porque as tradições pagãs tipicamente têm uma união sexual entre os deuses e as mulheres que dão a luz aos seus filhos. Os supostos paralelos são poucos em comparação às contradições.

Erickson também nota que o caráter judaico das narrativas é um sinal da suas origens primitivas e não-pagãs. É claro que Maria fazia parte da comunidade dos crentes depois da ressurreição. Certamente ela teria falado sobre os eventos acerca do nascimento de Jesus. A presença de Tiago, o irmão de Jesus, é também importante. Teria sido difícil espalhar uma história falsa sobre o nascimento de Jesus com a família dEle presente. O nascimento de Jesus menos de nove meses depois do casamento de José e Maria, sem duvida deu origem a rumores de que Jesus nasceu ilegitimamente (João 8:41).

A doutrina do nascimento virginal é importante por várias razões. Ela estabelece a importância da encarnação como um evento sobrenatural. De fato, questionar a doutrina revela um preconceito anti-sobrenatural. As objeções tipicamente são baseadas no pressuposto que milagres não ocorrem. A doutrina também, como notamos acima, destaca o fato que Jesus era sempre tanto Deus como homem.

Um aspecto adicional da doutrina, indicado por Oden, é que o nascimento virginal permite uma participação igual tanto da feminilidade como da masculinidade na encarnação. Jesus expressa masculinidade enquanto a feminilidade de Maria foi o veículo através do qual a encarnação foi realizada. Como podemos dar honra a Maria? Devemos?

Principais significados teológicos da doutrina do nascimento virginal:

- Afirmação da natureza sobrenatural da salvação, sem qualquer intervenção humana.
- A salvação não depende de qualquer qualificação humana (a origem humilde de Maria).
- Prova da singularidade de Jesus.
- Evidência do poder e soberania de Deus sobre a natureza.

2.6 A impecabilidade de Cristo:

- O testemunho dos apóstolos: Hb 4:15, 7:26, 9:14; João 6:69; 1Pedro 2:22; 1João 3:5; 2Cor. 5:21.
- O testemunho do próprio Cristo: João 8:46.
- O testemunho dos incrédulos: Mateus 27:4, 19; Lucas 23:41.

Jesus teria sido passível de pecar? Sua tentação foi genuína ou somente uma farsa? As tentações de Cristo foram reais, embora fossem insuficientes para vencê-lo. A natureza divina torna a pecabilidade impossível. O pecado não faz parte da natureza humana básica, mas sim da corrompida. Adão e Eva antes da queda e Jesus foram os únicos seres humanos puros.

2.7. As implicações teológicas da humanidade de Cristo.

- A morte expiatória de Jesus tem valor para nós pois foi um ato sacerdotal.
- Pelo fato de ter experimentado a nossa natureza Jesus intercede por nós e nos ajuda em nossas fraquezas.
- Em Cristo vemos representada a verdadeira humanidade. Não podemos medir a humanidade de Cristo pela nossa, mas sim a nossa pela de Jesus.
- Pela dependência da graça de Deus é possível para o homem viver de acordo com o padrão divino.

3. A pessoa única:
A importância teológica da questão:

- Se Jesus era plenamente divino e plenamente humano, como definido pelos Concílios de Nicéia (325) e Constantinopla (381), como explicar a coexistência de duas naturezas com atributos contraditórios em sua pessoa?
- Essa difícil questão também agitou a teologia cristológica no início da Idade Média.
- A transposição entre o abismo moral e espiritual entre Deus e os homens depende da unidade entre a divindade e a humanidade de Cristo.

A Bíblia faz referência a uma pessoa, mas duas naturezas (Jo 1.1-18; Rm 1.3-4;) numa personalidade singular e não dividida. Fil 2.6-11: O uso da palavra "forma", m o r f h, indica que a pessoa única, Jesus, tinha as duas naturezas. É conhecido como a união hipostática, de h y p o s t a s i s, ou subsistências pessoais na natureza divina.

A única pessoa, Jesus, é tanto descendente de Davi como o Filho de Deus (Rom. 1:3-4). Em Filipenses 2, aquele que era na forma (m o r f h) de Deus se tornou na forma (m o r f h) do servo. O uso da mesma palavra, m o r f h, indica que a única pessoa, Jesus, tinha as duas naturezas igualmente. Ele não deixou de ser divino como os teólogos da kenósis sugeriram.

Ao se tornar humano o Filho assumiu uma posição de subordinação ao Pai na economia da Trindade. Isso não foi a expressão de uma subordinação ontológica que supostamente existia nas relações eternas da Trindade (Uma idéia heterodoxa proposta por Robert Letham no *Westminster Theological Journal,* 52 Outono 1990. Letham argumenta que a Trindade existe na forma de uma órdem eterna de autoridade e obediência. Wayne Grudem cai no mesmo erro infeliz e até diz que o subordinacionismo era sempre a doutrina ortodoxo! Veja *Teologia Sistemática, p 184-186.*) Segundo J. P. Boyce, em relação a Fp 2:5-8, "a subordinação, assim assumida voluntariamente pelo Filho, era manifestamente oficial, e de uma pessoa divina a outra. Não poderia ter sido uma subordinação de uma natureza divina a outra, porque apenas existe uma natureza divina. É portanto, uma subordinação de uma pessoa a uma outra, o Filho ao Pai. Não houve nessa subordinação, nenhuma separação de Cristo da Sua natureza divina. Tal separação não foi necessária para a Sua encarnação. Foi apenas necessário que Ele devesse aparecer aos homens como homem, e não como Deus. Sua divindade era, portanto, oculta na Sua forma humana. Mas Ele, sendo Deus igualmente com o Pai e o Espírito, possuiu o domínio e a autoridade sobre todas as criaturas e mundos. Este continuou a possuir essencialmente como Deus; mas, como o Filho, ele abriu mão do exercício destes direitos, deixando os exclusivamente nas mãos do Pai; para que durante o período da Sua residência na terra, ele concordasse ser a pessoa que foi enviada, e assim como servo do Pai, fazendo a vontade do Pai e obedecendo a Sua autoridade. O contexto mostra que isso é o único significado do texto. O objeto em introduzir esta declaração é para induzir os filipenses, num espírito semelhante de auto-submissão a considerar os outros melhores do que a si mesmo (um caso, portanto, de uma subordinação entre iguais). E depois desta declaração sobre Cristo, Paul reforça esta obrigação ao mostrar como Pai tinha assim recompensado este ato do Filho que o domínio e o poder que pertence essencialmente a Deus, a Cristo, portanto, na Sua natureza divina, havia sido conferida a Ele na Sua natureza humana..."[28]

[28] A doutrina do *kenosis* (do grego *kenoo* = esvaziar) baseia-se em Fil. 2:6-8 e postula que Jesus se "esvaziou da forma de Deus": (a) retendo os atributos éticos de sua divindade (amor, misericórdia, etc), mas abrindo mão dos atributos infinitos (onipotência, onipresença, etc) e assumindo qualidades humanas; (b) abrindo mão completamente da sua natureza e auto-consciência divinas; (c) os atributos divinos foram essencialmente reduzidos para se acomodarem a um modo humano de existência e expressão (alteração de gênero); (d) relativizando seus atributos infinitos enquanto estava sobre a terra (alteração de grau).O significado do auto-esvaziamento de Cristo: (1) A encarnação foi mais uma aquisição de atributos humanos que uma desistência dos atributos divinos; (2) A palavra "usurpação" (Fil. 2:6, *arpagmos*) pode ser traduzida de duas maneiras: (a) algo que se possui e que deve ser mantido a todo custo; (b) algo que se não possui e que deve ser conseguido a todo custo. 3. Em vista dessas possibilidades, três interpretações são possíveis para Fil. 2:6-8: (a) Cristo existia na forma e glória de Deus e possuía status de igualdade com Deus, mas não considerou esta igualdade

Porque as duas naturezas são necessárias na obra de redenção?

4. A conjunção das duas naturezas:
(1) A presença das naturezas divina e humana em Jesus é tratada pela teologia como "união hipostática" e é explicitamente revelada em João 1:14; Rom. 1:2-5; Fil. 2:6-11; I Tim. 3:16; Hebreus 2:14 e I João 1:1-3. (2) Após a ressurreição, a união hipostática permanece para sempre (Mat. 26:64; João 3:13; Atos 7:56). (3) A união das duas naturezas significa que elas não atuaram independentemente. Jesus não exerceu sua divindade em certas ocasiões e sua humanidade em outras. (4) Os atributos divinos de Jesus estavam funcionalmente limitados pela sua humanidade, mas não reduzidos na sua essência. Ele ainda tinha poder para ser onisciente, onipresente, etc. Uma limitação circunstancial no exercício de seu poder e de suas capacidades (não-uso voluntário). (5) A concepção da humanidade atribuída a Jesus é feita erroneamente com base na humanidade corrompida pelo pecado, mas a humanidade de Jesus existia na sua forma mais plena e imaculada. (6) A iniciativa da encarnação veio de Deus e não do homem. Nosso problema em compreender a encarnação deve-se ao fato de que na realidade estamos nos perguntando como um ser humano pode se tornar Deus, quando na verdade não é impossível para Deus se tornar homem. (7) As duas naturezas juntas participaram plenamente na pessoa de Cristo. Não havia uma oscilação entra as duas, mas uma ação conjunta. Dai Jesus ser, ao mesmo tempo, o Cristo e o Cristo é, ao mesmo tempo, Jesus. O que a única pessoa, Jesus Cristo, experimentou, Ele experimentou como Deus e homem.

As duas naturezas foram necessárias para a obra de redenção. (Anselmo "*Cur Deus Homo?*").

> 1) Como mediador era necessário que ele fosse tanto de dignidade igual do Pai como capaz de empatia plena com humanidade (Fp 2:6-11; Hb 2:17-18; 1Tm 2:5).
>
> 2) Para expiar nossos pecados Ele tinha que ser humano. Uma vez que os humanos são culpáveis, um sacrifício humano é preciso. Por outro lado, Ele também deve ser Deus, uma vez que só Deus poderia sofrer e esgotar a ira infinita de Deus.
>
> 3) Ele continua sendo ser humano depois da ressurreição, e portanto, uma representante e advogado dos seres humanos. Ele é o primeiro fruto da ressurreição, porque desde que morte veio por um homem, foi necessário que a ressurreição também viesse por um homem. Além disso, Ele é exaltado à mão direita do Pai e

---

como algo a ser retido, esvaziando-se e tomando a forma de servo (mesma essência, mesmo status funcional); (b) Cristo existia na forma e glória de Deus, mas não possuía igualdade de status com Deus, porém não considerou igualdade com Deus como algo a ser obtido a todo custo (mesma essência, porém diferente status funcional). A ênfase do texto não está sobre do que Jesus se esvaziou, mas como se esvaziou: "assumindo a forma de servo". Cristo não possuía status de igualdade com Deus, mas, ao contrário de Adão, não perseguiu a possibilidade de ser igual a Deus (Gên. 3:5); (c) O esvaziamento não se refere à forma (*morphe*) divina, que é a própria natureza e essência de Deus, mas à igualdade com Deus, quando Cristo tornou-se funcionalmente subordinado ao Pai durante sua vida terrena. A estrutura gramatical de Fil. 2:6-7 relaciona a expressão "forma de servo" com a expressão "igual a Deus" e não com a expressão "forma de Deus".

recebeu o nome que é sobre todo nome, Jeová. Dai manter a Sua divindade eterna e a Sua humanidade.

5. Aberrações práticas:

Scott Horrell nota algumas "aberrações práticas" em que a cristologia clássica pode ser um forte corretivo. Ele nota que uma ênfase desequilibrada em uma natureza pode ter graves conseqüências práticas. Na ênfase sobre o Jesus divino, distante dos homens, podem ser notados desvios da Cristologia clássica. No catolicismo romano, Jesus é "visto como uma figura nebulosa posicionada entre Deus e os santos, (...) alguém menos poderoso (e menos importante) do que o Deus Pai, "a Mãe de Deus" e o próprio Satanás! - e, de novo, menos relevante do que o panteão de santos, onipresente na religião popular. Para milhões de latino-americanos, então, o significado bíblico da natureza divina de Cristo é tão distante e insignificante quanto a idéia de Sua natureza humana. Que ele é, em teoria, Deus Filho, sim. Jesus Cristo, porém, perde a relevância na prática popular da igreja - especialmente como homem, mas até mesmo como Deus."

Entre os evangélicos, o preço de se defender apenas a divindade de Jesus Cristo, numa época em que esta tem sido eclipsada por "outros cristos", o preço também tem sido bem alto. Ao abrirmos mão de meditarmos em sua humanidade, em equilíbrio com Sua exaltada divindade, talvez ajam razões bem sutis por trás de disto! Então, "em vez de exaltar a Virgem Maria e os antigos santos, os evangélicos tendem a venerar pregadores, super-pastores e televangelistas. Proclamamos que a vida cristã (...) traz-nos as bênçãos de felicidade emocional, estabilidade financeira, bem-estar familiar e sucesso profissional - a despeito do exemplo do próprio Jesus que adoramos. Pois, enquanto os benefícios humanos do evangelho são muitos, o Redentor repetidamente nos indica que devemos deixá-los, para seguir a *via dolorosa* da cruz - e isto, não de forma passiva, mas deliberada, dando-nos uns aos outros em amor e em obediência ao Senhor."

Adoramos a Cristo como Deus, mas não temos o seguido como modelo de obediência radical. Segundo Berkhof, "não se deve salientar o esplendor da Sua divindade a ponto de obscurecer a Sua verdadeira humanidade."

No catolicismo romano popular, o Jesus humano é menos que divino. Ainda segundo Horrell, "entre o bebê Jesus sossegado nos braços de sua mãe Maria e o Jesus agonizante do crucifixo, quase nada da vida do Salvador é reconhecido como essencial e relevante para o viver diário. (...) Sem ressurreição, o Cristo popular da América Latina sacraliza o sofrimento e deixa o povo sem recursos para uma vitória espiritual e material. Identificar-se com a humanidade de Jesus significa, na realidade, submeter-se passivamente à desumanidade e injustiça do mundo à sua volta."

Então, no nível prático, a natureza divina raramente é negada, mas do mesmo modo, raramente ela é afirmada. Precisamos voltar não apenas para Calcedônia, mas para as confissões e catecismos da Reforma.

Os estados de humilhação e exaltação

1. Os estados de humilhação e exaltação (Fp 2:5-11)
A humilhação de Cristo é o ato de assumir uma natureza humana e expiar os pecados dos homens. Ela inclui a encarnação e a expiação. A exaltação é a ressurreição, a ascenção e a sessão de Cristo à mão direita do Pai. Segundo Louis Berkhof, "a doutrina dos dois estados de Cristo realmente data do século dezessete, embora já se encontrassem indícios dela nos escritos dos reformadores, e mesmo em alguns dos chamados pais da igreja primitiva." A seqüência histórica na Vida de Jesus Cristo:

Humilhação
O Logos Preexistente
O Esperado
O Encarnado
O Concebido pelo Espírito Sagrado
O Nascido da Virgem
O Batizado Que Identificou com pecadores
O Anunciador do Reino
O Servo Sofredor
O Crucificado
O Morto
O Sepultado

Exaltação
O Juiz Final do Ultimo Dia
Aquele que Voltará
O Intercessor
O Sentado à Mão Direita do Pai
O Ascendido aos Céus
O Ressuscitado

A consideração e meditação nos estados de humilhação e exaltação nos conduz à adoração e devoção por Cristo Jesus, pois ela nos lembra que Ele é o rei assunto aos céus, governando a Igreja, Céu e Terra, além de ter triunfado sobre a morte, o último inimigo, abrindo caminho para o Seu povo, dos quais Ele é o cabeça e Senhor. O louvamos, pois sem pecado, judicial e federalmente fez-se pecado em favor dos eleitos, morrendo de forma eficaz por eles. Em seu sofrimento deu-nos exemplo de obediência e paciência, e como aquele que está sentado à mão direita do Pai, faz continua intercessão em favor de Sua Igreja. Em vários acontecimentos de Sua vida, como o nascimento virginal, os milagres e exorcismos, sua ressurreição e ascensão, aprendemos que o sobrenatural pode entrar na história do mundo, o infinito entrando em relações finitas.

2. Cristo morreu:
A morte de Cristo é predita no AT: 1. É o cumprimento do sistema de sacrifícios, iniciado com Abel (Gn 4.4), o carneiro do Monte Moriá (Gn 22.13), o cordeiro da Páscoa (Êx 12), os sacrifícios levíticos (Lv 1-7), etc. 2. As profecias apontam a morte de Cristo: a traição do Messias (Sl 41.9; Jo 13.18; At 1.16), a crucificação (Sl 22.1,7,18; Mt 27.39s) e a

ressurreição (Sl 16.8-11; At 2.25-28). Também Is 53; Dn 9.26; Zc 11.12s; 13.1,7. O propósito principal da encarnação: Nos Evangelhos, tanto como nas Epístolas, sua morte é central para o propósito divino (Mc 10.45; Jo 3.16; Hb 2.9,14; 9.26; I Jo 3.5; Lc 9.31; Ap 5.8s). O Testemunho do Salvador: Jesus mesmo disse repetidamente que iria morrer como o cumprimento de sua obra na terra (Mt 16.21; 17.22; 20.18s; Mc 9.31; Lc 9.44; ss.21s; Jo 10.18; 12.32s; 15.20). Significado do Evangelho: Em seu sentido central a palavra "evangelho" (euaggevlion 77 vz) no NT está diretamente relacionada com a morte e a ressurreição do Filho de Deus: assim o *euangélion* é a mensagem que pregamos para que os homens sejam eternamente salvos: I Co 1.18,23; 2.2; 15.1-5; Rm 1.16; 15.19; Gl 1.8,9; 6.14; Ef 1.13.

3. "Desceu ao *Hades*":[29]

A expressão "desceu ao *Hades*", com referência a Cristo, não é encontrada em nenhum lugar das Escrituras. Afirma-se que o Redentor "desceu às regiões inferiores, à terra" (Ef 4.9),1 mas não que ele desceu a um lugar chamado *Hades* depois de sua morte e sepultamento. Todavia, essa expressão apareceu em dois credos da igreja cristã antiga, ainda que com palavras diferentes. A primeira ocorrência está no Credo Apostólico, que tem a expressão latina *"descendit ad inferna"* (desceu aos infernos/*Hades*), e a outra se encontra no Credo de Atanásio, com a expressão latina *"descendit ad inferos"* (desceu às regiões inferiores). A fé reformada rejeita:

(a) Qualquer noção de descida literal de Jesus ao Hades após a sua morte e antes da sua ressurreição. Embora estivesse sob "o estado de morte" até a sua ressurreição, ele não passou um fim-de-semana num lugar chamado *Hades*.

(b) Qualquer possibilidade da pregação de uma segunda oportunidade de salvação feita por Jesus, pelos apóstolos ou por outros santos quaisquer no *Hades*, depois de sua morte. A morte de todos os apóstolos e crentes é a abertura para a sua entrada no céu, é o descanso das suas fadigas desta vida, e não o trabalho penoso de evangelizar no inferno. De modo contrário, a morte de todos os ímpios é o selo do seu destino eterno. Não há mais qualquer oportunidade de redenção após a morte.

(c) A idéia luterana de que Jesus Cristo teria descido ao *Hades* para proclamar a sua vitória (sendo esse o primeiro estágio de sua exaltação), porque de acordo com as Escrituras e os seus símbolos de fé, a exaltação de Jesus Cristo começa com a sua ressurreição, que é a sua vitória sobre a morte!

(d) Qualquer noção de que os crentes do Antigo Testamento estivessem cativos no *Hades*, e de que Jesus Cristo lá desceu para libertá-los, usando-se Ef 4.8-9 como texto-prova para justificar tal posição. A Escritura ensina que os crentes do Antigo Testamento não foram para o *Hades* após a sua morte, mas foram estar com Deus (Sl 73.23-24), como é também o

29 cf. Heber Carlos de Campos, *"Descendit ad Inferna"*: uma análise da expressão "desceu ao Hades" no cristianismo histórico" in: *Fides Reformata* 4/1. Neste artigo não são examinadas as interpretações recentes de grupos neo-pentecostais ou carismáticos. Se o leitor quiser alguma informação a respeito, pode consultar o capítulo "Redenção no Inferno" do livro de Hank Hanegraaff *Cristianismo em Crise* (Rio de Janeiro: CPAD, 1996).

ensino do Novo Testamento. As Escrituras afirmam que aqueles que morrem têm os seus corpos sepultados e seus espíritos voltam para Deus, que os deu (Ec 12.6-7). Elas também afirmam que Elias, Enoque e Moisés estão no céu com Deus, e não no *Hades* (Gn 5.24; 2 Rs 2.11; Lc 9.29-32).

(e) Que Satanás possuía as "chaves" da morte, do inferno e da sepultura, e que Jesus desceu ao Hades para tomá-las dele. Não há qualquer sugestão nas Escrituras de que essas coisas pertençam a Satanás. Falando sobre Jesus Cristo (conforme a interpretação joanina no Apocalipse), Isaías diz que a chave do senhorio do universo pertence a Jesus Cristo (Is 22.21-22 e Ap 3.7). Há somente outros dois versos da Escritura que mencionam as chaves, e Satanás nunca é associado a elas. O primeiro texto diz que a "chave do reino dos céus" foi entregue por Jesus aos apóstolos (Mt 16.19) e o segundo afirma que as chaves da "morte e do inferno" pertencem a Jesus Cristo (Ap 1.18). Somente o Senhor possui as chaves da morte e do inferno. Ninguém mais!

A fé reformada aceita o Credo Apostólico como expressão da fé genuína dos pais da igreja. Contudo, o entendimento dos reformados com respeito ao *Hades* é diferente do de muitos cristãos evangélicos. Os símbolos de fé reformados explicam o sentido da expressão "desceu ao *Hades*", inserida no Credo de Aquiléia no quarto século, como uma expressão substitutiva para descrever o que aconteceu a Jesus Cristo, como nosso representante, na cruz.[30] Observe-se a resposta à pergunta 44 do *Catecismo de Heidelberg*:

> P. Por que se acrescentou: "Ele desceu ao Hades"?
> R. Para que em minhas maiores tribulações eu possa estar seguro de que Cristo, meu Senhor, através de indizíveis terrores, dores e angústias que sofreu em sua alma na cruz e antes dela, redimiu-me da angústia e dos tormentos do inferno.

Veja-se a resposta do *Catecismo Maior de Westminster* à pergunta 50:

> P. Em que consistiu a humilhação de Cristo depois da sua morte?
> R. A humilhação de Cristo, depois da sua morte, consistiu em ser ele sepultado, em continuar no estado dos mortos e sob o poder da morte até ao terceiro dia, o que, aliás, tem sido expresso nestas palavras: Ele desceu ao inferno (*Hades*).

De maneira diferente do *Catecismo de Heidelberg*, o *Catecismo Maior de Westminster* interpreta o *Hades* como sendo sepultura ou, ainda melhor, o estado de morte.

Contudo, entre os escritores reformados prevalece a idéia dos símbolos combinados. A significação de *Hades*, no Credo Apostólico, é a de que Jesus Cristo experimentou a condenação divina que se evidencia na humilhação de morrer e ser sepultado, ficando sob o

[30] É importante observar que Pedro fala em seu discurso de Atos 2 que Jesus Cristo esteve no *Hades*, mas *Hades* aqui tem um sentido muito diferente. Citando o Salmo 16.8-11, referindo-se ao seu estado após a morte, Pedro coloca na boca de Redentor as seguintes palavras: "... porque não deixarás a minha alma na morte, nem permitirás que o teu Santo veja corrupção" (At 2.27). A palavra "morte" no grego é *Hades*. E *Hades* aqui significa estado de morte, não somente sepultura. Ela é a tradução do salmo onde o escritor usa a palavra hebraica equivalente, *sheol*. Durante esse estado de morte (*Hades*), isto é, durante o tempo em que o seu corpo ficou separado de sua alma, o corpo de Jesus estava na sepultura e sua alma estava com seu Pai no paraíso ou céu.

poder da morte, mas tais escritores incluem, sobretudo, os seus sofrimentos agonizantes antes e durante o tempo que passou na cruz. Experimentar o inferno é experimentar o doloroso abandono da presença confortadora de Deus. Foi exatamente isso que Cristo experimentou. A ira de Deus desceu sobre o Filho encarnado e se manifestou não somente nas dores infernais do seu corpo, mas também nas angústias infernais que se apoderaram de sua alma. Portanto, Jesus nunca desceu ao *Hades* literal e espacialmente, mas experimentou intensivamente todas as coisas que o *Hades* representa, descritas acima. Ele experimentou o inferno antes da morte e na própria morte, mas nunca depois dela. Por causa da experiência infernal que Cristo teve em face do juízo divino, aqueles por quem ele morreu são libertos para sempre da condenação do inferno. É esse o sentido que os reformados dão para a frase *descendit ad inferna*.

AS APARIÇÕES DEPOIS DA RESSURREIÇÃO

Sepultamento de Jesus	Ressurreição de Jesus	Aparições de Jesus aos Discípulos (40 dias)		Ascensão de Jesus
Mt 27.71-28.1	Cenas do túmulo vazio		(At 1.3)	
		Tarde de Domingo:		
	Túmulo aberto Mt 28.2-4	1) Pedro	Lc 24.34 1 Co 15.5	Mc 16.19-20
	Mulheres Mt 28.5-8	2) Dois discípulos	Mc 16.12-13 Lc 24.13-32	
Mc 15.47-16.2	Mc 16.2-8 Lc 24.1-8 Jo 20.1-2	3) Discípulos, exceto Tomé	Mc 16.14 Lc 24.36-43 Jo 20.19-25	
		Domingo seguinte:		Lc 24.50-53
	Pedro e João Lc 24.12 Jo 20.3-10	Discípulos, inclusive Tomé	Jo 20.26-29	
		Quatro a cinco semanas seguintes:		
	Aparições às mulheres Mt 28.9-10 Mc 16.9-11	1) Discípulos no Mar da Galiléia	Jo 21.1-23	
Lc 23.55-56	Lc 24.9-11 Jo 20.11-18	2) Discípulos e 500 crentes numa montanha da Galiléia	Mt 28.16-20 Mc 16.15-18 1 Co 15.6	At 1.9
		3) Tiago	1 Co 15.7	
		4) Discípulos em Jerusalém	Lc 24.44-49 At 1.3-8	

3. Cristo ressuscitou:

O Cristianismo é uma religião de milagres, e o milagre da ressurreição de Cristo é o centro objetivo e vivo da fé cristã. Assim a ressurreição faz parte essencial do *kerigma* da igreja

em todos os tempos. A esperança da futura ressurreição dos crentes depende da ressurreição de Cristo (I Co 15.1-19). Em sua ressurreição Ele venceu a morte para podermos participar da justiça que em sua morte adquiriu para todos nós (I Co 15.17, 54-55; Rm 4.25; I Pe 1.3,21). Em sua ressurreição, também somos ressuscitados para uma nova vida (Rm 6.4; Col 3.1-5; Ef 2.5).

3.1. A natureza da ressurreição - Na ressurreição houve tanto continuidade como descontinuidade com o estado de Cristo prévio.

A natureza do corpo ressurreto:
Concepções sobre a vida após a morte:

- Gregos: imortalidade da alma sem ressurreição do corpo; dualismo entre alma e corpo (Atos 17:32).
- Judeus: ressurreição do mesmo corpo; unidade entre corpo e espírito (Lucas 24:37).
- Igreja: ressurreição com um novo corpo espiritual transformado, glorioso e incorruptível, igual ao corpo de Jesus (I Cor. 15:35-58; II Cor. 5:1-4; Fil. 3:20-21).

O corpo físico de Jesus após a ressurreição tinha características tanto materiais quanto espirituais (Lucas 24:36-43; João 20:19-20; 26-27).

Foi uma ressurreição literal e física do mesmo corpo. Jesus predisse que ele se ressucitaria no mesmo corpo. " Deribai este templo, e em três dias o levantarei." (João 2:19). O corpo foi ausente do túmulo. A roupa dEle foi deixado no túmulo, mas o corpo sumiu. Se o corpo fosse roubado, a roupa teria sido levado também. Portanto, Jesus foi ressucitado no mesmo corpo em que Ele morreu. (João 20:1-29) O corpo ressucitado era um corpo de carne e osso. Ele não foi fantasma (Lucas 24:39). Ele podia comer e ser tocado (João 21:13; 20:27).

Foi o mesmo corpo num estado glorificado. Como o primogênito dentre os mortos (Col. 1:18) Jesus tem um corpo incorruptível igual aos corpos que os santos ressucitados no futuro terão (1 Cor. 15:42-44). É um corpo que nem ficará doente nem morrerá. É um corpo com capacidades e poderes além dos que tinha antes. Jesus foi capaz de entrar numa sala trancada (Lucas 24:36), desaparecer (Lucas 24:31) e ascender aos céus (Atos 1:9).

3.2. O significado da ressurreição.
1) A ressurreição autenticou as reivindicações que Jesus fez sobre Sua divindade. 2) Ela é um sinal que o Pai aceitou o sacrifício de Cristo pelos homens. 3) É uma demonstração que a morte foi derrotada e é uma garantia da esperança de uma ressurreição futura dos santos. É a vitória sobre a morte e uma previsão da glória dos santos que há de vir. 4) Envolveu a vitória absoluta sobre o diabo e os demónios (Col. 2:15). Portanto, a expiação e a ressurreição são a base legal pela autoridade do crente sobre Satanás e os demónios. 5) A igreja serve um Senhor vivo. O evangelho significa um relacionamento pessoal com um Salvador vivo. A promessa de Cristo estar presente conosco para sempre é única entre as religiões, mas não significaria coisa alguma se Ele fosse morto.

3.3. Heresias -
1. Testemunhas de Jeová - As TJs negam a continuidade do corpo. Segundo elas, Jesus não foi ressucitado no mesmo corpo, mas num corpo espiritual, como os anjos. Portanto, Ele não continuou sendo identificado com a humanidade. A encarnação acabou quando Ele morreu. Quando Ele quis aparecer diante dos discípulos, Ele materializou um corpo físico temporariamente.

2. A Nova Era - A Nova Era, O Hinduísmo, e outros grupos do oculto, ensinam a doutrina de reencarnação. Para eles as aparências de Jesus eram de uma natureza espiritual. Eles acham que o espirito Jesus é um "mestre ascendido" e altamente evoluído. Talvez Ele volte à terra na forma do Cristo da Nova Era.

3. Outras negações da ressurreição (a teoria do desmaio, a noção de que os discípulos roubaram o corpo, a ressurreição como alucinação, as mulheres foram ao túmulo errado) são refutados no livro de Josh McDowell, *Evidencia que Exige um Veredito*, 291-323). Negações da ressurreição estão, comumente, fundamentadas na negação *a priori* da possibilidade dos milagres. Atrás deste pressuposto é a negação da existência do Deus da Bíblia. Uma vez que admitir que o Deus Triúno existe, não há razão alguma para desacreditar na possibilidade da ressurreição.

3.4 Evidências Históricas: A luz dos métodos historiográficos, a ressurreição de Jesus é o fato melhor atestado em toda a história:

1. O medo do poder de Roma foi totalmente ignorado quando foi quebrado o selo romano posto sobre o túmulo;
2. Tanto judeus quanto os romanos admitiram que o túmulo estava vazio. Ninguém podia achar ou mostrar o corpo. “O silêncio dos judeus é tão significativo quanto o falar dos cristãos”;
3. De alguma maneira, a pedra de quase duas toneladas foi removida da entrada do túmulo, isto à plena vista da guarda romana;
4. Uma guarda militar romana, altamente disciplinada, deixou seu posto e precisou ser subornada pelas autoridades para mentir sobre o que realmente aconteceu. Foi justamente para evitar o roubo do corpo que a guarda foi exigida (Mt 27.64s);
5. A mortalha, intacta, não continha o corpo. João Crisóstomo notou que os ladrões não puderam roubar o corpo nu porque demora-se muito para tirar o linho: “ele [o corpo] foi enterrado com muita mirra, que cola o linho ao corpo assim como o chumbo”, *Hom*. 54, sobre João 4;
6. Mais tarde, Cristo apareceu a mais de 500 testemunhas, em diferentes situações – a maioria ainda vivos quando Paulo escreveu I Co em c. 55/56 d.C. É significativo notar que houve grandes diferenças entre as testemunhas e as circunstâncias;
7. Por causa da desconsideração dos judeus em relação à confiabilidade das mulheres, a manipulação da história da ressurreição nunca as teria escolhido para serem as primeiras testemunhas do fato. Flavio Josefo, “Antiguidades iv.8.15”: “Das mulheres, nenhuma evidência será aceita, por causa da frivolidade e temeridade do seu sexo”;

8. Leon Morris diz que a evidência conclusiva contra a possibilidade de que os discípulos roubaram o corpo é a disponibilidade dos discípulos de sofrer e até morrer por sua fé, crendo que realmente houve a ressurreição do seu Senhor – e isto depois de terem fugido e se escondido durante a crucificação;
9. É importante perceber que não existe evidência para qualquer refutação do cristianismo primitivo nos primeiros séculos sobre a ressurreição de Cristo. C. F. D. Moule argumentou que a igreja foi construída sobre este fato, que o Messias Jesus, uma vez crucificado, ressuscitou dentre os mortos;
10. No fim, há uma ausência de outras explicações satisfatórias para o fenômeno da ressurreição de Cristo; qualquer outra teoria não responde a toda a evidência.

A importância da ressurreição e sua relação com o Antigo e Novo Testamento:

- A ressurreição de Cristo é um dos cernes doutrinários do Evangelho (I Cor. 15:3-4, 16-19).
- A ressurreição era uma esperança dos judeus (Jó 19:25-27; João 11:23-24; Atos 24:14-15).
- Profecias gerais sobre a ressurreição do corpo no AT (Salmo 49:15; Isaías 26:19; Daniel 12:2; Oséias 13:14).
- Poucas referências específicas sobre sua ressurreição de Cristo no Antigo Testamento (Salmos 16:8-11 e 110:1; Atos 2:24-32; 13:35-37).
- A ressurreição ao terceiro dia (Lucas 24:44-46 → Oséias 6:2; Mateus 12:40 → Jonas 1:17).
- Predições do próprio Cristo (Mateus 16:21, 17:23, 20:17-19; Marcos 9:30-32, 14:28; Lucas 9:22, 18:31-34; João 2:19-22).

4. Cristo subiu aos céus:

4.1 A ascensão foi o assento visível de Jesus na Sua natureza humana. Ela significa a assunção do estado de Jesus na plenitude da Sua glória celestial (Ap. 1:13-17). A Ascensão foi mas uma etapa na obra mediadora de Jesus, parecida com a entrada do sacerdote nos santos dos santos para oferecer o sangue no altar. Jesus entrou na presença do Pai para ser nosso mediador. Foi necessário, também, que Jesus saísse da terra para que o Espírito Santo viesse.

O significado da ascensão inclui o seguinte:
Glorificação: Jesus foi exaltado à mão direita do Pai, recebendo seu lugar como Senhor e Deus soberano (Mt 26.63,64 [Dn 7.13]; At 7.55; Ap 5-6; etc.).
Irmão eterno: Além disso, Cristo levou sua humanidade ao céu; ele funciona como o nosso sumo sacerdote, advogado e irmão, capaz de compadecer-se de nós (Hb 2.10-5.10).
O Primogênito: Além do mais, através da ascensão à glória, Cristo abriu o caminho da ressurreição, ascensão e glorificação de todos os que são dele: sejam mortos ou vivos, nós vamos subir para morar em glória com ele (Mt 26.29; I Ts 4.13-17; I Co 15.51-56).

A *Parousia*: A ascensão de Cristo aponta plenamente para a sua volta, como Rei dos Reis e Senhor dos Senhores. A volta será física, vista por todos, com conseqüências extraordinárias (Mt 16.27; 24.3-31; At 1.11s [cf. Zc 21.10; 14.4]; II Ts 1.7-10; Ap 19.11-16).

A ressurreição e a ascensão de Cristo foram eventos separados no tempo, mas parte de um único processo: sua exaltação em glória (Efésios 1:20-23).

Resultados da ascensão:

- preparação do lugar da nossa futura habitação (João 14:2-3).
- a descida do Espírito Santo (João 16:7).
- a distribuição de dons espirituais aos crentes (Salmo 68:18; Efésios 4:7-8).

4.2 A sessão de Cristo à mão direita do Pai. Cristo, assentado à mão direita do poder (Mat. 26:64), que é a mão direito do Pai (Atos 2:33), é uma figura que expressa a autoridade suprema sobre todas as coisas que Ele tem (Ef. 1:2-23). É uma referência ao reino de Cristo, mas também inclui o papel dEle como sacerdote e profeta. A sessão foi a restauração da glória que Ele tinha antes da encarnação (João 17:5). Não era uma evolução para divindade ou um plano espiritual mais alto como a Nova Era diz. Foi uma declaração publica da divindade de Jesus. Ele recebeu o nome sobre todos os nomes (Fil. 2:9). Ele assumiu na Sua natureza humana, o que Ele já tinha na Sua natureza divina.

5. A obra de Cristo: seu ministério atual

Embora os aspectos passados da obra de Cristo sejam os mais conhecidos e ensinados, devemos ter em mente que Jesus está vivo e atuante hoje. Após a sua ascensão Cristo está nos céus à direita de Deus (Marcos 16:19; Atos 7:55-56; Rom. 8:34; Col. 3:1; Heb. 1:3, 12:2).

O exercício da autoridade universal: Cristo recebeu autoridade plena da parte de Deus, que usou não só para criar o universo, mas também para mantê-lo sob sujeição (Mat. 28:18; Col. 1:16-17; Efésios 1:20-21).

Cristo é o cabeça da Igreja, que é o seu corpo, a qual reúne os crentes de todas as épocas e de todos os lugares (Efésios 1:22-23; Col. 1:18). A Igreja dá continuidade ao ministério de Cristo na terra (Mat. 28:18-20; II Cor. 5:20; João 14:12). Cristo intercede junto a Deus por aqueles que são seus (João 17:9, 20; Rom. 8:34; Heb. 7:25). Cristo é nosso Advogado (*parakletos*) junto a Deus, cuja expiação teve eficácia eterna (I João 2:1; João 14:16,26; Apoc. 12:10; Jó 1:6-12).

6. A segunda vinda de Cristo e a implantação de seu reinado eterno

Embora haja diferenças entre os teólogos ortodoxos quanto à natureza e seqüência dos eventos futuros, é ponto de aceitação geral que Cristo um dia retornará à terra (Atos 1:10-

11) e que este dia marcará a intervenção final de Deus na história humana (Mateus 24:3; II Pedro 3:1-13).

No Antigo Testamento, a segunda vinda de Cristo é muitas vezes anunciada implicitamente no contexto da restauração final da nação de Israel, através do uso das expressões "dia do Senhor", "naquele dia" ou "nos últimos dias" (Amós 5:18; Joel 1:15, 3:18; Sofonias 3:11; Zacarias 14:9; Isaías 2:2-4, Oséias 3:5; Malaquias 3:1-2).

No Novo Testamento, a encarnação ou primeira vinda de Cristo é vista como o cumprimento da esperança do Antigo Testamento e a sua segunda vinda como a consumação dessa esperança. O cumprimento e a consumação são duas partes de uma única obra redentora, com implicações passadas, presentes e futuras.

As referências no Novo Testamento à segunda vinda de Cristo usam expressões correlatas às do Antigo Testamento: "dia do Senhor, dia do Senhor Jesus, dia de Cristo, aquele dia, último dia, etc (Mateus 24:36; João 12:48; I Cor. 1:7-8; Fil. 1-6, 2:16; I Tes. 5:2; II Tes. 1:10; II Tim. 1:18; II Pedro 3:10).

Circunstâncias da segunda vinda de Cristo: a) será precedida de sinais (Mat. 24:3-14, 32-33); b) será visível e inconfundível (Mat. 24:30; Apoc. 1:7); c) será repentina e inesperada (Mat. 24:27, 36-44, 25:13; Luc. 21:34; I Tes. 5:1-3); d) ocorrerá mesmo contra a expectativa dos incrédulos (Tiago 5:8; II Ped. 3:4-10; Apoc. 22:20).

Finalidades da segunda vinda de Cristo: a) manifestar sua glória e poder (II Tes. 1:7; Tito 2:13; I Pedro 4:13); b) destruir o anticristo e a maldade (II Tes. 2:7-8); c) ressuscitar os mortos (I Cor. 15:20-23; I Tes. 4:16-17); d) transformar os crentes ainda vivos (I Cor. 15:51-52; Fil. 3:20-21; I João 3:2); e) reunir os redimidos (Mateus 24:30-31; II Tes. 2:1); f) estabelecer o seu reino na terra (Apoc. 20:1-7, Isaías 11:1-10); g) separar os justos dos injustos (Mateus 26:31-46); h) distribuir o galardão aos santos, de acordo com pensamentos e obras (II Cor. 5:10; I Cor. 3:12-15; I Cor. 4:5); i) julgar os incrédulos (Apoc. 20:11-15); j) destruir a atual ordem das coisas e estabelecer novos céus e nova terra (II Pedro 3:7, 10-13; Apoc. 21-22).

Significados presentes da segunda vinda de Cristo: a) exortação à vigilância (Mat. 24:42-44; I Tes. 5:4-6); b) exortação à santidade (II Pedro 3:11-12; I João 3:2-3); c) guardar-se do engano (II Tes. 2:1-3); d) o atraso na sua vinda é apenas aparente, revelando paciência e bondade (II Pedro 3: 9).

Santo Anselmo

CUR DEUS HOMO

- condensado do argumento principal -

Tenho sido rogado freqüentemente por muitos, oralmente e por carta, que expusesse por escrito porque necessidade e por que razão Deus, sendo onipotente, tomou a humildade e a enfermidade da natureza humana para poder salvá-los.

Tentarei satisfazer aos seus pedidos, não para que pela razão se aproximem da fé, mas para que se deleitem das coisas que crêem pela inteligência e pela contemplação, e possam, o quanto possam, estarem preparados para darem uma satisfação àqueles que lhes perguntarem sobre a nossa esperança.

Vejamos primeiramente o que é pecar, e o que é satisfazer pelo pecado.

Se o anjo ou o homem sempre dessem a Deus o que lhe é devido, nunca pecariam, pois nada mais é pecar do que não dar a Deus o que lhe é devido, isto é, toda a vontade da criatura racional sujeita à vontade de Deus.

Quem não dá a Deus isto que lhe é devido, tira de Deus o que lhe é devido e o desonra, e isto é pecar. Enquanto não devolver o que é devido, permanece em culpa.

Não é suficiente, porém, devolver o que lhe foi tirado, pois pela injúria feita sempre deve-se devolver mais do que se tirou. É assim que não é suficiente para quem lesa a saúde de outro que lhe devolva a saúde, pois deve também, pela dor impingida, recompensar-lhe com algo mais. Do mesmo modo não é suficiente para quem viola a honra de alguém que lhe devolva a honra, pois deve também, de acordo com o dano que lhe causou, restituir-lhe algo a mais que seja de seu agrado.

Mas com que poderás resgatar a Deus pelo teu pecado? Arrependimento, um coração contrito e humilhado, abstinências, trabalhos corporais, misericórdia no dar e no perdoar e obediência? Em tudo isto, porém, o que dás a Deus? Ao dares a Deus algo que já lhe devias, mesmo que não tivesses pecado, não podes computar isto como o resgate que lhe deves pelo teu pecado. O que, pois, lhe darás pelo teu pecado? Se eu mesmo, e tudo o que eu posso, mesmo quando não peco, e Ele o devo para que não peque, nada mais terei com que possa resgatar pelo pecado.

Entretanto, ainda que estas coisas não as devesse já a Deus, mesmo estas não seriam suficientes para resgatar do pecado, mesmo de um pecado tão pequeno como um olhar contra a vontade de Deus.

Considera quão grave é o pecado. Se estás na presença de Deus e alguém te dissesse: “Olha”, e Deus, ao contrário: “De modo algum quero que olhes”, pergunta em teu coração qual é o motivo que justificaria ir contra a vontade de Deus.

Se necessário fosse olhar para que todo o mundo e tudo o que não é Deus não perecesse e não voltasse ao nada, mesmo se houvessem muitos mundos cheios de criaturas e que estas se multiplicassem ao infinito, nem por isto deverias olhar, o que não significa outra coisa senão que tudo isto é de menos valor do que a gravidade do pecado.

Ninguém, pois, poderá satisfazer pelo pecado, por menor que seja, a não ser quem puder resgatar pelo pecado do homem com algo que seja maior do que tudo o que não é Deus.

Ora, somente poderá dar algo de seu a Deus que seja maior do que tudo o que há debaixo de Deus aquele que for maior do que tudo aquilo que não é Deus.

Ninguém, porém está acima de tudo o que não é Deus senão Deus.

Portanto, não poderá satisfazer pelo pecado do homem ninguém, senão só Deus. Mas também não o poderá

fazer, se não for homem, caso contrário não será o homem que dará a satisfação.

É necessário, portanto, que esta satisfação venha do Deus homem.

A razão, portanto, nos ensina que quem satisfará pelo pecado do homem deve possuir algo maior do que tudo o que há debaixo de Deus, e que o dê espontaneamente, e não por uma obrigação, a Deus. Deverá, pois, se pôr a si mesmo para a honra de Deus, ou algo de si mesmo que de algum modo já não o devesse a Deus.

Se, porém, o Filho de Deus der a sua vida a Deus, ou se se oferecer à morte para a honra de Deus, isto Deus não o exigiria dele, porque a morte entrou no mundo pelo pecado, e o Deus homem não tendo pecado, não seria obrigado a morrer.

É fácil também ver que a morte deste homem é maior do que tudo aquilo que há ou pode haver no mundo.

Considera que se alguém te dissesse: "Se não matares este homem, perecerá todo este mundo e tudo o que não é Deus", deverias matá-lo para conservar todas as demais criaturas? Não o farias, certamente, mesmo que te mostrassem um número infinito de criaturas. E se te dissessem: "Ou o matas, ou todos os pecados do mundo cairão sobre a tua alma"?

Deverias responder que mais preferirias que caíssem sobre a tua alma todos os pecados não só deste mundo, como de todos os que existiram e de todos os que existirão, do que matar a este homem.

Mas por que esta é a resposta que deverias dar, senão porque a vida deste homem, ou mesmo uma sua pequena lesão, vale mais do que todos os pecados do mundo? De onde que se segue que esta vida é mais amável do que são odiáveis todos os pecados.

Não vês que um bem tão amável pode ser suficiente para pagar o que é devido pelos pecados de todo o mundo? Na verdade o pode mais ao infinito.

Vê-se, portanto, como esta vida pode vencer todos os pecados, se por eles for entregue.

Se, porém, o Filho de Deus oferecer espontaneamente a Deus um dom tão grande assim, não é justo que fique sem retribuição. Mas o que se lhe dará que como Deus já não o tivesse, ou o que se lhe perdoará, se nada devia? Antes que o Filho oferecesse sua vida ao Pai, tudo o que era do Pai também era seu, e nunca deveu nada que pudesse ter que lhe ser perdoado.

Vê-se, assim, por um lado, a necessidade de ser recompensado, e por outro, a impossibilidade de se o fazer.

Mas se o Filho quisesse o que a si é devido, dá-lo a outrem, poderia o Pai proibir-lho?

Mas a quem mais convenientemente atribuiria o fruto e a retribuição de sua morte senão àqueles por quem se fêz homem para os salvar e aos quais morrendo deu o exemplo de morrer pela justiça? Inutilmente seriam seus imitadores, se não pudessem ser partícipes de seus méritos.

Ou a quem mais justamente faria herdeiros da dívida, da qual ele não necessita, e da exuberância de sua plenitude, do que aos seus pais e irmãos? Nada mais racional, nada mais doce, nada mais desejável o mundo jamais poderá ouvir. É evidente que Deus jamais rejeitará a nenhum homem que dele se aproxime sob a tutela de seu nome. Verdadeiramente quem sobre este fundamento edifica, está alicerçado sobre uma rocha firme.

Quem poderá conceber uma misericórdia maior do que o pecador, condenado ao eterno tormento, sem ter como redimir-se, ao qual Deus Pai se dirige e lhe diz: "Aceita o meu Filho Unigênito, e ele te redimirá?"

E o próprio Filho: "Toma-me contigo, e redime-te?"

Pois é de fato isto o que dizem, quando nos chamam à fé cristã e a ela nos trazem.

Via Gloriae vs. *Via Crucis*

Ulrich Zwínglio: *Solus Christus*: "O resumo do Evangelho é que nosso Senhor Cristo, o verdadeiro Filho de Deus, tornou conhecida a nós a vontade de seu Pai celestial, redimiu-nos da morte e reconciliou-nos com Deus por sua inocência. Portanto, Cristo é o único caminho para a salvação de todos os que existiram, existem ou existirão."

1. De escadas e torres:
As imagens bíblicas de "escadas e torres" foi adotada pelos reformadores ao distinguirem a religião verdadeira da falsa em termos de ajoelhar aos pés da cruz ou tentar subir a cruz ou outra escada qualquer para o céu. A falsa religião constrói escadas em que subir; a verdadeira religião ensina que Deus fez uma escada do céu para a terra para ele mesmo descer.

A maioria de nós conhece a história da construção da torre de Babel em Gênesis 11. O projeto ambicioso foi iniciado quando os líderes do que então era uma cultura unida disseram: "Vinde, edifiquemos para nós uma cidade, e uma torre cujo topo chegue até os céus, e tornemos célere o nosso nome, para que não sejamos espalhados sobre toda a terra" (v.4). Escavações da bacia da Mesopotâmia têm mostrado evidências dessas torres-templos (chamados *zigurates*) como elementos centrais da antiga paisagem babilônica. Unindo religião e a cultura, cria-se que a humanidade podia chegar aos céus. Nada impediria o progresso. O desejo expresso em termos de alcançar os céus se encontra com a linha de contraste: "Mas o Senhor desceu" em julgamento dessa tentativa orgulhosa. O resultado foi que a cultura foi espalhada e as línguas confundidas.

Existe outra escada em Gênesis importante para nossa história. Jacó "sonhou: eis posta uma escada cujo topo atingia o céu; e os anjos de Deus subiam e desciam por ela" (Gn 28.12). O Senhor Deus estava em cima e renovou a aliança abraâmica com Jacó e seus descendentes. Os pagãos chamavam seus *zigurates* de nomes como "casa de Deus", "portal do céu" e "plataforma que conduz ao paraíso". Mas Jacó respondeu ao seu sonho exclamando "esta é a casa de Deus, a porta dos céus" (v.17). O contexto deixa claro que Jacó tinha sua cabeça numa pedra e estava dormindo o tempo todo (v.10-11). Deus estava no topo da escada e os anjos subiam e desciam. Mas aqui está um detalhe interessante: Jesus contou a Natanael, em João 1.51: "Em verdade, em verdade vos digo que vereis o céu aberto e os anjos de Deus subindo e descendo sobre o Filho do Homem". Em outras palavras, Jacó não apenas estava subindo a escada, como também Jesus Cristo é, ele mesmo, a escada do céu para a terra. Ele é o "portal" do céu (Jo 10.7). Ele é a casa de Deus (Mt 2.6).

Martinho Lutero distinguia entre o cristianismo evangélico bíblico e as corrupções medievais em termos de *Via Crucis* (caminho da cruz) e *Via Gloriae* (caminho da glória). Lutero acreditava que a igreja medieval seguia o caminho da glória ao invés do caminho da cruz. Em outras palavras, o santo medieval queria um encontro direto com Deus, "a nu", como só o reformador alemão podia dizer.

2. *Theologia Gloriae*:
Uma das muitas percepções teológicas de Martinho Lutero, a teologia da glória é a antítese da teologia da cruz. Lutero sentia tão forte convicção a respeito da distinção entre essas

teologias que declarou de modo inequívoco que somente aqueles que sustentam e ensinam a teologia da cruz merecem ser chamados teólogos.

A teologia da glória chega ao conhecimento de Deus através das Suas obras. A teologia natural e a metafísica especulativa encaixam-se nesta categoria, bem como o conceito triunfalista expressado por alguns carismáticos dos nossos dias que entendem que Deus Se revela em intervenções dramáticas (visões, milagres, curas, etc.), e que a vida cristã é vivida numa constante "alta" espiritual. A teologia da cruz discorda firmemente deste ponto de vista. Deus quer ser conhecido e reverenciado com base em outro princípio. A teologia da glória entende que se conhece a Deus imediatamente por Suas expressões de poder, sabedoria e glória divinos; ao passo que a teologia da cruz O reconhece no próprio lugar onde Ele Se ocultou – na cruz, com os Seus sofrimentos, todos eles considerados fraqueza e estultícia pela teologia da glória. As escadas da teologia da glória eram misticismo, especulação e méritos.

O perigo em potencial que a teologia da cruz vê na sua antítese é que a teologia da glória levará a alguma forma de justiça pelas obras moralistas, à propensão de se fazer uma barganha com Deus com base em realizações pessoais. A teologia da cruz repudia as realizações do próprio homem e deixa Deus fazer tudo para efetivar e preservar a Sua salvação. Essa teologia redirige a atenção do ativismo moralista para a receptividade genuína.

3. *Theologia Crucis*:
Cinco meses depois de ter pregado as noventa e cinco teses na porta da Igreja do Castelo de Wittemberg, Lutero formulou a *theologia crucis*. Essa teologia da cruz contrasta com a teologia da glória e é mais bem entendida em harmonia com o *Deus Absconditus* ("o Deus oculto") e o *Deus Revelatus* ("o Deus revelado"). Antes da queda (*lapsus*) o homem era capaz de conhecer a Deus de modo direto ou imediato. Era do *Deus Revelatus* que comungava com o homem no frescor do jardim do Éden. A conseqüência da queda do homem no pecado incluiu muito mais do que a morte pessoal e a deterioração moral; alterou, também, a capacidade de o homem conhecer o Criador e ter comunhão com Ele. O Deus revelado tornou-se o Deus oculto (*Deus Absconditus*). A única maneira pela qual a comunhão destruída podia ser restaurada era por meio da redenção. Em todo o período do AT, a despeito das intervenções milagrosas, das conquistas militares, dos templos magníficos e dos palácios primorosos, o único lugar onde Deus Se encontrava com o Seu povo era no propiciatório ("Ali virei a ti, Êx 25.22), no lugar do sacrifício e da redenção. O lugar de encontro derradeiro de Deus foi desvendado na cruz de Cristo. Deus é conhecido e compreendido, não na força, mas na fraqueza, não numa demonstração impressionante de majestade e poder, mas na exibição de um amor que se dispõe a sofrer a fim de ganhar o homem de volta para si.

Infelizmente, o homem moderno resolveu conhecer Deus como o Revelado. O pagão vê o poder de Deus no cosmo criado, mas é levado de um grau de idolatria para outro. O fanático civilizado pensa que descobre Deus nas demonstrações de pompa e cerimônia e nas expressões de realização moral pessoal. Todos estão tragicamente enganados. Deus sempre é conhecido pelo homem através da cruz, e somente ali. Com profunda percepção

teológica, Lutero protestava: *Solus praedica Sapientum crucis*: "Prega esta única coisa, a sabedoria da cruz."

Teorias da Expiação

Philip E. Hughes: "A cruz... não demonstra que tudo está bem, mas prova claramente que tudo não está bem, e é o lugar onde Deus, em sua pura graça e misericórdia, trata da loucura do pecado de modo coerente com sua própria santidade e justiça."

1. O que é salvação?

1.1. Soteriologia (de *sotérion* e *soteria*): " teologia que trata especificamente da salvação, conforme efetuada por Jesus Cristo."

1.2. Antigo Testamento/LXX: *yasha* usado no sentido geral, isto é, o ato e efeito de tirar e livrar do perigo ou ruína (seja natural, política ou espiritual) – do Egito (Êx 14.13; 15.2), de Babilônia (Is 46.13; 52.10-11), de adversários (Dt 20.4; Sl 106.10), da opressão (Jz 3.31), da decadência social (Os 1.7), de necessidade física (Jó 30.15 – o bem estar); implicando assim em bênção e misericórdia divinas (Sl 28.9 "O Senhor é... a minha salvação"). A salvação messiânica – política, nacional e espiritual (2 Sm 7.4-17; Jr 31.27-40; Ez 40.1-48; Joel 3; Zc 13.14; Lc 1.69,71,77).

1.3. Novo Testamento: *sotérion* (swthvrion, 4 vezes) e *soteria* (swteriva, 45 vezes), "ato ou efeito de salvar, saldar ou remir, especialmente do poder e dos efeitos do pecado": relacionada com "salvador", *sóter* (swthvr) e "salvar", *sozo* (swvzw). (i) O sentido geral, como no AT: preservar ou livrar de perigos ou aflições – de doença, possessão demoníaca (Mt 9.22; Lc 8.36; At 4.9); da morte (Mt 14.30; Jo 12.27; At 27.20,32; Hb 5.7); aponta para a salvação messiânica de Israel (Lc 1.69-77; At 1.6; Rm 11.26-27). (ii) O sentido teológico: "salvação é a obra graciosa de Deus que liberta do pecado e de suas conseqüências". A salvação individual só pode ser apropriada através da fé no evangelho de Jesus Cristo, levando o pecador a um relacionamento certo e vivo e concedendo-lhe as riquezas da graça divina.

1.4. Os três aspectos da salvação: passado, presente e futuro:

a. Passado: 2 Tm 1.8-9: Quando confiamos em Jesus Cristo como nosso salvador, somos juridicamente perdoados, de uma vez para sempre (Rm 5.9; Ef 1.7). A nossa natureza humana foi tirada da corrupção hereditária e renovada com o novo nascimento. Especialmente conforme o uso de Paulo.

b. Presente: Tg 1.21; 1 Pe 1.9: Agora podemos experimentar, em parte, esta libertação do poder do pecado, refletindo a realidade e qualidade duma nova vida em Cristo, em submissão ao Espírito Santo e à Palavra de Deus (Lc 9.23s; Rm 5.10; Gl 5.16,25; Fp 2.12,13; 1 Pe 1.9). Especialmente conforme o uso dos Sinóticos, Tiago, Hebreus, Pedro e Judas.

c. Futuro: Rm 13.11: Antecipamos a libertação completa de nosso ser dos efeitos do pecado, e a nossa glorificação com Cristo (Fp 3.20; Gl 1.4; 1 Pe 1.5; 3.20-21). Os Pais da Igreja falavam da "divinização" escatológica do homem.

2. A importância da doutrina da expiação:
2.1. A necessidade do homem - a queda e o pecado: 1) Depois de cair no pecado a humanidade ficou culpável diante a lei de Deus. As conseqüências legais são a culpa e a punição eterna. 2) As conseqüências ontológicas são a necessidade da regeneração e renovação da natureza humana e da renovação do cosmos. O pecador precisa ser salvo das conseqüências práticas da queda.

2.2. A justiça e a ira de Deus: 1) A justiça de Deus é fundamental para toda a justiça. Quem quebra a lei merece punição, e a justiça de Deus exige punição. 2) O pecado ofende a dignidade e a santidade de Deus. Deus não pode ter comunhão com o mal. Os pecadores não podem ter relacionamento com Deus. Eles têm que estar afastados dEle. 3) A própria ira de Deus é uma expressão do seu amor. O amor verdadeiro não deixaria o mal estragar a criação e destruir as vidas de tantas pessoas sem exigir retribuição. Os atributos de Deus são uma unidade. Sem a ira, não existiria o verdadeiro amor e sem o amor não existiria a verdadeira ira.

2.3. O amor de Deus O levou a desejar salvar os pecadores: 1) Para libertar os pecadores das exigências justas da Lei e ainda satisfazer tais exigências, foi necessário alguém que pudesse representar os pecadores e também pagar o preço dos seus pecados. 2) Esta pessoa é Jesus Cristo.

3. Teorias da expiação:
3.1. O resgate pago a Satanás (*Christus Victor*): Essa teoria está associada com os Pais da Igreja primitiva. Eles ensinaram que a raça humana ficou presa por Satanás, que tinha a autoridade legal sobre ela desde a queda. Cristo supostamente morreu para pagar o resgate a Satanás e comprar a liberdade da raça. Esta teoria foi finalmente rejeitada ao reconhecer que Satanás nunca teve autoridade legal sobre os homens. Deus ainda era soberano depois da queda, não o Diabo. Gustav Aulén (1879-1978) defendeu uma variante desta idéia: Deus enganou o enganador – Cristo seria isca para enganar o diabo. Em sua morte, Cristo vence todos os seus inimigos (Cl 2.15).

3.2. A teoria de satisfação: Segundo Anselmo de Cantenbury (1098), Cristo vindicou a honra de Deus que foi insultada pelo pecado da humanidade. Cristo satisfez esta honra e restaurou a honra de Deus. Em Cristo, a humanidade honrou a Deus pela obediência perfeita de Cristo. Ele conquistou honra adicional através da sua morte na cruz. Esta honra adicional foi suficiente para ser colocada na conta dos pecadores, daí, permitindo que Deus os perdoasse. A teoria de Anselmo não explica a natureza penal e substitutiva da retribuição de Deus contra o pecado, mas vê o pecado como uma ofensa séria contra Deus, que não pode ser perdoado como se nada tivesse acontecido. A satisfação é necessária - a cruz satisfez a honra de Deus. Há mais duas variantes desta teoria: (a) A primeira, defendida por Martinho Lutero (1483-1546) e João Calvino (1509-1564): A lei de Deus foi quebrada. Daí a necessidade da justiça de Cristo. (b) A segunda, por John Stott: A cruz satisfaz a santidade e o amor de Deus: sua própria natureza.

3.3. Influência moral: Essa teoria foi primeiramente defendida por Abelardo de Paris (1079-1142), e é a explicação predileta dos liberais. A expiação, segundo eles, foi uma revelação de Deus que sofreu com a humanidade, não para pagar a penalidade do pecado, nem para

satisfazer a justiça divina, mas sim para revelar o amor de Deus de maneira a fazer com que os corações dos homens se abrissem e se arrependessem. A teoria pressupõe que não existe uma separação de Deus por Sua parte, mas só da parte dos homens. A teoria da influência moral implica que a morte de Cristo não foi necessária para que Deus pudesse perdoar nossos pecados, mas que serve apenas para persuadir os pecadores a se arrependerem. A expiação não muda nada objetivamente. Deus está disposto a receber todos os homens, independentes da cruz. Esta exerce "influência moral" sobre o homem, sendo que Cristo morreu como exemplo. A morte dele não é necessária, pois Deus não necessita de satisfação.

3.4. A teoria do exemplo: Os socinianos asseveraram que Deus não precisava de pagamento algum pela penalidade do pecado. Deus poderia perdoar o pecado quando Ele quisesse sem nenhum preço. O propósito da vida e morte de Cristo foi inspirar as pessoas a imitarem a Jesus e conseguir a vida eterna através da sua obediência à lei. Essa teoria é fundamentada no pelagianismo. Ela também nega a divindade de Cristo.

3.5. A teoria governamental: Defendida primeiramente por Hugo Grotius (1583-1645) e depois por Richard Baxter (1615-1691) essa teoria tem o apoio de muitos teólogos arminianos, porque eles querem evitar a doutrina da expiação particular. Segunda ela, Deus não requer uma satisfação rígida do pagamento do pecado porque, mesmo que o pecador mereça a morte, Deus pode fazer isenções à Sua própria lei, se Ele quiser. Mas Deus não escolheu simplesmente ignorar o pecado com Ele poderia ter feito, porque Ele quer manter o Seu governo moral do universo. Para conseguir isso, Ele tinha que demonstrar Seu desprazer para com o pecado por meio da morte de Cristo. Portanto, a morte de Cristo não pagou a penalidade do pecado, e Jesus não foi um substituto para os pecadores, que teriam eles mesmos pago este preço se ele não tivesse morrido. A expiação permite que Deus perdoe pecadores que se arrependem, mas também comunica a mensagem de que Deus não se regozija com o pecado, e que Ele vai punir aqueles que permanecem nos seus pecados. Deus pune o pecado só para deter as pessoas de serem pecadoras. Sua natureza não exige satisfação.

3.6. A teoria mística: Na encarnação Jesus entrou na vida da raça humana para elevá-la ao nível do divino. Jesus foi capaz de vencer as influências corruptas da natureza humana e transformá-la para que fosse unida novamente com a natureza divina. Essa teoria implica panteísmo. Era a perspectiva de Friedrich Schleiermacher e outros liberais.

3.7. A morte espiritual e o renascimento de Jesus: Segundo alguns dos pregadores do evangelho da prosperidade, Jesus pagou o preço do pecado no inferno, não na cruz. Sendo apenas um homem, depois de morrer ele foi ao inferno onde ele foi torturado durante três dias por Satanás, assim pagando o preço do pecado. Ele morreu espiritualmente e assumiu uma natureza pecaminosa. No terceiro dia, pela fé, ele nasceu de novo, foi regenerado, quando o Espírito Santo veio para o resgatar. Jesus saiu do inferno, venceu o Diabo, ressuscitou e entrou no céu onde ele derramou o seu sangue no altar de Deus. Depois de nascer de novo, Jesus novamente recebeu a natureza de Deus. Ele nos dá a capacidade de nascer de novo e termos uma natureza igual à que Ele tem.

A expiação substitutiva e penal

A teoria da substituição penal declara que há pelo menos dois aspectos importantes para serem considerados na morte de Cristo. O primeiro é a natureza penal da expiação. Essa foi necessária porque os pecadores mereceram a punição justa de Deus. Segundo, a expiação é substitutiva porque Cristo foi um substituto no lugar dos pelos redimidos. O sistema de sacrifícios estabeleceu o padrão de substituição particular: (i) Havia uma identificação do pecador com o animal do sacrifício (Lv 1.2-5; 3.2); (ii) A páscoa exigia que o sangue do cordeiro fosse aplicado em todos os lares (Êx 12.3; 12.21-23. Cf. Jo 1.29: "Eis o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo").

1. O aspecto penal

1.1. A penalidade do pecado é um resultado das exigências justas da lei de Deus. A queda exigiu o cumprimento da ameaça de morte que Deus fez (Gn 2:17). Deus estabeleceu padrões de moralidade, que refletem o caráter e a vontade dEle. Estes são a base legal do Seu governo do universo. Estes padrões também refletem a santidade pessoal de Deus, que não pode tolerar a presença do pecado nem permite que ele não seja punido. O caráter de Deus é a base da exigência de uma penalidade. O pecado merece a morte.

1.2. A justiça penal é, por definição, a justiça que presta contas da pessoa culpada por seu comportamento. A culpa é objetiva. Não é apenas uma questão da atitude nem dos sentimentos. É uma questão de ser medida pelo padrão objetivo de Deus e falha no cumprimento das exigências deste padrão (Rom. 6:23). A culpa está relacionado à objetividade e à imutabilidade do padrão violado e uma revelação objetiva dos fatos; isto é., o pecador é culpado porque ele pecou, agindo consistentemente com os seus desejos e a sua natureza.

1.3. Os resultados objetivos do pecado (a culpa legal e a punição assim merecida) fizeram com que o pagamento fosse objetivo também. Isto é, não foi suficiente que a expiação tivesse apenas uma influência subjetiva no incrédulo, inspirando-o a mudar de vida. Uma dívida objetiva existe e uma penalidade objetiva deve ser paga. Portanto, só um pagamento penal adequado para satisfazer a dignidade da pessoa ofendida poderia servir para libertar o pecador das exigências da lei. A expiação teve que ser objetiva para que pudesse influenciar a Deus, a pessoa ofendida.

Expiação e propiciação: A palavra כפר, segundo Louis Berkhof quer dizer "cobrir" e, daí, descreve como a expiação cobre o pecado, mas este significado é discutido. R. Laird Harris nega esta interpretação. Ele diz que a forma nominal quer dizer "resgatar, oferecendo um substituto." Significa remover pecado ou poluição.

As palavras i l a v s k o m a i, e i l a s m o j tem referência à propiciação e expiação e freqüentemente traduzem כפר na LXX. Colin Brown diz que a palavra tem um duplo sentido que inclui as noções de expiação e propiciação. A expiação quer dizer, anular o

pecado e remover a culpa do pecador. A propiciação é uma ação dirigida para a pessoa ofendida com o propósito de mudar a sua atitude, de raiva e ira para reconciliação. Brown diz que os dois sentidos da palavra são usados na Bíblia e, portanto, a expiação tem os dois efeitos. As duas ações, de fato, implicam uma à outra. Ao remover a culpa do pecado do pecador, a atitude de Deus para com ele, obviamente, vai mudar.

Daí, a natureza objetiva e penal da expiação é tal que a culpa é realmente, e não apenas condicionalmente, removida e as exigências da lei de Deus são realmente satisfeitas.

2. Substituição
A natureza objetiva do pecado e da culpa implica que quem é culpado deve pagar a dívida. Isso não é apenas uma transação comercial. A dívida não pode ser apagada sem pagamento. Ou a pessoa culpada ou um substituto tem que pagar o preço. Desde que os pecadores não são capazes de expiar os seus próprios pecados, se não através de serem punidos para sempre, era necessário um substituto que pudesse satisfazer as cobranças da lei, e assim a redenção pudesse ser cumprida. Somente o Deus-homem, Jesus Cristo, poderia efetuar uma expiação assim. Sendo Deus, Ele foi capaz de sofrer e esgotar a infinita ira de Deus.

Como homem, Ele serviu de substituto e representante adequado para raça humana. As Escrituras dizem que Jesus tomou sobre si mesmo nossos pecados (Is. 53: 6, 12; João 1:29; 2 Cor. 5:21). A culpa de nosso pecado foi considerada por Deus como estando sobre Jesus. Ele não era pecador, mas foi assim considerado para sofrer a punição do pecado. A preposição anti é usada no sentido de "no lugar de" em Mt 20:28; Marcos 10:45; e 1 Tim. 2:6. Em Gl 3:12 uper é utilizada no sentido de "pelo beneficio de" e "no lugar de" (cf. Fm 13). Leon Morris: "O significado mais comum da preposição [uper] dentro e fora do NT é 'no lugar de' ou 'em troca de'". Estas referências mostram nitidamente a idéia de substituição na expiação. Resultados: (i) O castigo do pecado é removido pela substituição; ele morreu no nosso lugar; (ii) A justiça de Cristo nos é imputada; (iii) Francis Schaeffer: "Porque Jesus Cristo é tanto Deus como homem, sua morte na cruz tem valor infinito para todos que crêem".

Alguns reclamam que substituir uma pessoa inocente por uma culpada não é justo. Talvez isso seria uma objeção válida se Deus estivesse exigindo que uma terceira pessoa ficasse no lugar de Jesus. Mas não é injusto para a pessoa ofendida (Deus) assumir o lugar da culpada e substituir o pecador. Isso é o que Deus fez. Ele mesmo se colocou no lugar dos pecadores para pagar o preço no lugar delas.

3. A Natureza da Expiação:
John Murray: "Em uma palavra, embora não fosse inerentemente necessário que Deus salvasse, todavia, desde que a salvação foi propositada, era necessário assegurar esta salvação através de uma satisfação que pudesse ser realizada somente através de um sacrifício substitutivo e uma redenção adquirida por meio de sangue."

1) ***Sacrifício***: (i) Como sacerdote para oferecer-se a si mesmo; (ii) Sacrifício oferecido única vez e sacerdote permanente (Hb 9.6-15; 13.10-13) – **Dirigida à necessidade de nossa culpa**.

2) Metáfora cultual: **Expiação e Propiciação**: A ira divina: sendo o absoluto moral do universo, Deus manifesta a sua ira (*orgé*/orgh e *tumós*/qumoj) contra o pecado. No Antigo Testamento, a ira de Deus contra o pecado é manifesta cerca de 585 vezes; no Novo Testamento, a ira de Deus é um tema essencial: Jo 3.36; Rm 1.18s; 9.22; Ef 5.6; 2Ts 1.7-9; Hb 10.27; 12.29). A. W. Pink: "Um estudo na concordância mostrará que há mais referências nas Escrituras à indignação, à cólera e à ira de Deus, do que ao Seu amor e ternura. Porque Deus é santo, Ele odeia o pecado, e porque Ele odeia o pecado, a Sua ira inflama-se contra o pecador."

A expiação quer dizer "anular o pecado e remover a culpa do pecador". A propiciação (*hilastérion*/ilasthrion, verbo: "propiciar" [*hiláscomai*/ilaskomai]) "é uma ação dirigida para a pessoa ofendida com o propósito de mudar a sua atitude, de raiva e ira para reconciliação" (Rm 3.25-26; Hb 2.17; 1 Jo 2.2; 4.10). As duas ações implicam uma à outra. Na sua plenitude, propiciação não é apenas expiação (anulação) dos pecados. Em contraste com C. H. Dodd e Gustav Aulén, houve satisfação, através do pagamento infinito, da ira justa de Deus. Os conceitos de substituição e propiciação são freqüentemente atacados pelos teólogos da libertação.

> A psicologia da justiça humana: Nós também exigimos satisfação de nossa ira contra as tragédias hediondas e abomináveis que acontecem; isto ocorre porque somos criados a imagem de Deus, com uma consciência (ainda que caída) que exige alguma forma de justiça.

Ao remover a culpa do pecador, a atitude de Deus para com ele, obviamente, vai mudar. (i) Amar e ser propício não são termos conversíveis; (ii) A propiciação não é uma conversão da ira de Deus em amor; (iii) Não prejudica o amor e a misericórdia de Deus; antes, enaltece a grandeza de Seu amor (Rm 3.25; Hb 2.17; I Jo 2.2; 4.10) – **Dirigida à necessidade que surge da ira de Deus**.

3) Metáfora comercial: **Redenção**: Redenção é o ato de pagar o resgate para comprar algo. Exemplos do AT incluem Boaz, o remidor de Rute (Rt 3-4); Oséias e Gomer (Os 3.1-5); e Deus e Israel (Is 43.3,10-14; 44.6; etc.). Palavras-chaves: Existem 6 palavras, 5 verbos e 3 raízes:

a. *Lutron* (lutron): "resgate, o pagamento para livrar": Mt 20.28; Mc 10.45

b. *Lutróo* (lutrow): "comprar e libertar": Lc 24.21; Tt 2.14; 1 Pe 1.18-19

c. *Apolútrosis* (apolurwsis): "libertar através do pagamento de um resgate": Rm 3.24; Ef 1.7; Hb 9.15; usado também escatologicamente: Rm 8.23; Ef 4.30

d. *Agorázo* (agorazw): "comprar": 1 Co 6.19,20; Ap 5.9

e. *Exagorázo* (ekagorazw): "comprar para possuir, remir": Gl 3.13; Ef 5.16; Cl 4.5

f. *Peripoiéo* (peripoiew): "redimir, adquirir": At 20.28 ("comprar")

Resumo do significado da redenção: (i) Sua obra é obra de resgate; (ii) A doação de sua vida foi o preço do resgate; (iii) O resgate foi substitutivo em sua natureza (Mt 20.28; Mc

10.45) – Lei: a) Maldição da lei (Gl 3.10-13); b) A lei cerimonial (Gl 4.4-5) – pecado: a) Culpa ➔ Justificação e perdão (Rm 3.24; Ef 1.7; Cl 1.14; Hb 9.15); b) Poder ➔ libertação (Tt 2.14; I Pe 1.18) – Vitória sobre satanás (Jo 12.31; Cl 2.15; Hb 2.14,15) – **Dirigida à servidão ao qual o pecado nos entregou**.

4) Metáfora familiar: **Reconciliação**: João Calvino: "Pois, de uma maneira que não pode ser exprimida, Deus, ao mesmo tempo em que nos amava, estava em hostilidade contra nós, até sermos reconciliados em Cristo." "Reconciliar": 14 vezes no Novo Testamento: *Katallasso* (k a t a l l a s s w) e *apokatallásso* (a p o k a t a l l a s s w): "fazer a paz", "trocar inimizade por amizade": Rm 5.10,11; 2 Co 5.18-21; Ef 1.10; 2.16; Cl 1.20-22.

Rm 5.8-1: (i) Reconciliado mediante a morte de Cristo (v.8); (ii) É algo que ocorre na esfera objetiva da ação e juízo divinos (v.9, 10); (iii) É algo recebido (v.11); 2Cor 5.18-21: (i) É uma obra de Deus (v.18-19); (ii) É uma obra concluída – tempo verbal nos vs. 18, 19 e 21; (iii) Cristo carregou substitutivamente o pecado (v.21); (iv) É a mensagem confiada aos pregadores (v.19); (v) Uma exortação a sair do estado de alienação (v.20) – **Dirigida à necessidade criada por nossa alienação de Deus**.

A idéia tem dois lados: (i) Por Cristo ter morrido em nosso lugar, propiciando então a ira de Deus, o homem está num estado em que pode receber a amizade de Deus, i.é, Deus se reconciliou com o mundo através de Cristo (2Co 5.19). (ii) Mas somente mediante a fé esta reconciliação pode ser completada; esta graça tem que ser recebida pela fé ou os benefícios da cruz não se concretizam na vida do indivíduo. Um segundo aspecto da reconciliação é o relacionamento pessoal entre Deus e o homem que nEle crê. Por isto, temos a palavra de reconciliação: "Reconciliai-vos" (2Co 5.19-20).

Em outras religiões, o homem se reconcilia com Deus. Mas no cristianismo bíblico, é Deus quem primeiro tem Se reconciliado com o mundo, oferecendo perdão e amizade através da fé, e somente fé: *sola fide*.

4. Concluímos por **resumir a doutrina da substituição penal** como "o sofrimento de Jesus Cristo na cruz, através do qual Ele sofreu a punição no lugar dos pecadores como representante deles, assim satisfazendo completamente as exigências justas da lei, removendo a culpa deles e mudando a ira de Deus para com eles em aceitação". Os efeitos da expiação são incluídos e cumpridos automaticamente no ato da expiação. A expiação é a transação desempenhada por Deus em favor de pecadores. A justiça e a ira de Deus são satisfeitas objetivamente por aqueles por quem Cristo fez a substituição. A culpa deles é removida e a sua reconciliação com Deus, portanto, é alcançada.

5. Jesus é o primogênito do processo de morte, ressurreição e glorificação (1 Co 15.12-28 [esp. 20-22]; Cl 1.18; 1 Ts 4.13-17; Hb 2.9-15; 1 Jo 3.1,2; At 1.9s): Segundo Irineu de Lyon (c. 180), há um sentido em que Jesus reconquistou as perdas de Adão e da Queda. Como segundo Adão, Jesus é nosso irmão eterno, o autor de uma segunda raça. Graças a Jesus Cristo, nós também seremos ressuscitados, arrebatados e glorificados.

6. Na cruz, o pecado, a morte e Satanás foram derrotados (Jo 12.31-33; 1 Co 15.55-57; cl 2.15; Hb 2.14-15; Ap 20.10,14,15): Logo, a cruz é a base do juízo de Deus sobre Satanás (incluindo todos os anjos maus) e da morte; também é uma base do juízo dos incrédulos (Jo 3.36; 16.11; 2 Ts 1.6-11; Ap 20.22-25). João Calvino: "... arrostado com esta maldição. [...] abateu, quebrantou, destroçou-lhe todo o poder. [...] não sem causa, magnificentemente proclama Paulo o triunfo que Cristo para si alcançou na cruz, como se a cruz, que era plena de ignomínia, haja sido convertida em carro triunfal. (...) Marque isto claramente: não está em nosso poder que nos engajemos no combate àquele grande guerreiro, o diabo, ou resistamos sozinhos à força de seu ataque. De outro modo, seria inútil pedir a Deus o que já temos em nós mesmos. Aqueles que, autoconfiantes, preparam-se para o combate, não conhecem seu feroz e bem equipado adversário. Como mandíbulas de um leão louco e furioso, procuramos agora ser libertados de seu poder. Se o Senhor não nos arrebatasse do meio da morte, seríamos por suas presas e garras imediatamente despedaçados, tragados por sua garganta. Contudo sabemos que, se o Senhor está conosco, se luta por nós enquanto nos mantemos quietos, em seu poder faremos coisas poderosas. Que os outros confiem em sua livre escolha, nas próprias capacidades – para nós, é suficiente estar firmes, ser fortes no poder de Deus apenas."

7. A cruz é a base da redenção da natureza (Rm 8.18-22; Is 65.17-25; Ap 21.1s): Na Nova Terra, a natureza e toda a criação será transformada. A terra ficou debaixo da maldição por causa do pecado do homem (Adão), mas através da obra de Cristo na cruz, no *escaton* haverá uma recriação do universo organizado.

8. Implicações

Aqueles por quem a expiação foi cumprida, por causa da sua natureza penal e substitutiva, não podem sofrer a punição eterna. Deus não exige um duplo pagamento do pecado. Ele não pune os mesmos pecados duas vezes. Ele não pode punir alguém pelos pecados, se as exigências da lei quanto a esses pecados já forem cumpridas. Portanto, a doutrina da expiação particular é uma conseqüência necessária da doutrina da substituição penal. A teoria do governo moral foi desenvolvida exatamente para evitar esta conclusão. Ao negar a doutrina da expiação penal e substitutiva, a natureza da expiação é enfraquecida pelos arminianos, que querem evitar a conclusão Calvinista.

Mas é importante notar que a negação da doutrina da expiação pelo meio de comprometimento de sua natureza objetiva traz vários problemas. Por um lado, a negação da natureza penal e substitutiva da expiação faz com que a expiação realmente não seja necessária. Deus, segundo essas teorias, poderia ter perdoado os pecadores sem o pagamento da penalidade da morte que eles mereciam. Mas se Deus pudesse perdoar os pecadores assim, então a expiação se tornaria um ato cruel, arbitrário e sem sentido. Por outro lado, se Ele realmente não precisasse do resgate pago pelos pecadores, certamente o Deus soberano poderia manter o Seu governo do universo. Ele não teria precisado do sacrifício de Cristo.

As outras teorias da expiação também comprometem a natureza e eficácia dela. A teoria da morte e renascimento espiritual de Cristo (teoria da teologia da prosperidade) blasfema de Cristo ao dizer que Ele teve uma natureza pecaminosa. Concluímos que a Bíblia ensina a

doutrina da expiação penal e substitutiva e que a negação desta doutrina tem um efeito prejudicial nas outras doutrinas da Cristologia.

9. A obediência ativa e passiva de Cristo:
Jesus, por meio da sua obediência ativa, foi nosso substituto, que cumpriu toda a lei de Deus em nosso lugar. Ele conquistou uma justiça que é comunicada aos pecadores quando eles crêem. Por meio disso, recebemos a própria justiça de Cristo. Nós não temos que cumprir a lei para sermos salvos porque Jesus a cumpriu por nós. Por meio da sua obediência passiva, Jesus morreu na cruz e pagou a penalidade do nosso pecado. Ele sofreu em nosso lugar como substituto, mostrando a profundidade do amor de Deus para conosco (Is 53.12; Jo. 6.38; 10.17,18; Rm 5.19; Fp 2.7,8; Hb 5.8). Como disse J. Gresham Machen, "eu sou grandemente agradecido pela ativa obediência de Cristo. Não há esperança fora disto".

10. O alcance da expiação:
10.1. O Amyraldianismo:
Chama-se Amyraldianismo, o sistema criado pelo teólogo francês Moisés Amyraut,[31] que também recebe o nome de "predestinação universal hipotética", "post-redencionista", "universalismo hipotético", "universalismo hipotético da divina graça". Amyraut – que se considerava um genuíno intérprete de Calvino – sustentava a idéia de que Deus em Cristo proveu a salvação para todos, todavia só serão salvos aqueles que se apropriarem da salvação pela fé, que é um dom de Deus. No seu sistema há uma síntese entre o "universalismo" e o "particularismo". Na realidade a sua formulação não passa de um modo "semi-calvinista" de compreender a obra expiatória de Cristo.

Segundo a interpretação de Louis Berkhof, os "universalistas calvinistas", entre os quais ele inclui Amyraut e a escola de Saumur, "distinguiam um duplo decreto de Deus: a) Um decreto para enviar a Cristo ao mundo para salvar todos os homens por Sua morte expiatória, com a condição da fé nele. Contudo, porque Deus viu que este propósito fracassaria, dado que ninguém aceitaria a Cristo pela fé, Ele propôs um segundo decreto ao primeiro. b) Um decreto para dar a um certo número de pecadores, a saber, aos eleitos, uma graça especial, com o fim de gerar fé nos seus corações e garantir a sua salvação".[32] A

[31] Moisés Amyraut (1596-1664) nasceu em Touraine e morreu em Saumur. Antes de estudar teologia, formou-se em Direito (1616) na Universidade de Poitiers. Amyraut foi profundamente influenciado pelo seu mestre, o teólogo escocês John Cameron (c. 1577-1625), que exilado na França, lecionou Teologia em Saumur no período de 1618-1621 ou 1619-1624 – esta academia foi fundada em 1604 pelo protestante francês Philippe Mornay (1549-1623), conhecido como Duplessis-Mornay, que foi governador de Saumur em 1589-1621. Em 1626, Amyraut passou a lecionar em Saumur, assumindo a cátedra de Teologia em 1633. Amyraut publicou cerca de trinta livros. Entre as suas obras, se encontram: *Tratado a Respeito das Religiões* (1631); *Breve Tratado da Predestinação* (1634); e *Ética Cristã*, em 6 volumes (1652-1660). John Cameron (c. 1577-1625), ou Camero, estudou filologia e filosofia em Glasgow, passando quatro anos estudando Teologia em Paris, Genebra e Heidelberg, vindo a ser professor de Teologia em Saumur no ano de 1618. Ele introduziu em Saumur a idéia de que a vontade do homem é completamente dominada pelo intelecto e, que a origem do pecado é devido ao obscurecimento do intelecto. Dessas premissas, Camero concluiu que a graça que opera a conversão não é uma força cega da natureza, mas sim, uma agência moral. Amyraut tomou este conceito, introduzindo, entretanto, uma distinção entre a graça objetiva e a subjetiva; entre os meios externos de graça, que são para todos e a operação interna do Espírito Santo nos crentes.
[32] L. Berkhof, *Teologia Sistemática*, p. 395.

teoria de Amyraut pode de fato ser chamada de "post-redencionista", pelo fato de conceber o decreto da eleição como sendo posterior ao decreto da redenção.

B. B. Warfield chama este calvinismo de "inconsistente".[33] Isto porque, segundo a lógica do raciocínio desta teoria, teríamos que admitir que Deus mandou Seu Filho morrer por todos, desejando, todavia, salvar apenas alguns, ou pelo menos, sabendo que apenas alguns seriam salvos.

Uma forma corrente de expor este pensamento é: "A Salvação é suficiente para todos e eficiente para os que crêem". Este dito é proveniente da compreensão dos agostinianos, que diziam que a morte de Cristo foi "suficientemente para todos, eficientemente somente para os eleitos" (*Sufficienter pro omnibus, efficaciter tantum pro electis*).[34] Calvino é ambíguo nesta questão, sendo difícil estabelecer qual é o seu ponto de vista definitivo. De qualquer forma, mesmo sem se deter demasiadamente neste assunto, ele dá indícios do seu pensamento em diversos lugares.[35] Conforme já mencionamos acima, Calvino comentando a passagem de 1Jo 2.2 cita a fórmula agostiniana, considerando-a correta, no entanto, não a julga pertinente ao texto analisado.[36]

Seguindo este raciocínio, teríamos de admitir que a salvação seria apenas uma possibilidade, não uma realidade concreta. Devemos ter em mente, que a salvação de Cristo não é abstrata, antes é para um povo específico, para uma realidade concreta. Packer expõe bem o pensamento reformado, quando declara: "Cristo não obteve uma salvação hipotética para crentes hipotéticos, uma mera possibilidade de salvação para qualquer indivíduo que quisesse crer. Antes proveu uma salvação real para todo o seu povo escolhido".[37]

Portanto, a teoria de Amyraut nada mais é do que uma tentativa de síntese do calvinismo com o arminianismo.[38] A teoria de Amyraut estava de acordo com a Teologia Reformada, ao afirmar que a doutrina da eleição depende unicamente da boa vontade de Deus; por outro lado, diferia dos Reformados e, se assemelhava à teoria arminiana, quando fazia o decreto da redenção preceder ao decreto da eleição.

Amyraut encontrou forte oposição entre muitos teólogos Reformados da França, Suíça e Holanda. Ele foi processado por heresia em três Sínodos nacionais: Alençon (1637), Charenton (1644-1645) e Loudun (1659), obtendo, entretanto a absolvição. Onze anos após a sua morte, a sua teologia foi condenada na *Formula Consensus Helvética,* (1675), a qual negava a "expiação universal".

---

33 B. B. Warfield, *El Plan de la Salvación*, p. 81.
34 Charles Hodge, *Systematic Theology*, II, p. 546. Ainda que Hodge não especifique estes "agostinianos", suspeito que ele se refira ao pronunciamento feito pelo partido agostiniano no Concílio de Valença, em 853.
35 cf. *As Institutas*, II.15.2; *Calvin's Commentaries*, Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, 1981, Jo 1.29; 6.45; Rm 1.16; 5.18-19; 10.16; Hb 9.15,28; 1 Jo 2.2.
36 cf. *Calvin's Commentaries*, Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, 1981, Vol. 22, in. loc. p. 172-173.
37 J. I. Packer, *O "Antigo" Evangelho*, São Paulo, Fiel, 1986, p. 16. cf. também: *Confissão de Westminster*, X.1 e *Catecismo Maior de Westminster*, Perguntas: 67 e 68.
38 L. Berkhof, *A História das Doutrinas Cristãs*, São Paulo, PES., 1992, p. 171.

Finalizando, deve ser enfatizado que o que tem sido tratado aqui não se refere ao poder da expiação de Cristo. Caso fosse esta a questão, não haveria dúvida em afirmar a suficiência do sacrifício de Cristo para salvar a todos os homens; antes, o que estamos tentando mostrar, é que o jogo de palavras constituído de "suficiência" e "eficiência" desloca o foco da questão. Não está sendo discutido o alcance do poder da morte expiatória de Cristo, mas sim, o objetivo de Sua morte. Cristo morreu pela Sua Igreja.[39] Por isso deve ser reafirmado: Cristo morreu para salvar os Seus; deste modo, a Sua morte é suficiente e eficaz para salvar todo o Seu povo e somente o Seu povo, conforme o Seu decreto eterno (Is 53.10,11; Mt 1.21; Jo 6.37-40,44,65; 10.14,15, 24-29; 17.6-26; Rm 5.12-21; Ef 5.25-27).[40] Alguns representantes do amyraldianismo entre os reformados: Richard Baxter (1615-1691), Heinrich Heppe, Augustus H. Strong, Donald Bloesch e Millard Erickson.

10.2. Redenção particular ou expiação limitada:
Para assegurar sua redenção, Jesus Cristo veio ao mundo e tomou sobre Si a natureza humana para que pudesse identificar-Se com o Seu povo e agir como seu representante ou substituto. Cristo, agindo em lugar do Seu povo, guardou perfeitamente a lei de Deus e dessa forma produziu uma justiça perfeita a qual é imputada ao Seu povo ou creditada a ele no momento em que cada um é trazido à fé nEle. Através do que Ele fez, esse povo é constituído justo diante de Deus. Os que constituem esse povo são libertos da culpa e condenação como resultado do que Cristo sofreu por eles. Através do Seu sacrifício substitutivo Ele sofreu a penalidade dos seus pecados e assim removeu sua culpa para sempre. Por conseguinte, quando Seu povo é unido a Ele pela fé, é-lhe creditada perfeita justiça pela qual fica livre da culpa e condenação do pecado. São salvos não pelo que fizeram ou irão fazer, mas tão somente na base da obra redentora de Cristo. O Calvinismo histórico tem mantido de modo consistente a convicção de que a obra redentora de Cristo foi definida em desígnio e realização; isto é, foi intencionada para render completa satisfação em favor de certos pecadores específicos e que, de fato, assegurou a salvação a esses indivíduos e a ninguém mais. A salvação que Cristo adquiriu para o Seu povo inclui tudo que está envolvido no processo de trazê-lo a um correto relacionamento com Deus, incluindo os dons da fé e do arrependimento. Cristo não morreu simplesmente para tornar possível a Deus perdoar pecadores. Nem deixa Deus aos pecadores a decisão se a obra de Cristo será ou não efetiva. Pelo contrário, todos aqueles por quem Cristo morreu serão infalivelmente salvos. A redenção, portanto, foi designada para cumprir o propósito divino da eleição.

Todos os calvinistas concordam que a obediência e o sofrimento de Cristo são de valor infinito, e que, se fosse o propósito de Deus, a satisfação rendida por Cristo teria salvado todos os membros da raça humana. Não seria requerido de Cristo mais obediência nem sofrimento maior para assegurar a salvação de todos os homens do que foi requerido para a salvação apenas dos eleitos. Mas Ele veio ao mundo para representar e salvar apenas aqueles que Lhe foram dados pelo Pai. Desta forma, a obra salvadora de Cristo foi limitada no sentido em que foi designada para salvar uns e não outros, mas não foi limitada em

39 Anthony Hoekema, *Salvos pela Graça: A Doutrina Bíblica da Salvação*, p. 65.
40 *Cânones de Dort*, II.3/II.8; *Confissão de Westminster*, III.6; VII e VIII; *Catecismo Maior de Westminster*, Perguntas: 30-36,41.

valor, pois seu valor é infinito. Ela teria assegurado a salvação de todos, se essa tivesse sido a intenção de Deus.

Os arminianos também estabelecem uma limitação na obra expiatória de Cristo, mas de natureza inteiramente diferente. Eles acreditam que a obra salvadora de Cristo foi designada para tornar possível a salvação de todos os homens, desde que eles creiam, e de que a morte de Cristo, em si mesma, não assegura ou garante a salvação para ninguém. Desde que todos os homens serão salvos como resultado da obra redentora de Cristo, deve-se admitir que há uma limitação. Essa limitação consiste num desses dois pontos: ou a expiação foi designada para assegurar a salvação para certos pecadores e não para outros, ou ela foi limitada no sentido em que não foi intencionada para assegurar a salvação de ninguém, mas apenas para tornar possível a Deus perdoar os pecadores na condição da fé. Em outras palavras, a limitação deve ser colocada, em desígnio, na sua extensão, (não foi intencionada para todos), ou na sua eficácia (ela não assegura a salvação para ninguém). Como L Boettner adequadamente observa, "para o calvinista a expiação é como uma ponte estreita que atravessa todo o rio; para o arminiano, é como uma grande e larga ponte que vai apenas até a metade do caminho". [41] Desta forma, são os arminianos que impõem uma limitação maior à obra de Cristo.

1. As Escrituras descrevem o fim intencionado e realizado pela obra de Cristo como a salvação completa do Seu povo. (reconciliação, justificação e santificação): (a) As Escrituras declaram que Cristo veio, não para capacitar os homens a se salvarem a si mesmos, mas para salvar pecadores (Mt 1.21; Lc 19.10; 2Co 5.21; Gl 1.3, 4; 1Tm 1.15;Tt 2.14; 1Pe 3.18); (b) As Escrituras declaram que, como resultado do que Cristo fez e sofreu., Seu povo é reconciliado com Deus, justificado, e recebe o Espírito Santo que o regenera e santifica. Todas essas bênçãos foram asseguradas por Cristo mesmo, ao Seu povo: 1) Cristo, pela Sua obra redentora, assegurou a reconciliação ao Seu povo (Rm 5.10-11; 2Co 5.18-19; Ef 2.15-16; Cl 1.21-22); 2) Cristo assegurou a justiça e o perdão que Seu povo necessita para a sua justificação (Rm 3.24-25; 5.8-9; 1Co 1.30; Gl 3.13; Cl 1.13-14; Hb 9.12; 1Pe 2.24); 3) Cristo assegurou o dom do Espírito, o qual inclui regeneração e santificação e tudo que está incluído nessas graças (Ef 1.3-4; Fl 1.29; At 5.31; Tt 2.14; 3.5-6; Ef 5.25-26; 1Co 1.30; Hb 9.14; 13.12; 1Jo 1.7).

2. Passagens que apresentam o Senhor Jesus Cristo, em tudo que Ele fez e sofreu pelo Seu povo, como cumprindo os termos de um pacto ou concerto gracioso no qual entrou com Seu Pai celestial antes da fundação do mundo: (a) Jesus foi enviado ao mundo pelo Pai para salvar o povo que o Pai Lhe deu. Os que o Pai Lhe deu vêm a Ele e nenhum deles se perderá (Jo 6.35-40); b) Jesus, como o bom Pastor, dá a Sua vida pelas Suas ovelhas. Todos os que são Suas ovelhas são trazidos por Ele ao aprisco, levadas a ouvir a Sua voz e a seguí-lo. Notemos que o Pai tem dado as ovelhas a Cristo! (Jo 10.11, 14-18, 24-29); c) Jesus, em Sua oração sacerdotal, roga não pelo mundo, mas por aqueles que o Pai lhe dera. Em cumprimento à tarefa dada pelo Pai, Jesus realizou a Sua obra. Essa obra era tornar Deus conhecido do Seu povo e dar-lhe a vida eterna (Jo 17.1-11, 20, 24-26); (d) Paulo declara que todas as "bênçãos espirituais" que os santos herdam, tais como filiação, redenção, perdão de pecados, etc., resultam do fato de estarem "em Cristo", e liga essas

41 *The Reformed Doctrine* of *Predestination*, p. 153.

bênçãos à sua fonte última - o eterno conselho de Deus - onde repousa a grande bênção de terem sido escolhidos em Cristo antes da fundação do mundo para serem filhos de Deus, por meio dEle (Ef 1.3-12); (e) O paralelo que Paulo estabelece entre a obra condenatória de Adão e a obra salvadora de Jesus Cristo, o "segundo Adão", pode ser melhor explicado na base do princípio de que ambos figuravam numa relação pactual com o "seu povo". Adão figurava como o cabeça federal da raça e Cristo como o cabeça federal dos eleitos. Assim como Adão envolveu o seu povo na morte e condenação pelo seu pecado, assim também Cristo trouxe justiça e vida ao Seu povo através de Sua justiça (retidão) (Rm 5.12, 17-19).

3. Algumas passagens falam de Cristo morrendo por "todos" os homens e de Sua morte como salvando "o mundo"; todavia, outras falam de Sua morte como sendo definida em desígnio, isto é, para assegurar a salvação de um povo específico: (a) Há duas classes de textos que falam da obra salvadora de Cristo em termos gerais: (i) As que contém a palavra "mundo" (João 1:9, 29;3:16,17; 4:42; II Co 5:19; 1 João 2:1,2; 4:14 e (ii) As que contêm a palavra "todos" (Rm 5:18;II Co 5:14,15; 1Tm 2:4-6; Hb 2:9;II Pe 3.9 (Jo 1.9, 29; 3.19; 3.16-17; 4.42; 2Co 5.19; 1Jo 2.1-2; 4.14; Ro 5.18; 2Co 5.14-15; 2Tm 2.4-6; Hb 2.9; 2Pe 3.9). Uma das razões para o uso dessas expressões era corrigir a noção falsa de que a salvação era apenas para os judeus. Frases como "o mundo", "todos os homens", "todas as nações", "toda criatura", eram usadas para corrigir esse erro. Essas expressões eram usadas para mostrar que Cristo morreu para todos os homens sem distinção (isto é, Ele morreu tanto para judeus como para gentios), mas elas não pretendem indicar que Cristo morreu por todos os homens, sem exceção (isto é, Ele não morreu com o propósito de salvar todo e qualquer pecador perdido). b) Há outras passagens que falam de Sua obra salvadora em termos definidos e mostram que ela foi intencionada para salvar infalivelmente um determinado povo, a saber, aqueles que Lhe foram dados pelo Pai (Mt 1.21; 26.28; Jo 10.11; 11.50-53; At 20.28; Ef 5.25-27; Rm 8.32-34; Hb 2.17; 3.1; 9.15; 9.28; Ap 5.9).

John Owen (1616-1683), diz: "Se Cristo apenas tivesse obtido os benefícios e não pudesse dá-los, então Sua morte talvez não salvasse ninguém! (...) Se uma coisa é obtida para mim, certamente deve ser minha por direito, e tudo o que for meu por direito, há de ser meu de fato. Portanto, a salvação que Cristo obteve há de pertencer àqueles para os quais Ele a obteve. Se é dito: 'sim, mas é deles sob condição de crerem', eu repito novamente: 'mas a fé também é dada por Deus'."[42] A afirmação da soberania de Deus nos Seus atos salvadores, é uma das características da fé reformada, conforme observou B. B. Warfield.[43]

[42] John Owen, *Por Quem Cristo Morreu?*, p. 33. cf. Confissão de Westminster, X.1 e Catecismo Maior de Westminster, Perguntas: 67 e 68.
[43] B. B. Warfield, *El Plan de la Salvación*, Grand Rapids, Michigan, T.E.L.L. (1966), p. 75.

O que Cristo fez por nós na cruz?



A DOUTRINA DA EXPIAÇÃO PARTICULAR

Um estudo detalhado de 1João 2.1-2

John Owen

John Owen, *Por Quem Cristo Morreu?* São Paulo: PES, 1986. pp. 67-69.

Esta é outra passagem das Escrituras freqüentemente usada por aqueles que iriam argumentar que morte de Cristo é para todos e cada um dos homens. Diz-se que a expressão "todo o mundo" tem que significar "todas as pessoas do mundo", e que a expressão contrastante "não somente pelos nossos" inclui, deliberadamente, todos e cada um dos homens como aqueles pelos quais Cristo morreu, além dos crentes.

Eu poderia responder isso abreviadamente, dizendo que como em outras passagens "o mundo" significa "as pessoas que vivem no mundo"; assim "todo o mundo", não significa mais do que "pessoas vivendo em todo o mundo", como é mencionado em Apocalipse 5.9, a respeito dos redimidos. Mas visto que esse texto em 1 João é tão usado, vou sugerir que se faça um estudo mais detalhado, usando para isso quatro perguntas.

1. A quem João está escrevendo? Embora seja verdade que as Escrituras são para toda a Igreja, contudo, muitas de suas partes foram escritas a determinadas pessoas em particular. Tais partes devem ser entendidas à luz dessa verdade. Notemos portanto que:

a. João foi especialmente um apóstolo aos judeus – Gálatas 2.9
b. Ele escreveu àqueles que ouviram previamente a Palavra de Deus (1 João 2.7) e nós sabemos que a Palavra de Deus era "primeiro ao judeu".
c. o contraste que João fez entre "nós" e "o mundo" deixa claro que ele escreve àqueles que, como ele mesmo, eram judeus.
d. João freqüentemente adverte contra os falsos profetas por exemplo, 1 João 2.19. Visto que ele escreveu que tais mestres "saíram de nós", ele está obviamente escrevendo aos seus compatriotas.

Lembrando a aversão nacional dos judeus contra todos os gentios e a opinião judaica de que só a nação deles constituía o povo de Deus, o que poderia ser mais natural do que João enfatizar que Jesus morreu não somente pelos judeus crentes, e sim por todos os crentes espalhados pelo mundo inteiro? Temos um outro versículo das Escrituras que enfatiza a mesma coisa: João 11.52. João está claramente desejando evitar que os judeus-cristãos caiam no velho erro de supor que eles são os únicos cristãos. João insiste em que havia gentios cristãos, também, no mundo inteiro. Não há aqui uma doutrina no sentido de que Cristo morreu por todos os homens.

2. Por que João estava escrevendo? Ele escreveu para confortar os crentes angustiados por seus pecados, a fim de que eles não se desesperassem. "Se alguém pecar..." Daí, observamos que:

a. somente os crentes seriam confortados pelo fato de Cristo ser o seu advogado.
b. somente os crentes podem ser confortados; os incrédulos estão sob a ira de Deus.
c. João descreve como "filhinhos... cujos pecados são perdoados".

Em outras palavras o alvo de João se aplica somente aos crentes. Como pode servir de conforto aos crentes, dizer-lhes que Cristo morreu por todos e por cada um dos homens, muitos dos quais não são salvos? Este versículo não oferece nenhum conforto, a menos que seja entendido como significando que Cristo é o Salvador de todos os crentes em qualquer parte do mundo.

3. Qual é o significado de "propiciação"? A palavra grega aqui traduzida como propiciação está relacionada com a palavra traduzida como "propiciatório", em Hebreus 9.5. Isso nos dá um entendimento do significado da palavra. O "propiciatório" era a sólida placa de ouro usada para cobrir a arca na qual estavam as tábuas da lei (Êxodo 25.17-22). A lei, que acusava os homens de serem pecadores, estava escondida pelo propiciatório. Essa era uma ilustração de como Jesus Cristo, pela Sua morte, escondeu a lei de Deus, de modo que ela não pode acusar nenhum daqueles que crêem nEle. Jesus é a propiciação (propiciatório) do crente. Poderia ser dito

que todos e cada um dos que estão no mundo são livres de serem condenados como pecadores? Poderia ser realmente discutido que Cristo é a propiciação de todo o mundo, nesse sentido?

4. Qual é, então o significado de "todo o mundo"? Esta frase ocorre várias vezes no Novo Testamento, e freqüentemente não significa todos e cada um dos homens. Por exemplo:

> Lucas 2.1 – Mas o alistamento somente aconteceu no Império Romano.
>
> Romanos 1.8 – Mas muitas partes do mundo não tinham ouvido a respeito da igreja de Roma naquele tempo.
>
> Colossenses 1.6 – Mas muitas partes do mundo ainda não haviam recebido o evangelho.
>
> Apocalipse 3.10 – O mundo inteiro deve sofrer – mas isso não significa todos, sem exceção, pois alguns serão preservados disso.

Nessas e em outras passagens, todo o mundo significa nada mais que muitas pessoas, indefinidamente.

Além disso, em certos versículos das Escrituras, frases como "toda a carne" significam nada mais que todos os tipos de pessoas, como por exemplo: Salmo 98.3; Joel 2.28 (cumprida em Atos 2.17).

Algumas vezes, de fato, o mundo significa todos, exceto os crentes, como por exemplo: 1 João 5.19; Apocalipse 12.9.

Esses exemplos nos mostram, claramente, que não é essencial entender a expressão "todo o mundo" como sentido de "todos inclusive". O sentido não precisa ser outro senão o que o contexto da expressão sensatamente permite.

Concluo que esta passagem das Escrituras se refere à obra de Cristo para todos os crentes, judeus e gentios, igualmente. A passagem diz que Cristo é verdadeiramente a propiciação deles. Ninguém argumenta com seriedade que todos os homens, em todos os lugares, são realmente salvos por Cristo. Também de nada adianta sugerir que Cristo é uma propiciação suficiente para todos e cada um dos homens. Jacó não teria sido confortado pelo simples fato de ouvir dizer que havia bastante trigo no Egito. Ele teria morrido de fome se o trigo não houvesse se tornado possessão dele. Da mesma maneira, Cristo só pode ser um conforto para aqueles que, em todo o mundo, são realmente salvos.

Os ofícios de Jesus Cristo

Tanto em seu estado de humilhação como no de exaltação, Cristo tem desempenhado três ofícios, que é a forma de se falar a respeito da obra de Cristo. Embora alguns dos chamados pais primitivos da igreja já falassem dos diferentes ofícios de Cristo, Calvino foi o primeiro a reconhecer a importância de distinguir os três ofícios do Mediador. As confissões reformadas, tais como o Catecismo de Heidelberg, prontamente aceiraram esta formulação. Entre os luteranos já houve mais resistências. O homem, como foi criado por Deus, devia exercer o papel de profeta, sacerdote e rei. Daí ter sido dotado de conhecimento e entendimento, de retidão e santidade, e de domínio sobre a criação inferior. A entrada do pecado no mundo afetou o homem todo e o impossibilitou de funcionar propriamente na sua tríplice capacidade de profeta, sacerdote e rei, ficando assim sujeito ao pecado, ao engano, ao erro e a morte. Mas Jesus veio como homem ideal e com o propósito de restaurar o homem à sua condição original.Desse modo, Ele deveria exercer também esses ofícios. Através do exercício desses ofícios são revelados os efeitos e as virtudes de Jesus, necessários para que as pessoas possam crer nEle. É preciso conhecer Sua vida e o que Ele fez pelo pecador para que assim todos os que o receberam descansem seguros, confiando plenamente que a Sua Obra foi completa em prol da Salvação.

Para Calvino existe uma grande dificuldade em discriminar claramente as ações distintas de cada um dos ofícios em Jesus, sendo que Ele os exerce todos simultaneamente de maneira completa. Assim, ao separá-los corre-se o risco de exaltar um em detrimento dos outros. Assegurar a distinção dos três ofícios em Cristo é assegurar a distinção das duas naturezas em Cristo, sem ambigüidades, sem confusão, sem conversão e sem composição, de modo que as duas naturezas em sua totalidade são perfeitas e distintas, a Deidade e a humanidade de Cristo.

Charles Hodge explica que os elementos necessários para se alcançar esse grande objetivo estão divididos em duas classes, a saber: aqueles que dizem respeito a Deus e aqueles que dizem respeito aos homens. “No tocante a Deus é absolutamente necessário para se obter a reconciliação é necessário que o Mediador aplaque o justo desprazer de Deus fazendo expiação da culpa do pecado e apresentar súplicas em favor deles; esta ação é primordial a fim de que sejam aceitos pelo Pai. Aos homens é absolutamente necessário que o Mediador lhes revele a verdade concernente a Deus, suas relações com Ele, bem como as condições para que o serviço seja aceitável; que Ele os persuada e os capacite a receberem a verdade revelada e O obedeçam.”

Segundo a exposição de Emil Brunner, não foi por acidente que a teologia reformada, na sua doutrina dos “ofícios” de Cristo, sublinhou essa afirmação originalmente bíblica da salvação histórica, que, no período do escolasticismo medieval fora perdida. A obra de Jesus é o cumprimento da Antiga Aliança (pacto das obras). Na doutrina dos três “ofícios de Cristo nos relembramos novamente a verdade que conhecemos Jesus através da ação de Deus nEle; isto já foi sugerido nos varies títulos dados a Jesus na Igreja Primitiva todos os quais têm um caráter” funcional “e sugerem Sua Obra antes que Sua Pessoa”.

Quando os teólogos reformados falam do triplo “ofício” ou obra de Cristo eles têm em mente as três figuras teocráticas que existiam sob o antigo pacto: o profeta, o sacerdote e o

rei. Em Jesus todas essas três representações foram cumpridas, e elas se fundem em uma completa unidade na Sua Pessoa, dando completa significação à Sua Obra.

Assim também por meio de Sua encarnação Ele exerceria os ofícios a Ele atribuídos em várias passagens do Antigo Testamento, conforme veremos a seguir, a fim de confirmá-los diante do seu povo e atestar a veracidade bíblica, cumprindo-a como sinais visíveis para aqueles que esperavam a restauração de Israel através de seu libertador.

1. Profeta

Nos tempos de Moisés fora profetizado que surgiria no futuro, dentre os judeus, um profeta semelhante a ele, a fim de revelar toda a vontade de Deus para o Seu povo (Dt 18.15,18), Moisés, servo íntegro ao Senhor, conduziu o povo de Deus por mais de quarenta anos e lhes ensinou a vontade de Deus. Para isso Deus utilizou Seu servo, Moisés, para ser o mediador entre Ele e Seu povo. Moisés recebeu a revelação direta de Deus, concretizada nos mandamentos, no monte Sinai (Ex 20: 1-21). É interessante observar que o povo tinha medo de Deus, a semelhança de Adão; preferia tratar com Moisés a tratar diretamente com Deus. Este medo é causado pela presença do pecado em nós.

Ao povo cabia obedecer a Deus ou não (Dt 11.26-32), sabendo que a vontade de Deus é boa e perfeita, a qual conduz a quem a seguir a uma vida tranqüila e livre de problemas, principalmente em relação ao Legislador e a qualquer ação judicial condenatória, visto que a Lei do Senhor é superior a qualquer lei humana. Esta é a característica marcante da superioridade da Lei Mosaica; ela é divina.

Moisés, como profeta anunciou aquilo que ele recebeu de Deus: sua lei. E Jesus trouxe aos homens a revelação da vontade de Deus, sendo considerado por muitos como sendo o "profeta" anunciado por Moisés (Mt 16:14; 21.11; Lc 24.44; Jo 7.40), mas Jesus era superior aos outros profetas. Jesus é superior aos profetas, porque esses traziam palavras de Deus: e Jesus é a própria Palavra de Deus (*logos*; Jo 1.1,2) revelada a todos, e todos O admiravam, pois Ele os ensina como quem tem autoridade; Jesus não legitimava suas palavras como os antigos profetas dizendo: "assim diz o Senhor..."; mas Ele dizia: "em verdade, em verdade Eu vos digo" (Mt 18.3).

Para Emil Brunner Jesus como profeta não é um profeta a semelhança dos antigos profetas porque Ele possuía autoridade. E Sua autoridade está firmada em Sua própria Pessoa. "Sua Palavra não pode ser separada de Sua Pessoa, enquanto para o profeta o que importa é a Palavra que lhe é dada por Deus, Sua personalidade não tem importância. Por isso é que Jesus fala com autoridade absoluta, Eu vos digo, Ele não reclama inspiração pelo contrário, em Suas Palavras Ele freqüentemente se aponta como quem anuncia o novo dia, o dia que aponta para o fim, o mundo celestial. Sua autoridade repousa no fato de que Ele auto-afirma que Ele veio do Pai (Mt 20.28; Mc 1.0.45; Jo 1.11; 5.43; 6.44; 8.42; 16.28)".

Sua mensagem revela a verdade que estava sendo aguardada desde a promessa à mulher no paraíso. Sua mensagem anuncia que o Reino está entre eles, presente, atuante. Jesus é a mensagem viva da revelação divina, aguardada pelos profetas. Sua proclamação aponta sempre para além do ensino. Ela aponta para Ele próprio, ou seja, para a revelação de que Ele é o Messias, o Emanuel, para aquele em que Deus está presente em pessoa, não apenas

pela ação do Espírito Santo sobre Ele, mas também por ele ser o próprio Deus, agindo entre o povo.

Jesus é a revelação viva de Deus, não escrita, mas viva e presente na história das pessoas e atuante no cotidiano deles, interferino, agindo em prol deste povo. Por onde quer que Jesus passava, uma multidão sempre o estava seguindo (Mt 5.1; Mc 3.7; Lc 22.47), pois Ele as ensinava com autoridade, ora exortando, ora dando esperança, ora dando conforto (Mt 7.29; Lc 4.32). Sua autoridade não era dada por homens, ou por alguma classe religiosa; sua autoridade lhe fora dada pelo próprio Pai (Mt 9.6; 28.18; Mc 2.10; 5.24; Jo 5.27), e isto marca seu ministério profético entre o povo, pois Ele revelava e ensinava o povo com amor e poder, em virtude da sede que o povo tinha de justiça e amor. Jesus dá respostas corretas para eles dizendo-lhes: “vinde a mim todos os que estais cansados e oprimidos, pois Eu vos aliviarei” (Mt 11.28).

O profeta possui esta virtude de ora exortar o povo para o arrependimento, ora dar esperança ao povo. Ele os sustenta e os vivifica por meio de Sua Palavra. A Palavra do Senhor restaura a alma (Sl 19.7), a Palavra do Senhor é luz para o caminho dos fiéis, dando-lhes orientações corretas em suas atitudes (Sl 119:105), a Palavra do Senhor trás vida (Jo 5.39; Fp 2.16). Jesus é o Logos (Jo 1.1). Ele é a Palavra viva de Deus, porque é o próprio Deus falando aos corações cansados e aos pecadores, trazendo-lhes mensagem de paz e não de guerra.

Para João Calvino, Jesus Cristo é profeta porque Ele cumpriu todas as profecias referentes à Sua Pessoa. Esta era a expectativa profética, anunciada desde os mais remotos tempos em Israel. Jesus ensinou todas as coisas aos judeus (Jo 4.25) e esta é a razão de Jesus ser o profeta, não para anunciar suas próprias palavras, mas para anunciar a Palavra de Deus aos homens, a fim de que creiam ser Ele o Messias prometido; Assim a ênfase de Sua Palavra era Sua auto-revelação, não explicita, mas implicitamente, por meio de suas ações e Palavras. Para Calvino, a anunciação da Palavra de Jesus por meio dEle ia além das palavras utilizadas para anunciar um fato ocorrido ou de um conto ilustrativo para anunciar uma verdade; a Sua palavra declarava Sua virtude e natureza divina, e, por isso, as multidões se maravilhavam.

O profeta só pode dar ao povo aquilo que ele recebe de Deus. O papel principal do profeta do Antigo Testamento era receber a Palavra de Deus e revelar a vontade de Deus ao povo, interpretar a lei em seus aspectos morais e espirituais, protestar contra o formalismo e o pecado, chamando o povo de volta ao caminho do dever, e dirigir-lhe a atenção para as promessas gloriosas de Deus para o futuro.

Na vida ministerial de Jesus, percebe-se claramente o exercício pleno desses ofícios em Sua Pessoa. Nas muitas discussões que houve entre Jesus e a classe dos clérigos, a mensagem contra eles era sempre dura, principalmente contra o formalismo e a hipocrisia. No ofício profético, Jesus não é apenas aquele que proclama com palavras a vontade de Deus, mas está interagindo em comum acordo com o Pai e o Espírito Santo, pois obedeceu a Deus voluntariamente. A mensagem profética como visto anteriormente consta da exortação ao arrependimento e o retorno do povo para o caminho de Deus, e Jesus anuncia aos pecadores o arrependimento porque está próximo o Reino do Céu (Mt 3.2). Sua intenção era

proporcionar ao arrependido uma nova vida e uma nova oportunidade para ser feliz neste mundo temporal. Esta era a mensagem que Jesus anunciava, sempre com esta conotação vivificante aos seus ouvintes, Não era carregada de obrigações e ordenanças como as dos fariseus; antes valorizava o ser humano como criatura digna de receber o tratamento de Deus. Como dissemos anteriormente, seu propósito é restaurar a comunhão de Deus para com os pecadores e elevá-los ao padrão de Deus.

A Palavra de Jesus tocava as pessoas em suas necessidades com autoridade e Poder; bem sabia o apóstolo Paulo a respeito disso, quando disse: "não vim entre vós com sabedoria humana a fim de vos convencer, mas vim pelo poder de Deus (1Ts 1.5)". Assim também a ação da Palavra de Jesus é cheia de Poder e autoridade muito diferente dos antigos profetas.

O ministério profético de Cristo continua ainda pela operação do Espírito Santo através dos ensinos dos apóstolos (Jo 14.26; 16.12-14). Jesus estando à direita do Pai o enviou para que o Espírito Santo testificasse e ensinasse tudo a respeito de Jesus e Sua mensagem (cf 16.1-15). A respeito da ação do Espírito Santo, declara Berkhof: "E hoje opera pela iluminação espiritual dos crentes na leitura bíblica e meditação da mesma".

2. Sacerdote

Deus estabelece os sacerdotes na história do povo de Israel com a escolha de Arão e seus filhos (cf Ex 28.1), e como tais, eles deveriam servir como mediadores entre Deus e os homens, como sacerdotes e representantes de um Deus Santo, eles participavam da santidade do tabernáculo e tinham que seguir os padrões rigorosos da pureza ritualista impostas por Deus (cf Lv 21.1-22.16). Além dos seus deveres cerimoniais – tais como: oferecer sacrifícios e cuidarem do lugar de adoração – eles atuavam ainda como juízes (cf Dt 17.8-13), dispensavam bênçãos (Nm 6.22-27), apresentavam oráculos (Nm 27.21) e ensinavam a lei divina ao povo (Dt 33.10). Os sacerdotes a priori deviam ser os responsáveis pela verdadeira religiosidade do povo, a fim de que o culto prestado a Deus fosse legítimo e sem mácula.

O ofício sacerdotal de maior relevância para o povo hebreu era a expiação do pecado nacional diante de Deus, uma vez por ano (cf Lv 16.29-34). Pois era consagrada a Deus a festa anual das expiações, pois o povo sabia que muitas das "maldições" que estavam sobre ele eram decorrentes dos pecados das pessoas que não queriam servir a Deus com sinceridade. Deus possibilitou a substituição dos pecadores pelo bode emissário (cf Lv 16 1-10), para que ele levasse sobre si todo o pecado nacional e, vagando pelas terras de Israel levasse os pecados para longe da vista do povo, simbolizando, é claro, que Deus estava lançando os pecados deles sobre o animal inocente e levando-os para longe deles; à semelhança de Jesus, como profetizou Isaías no capítulo 53:5, 6, 11, Ele levou sobre si nossos pecados. Como sacerdote perfeito, Jesus apresentou a oferta perfeita da qual Deus se agradou (cf Hb 7:20-28). Seu sacerdócio não tem fim, é eterno, por isso superior aos demais sacerdotes de Israel. Com a apresentação da oferta perfeita a Deus, Ele aplacou definitivamente o pecado humano (Mt 20.28). A morte de Jesus na cruz é o ponto máximo da revelação divina, pois é por meio deste ato que os pecadores podem ser salvos e perdoados. Na cruz, Jesus levou sobre si o pecado de todo o mundo, suficiente para aplacar a todos, porém este ato é válido somente para os eleitos de Deus para a salvação.

No sistema religioso judaico, as oferendas já estavam contaminadas pela ganância sacerdotal sendo veementemente repreendidos por Jesus. Quando entra no templo, atirando todos os cambistas para fora do templo do Senhor. Jesus ali demonstrou toda a ira divina contra esta corrupção e pecado cometido pelos sacerdotes judaicos (cf Mt 21.12).

O povo não tinha mais como ser purificado diante de Deus, pois os sacerdotes eram corruptos e as ofertas não eram mais tão perfeitas como antigamente. Assim, Deus se manifestou no tempo oportuno para trazer paz e perdão ao seu povo, em vista de tão grande decadência religiosa em Israel. Jesus veio exercer Seu ofício sacerdotal como o Sacerdote perfeito, sem pecado e capaz de trazer ao povo o perdão tão esperado, como diz o salmista no salmo 32: 3-4: "eis que meus ossos estão envelhecendo pelos constantes gemidos dos meus pecados..." O povo gemia por causa de seus pecados, o povo se maravilhava com Jesus porque Ele trazia paz e perdão aos pecadores: eis que o Filho do homem tem poder para perdoar os pecados das pessoas (cf Lc 5.22-24). Como sacerdote, Ele tinha autoridade para expiar os pecados das pessoas pela Sua palavra.

Como sacerdote, Ele viveu uma vida dedicada totalmente a Deus, era consagrado ao serviço de Deus, era aquele que, além de revelar as maravilhas de Deus às pessoas, vivia ininterruptamente cumprindo as ordenanças de Deus de modo voluntário e prazeroso: "eis que a minha comida e bebida é fazer a vontade de meu Pai, (Jo 4.34)". Como sacerdote perfeito apresentou a oferta perfeita a fim de levar sobre si os pecados de todos (cf Is 53.5-6, 10- 11), Ele é o cordeiro que tira o pecado do mundo (cf Jo 1.29).

O sacrifício de Jesus Cristo na cruz era inevitável, precisava acontecer para que o pecado fosse perdoado. Era necessário propiciar uma oferta que agradaria a Deus para sempre, em vista da corrupção sacerdotal. Nas palavras de Emil Brunner o ponto essencial do sacrifício de Cristo é que "era preciso" acontecer, aquela necessidade que relaciona aquela transformação da situação humana de mal para bem, da tragédia para a vitória, com a morte de Jesus na cruz, como ato revelador, expiador e redentor de Deus. O mistério do sacrifício e expiação, da punição vicária, de pagamento da dívida, do resgate da escravidão aos poderes das trevas é revelar o ato salvador de Deus na Pessoa de Jesus Cristo morto na cruz.

A cruz de Cristo revela-nos que, pertencendo ao pecado, a situação do homem em relação a Deus é perigosa, sinistra e desastrosa. O homem não pode alterar essa situação, então Deus, somente Deus, pode fazer isso; e Ele o fez em Jesus Cristo, por meio de sua morte na cruz. Nele, agora, obtivemos a paz com Deus, por meio de Seu sangue derramado na cruz (Cl 1.19).

Com o inicio do ministério de Jesus, uma nova mensagem foi inserida no contexto judaico, uma mensagem proclamada e esperada, uma mensagem de esperança, de restauração para a nação de Israel, na qual seria revivido o glorioso dia do rei Davi. Porém o Reino anunciado de Jesus não é carnal, mas, sim, espiritual, conforme diz João Calvino, um reino que será completado, como vislumbrado por João no livro de Apocalipse, que será concretizado de fato como governo divino sobre seus eleitos e sobre o "mundo". Jesus é o rei, hoje, de Sua Igreja, porque Ele é o cabeça de seu corpo (cf Cl 1.15). Agora passaremos a discorrer sobre Jesus, exercendo o ofício de Rei.

3. Rei

A mensagem profética no Antigo Testamento é a anunciação do governo de Deus sobre o povo de Israel. Desde que Israel rejeitou o governo de Deus por meio de Seus sacerdotes, o povo estava se enterrando cada dia mais em meio aos problemas (I Sm 8:7). Mesmo com o governo de Davi, o povo passou por muitas dificuldades, ainda que Davi era um homem segundo o coração de Deus (cf At 13.22). Emil Brunner nos dá uma rica contribuição, dizendo que, quando Jesus começou a pregar, a Sua mensagem logo foi ligada com estas idéias fundamentais da mensagem dos profetas, que foram intensificadas e se fizeram mais urgente através da pregação de João Batista.

O reino de Deus que está vindo, a nova era, contraste com a era presente. Esta é a razão por que, em muitas das parábolas contadas por Jesus, o tema de um Rei (Mt 18.23; 22.2) é enfatizado. Este é o alvo de toda a história: que por fim a vontade de Deus será feita; que por fim o Rei terá um povo obediente. Se atentarmos para as palavras dos sábios vindos do oriente, na época do nascimento de Jesus, observamos que eles o tratam como sendo o Rei dos Judeus (cf Mt 2.2). Isto nos alerta para este ofício de Jesus como Rei, mesmo sendo de uma família humilde como a de José e Maria.

Se Jesus tivesse proclamado apenas o Reino de Deus e a obediência à vontade de Deus como condição de participação no Reino, então Ele teria sido mais um dos profetas. Porém Jesus não proclamou meramente esta vinda do Reino de Deus, ao mesmo tempo Ele inaugurou a nova era e representou-a em Sua própria Pessoa. Ele próprio, em Sua pessoa, é a aurora deste Reino de Deus.

Na pessoa de Jesus, a soberana autoridade de Deus está presente de um modo totalmente diferente dos modelos até então conhecidos de um governo teocêntrico. Em Sua pessoa como amostra do que será o governo eterno de Deus sobre o Seu povo, é inevitável a confrontação do modelo governamental exercido pelos homens até então. No governo teocêntrico está explicito que a direção é exclusivamente prerrogativa da vontade santa e soberana de Deus. O reino anunciado por Jesus é um reino onde existe verdadeiramente a presença libertadora, restauradora e perdoadora do amor de Deus, amor este que facilita a comunhão para todos aqueles que O encontram. Neste reino, não existe a opressão de um rei dominador ou opressor, que tira a vida e a alegria de seus súditos. Pelo contrário neste reino divino é manifesto o Seu amor santo, que vence o mal. É o governo de alguém que derrama Sua vida em serviço amorável, que quebra a resistência por uma vitória interior.

Fomos transportados do domínio das trevas para o Reino do Seu Filho amado (Cl 1.13), reino este onde o pecador encontra perdão, onde o cansado encontra alento, o rejeitado encontra valor. Neste reino, as pessoas são chamadas para uma nova vida, uma vida restaurada ao projeto inicial que Deus tinha para o homem: ser imagem e semelhança de Deus (cf Gn 1.26). Este é o reino de Deus, libertador, restaurador, e Jesus é o Rei, que se deu em favor de Seu povo, deu sua vida em resgate de Seu povo. Jesus conquistou este direito na cruz, esvaziando todo o Seu Ser em nosso favor.

A autoridade de Jesus Cristo é, portanto, uma realidade somente onde os homens realmente dobram o joelho diante dele, isto é, na Igreja. A Igreja consiste daqueles que reconhecem

Jesus Cristo como seu Senhor e na obediência da fé, e no amor, servem como seu Senhor o fez. A autoridade de Cristo significa que por meio de Sua Palavra e Seu Espírito ele realmente governa sobre os "homens" (os salvos). Jesus não é apenas um Rei que simplesmente reivindica Seus direitos, mas aquele a quem a Igreja realmente se submete. Ele é a cabeça do Corpo da Igreja (Cl 1.18). Ele é realmente a autoridade em uma comunidade de pessoas que realmente obedecem A Sua vontade.

Jesus como rei de Seu povo nos protege contra todo tipo de ataque do inimigo. À semelhança dos reinos humanos que se julgam prósperos pela abundância e proteção contra seus inimigos, muito mais é Jesus como nosso rei, pois Ele nos protege contra o ataque dos nossos inimigos espirituais, de onde deduzimos que Ele reina mais por causa de nós que por Si mesmo, tanto por dentro como por fora, para enriquecer-nos com os dons do Espírito, que naturalmente nos orientam para edificarmos a comunhão de Sua Igreja (Ef 1.22,23).

Jesus é rei eternamente, como ensina explicitamente a passagem de Sl 45.6, em conformidade com Hb 1.8; Is 9.7; Dn 2.44: Cristo nunca deixará de ser a Cabeça da Sua Igreja, jamais a deixará como um corpo sem cabeça, assim como Ele é sacerdote para sempre segundo a ordem de Melquisedeque.

Não teria muito sentido Deus se tornar homem, na Pessoa de Jesus, e, depois, na eternidade, onde será estabelecido realmente o Seu Reino, deixar de exercer a sua realeza, visivelmente, deixar de conviver com seus súditos. Ele estará entre nós porque Ele é o Deus conosco. Seu governo será justo, governará com cetro de ferro, sem opressão, mas com amor; Seu povo o louvará para sempre, à semelhança dos vinte e quatro anciãos no Apocalipse de João.

Jesus geralmente ensinou como os rabinos judaicos por meio de ditos breves, ao invés de extensos discursos, e muitos de seus mais importantes ditos são constituídos de parábolas, provérbios e pronunciamentos isolados, respondendo a perguntas e reagindo a situações. Sua autoridade foi reconhecida por todos seus ouvintes (Mt 7.28,29). Como se utilizava de parábolas, sua compreensão era difícil para muitos e até mesmo para seus discípulos, para quem Jesus as explicava, em particular. Dos ensinos de Jesus brotam três ênfases principais: (a) a primeira ênfase recai sobre seu Pai divino, pois Jesus queria que seus discípulos se relacionassem com o Pai com intimidade familiar, não com formalismos e ritualismos; (b) a segunda ênfase era dada a possibilidade de uma nova vida aos seus ouvintes por meio do arrependimento; (c) e a terceira ênfase dizia respeito a Si mesmo como Filho do Homem e o Messias de Israel; através de Seus sinais e Suas palavras àqueles que atentassem descobririam que Jesus é o Restaurador tanto de Israel como de todos aqueles que o recebiam como o Messias de Deus. Portanto, atentar para os ensinos de Jesus constitui a melhor maneira de perceber o ato reconciliador que Ele realizou por meio de suas atitudes e palavras, em uma sociedade corrompida e vazia em sua vida espiritual, apesar de sua intensa religiosidade para com Deus, por meio de seus constantes sacrifícios.

Não podemos dividir estes ofícios. Recebemos não apenas as consolações que advém do Sacerdócio de Cristo, mas as exigências de arrependimento e fé que Ele nos faz como

Profeta, e como Rei a exigência de toda nossa vida, contra idéias antinomistas e de “crentes carnais”.

6 – A doutrina da pessoa e obra do Espírito Santo

Vem, Espírito Santo, vem, Mestre dos humildes e Juiz dos altivos. Vem, esperança dos pobres, conforto dos cansados. Vem, estrela sobre o mar, salvação no naufrágio. Vem, glorioso adorno de todos os viventes, de todos os mortais única salvação. Vem, Espírito Santo, comisera-te de nós. Prepara-nos para tua obra. Preenche nossa pobreza com teu poder, vem de encontro à nossa fraqueza com a plenitude de tua graça.

Anselmo de Cantuária, 1033-1109

Todo-poderoso Deus, é teu julgamento que nos faz cair e nos faz erguer do chão. Faze-nos ser conscientes de nossa fraqueza. Ensina-nos a procurar descanso em ti e a depender unicamente de tua graça. Por tua ação a obra da nossa salvação inicia e se consuma.

João Calvino, 1509-1564

1. O Espírito Santo na Teologia Sistemática

1.1. Credo Niceno-Constantinopolitano – a diferença entre Oriente e Ocidente: O Concílio de Nicéia, em 325, havia declarado Jesus Cristo Filho consubstancial ao Pai. Um só Deus com Ele; contra o arianismo que subordinava o Filho ao Pai. Porém, o conflito sobre o arianismo se desdobra e avança dominando amplamente o panorama político e a história eclesiástica e doutrinária até o Concílio Constantinopolitano do ano 381. Evidentemente, a época que segue a Nicéia pode ser visualizada como a história da recepção do Concílio, processo mediante o qual as Igrejas tentam não simplesmente associando-o à condenação do arianismo, mas também no sentido positivo, repensando o conteúdo do seu símbolo de fé e reconhecendo-o como tradição, isto é, como expressão dogmática vinculativa e, de certo modo definitiva.

Indubitavelmente, é notório que Nicéia não havia despertado grande eco teológico e, ademais, havia demonstrado escassa capacidade de adaptação aos círculos intelectuais. Porém, surgiam três personalidades geniais na Ásia Menor, os chamados Pais da Capadócia: Gregório de Nissa, Gregório Nazianzeno e Basílio de Cesaréia. Os teólogos neonicenos que conseguiram ampliar e aprofundar os fundamentos da fé levando a unificação no Concílio Contantinopolitano. O contexto deixava claro que a fé no Espírito mudava a concepção de Igreja.

O Concílio de Constantinopla, em 381, fora convocado para restaurar, sobre a fé definida em Nicéia. O projeto de um Concílio Ecumênico visava restabelecer a unidade religiosa entre os dois impérios e ordenar a disciplina eclesiástica.

O arianismo que, anterior a Nicéia, havia se limitado ao conceito do Filho, posteriormente vai ampliando suas idéias também a respeito da divindade do Espírito: argumentando que o Espírito não é Deus, mas uma criatura, o "servo do Pai e do Filho". Para Macedônio de Constantinopla, o Espírito Santo não tinha a dignidade divina do Filho, sendo um ministro, um intérprete, uma espécie de anjo.

Os seguidores de Macedônio, Bispo de Constantinopla (c. 362) ficaram conhecidos como Macedônios ou pneumatômacos ou ainda adversários do Espírito (nascido do semiarianismo). Contra a doutrina errônea dos denominados pneumatômacos, o Concílio de Constantinopla proclamou em sua confissão de fé que a terceira Pessoa da Trindade é

reconhecida como “Senhor”, “doador de vida”, “procedente do Pai”, “adorado e glorificado junto com o Pai e o Filho”. Foram os defensores da divindade e consubstancialidade do Espírito: Atanásio, Gregório Nazianzeno, Gregório de Nissa, Basílio, Didimo de Alexandria.

Revestido da teologia trinitária de Santo Agostinho, o Ocidente explicou que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho (chamado *Filioque*) formulação que também foi inserida na mencionada confissão de fé em vários lugares. O Papa Leão III em 809 recusou tornar o acréscimo obrigatório a toda a Igreja, argumentando que representava uma intervenção no texto da tradição. Henrique II, com a licença do Papa Bento III cantou o credo com o *Filioque* em sua coroação em 1014. Mais tarde o II Concílio de Lião (1272) e o Concílio de Florença (1439) aprovaram o acréscimo. Desde o século IX até nossos dias o acréscimo formalmente problemático, do *Filioque*, é o ponto fundamental da polêmica entre Gregos e Latinos.

Para o Ocidente, os latinos, ao credo é acrescentado: “O Espírito procede do Pai e do Filho”. A Igreja latina enfatiza a natureza divina. A tradição Ocidental põe em relevo a comunhão Consubstancial entre o Pai e o Filho. A tradição Oriental põe em relevo o caráter de origem primeira do pai em relação ao Espírito. Para a Igreja Grega, o Espírito procede do Pai pelo Filho. Eles reservam o termo proceder para a saída de um só princípio. A teologia Grega enfatiza as *hipóstasis*-pessoas. Por isso, acusam a Igreja Ocidental de erro na fé dizendo que afirma o Pai e o Filho como duas origens do Espírito Santo. No sentido de uma origem pura e simples, o Espírito Santo procede, por isso, somente do Pai e ao Pai deve inclusive o seu proceder do Filho; é este o sentido ortodoxo da formulação grega.

Para o Oriente, o *Filioque* rompe com todo o equilíbrio trinitário, diminui a igualdade perfeita das três Pessoas da Trindade. Ele toca na monarquia absoluta do Pai ao deslocar o princípio da unidade trinitária da *hipóstasis* do Pai em relação à natureza. Em 1981, festa dos 1500 anos do Concílio Constantinopolitano I, na festa de Pentecostes, o Papa João Paulo II ordenou que fosse cantado o credo sem o acréscimo, na Basílica de São Pedro, em Roma.

1.2. A missão de Jesus e a missão do Espírito – uma ação conjunta: Indubitavelmente, a obra de Deus é operada através de duas missões: a missão do Filho e a do Espírito.

Jesus Cristo é o missionário do Pai: o enviado por Deus para cumprir, livre e gratuitamente, o desígnio do Pai respondendo à busca humana do infinito e dando o sentido último da História. Jesus é missionário do Pai na força do Espírito Santo. Jesus anunciou o Evangelho do Amor. Morreu e Ressuscitou para introduzir as pessoas, povos e culturas, na vida nova da solidariedade, partilha e justiça a partir dos pobres.

Esse é o Reino de Deus, a grande paixão de Jesus, o sentido de sua Missão na terra: “Eu vim para que todos tenham Vida, e a tenham em abundância” (Jo 10.1-18). O Reino é dinâmico como fermento que a tudo deve fermentar (Lc 13.2), pois revela o poder do Senhor, presença e ação constante na história.

Em todo o Novo Testamento se manifesta o processo de revelação do mistério trinitário no decorrer da caminhada de Jesus e da irrupção do Espírito nas comunidades primitivas. Jesus, em sua Missão, revela o Pai na sua capacidade misericordiosa, como o Pai do Filho pródigo, do pecador, do fraco. Jesus é capaz de exultar de alegria diante da Ação Libertadora de Deus na História dos simples, revelando assim sua unicidade com o Pai e a comunhão existente entre Ele, o Pai e o Espírito. É o Espírito Santo que assim se manifesta por Jesus e que unido a Ele também age na história.

No Evangelho (Lc 4.18-10) o próprio Jesus se revela impulsionado, ungido pelo Espírito para assumir a Missão. O mesmo Espírito que esteve presente no ato encarnatório de Deus na história e se fez presente no Batismo de Jesus, é o mesmo que o conduz à Missão ao longo de sua trajetória terrena.

À luz do evento pascal, a comunidade relê toda a história do Nazareno, reconhecendo nela os sinais de uma contínua presença do Espírito, que faz dela verdadeiramente o espaço da ação de Deus. O *Paráclito* é, sobretudo, aquele que atualiza no tempo a missão de Cristo. A comunidade, à luz da ressurreição, vê em Jesus aquele que revela o Espírito de maneira única em todos os momentos de sua vida: na encarnação, no batismo, na missão (como ação do Espírito), na cruz e na ressurreição. Portanto, a comunidade das origens viu no Espírito o princípio e a força da contemporaneidade de Cristo: Aquele que recebeu o Espírito em plenitude está para sempre vivo no Espírito (1Pd 3.18), e derrama seu Espírito sobre toda a carne (Rm 8.9; Fl 1.19). O Espírito molda o homem ao destino, a missão de Jesus Cristo.

O Espírito nos faz participar da condição filial do Nazareno: Nele, ousamos chamar Deus de “Abba” (Rm 8.15; Gl 4.6). Todos os que são conduzidos pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. O Espírito habita no crente e age na Igreja fazendo dela o corpo Místico de Cristo. No Espírito de Cristo torna-se possível a relação com o Pai. Sem o Espírito a Missão de Jesus não se prolongaria na história. Pelo Espírito a fé é a experiência do vivente capaz de mudar a vida humana no seu presente concreto.

O Espírito dinamizará o crente para a fidelidade da promessa e, assim, para o futuro de Deus. O Espírito torna Jesus presente como verdade, luz e profeta escatológico no tempo. Portanto, o Espírito enviado aos discípulos por Jesus tem a dimensão do seu próprio retorno e de sua presença na comunidade. O Espírito testemunha a verdade cristã consolando, defendendo e animando a comunidade, garantindo a fidelidade e o testemunho. O Espírito conduz a comunidade à verdade plena. É o agente principal da evangelização.

O Filho e o Espírito realizam frutos em comum com o desígnio do pai que os envia, tornando manifesta a sua verdade una, porém não o fazem da mesma forma. Cada um em sua distinção imprime a própria missão à sua marca *hipostática*. Segundo o apóstolo Paulo, a missão de Jesus é de forma objetiva e contém um valor universal, ou seja, realizar uma vez por todas a redenção do mundo (Gl 4.4-5; 3-8). Quanto ao Espírito Santo, sua missão é mais interior e de cunho escatológico (Ef 1,14). O Espírito é, por excelência, Dom escatológico de Deus. O Pentecostes engaja o Cristo no futuro. Para Tomás de Aquino, Cristo e o Espírito formam juntos um só princípio de graça. Comunicando ao mundo o futuro de Cristo, o Espírito glorifica o Filho o qual por sua vez, glorifica o Pai. O Espírito

Santo e o Filho realizam conjuntamente (segundo Irineu, as duas mãos do Pai) na criação e na história o plano salvífico de Deus.

1.3. O Espírito Santo na Igreja: Quando nos debruçamos sobre a Revelação bíblica, percebemos que toda a vida de Jesus é permeada pela presença transformadora e sempre nova do Espírito. Portanto, é impossível falar de cristologia sem pneumatologia e sem eclesiologia.

A Igreja é ao mesmo tempo fundada sobre a Eucaristia e sobre o Pentecostes. Há nas duas economias do Filho e do Espírito a reciprocidade e o serviço mútuo. Contudo, o Pentecostes não é uma simples conseqüência nem uma continuação do ato encarnatório de Deus. Ele é o segundo ato de Deus Pai. O Pentecostes se apresenta como fim último da economia trinitária e antecipação do Reino. É por meio do Espírito Santo que buscamos compreender a Palavra, na Igreja e como Igreja. Ele nos integra ao corpo, nos faz co-herdeiros de Cristo, faz-nos filhos no Filho e no Filho faz-nos encontrar o Pai. O Espírito é co-amante com o Pai e co-amado com o Filho. Na vida eclesial, o Espírito nos faz participantes da circulação do amor trinitário.

Irineu descreve a dialética existente entre o Espírito e a Igreja. Para Ele "onde está o Espírito lá está a Igreja". Se o Espírito é testemunha da verdade de Cristo, a Igreja é receptáculo desta Verdade através do caminho de fé. Hipólito afirma que a Igreja é o espaço onde floresce o Espírito. De acordo com a afirmação de Yves Congar, o Espírito é a fonte de vitalidade da Igreja. A tradição cristã, desde Agostinho, afirma que o Espírito Santo é a alma da Igreja, princípio de toda a sua animação.

O princípio transcendente da unidade da igreja tem sua raiz no Espírito. Segundo Tomás de Aquino, "o acabamento último do corpo místico" advém do Espírito. O Espírito une a Igreja com o mesmo elo de unidade com que une, na profundidade do mistério, as Pessoas do Pai e do Filho. Isto está em comunhão com a expressão de Cipriano, retomada pelo Vaticano II (cf. *Lumen Gentium* nº 4) de que a Igreja constitui um povo cuja unidade é tirada da unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo. A unidade do Espírito não pode ser confundida com a uniformidade. Ele une os cristãos na diversidade dos dons. Orienta a Igreja a viver a unidade na comunhão e na santidade como antecipação do mundo futuro.

2. Uma breve história do movimento pentecostal:

Este movimento deve ser divido em quatro grupos distintos. O primeiro grupo seriam os *pentecostais clássicos*, que surgiram nos Estados Unidos, com os movimentos de santidade metodistas, que deram início às chamadas "Igrejas de Santidade". Vinte e três novas denominações foram fundadas entre 1893-1900, defendendo a idéia de perfeição cristã (oriundas de John Wesley e Charles Finney), em que o crente, se recebesse uma "segunda bênção" atingiria um estágio na vida cristã em que não mais seria dominado pelo pecado. Depois, estas igrejas se tornaram pentecostais. Charles Fox Parham, que foi professor num seminário bíblico em Topeka, Kansas (EUA), concluiu que o fenômeno de línguas ocorrido em Atos 2 era evidência, para todos os cristãos, do batismo no Espírito. Em 1º de janeiro de 1901, Parham impôs as mãos sobre uma mulher, Agnes Ozman, que disse ter recebido o Espírito Santo. O pregador batista William Seymor, que havia sido aluno de Parham, começou a pregar sobre estas idéias na rua Azusa, em Los Angeles, numa Igreja de

Santidade. Um movimento de renovação começou em 9 de abril de 1906, e espalhou-se por todos os Estados Unidos, começando o movimento pentecostal – e isto durou de 1906 a 1908. Na década de 1910 este movimento chegou ao Brasil, com a Congregação Cristã (1910), que começou com uma divisão da Igreja Presbiteriana do Brás (São Paulo), por causa da pregação do ítalo-americano Louis Francescon, e com a Assembléia de Deus (1911), que começou com uma divisão causada por dois missionários suecos, Gunnar Vingren e Daniel Berg, na Primeira Igreja Batista de Belém do Pará. As ênfases principais dos *pentecostais clássicos* foram o batismo no Espírito Santo, uso de dons carismáticos e miraculosos, principalmente o "dom de línguas", e uma liderança centralizada.

O segundo grupo seriam os *pentecostais de "cura divina"*, e os principais representantes deste movimento no Brasil foram: a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), O Brasil Para Cristo – a primeira a ser fundada por brasileiros (1955), Igreja de Nova Vida (1960), e, especialmente, a Igreja Deus É Amor (1962). Diferente dos pentecostais clássicos, além de enfatizarem as curas divinas, estes novos grupos passaram a praticar o exorcismo e a usar uma música mais popular (e com ritmos nacionais!) durante cultos informais.

O terceiro grupo seriam as *igrejas renovadas*, que começaram em 1960. Dennis Bennett, pregador anglicano, anunciou que recebeu o "dom de línguas" num culto, e o movimento se espalhou rapidamente entre luteranos, presbiterianos, metodistas e batistas. No Brasil, a Convenção Batista Nacional foi fundada em 1967, como uma divisão da Convenção Batista Brasileira. Presbiterianos e metodistas também viram várias de suas igrejas partirem para a "renovação". Eles mantiveram as mesmas ênfases dos *pentecostais clássicos*, e a diferença fundamental está em que estes saíram das igrejas tradicionais e fundaram as suas, e aqueles, ligados às *igrejas renovadas*, permaneceram, na maioria, em suas igrejas, para influenciá-las. Em 1967, o movimento carismático chegou também à Igreja Católica.

O quarto grupo, os chamados *neopentecostais* surgiram no final da década de 70 e início de 80. Suas principais ênfases são os sinais e maravilhas, com fortes elementos mágicos, confrontos com poderes demoníacos (exorcismos) e manifestações emocionais fortes, teologia da prosperidade (que enfatiza que o estar bem com Deus é prosperar financeiramente), e a idéia de "guerra espiritual". Seu principal representante no Brasil é a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e, com menor representatividade, e dissidente da anterior, a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980). A ênfase destas últimas igrejas recai principalmente no forte uso dos meios de comunicação. O "dom de línguas" perdeu sua importância nas igrejas *neopentecostais*. Nos últimos anos, relatos dos fiéis falam de "sopro" do Espírito, "desmaios" pelo poder do Espírito, "arrebatamentos" (que envolvem viagens ao céu e ao inferno), receber "dentes de ouro" e o "dom do riso".

As igrejas *pentecostais de "cura divina"* e as *igrejas renovadas* seguem, umas mais que as outras, os principais elementos doutrinários do *pentecostalismo clássico*. Os *neopentecostais* apresentam as maiores diferenças dentro do mundo pentecostal. É importante lembrar que esta classificação nem sempre é tão nítida, pois o *pentecostalismo clássico* e aquilo que chamamos *neopentecostalismo* acabaram por influenciar-se mutuamente. Na verdade, o movimento pentecostal é um universo de contrastes, e seus grupos vão desde aqueles que proíbem ver TV, tomar banho de praia, gostar de futebol e dormir despido, até aos que possuem entre seus membros jogadores de futebol profissional,

cantores e modelos famosos, além da música estilo *rock*, como nas Comunidades Evangélicas e Renascer em Cristo. Há mais de 450 grupos pentecostais diferentes no Brasil, contudo, *pentecostalismo clássico* e *neopentecostalismo* não são a mesma coisa. Apesar de possuírem o mesmo tronco histórico, têm diferentes ênfases teológicas e usam diferentes estratégias para sua atuação no mundo e junto aos seus fiéis.

2.2. Características do movimento pentecostal: Os grupos do movimento pentecostal são caracterizados por: 1) oposição às igrejas institucionalizadas, 2) senso de comunidade, 3) compensação social, 4) isolamento da realidade, 5) acentuado espírito proselitista, 6) ênfase no dom de cura, 7) ministério de leigos, 8) reuniões entusiásticas, 9) acentuado misticismo, 10) destaque no simbolismo, 11) autoridade extra-bíblica e 12) pouco ou nenhum interesse com questões teológicas. Por causa destas marcas, elas não raro têm sido classificadas como seitas.

2.3. Razões da reação pentecostal/carismática: São pelo menos cinco: 1) influência do pragmatismo de Charles G. Finney e de suas "novas medidas" para alcançar avivamento, 2) uma reação anti-intelectual aos confrontos entre "modernistas" (ou liberais) e ortodoxos, 3) condicionado socialmente, comprometido em atender às necessidades "mundanas" dos que buscam a Deus, 4) perda de uma teologia do Espírito Santo (com ênfase na aplicação da obra da salvação e experimental) e 5) uma mu-dança de paradigma no campo teológico (da ênfase na soberania e liberdade de Deus para a "autonomia" do homem). Evidentemente, a crítica do pentecostalismo (não consciente e neste sentido assumindo o discurso pós-moderno) à *racionalização* e à *institucionalização*, além de promover as divisões denominacionais, deixa entreabertas frestas para o agregamento de novas visões teológicas. Por exemplo, possibilita o surgimento de uma linguagem que se torna adequada à pós-modernidade (eclética e fragmentada). Por isso, o discurso pentecostal não vê dificuldade nem empecilhos para assumir conceitos e termos que fazem parte de outras esferas de religiosidade, inclusive conceitos que inicialmente lhe são antagônicos, porque surgidos em esferas de oposição ao discurso religioso dos pentecostais.

O pentecostalismo tem conseguido captar as mais diversas tendências para dentro da sua vivência religiosa. Em grande parte é dessa grande versatilidade do pentecostalismo que vem sua força. Ele tem grande facilidade de agregar ao seu discurso práticas e conceitos tanto culturais como religiosas de diversas procedências. Isto é perigoso, porque o cristianismo, que sempre sofreu ameaças de ser cooptada pela cultura de seu tempo (e por vezes sucumbiu a ela), mais uma vez está diante deste desafio. A cultura do prazer, do individualismo, das soluções mágicas de nosso tempo, de um *deus* que pode ser manipulado através de técnicas, tem agora o seu representante *cristão*. A partir desse quadro, podemos facilmente perceber que o resultado será o de uma espiritualidade secularizada.

3. A divindade do Espírito Santo:

3.1. As provas da divindade do Espírito: Jeová, o Espírito Santo: A divindade do Espírito Santo é afirmada em Hb 3:7-9. O Espírito Santo diz que Ele foi tentado pelo povo de Israel e por isso não permitiu que o povo entrasse na terra. Êxodo 17 diz que foi Jeová que foi tentado. Portanto, o Espírito Santo é Jeová. Paulo também ensinou que o Espírito é Jeová ao substituir o nome do Espírito Santo pelo de Jeová, ao citar Is 6:8-10 no sermão que ele

pregou aos judeus em Roma (Atos 28:25-27). Ele é um Ser pessoal e divino, igual ao Pai e o Filho em dignidade e glória. **Os nomes divinos**: Santo (Atos 1:8), verdade (Jo 15.26), Deus (Rm 8.14). **Os atributos divinos**: onisciente (Sl 139:7-10, 1Co 2.10-12), onipotente (Lc 1.35, 37; 11:20), onipresente (Sl 139), fonte de verdade (Jo 14:26, 16:13), aquele que liberta o pecador do pecado e da morte (Rm 8:2), eterno (Hb 9:14). **As obras de Deus**: fonte da Palavra de Deus, as Escrituras (Atos 28.25; 2Pd 1.21), regenera pecadores (Jo 3.5), santifica crentes (2Te 2.13; 1Pd 1.2), faz milagres (Mt 12.28). **Digno de louvor**: (Jo 4.24), batismo no nome do Espírito (Mt 28.19). Em 2Co 13.13 o Espírito é considerado digno de louvor igual a Jesus.

3.2. Símbolos do Espírito Santo na Bíblia: O **vento** (Atos 2; João 3): O vento tem poder mas não pode ser controlado pelos homens. É impossível prever. O Espírito Santo é soberano. A **água**: Batismo é uma figura usada para representar a vinda do Espírito Santo na vida do crente. A água viva satisfaz as necessidades e limpa também (João 7:37-38). O **fogo**: Moisés encontrou o Espírito de Deus no fogo da sarça ardente. O Espírito Santo desceu na igreja na forma de línguas feitas de fogo (Atos 2). Fogo pode proteger (Ex 31:21) ou purificar (Tito 2:14). A **pomba**: O Espírito Santo desceu na forma de pomba no batismo de Jesus (Mt 3:16) como símbolo da presença do Espírito de Deus com Jesus.

3.3. Uma heresia comum é a negação da personalidade do Espírito Santo: O Espírito é identificado como força impessoal (Testemunhas de Jeová) ou a energia divina que permeia tudo, assim reduzindo a noção de Deus a panteísmo (Hegel). Mas a Bíblia afirma que o Espírito Santo é um Ser pessoal.

> 1) O Espírito faz coisas que somente uma pessoa pode fazer. Ele guia (Rm 8:14), convence do pecado (Jo 16:8), chama (Atos 13:2), ordena (Atos 20:28) e comunica. A comunicação do Espírito Santo é uma ação dEle muito importante e altamente pessoal. Ele inspirou as Escrituras (1Pd 1:20-21) e falou através dos profetas e apóstolos (Atos 28:25-27). Além disso, ninguém mente a um ser impessoal, mas é possível mentir ao Espírito Santo (Atos 5:3-9).
> 2) Uma prova importante é a gramática grega utilizada para descrever o Espírito Santo. Apesar de ser uma palavra neutra, a palavra "espírito" (pneuma) é sempre modificado pelo pronome masculino. O Espírito sempre é chamado "Ele" para significar que é uma pessoa e não apenas uma força ou influência impessoal. (veja Jo 16:13-14, ekeinoj).
> 3) Mais uma indicação da personalidade do Espírito é o fato de que Ele pode se entristecer por causa das ações pecaminosas dos salvos (Ef 4:30). Somente uma pessoa pode ficar triste.

3.4. Os pecados contra o Espírito Santo: No fim das contas, todo pecado é pecado contra Deus porque é uma violação do santo padrão da Sua justiça. Mas existem pecados que podem ser feitos especificamente contra o Espírito Santo (Atos 7:51).

3.5. O pecado imperdoável: Jesus declarou em Mateus 12:31-32 que a blasfêmia contra o Espírito Santo não pode ser perdoada. No versículo 24 os fariseus cometeram este pecado ao dizerem que a obra de Jesus, feita pelo poder do Espírito, foi de fato, a obra do diabo. A

essência deste pecado foi a rejeição da revelação de Deus na história através de Jesus e atribuição dos atos do Espírito nessa revelação ao diabo. É um pecado que represente o afastamento total da pessoa de Deus. O contexto do pecado foi a presença de Jesus e por isso, alguns teólogos acham que para cometer este pecado seria necessário estar literalmente na presença de Jesus de novo. Outros dizem que este pecado é a rejeição final de Jesus Cristo, que automaticamente envolve a negação do fato que as obras do Espírito na história foram as obras de Deus. É claro que o crente não deve se preocupar sobre ter feito este pecado, porque não é possível que um crente perca a salvação.[1]

3.6. O Espírito Santo é uma pessoa distinta do Pai e do Filho: Jo 14:16: "outro Consolador". A palavra a l l on (outro) quer dizer um outro do mesmo tipo. A palavra tem o sentido de igualdade, mas distinção também. Ele é enviado por Jesus do Pai (Jo 15.26) e é uma pessoa em si.

4. A obra do Espírito Santo

4.1. A obra do Espírito em criação e providência: O Espírito Santo participou e participa na obra de Deus o Pai e o Filho. O Espírito de Deus é mencionado em Gen. 1 na criação e também no sustento de tudo (Sl 104). As palavras "fôlego" ou "sopro" às vezes traduzem a palavra que é usada pelo Espírito de Deus (*ruach*). Então, podemos dizer que as ações do sopro de Deus são as ações do Espírito Santo (Sl 104:30). O Espírito Santo inspirou a criatividade das pessoas que fizeram o templo (Ex 31). Ele também inspirou os profetas. O Espírito Santo é a fonte da vida (Gn 2:7; Sl 104). O Espírito Santo também é aquele que chama o povo de Deus de todos os tempos e faz uma comunidade (Israel e a igreja).

4.2. A obra do Espírito na salvação: No plano da salvação a parte atribuída especificamente ao Espírito Santo e a obra da aplicação dos benefícios da salvação aos eleitos. É o Espírito Santo quem justifica, regenera, e santifica o crente, edifica a igreja, e cumpre o plano de Deus na história. Por isso, nosso estudo do Espírito Santo nos leva naturalmente ao estudo das doutrinas da salvação, da igreja e das últimas coisas. O Espírito Santo convence pecadores do pecado (João 16:8-11), sem o qual ninguém pode vir ao Senhor (1 Cor. 2:14). A regeneração é obra do Espírito Santo (Tito 3:5) e por isso quem nasce de novo é nascido pelo Espírito. Depois da regeneração o novo crente entra na santificação, que também é efetuada pelo Espírito Santo. Isso inclui os dons do Espírito Santo e o fruto do Espírito

[1] cf. Norman Geisler & Thomas Howe, *Manual popular de dúvidas, enigmas e "contradições" da Bíblia* (São Paulo: Mundo Cristão, 1999): "[1Jo 5.16] O que é pecado para a morte? Ele pode ser perdoado? Problema: Por um lado, as Escrituras nos falam do perdão livre e incondicional de Deus para todo aquele que o quiser (cf. At. 13:38-39; Rm 5:20; 1 Jo 2:1). Por outro, Jesus falou de um pecado imperdoável que nunca poderia ser perdoado. João declara aqui que 'há pecado para a morte'. Solução: Comentaristas bíblicos diferem sobre o que exatamente João tinha em mente aqui. Alguns dizem que ele estava se referindo ao pecado repetitivo. Outros acreditam que ele falava do pecado grave. Ainda outros crêem que o tema da apostasia foi abordado aqui (cf. 2 Pe 2). Independentemente do que João visava, não há razão para crer que ele não estivesse se referindo a um pecado tão sério que culminaria com a morte física. Paulo menciona que alguns dos coríntios que haviam participado da Ceia do Senhor de modo indigno estavam doentes e alguns até mortos em decorrência disso (1 Co 11 :29-30). De fato, os sacerdotes Nadabe e Abiú foram mortos instantaneamente por sua desobediência ao Senhor (Nm 3:4), assim como Ananias e Safira por seu pecado (At 5:1-9). Logo, é totalmente possível que, neste trecho, João tivesse este tipo de pecado em mente, onde o crente é entregue a Satanás 'para a destruição da carne a fim de que o espírito seja salvo no dia do Senhor [Jesus]' (1Co 5:5)".

Santo na vida do crente. Nós enfrentaremos em nosso estudo várias controvérsias que existem sobre a natureza da santificação.

4.3. O Batismo no Espírito Santo:
4.3.1. Católicos: A igreja Católica entende que o batismo no Espírito Santo acontece no batismo em água. Os dois batismos são vinculados e juntamente limpam a pessoa do pecado original. A pessoa começa, então, com um quadro branco, e por sua obediência e participação subseqüente nos sacramentos ela pode ser justificada e merecer a salvação.

4.3.2. Os pentecostais e carismáticos ensinam que o batismo no (ou do) Espírito Santo é um evento que acontece depois da conversão e que sempre é acompanhado pelo dom de línguas. Assim, o batismo no Espírito Santo funciona primariamente para outorgar uma unção e poder superior para que o crente seja capaz de viver em vitória sobre o pecado e o diabo. Os pentecostais acreditam que este batismo proporciona outros dons sobrenaturais como profecia, curas, e a capacidade de fazer outros milagres.

4.3.3. Os reformados acreditam que o batismo no Espírito Santo acontece no momento da regeneração. O batismo no Espírito Santo é o ato sobrenatural que acontece quando o Espírito Santo entra na vida da pessoa e coloca a pessoa em união com Cristo. É a iniciação sobrenatural da pessoa na vida de Cristo. Muitos evangélicos acreditam que o dom de línguas não existe mais, sendo desnecessário desde os dias dos apóstolos. Alguns evangélicos, não renovados, acreditam que os dons sobrenaturais, como línguas, existem, mas afirmam que a grande maioria dos crentes não tem e não precisam de tais dons. O assunto é complexo, mas a evidência bíblica é suficiente para resolver as dificuldades principais.

O erro principal dos pentecostais é que eles fundamentam a doutrina na experiência e nas passagens narrativas de Atos, e não nos textos didáticos. Por outro lado, alguns não-pentecostais não levam em conta suficientemente a experiência refletida no Novo Testamento. Guardando em mente a necessidade de manter um equilíbrio, podemos dizer o seguinte:

1) Os exemplos de línguas em Atos têm referência a uma situação específica no nascimento da igreja Cristã. Desde que a situação não existe mais, os eventos não podem ser normativos. As instâncias do batismo do Espírito Santo depois da salvação correspondem ao progresso do evangelho além dos confins de judaísmo para o mundo. Isso foi necessário porque os apóstolos e a igreja, sendo judeus, sofreram do preconceito típico contra os samaritanos e gentios. Por isso, quando os samaritanos foram salvos, e mais tarde os gentios, Deus adiou a vinda do Espírito Santo, e também reproduziu o mesmo sinal que Ele deu à igreja no dia de pentecostes, para mostrar aos discípulos que o mesmo Espírito Santo salva os não-judeus também (Atos 8, 10). Em Atos 19:1-6 alguns discípulos de João Batista ouviram o evangelho e foram salvos e o Espírito Santo se manifestou neles, mostrando que o ministério de João foi sucedido pelo de Jesus.

2) A discussão em 1Co 12-14 pode ser um fenômeno diferente que o de Atos 2. Não há evidência de que é ligado com conversão mas parece que é um dom permanente. Embora o propósito é de edificar através de ensino, e por isso deve ser traduzido, Paulo permite que

seja usado particularmente quando não há tradução. Possivelmente as línguas funcionem para auxiliar oração nestas circunstâncias.

Paulo faz uma série de perguntas retóricas para mostrar que não existe um dom que todo mundo tem. Isso inclui línguas (1Co 12:29-30). Mas ele também diz que somos todos batizados no Espírito Santo (1Co 12:13). Obviamente, se nem todo mundo tem o dom de línguas, então não pode ser um sinal universal do batismo do Espírito Santo. Por isso, é errado exigir que todo mundo tenha este dom.

Em 1Co 13 Paulo disse que línguas cessarão. Mas a questão é quando. Tradicionalmente, crentes ortodoxos acreditavam que foi depois da época dos apóstolos. Por outro lado, o argumento não é definitivo, porque há dúvida sobre o significado do "perfeito" no versículo 10. É uma menção ao fechamento do Cânon (Escrituras) ou é o reino de Deus quando Cristo voltar? E se o dom estava cessando, por que Paulo deu tantas instruções sobre como praticar ele? É interessante que Paulo não disse que as pessoas devem procurar este dom, mas também não o proibiu.

A conclusão melhor, à luz da dificuldade da questão, talvez seja evitar uma ênfase desequilibrada na questão dos dons. Nitidamente, Paulo está argumentando por unidade, amor, e ordem na igreja em 1Co 12-14. Qualquer prática que perturba a paz da igreja é proibida. No caso de línguas, podemos indicar que o caminho mais sábio seria de não praticar isso nos cultos públicos, por causa da confusão e por não confundir os não-crentes que vêem algumas práticas extremistas de vários grupos carismáticos. Também, ninguém deve buscar o dom de línguas, mas por outro lado, Paulo disse que não devemos o proibir, especialmente quando é praticado particularmente.

3) Uma observação final: é que as línguas nem necessariamente ajudam, nem prejudicam a vida das pessoas. Os pentecostais e carismáticos, de modo geral, têm os mesmo problemas e lutas que os não-carismáticos têm. Eles pecam também. Um problema sério é que existe uma tendência forte entre os carismáticos de seguir vários outros erros teológicos, inclusive hiper-arminianismo, legalismo, e misticismo. Por outro lado, os não-carismáticos correm o risco de se tornarem frios e secos espiritualmente. A questão realmente, não é os dons do Espírito Santo, mas sim a necessidade de cultivar um relacionamento profundo com Jesus. A obra do Espírito Santo é de glorificar Jesus, não a si mesmo. Quando o Espírito Santo começa ser elevado sobre Jesus, certamente não é o Espírito Santo que está inspirando isso.

5. A verdadeira obra do Espírito:
Jonathan Edwards pregou um sermão magistral, "Sinais da verdadeira obra do Espírito", na famosa Universidade de Yale, que é uma exposição verso por verso de I Jo 4 (texto que nos exorta a provarmos "os espíritos se procedem de Deus, porque muitos falsos profetas tem saído pelo mundo fora"). Ele sabia que problemas acompanham o avivamento, pois Satanás (o qual, segundo ele observou, foi "treinado no melhor seminário teológico do universo") segue a um passo de Deus, pervertendo ativamente e caricaturando tudo quanto o Criador está fazendo. Então, na primeira parte de seu sermão, ele passa a mostrar quais são os "Sinais que supostamente negam uma obra espiritual". Na segunda parte, então, ele demonstra os "Sinais bíblicos de uma obra do Espírito Santo". São elas: 1) "amor por Jesus, Filho de Deus e Salvador dos homens", 2) "agir contra os interesses do reino de Satanás,

que busca encorajar e firmar o pecado e formentar as paixões mundanas nos homens", 3) "profunda consideração pelas Sagradas Escrituras", 4) revelação dos "caráteres opostos do Espírito de Deus e dos outros espíritos que falsificam suas obras" e 5) "se o espírito que está em ação em meio a um povo opera como espírito de amor a Deus e ao homem, temos aí um sinal seguro de que este é o Espírito de Deus".

6. A graça comum

A queda perverteu a imagem de Deus segundo a qual o homem foi criado e que, em conseqüência disso, a pessoa humana age pecaminosamente em sua relação com Deus, com o próximo e com a natureza. Por causa da queda cada ser humano é fundamentalmente egocêntrico e sem amor, odiando a Deus, odiando os outros e devastando a natureza. Se Deus não refreasse a pecaminosidade humana seria impossível viver neste mundo.

Não obstante as Escrituras declararem a depravação total da humanidade, muitos de nós têm bons vizinhos, podemos confiar em pessoas com quem fazemos negócios. Muitos de nós conhecem pessoas que não obstante não serem cristãs, são amáveis, prestativas e honestas. Como explicar isto? A resposta é a graça comum. Que explicação podemos dar para a bondade que, em certa medida, constatamos nos incrédulos?

A "graça comum é a restringência e também a influência persuasiva do Espírito Santo agindo através da verdade revelada no Evangelho, ou através da luz da razão e da consciência, aumentando o efeito moral natural de tal verdade sobre o entendimento, consciência e coração. Ela não envolve nenhuma mudança de coração, mas simplesmente a melhora dos poderes naturais da verdade, a restringência das paixões más, e o aumento da emoções naturais em vista do pecado, do dever e do interesse próprio" e "graça comum é cada favor de qualquer espécie ou grau, excetuando a salvação, que este mundo imerecedor e maldito pelo pecado, desfruta das mãos de Deus". Por graça comum ou universal (porque alcança todos indiscriminadamente) entende-se uma graça que restringe a manifestação do pecado na vida humana sem remover a pecaminosidade humana, permitindo que incrédulos profiram muitas verdades e produzam muitos feitos que são bons. É uma graça que refreia o pecado, porém sem regenerar o ser humano.

6.1. Base bíblica para a graça comum: A Bíblia ensina a existência de uma graça de Deus que restringe o pecado na vida daqueles que não são o Seu povo (Gn 20.6 [Abimeleque não era, obviamente, um crente, todavia, Deus o impediu de pecar]; Rm 1.24-28 [este texto mostra que houve épocas em que Deus não restringiu a manifestação do pecado. Deus "os entregou", "os abandonou" aos seus próprios pecados]; Rm 13.3-4 [punições tais como multas, sentenças de prisão e outros são uma maneira de restringir o pecado. cf. 1Pedro 2.13-14]).

6.2. As diferenças entre a graça comum e a graça especial: A diferença entre elas deve ser vista no resultado que elas realizam naqueles que são totalmente depravados. (a) A graça especial tem uma conotação redentora, enquanto a comum é sinônima de não-redentora. A graça comum refreia o pecado, mas não muda a natureza. Ela segura a manifestação do pecado, mas não o extingue. (b) A graça especial muda as disposições interiores retirando do pecador a inimizade contra Deus. A graça comum não provoca mudanças na vida do pecador. É apenas um freio. (c) A graça especial muda o coração, a comum muda apenas a

atitude. A mudança realizada pela graça comum é apenas moral e não espiritual. (d) A graça especial atinge somente os eleitos, enquanto a comum atinge a todos indistintamente, como o próprio nome diz, é "comum".

6.3. A natureza da graça comum: Calvino ensinou que há uma graça de Deus que restringe a manifestação do pecado na vida humana sem remover a pecaminosidade humana.

Negativamente: A graça comum restringe o pecado: (a) Restringe a manifestação do pecado (Gn 20.6; 2Rs 19.27-28; Gn 4.14-15). Pela operação do Espírito, Deus evita que todas as potencialidades do homem para o mal se manifestem em toda a sua violência. (b) Restringe a manifestação da ira divina (Rm 2:4. Deus age sobre Si mesmo restringindo a manifestação plena da Sua vingança contra atos maus dos homens. A paciência de Deus para com os homens é uma manifestação da graça comum. Temporariamente Ele suspende Sua ira). (c) Restringe a manifestação da plenitude da pecaminosidade humana. O ser humano é depravado, mas nem sempre vemos uma manifestação da sua pecaminosidade que seja proporcional com sua potencialidade de pecar. O homem não peca tudo o que é capaz.

Positivamente: Promove a justiça: (a) O irregenerado é recipiente da bondade de Deus (Gn 39:5; At 14:16-17; Lc 6:35-37; Lc 16:25). A incredulidade dos homens não é motivo para eles não receberem bênçãos de Deus. (b) O irregenerado é capacitado a fazer coisas boas. O homem é incapaz de por ele mesmo fazer coisas boas. Se as faz é pela graça de Deus (Mt 5:46; Lc 6:34). João Calvino diz que os incrédulos podem ser revestidos dos dons excelentes de Deus (música, poesia, pintura, artes, ciência, etc.): "Toda verdade vem do Espírito de Deus e portanto rejeitar ou desprezar as coisas boas que os incrédulos fazem é insultar o Espírito Santo de Deus".

6.4. Os meios pelos quais o pecado é refreado (restringido): (a) A revelação geral de Deus (Rm 2.14-15); (b) O governo civil (Rm 13.3-4; 1Pe 2.13,14); (c) Os relacionamentos sociais ou opinião pública. Alguns pecados não contemos porque: Somos casados, temos uma família, vizinho, colegas, zelamos por nossa reputação, etc.

6.5. O propósito último da graça comum: O grande propósito da graça comum de Deus, como podemos deduzir, é o bem-estar do povo eleito de Deus (Mt 24:21-22).

Conclusão: Qual o valor da doutrina da graça comum? (a) A doutrina da graça comum sublinha o poder destrutivo do pecado; (b) A doutrina da graça comum reconhece os dons de que vemos nos seres humanos irregenerados como dons de Deus; (c) A doutrina da graça comum nos ajuda a explicar a possibilidade da civilização e cultura nesta terra a despeito da condição decaída do homem.

AS EMOÇÕES RELIGIOSAS

Jonathan Edwards (1703-1758) escreveu um tratado com o título *The Religious Affections* (As Emoções Religiosas). Esta é provavelmente a mais penetrante análise já produzida sobre o assunto da experiência.

Os títulos dos capítulos, que seguem como citação direta do tratado de Edwards, não apenas revelam o pensamento notável do autor, mas também fornecem um comentário revelador sobre no que consiste a experiência espiritual genuína.

Demonstrando que não há sinais seguros de que as emoções religiosas são verdadeiramente da graça, ou que não sejam, têm-se*:*

1. Que as emoções religiosas são muito grandes não é sinal
2. Grandes efeitos no corpo não são sinal
3. Fluência e fervor não são sinais
4. Que não são estimulados por nós não é sinal
5. Que vêm com textos da Escritura não é sinal
6. Que há uma aparência de amor não é sinal
7. Que as emoções religiosas são de muitos tipos não é sinal
8. Se a alegria acontece em uma certa ordem não é sinal
9. Muito tempo e muito zelo no dever não são sinal
10. Muita expressão de louvor não é sinal
11. Grande confiança não é sinal seguro
12. Testemunhos comovedores não são sinal

Mostrando quais são os sinais característicos de santas emoções provenientes verdadeiramente da graça, temos:

1. Emoções da graça são de influência divina
2. Seu objetivo é a excelência das coisas divinas
3. São fundadas na excelência moral de objetivos
4. Surgem de iluminação divina
5. São acompanhadas de uma convicção de certeza
6. São acompanhadas de humilhação evangélica
7. São acompanhadas de uma mudança de natureza
8. Geram e promovem o temperamento de Jesus
9. Emoções da graça enternecem o coração
10. Têm linda simetria e proporção
11. Emoções falsas se satisfazem em si mesmas
12. Emoções religiosas têm seus frutos na prática cristã
    (i) A prática cristã é o principal sinal para os outros
    (ii) A prática cristã é o principal sinal para nós

Errol Hulse, **O Batismo do Espírito Santo** (São José dos Campos: Fiel, 1995), p. 16.

Introdução: a soteriologia cristã

Herman Hoeksema: "Soteriologia é o lugar da dogmática que trata da obra de Deus através de Cristo, por meio de quem Ele realiza no coração dos eleitos seu pacto, tornando-os participantes de todos os benefícios daquele pacto conforme eles foram merecidos por Jesus Cristo nosso Senhor".[2]

Soteriologia é a parte da teologia sistemática que trata da doutrina da salvação, ou seja, como Deus aplica os benfícios da obra de Cristo na vida dos crentes.

Introdução - Uma preocupação central da religião é como resolver o problema básico da humanidade. As religiões percebem que existe um problema entre Deus, o santo, os deuses, e o ser humano. Nós podemos concluir que através da revelação geral, o ser humano tem uma noção da santidade de Deus e que isso leva as pessoas a sentirem medo e culpa, ou pelo menos a necessidade aplacar a ira dos poderes espirituais. A revelação geral leva o homem a concluir que existe um rompimento entre ele e o mundo espiritual. As religiões não-cristãs representam a tentativa, do lado do homem, de corrigir este problema. Sistemas humanos (ou demoníacos) têm em comum o pressuposto de que os seres humanos têm autonomia metafísica. Isso, naturalmente, os leva à conclusão de que seu próprio desempenho é um meio suficiente para resolver o problema, ou seja, conseguir a salvação. O problema em vista poderia ser tão simples como a manipulação de espíritos através da feitiçaria ou poderia envolver uma tentativa complexa de instigar uma mudança ontológica da situação do homem. Muitas vezes o problema é diagnosticado como sendo a finitude das pessoas. A solução proposta é a evolução do ser humano à divindade. Se o problema for moral ou ético, então a salvação será obitida através de um código moral ou sistema de leis e ritos. Tudo isso é o contrário da sistema cristã da salvação que declara que a salvação é um dom de Deus, dado gratuitamente sem desempenho humano.

1. A soteriologia cristã

Dentro de nosso quadro de referência bíblico e teológico, a soteriologia é estudada dentro da perspectiva da restauração da comunhão do pecador com Deus, mediante a ação do Deus Triúno e, das conseqüentes bênçãos decorrentes desta reconciliação. Neste ponto, de modo especial, seguimos o raciocínio de Calvino, ao escrever: "Em primeiro lugar devemo-nos lembrar que a obra da redenção de Cristo de nada nos aproveita enquanto não estivermos unidos a Ele, enquanto Ele não estiver em nós".[3] John Murray enfatiza corretamente: "Não

[2] Herman Hoeksema, *Reformed Dogmatics*, 3ª ed. Grand Rapids, Michigan, Reformed Free Publishing Association, 1976, p. 437.
[3] J. Calvino, *As Institutas da Religião Cristã*, São Paulo, PES., 1984, III.1. p. 205 (edição abreviada por J. P. Wiles).

há nada mais central ou básico do que a união e comunhão com Cristo. (...) Não é simplesmente um passo na aplicação da redenção; quando examinada à luz do ensino da Escritura, em seus aspectos mais amplos, ela sublinha cada passo da aplicação da redenção".[4] A meta de toda vida cristã é a nossa total união com Cristo:[5] "Nossa verdadeira plenitude e perfeição consiste em estarmos unidos no Corpo de Cristo."[6] Herman Bavinck, de forma poética diz: "Os crentes estão em Cristo da mesma forma que todas as coisas, em virtude da criação e da providência, estão em Deus. Eles vivem em Cristo como os peixes vivem na água, os pássaros vivem nos ares, o homem em sua vocação, o erudito em seu estudo. Juntamente com Cristo os crentes foram crucificados, mortos e sepultados, e juntamente com Ele eles ressuscitaram e estão assentados à mão direita de Deus e glorificados (Rm 6.4ss.; Gl 2.20; 6.14; Ef 2.6; Cl 2.12,20; 3.3). Os crentes assumem a forma de Cristo e mostram em seu corpo tanto o sofrimento quanto a vida de Cristo e são aperfeiçoados (completados) nele. Em resumo, Cristo é tudo em todos (Rm 13.14; 2 Co 4.11; Gl 4.19; Cl 1.24; 2.10; 3.11)."[7]

De fato, é impossível falar de qualquer bênção da vida cristã, sem que tenhamos em mente o fato de que estamos unidos a Cristo; aliás, a vida cristã é em essência estar em Cristo; nEle, somos o que somos, encontrando no Seu Espírito, que em nós habita, a nossa identificação de Filhos de Deus (Rm 8.9,14,16). A salvação está indissoluvelmente associada ao fato de estarmos em Cristo.[8] Nossa soteriologia será relacionada diretamente a nossa percepção do problema central da humanidade. Por isso temos várias interpretações diferentes (catolicismo, protestantismo, etc.). Estes são, segundo Erickson, alguns aspectos da salvação:

A salvação no tempo – Embora a obra de Cristo tenha sido feita de uma vez e é completa, a salvação envolve a aplicação histórica do processo na vida da pessoa salva. A relação entre a salvação e o tempo pode ser interpretada nas seguintes formas:

Um evento num tempo específico no passado, ou em pontos de tempo específicos:

.....

Um processo que continua durante a vida, mas que pode ser descontínuo:

_____ _____ _____

[4] John Murray, *Redenção: Consumada e Aplicada*, São Paulo, Editora Cultura Cristã, 1993, p. 179.
[5] "O genuíno descanso dos fiéis, o qual dura por toda a eternidade, é segundo o descanso de Deus. Como a mais sublime bem-aventurança humana é estar o homem unido com Deus, assim deve ser também o seu propóstio último, ao qual todos os seus planos e ações devem ser dirigidos" [João Calvino, *Exposição de Hebreus*, São Paulo, Paracletos, 1997, (Hb 4.3), p. 103]. "Tudo quanto os filósofos têm inquirido sobre o *summum bonum* revela estupidez e tem sido infrutífero, visto que se limitam ao homem em seu ser intrínseco, quando é necessário que busquemos felicidade fora de nós mesmos. O supremo bem humano, portanto, se acha simplesmente na união com Deus. Nós o alcançamos quando levamos em conta a conformidade com sua semelhança" [João Calvino, *Exposição de Hebreus*, (Hb 4.10), p. 105].
[6] João Calvino, *Efésios*, São Paulo, Paracletos, 1998, (Ef 4.12), p. 124.
[7] Herman Bavinck, *Our Reasonable Faith*, 4ª ed. Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, 1984, p. 398.
[8] cf. Anthony Hoekema, *Salvos pela Graça: A Doutrina Bíblica da Salvação*, São Paulo, Editora Cultura Cristã, 1997, p. 61.

sobreposto:

_____

_____

ou um processo só com vários componentes:

/_____/_____/_____/

2. A Ordem da Salvação:

2.1. Qual é a ordem lógica em que acontecem essas ações? A expressão *ordo salutis* [ordem da salvação] parece ter sido usada pela primeira vez, no sentido teológico, pelo luterano Jacob Karpov, em 1737.[9] Todavia, a preocupação doutrinária concernente a este assunto, é bem mais antiga. Normalmente a *ordo salutis* é vista como a ação salvadora de Deus, mas existe a questão de que parte a própria pessoa tem no cumprimento dela. A maior distinção entre os calvinistas e os arminianos é por causa dessa questão. Os arminianos dizem que a fé e a conversão vêm logicamente antes da regeneração, enquanto os calvinistas respondem que uma pessoa não-regenerada não tem a capacidade de crer e se converter. Fé, segundo os arminianos, é um ato humano, gerado pela própria pessoa. A fé é a causa básica da salvação e é a condição estabelecida por Deus para a ganhar. Os calvinistas dizem que a fé é um dom de Deus e é o ato de uma pessoa que tem a nova natureza em Cristo. Ao falar em *ordo salutus*, precisamos distinguir entre os decretos de Deus na eternidade e a aplicação da obra de Cristo aos salvos. Nossa discussão é sobre a aplicação.

2.2. As diferentes *ordo salutus* nas tradições cristãs:

> 1) A ordem católica: a) regeneração através do batismo das crianças, b) graça cooperativa, sob a qual a pessoa se prepara para salvação (em sete partes). O pecador recebe a graça através da igreja e os seus sacramentos. c) A fé é um assentimento intelectual ao ensino da igreja e na sua capacidade entregar a graça infusa à pessoa. d) A justificação inicial vem através do batismo e é preservada pela obediência aos mandamentos e a prática das boas obras. e) Através das boas obras o católico pode merecer a graça subseqüente e, depois, a vida eterna. f) Não existe certeza da perseverança.
> 2) A ordem reformada: a) vocação (a chamada especial), b) regeneração, c) fé e conversão, d) justificação, e) adoção, f) santificação, g) perseverança, h) glorificação.
> 3) A ordem arminiana: a) vocação (a chamada geral), b) fé e conversão (a obra do pecador na sua natureza velha), c) justificação, d) adoção, e) perseverança (talvez; depende do livre-arbítrio), f) glorificação.

No estabelecimento da ordem da salvação, o que se tem em vista, é a compreensão da seqüência lógica[10] da aplicação dos méritos de Cristo aos eleitos. Nisto, não há nenhuma

[9] cf. George N. M. Collins, "*Ordo Salutis*" In: Walter A. Elwell, ed. *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*, São Paulo, Vida Nova, 1990, Vol. 3, p. 63-64).
[10] cf. John Murray, *Redenção: Consumada e Aplicada*, p. 92.

tentativa de se adentrar nos mistérios de Deus, mas sim, compreender de forma mais efetiva, como Deus pelo Espírito nos chama para Si, tornando-nos Seus filhos.

Berkhof fez a seguinte observação: "A *ordo salutis* descreve o processo pelo qual a obra de salvação, realizada em Cristo, é concretizada subjetivamente nos corações e vidas dos pecadores".[11] Em outras palavras, entendemos por esta expressão a ordem por meio da qual os diversos benefícios da salvação alcançados e propiciados por Cristo são aplicados aos pecadores eleitos.

Neste propósito, a *ordo salutis* enfatiza a seqüência lógica, não cronológica dos vários aspectos da salvação, relacionando também, os vários movimentos do Espírito Santo na aplicação da obra da Redenção. A ênfase lógica se deve ao fato, de que na realidade, não há intervalo de tempo na obra da salvação em nossos corações, com a única exceção da santificação, no que se refere à sua consumação, já que ela é um processo iniciado na conversão, mas que não encontrará a sua consumação nesta vida (Fp 3.12-14; 1Ts 4.3; 1Jo 1.8).

Desta forma, entendemos que não existe um homem regenerado, que não tenha fé ou, que esteja unido a Cristo sem arrependimento ou, que seja filho de Deus, mas não tenha sido justificado, ou que tenha sido justificado, mas não cresça em santificação, e assim por diante. Esta compreensão traz como pressuposto fundamental que todos os elementos da salvação estão interligados, tendo uma relação interdependente, fluindo de Cristo, através do Espírito para todos os eleitos de Deus.

3. A Bíblia nos oferece uma ordem da salvação definida?

A rigor falando, a Bíblia apresenta os vários aspectos da salvação e, também, os elementos concomitantes, porém, não nos oferece de forma precisa a ordem lógica dos fatos num mesmo texto. A aproximação mais completa que as Escrituras nos oferecem a esse respeito, está em Rm 8.29-30, quando Paulo, declara: "Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou".

A Bíblia emprega diversos nomes que expressam a operação do Espírito Santo efetuada nos pecadores eleitos; alguns desses nomes são intercambiáveis – nomes iguais indicando operações diferentes e nomes diferentes referindo-se à operações iguais; em outras ocasiões, quando se fala em regeneração, por exemplo, já está embutida a idéia de fé ou, quando nos diz de fé e vida eterna (Jo 3.16), todas as bênçãos da salvação já estão implícitas. Além disso, os designativos empregados nas Escrituras – ora de forma mais específica, ora de modo mais amplo – nem sempre comportam o mesmo conteúdo dado pela Teologia Sistemática, que procura usar uma terminologia que seja mais específica possível, para distinguir os diferentes aspectos de nossa salvação.[12]

---

[11] L. Berkhof, *Teologia Sistemática*, p. 416.

[12] Como exemplo, podemos citar alguns dos muitos textos bíblicos que lançam luz sobre este assunto: At 18.27 (graça – fé); At 3.16 (Jesus doador da fé); Rm 5.1-2 (Jesus doador da fé – justificação – paz com Deus); Rm 3.30; Gl 2.16; Fp 3.9,10 (fé – justificação); Jo 8.36 (Jesus libertador); Rm 6.17-18 (obediência à doutrina

Deste modo, não havendo na Bíblia nenhuma ordem sistemática específica da aplicação da Obra da Redenção, é natural que haja muitas opiniões diferentes, mesmo entre os reformados.

4. As posições básicas na história do cristianismo

A questão de Pressupostos - O arminiano, John Sanders está certo quando ele diz que a questão chave que determina nossa interpretação da expiação e salvação é a questão dos pressupostos ou "crenças determinanates" (control beliefs) (Sanders em Pinnock, *The Grace of God and the Will of Man*, 168). Segundo Sanders, os calvinistas começam a partir da noção de um Deus absoluto, o que ele diz é um conceito da filosofia grega, mas os arminianos começam com a idéia da expiação universal de pecado. Embora concorde com ele que os calvinistas começam com a idéia de Deus um absoluto, eu diria que essa noção não é tanto uma idéia de Platão e Aristóteles, mas sim de Isaías e Moisés, entre outros autores do VT. Por outro lado, o pressuposto que controla as idéias dos arminianos modernos não é a noção da expiação, mas é o dogma da independência, ou autonomia metafísica do ser humano. Eles dizem que a vontade humana é independente do conselho eterno de Deus. Ela é indeterminada. Para eles "livre arbítrio" quer dizer o arbítrio atua como uma causa sem causa. O ser humano, portanto, tem a capacidade de iniciar na história o totalmente novo, ou nas palavras de Sanders, nossa resposta a Deus é, num sentido real, *ex nihilo* (176). O ser humano é um criador tanto como Deus.

Isso quer dizer que existe um impasse entre as duas posições? Não, porque os pressupostos podem ser revelados, analisados, e desafiados. Eles podem ser verificados à luz da Bíblia para ver quais são os mais consistente com o texto e com uma coerente cosmovisão cristã.

Por causa da maneira como as doutrinas da salvação foram desenvolvidas historicamente, seria útil estudá-las por baixo dos rótulos "arminianismo" e " calvinismo." Pode-se argumentar que devemos deixar de discutir sistemas humanos e apenas estudar o que a Bíblia diz, mas essa atitude é realmente ingênua. Corremos o risco de perder o que o Espírito Santo já ensinou aos santos anteriores durante a história da igreja e com certeza acabaremos reinventando rodas quadrados em vez de entender a verdade. Eu tenho lido bastante livros sobre a questão da soberania de Deus na salvação e fiquei impressionado com o fato de que muitos escritores repetem os mesmos argumentos sem consciência que suas idéias já foram refutadas mil vezes antes. (Isso é uma característica comum dos livros dos arminianos.) Para que possamos ter em vista claramente as questões importantes, vamos começar com um esboço das várias interpretações na história da igreja.

– libertação do pecado – servos da justiça); Rm 6.22 (libertação do pecado – servos de Deus – santificação – vida eterna); Rm 8.15-17 (recepção do Espírito – tornamo-nos filhos e herdeiros de Deus – glorificação); Gl 4.4-7 (Jesus Cristo enviado – resgata-nos – adoção – recepção do Espírito – herdeiros); Jo 1.12 (receber a Cristo [fé] – adoção); Rm 10.17 (pregação da Palavra – fé); Tg 1.18; 1Pe 1.23 (Palavra – regeneração); Ef 1.13-14 (Palavra da verdade [= Evangelho] – fé – Santo Espírito); 1Co 6.11 (regeneração – santificação – justificação).

4.1. O pelagianismo: A queda não prejudicou a capacidade do ser humano de crer e desempenhar boas obras. Essa posição pressupõe que Deus não pode exigir o que a vontade do ser humano é incapaz de fazer. Desde que Deus mandou que as pessoas guardassem a sua lei, elas são capazes de cumprir este mandamento. Embora o pelagianismo tenha sido condenado na Igreja Primitiva, ele representa a posição, no nível prático, da Igreja Católica hoje.

4.2. O semi-pelagianismo: A queda não inclui a imputação do pecado de Adão a toda humanidade. Apesar de sofrer um efeito prejudicial por causa do pecado, o ser humano ainda tem o poder de praticar boas obras e se virar para Deus. Em vez de garantir a salvação das pessoas, Deus apenas providenciou uma oportunidade para o pecador ser salvo, ou seja, se salvar através da sua própria escolha, em cooperação com a graça de Deus. A fé é um produto da própria pessoa; ela não é dom de Deus. É um ato "neutro" que não tem valor moral. Enquanto Deus dá graça ao pecador para ajudá-lo de vencer pecado, essa graça pode ser resistida. O ato de ter fé em Cristo resulta no perdão de pecados passados, mas perseverança depende da vontade da pessoa. O arminianismo de Wesley leva os efeitos da queda mais a sério, mas introduz a idéia da graça preveniente, que restaura para todo mundo a capacidade para crer em Jesus ou não. Não existe apoio bíblico pela noção da graça preveniente, mas é um conceito necessário no sistema arminiano. O mais importante aspecto da natureza humana segundo o arminianismo é o livre arbítrio.

4.3. O agostinianismo e o calvinismo: A reforma protestante foi caracterizada por sua rejeição da idéia da autonomia do livre-arbítrio e por uma visão que exaltou a soberania de Deus. No contexto de um país altamente influenciado pelo Catolicismo Romano, é interessante notar que Lutero, no seu livro *"De Servo Arbitrio"*, disse que a discussão sobre o purgatório, o papado, e outros aspectos de catolicismo não era de muita importância. A diferença-chave entre Roma e o verdadeiro cristianismo, segundo Lutero, é a questão do livre arbítrio. Os reformadores foram totalmente unânimes em condenar a doutrina do livre arbítrio, como era entendida pelos católicos, e mais tarde, pelos arminianos. Para eles esta doutrina estaria associada com o pelagianismo e era a fonte de todas as heresias dos católicos.

Isso é muito importante para os evangélicos de hoje relembrarem. A maioria dos evangélicos contemporâneos, inclusive a maior parte dos batistas, acham que o calvinismo é uma aberração, ou pior ainda, uma heresia. Mas isso não é o caso. Aos olhos dos reformadores, sua doutrina foi apenas a recuperação das doutrinas da igreja antiga. Antes de acusar os seus irmãos calvinistas, os batistas arminianos devem reconhecer que são eles, e não os calvinistas, que se desviaram das doutrinas da Reforma e das doutrinas originais dos batistas. É um fato da história que até o século vinte, os batistas eram fortemente calvinistas. A maioria dos fundadores da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos eram calvinistas também.

5. A teologia arminiana: A teologia arminiana foi desenvolvida no começo do século 17 na Holanda. Sob a influência de Jacobus Arminius, um grupo de teólogos pediu mais liberdade na doutrina na igreja estatal holandesa. Eles apresentaram os cinco pontos seguintes, as *remonstrances*, que definiram os termos da discussão desde então:

a. A queda deixou o ser humano muito doente espiritualmente, mas não num estado de total incapacidade.
b. Eleição é baseada na presciência de quem escolheria livremente crer em Jesus.
c. Cristo morreu por todos no mesmo sentido, isto é, a expiação de Cristo foi feita com a intenção de dar a todos a oportunidade da salvação.
d. O ser humano é totalmente livre para resistir e rejeitar a graça e plano de Deus.
e. Mesmo que tenha rendido a vida a Deus é aceito a Cristo como Senhor e Salvador, a pessoa pode ainda resistir ao Espírito Santo e se apostatar, perdendo a sua salvação.

Arthur Custance resumiu por dizer, "A premissa da *remonstrance* é que o homem é capaz de contribuir para a sua própria salvação porque ele não sofre de depravação total, e que Deus requer essa contribuição para efetuar a salvação. Disso se segue que o homem pode subseqüentemente deixar de sustentar a sua parte do acordo para que a obra de Deus, então, não realiza o seu alvo e o homem seja finalmente perdido."

6. O Sínodo de Dort: A resposta dos calvinistas veio por meio de um concílio ecumênico das igrejas protestantes na cidade de Dort, na Holanda. O concílio começou em 1618 com representantes das igrejas do norte da Europa. A formulação doutrinária saiu na forma dos cinco pontos famosos, em resposta aos cinco pontos formulados pelos arminianos.

a. *Depravação Total*: A humanidade está morta no pecado. Ela não está vivo e nem doente, mas morta. Isso quer dizer que todas as partes do ser humano, mente, vontade, emoções, são corrompidos pelo pecado e, daí, sem a intervenção sobrenatural do Espírito Santo ninguém responderia livremente à oferta do evangelho. Como Paulo diz em Romanos 1, todas as pessoas no seu estado natural odeiam a Deus.
b. *Eleição Incondicional*: Deus escolhe os indivíduos para serem salvos, sem referência alguma às suas boas obras previstas ou qualquer escolha que eles fariam de crer. Se Deus apenas dependeu da sua presciência para descobrir quem creria livremente para as eleger, a sua presciência somente revelaria que ninguém acreditaria e aceitaria a Cristo. Porque ninguém escolheria Jesus, Deus escolhe os salvos.
c. Expiação limitada ou particular: Cristo morreu no lugar dos eleitos de tal maneira que realmente pagou o preço do pecado deles, libertou-os da penalidade do pecado, e garantiu a sua salvação. Ele não proporcionou uma salvação hipotética, ou seja deu apenas a oportunidade de ser salvo que precisava ser realizado por meio de uma obra do pecador (a escolha de crer), mas uma salvação real que cumpriu para sempre a salvação dos eleitos.
d. *Graça Irresistível*: Deus dá, por meio do Espírito Santo, uma chamada geral para todos a se arrepender e uma chamada especial e irresistível aos eleitos. A regeneração vem antes da conversão.
e. *Perseverança dos Santos*: Aqueles que Deus salvou permaneceriam salvos para sempre. Não é possível que o crente perca a salvação.

Hoje, todos os metodistas, menonitas, pentecostais e alguns batistas, luteranos e anglicanos são arminianos. Presbiterianos e alguns batistas, congregacionais, luteranos e anglicanos são calvinistas.

7. O calvinismo e o arminianismo são sistemas mutuamente exclusivos.

7.1. Cada sistema é mais do que os cinco pontos: Eles são cosmovisões que têm implicações para cada área da vida. Cada sistema é um sistema inteiro. Não é possível fazer uma posição no meio dos dois sem aceitar contradições lógicas. Muitos batistas são arminianos de quatro pontos porque ainda querem acreditar na idéia da segurança eterna do crente, ou seja, uma vez salvo, sempre salvo, porque a Bíblia ensina isso nitidamente. Entretanto, se é tão importante acreditar que a dignidade humana depende do ser humano ter livre arbítrio, porque nós o temos antes da salvação, mas não depois? Realmente, ainda não há resposta para este argumento! É racional acreditar que Deus nos rouba de um elemento da nossa humanidade essencial depois de sermos salvos? Mas se ainda tem o livre arbítrio depois da salvação, não existe razão nenhuma para impedir que o crente rejeite a Cristo e perca a salvação. O problema fica pior ainda porque se existe o livre arbítrio, segundo a definição arminiana, então, depois de dez milhões de anos no céu, qualquer crente pode pecar e ser lançado no inferno. Ou será que Deus vai permitir tal pecador fique no céu?

7.2. Os elementos mutuamente exclusivos entre os dois sistemas brotam dos seus pressupostos incompatíveis: Arminianismo/Pelagianismo: O livre arbítrio é uma causa sem causa, ou seja, o poder absoluto de fazer escolhas contrárias e indeterminadas. Calvinismo: O livre arbítrio é a capacidade de a pessoa fazer escolhas sem coerção de maneira consistente com a sua natureza e os seus desejos. A vontade é condicionada e determinada por uma multidão de fatores psicológicos, físicos, e espirituais todos os quais estão, no fim das contas, ordenados não por acaso, mas pelos propósitos soberanos de Deus.

8. A ordem da salvação entre os reformados:

Este assunto é fruto da Reforma, não tendo sido enfatizado anteriormente. Calvino (1509-1564) foi o primeiro a agrupar de forma mais ou menos sistemática as várias partes da ordem da salvação, ainda que não se preocupando em discutir o assunto.

Mesmo não pretendendo apresentar uma "ordem" rigorosa e definitiva, João Calvino[13] trata do assunto em suas *Institutas* na forma mais ou menos como se segue:

União mística, Fé, Arrependimento, Reconciliação, Regeneração, Justificação/Santificação

Esta "seqüência" foi elaborada posteriormente por vários teólogos reformados. Dentro de um quadro sinótico, vejamos a ordem estabelecida por alguns teólogos reformados:

[13] J. Calvino, *As Institutas*, III.

▪ **Charles Hodge** (1797-1878)[14] 1. Vocação. 2. Regeneração. 3. Fé. 4. Justificação. 5. Santificação.	▪ **A. A. Hodge** (1823-1886)[17] 1. Vocação Eficaz. 2. Regeneração. 3. Fé. 4. União Mística. 5. Arrependimento. 6. Justificação. 7. Adoção. 8. Santificação 9. Perseverança dos Santos.
▪ **Abraham Kuyper** (1837-1920)[15] 1. Justificação. 2. Regeneração. 3. Vocação. 4. Conversão. 5. Fé. 6. Santificação.	▪ **Herman Bavinck** (1854-1921)[18] 1. Vocação Cristã/Regeneração. 2. Fé/Arrependimento. 3. Justificação. 4. Santificação/Glorificação.
▪ **Louis Berkhof** (1873-1957)[16] 1. União Mística 2. Regeneração/Vocação Eficaz. 3. Conversão: Arrependimento e Fé 4. Justificação. 5. Santificação. 6. Perseverança dos Santos.	▪ **John Murray** (1898-1974)[19] 1. Vocação. 2. Regeneração. 3. Fé e Arrependimento. 4. Justificação. 5. Adoção. 6. Santificação. 7. Perseverança. 8. Glorificação.

A *Confissão de Westminster* estabelece a seguinte ordem na abordagem do assunto:

1. Vocação Eficaz (X).
2. Justificação (XI).
3. Adoção (XII).
4. Santificação (XIII).
5. Fé Salvadora (XIV).
6. Arrependimento para a Vida (XV).
7. Perseverança dos Santos (XVII).

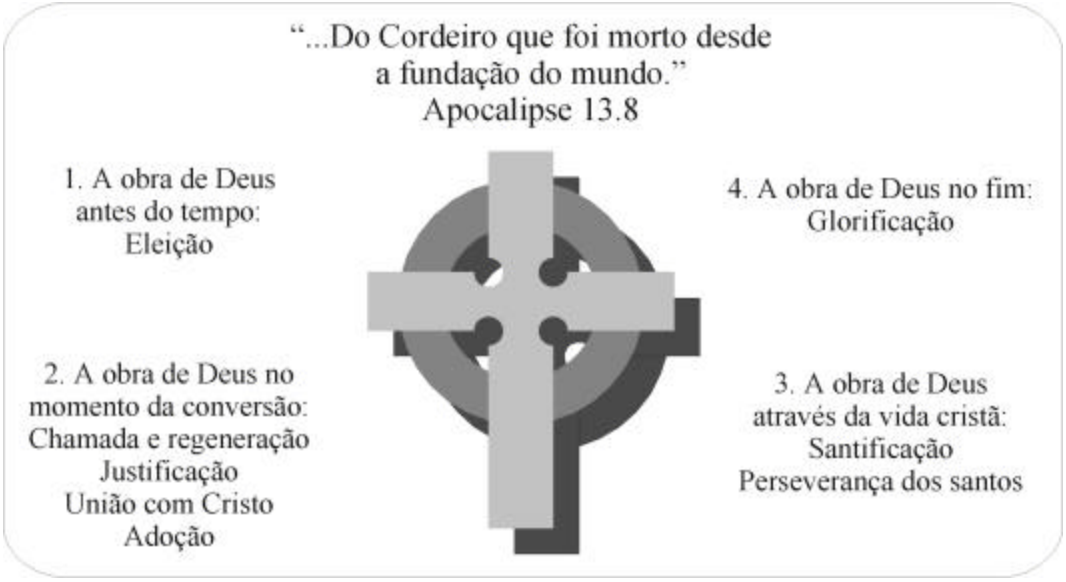
A observação enfática de Hoekema deve ser atentamente considerada: "... As diversas fases do caminho da salvação não devem ser vistas como uma série de passos sucessivos, cada qual tomando o lugar do anterior, mas antes, como aspectos simultâneos do processo da

[14] Charles Hodge, *Systematic Theology*, II, p. 639-732; III, 3-258.
[15] A. Kuyper, *Dictaten Dogmatiek*, apud: Herman Hoeksema, *Reformed Dogmatics*, p. 450.
[16] L. Berkhof, *Teologia Sistemática*, p. 449-554.
[17] A..A. Hodge, *Esboços de Theologia*, Portugal, Barata & Sanches, 1895, p. 416-515.
[18] Herman Bavinck, *Our Reasonable Faith*, p. 404-513.
[19] John Murray, *Redenção: Consumada e Aplicada*, p. 97-98.

salvação, os quais depois de iniciados, continuam lado a lado. (...) O processo de salvação deve ser visto como uma experiência unitária que envolve diversos aspectos que começam e continuam simultaneamente". [20]

9. A Restauração de todas as coisas: *apokatastasis panton*:
Há mais uma posição que precisamos considerar. É a idéia de Karl Barth sobre a eleição. A teologia dele é cristocêntrica, especialmente nesta questão. Jesus Cristo é o Deus que elege, e o homem eleito, e toda a humanidade é eleita nele. A escolha do homem para rejeitar a Deus está rejeitada por Deus, está cancelada. A rejeição divina que o homem merece Cristo tomou e cancelou, e a tarefa da igreja é proclamar a todos os homens, "em Cristo você é eleito por Deus". A dificuldade é que esta posição conduz ao universalismo, porque a única diferença entre aqueles que estão na igreja e aqueles que estão fora é que a igreja sabe da sua eleição e o mundo não sabe. Eleição é a decisão de Deus, que, em Cristo, ele é por toda a humanidade (Rm 8.31, mas em vez de "nós", Barth traduz "todos"). Eleição é a decisão de Deus para ser determinada pela graça eterna, livre e imutável. Barth nunca afirmou o universalismo, mas a rejeição do homem de Deus não é uma coisa séria, porque a eleição do homem por Deus cancela a escolha do homem. A eleição mostra a soberania da graça de Deus. É uma posição atraente, confortável, mas não trata honestamente os versículos sobre a perdição e a responsabilidade real do homem.

A ordem da salvação: *Ordo Salutus*



[20] Anthony Hoekema, *Salvos pela Graça: A Doutrina Bíblica da Salvação*, p. 22.

1. A obra de Deus antes do tempo:

A eleição, conhecida também como predestinação e eleição incondicional, é um ato da livre graça de Deus. Com isto em mente procuraremos responder, com a colaboração de vários autores, algumas das perguntas mais comuns sobre a doutrina da eleição e tentar esclarecer as principais dúvidas de crentes sinceros, desejosos de aprenderem um pouco mais desta doutrina bíblica tão enriquecedora.

Romanos 9.11-24: Esboço exegético
J. Scott Horrell

TESE: Deus é soberano na eleição e até na retribuição do mal
I. Injustiça e Deus, Rm 9.14-18
- A. Pergunta: "Há injustiça da parte de Deus?" 9.14
- B. A vontade de Deus e a eleição, 9.15,16
  - 1. Proposição do Antigo Testamento: Deus é soberano em mostrar a misericórdia, 9.15
  - 2. Dedução: Deus é soberano em providenciar a salvação, 9.16
- C. A vontade de Deus e retribuição, 9.17,18
  - 1. Proposição do Antigo Testamento: Deus controla a história para a sua glória (Faraó), 9.17
  - 2. Dedução: Deus é soberano na retribuição do mal, 9.18

II. A responsabilidade humana e a vontade de Deus, Rm 9.18-24
- A. Pergunta: "De que se queixa ele ainda? Pois quem jamais resistiu à sua vontade?" 9.19
- B. Perguntas de refutação, 9.20-24
  - 1. "Quem és tu, ó homem?" 9.20
  - 2. O que é Deus, senão soberano? 9.21-24
    - a. O oleiro tem direitos sobre o barro, 9.21
    - b. Deus suportou os vasos de ira preparados para destruição, 9.22
    - c. Deus manifesta a glória de Sua graça aos eleitos, 9.23,24

A eleição, conhecida também como predestinação e eleição incondicional, é um ato da livre graça de Deus. Com isto em mente procuraremos responder, com a colaboração de vários autores, algumas das perguntas mais comuns sobre a doutrina da eleição e tentar esclarecer as principais dúvidas de crentes sinceros, desejosos de aprenderem um pouco mais desta doutrina bíblica tão enriquecedora.[21]

1.1. A veracidade bíblica da doutrina da eleição:[22]

Esta não é uma filosofia cega, mas é retirada da Palavra de Deus, é construída, sustentada e revelada por ela. O assunto é tão vasto quanto o oceano; mas não podemos fazer mais do que citar alguns versículos chaves das Escrituras que agem como mapa e compasso através desses mares imensos.

[21] A tradução destes textos e as notas adicionais são de autoria do Rev. Josivaldo de França Pereira. Ele é pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil (I.P.B.) em Santo André - SP. Bacharel em teologia pelo Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição (SP), Licenciado em filosofia pela F.A.I. (Faculdades Associadas Ipiranga - SP) e mestrando em missiologia pelo Seminário Teológico Sul Americano (S.T.S.A.) em Londrina - PR. Usado com permissão.

[22] cf. W. J. Saeton, *Os cinco pontos do calvinismo*, SP: PES, 23 p.

A história da Bíblia é a história da eleição incondicional. É estranho que aqueles que se opõem a essa doutrina não reconheçam isso. Alguns crentes têm dificuldade em crer que Deus poderia preterir certas pessoas e escolher outras e, no entanto, aparentemente não têm dificuldade em crer que Deus chamou a Abraão dentre os pagãos de Ur dos Caldeus deixando os outros no paganismo. Por que razão Deus escolheu a nação de Israel como Seu "povo peculiar"? Não há necessidade de especular, pois Deuteronômio 7.7 nos dá a resposta: "O Senhor não tomou prazer em vós, nem vos escolheu, porque a vossa multidão era mais do que a de todos os outros povos: Mas porque o Senhor vos amava..." Por que razão Deus, desrespeitando completamente as leis de família de Israel, escolheu o filho mais novo, Jacó, em lugar do primogênito Esaú? Mais uma vez, "à lei e ao testemunho". Romanos 9.11-13: "... Para que o propósito de Deus, segundo a eleição, ficasse firme... Amei Jacó, e aborreci Esaú".

Qual era a doutrina pregada por Jesus na sinagoga em Nazaré, se não a doutrina da eleição incondicional? "Em verdade vos digo que muitas viúvas existiam em Israel nos dias de Elias... E a nenhuma delas foi enviado Elias, senão a Serepta de Sidom, a uma mulher viúva... E muitos leprosos havia em Israel no tempo do profeta Eliseu, e nenhum deles foi purificado, senão Naamã, o siro" (Lc 4.25-27). Sabemos o resultado da pregação dessa mensagem por nosso Senhor: "o levaram até o cume do monte para dali o precipitarem".

Concedemos que há um "tipo de eleição" que é mantida por muitos crentes hoje. De modo geral baseiam-se em Romanos 8.29: "Porque os que dantes conheceu também os predestinou..." A causa se desenvolve aproximadamente da seguinte maneira: Deus previu aqueles que aceitariam a Cristo, "elegendo-os" portanto para a vida eterna. Contra esse ponto de vista salientamos que:

A presciência de Deus refere-se a um povo e não a qualquer ação desenvolvida pelo povo. A Bíblia diz: "... os que dantes conheceu...", etc. De novo Deus fala através de Amós: "De todas as famílias da terra a vós somente conheci". Isto é, independente de qualquer ação, boa ou má, Deus os "conheceu" no sentido que os amou e escolheu para serem dEle. É assim que predestinou a Seus eleitos.

Não adianta dizer que Deus nos elegeu por ver algo que faríamos – isto é, "aceitar" a Cristo, mas somos escolhidos para que possamos "aceitá-lo". "Porque somos feitura sua, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nelas" (Ef 2.10).

Também não resolverá dizer que Deus previu aqueles que acreditariam. Atos 13.48 torna esse ponto completamente claro: "... e creram todos quantos estavam ordenados para a vida eterna". Eleição não resulta de acreditarmos, mas nossa crença resulta de sermos eleitos – "ordenados para a vida eterna".

Além disso, dizer que exercitamos fé ao aceitar a Cristo e que Deus previu essa fé e, portanto, nos elegeu, somente nos leva mais um passo para traz; pois onde encontramos a

fé para exercitar? As Escrituras fornecem a resposta: "É dádiva de Deus, não de nós mesmos".[23]

Certamente, em vez de argumentarmos contra essas coisas, deveríamos estar praticando aquilo que o Espírito Santo, através do apóstolo Pedro, recomenda: "Procurai fazer cada vez mais firme a vossa vocação e eleição" (2Pe 1.10).

1.2. A exposição da doutrina da eleição:[24]
A igreja consiste dos escolhidos de Deus. Certamente nem todos que estão na lista de membros da igreja visível foram escolhidos por Deus para a vida eterna. Há alguns dentro da igreja que são cristãos nominais e que nunca serão crentes. Estes não estão entre o número dos escolhidos. Porém todos os verdadeiros membros da igreja de Cristo pertencem aos escolhidos.

É possível que não haja outro ensinamento da Palavra de Deus tão impopular como a eleição. Inclusive alguns crentes bíblicos e amantes da Palavra de Deus estão mui próximo de detestá-la. Isto é difícil de entender. Não só se ensina inequivocamente a eleição na Escritura senão que esta doutrina declara enfática e belamente o amor infinito e eterno de Deus pelos seus. Assim, pois, o fato de que a igreja consiste dos escolhidos de Deus torna mais refulgente sua glória.

Especificados por Deus Pai. Suponhamos que uma congregação vá construir um templo, uma casa de adoração. O primeiro passo para a realização de tal projeto é contratar um arquiteto, que desenhará um plano para o edifício proposto e especificará que material se usará em dita construção. Como o arquiteto de sua igreja, o Deus Pai a planejou desde a eternidade e especificou precisamente quais pessoas seriam as que a comporiam. Ele a escolheu dentre toda raça humana para esse fim.

Deus falou acerca da igreja do Antigo Testamento como "meu servo Jacó" e "Israel meu escolhido" (Is 45.4). Na saudação de sua carta aos efésios Paulo se regozijou dizendo: "Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo, assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade..." (Ef 1.3-5). E Pedro se dirigiu àqueles a quem escreveu sua carta como "eleitos, segundo a presciência de Deus Pai..." (1Pe 1.2).

Há quem diga que Deus elegeu a todos os homens para que sejam membros do corpo de Cristo. Nada poderia ser mais absurdo. A própria palavra eleição significa a escolha de alguns dentre um número maior, e escolher a todos de um certo número simplesmente não é escolher. Citemos um exemplo: três homens lançam sua candidatura para o cargo de governador de uma província. Certo eleitor, que não pode decidir qual é o melhor candidato para o cargo, decide votar nos três. É claro que o que fez foi perder seu voto! E não é

[23] Em 2Tessalonicenses 3.2 Paulo diz que "a fé não é de todos" e em Tito 1.1 que a fé "é dos eleitos de Deus".
[24] cf. R. B. Kuiper, *Evangelização teocêntrica*, SP: PES, 222 p. e *El cuerpo glorioso de Cristo*, Michigan: SLC, 344 p.

menos lógico que se todos os outros eleitores fizessem o mesmo, não haveria eleição. Disso concluímos que se Deus elegesse todos os homens para que sejam membros de sua igreja não teria elegido nenhum. É iniludível esta conclusão.

É interessante que alguns que sustentam que Deus elegeu todos os homens chegam exatamente a essa conclusão: dizem que a única razão por que uma pessoa chega a ser membro da igreja de Cristo é porque por sua própria vontade escolhe unir-se à igreja. Em outras palavras, alguém chega a ser membro da igreja, não porque Deus o escolhe, mas porque a própria pessoa decide fazê-lo. Assim a eleição é do homem, não de Deus. É difícil imaginar uma contradição mais flagrante da Escritura.

Karl Barth ensina que todos os homens são escolhidos por e em Cristo para a vida eterna. Havendo tomado esta posição, que está abertamente em desacordo com a Escritura, enfrenta um sério dilema. Ele deve, de acordo com o universalismo, concluir que no final todos os homens serão salvos, ou, de acordo com o arminianismo, fazer com que a salvação dependa, no final, da vontade do homem. Não obstante, ele recusa em reconhecer estas alternativas. Deste modo sua doutrina da eleição chega a ser em extremo confusa.

Apresenta-se, então, a importante pergunta: Por que Deus designou certas pessoas dentre as demais para que sejam membros de sua igreja? Têm-se dado duas respostas contraditórias. O arminianismo ensina que Deus escolheu certos indivíduos porque sabia de antemão que eles creriam em Cristo. A teologia reformada insiste que a única razão da eleição de Deus era o divino amor soberano. Isto é, desde a eternidade Deus viu os objetos de sua eleição em Cristo, seu Escolhido. Segundo o arminianismo, a base para a eleição de Deus reside no homem; segundo o calvinismo, reside em Deus. Dito de outro modo, o arminianismo sustenta que a fé é a base para a eleição, enquanto que a fé reformada sustenta que a fé é o fruto da eleição e também sua prova.

Comprados por Deus Filho. Suponhamos de novo que uma congregação planeja construir um templo. Os planos e as outras especificações já foram adotados; o segundo passo é a compra de materiais de construção. Isso é o que também Deus fez para construir sua igreja. Deus, o Filho, comprou os escolhidos, aqueles a quem o Pai havia designado como membros de sua igreja. Paulo relembrou os anciãos da igreja de Éfeso de seu dever de pastorear a igreja de Deus, a qual, disse, “ele comprou com o seu próprio sangue” (At 20.28).

Alguns dos primeiros pais da igreja sustentaram a opinião que Cristo pagou a Satanás o preço com o qual ele comprou os escolhidos. É uma interpretação de todo errônea. Se Cristo tivesse feito isso, teria constituído um reconhecimento de que Satanás havia sido antes o dono legítimo dos pecadores escolhidos. É evidente que Satanás nunca teve tal coisa. As coisas são bem assim: quando o homem pecou, Deus como Juiz sentenciou a raça humana à prisão. Satanás foi, por assim dizer, carcereiro da prisão. Cristo veio para dar sua vida em resgate por certos prisioneiros. Dito em uma maneira mais clara, Ele apresentou o resgate não ao carcereiro, mas ao Juiz. O Juiz aceitou o resgate e ordenou a liberdade daqueles prisioneiros. Assim os prisioneiros são libertados do poder das trevas e transportados para o reino de seu amado Filho (Cl 1.13).

Em nossos dias é muito comum outra falsa interpretação dessa transação. Diz-se que Cristo comprou não só aos escolhidos, mas a todos os homens com seu sangue e que, havendo feito isso, Ele deixou que cada indivíduo escolhesse aceitar ou não o benefício salvífico de sua morte. Essa interpretação fracassa completamente em compreender o amor do Salvador moribundo para com os seus. Sem dúvida, a morte de Cristo é suficiente para a salvação de todos os homens. Contudo, há de se afirmar enfaticamente que nenhum dos que Cristo comprou com seu sangue permanecerá sob o domínio do diabo. Seu amor assegura que todos aqueles que Ele comprou chegarão a ser crentes nEle e membros de sua igreja. Ele fará que tal coisa suceda, não por uma compulsão externa, porém pela influência graciosa de seu Espírito Santo. "O bom pastor dá a vida pelas ovelhas" (Jo 10.11). E Ele verá que até a última ovelha pela qual deu sua vida será trazida ao rebanho.

A Escritura fala com freqüência em termos superlativos acerca do amor de Deus por sua igreja. Diz por exemplo: "Acaso pode uma mulher esquecer-se do filho que ainda mama, de sorte que não se compadeça do filho do seu ventre? Mas ainda que esta viesse a se esquecer dele, eu, todavia, não me esquecerei de ti. Eis que nas palmas das minhas mãos te gravei; os teus muros estão continuamente perante mim" (Is 49.15,16). Esta linguagem é ao mesmo tempo forte em extremo e supremamente terna. Todavia, a revelação do amor de Deus por sua igreja alcança seu cume na compra dessa igreja pelo Filho de Deus com seu próprio sangue. Olhando para o Cristo crucificado, todo membro de sua igreja sussurra: "O qual me amou e se entregou a si mesmo por mim" (Gl 2.20). Em uníssono a igreja lê: "Mas Deus prova o seu próprio amor para conosco, pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores. Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira. Porque se nós, quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte do seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida" (Rm 5.8-10). E canta:

> De sua cabeça, mãos, pés,
> Precioso sangue ali verteu;
> Coroa vil de espinhos foi
> A que Jesus por mim levou.

Reunidos por Deus Espírito Santo: Suponhamos uma vez mais que uma congregação está no processo de levantar um templo. Os planos e as especificações foram aprovados e o material comprado. É obvio que fica mais uma coisa para fazer – construir, ou seja, o processo de colocar o material. Uma vez feito isso, a construção ficará completa. Isso também Deus faz ao edificar sua igreja. Os escolhidos, aqueles que foram designados desde a eternidade pelo Deus Pai e comprados pelo Deus Filho quando morreu na cruz do Calvário, são no curso da história, reunidos como igreja cristã pelo Deus Espírito Santo.

O Espírito realiza isso quando concede aos escolhidos a graça da regeneração. Por natureza eles estão mortos em seus delitos e pecados, mas o Espírito de Deus lhes dá vida (Ef 2.1). É uma conclusão segura que em conseqüência crerão no Senhor Jesus Cristo. Alguns dos escolhidos estão predestinados a morrer na infância. Todos estes, certamente, são regenerados antes que partam desta vida, e desde o próprio momento da regeneração possuem o que os teólogos chamam de *habitus*, a disposição da fé salvadora. Isso os torna membros do corpo de Cristo. E quanto aos escolhidos a quem são concedidos chegar à

idade do juízo, seguramente nascerão de novo, embora nenhum ser humano pode dizer a que idade pudesse o Espírito querer conceder-lhe o nascer de novo; e em seu caso a regeneração resultará em uma consciente recepção do Salvador como Ele está apresentado no evangelho. Isso é outra forma de afirmar que cedo ou tarde, pela graça do Espírito Santo, serão membros viventes da igreja de Cristo.

A noção ampliada difundida nos círculos cristãos é que todos os seres humanos, incluindo os não-regenerados, são capazes por sua própria vontade de aceitar a Cristo como Salvador e ao fazer isso unir-se à igreja de Cristo. Com efeito, diz-se que Deus tem deixado essa parte da salvação para o homem. E declara-se que o novo nascimento é uma conseqüência, não um requisito, do ato de fé do homem. Este é um dos erros mais correntes, para não dizer um dos mais sérios do fundamentalismo atual. Por fazer do homem, em última instância, seu próprio salvador, esta heresia comete a maior violência à doutrina cardial da Palavra de Deus, a saber: a salvação pela graça de Deus. A Escritura ensina inequivocamente que ninguém pode vir a Cristo em fé se o Pai não lhe trouxer (Jo 6.44); que antes que a fé chegue a ser um ato do homem, é um dom de Deus (Fp 1.29); e que "ninguém pode dizer: Senhor Jesus! senão pelo Espírito Santo" (1Co 12.3). A Escritura ensina com a mesma clareza que é Deus quem reúne seus escolhidos na igreja. Foi Deus o Espírito Santo quem, ao aplicar o sermão de Pedro nos corações, reuniu três mil homens e mulheres na igreja no dia de Pentecostes. E foi "o Senhor" quem posteriormente "acrescentava diariamente à igreja os que haviam de ser salvos" (At 2.47).

Que gloriosa manifestação do amor divino é a reunião dos escolhidos na igreja! Se Deus tivesse escolhido certos indivíduos para constituir o corpo de seu Filho, mas tivesse feito com que a realização dessa seleção dependesse do consentimento deles, nenhum deles seria salvo. Se, além de escolhê-los, Deus os comprasse com seu sangue para que fossem membros de sua igreja, mas tivesse feito com que o cumprimento dessa transação dependesse da aceitação de suas condições, todos estariam perdidos. Tão grande é o amor de Deus pelos seus que Ele realiza sua salvação exclusivamente. Não só os escolheu desde a fundação do mundo e os comprou no Calvário, como também é Ele quem torna válidas essa eleição e essa compra por meio da operação de seu Espírito dentro deles. O Espírito Santo os traz da morte para a vida, concedendo-lhes a fé salvadora e assim os torna membros de Cristo. Desde o princípio até o fim, sua salvação depende exclusivamente da graça soberana e do amor infinito de Deus. A igreja consiste daqueles que Deus ama imensamente.

Salvos para servir. Agora é necessário chamar a atenção para um aspecto da eleição que às vezes é descuidado por aqueles que confessam esta doutrina. Indubitavelmente a eleição é para a salvação,[25] mas a Escritura ensina em uma forma não menos enfática que é também para serviço. A salvação e o serviço são inseparáveis. A salvação é para servir.

Os membros da igreja de Cristo são feitura de Deus, "criados em Cristo Jesus para as boas obras" (Ef 2.10). Porque foram comprados, estão sob a solene obrigação de glorificar a Deus em seus corpos e em seus espíritos, que são de Deus (1 Co 6.20). Cristo se entregou por eles para redimi-los de toda iniqüidade e purificar para Si mesmo um povo peculiar,

[25] Leia 2 Tessalonicenses 2.13.

zeloso de boas obras (Tt 2.14). E digamos com toda a ênfase de que somos capazes – Deus Pai escolheu a sua igreja em seu amor soberano, o Filho a comprou com seu precioso sangue, e o Espírito Santo veio para morar nela com o fim de que testificasse. É raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido por Deus para que anuncie as virtudes daquele que a chamou das trevas para a sua maravilhosa luz (1Pe 2.9). A igreja consiste daqueles que amam e servem ao Deus trino, porque Ele os amou primeiro.

1.3. A eleição e a evangelização:
Vez por outra se ouve a idéia de que a eleição torna supérflua a ação evangelizadora. Pergunta-se "Se o decreto da eleição é imutável e, portanto, torna absolutamente certa a salvação dos eleitos, que necessidade têm eles do Evangelho? Os eleitos não vão ser salvos mesmo, ouçam ou não o Evangelho?"

A premissa desse argumento é inteiramente verdadeira. A eleição divina torna a salvação dos eleitos inalteravelmente certa. Mas a conclusão derivada dessa premissa revela grave incompreensão da soberania divina como expressa no decreto da eleição.

Enquanto que a eleição é feita na eternidade, não se pode perder de vista a verdade de que sua concretização é um processo que se dá no tempo, ou seja, dentro da história. Muitos fatores tomam parte nesse processo. Um deles é o Evangelho. E por sinal é um fator da maior significação.[26]

Não se confunda a soberania de Deus com a Sua onipotência. Certamente Deus é todo-poderoso. Significativamente, o conciso Credo Apostólico se refere a este atributo de Deus, não uma, porém duas vezes. Se Deus quisesse, poderia pelo emprego da simples força levar para o céu os eleitos, e igualmente pelo emprego da simples força lançar ao inferno os não eleitos. Mas Ele não faz nada disso. Preordenação não é compulsão e a certeza não exclui a liberdade. Ninguém jamais foi convertido ao cristianismo à força. Todo verdadeiro convertido volta-se para Cristo porque quer – embora seja certo que este querer é dom de Deus, transmitido a ele por ocasião do seu novo nascimento. Deus trata os seres humanos como criaturas racionais, capazes de agir livremente. Por isso, Ele arrazoa e dialoga com os não salvos por meio do Evangelho. Quer "persuadir" os homens (2Co 5.11). E no caso dos eleitos, Ele aplica o Evangelho aos corações deles de maneira salvadora, mediante o Espírito Santo.

Não se vá supor que o soberano decreto de Deus só se refere aos fins, com a exclusão dos meios. Por mais ênfase que se dê, não será suficiente para expressar que Deus preordenou tudo que sucede. Tudo abrange os meios, como os fins. Para ilustrar, Deus não somente predeterminou que dado fazendeiro colhesse este ano dez mil arrobas de trigo; predeterminou também que colhesse aquela quantidade como resultado de muito trabalho duro. Do mesmo modo, Deus não decretou apenas que certo pecador herde a vida eterna, mas decretou que esse pecador receba a vida eterna por meio da fé em Cristo, e que obtenha a fé em Cristo por meio do Evangelho.

[26] Veja Atos 13.48.

Não se pode imaginar a soberania de Deus como se ela eliminasse a responsabilidade do homem. Como os mais cultos e competentes teólogos e filósofos se mostraram incapazes de conciliar a soberania divina com a responsabilidade humana perante o tribunal da razão, sempre se corre o risco de dar ênfase a uma delas em detrimento – ou mesmo com a exclusão – da outra. Mas a Bíblia ensina as duas verdades com grande ênfase. Aquele que aceita com humilde fé a Bíblia como a infalível Palavra de Deus, dará vigoroso destaque tanto a uma como à outra. Portanto, o pregador do Evangelho tem de dizer ao pecador, não apenas que a salvação é só pela graça soberana, mas também que, para ser salvo, ele precisa crer em Jesus como Salvador e Senhor. Por um lado, deve pregar que os eleitos de Deus serão salvos com toda a segurança; por outro lado, deve proclamar a advertência de que aquele que não crê no Filho não verá a vida, mas a ira de Deus permanece sobre ele (João 3.36). Mesmo os eleitos precisam desta admoestação, pois faz parte integrante do método que Deus adotou para levá-los à salvação.

Agora fica assegurada uma conclusão das mais significativas. Em vez de tornar supérflua a evangelização, a eleição requer a evangelização. Todos os eleitos de Deus têm que ser salvos. Nenhum deles pode perecer. E o Evangelho é o meio pelo qual Deus lhes comunica a fé salvadora. De fato, é o único meio que Deus emprega para esse fim. “A fé vem pelo ouvir e o ouvir pela palavra de Deus” (Romanos 10.17).

Observe-se que, por paradoxal que pareça, a eleição é universal. Certamente, a eleição é a escolha de certas pessoas, dentre um maior número, para a vida eterna. Assim a eleição reflete particularismo. Contudo, num sentido real, a eleição é universal. Deus têm os Seus eleitos em todas as nações e em todas as épocas. A igreja é composta de “eleitos de toda nação”, e em nenhum período da história os eleitos pereceram na terra, e jamais acontecerá isto no futuro. Deus quer que o Evangelho seja proclamado no mundo todo e em todo o tempo para que seja congregada a soma total dos eleitos. É bom repetir, pois: a eleição exige a evangelização.

A mesma verdade pode-se ver de outro ângulo. A Escritura ensina que a eleição foi feita com vistas às boas obras. Disse Paulo: “Somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas” (Efésios 2.10). E a Escritura ensina especificamente que a eleição foi feita com vistas ao testemunho. Disse Pedro: “Vós sois raça eleita ... a fim de proclamardes as grandezas daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz” (1Pedro 2.9). Deus escolheu determinadas pessoas, não só para irem para o Céu quando morrerem, mas também para serem Suas testemunhas enquanto estiverem na terra. Digamos outra vez: a eleição exige a evangelização.

Eis outra conclusão igualmente significativa: a eleição assegura que a evangelização resulte em conversões genuínas. O pregador do Evangelho não tem como dizer quem em seu auditório pertence aos eleitos e quem não pertence. Mas Deus sabe. E Deus está pronto para aplicar e abençoar Sua Palavra nos corações dos Seus eleitos para a salvação. O momento preciso em que apraz a Deus fazer isso no caso de um eleito individual, não sabemos, mas é certo e seguro que o fará antes da morte da pessoa. Exatamente tão certo como todos os eleitos de Deus serão salvos, é certo que a palavra do Evangelho não tornará a Deus vazia (Isaías 55.11).

A preterição e o oferecimento do Evangelho. A eleição tem seu reverso. Se Deus escolheu da raça humana decaída certo número para a vida eterna, é óbvio que passou outros por alto, deixando-os em seu estado de perdição e decretando sua condenação por seus pecados. Teologicamente, este aspecto da predestinação é conhecido como preterição, rejeição ou reprovação. Tem-se alegado que esta doutrina elimina o sincero e universal oferecimento do Evangelho. Se Deus decretou desde a eternidade que certos homens pereçam eternamente, dizem os oponentes, é inconcebível que Ele, dentro da história, convide sinceramente a todos, sem distinção, para a vida eterna.

Numa tentativa para refutar esse argumento, às vezes se faz a observação de que o pregador humano não tem meios para saber quem é eleito e quem não é, e que, portanto, ele não tem outro recurso senão proclamar o Evangelho a todos, indiscriminadamente. Embora válida, essa observação não atinge o ponto. A questão é se Deus, que sabe infalivelmente quais são os Seus eleitos e quais não são, faz sincero oferecimento da salvação a todos os que são alcançados pelo Evangelho.

Fato da maior importância é que a Palavra de Deus ensina inequivocamente, tanto a reprovação divina, como a universalidade e a sinceridade do oferecimento do Evangelho. É inegável que Romanos 9.21,22 ensina a doutrina da reprovação: "Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro para desonra? Que diremos, pois, se Deus querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita paciência os vasos de ira, preparados para a perdição...?" Também a ensina 1Pedro 2.8, onde se faz menção dos "que tropeçam na palavra, sendo desobedientes, para o que também foram destinados". O universal e sincero oferecimento do Evangelho é firme e certamente ensinado em Ezequiel 33.11, 2Pedro 3.9 e em outras partes mais.

Também podemos admitir – ou melhor, tem que ser admitido – que estes ensinos não podem ser conciliados entre si pela razão humana. Tanto quanto possa interessar à lógica humana, um exclui o outro. Todavia, a aceitação de um deles com a exclusão do outro é condenada como racionalismo. A norma da verdade não é ditada pela razão humana, e sim pela infalível Palavra de Deus.

É digno de nota que, na história da igreja cristã, os teólogos que têm insistido mais na verdade da rejeição divina, são os que têm defendido também, e da maneira mais enfática, o universal e sincero oferecimento do Evangelho. Seguem alguns exemplos.

É do conhecimento geral que João Calvino ensinava a doutrina da reprovação divina. Às vezes ele até assumia a posição supralapsária, assim chamada. Quer dizer, defendia a idéia de que o decreto da predestinação precedeu logicamente os decretos da criação e da queda. No entanto, ao comentar Ezequiel 18.23, passagem paralela a Ezequiel 33.11, disse ele: "Não há nada que Deus deseja mais ardentemente do que, que aqueles que estejam perecendo e correndo para a destruição retomem o caminho da segurança". E continuou: "Se alguém objetar – bem, neste caso não há nenhuma eleição de Deus pela qual Ele tenha predestinado um número fixo para a salvação – a resposta está à mão: o profeta não fala aqui do secreto conselho de Deus, mas somente evoca aos homens em desgraça o seu desespero, para que aprendam a esperança de perdão, arrependam-se e abracem a salvação oferecida. Se alguém mais contestar – isso é fazer Deus agir com duplicidade – a resposta

está preparada, que Deus sempre quer a mesma coisa, embora por diferentes meios e de modo inescrutável para nós. Portanto, embora a vontade de Deus seja simples, grande variedade a envolve, no que diz respeito aos nossos sentidos. Além disso, não é surpreendente que nossos olhos sejam cegados por luz intensa, de modo que, certamente, não podemos julgar como é que Deus quer que todos se salvem e, contudo, destinou todos os reprovados à destruição eterna, e quer que eles pereçam. Enquanto olhamos através de um vidro, obscuramente, devemos satisfazer-nos com a medida do nosso entendimento".

Os *Cânones de Dort* ensinam inconfundivelmente a doutrina da reprovação. Dizem eles: "O que peculiarmente tende a ilustrar e a recomendar-nos a eterna e imerecida graça da eleição é o expresso testemunho da Sagrada Escritura de que não todos, mas somente alguns são eleitos, enquanto que outros são deixados de lado no decreto eterno. A estes Deus, por seu soberano, justíssimo, irrepreensível e imutável beneplácito, decidiu deixar caídos em sua miséria comum à qual se tinham lançado voluntariamente, e não lhes dar a fé salvadora e a graça da conversão. Mas, permitindo em seu justo julgamento que sigam os seus próprios caminhos, decidiu afinal, para a manifestação da sua justiça, condená-los e puni-los para sempre, não somente por causa da incredulidade deles, mas também por todos os seus outros pecados" (I, 15). Todavia, os Cânones insistem: "Todos quantos são chamados pelo Evangelho, são chamados com sinceridade. Pois Deus declarou ardorosa e verdadeiramente em Sua Palavra o que é aceitável a Ele, a saber, que aqueles que são chamados, venham a Ele" (III, IV, 8).

Em apoio do ensino de Dort, que transcrevemos acima, Herman Bavinck negou tanto que a fé seja a causa da eleição como que o pecado seja a causa da rejeição, e insistiu em que a eleição e a rejeição têm suas raízes no soberano beneplácito de Deus. Para ser exato, ele ensinou que Deus decretou soberanamente, desde a eternidade, que alguns homens escapariam da punição dos seus pecados, e outros não (*Gereformeerde Dogmatick*, II, 399). Mas na mesma obra clássica, aquele calvinista bem equilibrado afirmou também: "Embora através do chamamento a salvação se torne a porção de apenas uns poucos... ele /o chamamento/, não obstante, é de grande valor e significação também para aqueles que o rejeitam. Para todos, sem exceção, é prova do infinito amor de Deus, e sela a declaração de que Ele não tem prazer na morte do pecador, mas que ele se volte e viva" (IV, 7).

A apresentação da eleição aos não salvos. Não se pode simplesmente suprimir a pergunta sobre que lugar, se há algum, a doutrina da eleição deve ocupar na pregação aos não salvos.

A Escritura e as confissões reformadas dizem-nos que a verdade da eleição visa primariamente os crentes. O propósito ao qual ela serve em benefício deles foi admiravelmente resumido nos *Cânones de Dort*. Dizem eles: "O senso e a certeza desta eleição comunicam aos filhos de Deus matéria adicional para a sua humilhação diária diante dele, para adorarem a profundidade das Suas misericórdias, para se purificarem e para oferecerem gratas retribuições de ardente amor a Ele, que manifestou primeiro tão grande amor para com eles" (I, 13).

Uma velha ilustração torna bem claro o uso que não deve ser feito da doutrina da eleição ao lidarmos com pessoas não salvas. Pode-se falar da casa da salvação. Seu alicerce é o decreto divino da eleição, e sua entrada é Cristo. Ele disse: "Eu sou a porta" (João 10.9).

Quando os que pela graça de Deus se acham dentro convidam os de fora para entrar, indicam para eles o alicerce ou a porta? A resposta é mais que evidente. Assim, quando o carcereiro de Filipos perguntou a Paulo e a Silas o que devia fazer para salvar-se, eles não o aconselharam a que procurasse descobrir se estava na lista dos eleitos; mandaram-no crer no Senhor Jesus Cristo (Atos 16.31).

Vamos concluir que os homens devem ser mantidos na ignorância da eleição enquanto não receberem a Cristo pela fé? Naturalmente a resposta a esta pergunta deve ser negativa. Sem dúvida, a Assembléia de Westminster estava bem fundamentada ao advertir que "a doutrina deste alto mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado" (*Confissão de Fé de Westminster*, III, 8), mas isto não pode significar que deva ser mantida oculta dos não salvos. Muito ao contrário, eles devem ser advertidos que não torçam esta verdade e exortados a fazerem uso apropriado dela.

Especificamente, deve-se dizer a eles que a eleição dá lugar à salvação pela graça divina, que os méritos humanos estão fora de cogitação, e que, portanto, há esperança para o maioral dos pecadores; que o Deus da eleição convida com sinceridade, cordialmente e mesmo com urgência, todo pecador para a salvação; que a predestinação longe de excluir a responsabilidade humana, definitivamente a inclui, de modo que todos os que ouvem a proclamação do Evangelho estão, por dever sagrado, moralmente obrigados a crer, e, não sendo Deus a causa da incredulidade como é a causa da fé, os que persistem na incredulidade perecem por inteira culpa deles mesmos; que o decreto da eleição não é secreto no sentido de que ninguém pode estar certo de pertencer aos eleitos, mas que, ao contrário, visto que a fé em Cristo é o fruto e também a prova da eleição, a pessoa pode ter tanta certeza de que está incluída no número dos eleitos como de que é crente em Cristo Jesus; que a casa para a qual
eles são convidados tem alicerce imutável e eterno, de sorte que aquele que entra, ainda que o inferno todo o ataque, não terá a mínima possibilidade de perecer, mas, com absoluta certeza herdará a vida eterna.

1.4. Na eleição Deus não é parcial e não faz acepção de pessoas:[27]
Alguém que "faz acepção de pessoas" é alguém que, atuando como juiz, não trata aqueles que vêm ante ele conforme seu caráter, senão que nega a uns o que justamente lhes pertence e dá a outros o que não é justamente deles – isto é, é alguém governado pelo prejuízo e por motivos sinistros, e não pela justiça e pela lei. As Escrituras negam que Deus faça acepção de pessoas neste sentido; e se a doutrina da predestinação apresenta Deus atuando desse modo, teremos que admitir que Deus é injusto.

As Escrituras ensinam que Deus não faz acepção de pessoas, porque Ele não escolhe um e rejeita outro com base em circunstancias externas como raça, nacionalidade, riquezas, poder, nobreza, etc. Pedro diz que Deus não faz acepção já que Ele não faz distinção entre judeus e gentios. Sua conclusão após ser divinamente enviado a pregar ao centurião romano, Cornélio, foi, "reconheço por verdade que Deus não faz acepção de pessoas; pelo contrário, em qualquer nação, aquele que o teme e faz o que é justo lhe é aceitável" (At

[27] cf. Loraine Boettner, *La predestinación*, Michigan: SLC, 373 p. e W.G.T. Shedd, *Dogmatic Theology*, New York: C. Scribner's Sons, 2 vols.

10.34, 35). Através de toda sua história os judeus creram que como povo eram objetos exclusivos do favor de Deus. Uma leitura cuidadosa de Atos 10.1 a 11.18 revelará quão revolucionária era a idéia de que o evangelho haveria de ser pregado aos gentios também.

Paulo, igualmente, diz, "glória, porém, e honra e paz a todo aquele que pratica o bem; ao judeu primeiro, também ao grego. Porque para com Deus não há acepção de pessoas" (Rm 2.10-11). E, novamente, "já não há judeu nem grego; não há escravo nem livre; não há varão nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus". Logo acrescenta que não são os judeus externamente, mas aqueles que são de Cristo os que, no sentido mais profundo, pertencem a "linhagem de Abraão", e "herdeiros segunda a promessa" (Gl 3.28, 29). Em Efésios 6.5-9 ordena os servos e senhores a se tratarem com justiça; por que Deus, que é Senhor de ambos, não faz acepção de pessoas; e em Colossenses 3.25 inclui igualmente as relações entre pais e filhos e entre esposas e esposos. Tiago diz que Deus não faz acepção de pessoas porque não faz distinção entre rico e pobre, nem entre aqueles que usam vestiduras finas e os que se vestem com simplicidade (Tg 2.1-9). O termo "pessoa" nestes versículos significa, não o homem interior, ou a alma, mas a aparência externa, que tão freqüentemente influi tanto em nós. Portanto, quando as Escrituras afirmam que Deus não faz acepção de pessoas, isto não significa que Deus trata a todos por igual, senão que a razão pela qual Ele salva um e rejeita outro não é porque um seja judeu e o outro gentio, ou porque um seja rico e o outro pobre, etc.

Se todas as pessoas fossem inocentes, Deus seria injusto e se deixaria levar de respeitos humanos se as tratasse de maneira desigual, salvando umas e condenando as demais. O fato, no entanto, é que todos são pecadores e nada merecem de Deus.

Deus é misericordioso para com aqueles a quem salva, sem ser injusto para com aqueles a quem condena, visto como podia ter condenado a todos sem ser injusto. Quando a Bíblia diz que Deus não faz acepção de pessoas, não quer dizer que Ele não distingue pessoas, dando a uns o que nega a outros. Que todas as pessoas não têm os mesmos dons e as mesmas oportunidades, é um fato inegável. Sabemos existir muita gente que nunca teve oportunidade de ouvir o Evangelho, e nações inteiras, durante séculos, foram privadas desse privilégio.

Quando a Bíblia diz que Deus não faz acepção de pessoas quer dizer que ele não faz distinção por motivo de raça, riqueza, condição social, etc., e também que Ele recompensará cada um de acordo com as suas obras. Veja-se Atos 10.34; Romanos 2.11; Tiago 2.9 e 1 Pedro 1.17. Nenhuma diferença faz entre judeus e gentios; julgará a todos de conformidade com as obras de cada um, visto como não faz acepção de pessoas. Mas nossa salvação não é algo devido aos nossos méritos; procede da graça divina. A este respeito Deus pode dizer o que o proprietário, respondendo, disse: "Amigo, não te faço injustiça; não combinaste comigo um denário? Toma o que é teu, e vai-te; pois quero dar a este último tanto quanto a ti. Porventura não me é lícito fazer o que quero do que é meu? Ou são maus os teus olhos porque os meus são bons?" (Mt 20.13-15).

O decreto divino da eleição não pode ser acusado de parcialidade, porque isto só é cabível quando uma parte tem o que exigir de outra. Se Deus fosse obrigado a perdoar e salvar o mundo inteiro, seria parcial se salvasse apenas a alguns e não todos. Parcialidade é

injustiça. Um pai é imparcial e injusto se desconsidera direitos e exigências iguais de todos os seus filhos. Um devedor é parcial e injusto se, no ato de pagar a seus credores, favorece uns às custas dos outros. Nestes casos uma parte tem certa reivindicação a fazer sobre a outra. Mas é impossível Deus mostrar parcialidade em salvar do pecado, porque o pecador não tem qualquer direito ou reivindicação a apresentar.

A afirmativa de que Deus é obrigado, seja nesta vida, seja na outra, a oferecer perdão de pecados mediante Cristo a todo o mundo, não apenas não tem apoio na Escritura, como é contrário à razão, visto como transforma a graça em dívida, envolvendo o absurdo de que, se o juiz não oferece perdão ao criminoso, contra quem lavrou sentença condenatória, não o trata com eqüidade.

1.5. Conclusão:[28]
A eleição ou predestinação é a missão resgate de Deus, pois Deus não deixou todo o gênero humano perecer no estado de pecado e miséria que merecia. A doutrina da eleição não é uma filosofia cega. É construída, sustentada e revelada pela Palavra de Deus. Veja, por exemplo, Deuteronômio 7.6-9; Atos 13.48; Romanos 8.29, 30; Efésios 1.4, 5; 2Tessalonicenses 2.13; 2 Timóteo 2.10; Tito 1.2, etc. Esta eleição, conforme dizem corretamente os teólogos reformados, é "incondicional", isto é, Deus elege independente de méritos, fé ou obras do indivíduo. E isto só é possível porque a eleição é um ato gracioso de Deus (Rm 11.5). Sendo assim, devemos compreender que a eleição divina nunca é uma questão de justiça. Portanto, erram aqueles que dizem que Deus seria injusto se escolhesse alguns e não todos para a salvação. A eleição é questão de graça. A condenação sim é questão de justiça.

Mas ninguém poderá entender a doutrina bíblica da eleição se não compreender adequadamente a doutrina bíblica do pecado. Porque "a pressuposição do eterno decreto divino da eleição é que a raça humana é caída; a eleição envolve o plano gracioso de Deus para o resgate". Você acredita realmente que todos pecaram em Adão (cf. Rm 5.12) e que ninguém é merecedor da vida eterna? (cf. Rm 3.23). Se a sua resposta for afirmativa, então esteja certo de que nunca poderá entender a eleição como sendo injustiça. Deus teria sido perfeitamente justo se não elegesse ninguém (cf. Mt 20.14,15; Rm 9.14,15); no entanto, Ele quis, soberanamente, mostrar para alguns o Seu favor imerecido. Por isso, Paulo fala da "eleição da graça" (Rm 11.5). Na verdade, tudo que recebemos de bom é pura expressão da graça de Deus para conosco, como por exemplo, o arrependimento para a vida eterna (At 11.18), a salvação em Cristo (At 15.11; Ef 2.8,9) e o serviço cristão (1 Co 15.10; Ef 2.10).

Deus também não faz acepção de pessoas, porque Ele não escolhe uma pessoa e rejeita outra com base em circunstâncias externas como raça, nacionalidade, riquezas, poder, nobreza, etc. O fato de Deus não salvar todo mundo só confirma a tese de que Ele não é obrigado a salvar todo mundo. Graça não é dívida; é graça!

É importante esclarecer que a eleição divina não é a salvação; é para a salvação (2Tm 2.13; 2Tm 2.10). E entre ambas (eleição e salvação) está a evangelização, servindo de ponte para ligar duas partes inseparáveis (Rm 10.14-17; cf. At 18.9-11). Com isto aprendemos que não

[28] Fred H. Klooster, "eleição, eleito" in: EHTIC, SP: Vida Nova, vol. II.

procede o falso conceito de que se uma pessoa é eleita, ela será salva independentemente de crer ou não em Cristo pelo evangelho. Pensar assim seria simplesmente um absurdo! Como também não procede a idéia de que esta doutrina da eleição "acomoda o crente para a evangelização". A eleição, conforme a Bíblia também ensina, é para serviço (1Pe 2.9; 2Pe 1.10). "Serviço" aqui deve ser entendido no mais amplo sentido do termo: evangelização, ação social, etc; portanto, somente os desavisados acreditariam que a eleição acomoda o crente para a obra de Deus. Lendo 2Timóteo 2.10, aprendemos que para Paulo a eleição incentivava a evangelização ("tudo suporto por causa dos eleitos", dizia) e garantia os bons resultados da evangelização ("para que também eles [como os demais crentes] obtenham a salvação que está em Cristo Jesus com eterna glória"). Não é verdade que o apóstolo que mais defendeu a doutrina da predestinação foi um dos que mais trabalhou na obra de Deus? (1Co 15.9,10).

Além da salvação e o serviço, propriamente ditos, a eleição tem, ainda como finalidade, a santidade de vida (Ef 1.4). A eleição é "para sermos santos". Deste modo, também não tem sentido a objeção de que a certeza de salvação que a eleição produz leva à libertinagem. A vida que não se expressa em santidade é incompatível com a doutrina bíblica da eleição (cf. 2Pe 1.3-11).

1.6. Os teólogos clássicos e a doutrina da eleição:

• Clemente de Roma, em sua primeira carta aos coríntios (95-96), foi o primeiro escritor pós-bíblico a mencionar a eleição: "O amor nos une a Deus, o amor cobre a multidão de pecados. O amor tudo sofre e tudo suporta. No amor não há nada de banal, nem de soberbo. O amor não divide, o amor não provoca revolta, o amor realiza tudo na concórdia. No amor, tornam-se perfeitos os eleitos de Deus; sem amor nada é agradável a Deus" (*1Clemente* 49.5).
• Agostinho, em seu livro *A Graça* (429), fala da predestinação dos santos: "Eis a misericórdia e o juízo; misericórdia para a eleição que alcançou a justiça de Deus; juízo para os demais que ficaram cegos... Portanto a gratuidade da graça foi alcançada porque foi alcançada a eleição. Da parte deles não a precedeu nenhum mérito que pudesse ser apresentado antes se a eleição significasse uma retribuição. Salvo-os a custa de nada".
• Martinho Lutero, em sua disputa com Erasmo (1520), disse: "Sem dúvida você está certo em conferir ao homem algum tipo de arbítrio, mas imputar-lhe um arbítrio livre nas coisas de Deus é demais". "Quando, portanto, a Razão louva a Deus por salvar os indignos, mas censura-o por condenar os indignos, ela torna-se culpada porque não louva a Deus como Deus, mas serve aos seus próprios interesses".
• Ulrich Zwinglio, outro reformador, também fala da eleição: "[Tanto] a eleição quanto a rejeição são obras do livre-arbítrio de Deus". Por esta afirmação, o sacerdote católico romano John Eck chamou-o: "um tolo, um estúpido que nega o livre arbítrio". Zwinglio, como Lutero, entendiam a predestinação como uma defesa contra a justificação pelas obras. Visto que não são as pessoas que elegem a Deus, mas Deus que os escolhe, os cristãos não podem exigir nenhum crédito por sua própria salvação. O cume da arrogância humana consiste em negar a gratuidade da graça de Deus.
• João Calvino disse em suas *Institutas da Religião Cristã* (1536): "Primeiro, pois, que recordem que quando estudam Predestinação estão penetrando nos recintos mais sagrados da sabedoria divina. Se alguém irrompe com segurança despreocupada neste lugar, não chegará a satisfazer a curiosidade e entrará num labirinto do qual não achará saída" (*Inst*. III xxi,1). Para Calvino, a predestinação é absoluta, particular e dupla: "O conhecimento prévio de Deus não pode ser motivo de nossa eleição, porque, quando Deus olha para o futuro e observa toda a humanidade, Ele encontra todos do primeiro ao ultimo debaixo da mesma maldição". "Deus elegeu Israel como seu povo especial da aliança. Contudo nem todo membro individual da nação estava eleito para a salvação, como Paulo ressaltou em Rm 9.1-16". "A eleição em si mesma não poderia permanecer, exceto que estabelecida contra a reprovação" (*Inst*. III, xiii, 31).
• John Owen, em seu livro *Por quem Cristo morreu?* (1647), declara: "Cristo não morreu por ninguém sob a condição de que eles cressem, ele morreu por todos os eleitos, para que eles pudessem crer". Neste versículo é nos dito que Ele morreu por: seu povo (Mt 1.21), suas ovelhas (Jo 10.11 e 14), sua Igreja (At 20.28 e Ef 5.25),

seus eleitos (Rm 8:32-34) e seus filhos Hb 2:13.
• John Dagg, em seu *Manual de Teologia*, explica: "A doutrina da eleição encontra forte resistência no coração dos homens... Visto tratar-se de um ato da mente divina, nenhum prova da sua veracidade pode ser melhor do que o testemunho das Escrituras. As Escrituras ensinam claramente que Deus tem um povo eleito, escolhido: 'Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus?' Rm 8.34. 'Eleitos, segundo a presciência de Deus Pai' 1Pe 1.2; 'Não fará Deus justiça aos seus escolhidos?' Lc 18:7; 'Vós, porém, sois raça eleita' 1Pe 2.9; 'Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação' 2Ts 2.13; 'Assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo' Ef1.4. As Escrituras ensinam que a eleição é pela graça e não pelas obras. Este assunto é ilustrado pelo caso de Jacó e Esaú, dos quais Jacó foi escolhido antes mesmo das crianças terem praticado bem ou o mal. Ao aplicar esta ilustração Paulo diz: '(para que o propósito de Deus, quanto a eleição prevaleça, não por obras, mas por aquele que chama)'. Rm 9.11".
• Charles Hodge, em sua *Teologia Sistemática*, diz: "Nós encontramos numerosas passagens que designam o propósito da Morte de Cristo, que é salvar o seu povo dos seus pecados. Ele não veio meramente para conseguir uma possibilidade de salvação, mas para eficazmente livra-los do peso da lei e do poder do pecado. Isto está incluído em todos as representações escriturísticas sobre a natureza e o designo de seu trabalho".
• Charles Spurgeon, também conhecido como "Príncipe dos Pregadores", em seus livros *Eleição* e *Livre-arbítrio* (1889): "Durante o tempo que você quiser, você poderá exortar um homem cego a enxergar, porém ele não enxergará. O quanto quiser, você poderá exortar um homem morto a viver, porém ele não viverá somente através de sua exortação. Algo mais é necessário. (...) Deus nos faz dispostos no dia de seu Poder e a sua graça não viola a vontade humana, mas triunfa docemente sobre ela. Nunca haverá alguém arrastado para o céu pelas orelhas; saiba disso. Nós iremos para lá de coração e porque desejamos. (...) Vocês têm ouvido muitos sermões arminianos, eu ouso dizer, mas nunca ouviram uma oração arminiana – pois os santos em oração se parecem iguais em palavra, oração e mente. O arminiano não pode orar a respeito do livre-arbítrio; não a lugar para isso. Imagine-o orando: 'Senhor eu te agradeço porque não sou como estes pobres calvinistas presunçosos. Senhor eu nasci com um glorioso livre-arbítrio; eu nasci com o poder pelo qual posso me voltar para ti por conta própria; tenho melhorado minha graça. Se todos tivessem feito o mesmo que eu fiz com a Tua graça, poderiam ter sido salvos. Senhor, eu sei que tu não nos fazes espiritualmente propensos se nós mesmo não quisermos. Tu dá graça a todos; alguns não melhoram, mas eu sim. Haverá muitos que irão para o inferno, tantos quantos foram comprados pelo sangue de Jesus como eu fui; eles tinham tanto do Espírito Santo quanto me foi dado; tiveram uma boa chance, e foram tão abençoados como eu sou. Não foi a tua graça que nos diferenciou; eu sei que ela faz muito, mas eu cheguei ao ponto desejado; eu usei o que me foi dado e os outros não – essa é a diferença entre eu e eles'. Essa é uma oração para o diabo, pois ninguém ofereceria tal oração. (...) Não estou pregando aqui nenhuma novidade; nenhuma doutrina nova. Gosto imensamente de proclamar essas antigas e vigorosas doutrina que por certo e verdadeiramente, são a verdade de Deus, a qual nos foi revelada em Jesus Cristo. Por meio dessa desta verdade da eleição, faço uma peregrinação ao passado, e, enquanto prossigo, contemplo pai após pai da Igreja, mártir após mártir levantarem-se e apertar minha mão. Se eu acreditasse a doutrina do livre-arbítrio humano, então eu teria de prosseguir sozinho por séculos e mais séculos em minha peregrinação ao passado. Aqui ou acolá algum herege de caráter não muito honrado, talvez se levantasse e me chamasse de irmão. Entretanto aceitando como aceito essas realidades espirituais, como padrão da minha fé, contemplo a pátria dos antigos povoada por numerosíssimos crentes; multidões que confessam as mesmas verdades que defendo, que reconhecem que essa é a religião da própria Igreja de Deus".

1.7. Os teólogos contemporâneos e a doutrina da eleição:

• Louis Berkhof, em sua *Teologia Sistemática*, afirma: "Indubitavelmente, o decreto da predestinação é, em todas as suas partes, um ato concominate da três pessoas da Trindade, que são um só em seu conselho e sua Vontade. Mas, na economia da salvação, como nos é revelada na Escritura, o ato soberano da predestinação é atribuído mais particularmente ao Pai, Jo 17.6,9; Rm 8.29; Ef 1.4; 1Pe 1.2".
• Anthony Hoekema, em seu livro *Salvos pela Graça*, diz: "Jesus ensinou claramente que não somos aptos por natureza a aceitar o convite do Evangelho (ler Jo 3.3,5). Não somente não podemos entrar no reino como não podemos sequer vê-lo, a não ser que recebamos vida do alto. Somos espiritualmente mortos e por isso precisamos ser vivificados para que possamos responder afirmativamente a graça de Deus (ler Ef 2.4,5). Pedir a pessoas espiritualmente mortas que respondam sim ao evangelho sem serem vivificados pelo Espírito Santo é como pedir a um cego que veja um cartaz. Esta escolha positiva está ligada a eleição que é a escolha que

Deus fez desde a eternidade".
• J. I. Packer, em seu livro *Teologia Concisa*, declara: "A doutrina da eleição, como toda verdade acerca de Deus envolve mistério, e algumas vezes, incita à controvérsia. Mas na Escritura é uma doutrina pastoral, incluída ali para ajudar os cristãos a verem, quão grande é a graça que os salva, conduzindo-os à humildade, confiança, alegria, louvor, fidelidade e santidade como resposta".
• R. C. Sproul, em seu livro *Eleitos de Deus*, fala: "Soberania de Deus – Deus é a suprema autoridade no céu e na terra , se Deus não é soberano, Ele não é Deus. Deus não deve salvação a ninguém. A misericórdia de Deus é voluntária. Ele não é obrigado a ser misericordioso. Ele reserva-se o direito de ter misericórdia de quem ele tiver misericórdia".
• R. K. McGregor Wright, em seu livro *Soberania Banida*, afirma: "Quando Jesus disse aos seus discípulos em Jo 15.16 'Não fostes vós que escolhestes a mim; pelo contrário, eu vos escolhi a vós outros', dificilmente poderia significar 'eu decidi escolhe-los porque eu percebi que vocês iriam me escolher'. A condição que o arminiano acredita que o crente teria de aceitar é expressamente excluída em versos como Jo 10.26: 'Mas vós não credes porque não sois das minha ovelhas'. Se Jesus fosse arminiano, ele teria dito: 'vocês não são da minha ovelhas porque não crêem'. Por todo o evangelho de João, as ovelhas de Deus são os eleitos que lê escolheu no mundo, aquelas que o Pai lhe havia dado do mundo para que fossem seus".
• John Murray, em seu livro *Redenção Consumada e Aplicada*, toca no assunto eleição: "Foi o livre e soberano beneplácito de sua vontade, um beneplácito que emana das profundezas da sua própria bondade, que ele elegeu um povo para ser herdeiro de Deus e co-herdeiro com Cristo. A razão reside inteiramente nele mesmo e procede das determinações que são peculiariamente suas: 'Eu Sou o que Sou'".
• Wayne Grudem, em sua *Teologia Sistemática*, diz: "Concluímos, em vez disso que a razão para a eleição é a escolha soberana de Deus – ele 'nos predestinou para ele, para a adoção de filhos' (Ef 1.5). Deus nos escolheu simplesmente porque decidiu derramar seu amor sobre nós – não porque anteviu em nós alguma fé ou mérito. Essa concepção da eleição tem sido tradicionalmente chamada 'eleição incondicional'. Ela é 'incondicional' porque não está condicionada a coisa alguma que Deus veja em nós que nos torne dignos de sermos escolhidos por ele".

1.8. Outras aplicações:

a. Uma perspectiva teocêntrica (e não antropocêntrica) da realidade.

b. Confiamos mais no Senhor e na Sua Palavra, em vez de oscilar em meio às circunstâncias, sejam positivas ou negativas.

- Deus, na sua misericórdia, nos elegeu soberanamente; somos justificados por Ele.
- Vivemos em tempos difíceis. Tudo que acontece é, em um nível, a vontade do Senhor – seja algo permitido (doenças, tragédias, etc.) ou algo com sua intervenção direta (nossa salvação, evangelização, etc.).

c. A doutrina da soberania divina afirma que o universo é justo; que todo pecado, a morte e Satanás serão julgados; e que o cosmos glorificará a Deus quando Cristo voltar.

A eleição graciosa de Deus – Formulação teológica
John S. Hammett

a. A eleição é a decisão de Deus de redimir alguns pecadores específicos ("os que" de Rm 8.29) e conformá-los à imagem de Cristo.
b. A eleição é antes da fundação do mundo (Ef 1.4), e portanto, é ligada com a predestinação, e quase igual à predestinação na área de salvação.
c. A eleição é incondicional. Isto é, ela não é baseada na presciência do fato que alguns vão aceitar o evangelho e confiar em Cristo. A eleição é *segundo* a presciência de Deus (I Pd 1.2), mas não *baseada* na ou *condicionada* por nenhum ato humano; é a decisão da graça de Deus.
d. Na Bíblia, a eleição conduz a adoração da graça e glória de Deus, e não às perguntas sobre a justiça ou o amor de Deus. A melhor pergunta para o homem não é "por que Deus não elege todos?", mas, "por que Deus

me elegeu?"
e. A eleição não é simétrica. Alguns pensam que a eleição de alguns para a salvação implica a reprovação de outros para a perdição. É lógica, mas não é claramente afirmada na Bíblia (Is 44.18; 54.16; Rm 9.11-24; 11.7; 2Pe 2.9; Jd 4; Ap 13.8; 17.8). A causa da salvação dos santos é Deus, que os elegeu, mas a causa da perdição dos perdidos é a sua recusa em crer (Mt 11.28; 23.37; 2Pd 3.9). Segundo R. C. Sproul, para entendermos a posição reformada sobre o assunto, precisamos prestar muita atenção à crucial distinção entre os decretos positivos e negativos de Deus. Positivo tem a ver com a intervenção ativa de Deus nos corações do eleitos. Negativo tem a ver com Deus deixando de lado os não-eleitos.

calvinismo
hiper-calvinismo

positivo-negativo
visão assimétrica
destinação não simultânea
Deus deixa de lado o reprovado
positivo-positivo
visão simétrica
destinação simultânea
Deus opera incredulidade nos corações reprovados

f. A eleição é "em Cristo" (Ef 1.14); então, todos que estão em Cristo, que tem fé, que recebem o evangelho, podem saber que são eleitos. Nesta maneira, a eleição é uma fonte de confiança, certeza e segurança.
g. Devemos enfatizar que a eleição não impede a pregação do evangelho a todos de maneira alguma. Podemos e devemos pregar o evangelho a todos, como Paulo, G. Whitefield, W. Carey e C. H. Spurgeon, porque não sabemos quem são os eleitos.

2. A obra de Deus no momento da conversão:

2.1. Chamada eficaz do Espírito ou graça irresistível

Cada membro da Trindade – Pai, Filho e Espírito Santo – participa e contribui para a salvação de pecadores. Como já foi mostrado, o Pai, antes da fundação do mundo, escolheu aqueles que iriam ser salvos e deu-os ao Filho para serem o Seu povo. Na época oportuna o Filho veio ao mundo e assegurou a redenção desse povo. Mas esses dois grandes atos – a eleição e a redenção – não completam a obra da salvação, pois está incluída no plano divino para a recuperação do pecador perdido a obra renovadora do Espírito Santo, pela qual os benefícios da obediência e da morte de Cristo são aplicados ao eleito. A doutrina da Graça Irresistível ou Eficaz está relacionada com essa fase da Salvação. Declarada de modo simples, esta doutrina afirma que o Espírito Santo nunca falha em trazer à salvação aqueles pecadores que Ele pessoalmente chama a Cristo. Ele aplica inevitavelmente a salvação a todo pecador que Ele tencionou salvar, e é Sua intenção salvar todos os eleitos.

O apelo do evangelho estende uma chamada à salvação a todo que ouve a mensagem. Ele convida a todos os homens, sem distinção, a beber da água da vida e viver. Ele promete salvação a todo que se arrepender e crer. Mas essa chamada geral externa, estendida igualmente ao eleito e ao não eleito, não trará pecadores a Cristo. Por que? Porque os homens estão, por natureza, mortos em pecado e debaixo de seu poder. Eles são, por si mesmos, incapazes de abandonar os seus maus caminhos e se voltarem a Cristo, para receber misericórdia. Nem podem e nem querem fazer isso. Conseqüentemente, o não-regenerado não vai responder à chamada do evangelho para arrepender-se e crer. Nenhuma quantidade de ameaças ou promessas externas fará um pecador cego, surdo, morto e

rebelde se curvar perante Cristo como Senhor e olhar somente para Ele para a salvação. Tal ato de fé e submissão é contrário à natureza do homem perdido.

Por isso, o **Espírito Santo**, para trazer o eleito de Deus à salvação, estende-lhe uma **chamada especial interna** em adição à chamada externa contida na mensagem do evangelho. Através dessa chamada especial, o Espírito Santo realiza uma obra de graça no pecador que, inevitavelmente, o traz à fé em Cristo. A mudança interna operada no pecador eleito o capacita a entender e crer na verdade espiritual.

No campo espiritual, são lhe dados olhos para ver e ouvidos para ouvir. O Espírito cria nele um novo coração e uma nova natureza. Isto é realizado através da regeneração (novo nascimento), pela qual o pecador é feito filho de Deus e recebe a vida espiritual. Sua vontade é renovada através desse processo, de forma que o pecador vem espontaneamente a Cristo por sua própria e livre escolha. Pelo fato de receber uma nova natureza que o habilita a amar a retidão, e porque sua mente é iluminada de forma a habilitá-lo a entender e crer no evangelho, o pecador renovado (regenerado) volta-se para Cristo, livre e voluntariamente, como seu Senhor e Salvador. Assim, o pecador que antes estava morto, é atraído a Cristo pela chamada interna e sobrenatural do Espírito, a qual, através da regeneração, o vivifica e cria nele a fé e o arrependimento.

Embora a chamada externa do evangelho possa ser, e freqüentemente é, rejeitada, a chamada interna e especial do Espírito nunca deixa de produzir a conversão daqueles a quem ela é feita. Essa chamada especial não é feita a todos os pecadores, mas é estendida somente aos eleitos. O Espírito não depende em nenhuma maneira da ajuda ou cooperação do pecador para ter sucesso em Sua obra de trazê-lo a Cristo. É por essa razão que os calvinistas falam da chamada do Espírito e da graça de Deus em salvar pecadores como sendo “eficaz”, “invencível” ou “irresistível”. A graça que o Espírito Santo estende ao eleito não pode ser obstada, nem recusada; ela nunca falha em trazê-lo à verdadeira fé em Cristo.

A doutrina da Graça Irresistível ou da Vocação Eficaz é apresentada em termos bem claros no capítulo X da *Confissão de Fé de Westminster*.

2.1.1. Declarações gerais mostrando que a salvação é tanto obra do Espírito como é do Pai e do Filho (Rm 8.14; 1Co 2.10-14; 6.11; 12.3; 2Co 3.6; 3.17-18; 1Pe 1.2).

2.1.2. Através da regeneração ou novo nascimento, os pecadores recebem a vida espiritual e são feitos filhos de Deus. A Bíblia descreve esse processo como uma ressurreição espiritual, uma criação, o recebimento de um novo coração, etc. A mudança interna, que é operada através do Espírito Santo, é fruto do poder e da graça de Deus e de forma nenhuma depende da ajuda do homem para a operação do Espírito ser bem sucedida. a) Os pecadores, através da regeneração, são trazidos para o Reino de Deus e feitos Seus filhos. O autor desse “segundo” nascimento é o Espírito Santo: o instrumento que Ele usa é a Palavra de Deus (Jo 1.12-13; 3.3-8; Tt 3.5; 1Pd 1.3, 23; 1Jo 5.4). b) Através da obra do Espírito o pecador morto recebe um novo coração (uma nova natureza) e é levado a andar na lei de Deus. Em Cristo ele torna-se uma nova criação (Dt 30.6; Ez 36.26-27; Gl 6.15; Ef 2.10; 2Co 5.17-18). c) O Espírito Santo ergue o pecador de seu estado de morte espiritual e o

vivifica (Jo 5.21; Ef 2.1, 5; Cl 2.13).

2.1.3. Deus torna conhecidos aos Seus escolhidos os segredos do Reino através da revelação interna e pessoal dada pelo Espírito (Mt 11.25-27; Lc 10.21; Mt 13.10-11, 16; Lc 8.10; Mt 16.15-17; Jo 6.37, 44-45, 64-65; 1Co 2.14; Ef 1.17-18).

2.1.4. A Fé e o Arrependimento são dons divinos, os quais são operados na alma através da obra regeneradora do Espírito Santo (At 5.31; 11.18; 13.48; 16.14; 18.27; Ef 2.8-9; Fp 1.29; 2Tm 2.25-26).

2.1.5. O apelo do evangelho estende uma chamada geral externa à salvação a todos que ouvem a mensagem. Em adição a essa chamada externa, o Espírito estende uma chamada especial interna aos eleitos e só a esses. A chamada geral do evangelho pode ser, e geralmente é, rejeitada, mas a chamada especial do Espírito não pode ser rejeitada. Ela sempre resulta na conversão daqueles a quem é feita (Rm 1.6-7; 8.30; 9.23-24; 1Co 1.1-2, 9, 23-31; Gl 1.15-16; Ef 4.4; 2Tm 1.9; Hb 9.15; Jd 1; 1Pe 1.15; 2.9; 5.10; 2Pe 1.3; Ap 17.14).

2.1.6. A aplicação da salvação é toda pela graça e só é realizada através do infinito poder de Deus (Is 55.11; Jo 3.27; 17.2; 9.16; 1Co 3.6-7; 4.7; Fp 2.12-13; Tg 1.18; 1Jo 5.20).

2.2. Regeneração:
2.2.1. A regeneração definida: Segundo Berkhof, a "regeneração é o ato de Deus pelo qual o princípio da nova vida é implantado no homem, e a disposição dominante da alma é tornada santa, e o primeiro exercício santo desta nova disposição é assegurado". A linguagem da regeneração reflete as idéias de nascimento (gennaw, João 1:13; apekuhen, Tiago 1:8), e criação (ktizw, 2Co 5:17). O ator, na regeneração, é Deus. É um evento que é passivo da parte do homem.

Como acontece a regeneração? A regeneração é uma operação divina no coração morto. É uma mudança radical da natureza da pessoa, um fato que é evidente por causa da linguagem usada para distinguir entre a pessoa antes da conversão: "Espiritualmente morto" (Ef 2:1), cego, ignorante, de coração duro (Ef 4:18), escravo do pecado (Jo 8:34, Rm 6:17, 19), no poder das trevas (Cl 1:13), incapaz de entender as coisas espirituais (I Co 2:14), incapaz de mudar-se a si mesmo (Jr 13:23) e impuro (Tt 1:15). Os regenerados são caracterizados por serem o contrário dessa descrição dos perdidos. Sendo uma operação de Deus, a regeneração não é resultado do desempenho da vontade humana (João 1:13).

O contexto da regeneração: Deus prepara as pessoas para serem convertidas. Deus escolheu a pregação da palavra como o meio através do qual Ele salva pecadores (I Co 1:21). É necessário que os perdidos ouçam o evangelho para que possam receber a Cristo e ser salvos (Rm 10:9-11). A pregação é a vocação, ou chamada externa que deve ser pregada para todas as pessoas. Antes da regeneração, sob a influência da pregação, a pessoa recebe a chamada de Deus (João 6:44). Essa é uma chamada interna, o toque do Espírito Santo no coração do pecador. É a aplicação da palavra pregada na alma da pessoa. O Espírito Santo

convence o pecador do pecado (Jo 16:8) e o regenera, produzindo a fé em Jesus (a conversão).

2.2.2. A conversão é uma experiência humana, e, também, um evento espiritual. Mas é distinto da regeneração porque a pessoa tem um papel ativo na conversão. J. P. Boyce, fundador do Seminário Batista do Sul nos Estados Unidos, definiu a conversão com os elementos seguintes: 1) Não é apenas uma reforma exterior. 2) É quando o coração se volta para Deus em santidade. A conversão é uma virada dos pensamentos, desejos, e emoções do coração de cobiça e prazeres carnais e pecaminosas para coisas santas, e Deus, do poder de Satanás para Deus. A conversão, então, consiste de: 1) Conhecimento do Deus verdadeiro e a aceitação dele como tal, 2) Conhecimento do pecado pessoal, da culpa e da condenação, 3) Tristeza do pecado e um desejo de fugir da condenação, 4) a determinação de abandonar o pecado e buscar a Deus, 5) a convicção da necessidade pessoal de ajuda para cumprir isso, 6) o conhecimento de Cristo como um Salvador do pecado, 7) a confiança pessoal em Cristo e a sua salvação.

A conversão e o arrependimento são representados pelas palavras evpistrefw e metanoia que funcionam para descrever uma meia volta no pensamento e no viver. Epistrefw (conversão) "inclui uma mudança de senhores". A pessoa que estava sob o senhorio de Satanás, começa a viver sob o senhorio de Cristo (Ef. 2:1). É uma virada da vontade humana para Deus. Metanoia é usada no NT para significar "dar uma meia volta", não só nos pensamentos, mas em todos os aspectos da vida. O arrependimento é uma mudança total nas inclinações e na direção da vida (TDNT, 1:358).

2.2.3. A conversão, então, inclui tanto o *arrependimento* como a *fé*:
A conversão e o arrependimento são representados por palavras que funcionam para descrever uma meia volta no pensamento e no viver. Conversão "inclui uma mudança de senhores". A pessoa que estava sob o senhorio de Satanás, começa a viver sob o senhorio de Cristo (Ef 2:1). É uma virada da vontade humana para Deus. Arrependimento é usado no Novo Testamento para significar "dar uma meia volta", não só nos pensamentos, mas em todos os aspectos da vida. O arrependimento é uma mudança total nas inclinações e na direção da vida.

O arrependimento inclui: 1) a percepção da santidade de Deus e quão horrível o pecado é, 2) tristeza e um sentido de ficar revoltado consigo mesmo, 3) o desejo de fugir do pecado em si, e não apenas da penalidade do pecado, 4) a virada para Deus com uma atitude de dependência total para ser liberto do pecado, 5) remorso pelos pecados passados e uma determinação de viver para Deus, 6) o resultado é uma vida mudada. O arrependimento é um dom de Deus (At 5:31, 11:18, 2Tm 2:24-25).

O significado da palavra fé é basicamente "crer" e "confiar". A fé tem pelo menos três elementos, indicados por três palavras latinas: *Notitia* quer dizer o conhecimento intelectual dos fatos. A fé bíblica é sempre a crença em proposições racionais. Não existe fé sem a parte intelectual. Por outro lado, o que é irracional, não pode, propriamente, ser objeto da fé bíblica. Em tempo algum a Bíblia exige que creiamos em algo irracional. Para crer em Cristo e ser salva a pessoa tem que conhecer pelo menos alguma informação sobre o

evangelho. *Assensus* é a convicção de que os fatos ou proposições que compõem o evangelho são verdadeiros. Além de conhecer os fatos que a Bíblia ensina sobre o plano da salvação, o pecador precisa concordar que esses fatos correspondem à realidade. *Fiducia* é a confiança que leva a pessoa a colocar a sua vida nas mãos de Deus. Isso quer dizer que a pessoa assume um compromisso com o evangelho e com Cristo. Para ser crente verdadeiro, a pessoa tem que deixar de depender de si, e confiar totalmente em Deus para ser salva.

A fé não é moralmente neutra, como é afirmado por alguns arminianos. A fé é um fruto do Espírito Santo (Gl 5:22) e é uma necessidade para agradar a Deus (Hb 11:6). Se a falta de fé é pecado, então a fé não pode ser moralmente neutra. A fé, então, é uma boa obra. Se a fé fosse a condição humana para que Deus dê a salvação, como os arminianos dizem, a salvação seria a recompensa de uma obra boa, a saber, a fé. Por isso, a Bíblia diz que a fé é um dom de Deus também (Ef 2:89). (Devemos notar que na língua grega, um substantivo feminino e abstrato pode ter um pronome neutro como referente. Portanto, a fé em Ef 2:8 pode ser ligada a t o u t o (isto). A. T. Robertson dá alguns exemplos, embora ele não admita que Ef. 2:8 seja um. Mas ele não dá nenhuma razão exegética por não admitir isso. O paralelo entre Ef 2:8 e os exemplos que ele dá são suficiente para interpretar Ef 2:8 assim).

2.3. Justificação:
Martinho Lutero, em seu *"Prefácio aos escritos em latim"*, de 1545: "Noite e dia eu ponderei até que vi a conecção entre a justiça de Deus e a afirmação de que 'o justo viverá pela fé'. Então eu compreendi que a justiça de Deus era aquela pela qual, pela graça e pura misericórdia, Deus nos justifica através da fé. Com base nisto eu senti estar renascido e ter passado através de portas abertas para dentro do paraíso. Toda a Escritura teve um novo significado e, se antes, a justiça me enchia de ódio, agora ela se tornou para mim inexprimivelmente doce em um maior amor. Esta passagem de Paulo se tornou para mim um portão para o céu..."

As palavras gregas são d i k a i o s n e (retidão, justiça), e d i k a i o w (justificar, vindicar, absolver, pronunciar justo, tratar como se fosse justo, libertar) (*Theological Dictionary of the New Testament*, Colin Brown, ed., III, 352). Em Mt 5.20 Jesus disse, "se a vossa justiça não exceder à dos escribas e fariseus, de modo nenhum entrareis no reino dos céus" assim estabelecendo o seu entender da palavra.

O conceito do NT depende da idéia do AT. No AT, a palavra "justo" (צָדֵק reto) quer dizer se conformar a um padrão moral ou ético (TWOT, II 752). O padrão em vista é a vontade e o caráter de Deus, e é expresso através de comportamento consistente com a lei de Deus. Deus é, por definição, justo e tudo que ele faz é, por necessidade, justo também (Sl 145.17). Por isso, os seres humanos não podem julgar a Deus por ter feito o mundo como é (Jr 18.1-7). Os homens não têm um referencial fora de Deus que possa ser utilizado para O julgar (Jó 38.1-5; 40.1-2) porque o padrão está em Deus (Sl 97.2).

A justiça do ser humano é medida pela sua obediência à Lei de Deus. Um aspecto muito importante da justiça no AT é o tratamento justo dos carentes e pobres. A injustiça é definida em termos da opressão dos pobres, enquanto a pessoa justa é a pessoa que ajuda os órfãos, cegos, e outras pessoas pobres e carentes (Jó 29:12-15), e que também respeita os

direitos dos seus servos (Jó 31:13). As pessoas justas não se aproveitam dos outros para ganhar lucro (Jó 31:24-25). A pessoa qyiDac tem compaixão e dá livremente (Sl 37:21) (TWOT II, 753). A palavra hebraica, portanto, descreve o caráter de e o comportamento resultante dos justos.

A justificação é também entendida como a posição de uma pessoa diante da Lei de Deus. O comportamento justo vem de um coração renovado (Ez 36:26). A justiça não vem através do próprio esforço da pessoa, mas é imputado por Deus aos que têm fé (Gên 15:3). Por isso, devemos entender a noção de "justificar" no VT como a declaração jurídica de Deus de que alguém é justo. Este uso em relação ao ser humano tem o seu precedente no uso da palavra em relação a Deus. No Salmo 51:4 Davi diz que Deus é justificado, mas Deus não pode ser feito justo porque Ele já é. Davi está dizendo que Deus, nos Seus juízos, é declarado ser justo. Devemos entender Isaías 53:11 assim, quando se diz que o Messias justificará a muitos. Eles serão declarados justos porque o Messias levará as iniqüidades deles sobre si.

O conceito da justiça no NT inclui as idéias expostas no AT. Jesus foi justificado (edikaiqh) ou vindicado (1 Tim 3:16). Obviamente isso deve ter sido a declaração da justiça dele, desde que já era sempre justo nas suas naturezas humana e divina. A força da palavra na forma verbal é a declaração de que alguém é justo, e não é fazer com que alguém injusto se torne justo.

A justificação é necessária para que as pessoas sejam salvas, "porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus" (Rom 3:23). Uma pessoa injusta não pode entrar no reino de Deus (Mat 5:20). A justificação não deve ser confundida com a santificação e regeneração. A justificação é uma declaração jurídica de Deus, feita de uma vez, que Deus nos considera sermos justos, embora nossa condição de vida ainda não seja moralmente perfeita.

A justiça de Cristo é imputada aos salvos. A declaração da justiça do crente não é uma declaração que ignora o seu pecado arbitrariamente. Deus faz que o crente seja justo legalmente através da imputação. O crente recebe, como um dom gratuito, a justiça de Cristo. Como o representante de todos os crentes, Cristo guardou a Lei de Deus assim cumprindo toda a justiça. Esta justiça é imputada na conta de todos aqueles a quem Jesus representou, e eles passam a ser considerados justos por Deus. A obediência ativa de Cristo é a base de nossa justificação como o sacrifício de Jesus é a base de nosso perdão.

A fé é o meio através do qual a justiça é mediada. A declaração de justiça não é dada aos que fazem as boas obras mas para os que têm fé em Cristo (Ef 2:8-9). A fé é o meio para nós nos apropriarmos da justificação. A justificação, sendo um dom gratuito de Deus, não pode ser de modo algum, uma recompensa (o salário) dado por Deus sob a condição de ter fé em Jesus. O pecador não pode merecer a justificação, nem por crer em Jesus, porque isso faria com que a justificação viesse por meio de uma obra boa, a saber, a fé. O fato de que fé é uma boa obra não pode ser negado, porque, se não fosse assim, seria uma obra má, ou seja, um pecado. Alguns arminianos argumentam que a fé é um ato neutro, mas esta noção esvazia a fé do seu conteúdo moral. A pessoa que tem fé é a pessoa que crê. Crer

em Jesus é, certamente, uma ação justa. Desde que a justificação não é merecida por causa da fé, concluímos que tanto a fé como a justificação são dons de Deus.

A justificação é necessária para que as pessoas sejam salvas, "porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus" (Rom 3:23). Uma pessoa injusta não pode entrar no reino de Deus (Mat 5:20). A justificação não deve ser confundida com a santificação e regeneração. A justificação é uma declaração jurídica de Deus, feita de uma vez, que Deus nos considera sermos justos, embora nossa condição de vida ainda não seja moralmente perfeita.

A justificação é definida como o ato de Deus pelo qual Ele imputa a justiça de Cristo ao pecador e declara que a justiça divina é cumprida em seu favor. A pessoa passa a ser considerada totalmente justa diante da Lei de Deus e todas as exigências da Lei são satisfeitas.

2.3.1. A base da justificação é a graça de Deus em Cristo: (i) A justiça pessoal de Cristo, sua obediência ativa e passiva (Is 53.12; Jo 6.38; 10.17-18; Rm 5.19; Fp 2.7-8; Hb 5.8), que Ele obteve durante Sua vida na terra, é imputada ao pecador no momento que este crê. (ii) Cristo foi feito legalmente responsável pelos pecados dos crentes e sofreu o justo castigo que a este correspondia. Quando os pecados do crente foram imputados a Cristo, o ato de imputação não fez a Cristo pecador ou contaminou Sua natureza - tão pouco afetou Seu caráter; este ato só tornou Cristo o responsável legal de tais pecados (1Pe 2.24; 2Co 5.21).

2.3.2. O significado da imputação: A imputação da justiça alheia de Cristo baseia-se não na cura gradual do pecado, mas na vitória completa de Cristo na cruz. Quando Deus diz "imputar justiça" a uma pessoa, o significado é que Deus considera judicialmente tal pessoa como justa e merecedora de todas as recompensas a que tem direito toda a pessoa justa (Rm 4.6-11). A justiça perfeita de Cristo é imputada (contada, creditada, atribuída) a nós (Is 61.12).

2.3.3. Por meio da fé: (a) John Murray afirmou: "A fé é auto-denúncia; as obras são auto-congratulatórias." A fé pode ser comparada com um enfermo tomando remédio que o médico receitou, ou como um mendigo que estende suas mãos para receber uma oferta.(b) A fé não é o fundamento da salvação, mas o meio de recebê-la (Rm 3.25, 28, 30). A fé é vista como o meio pelos quais Cristo e Sua justiça são imputados. Se a fé fosse a base da justificação, a fé seria, com efeito, uma obra meritória; e a mensagem do Evangelho seria, depois de tudo, meramente uma nova versão da justificação pelas obras, doutrina considerada irreconciliável com a graça (Rm 4.4; 11.6; Gl 4.21-5.12). (c) A fé é um dom do Espírito (At 13.48; Ef 2.8,9; Hb 12.2). Ela tem três elementos: intelectual (*notitia*), que envolve o conhecimento das verdades do Evangelho, emocional (*assensus*), que envolve convicção e volitivo (*fiducia*), que é a confiança.

2.3.4. Para Lutero a pessoa que recebeu o dom da fé é *Simul et semper iustus et peccator*: "Somos verdadeiramente e totalmente pecadores, com respeito a nós mesmos e ao nosso primeiro nascimento. Inversamente, já que Cristo nos foi dado, somos santos e justos totalmente. Então, de diferentes aspectos, somos considerados justos e pecadores ao mesmo

tempo". Ele queria dizer que, com respeito à nossa condição caída e pecadora, somos e sempre seremos pecadores, mas para os cristãos, já estivemos perante o tribunal de Deus e fomos absolvido, por conta de Cristo. Então, somos também sempre justos.

2.3.5. A exposição que os reformadores faziam da justificação pode ser resumida nos sete pontos abaixo: a) Todo homem enfrenta o tribunal de Deus, devendo responder por si mesmo diante de Deus. A igreja não pode protegê-lo disso; b) Todo homem é pecador por natureza e prática, e não se conforma à lei de Deus, pelo que só pode esperar a ira e rejeição da parte de Deus; c) A justificação é o ato judicial pelo qual Deus perdoa o pecador culpado, aceitando-o como justo e recebendo-o como filho; d) A fonte da justificação é a graça divina, e não o esforço ou iniciativa do homem; e) A base da justificação é a retidão vicária e o derramamento do sangue de Cristo, e não os nossos merecimentos; f) O meio da justificação, no presente, é a fé em Jesus Cristo; g) O fruto da fé, a evidência de sua realidade, é o arrependimento evidente e uma vida de boas obras.

A doutrina da justificação tem sido conhecida pelas igrejas protestantes como o *articulus stantis et cadentis ecclesiae*. Juntamente com a autoridade das Escrituras e a natureza da Ceia de Senhor, esta doutrina foi o centro dos debates na época da Reforma. Abaixo, temos a posição do Concílio de Trento (1545-63) quanto à justificação, e a resposta de João Calvino, em sua obra *"Atos do Concílio de Trento, com Antídoto"* (1547):

A posição do Concílio de Trento	**A refutação de João Calvino**
Comprometidos com pelagianismo: cooperação da vontade, capacitada pela graça.	Seguindo Agostinho, afirma a depravação total do ser humano, enfatizando a graça somente.
Fé (assentimento intelectual) ligada ao amor. Desde que Deus só ama o que é amável, temos que ser mudados moralmente pelo amor para sermos aceitos por Deus.	A fé é assentimento intelectual e confiança, que descansa na justiça de Cristo, o objeto da fé. Ela produz boas obras, como conseqüência da justificação.
A justificação não é somente pela imputação da justiça de Cristo, mas pela infusão dela no crente, especialmente pelos sacramentos, tornando-o justo.	A justificação é por imputação. Os crentes são declarados justos. A santificação é algo distinto da justificação.
A justificação permanece no crente quando ele obtém e mantém certo nível de santificação. Pecados mortais precisam ser confessados e perdoados.	O erro principal de Roma é confundir justificação e santificação. Justificação não é santificação, mas a santificação sempre acompanha a justificação.
O cristão pode cumprir os mandamentos de Deus – pelo menos em teoria!	Ninguém pode guardar perfeitamente quaisquer dos mandamentos de Deus. Todos os nossos melhores esforços estão manchados pelo pecado. A vida cristã é uma guerra constante contra o pecado.
O cristão não pode ter certeza, exceto por revelação especial, de que está presentemente num estado de graça, ou de que é eleito ou de que finalmente perseverará e será salvo.	A certeza da salvação procede da própria fé em Cristo, de Suas promessas no Evangelho, da própria doutrina da perseverança dos santos e da eterna eleição de Deus.

O debate conhecido como "A controvérsia do Senhorio" foi gerado por uma grande ignorância do que significa a justificação pela fé, e por uma "piedosa arrogância" que acha não necessitar do estudo da teologia e sua história. Sua visão de fé "intelectual" mancha o evangelho, barateando-o, e parece comprovar os piores temores do catolicismo romano. A posição reformada destrói o moralismo, que tira nossa liberdade gloriosa de filhos de Deus, e destrói o *antinomismo*, que falha ao reforçar a erosão moral de nossa sociedade.

2.3.6. Aplicação:
a) Lutero disse que a justificação pela fé é "o resumo de toda a doutrina cristã", "o artigo pelo qual a igreja se mantém ou cai" e que "nada neste artigo pode ser abandonado ou transigido, mesmo no céu e na terra, e as coisas temporais devem ser destruídas."
b) Somos salvos do passado e temos o nosso futuro assegurado, pois a justificação consiste no perdão de pecados e no término de nossa sujeição à inimizade e ira com Deus.
c) Somos outorgados à posição de homens justos, com direito a todas as bênçãos que Deus promete aos justos.
d) Somos adotados como filhos e herdeiros de Deus (Rm 8.14; Gl 4.4).Por termos sido justificados, e estamos absolvidos do julgamento vindouro (Rm 8.30, 35ss).

2.4. União com Cristo:
2.4.1. A centralidade da nossa união com Cristo: A salvação é a história da nossa união com Cristo. Nas palavras de John Murray, "a união com Cristo é a verdade central da totalidade da doutrina da salvação". A união do crente com Cristo é o eixo em volta do qual giram os outros aspectos da salvação. O início da salvação é a eleição do crente em Cristo. A consumação da salvação é a glorificação do crente em Cristo. Antes de começar a discussão dos pormenores da doutrina, é importante que guardemos em vista uma distinção importante. A Bíblia trata a obra de Deus em nossa salvação de duas perspectivas distintas, embora às vezes as duas apareçam na mesma passagem bíblica. As duas perspectivas são a do ponto de vista de Deus na eternidade, ou o plano de Deus na eternidade, e a do ponto de vista da humanidade na história, ou a realização e aplicação histórica do plano de Deus no tempo.

A confusão entre as perspectivas eternas e temporais é muitas vezes a fonte de problemas tais como "contradições", "paradoxos" e "tensão" que, ao separar as duas, fica nítida a harmonia na teologia da Bíblia. Assim, nossa união com Cristo é abordada biblicamente a partir da união eterna dos eleitos com Cristo e a realização da união com Cristo do crente no processo de ser salvo.

2.4.2. Nossa união com Cristo na eternidade: Ef 1:3-4. Todas as bênçãos espirituais que nós temos são nossas em Cristo. A união com Cristo é a condição necessária para que participemos dos benefícios da salvação. Também, por estar em Cristo não nos falta nenhuma bênção espiritual. Nossa união com Cristo é desde a eternidade, ou seja "antes da fundação do mundo". Somos eleitos, ou escolhidos pelo Pai, mas esta eleição não é algo abstrato e vazio. Ela é concreta e específica. Ela é em Cristo. Isso quer dizer que desde a eternidade passada, o Pai tem visto todas as pessoas que Lhe pertencem, todos os indivíduos que Ele amou e escolheu, como sendo um em Cristo, unidas com Jesus, o Filho, e herdeiros de tudo que é de Cristo (Ef 1:11).

Sendo uma união eterna, ela não pode ser rompida. Nossa união com Cristo foi estabelecida antes do início do tempo. Ela depende da fidelidade e do amor eterno de Deus. Aqueles que desde a eternidade estão em união com Cristo são dados a Jesus pelo Pai. Nenhum desses podem se perder. Jesus é incapaz de não cumprir a vontade do Pai. "Porque eu desci do céu, não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou. E a vontade do que me enviou é esta: Que eu não perca nenhum de todos aqueles que me deu, mas que eu o

ressuscite no último dia" (João 6:38-39). Paulo não conseguiu pensar em coisa alguma que possa separar de Cristo a pessoa que está em união com Ele (Rm 8:38-39). Certamente quando disse "nem qualquer outra criatura nos poderá separar do amor de Deus" ele quis incluir a própria pessoa salva em Cristo.

A pessoa salva não é capaz de se separar de Cristo porque a união com Cristo é inquebrantável. Mesmo a morte não pode acabar com a união com Cristo. Os mortos dormem em Cristo (1Tes 4:14). Nossa união com Cristo, então, tem uma qualidade objetiva, que nem depende de e nem é resultado de nossa experiência subjetiva.

2.4.3. A união com Cristo realizada: A realização temporal de nossa união com Cristo começa a partir do momento da nossa salvação. Antes da salvação, do ponto de vista temporal, estamos separados de Cristo, alienados dele, sendo objetos da ira e condenação de Deus. Isso não é apenas um estado "acadêmico" ou "hipotético". Neste ponto, não devemos confundir a nossa situação na história com a visão de Deus na eternidade.

No concurso da história, cada elemento da salvação acontece no contexto de nossa união em Cristo. Nossa regeneração está em Cristo. Quem está em Cristo tem uma nova natureza (2 Co 5:17). Para ele a qualidade da vida antiga já passou. A adoção do crente também é em função da união com Cristo. Aqueles que receberam a Cristo receberam o poder de se tornarem filhos de Deus (João 1:12). Aqueles que não está em união com Cristo não são filhos de Deus. A capacidade do crente para dar fruto espiritual depende da sua união com Cristo (João 15:4).

Somos criados em Cristos exatamente pelo propósito de cumprir as boas obras que Deus nos predestinou (Ef 2:10). Nossa comunhão com Deus é resultado de nossa união com Cristo. Temos pleno acesso a Deus por ser em união com Cristo (Ef 3:12). Também, aqueles que está em Cristo não são condenados (Rm 8:1). Eles têm o Espírito Santo (Rm 8:9) e um espírito vivo para Deus (Rm 8:10).

Isto está intimamente ligado com o fato de que somos novas criaturas (2Co 5:17), que têm bênçãos espirituais (Ef 1:1-3), a capacidade de fazer boas obras (Ef 2:10) e nossa ressurreição futura (1Co 15:22). Fazemos parte de Cristo, a videira, e dele recebemos nossa vida (João 15). Cristo também habita em nós (Cl 1:27; Gl 2:20) e está presente conosco (Mt 28:20). Compartilhamos uma variedade de experiências com Cristo: sofrimento (Rm 8:17), crucificação (Gl 2:20), a morte (Cl 2:20), sepultamento (Rm. 6:4), ressurreição (Ef. 2:6, Col 3:1), glorificação e uma herança (Rm 8:17).

2.4.4. A natureza da união com Cristo: a) **Judicial ou legal**: Deus sempre nos vê do ponto de vista da nossa posição em Cristo. Somos um com ele, e por isso a justiça dele pertence a nós também. Por isso, Deus não olha mais para nossos pecados mas Ele olha para a justiça de Cristo. Jesus, ao se unir conosco, levou nossos pecados e a justiça de Cristo foi imputada à nossa conta; b) **União espiritual**: Através do Espírito Santo que habita em nós, Cristo está presente em nós também; c) A união com Cristo quer dizer que **não somos condenados** (Rm 8); d) Nossa união com Cristo é a **base da nossa identidade**. Sabemos quem somos e temos uma base para uma auto-estima verdadeira e adequada.

2.5. Adoção:
2.5.1. A necessidade da adoção: a) Através da justificação somos declarados justos, mas a salvação inclui muito mais. Além de ser perdoados dos pecados, tornamo-nos membros da família de Deus. A justificação não faz automaticamente que sejamos filhos de Deus. A adoção é uma ação adicional do Espírito Santo, pelo qual todos que são justificados entram num relacionamento filial com Deus. b) A adoção é necessária para superar a alienação entre os seres humanos e Deus. Adão e Eva, antes da queda, tinham um relacionamento intimo e pessoal com Deus. Aquele relacionamento foi rompido pelo pecado e eles se tornaram objetos da ira de Deus. Os seres humanos decaídos são, agora, os filhos do Diabo (Jo 8:44). O evangelho significa a restauração de todas as coisas (At 3:21) inclusive a restauração do relacionamento pessoal com Deus. Isso é conseguido através da adoção.

2.5.2. A natureza da adoção: a) A causa da adoção é Deus. Deus é aquele que adota. É uma expressão do amor de Deus (1Jo 3:2). A adoção é fundamentada no decreto de Deus. Deus ordenou que todos os que foram escolhidos em Cristo fossem também adotados como filhos de Deus (Ef 1:5). b) A adoção é um aspecto chave da nova aliança. Ela é promessa de Deus (2Co 6:18). c) A adoção acontece no mesmo momento da regeneração, como parte do processo da salvação embora a adoção também foi feita na eternidade passada quando Deus nos predestinou a sermos os filhos dEle. A adoção que aconteceu desde eternidade não é realizada no tempo até a conversão e regeneração. d) Tanto a adoção como a justificação são atos jurídicos. A adoção não é a concessão de uma nova natureza (que é a regeneração), mas a concessão de uma nova posição diante de Deus. e) A adoção é o início de novas relações. A experiência do crente muda porque ele é reconciliado com Deus.

2.5.3. Os privilégios da adoção: a) Os crentes têm o Espírito Santo como o selo da promessa da redenção. Ele é a aliança da noiva de Cristo (Ef 1:13). b) Sendo filhos de Deus, receberemos um nome novo, do mesmo modo em que um filho adotado ganha o nome do seu novo pai (1Jo 3:1; Ap 2:17). Temos o direito de chamar Deus de "papai" (a b b a). c) Temos acesso direto a Deus como resultado de sermos seus filhos. Isso é o significado do véu do santuário no templo ter sido rasgado de alto a baixo (Mc 15:38). d) Somos membros de uma família maior. Nós temos irmãos e irmãs em Cristo. A adoção faz com que tenhamos novos relacionamentos horizontais (como outros) e verticais (com Deus). e) Os adotados são herdeiros de um novo reino. Basta dizer que todos os crentes são vencedores e herdeiros do reino de Deus porque todos são adotados como os filhos de Deus (1Jo 5:5). Deus é a nossa recompensa e é a recompensa de todos os crentes. f) A adoção quer dizer que somos libertados do pecado. Não obedecemos a Deus por causa do medo de um tirano, mas pelo amor de filhos. Não somos escravos sob a Lei, como se fosse uma obrigação legal (Rm 8:15). Não recebemos a punição de pecadores, mas a disciplina paternal (Hb 12:7). Tal disciplina jamais tem o propósito de nos punir por nossos pecados, porque Jesus já foi punido em nosso lugar. A disciplina é só para nos corrigir e edificar nosso caráter para que nós sejamos cada vez mais parecidos com Cristo. Como filhos de Deus, achamos nossa verdadeira liberdade, não no conceito de autonomia, mas em nossa liberdade do pecado, de Satanás e da lei.

3. A obra de Deus através da vida cristã:
3.1. Santificação:

3.1.1. Teorias da santificação:
a) Pelagianos e liberais: Ao negar os efeitos da queda na natureza do ser humano, Pelágio ensinava que a pessoa pode, através do seu livre-arbítrio e auto-determinação, vencer o pecado e viver uma vida sem pecado. Os socinianos diziam que tudo que é necessário para obedecer aos mandamentos de Deus é o conhecimento suficiente. Jesus é o exemplo disso. Os liberais, seguindo a mesma tradição, acham que a santificação é a transformação do caráter seguindo-se o exemplo de Jesus. Na teologia da libertação, a santificação é transferida do caráter do indivíduo para o caráter da sociedade. Então, a luta para criar uma sociedade justa e para derrotar as estruturas sociais injustas está no centro do processo.

b) Catolicismo Romano: Os católicos ensinam que a justificação inicial é comunicada através do batismo, removendo-se todo pecado, e capacitando o cristão a guardar a lei de Deus e merecer a vida eterna. Eles confundem a justificação com a santificação, porque eles acham que a justificação quer dizer realmente fazer a pessoa justa. Para eles, a justificação não é a declaração legal feita por Deus, mas ela é o processo de tornar alguém justo. No fim, isso quer dizer que a salvação é merecida através de boas obras. Segundo o catolicismo, algumas pessoas, os santos, fazem mais boas obras do que precisam, para serem salvas. Portanto, o que sobra pode ser aplicado na conta de outras pessoas que não têm boas obras suficientes, para que elas possam ser salvas e sair do purgatório mais cedo. O purgatório é um estado intermediário depois da morte, onde a pessoa é purificada de qualquer pecado que ainda tenha, porque o processo da santificação não é completado durante a vida na terra. A resposta ao catolicismo não é tão difícil, quando aceitamos as doutrinas do pecado original e da justificação pela fé. O pecado original, como foi defendido anteriormente, elimina a possibilidade de que o homem chegue a ser santificado por meio da sua força própria. A doutrina da justificação pela fé elimina a interpretação dos católicos da santificação porque eles confundem a santificação com a justificação.

c) Wesleyanismo: Os teólogos da tradição wesleyana ensinam que a santificação é uma segunda obra da graça, que acontece imediatamente quando o crente a recebe pela fé. Essa obra de graça envolve a destruição total da natureza pecaminosa para que o crente seja "limpo do pecado original, ou depravação, e trazido para um estado de devoção plena a Deus e amor, sem egoísmo pelo próximo". A perfeição é definida como amor perfeito e comunhão com Cristo sem rompimento. Aquele que chegou a este estado da santificação não comete nenhum pecado voluntariamente. Essa segunda obra da graça é chamada "a santificação inteira". Alguns wesleyanos a identificam com o batismo do Espírito Santo. O fato de que a santificação é tanto processo quanto uma obra completa não apóia a idéia de que é possível chegar à perfeição total. Por exemplo, os coríntios foram chamados "santos", e também "carnais" na mesma carta. Com divisões e pecado na igreja, era óbvio que eles ainda não haviam chegado a ser perfeitos, mas eram santos mesmo assim. A santificação não implica perfeição.

d) Pentecostalismo: Embora haja variações nas interpretações pentecostais da santificação, o elemento que eles têm em comum é a doutrina do batismo no Espírito Santo como uma experiência que vem depois da salvação, com o sinal de falar em línguas. Essa interpretação é geralmente fundamentada nos eventos em At 2; 8:5-17; 10; 19:1-7. Em cada caso citado, temos um exemplo de pessoas que, supostamente, receberam o batismo do Espírito Santo depois da salvação. Segundo os carismáticos, é através do batismo no Espírito Santo que o

crente começa a receber o poder do Espírito Santo na sua vida. Sem este batismo, o crente pode ser salvo, mas ele não tem união plena com Cristo, e ele também não tem as armas espirituais necessárias para vencer o pecado.

Sobre a noção de que o batismo do Espírito Santo é uma segunda obra da graça, podemos dizer o seguinte: a) Paulo diz que a pessoa que não recebeu o Espírito Santo, não é salva (Rm 8:9). Os filhos de Deus têm o Espírito (Gl 4:6). Para Paulo, estar em Cristo (ser salvo) e ter o Espírito Santo são coisas iguais. b) A promessa do Espírito Santo é vinculada com a nova aliança da salvação. A nova aliança inclui juntamente duas coisas - a salvação do pecado e o dom do Espírito de Deus. Qualquer separação entre as duas é artificial (Jl 2:28). Jesus é aquele que salva e batiza (particípio presente no grego) no Espírito (Jo 1:33). c) Os exemplos de Atos representam circunstâncias especiais. O cumprimento da palavra de Jesus de que os discípulos seriam testemunhas em Jerusalém, Samária e até aos confins da terra foi confirmado de tal maneira para que os judeus aceitassem que Deus estava trabalhando com os não-judeus. Primeiro, os judeus receberam línguas e o batismo em Jerusalém. Mais tarde, os crentes de Samária receberam o Espírito, com o sinal de línguas para provar aos judeus que Deus realmente os salvou (At 8). Depois, Cornélio, o gentio, recebeu o batismo pela mesma razão (At 10). Os "crentes" de Éfeso não foram batizados ainda porque não foram instruídos plenamente no evangelho. Eles só tinham recebido o batismo de João, e não a salvação em Cristo. Paulo começou de novo a ensinar-lhes o evangelho e eles foram salvos, assim manifestando as línguas, significando que os discípulos de João também deveriam receber o Espírito Santo (At 19). Assim, Deus confirmou diante dos discípulos judeus que todos estes grupos estavam sendo incluídos na nova aliança da graça.

3.1.2. Significados bíblicos da santificação:
a) A santificação é uma posição. É o estado de ser separado por Deus, para Deus; de estar no Reino de Deus e ser uma possessão especial de Deus (Hb 2.11; 10.10, 14, 29; 13.12). A santificação é a liberdade do domínio da velha natureza, que é crucificada com Cristo. A santificação, neste sentido, cria as condições para ganhar a vitória sobre o pecado. O crente pode não pecar. Entretanto, isso não implica que o crente vai viver uma vida de perfeição absoluta (Cl 3.5; Rm 8.13). A santificação começa com o nosso novo nascimento, mas ela jamais terá fim nesta vida. Nós não somos perfeitos, nem o seremos, enquanto estivermos neste modo de vida terreno; todavia, buscamos a perfeição; caminhamos em sua direção.[29]

[29] Lutero (1483-1546), em seus sermões sobre o "Pai Nosso", proferidos em 1517, nos chama a atenção para o fato de que, quando oramos a Deus pedindo que "Faça a Sua vontade", estamos afirmando que desobedecemos a Deus, confessando "contra nós próprios" que não cumprimos a Sua vontade. Acrescenta: "... Uma vez que temos de fazer esta oração até a morte, segue-se que até à hora da nossa morte seremos também acusados de sermos os que desobedeceram a vontade de Deus. Quem, pois, pode ser orgulhoso ou subsistir à sua própria oração, quando nela descobre que, se Deus o quisesse tratar com justiça, o poderia fazer, a toda a hora e com toda a equidade condenando-o e reprovando-o como desobediente, desobediência que ele confessa com a sua boca e de que está convencido?" Portanto, conclui Lutero, esta petição deve nos conduzir à humildade, reconhecendo a iniqüidade de nossa "vontade própria", e a procurar sinceramente na graça de Deus a remissão de toda a nossa desobediência. [Martinho Lutero, *Explicação do Pai Nosso*, Lisboa, Edições 70 (1996), p. 46 e seguintes].

b) A santificação é um processo através do qual o crente cresce cada vez mais santo, puro e justo na vida cotidiana.[30] Neste sentido, a santificação quer dizer ser maduro na fé. É a expressão do fruto do Espírito Santo (1Pe 2.2; 2Pe 3.18; Ef 4.14-15, 23; Rm 12.2; 2Co 3.18; Cl 3.10). A definição de Berkhof é muito útil. Santificação é: "a graciosa e contínua operação do Espírito Santo pela qual Ele liberta o pecador justificado da corrupção do pecado, renova toda a sua natureza à imagem de Deus, e o capacita a praticar boas obras". John Murray ilustra bem este ponto: "Há uma total diferença entre o pecado sobrevivente e o pecado reinante, o regenerado em conflito com o pecado e o não-regenerado tolerante para com o pecado. Uma coisa é o pecado viver em nós; outra bem diferente é vivermos em pecado. Uma coisa é o inimigo ocupar a capital; outra bem diferente é suas milícias derrotadas molestarem os soldados do reino". [31]

3.1.3. O Autor da Santificação:
Vimos que a santificação é uma vocação imperativa e incondicional dos crentes. Aqueles a quem Deus elegeu na eternidade, chamou no tempo para Si a fim de viverem de modo santo. As Escrituras Sagradas nos ensinam que o Deus que nos chama à santidade está comprometido com a nossa santificação. A Santíssima Trindade opera eficazmente em nós para que sejamos santos. Por isso, fundamentados na Palavra de Deus, podemos dizer que *o Deus Trino é o Autor de nossa santificação.* Creio também, que deve estar claro, que todos nós somos responsáveis por nossa santificação, no sentido de usarmos os meios concedidos por Deus para este fim. No entanto, agora a nossa ênfase, é na ação primeira de Deus. Apesar de sabermos que não podemos separar a obra da Trindade de forma arbitrária, para uma visão melhor do assunto mostraremos biblicamente como as três pessoas da Trindade agem de forma eficaz em prol de nossa santificação.

O Pai: Jesus orou ao Pai para que santificasse os seus discípulos: "Santifica-os na verdade" (Jo 17.17). Do mesmo modo orou Paulo: "O mesmo Deus da paz vos santifique em tudo" (1Ts 5.23). Ambas as orações, além de confiança, ressaltam o fato de que o Deus Pai é poderoso para nos santificar, o que de fato Ele faz. O Pai que nos escolheu em Cristo, nos disciplina (Hb 12.5-11), propicia todos os meios para que cresçamos em nossa fé, desenvolvendo a nossa salvação (Fp 2.13; Hb 13.20-21).

O Filho: O Filho além de orar ao Pai para que nos santificasse, Ele mesmo se ofereceu por nós para que a nossa santidade fosse real. Sem a obra do Filho, a Sua oração em nosso favor não teria eficácia. Nós somos santos e santificados em Cristo Jesus. Por isso, Paulo, escrevendo à Igreja de Corinto, pôde dizer: "À Igreja de Deus que está em Corinto, aos santificados em Cristo Jesus" (1Co 1.2). Em outro lugar, Paulo, inspirado por Deus, declara: "Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra" (Ef 5.25-26; Tt 2.14). A santificação é algo tão vital para a Igreja que Cristo se entregou por nós, a fim de que sejamos santos; Ele não se limitou a exigir isto de nós; Cristo se entregou para que este propósito fosse possível. Entre a realidade terrível de nosso pecado e um alvo, que poderia

[30] cf. João Calvino, *Exposição de Romanos*, (13.14), p. 462: "Quanto trazemos ainda conosco de nossa carne é algo que não podemos ignorar, pois ainda que a nossa habitação está no céu, todavia somos ainda peregrinos na terra".
[31] John Murray, *Redenção: Consumada e Aplicada*, p. 162.

ser etéreo, Cristo se entrega por nós para que a nossa realidade seja transformada, cumprindo assim, o Seu propósito de santificação em nós. Jesus Cristo tornou-se também, para nós, o exemplo perfeito de santificação, o qual devemos perseguir (Hb 12.2; 1Pe 2.21; 1Jo 2.6).

O Espírito Santo: A Bíblia atribui mais especificamente a nossa santificação ao Espírito Santo. Ele nos regenera e renova (Jo 3.3,5; Tt 3.5), guiando-nos a fazer a vontade de Deus (Rm 8.14). Ele habita em nós, testificando que somos filhos do Deus Santo (Rm 8.16), capacitando-nos a desejar agradar a Deus através da nossa obediência. Paulo, falando aos coríntios, faz um rol de pecados que caracterizavam a vida de alguns daqueles irmãos antes de se converterem a Cristo; depois conclui: "Tais fostes alguns de vós; mas vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes justificados, em o nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus" (1Co 6.11). Nesta operação, o Espírito tem como objetivo nos tornar santos conforme Ele o é, visto ser Ele "o Espírito de Santidade" (Rm 1.4); o Espírito Santo. "O Espírito Santo é o espírito da santidade e produz santidade dentro de nós".[32]

Aqui temos a oportunidade de ver a relação entre a obra do Filho e a do Espírito. Somos santificados no nome de Cristo, pela operação do Espírito. O Espírito aplica nos eleitos de Deus os méritos redentores de Cristo.

3.1.3. Santificação e Justificação (semelhanças e diferenças): Sempre precisaremos relembrar que a justificação e a santificação são duas coisas distintas, havendo, contudo, pontos em que elas concordam e outros em que discordam. Procuremos, pois, descobrir quais são esses pontos.

a) Semelhanças:
1) Procedem originalmente da graça gratuita de Deus: É somente por motivo de Seu dom que os crentes chegam a ser justificados e santificados.
2) Fazem parte da grandiosa obra de salvação que Jesus Cristo, dentro do pacto da graça, resolveu realizar em favor do Seu povo: Cristo é a fonte da vida, de onde flui tanto o perdão dos pecados quanto a santificação. A raiz de cada uma dessas coisas é Jesus Cristo.
3) Podem ser encontradas nas mesmas pessoas: Aqueles que são justificados, também são sempre santificados; aqueles que são santificados sempre foram justificados. Deus uniu essas duas realidades espirituais, e elas não podem ser separadas uma da outra.
4) Começam ao mesmo tempo: No momento em que uma pessoa começa a ser um crente justificado, também começa a ser um crente santificado. Talvez ela não sinta isso, mas é um fato.
5) São igualmente necessárias à salvação: Ninguém jamais chegou ao céu sem um coração renovado acompanhado pelo perdão, sem a graça do Espírito Santo, acompanhada pelo sangue de Cristo, sem estar devidamente preparado para a glória eterna e ao mesmo tempo ser possuidor do título que lhe dá direito a ela.

b) Diferenças:

[32] Wayne A. Grudem, *Teologia Sistemática*, p. 629.

JUSTIFICAÇÃO	SANTIFICAÇÃO
É a declaração de Deus que um homem é justo, com base nos méritos de um outro homem, a saber, o Senhor Jesus Cristo.	É o desenvolvimento progressivo da *justiça* no interior do homem, mesmo que ocorra muito lentamente.
A retidão que recebemos mediante a nossa justificação, não é nossa própria, mas é a perfeita eterna retidão do nosso grande Mediador, Jesus Cristo, atribuída a nós e tornada nossa somente através da fé.	A retidão que temos, por meio da santificação, é a nossa própria retidão, insuflada, inerente, em nós operada pelo Espírito Santo, embora misturada com grande debilidade e imperfeição.
As nossas próprias obras não desempenham qualquer papel, e a simples confiança em Cristo é a única coisa que se faz mister.	As nossas próprias obras revestem-se de vasta importância; Deus ordena que lutemos, vigiemos, creiamos, nos esforcemos e labutemos.
É uma obra terminada e completa, e um crente está perfeitamente justificado a partir do instante em que crê.	É uma obra imperfeita, comparativamente falando; jamais será aperfeiçoada enquanto não chegarmos ao céu.
Não admite qualquer desenvolvimento ou aumento; um homem está tão justificado na hora em que vem a Cristo, mediante a fé, como o será por toda a eternidade.	Tem natureza eminentemente progressiva, admitindo um crescimento e uma ampliação contínuos, enquanto o crente estiver vivo.
Tem uma referência especial à nossa pessoa, à nossa posição diante de Deus, à nossa libertação da culpa.	Está especialmente relacionada à nossa natureza e à renovação moral dos nossos corações.
Confere-nos o direito de ir para o céu, bem como a ousadia de ali ingressar.	Torna-nos adequados para habitar no céu, capacitando-nos a usufruir dele quando ali estivermos habitando.
É um ato de Deus a nosso respeito, não podendo ser facilmente percebido por outras pessoas.	É uma obra de Deus dentro de nós, não podendo ser ocultada em suas manifestações externas aos olhos dos homens.

c) Considerações:

1) Sem a santificação ninguém verá o Senhor; não há salvação sem a santificação (Hb 12.14). Quanta religiosidade existe que para nada serve! Quão imensa é a proporção de freqüentadores de igrejas que se encontram na larga estrada que conduz à perdição! Quem dera que pregadores e mestres abrissem os olhos e percebessem a condição das almas ao seu redor! Se almas não-santificadas podem realmente ser salvas e ir para o céu, então, a Bíblia não diz a verdade. Não obstante, a Bíblia é veraz e não pode mentir! Joseph Alleine: "O hipócrita deseja a santidade somente como uma ponte para o céu".

2) Vivemos em santificação? Quais são os nossos gostos, as nossas escolhas, as nossas preferências e as nossas inclinações? Essa é a grande pergunta sondadora. Pouco importa o que desejamos, o que esperamos e o que planejamos ser antes de morrer. A questão importante é: O que somos agora? O que estamos fazendo hoje? Estamos vivendo de maneira santa ou não? Certifiquemo-nos acerca da nossa própria condição, jamais descansando enquanto não tivermos a certeza de que estamos vivendo em santificação. João Calvino: "A coisa mais importante é esta: somos consagrados e dedicados a Deus a fim de que doravante não pensemos, falemos, meditemos nem façamos nada exceto para Sua glória".

3) Se queremos ser santificados, o nosso caminho é claro e simples: Cristo. Precisamos nos aproximar dEle como pecadores, sem qualquer outra justificativa senão a nossa total necessidade; precisamos nos entregar em Suas mãos, como que nas mãos de um bom médico, clamando a Ele por misericórdia e graça.

4) Se quisermos crescer na santificação, teremos de prosseguir continuamente, fazendo sempre novos apelos aos recursos de Cristo, a Cabeça, de onde cada membro deve ser suprido (Ef 4.15-16). O grande segredo do progresso na santificação é viver a vida da fé, diariamente, na dependência do Filho de Deus, valendo-se, continuamente da Sua plenitude, graça e força prometidas, que Ele providenciou para o Seu povo. Os crentes que parecem haver parado nessa escalada, geralmente negligenciam a comunhão íntima com Jesus, e assim entristecem o Espírito Santo. Aquele que orou "santifica-os", na noite anterior à Sua crucificação, está infinitamente disposto a ajudar a todos quantos, mediante a fé, apelam a Ele em busca de ajuda, desejando tornar-se mais santo. William Gurnall: "Não afirme possuir sangue real nas veias, a não ser que possa dar provas de sua descendência, ousando ser santo".
5) Não devemos esperar muito dos nossos corações, aqui neste mundo. Em nossos melhores momentos, encontraremos em nós mesmos razões diárias para nos humilharmos, descobrindo que somos necessitados devedores à misericórdia e à graça divinas a cada instante. Quanto mais luz tivermos, tanto mais seremos capazes de perceber as nossas próprias imperfeições. Éramos pecadores quando iniciamos a carreira cristã, e pecadores seremos enquanto estivermos prosseguindo no caminho. Somos renovados, perdoados e justificados, e, no entanto, pecadores até o último instante. A nossa perfeição absoluta chegará um dia, e a expectação pela mesma é uma das razões pelas quais anelamos chegar ao céu.[33]
6) Enquanto que alguns se satisfazem com um padrão miseravelmente baixo de realização, e outros não se envergonham por viverem sem qualquer santidade - contentes com o mero círculo vicioso de freqüentar a igreja, mas nunca avançando, como um cavalo atrelado à roda de um moinho – nós devemos prosseguir firmemente nas veredas antigas, seguindo pessoalmente a santificação, e recomendando-a com coragem aos nossos irmãos.

3.2. Perseverança dos Santos: Perseverança de Deus!

Os eleitos não são apenas redimidos por Cristo e regenerados pelo Espírito; eles são mantidos na fé pelo infinito poder de Deus. Todos os que são unidos espiritualmente a Cristo, através da regeneração, estão eternamente seguros nEle. Nada os pode separar do eterno e imutável amor de Deus. Foram predestinados para a glória eterna e estão, portanto, assegurados para o céu. A doutrina da perseverança dos santos não mantém que todos que professam a fé cristã estão garantidos para o céu. São os santos – os que são separados pelo Espírito – os que perseveram até o fim. São os crentes – aqueles que recebem a verdadeira e viva fé em Cristo – os que estão seguros e salvos nele. Muitos que professam a fé cristã caem, mas eles não caem da graça, pois nunca estiveram na graça. Os crentes verdadeiros caem em tentações e cometem graves pecados, às vezes, mas esses pecados não os levam a perder a salvação ou a separá-los de Cristo.

A *Confissão de Fé de Westminster* diz o seguinte a respeito dessa doutrina: "Os que Deus aceitou em seu Bem-amado, os que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito,

[33] Na *Imitação de Cristo*, Thomas à Kempis pergunta: "Que posso eu fazer em expiação dos meus pecados, senão confessá-los humildemente e chorá-los, implorando incessantemente vossa misericórdia? (...) Detesto sumamente todos os meus pecados, e proponho nunca mais cometê-los; arrependo-me deles e me hei de arrepender enquanto viver..." (T. Kempis, *Imitação de Cristo*, 9ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 1945, IV.9.3. p. 242-243).

não podem decair no estado da graça, nem total, nem finalmente; mas, com toda a certeza hão de perseverar nesse estado até o fim e serão eternamente salvos" (XVII, 1). Por ser dádiva de Deus, a salvação nunca pode ser perdida. Os santos de Deus certamente perseverarão até o fim, porque Deus lhes prometeu que nenhum deles poderá ser arrebatado de suas mãos. Perseveraremos porque Ele quer que perseveremos! (a) A perseverança depende de Deus (Jd 24; Ex 11.19-20; 36.27; Dt 30.6); (b) A perseverança não depende do eleito (1Pd 1.5; 2Tm 1.12; 2Tm 4.18); (c) Deus quer que todos os santos perseverem (Sl 37.28; 1Ts 5.14; Fl 1.6); (d) Portanto, a salvação não pode ser perdida (Jo 6.39; 10.27-29; Rm 8.37-39).

L. Boettner certamente está correto em afirmar que "essa doutrina não se manifesta isoladamente, mas é uma parte necessária do sistema calvinista de teologia. As doutrinas da Eleição e da Graça Eficaz implicam logicamente na salvação certa daqueles que recebem essas bênçãos. Se Deus escolheu homens de modo absoluto e incondicional para a vida eterna, e se o Seu Espírito efetivamente aplica-lhes os benefícios da redenção, a conclusão inevitável é que essas pessoas serão salvas" (*op. cit*., p.182).

4. A obra de Deus no Fim:

4.1. Glorificação

A glorificação é a transformação final do nosso ser completo, o fim do processo de salvação e a preparação necessária para a vida celestial. Receberemos um corpo adequado para aquela vida (1Co 15.52), e seremos transformados para nos tornarmos semelhantes a Cristo (1Jo 3.2). Isso é o propósito de Deus no início do processo de salvação (Rm 8.29), e Deus vai cumprir seu propósito no caso de todos os salvos. Todos os predestinados, chamados e justificados serão também glorificados (Rm 8.30), que é um argumento para a perseverança dos santos.

Santo Agostinho

COMENTÁRIO AO EVANGELHO DE SÃO JOÃO
(P.L. 3, 1851-1853)

"*Não vós me escolhesses, eu vos escolhi*" [Jo 15.16]. Eis a inefável graça! Que éramos nós quando não tínhamos ainda escolhido a Cristo, e por isso não o amávamos? Como poderia amá-lo aquele que não o escolheu? Acaso já ocorria conosco o que se canta no Salmo: "escolhi, antes, ser humilde na casa do Senhor do que habitar nas moradas dos pecadores" [Sl 83.11]? Não, decerto. Que éramos, senão iníquos e perdidos? Nem sequer tínhamos acreditado nele, para sermos por ele escolhidos. Se nós escolhemos já acreditando nele, eram escolhidos os que escolhia. Ele disse, porém: "não fostes vós que me escolhesses". Porque foi "a sua misericórdia que se antecipou a nós" [Sl 58.11].

Por aí se vê quanto é destituída de razão a maneira de raciocinar dos que defendem a presciência de Deus contra a graça de Deus. Dizem que fomos escolhidos "antes da constituição do mundo" [Ef 1.4], porque Deus previu que havíamos de ser bons, e não que ele mesmo nos haveria de fazer bens. Ora, não é isto e que diz ele, quando diz: "Não fostes vós que me escolhesses". Se nos tivesse escolhido porque previra que havíamos de ser bons, teria igualmente previsto que nós primeiramente o havíamos de escolher. Não podíamos ser bons de outro modo. a não ser que se chamasse bom quem não escolheu o bem.

Que escolheu ele nos que não são bons? Não foram escolhidos por terem sido bons. Nunca seriam bons se não tivessem sido escolhidos. Se sustentarmos que já havia méritos, a graça já não seria graça.

A escolha é obra da graça, como diz o Apóstolo: "no tempo presente subsiste um resto, por causa da escolha da graça" [Rm 11.5]. E acrescenta: "se isto foi pela graça, não foi pelas obras; de outra sorte, a graça já não seria graça".

Ouve-me, ó ingrato, ouve-me! "Não fostes vós que me escolhestes, mas eu que vos escolhi". Não tens razão para dizer: fui escolhido porque já acreditava. Se acreditavas nele, já o tinhas escolhido. Mas ouve: "Não fostes vós que me escolhesses". Não tens razão para dizer: antes de acreditar, já realizava boas ações, e por isso fui escolhido. Se o Apóstolo diz: "o que não procede da fé é pecado" [Rm 14.23], que obras boas podem existir anteriores à fé? Ao ouvir dizer: "Não fostes vós que me escolhesses", que devemos pensar? Que éramos maus e fomos escolhidos para nos tornarmos bons pela graça de quem nos escolheu. A graça não teria razão de ser se os méritos a precedessem. Mas a graça é graça. Não encontrou méritos, foi a causa dos méritos. Vede, caríssimos, como o Senhor não escolhe os bons mas escolhe para fazer bons.

"*Eu vos escolhi e vos constituí para que vades e produzais frutos, e o vosso fruto permaneça*" [Jo 15.16].

Referira-se a esse fruto quando dissera: "sem mim nada podeis fazer". Escolheu, pois, e constituiu-nos para irmos e produzir os fruto. Não tínhamos qualquer fruto que fosse a razão de ser de nossa eleição. "Para que vades e produzais fruto'. Vamos para produzir. Ele é o caminho por onde vamos, e onde nos colocou para que vamos. Em tudo se antecipou a nós a sua misericórdia. "*E para que vosso fruto permaneça, a fim de que tudo o que pedirdes ao Pai em meu nome, ele vo-lo conceda*" [Jo 15.16].

Permaneça, pois, o amor. Ele mesmo será a nosso fruto. O amor agora existe em desejo e não em plena abundância, mas pelo próprio desejo que alimentarmos em nós, tudo o que pedirmos em nome do Filho unigênito no-lo concederá o Pai. Não vamos julgar que pedimos em nome do Salvador. Só podermos pedir em nome do Salvador o que convém à nossa salvação.

.....

Constituiu-nos em situação de produzirmos fruto, isto é, de nos amarmos mutuamente. Nunca poderíamos produzir este fruto sem a sua cooperação, assim como os ramos nada podem produzir sem a videira. A caridade, portanto, tal como a definiu o Apóstolo: "nascida de um coração puro, da boa consciência e da fé não fingida" [1Tm 1.5] é o nosso fruto. É como ela que nos amamos uns aos outros e que amamos a Deus.

Nunca poderíamos amar-nos mutuamente com verdadeiro amor se não amássemos a Deus. Ama o próximo como a si mesmo aquele que ama a Deus. Se não ama a Deus não se ama a si mesmo.

"Nestes dois mandamentos se compendiam toda a Lei e os Profetas" [Mt 22.40]. É este nosso fruto, e o Senhor nos deu um preceito quanto a este fruto ao dizer-nos: "o que vos mando é isto: que vos amais uns aos outros" [Jo 15.17].

Quando o apóstolo Paulo queria recomendar os frutos do Espírito em oposição às obras da carne colocou em primeiro lugar, à maneira de cabeça, este: "o fruto do Espírito é a caridade". Só depois enumerou os demais, nascidos e intimamente ligados à cabeça: "a alegria, a paz, a longanimidade, a benignidade, a bondade, a fé, a mansidão e a continência".

Como pode alegrar-se convenientemente quem não ama o bem de onde procede a alegria? Como se pode ter verdadeira paz, senão com aquele a quem, verdadeiramente se ama? Como se pode perseverar no bem com longanimidade se não se ama com intensidade? Quem pode ser benigno se não ama aquela a quem corre? Quem pode ser bom se não se torna bem pela prática do amor? Quem pode ter uma fé efetiva se a caridade não faz que a mesma se acompanhe de obras? Quem pode ser utilmente manso, se o amor não moderar a ira? Quem pode conter-se e não praticar a torpeza se a caridade não o levar a amar a honestidade?

Razão tinha o bem Mestre para encarecer tanto a caridade como se fosse o seu único mandamento. Sem a caridade os outros bens não são proveitosos. Mas a caridade, por sua vez, não pode existir sem os outros bens, pelos quais o homem se torna bom.

8 – A doutrina das últimas coisas

Quando tu, Senhor, te aproximares da terra em glória, e o mundo te aguardar, a tremer, quando a corrente diante do trono do Juiz irromper em onda de fogo, quando o livro do destino se abrir e se tornar patente o que a noite ocultara, então salva-me da chama eterna! Juiz sem mácula, dá que, junto com os salvos, possa me achar à tua mão direita.

Oração litúrgica do 6º. século

Senhor, tu o farás. Expulsarás toda a noite e toda a escuridão, serás o vencedor final, e todo o mundo será teu. Quando o grande dia de luz irromper: que alegria será!

Johann Christoph Blumhardt, 1805-1880

A Morte e Eternidade

A escatologia trata das questões do fim, ou o propósito da vida, e as finalidades do plano de Deus. A questão do futuro da raça humana, da criação, e de cada pessoa é o seu tema. A escatologia tem um lugar importante na construção de uma teleologia cristã. Vários assuntos, tais como a ressurreição, vida depois da morte, céu e inferno, e a volta de Cristo fazem parte desta área de estudo. Podemos definir a escatologia como o estudo das últimas coisas. O estudo da escatologia é dividido em duas partes. Primeiro, é o estudo da escatologia individual ou pessoal, ou seja, o destino eterno dos seres humanos e dos anjos. Isso inclui a morte, o estado intermediário, a ressurreição, o juízo final e inferno e céu. Segundo, é a escatologia geral ou cósmica, que inclui a volta de Cristo, o milênio, e a nova terra e o novo céu. Começaremos com a escatologia individual.

1. Teorias da vida depois da morte

1.1. Imortalidade da alma: A visão da alma como sendo inerentemente imortal é comum nas religiões e também é um aspecto da filosofia grega antiga. Este conceito é diferente da idéia cristã porque afirma que a alma continuará para sempre sem o corpo físico. No espiritismo e em algumas das religiões tradicionais, a evolução espiritual da pessoa continuará depois da morte, quando a alma estará liberta do corpo. As religiões e tradições que buscam comunicar-se com os mortos têm essa idéia. O platonismo e neoplatonismo desenvolveram a idéia da imortalidade da alma na filosofia grega. Platão aceitou a doutrina da reencarnação. Para os gnósticos e neoplatônicos, o corpo físico era um obstáculo a este crescimento, e eles ficavam escandalizados com a noção da ressurreição. A matéria, sendo má, precisava ser evitada. Por isso, um corpo de matéria era considerado uma coisa má também. Alguns teólogos modernos concordam com a idéia da eternidade inerente da alma, e que a alma vai continuar para sempre sem o corpo físico.

1.2. Sono da Alma e aniquilamento: Algumas seitas (os Adventistas do Sétimo Dia, as Testemunhas de Jeová) ensinam que o ser humano não tem uma alma que possa sobreviver fora do corpo físico. Essa noção geralmente tem duas conseqüências. A primeira é a negação de que há um estado intermediário, ou seja, uma existência consciente entre a morte e a ressurreição. Eles acreditam que a pessoa não existe. As palavras do apóstolo Paulo que dizem que os mortos estão dormindo quer dizer que eles não estão conscientes. A segunda conseqüência é a doutrina do aniquilamento das almas dos ímpios. Depois do juízo final, os ímpios serão jogados no inferno e consumidos pelas chamas. Eles não existirão mais. A punição eterna é interpretada como um aniquilamento irrevogável.

1.3. Purgatório: O Catolicismo Romano ensina que depois da morte, os cristãos que ainda têm pecado venial irão para o purgatório. Lá, eles estarão limpos do pecado venial antes de entrar no céu. A doutrina do purgatório faz parte da soteriologia dos católicos, que é fundamentada na idéia de salvação pelas boas obras. A cruz de Cristo só apaga o pecado original. O que acontece depois depende do desempenho da pessoa. Se não tiver boas obras suficientes para cancelar os pecados e chegar ao céu, o cristão vai ter que sofrer no purgatório e pagar o preço destes pecados. Dois problemas sérios surgem desta doutrina. O primeiro é o fato de que a doutrina depende da doutrina da salvação pelas obras. Ela é uma forte negação da salvação pela graça, e também uma negação da suficiência da morte de Cristo para perdoar todos os nossos pecados. A doutrina do purgatório foi firmada no Concílio de Trento, contra os reformadores.

1.4. Reencarnação: Reencarnação talvez seja a alternativa mais popular à idéia cristã. Variações existem sobre a noção de reencarnação, mas a idéia basicamente é que existe uma continuidade entre várias vidas na forma de uma essência comum, a alma. A alma ou o espírito da pessoa é encarnada repetidamente num processo de subir a Corrente do Ser. O conceito popular é que a alma da mesma pessoa continua e apenas esquece as vidas prévias. Alguns hindus e budistas acreditam que a essência que é reencarnada é uma essência impessoal, que quer dizer que a pessoa em si, realmente não existe mais. O juízo final é negado, mas pela a lei do karma, as vidas futuras são determinadas. A pessoa tem que ser punida pelos pecados cometidos durante a sua vida atual na próxima vida. O estado (social e físico) no qual a pessoa nascerá no futuro é determinado assim.

2. A Morte

2.1. A origem da morte: Alguns crêem que o homem foi criado mortal, que Adão teria morrido eventualmente, mesmo sem pecado. Mas a Bíblia liga a morte com o pecado (Gn 2.16-17; Rm 5.12; 6.23). É possível que mesmo a morte dos animais é parte do resultado da queda (Rm 8.20-21). Segundo John Hammett, "não podemos dizer com certeza que Adão era imortal antes da queda. Acho que não era; antes, a natureza humana ainda era flexível, aberta a mudanças. Poderia ficar imortal ou mortal. Realmente, é uma pergunta especulativa. A importância deste ensino é que a morte não é uma coisa natural para o homem."

Por isso, sentimos que a morte é estranha; reclamamos contra a morte. Sentimos que não deve ser assim. A morte é um inimigo que invadiu a boa criação de Deus (I Co 15.26 e Jesus em João 11.33 e 38: ele não somente chorou ao sepulcro de Lázaro; ele estava com raiva, indignação).

2.2. A universalidade e unicidade da morte: As Escrituras afirmam que todos morrem (Rm 5.12), e que uma pessoa só morre uma vez (Hb 9.27). A primeira nos lembra que os avanços na medicina não mudarão nada. Qual a percentagem do povo morre? Todos! Pastores e cristãos não devem ficar envergonhados ou intimidados pelos médicos. Eles podem nos ajudar, claro; mas nossa ajuda maior e nossa esperança real está no Senhor, que tem as chaves da morte (Ap 1.18).

2.3. As formas da morte: Podemos enumerar três formas, quase três estágios da morte.

a) A primeira e a mais importante morte é a morte espiritual. É a primeira, porque aconteceu primeiro na história e em cada vida individual. Em Gn 2.17, Deus disse que "no dia em que dele comeres, certamente morrerás." Alguns pensam que o significado é a certeza do significado, e não necessariamente a proximidade. Adão ficou mortal quando ele comeu, mas morreu muitos anos depois. Acho que Adão ficou mortal quando comeu, mas creio também que ele morreu espiritualmente naquele mesmo dia, naquele momento. O pecado fez separação entre Deus e Adão, e esta separação é a essência da morte espiritual.

b) A segunda forma é a morte física. Como a morte espiritual é separação de Deus, a morte física é separação do corpo do espírito, ou a parte material da parte imaterial. A visão hebraica é que uma pessoa é a união de duas partes. Não devem ser separadas. Mas na morte, a Bíblia diz que "o pó volte para a terra como o era, e o espírito volte a Deus que o deu" (Ecl 12.7). A morte física é esta separação, esta dissolução das coisas que devem ficar juntos, inseparáveis, que também indica que a morte não foi a vontade original de Deus para o homem, mas o resultado do pecado.

c) A morte eterna, ou a segunda morte (Ap 2.11; 20.14), em que o estado do homem é fixado para sempre. Então, podemos dizer que para a morte espiritual, a cura é a regeneração, para a morte física, a cura é a ressurreição do corpo; mas para a morte eterna, não há cura.

2.4. <u>As questões éticas sobre a morte</u>:
2.4.1. Como definir a morte? Antigamente, o critério médico para a morte era o coração. Quando o coração para, cessa de bater, a pessoa estava morta. Mas com a invenção das máquinas para sustentar o coração, mesmo reviver um coração parado, um novo critério foi estabelecido: o cérebro. Falamos hoje sobre a morte cerebral, quando o cérebro cessa de funcionar, não responde a Deus ou a outras pessoas. Mas o problema é o seguinte: e o caso de o coração permanecer sustentado por uma máquina, e o cérebro morrer? Podemos, ou melhor, devemos desligar os equipamentos que mantém tal pessoa?

A maioria dos cristãos escrevendo sobre este assunto hoje dizem que "sim, devemos"! O raciocínio é: a pessoa já está morta. Quando uma pessoa não pode responder a Deus, a outras pessoas, não pode ter comunhão com outros, não pode agir, pensar, sentir, não pode exercer a vontade, podemos concluir que a separação do corpo e espírito já aconteceu, a vida já acabou. Então, o coração batendo não significa a vida. Desligar a máquina não é matar; é deixar o processo da morte terminar, chegar ao fim.

A base teológica é a distinção entre matar, que é errado, e deixar a morte acontecer, que, segundo muitos, não seria errado. A morte não é natural, mas não é inevitável. Desligar as máquinas não é matar, porque quando uma pessoa tem morte cerebral, ela está verdadeiramente (e teologicamente!) morta. Não somos obrigados a esperar e orar por um milagre; podemos, mas não é a vontade de Deus que vivamos aqui para sempre. Temos que morrer, e quando o cérebro parar, podemos concluir que a morte chegou.

2.4.2. Mas, recentemente, um segundo problema surgiu: a eutanásia, uma palavra que significa, literalmente, "uma boa morte" (das palavras gregas eu e tanatos). Alguns pensam que no caso das pessoas com câncer terminal, ou doenças similares, devemos

permitir o suicídio para evitar o sofrimento e o processo lento e duro da morte, O que podemos dizer teologicamente?

O que é proibido nas Escrituras é o assassinato, e neste sentido, suicídio é uma forma de assassinato. Assassinato é tirar uma vida que realmente é vida (capaz de agir, pensar, comunicar, ter comunhão, não somente um coração batendo), sem razão adequada (como a necessidade de proteger outras pessoas). Então, suicídio não é o pecado imperdoável, mas é um pecado, uma violação do mandamento contra o assassinato.

Com as pessoas sofrendo, podemos e devemos ajuda-las. Podemos dar remédios para aliviar a dor; podemos aconselhar que não é necessário tomar mais e mais tratamentos que realmente não tem esperança; não tem que se submeter à cirurgias que não podem curar; podemos amá-las e ajuda-las a viver até o fim e depois deixar o processo da morte acontecer. Mas não podemos ajudar trilhando o caminho do suicídio. Acima de tudo, podemos compartilhar de Jesus, o caminho para a vida eterna. Isso não é manipulação; é ajuda verdadeira, porque a única boa morte é uma morte nas mãos de Jesus.

2.4.3. Implicações práticas: Há duas aplicações importantes para os pastores e líderes cristãos.
a. No seu ministério como os que perderam um amado. A Bíblia diz que não devemos nos entristecer como os outros que não tem esperança (1Ts 4.13), mas não diz que não devemos ou não podemos nos entristecer. A diferença é que temos esperança no meio da nossa tristeza. Depois de uma morte, os amigos, a família, precisam chorar, se entristecer. Devemos ajudar neste processo; falar com gentileza sobre as suas lembranças, das coisas boas que viveram, sobre tempos especiais. Vai causar lágrimas, mas isto não é ruim, não é errado. Deixe-os se entristecerem, mas, no tempo certo, fale também sobre a nossa esperança firme e forte. Em 1961, a esposa do grande pensador cristão C.S. Lewis (1898-1963) morreu de câncer. Deus, que fora tão íntimo e sustentador, agora parecia tê-lo abandonado. Lewis estava frustrado e zangado. Chamou Deus de “sádico cósmico” e duvidou de tudo em que já tinha crido sobre Deus. Então, em certa manhã, Lewis acordou e constatou que toda a tristeza e dúvida passaram. No meio de sua dor e confusão, ele aprendeu uma lição: “Você não pode ver direito se seus olhos estão marejados de lágrimas”.

b. Segundo, enfrente sua própria mortalidade. Quantos anos você gostaria de completar antes da sua morte? O que você preferiria como a causa de sua morte? O que você quer realizar antes da sua morte? Você deve faze-lo agora! Por isso, a vida aqui tem urgência e significado. Faça como sua a ambição de “glorificar a Deus e goza-Lo para sempre”, de viver sempre preparado. Nosso desejo deve ser vivermos de tal maneira que possamos dizer de verdade as palavras de 2Tm 4.7-8: “Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé. Desde agora, a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, justo juiz, me dará naquele dia, e não somente a mim, mas também a todos os que amarem a sua vinda.”

3. O estado intermediário:
A respeito da questão do estado intermediário, a Bíblia afirma que as pessoas não dormem, mas estão conscientes e vivas ainda. A história do rico e Lázaro é um exemplo bom, mas há outros versículos também. 2Co 5:1-8 mostra a alma, sem o corpo físico, esperando no céu

pela ressurreição. Mas ela está esperando num estado consciente, na presença do Senhor. Em 1Ts 4:14 a palavra "dormir" é usada de maneira figurada para falar dos mortos. Não obstante, Jesus os trará consigo quando ele vier. Isso quer dizer que, agora, eles estão no céu com Ele, conforme Fl 1:23, que diz ao sair da terra, o crente estará com Jesus.

O estado intermediário é uma existência sem o corpo (2Co 5.1-8). Os salvos estarão conscientes (1Ts 5.10; Fp 1.23; Lc 16.22; Hb 12.1 cf. Mt 22.31). Mas a Bíblia ensina que este estado não é normal. Conforme a doutrina da criação do homem, o ser humano é uma unidade do corpo e da alma. A separação dos dois é a morte. Esta separação não é natural e não vai durar para sempre. Ao contrário, a Bíblia diz que a consumação da salvação inclui a ressurreição do crente com o seu corpo físico. Os ímpios ressuscitarão também e serão condenados no corpo. Quanto ao contato com os mortos (Dt 28.10-11; 2Sm 28.8-16; Is 8.19): Ou Deus fez para pronunciar juízo (Agostinho) ou Satanás fez (Calvino).

5. A ressurreição do corpo:
"Creio... na ressurreição do corpo": No Antigo Testamento só há dois versos isolados (Is 26.19; Dn 12.2). O Novo Testamento afirma que Deus vai ressuscitar os mortos e que isso não é considerado algo difícil demais para Ele fazer (At 26:8). A realidade da ressurreição física é ensinada através de dois fatos. O primeiro é que Jesus foi ressuscitado no mesmo corpo no qual Ele morreu. Em Lucas 23:39 vemos que Jesus não ressuscitou apenas na forma do espírito, mas fisicamente. O segundo é que nós teremos corpos iguais ao corpo dEle. Ele é "as primícias dos que dormem" (1Co 15:21). A ressurreição implica uma continuidade entre o corpo físico que temos agora e o corpo que teremos no futuro. Os próprios santos martirizados serão incluídos (Ap 20.5) e haverá mútuo reconhecimento (Lc 16.19-31; 1Co 13.12).

A continuidade entre o corpo presente e o futuro é também marcada por algumas mudanças. Mt 22:30 diz que no céu seremos como os anjos, não casados. É discutível se isso quer dizer que não existirá macho e fêmea no céu, mas as relações sexuais não continuarão. O corpo ressuscitado de Cristo tinha o poder de aparecer de repente entre os discípulos (Lc 24:36) mas era ainda um corpo físico (João 20:24-28). O corpo no estado futuro terá capacidades além daquelas que tem agora. O corpo será próprio para a existência celestial que teremos. Serão corpos perfeitos, sem corrupção, poderosos e gloriosos (1Co 15:35-58). Em 1Co 15:50 Paulo diz que carne e sangue não podem herdar o reino de Deus, mas isso não elimina a possibilidade de uma ressurreição física. O corpo pode ser diferente do que é agora e ainda ser composto de matéria física.

6. Os julgamentos:
Segundo Leon Morris, o julgamento será um "processo no qual há um discernimento entre o certo e o errado, e agir em função disto". O Juiz será Deus (Gn 18.25; 2Tm 4.8), mas, na Trindade, o Pai dá poder e autoridade ao Filho para julgar (Jo 9.39). Parece que os salvos também se unem ao julgamento. Os julgados:

a) **os salvos** (2Co 5.10; Rm 14.10; I Jo 4.17): Segundo a maneira que construiu a igreja (1Co 3.10-17; Ef 4.16); Segundo a maneira que trataram os "irmãos" (Mt 25.31-40; 1Co 13.3; Mt 10.42); Pela maneira que sofreram por Cristo (Mt 5.11-12; 2Tm 2.12; Galardões (coroas): incorruptível (1Co 9.26), justiça (2Tm 4.8), vida (Tg

1.12), glória (1Pd 5.4), "peso de glória" (2Co 4.17), recomendações por fidelidade (Rm 8.18; Lc 19.17; Mt 25.21-23) e "grandes tesouros nos céus" (Mt 6.19-21).

b) **os perdidos** (Jd 14, 15; Rm 2.5): Segundo as obras (Ap 20.13); Pela maneira que trataram os "irmãos" de Jesus (Mt 25.32ss; Lc 12.45-48); Pela incredulidade (Jo 3.16, 36); Salário: morte (Rm 6.23), ira vindoura (Rm 2.5,8,9); Açoites (Lc 12.45-48); Expectação horrível de juízo e fogo vingador (Hb 10.27,31).

O julgamento será pior para aqueles que tiveram mais revelação de Deus. Por exemplo, em Mt 11:21-24 Jesus disse que o destino de Cafarnum e Corazim será pior do que o destino de Tiro e Sidom, porque elas rejeitaram o testemunho de Jesus, mas Tiro e Sidom não tinham esta revelação. Se tivessem a tido, elas teriam se arrependido. A importância do julgamento:

a) Salienta a responsabilidade humana e a certeza de que, por fim, a justiça triunfará sobre todos os erros que são parte integrante desta vida.
b) O conceito cristão indica que a História caminha rumo a um objetivo
c) O julgamento preserva a idéia do triunfo de Deus e do bem.

O Julgamento no Novo Testamento:

a) É fundamental e básico (Rm 3.5,6); Mt 25.31s; Jo 5.22,27ss)
b) Será majestoso (Jd 14,15; 2Ts 1.7,8; 2Pe 3.10)
c) Cristo o juiz (Jo 5.22; At 10.42)
d) Todos os homens serão julgados (2Tm 4.1; 1Pe 4.5), até os anjos (Jd 6)
e) Todas as coisas serão julgadas (Mt 12.36)
f) É inevitável (hb 9.27; Rm 2.3)
g) O julgamento corresponde às obras (Mt 25.31,46; 1Co 3.10-15)
h) O julgamento é justo (Rm 2.2; Ap 19.11)
i) O julgamento é sério (Rm 1.32; 6.23; Jo 5.29)
j) Os fieis podem confiar no julgamento (Rm 8.33,34)

7. O Destino Final: O Céu

O teólogo católico Peter Kreeft diz que hoje em dia perdemos o sentido da importância do céu que a cristandade medieval tinha. Não temos a mesma fé no céu, a mesma esperança, o mesmo amor e desejo pelo céu; gostamos da vida aqui nesta terra. A raiz do problema é que temos perdido o sentido da glória celestial. A glória do céu não toca os nossos corações, não cria um desejo ardente para a vida celestial. Ele diz que o céu deveria ser ou uma realidade fascinante ou pelo menos uma falsidade fascinante, mas somos como crianças mimadas, com um milhão de brinquedos e completamente aborrecidos. Os medievais não tinham nada, mas acharam razão para alegria, admiração e reverência em tudo ao redor deles. Para recuperar este sentimento da glória celestial, precisamos usar as Escrituras, a razão e a "imaginação teológica" no estudo do céu.

7.1. <u>A palavra</u>:

a) Parte da criação: "Deus criou a terra e o céu".
b) Como sinônimo para Deus: "Pequei contra o céu".
c) "A habitação de Deus": Jesus descrevia Deus como "Pai no céu" (14 vezes em Mateus). Jesus desceu do céu, subiu e voltou ao céu (João 3.13; At 1.11), e ele está à destra de Deus.

A idéia de "céu" nos lembra que este é um lugar espiritual, mas também um estado da mente, pois o fato mais importante sobre o céu é a comunhão com Deus.

A "nova criação": Mt 19.28; At 3.21; Hb 12.27; 2Pe 3.13; Ap 21.1	
Reformados	Luteranos
Criação renovada (Sl 102.26-27; Hb 1.10-12; Hb 12.26-28; Rm 8.20-21) 1. *Neos* (novo em tempo ou origem) diferente de *kainos* (novo em natureza e qualidade): 2Pe 3.13; Ap 21.1 2. O argumento de Paulo em Rm 8,20-21: é a criação atual que será libertada 3. Analogia entre os corpos ressurretos e a nova terra 4. Se Deus aniquilar este cosmos, Satanás terá alcançado grande vitória	Criação inteiramente nova (2Pe 3.7-13; Ap 20.11; 21.1)

7.2. Algumas imagens do Céu:
a) O Tabernáculo : O tabernáculo como modelo, pois o verdadeiro não é parte desta criação (Hb 9.11-24); Deus habitará conosco permanentemente, sem obstáculo.
b) A cidade permanente (Hb 11.9-10), em comunhão (Ap 21.24-26), um lugar de glória.
c) Jardim (Ap 22.1-3 cf Gn 3): podemos comer livremente da árvore do Jardim.
d) Nosso verdadeiro país (Fl 3.20-21).
e) O Reino de Deus: poder, glória (Mt 6.13).
f) Uma festa de casamento (Ap 19.9).
g) Imagem negativa: sem lágrimas, dor, tristeza (Ap 7.17-19; 21.4-5).
h) *Yahweh-Shammah*: Ez 48.35.

7.3. Perguntas especulativas:
a) Entenderemos: Nossas próprias vidas, as vidas das outras pessoas e conhecemos a Deus (Mt 5.8): *Visio Dei* segundo Jonathan Edwards: "Nisto consiste ver a Deus. É ter uma compreensão imediata, sensível e exata da gloriosa excelência e do amor de Deus".
b) O que é eternidade?
c) Pensando no Céu:

Continuidade e descontinuidade:	
Continuidade	Descontinuidade
1. A alma que fechou os olhos na morte é a mesma que ressurge: auto-reconhecimento, reconhecimento mútuo, memória da vida passada (Mt 8.11; Lc 13.28) – exclui panteísmo/identidade e reencarnação/memória 2. Lugar repleto de emoções: expectativa (Ap 8.1), satisfação (Mt 8.6), alegria (1Ts 2.29), riso (Lc 6.21), temor (Ap 4.8s) 3. Nossos sentidos serão mantidos: visão (Ap 22.4), audição (Ap 21.6), olfato (Ap 8.4), paladar (Lc 22.18), capacidade de falar, cantar, orar (Ap 7.9-10) 4. Coisas familiares, ainda que grandiosas 5. Culturas mantidas: toda "tribo, língua e nação" (Ap 5.9; 7.9; 11.9; 13.7; 14.6) 6. Oportunidade de se desenvolver (Lc 19.11s; Hb 4;	1. O Reino vindouro é uma ordem existencial diferente (2Co 3.8-11) 2. Uso da forma negativa "não haverá": morte (Is 25.8; 1Co 15.24), escuridão ou noite (Ap 22.5), mar (Ap 21.1), templos (Ap 21.22), maldição (Ap 22.3), doenças, luto ou dor (Ap 21.4) e mal (Ap 20.10-15) 3. Deus habitará com o homem: "não haverá" pecado (Ef 5.5; Gl 5.20-21), pecador (Gl 5.19-21; Ap 21.27), tentação, mágoa ou lágrimas (Ap 7.17; 21.4; 22.5), sentimentos pecaminosos (1Co 6.9-10) e casamento (Mt 22.30).

Ap 14.13)	

d) Haverá animais e música no Céu? Porque não? Pois a graça de Deus não destrói, mas cria.
e) Como nos alegraremos no Céu, sabendo que pessoas amigas nossas estão no inferno?

8. O Inferno:
Segundo pesquisa do Instituto Gallup realizada nos Estados Unidos em 1991 e publicada na revista *Christianity Today* em maio do mesmo ano, 60% da população norte-americana crê na existência do inferno, sendo que 34% das pessoas que não professam nenhuma religião também acreditam na existência de um lugar de punição eterna após a morte. Mas, como podemos nos regozijar no céu com aqueles que estão no inferno?

a) **Peter Kreeft**: Deus lavará nossas memórias (Is 65.17): "Deus lavará nossas memórias, que ficarão limpas. Não se trata de falsidade, nem de ignorância, mas de verdade, porque, em certo sentido, os condenados já não existem mais; não estão no lugar mais real de todos, o céu. Deixaram de ser considerados. São como cinza, não como madeira. Numa época de seres humanos completos, cheios de vida, homens e mulheres reais. Todavia, o inferno não é um lugar de vida eterna, mas de morte eterna. Não amamos as cinzas, nem choramos por causa de cinzas; só amamos aquilo que existiu antes de queimar-se, e só choramos antes".
b) **C. S. Lewis**: Não é justo nem certo que os condenados tenham capacidade de manchar a felicidade dos santos: "'Não, Francisco, não aqui', declarou ela. 'Ouça a razão. Você pensa que a alegria foi criada para viver sempre debaixo dessa ameaça? Sempre indefesa contra aqueles que preferem ser infelizes a verem contrariada a sua vontade? ...Você se tornou verdadeiramente desgraçado. E pode fazer isso ainda. Mas não pode transmitir a sua desgraça... Esta é uma alegria que não pode ser abalada... Será que você realmente pensou que o amor e a alegria poderiam estar sempre a mercê de caras feias e suspiros? Não sabia que eram mais fortes do que seus oponentes?'"
c) **Nosso entendimento do inferno**.

8.1. A idéia tradicional: "A manifestação do desprazer divino" (J. I. Packer)
a) Fogo inextinguível: Mt 3.12; Mc 9.43 – *geena* (o lugar de incineração fora dos limites de Jerusalém) "onde não lhes morre o verme" (Mc 9.48) e trevas exteriores, lugar de "choro e ranger de dentes" (Mt 25.30).[1]

[1] Duas palavras gregas e uma hebraica nos dão alguma ajuda para a compreensão da realidade do inferno, nas Escrituras. Os gregos e os romanos, partindo da mitologia e da religião do império, consideravam que o *tártaros* era o lugar para onde iam as almas. O *tártaros* estava localizado abaixo do *hades*. Assim, o *hades* era o lugar dos mortos, um lugar de sombras, lúgubre e frio. Essa palavra [*hades*] aparece 11 vezes no Novo Testamento [Mt 11.23; 16.18; Lc 10.15, 16.23; At 2.27,31; 1Co 15.55; Ap 1.18; 20.13-14] e é quase sempre traduzida por inferno, embora às vezes também apareça como "morte". A segunda palavra grega importante é *geena*, e é uma corruptela de "vale de Hinom", uma depressão profunda que ficava ao sul de Jerusalém. Ali, sob o governo do rei Manassés, os hebreus sacrificavam seus próprios filhos a Moloque. O ídolo, que era oco, era aquecido por dentro, até ficar em brasa e, então, as crianças eram jogadas em seus braços. Mais tarde virou o lixão de Jerusalém, onde eram queimadas as carcaças de animais e os corpos de criminosos executados. O fogo e a fumaça permanente do lixão queimando criou a imagem que os hebreus nos transmitiram de inferno. Devido a esses horríveis pecados, e porque ali também era o lugar onde o lixo era queimado, passou a ser sinônimo de lugar de castigo eterno [Mt 18:8,9; Mc 9:43]. Para Jesus, o homem ímpio será lançado no inferno, no vale de Hinom. Assim, *geena* é um lugar de tormentos e miséria. Este lugar foi

b) Castigo eterno: Mt 25.46 – "o fogo eterno preparado para Satanás e seus anjos" (Mt 25.41), "ira e indignação... tribulação e angústia" (Rm 2.8-9), "penalidade" (2Ts 1.9) e "lago que arde com fogo e enxofre" (Ap 21.8; 20.15).
c) Morte eterna: Ap 20.11-15; 21.8; Mt 25.46.
d) Onde entraria a onipresença de Deus? Ou Deus é ausente ou o homem perde sua capacidade de se relacionar com Deus.

8.2. Alguns fatores afetando nosso entendimento:
a) Mudança na imagem de Deus: passado: Rei; hoje: Pai amoroso.
b) Mudança na cultura: desconfiança da lógica e razão e busca de símbolos e emoções.
c) Falho entendimento do homem: desde o iluminismo, nossa visão de Deus mudou.
d) Temos contato com outras religiões: pluralismo religioso.
e) Perda de confiança nas Escrituras: excluímos ensinamentos que não gostamos: "os bondosos humanistas do século XIX decidiram aperfeiçoar o cristianismo. A idéia do inferno feria suas suscetibilidades. Eles o fecharam, e para sua surpresa a porta do céu também se fechou com um estrondo melancólico" (McNeile Dixon).

8.3. Cinco perguntas:
a) Por que alguma pessoa vai para o inferno?
- Deus manda: papel ativo de julgamento.
- Nossa escolha: Deus tem papel passivo: culpa do homem.
- Nas Escrituras, Deus é Juiz e é contra o pecado; mas atrás da questão do inferno entra a responsabilidade pela salvação e perdição.

b) Quem vai para o inferno?
- Universalismo: ninguém (argumento: amor paternal de Deus).

---

preparado especialmente para o diabo e seus anjos, mas será também a habitação dos ímpios por toda a eternidade. A palavra *geena* aparece 12 vezes do Novo Testamento [Mt 5.22, 29, 30; 10.28; 18.9; 23.15, 33; Mc 9.43, 45, 47; Lc 12.5; Tg 3.6]. Dessa maneira, apesar da diferença etimológica das duas palavras gregas elas apresentam uma mesma idéia: um lugar de punição para os perdidos. Ainda encontramos no Novo Testamento o verbo *tartaróo* como sinônimo de "lançar no inferno". Em 2Pe 2:4 a expressão "precipitando-os no inferno", segundo alguns teólogos, pode referir-se a esfera intermediária (abismos de trevas) onde anjos caídos aguardam o julgamento final, conforme Lc 16:23-26, Ap 20:11-15. No Antigo Testamento a palavra hebraica *sheol* é usada como sepultura (Gn 37:35; Is 38:10) e inferno (Dt 32:22; Sl 9:17). Uma das idéias básicas de *sheol* é a de algo como uma garganta insaciável. O *sheol* estaria debaixo da terra (Nm 16:30, Ez 31:17; Am 9:2), tinha portas (Is 38:10) e era um lugar tenebroso e melancólico, onde a alma consciente vivia triste e inativa (2Sm 22:6; Sl 6:6; Ec 9:10). No Novo Testamento, *sheol* deixa de ser um lugar para onde vão todos os mortos e passa a designar principalmente o inferno. Temos então *uranos* [céu] e *hades* [inferno] como lugares opostos, o primeiro de recompensa e o segundo de punição. A parábola do Lázaro reafirma a idéia de que existem dois lugares, um de punição, o *hades*, e outro de recompensa, no caso o seio de Abraão ou paraíso. É interessante ver que o texto não usa *geena*, mas *hades*, o que leva alguns teólogos a considerar a existência de uma habitação dos mortos no mundo inferior, como lugar de espera para o juízo final. De todas as maneiras, Jesus na parábola do Lázaro (Lc 16:19-31) está falando de uma dimensão onde não há gozo, onde há memória do passado, remorso, sede insaciável e condenação definitiva. Dessa maneira, se considerarmos que a parábola transmite informações sobre a vida além-túmulo temos que descartar qualquer possibilidade de existência de um lugar de purgação e mesmo de salvação após a morte. Assim, no inferno há sofrimento mental e físico. Há remorso, lembranças de épocas que foram melhores, dores físicas provocadas pelo calor, pela distância e pela separação de Deus, fonte de todo o bem e vida. Embora existam diferenças culturais e etimológicas, conforme apresentamos anteriormente, as três expressões [*hades*, *geena* e *sheol*] traduzem uma única idéia: a da punição eterna.

- O caminho mais largo: sem conhecimento explícito de Cristo não há salvação (cf At 4.12).
- E os "pagãos bondosos" (cf. Rm 1.18-25)?

c) Cristo foi ao inferno? Credo dos Apóstolos: "*Descendit in inferna*":
- Cristo sofreu as angústias do inferno antes de Sua morte, no Getsêmani e na cruz.
- Ele adentrou a mais profunda humilhação do estado da morte.

d) Qual a natureza do inferno?
- Literal: Tertuliano, Thomas de Aquino, Jonathan Edwards: "O mundo provavelmente se converterá em um grande lago ou em um globo líquido de fogo, em que os ímpios serão mergulhados, que estará sempre em tempestade, onde serão lançados para todos os lados, não tendo descanso nem de dia nem de noite, pois grandes ondas de fogo rolarão continuamente sobre suas cabeças, coisa de que eles estarão bem cônsios, interior e exteriormente; suas cabeças, seus olhos, suas línguas, suas mãos, seus pés, suas costas e suas entranhas estarão para sempre cheias de um fogo resplandecente, fundido, suficiente para fundir as próprias eras, porém para todo o sempre, sem ter em vista qualquer fim."
- Figurativa: Agostinho, João Calvino: "Visto que nenhuma palavra pode descrever quão terrível é a vingança divina contra os réprobos, seus tormentos e sofrimentos nos são representados nas Escrituras por coisas materiais, a saber, pelas trevas, choro e ranger de dentes, pelo fogo inextinguível, pelo verme que não morre. Por tais métodos de linguagem é certo que o Espírito Santo quis estarrecer-nos totalmente com um senso de horror destes sofrimentos, mas aquilo que chama a nossa máxima atenção é a miséria de ser cortado de toda comunhão com Deus; e também de ter Sua majestade tão disposta contra nós que não haverá meios de escapar dos seus terrores". Segundo C. S. Lewis, "entrar no céu é tornar-se mais humano do que jamais alguém o foi na terra e entrar no inferno é ser banido da humanidade. O que é lançado no inferno (ou se lança) não é um homem: são refugos".
- Aniquilamento das almas dos ímpios: John Wenham e J. R. W. Stott: "castigo" ou "destruição" como aniquilamento, mas significam um estado de ruína consciente (Mt 25.46; 2Ts 1.9).

e) Por que o inferno? Vindicação da justiça de Deus!
- Por causa da glória de seu Nome (Is 48.9-11).
- Deus faz tudo para Sua glória (Sl 147.10-11).
- Deus estende Seu infinito poder e glória para o bem daqueles que nEle confiam (Ef 1.19; Rm 8.28). Dirige toda a Sua ira contra os que rejeitam e Se rebelam contra a Sua glória (Ed 8.22; Jo 3.36; Rm 2.4). A punição deve corresponder ao tamanho do crime.
- O maior de todos os crimes cometidos contra Deus é não confiar nEle (Jo 2.9-13; Mt 23.15).[2]

[2] Cremos na "realidade do inferno como um estado de punição eterna e destrutiva, no qual a retribuição justa de Deus é diretamente experimentada... [na] certeza do inferno para todos os que o escolhem, através da rejeição de Jesus Cristo e de Sua oferta de vida eterna... [na] justiça do inferno como uma aflição justa da humanidade, causada por Deus, devido às nossas obras malignas e cruéis" [J. I. Packer, "Good Pagans and God's Kingdom", in *Chistianity Today*, 30:1 (Jan. 17, 1986), p. 22].

8.4. Conclusões:
a) Ausência total do favor de Deus: "Apartai-vos de mim" (Mt 25.41).[3]
b) Uma interminável perturbação de vida: "Serão atormentados de dia e de noite pelos séculos dos séculos" (Ap 20.10).
c) Dores e sofrimentos no corpo e na alma.
d) Castigos como agonias da consciência, angústia, desespero, choro e ranger de dentes.
e) Haverá graus de punição para os ímpios (Mt 11.22-24; Lc 12.47-48; 20.17).[4]
e) Punição eterna para todos eles: a ira de Deus (600 vezes nas Escrituras).

9. A Volta de Cristo:
9.1. O que é a volta de Cristo?
a) É um evento único no futuro (contra a teologia liberal) – ênfase: 250 vezes no Novo Testamento.
b) No tempo desconhecido e inesperado.
c) A volta literal, visível e pessoal:
- *Parousia*: presença (usada no NT para presença dos reis) 1Ts 4.17 "sair, encontrar e descer com ele".
- *Apokalypes*: revelação (em sua volta ele será revelado) 1Jo 3.2 - Quando o virmos, seremos transformados.
- *Epiphanéia*: manifestação de uma divindade (uso no NT) Ap 19.11-16 - Para socorrer e ajudar o povo.

d) Vinda gloriosa e triunfal.

9.2. O tempo – Quando?
a) A complexidade da pergunta:
- O tempo desconhecido e inesperado.
- Haverá sinais: (a) O chamamento dos gentios; (b) A conversão da plenitude dos eleitos de Israel Cf. Rm 9-11; (c) A grande apostasia e a grande tribulação Mt

[3] O inferno é mesmo um lugar horrível? C. S. Lewis responde à esta questão. Diz ele: "Pode haver grande parte de verdade no ditado: 'o inferno é inferno, não de seu próprio ponto de vista, mas do ponto de vista celestial'. Não acredito que isto interprete mal a severidade das palavras de Nosso Senhor. Somente aos condenados é que seu destino poderia parecer menos do que insuportável. E deve ser admitido que (...) à medida que pensamos na eternidade, as categorias de dor e prazer (...) começam a retroceder, enquanto bens e males mais vastos surgem no horizonte. Nem a dor, nem o prazer como tais têm a última palavra. Mesmo se fosse possível que a experiência (se pode ser chamada assim) dos perdidos não contivesse dor mas muito prazer, ainda assim, esse prazer negro seria de um tipo tal que faria qualquer alma, ainda não condenada, voar para suas orações num terror de pesadelo" cf. C. S. Lewis, *O Problema do Sofrimento*, São Paulo, Mundo Cristão, 1983, p. 90-91.

[4] Segundo Vernon Grounds, "em vez de igualdade absoluta, a Escritura indica uma desigualdade infinita na punição. Haverá 'poucos açoites' e 'muitos açoites'. (...) Obediência será a condição normal no inferno. É inútil especular como ela será conseguida. Pode ser que o reconhecimento da perfeita justiça e bondade de Deus leve os perdidos a aceitarem o seu destino. (...) Não há ociosos em uma cadeia bem disciplinada; na grande penitenciária de Deus, deve a ociosidade reinar suprema? (...) Devemos supor que todas as energias dos perdidos deverão ser consumidas em tarefas de castigo sem objetivo? (...) A Escritura não deixa dúvidas de que no mundo vindouro o castigo do pecado será real e perscrutador. Sabemos que ele acarretará banimento da presença de Deus e, além disso, que um amor infinito e uma justiça perfeita medirão o cálice que cada um precisará beber. Todavia, além disso não sabemos absolutamente nada" cf. Vernon Grounds, "O Estado Final dos Ímpios", in *Imortalidade*, Russel Shedd, Alan Pieratt, São Paulo, Vida Nova, 1992, p 144.

24.24,22,31; Lc 21.28; (d) A futura revelação do Anticristo (1 Jo 2.18,22; 4.3; 2 Jo 2.7; 2 Ts 2.3-4); (e) Sinais e prodígios.[5]

- Como as promessas de Deus a Israel podem ser conciliadas com a rejeição da maior parte de Israel? (a) as promessas referem-se aos eleitos; (b) sempre haverá um remanescente; (c) mesmo o endurecimento de Israel serve para manifestação da graça aos gentios.

b) Interpretação:

- Por ser desconhecida, deve-se ter vigilância constante. Por isso não é inesperado para os crentes (1Ts 5.1-6).
- Qual o propósito dos sinais? (a) Impedir a ansiedade e perturbação (2Ts 2.1-2); (b) Motivação para nós.
- A demora da *parousia*: Mt 24.1-14: destruição do Templo: sinal da vinda "ele está próximo, às portas"; 15-28: entre a ascenção e a volta teremos guerras, perseguições, falsos profetas e pregação do evangelho a todas as etnias (15-21: tribulação de sete anos, perto do fim [Dn 9.24-27]); 29-31: a vinda de Cristo; 32-35: conclusão do ensino: "olhe pare estes sinais. Eu não voltarei antes de que todas estas coisas se cumpram".
- O propósito da segunda vinda: (a) No final do mundo (para o dia da consumação); (b) Ressurreição dos santos; (c) Julgamento do mundo e dos ímpios, com destruição dos poderes malignos; (d) Restauração de todas as coisas.

[5] cf. verbete "Escatologia – sinais da volta de Cristo" in: *Dicionário Bíblico Vida Nova* - pg. 109-111: "O NT considera iminente a volta de Cristo, mas limita a expectativa com a afirmação de que determinados fatos devem acontecer antes. Todos os cálculos de datas estão excluídos e por isso os cristãos vivem em expectativa diária exatamente porque não se pode saber a data. O predominante no nt é a relação teológica do cumprimento futuro com a história passada de Jesus e as experiências presentes dos cristãos. Isso responde pela redução de perspectiva da profecia de Jesus sobre o julgamento de Jerusalém (Mt 24; Mc 13; Lc 21; muitas vezes chamado discurso do monte das Oliveiras). Ali os discípulos perguntaram quando a predição de Jesus sobre a destruição do templo seria cumprida e quando todas essas coisas (referindo-se ao final dos tempos) se cumpririam. A resposta de Jesus é que falsos cristos e muitos sofrimentos são o começo, não o fim, dos últimos dias; haverá perseguição e o estabelecimento de uma abominação desoladora; haverá catástrofes cósmicas; e tudo ocorrerá nesta geração. Levantam-se vários problemas. A abominação desoladora refere-se em Dn 11.31; 12.11 ao altar pagão estabelecido no templo de Jerusalém por Antíoco Epifânio em 168 a.C., mas não se sabe ao certo o que Jesus queria dizer com futuro. A solução mais simples é considerar a profecia cumprida nos acontecimentos que levaram à queda de Jerusalém em 70 d.C., ainda que também possa se referir a acontecimentos dos últimos dias. As perturbações cósmicas parecem se referir diretamente à segunda vinda; Paulo em 1Ts 4.14ss. estaria sustentando isso. A referência a esta geração (Mc 13.28ss.) é especialmente difícil, e o melhor é entender que os sinais, mas não necessariamente o fim, ocorrerão durante o período de vida dos discípulos. Outra teoria comum é a referência mais a uma raça ou tipo de pessoas do que estritamente a uma geração. De acordo com alguns estudiosos, o caráter imprevisível da segunda vinda é contradito pelo ensinamento dos sinais, mas essa combinação é comum em toda a literatura apocalíptica bíblica. A provável intenção do discurso de Jesus era não só dar algum ensinamento sobre os sinais do fim, mas também exortar seus ouvintes a se manter prontos no presente para sua volta futura. De fato, os sinais estão muito presentes em cada geração, exceto as estranhas perturbações cósmicas e o aparecimento do anticristo (2Ts 2.3ss.). O NT vê o mal dos últimos tempos atingir o auge nessa figura, que é um falso messias inspirado por Satanás para operar milagres e reivindicar de maneira blasfema honras divinas (Ap 13.5ss.). A segunda vinda de Cristo trará a destruição desse personagem e de todo o mal (2Ts 2.8); a reunião de todo o povo de Deus, vivos e mortos (1Ts 4.14ss.); e o ju lgamento do mundo (Mt 25.31)".

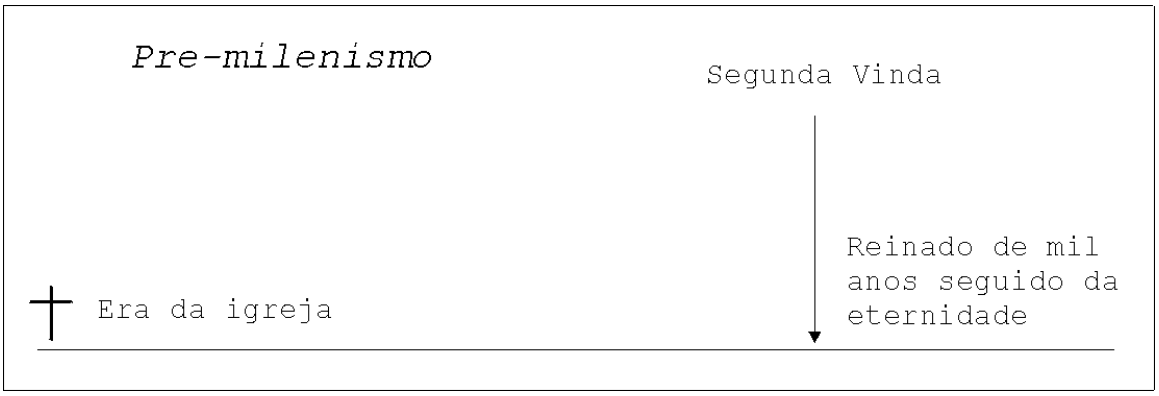
O milênio

Existem quatro sistemas principais na interpretação histórica do milênio (latim, *mille* + *annus*) e da vinda de Cristo. Cada sistema é nomeado segundo a ordem dos dois eventos. A controvérsia maior é sobre o significado de Ap 20:1-10. O versículo 6 diz que os justos reinarão com Cristo durante mil anos. A disputa é sobre quando acontecerá isso e qual é a natureza deste reino.

Mais uma questão importante na discussão sobre o Reino de Deus e a questão da *continuidade* e *descontinuidade* entre o Antigo Testamento e o Novo Testamento. Qual é a relação entre o povo de Deus, os judeus, no Antigo Testamento, e o povo de Deus, a igreja, no Novo Testamento? Existe ainda um plano distinto da igreja para a nação de Israel? Como serão cumpridas as profecias do Antigo Testamento acerca da restauração de Israel? Acontecerá isso na igreja ou em Israel como uma entidade política?

1. Pré-milenismo histórico:
Esta visão escatológica era dominante na teologia dos Pais anti-nicenos, como Justino de Roma, Irineu de Lyon, Hipólito, a "Epístola de Barnabé", Tertuliano e Cipriano, embora existissem outras interpretações também. Pápias, que segundo a tradição foi discípulo do apóstolo João, ensinava a idéia de um reino físico de mil anos de Jesus na terra depois o segundo vindo. Essa noção é a que define o pré-milenismo. Defendendo o milenismo, os Pais da Igreja estavam defendendo a ortodoxia de duas maneiras: (a) Apoiando a apostolicidade e canonicidade do Apocalipse (contra os que combinaram a negação do Apocalipse com o apoio ao milenismo) e (b) se opondo aos gnósticos, que espiritualizavam a doutrina cristã, destruindo a esperança do porvir e aos cristãos platônicos como Orígenes, cuja rejeição de um milênio literal veio de uma hermenêutica alegórica e perigosa e de um menosprezo idealista para com a matéria. Na época da Reforma, William Tyndale e muitos anabatistas eram pré-milenistas, além de alguns puritanos (como Thomas Goodwin) os huguenotes, moravianos e pietistas (entre eles, Phillip Spener e J. A. Bengel). Quase todos os puritanos da Nova Inglaterra eram pré-milenistas, entre eles Cotton Mather e Timothy Dwight. Os hinos de Charles Wesley atestaram cedo sua crença no pré-milenismo. Entre os teólogos contemporâneos que afirmam esta posição estão Russell P. Shedd, George E. Ladd, Norman Geisler e Millard Erickson.

A ordem dos eventos poderia ser resumida assim: a época presente da igreja, da evangelização e da apostasia do homem; a tribulação de sete anos, o anti-cristo, e a perseguição da igreja; a volta de Cristo, o arrebatamento, a primeira ressurreição e a batalha de *Armagedon*; o milênio, Satanás preso no abismo; Satanás solto, a rebelião das nações; a derrota final de Satanás, a ressurreição dos ímpios e o julgamento final; o estado eterno.



2. Pré-milenismo dispensacional:
O pré-milenismo dispensacional foi desenvolvido no século 19 através do ensino de Edward Irving (Igreja Presbiteriana da Escócia), John Nelson Darby (Anglicano) e os Irmãos de Plymouth. Essa teologia tem sido promovido por uma variedade de mestres e pregadores populares. O Seminário Teológico de Dallas e as notas na Bíblia de Scofield têm feito mais para espalhar essa doutrina do que qualquer outra fonte. Esta posição concorda com o pré-milenismo histórico em muitos pontos, mas tem algumas áreas de diferenças importantes.

O pré-milenismo dispensacional assevera que só ela mantêm uma interpretação rigidamente literal da Bíblia. Por causa disso, ela tem uma tendência forte de acusar teólogos que afirmam outros sistemas escatológicos de "espiritualizarem" as Escrituras. Assim, alguns denominações, influenciadas pelo dispensacionalismo, excluem amilenistas e pós-milenistas do ministério. A influência da Bíblia de C. I. Scofield também fez com que o dispensacionalismo viesse a ser conhecido como sinônimo de fundamentalismo.

A doutrina que mais se destaca no dispensacionalismo é a idéia do arrebatemento pré-tribulacional da igreja. Esta doutrina é ligada com a distinção radical que os dispensacionalistas fazem entre Israel e a igreja. Segundo a sua teoria, Jesus ofereceu o Reino literalmente aos judeus quando Ele veio a primeira vez. Sendo rejeitado pelos judeus, o Reino foi adiado, e Deus colocou em ação seu plano "B", ou seja, a época da igreja. Basicamente, Jesus levou a oferta da salvação aos gentios, uma vez que os judeus a recusou. Mas essa situação apenas pode ser temporária, porque todas as promessas e profecias do AT sobre Israel tem que ser cumpridas literalmente.

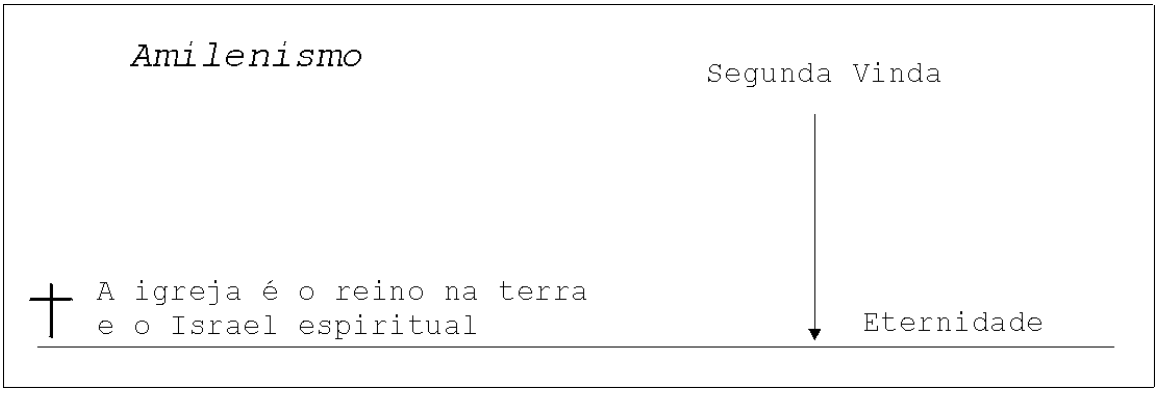
A ordem dos eventos será: a época da igreja, a apostasia do homem; o arrebatamento da igreja para estar com Cristo no céu durante sete anos; a grande tribulação de sete anos dividida em duas partes, um período de paz com o estabelecimento de Israel como nação e um período da perseguição do povo de Deus pelo anti-cristo, e o ira de Deus contra os não-crentes; a volta de Cristo em glória para derrotar o anti-cristo, o milênio com Satanás preso no abismo; Satanás solto, a rebelião das nações; a derrota final de Satanás, a ressurreição dos ímpios e o julgamento final; o estado eterno. Entre os teólogos contemporâneos que afirmam esta posição estão J. Scott Horrell, Francis Schaeffer e John MacArthur Jr.

Charles Ryrie: As sete dispensações:

Dispensação da Inocência ou Liberdade	Gênesis 1.28-3.6
Dispensação da Consciência	Gênesis 4.1-8.14
Dispensação do Governo Civil	Gênesis 8.15-11.9
Dispensação da Promessa	Gênesis 11.10-Êxodo 18.27
Dispensação da Lei Mosaica	Êxodo 18.2-Atos 1.26
Dispensação da Graça	Atos 2.1-Apocalipse 19.21
Dispensação do Milênio	Apocalipse 20

Hoje, várias denominações e grupos seguem o pré-milenismo: alguns batistas, irmãos, menonitas, presbiterianos, assembléia de Deus e outros pentecostais, igrejas bíblicas, etc.

3. Amilenismo:
O amilenismo tem sido defendido por homens com Agostinho, Martinho Lutero, Filipe Melanchton e João Calvino, sendo caracterizado pela identificação da igreja do Novo Testamento como o verdadeiro Israel espiritual. A igreja, então, é herdeira das promessas feitas à nação de Israel. Por necessidade, os cumprimentos dessas profecias acontecerão num sentido espiritual e não literal. Isso inclui a profecia do milênio de Ap 20. A primeira ressurreição não pode ser uma ressurreição física porque apenas haverá uma ressurreição física quando Cristo voltar. A primeira ressurreição, então representa o renascimento espiritual de cada pessoa salva, e o milênio é o reino espiritual de Cristo nos corações dos crentes na terra e o reino de Cristo com os santos no céu. Acerca dos eventos da tribulação e segunda vinda de Cristo, o amilenismo tem muito em comum com o pré-milenismo histórico. A diferença é que depois Cristo voltar, acontecerá o julgamento final e será iniciado o estado eterno. Entre os pregadores e teólogos contemporâneos que afirmam esta posição estão Louis Berkhof, J. I. Packer, John R. W. Stott, D. M. Lloyd-Jones, R. C. Sproul e Anthony Hoekema.

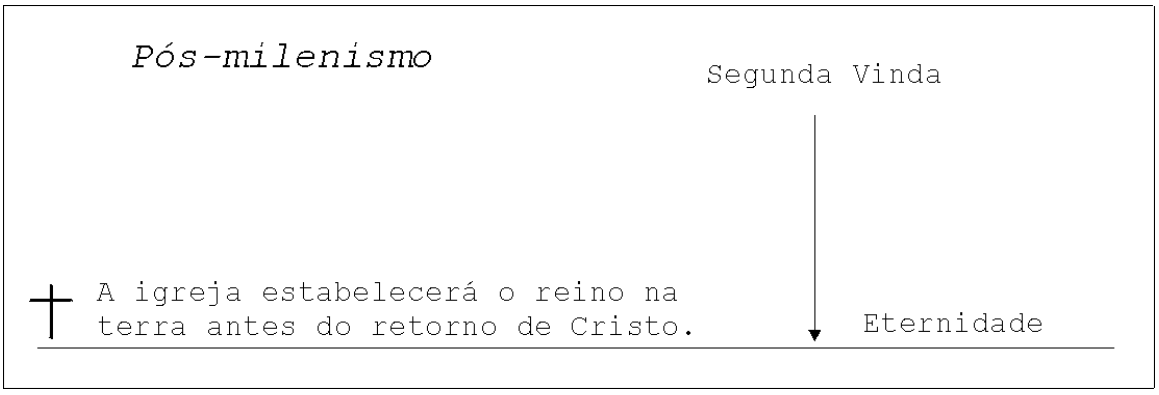


4. Pós-milenismo:
A escatologia pós-milenista, como o nome sugere, põe o milênio antes do segundo vindo de Cristo. Esta posição foi defendida pelas Confissões de Augsburgo e Westminster, Jonathan Edwards, W. D. G. Shedd, Charles Hodge, A. H. Strong e B. B. Warfield. Neste sentido é mais parecido com o amilenismo, porque nega que venha o reinado de Cristo literal na terra

depois a sua vinda. Quando Cristo vier, começará o estado eterno. Todavia, existem algumas diferenças significativas entre o amilenismo e o pós-milenismo.

O pós-milenista acredita que as profecias de Daniel, Mt 24 e a maior parte do Apocalipse já forem cumpridas. Em Mt 24, por exemplo, tudo foi cumprido com a derrota dos judeus pelos Romanos em 70 d.C., quando o templo foi arrasado. Isso é visto como o castigo merecido pelos judeus por causa da sua apostasia. Uma vez que o Reino foi tirado dos judeus, ele nunca pode ser devolvido novamente. Agora, todas a promessas feitas aos judeus serão cumpridas na igreja. Isso inclui a promessa de uma era áurea na terra de paz e prosperidade. A promessa do milênio, neste sentido, será cumprida literalmente, embora não com os detalhes pertinentes à nação de Israel.

O Reino de Deus, simbolizado pelo milênio de Ap 20, será realizado através do sucesso da pregação do evangelho e das missões mundiais. O evangelho será espalhado no mundo inteiro e a maior parte da raça humana será salva. Os princípios éticos da Bíblia se tornarão a base da lei e da sociedade. O conhecimento e a tecnologia continuarão crescer cada vez mais. A tecnologia e a base Cristã da sociedade capacitarão a humanidade a resolver os problemas de pobreza, fome, crime, etc. Alguns pós-milenistas acreditam que, por causa da obediência das nações ao evangelho, Deus removerá quase todos os efeitos da maldição da criação que foi feito em Gn 3 após a queda. A natureza será restaurada, a poluição vencida e a capacidade produtiva da terra será plenamente realizada. Ninguém carecerá de alimentação, abrigo e roupa. De fato, todo mundo terá mais do que precisa. Em obediência a Deus, o imperativo cultural que Adão e Eva receberam será realizado, embora não com perfeição. Após uma era de talvez milhares de anos de paz, Jesus voltará para encerrar a historia e iniciar o estado eterno. Alguns teólogos pós-milenistas crêem que Satanás, que foi preso durante a era do milênio, será solto durante os anos finais e que ele conseguirá liderar uma rebelião contra o povo de Deus. Nesta interpretação, vem uma breve tribulação no fim do milênio, mas não no sentido aceito pelo pré-milenista. Neste caso, Jesus voltará em breve para destruir Satanás e o julgar com todos os seus discípulos, tanto os demônios quanto os homens.



Depois de duas guerras mundiais, há poucos pós-milenistas conservadores, mas um novo movimento de “teonomia” (lei de Deus) está atraindo seguidores.

BIBLIOGRAFIA PARA TEOLOGIA SISTEMÁTICA NA LINGUA PORTUGUESA

Esta bibliografia contém uma primeira seção tratando dos livros gerais que dão um amplo tratamento das doutrinas cristãs, e as outras seções tratando dos livros sobre as doutrinas particulares.

1. Livros gerais:

BARTH, Karl. **Introdução à teologia evangélica**. São Leopoldo, Sinodal, 1996.

BARTH, Karl. **Fé em busca de compreensão**. São Paulo, Novo Século, 2000.

BARTH, Karl. **Carta aos Romanos**. São Paulo, Novo Século, 2000.

BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. Campinas, Luz para o Caminho, 1990.

BROWN, Colin. **Filosofia e fé cristã**: Um esboço histórico desde a Idade Média até o presente. São Paulo, Vida Nova, 1989.

BRUNNER, Emil. **Teologia da crise**. São Paulo, Novo Século, 2000.

BÜRKI, Hans. **Cremos**; as doutrinas básicas da fé evangélica. São Paulo, ABU, 1985.

CALVINO, João. **As Institutas da Religião Cristã**: Um resumo. Editado por J. P. Wiles. São Paulo, PES, 1984.

CULLMANN, Oscar. **Das origens do evangelho à formação da teologia cristã**. São Paulo: Novo Século, 2000.

ERICKSON, Millard J. **Introdução à Teologia Sistemática**. São Paulo, Vida Nova, 1997.

GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática**. São Paulo, Vida Nova, 1999.

HORTON, Michael. **Creio**: redescobrindo o alicerce espiritual. São Paulo, Cultura Cristã, 2000.

KEELEY, Robin (org.). **Fundamentos da teologia cristã**. São Paulo, Vida, 2000.

LEWIS, C. S. **Cristianismo puro e simples**. São Paulo, ABU, 1992.

LLOYD-JONES, D. M. **Grandes Doutrinas da Bíblia**: Deus o Pai, Deus o Filho. São Paulo, PES, 1997.

LLOYD-JONES, D. M. **Grandes Doutrinas da Bíblia**: Deus o Espírito Santo. São Paulo, PES, 1998.

LLOYD-JONES, D. M. **Grandes Doutrinas da Bíblia**: A Igreja e as últimas coisas. São Paulo, PES, 1999.

MCKIM, Donald (ed.). **Grandes temas da tradição reformada**. São Paulo, Pendão Real, 1998.

MILNE, Bruce. **Estudando as Doutrinas da Bíblia**. São Paulo, ABU, 1987.

ROLDÁN, Alberto Fernando. **Para que serve a teologia?** Método, história e pós-modernidade. Curitiba: Descoberta, 2000.

PACKER, J. I. **Os vocábulos de Deus.** São José dos Campos, Fiel, 1994.

PACKER, J. I. **Teologia concisa**: Síntese dos fundamentos históricos da fé cristã. São Paulo, Cultura Cristã, 1999.

SPROUL, R. C. **Verdades Essenciais da fé cristã**: Doutrinas básicas em linguagem simples e prática. São Paulo, Cultura Cristã, 1999. Em três cadernos.

SPROUL, R. C. (ed.). **Bíblia de Estudo de Genebra**. São Paulo e Barueri, Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

STOTT, John R. W. **Cristianismo básico**: O que significa ser um verdadeiro cristão. São Paulo, Vida Nova, 1991.

THIELIKE, Helmuth. **Recomendações aos jovens teólogos e pastores**. São Paulo, Sepal e Recife, Sete, 1990.

2. Confissões de Fé:

A CONFISSÃO DE FÉ; com o Catecismo Maior e Breve Catecismo. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1991.451 p.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. ed. de bolso. São Paulo: Loyola & Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. 831 p.

CONFISSÃO DE FÉ e Catecismo de Heidelberg. São Paulo: Cultura Cristã, 1999. 79 p.

DIDAQUÉ - O catecismo dos primeiros cristãos para as comunidades de hoje. São Paulo, Paulus, 1989. 31 p.

FÉ PARA HOJE - A Confissão de Fé Batista de 1689. São José dos Campos, Editora Fiel, 1991. 64 p.

LIVRO DE CONCÓRDIA – As confissões da Igreja evangélica luterana. São Leopoldo: Editora Sinodal & Porto Alegre: Editora Concórdia, 1997. 779 p.

3. Apostilas:

COSTA, Hermisten Maia Pereira da. **A Igreja de Deus**; origem, característica e missão. São Paulo, JMC, 2001.

COSTA, Hermisten Maia Pereira da. **Introdução à cristologia**; uma perspectiva histórica e teológica. São Paulo, JMC, 2001.

COSTA, Hermisten Maia Pereira da. **Presbíteros e diáconos**; servos de Deus no corpo de Cristo. São Paulo, JMC, 2000.

COSTA, Hermisten Maia Pereira da. **Soteriologia**; a salvação do Deus triúno para o seu povo. São Paulo, JMC, 2001.

COSTA, Hermisten Maia Pereira da. **Teologia Sistemática**: prolegômena. São Paulo, JMC, 2001.

FERREIRA, Franklin. **Karl Barth**: teologia da Palavra de Deus. Rio de Janeiro, STBSB, 2001.

FERREIRA, Franklin. ***Providentia Dei***: o ensino de João Calvino sobre a providência de Deus e suas contribuições para uma filosofia da história cristã. Rio de Janeiro, STBSB, 1996.

HAMMETT, John Samuel. **Apostila para os alunos da Teologia Sistemática**. Rio de Janeiro, STBSB, 1995.

HORRELL, J. Scott. **Apostila da Teologia Sistemática**. São Paulo, FTBSP, 1990

MYATT, Alan D. **Teologia Sistemática**. Rio de Janeiro, STBSB, 1999.

MYATT, Alan D. **Apologética Cristã**: cosmovisões em conflito. Rio de Janeiro, STBSB, 1996.

MYATT, Alan D. **Cristologia**: questões e controvérsias históricas e contemporâneas. Rio de Janeiro, STBSB, 1997.

4. Livros sobre a doutrina da revelação:

BOICE, James Montgomery. **O alicerce da autoridade bíblica**. São Paulo, Vida Nova, 1989.

BEEKE, Joel, *et al*. ***Sola Scriptura***; numa época sem fundamentos, o resgate do alicerce bíblico. São Paulo, Cultura Cristã, 2000.

COMFORT, Philip Wesley (ed.). **A origem da Bíblia**. Rio de Janeiro, CPAD, 1998.

5. Livros sobre a doutrina de Deus:

HORTON, Michael. **A face de Deus**: Os perigos e as delícias da intimidade espiritual. São Paulo, Cultura Cristã, 1999.

LEWIS, C. S. **O problema do sofrimento**. São Paulo, Mundo Cristão, 1983.

PACKER, J. I. **O conhecimento de Deus**. São Paulo, Mundo Cristão, 1984.

SANTO AGOSTINHO. **A Trindade**. São Paulo, Paulus, 1994.

SOUZA, Ricardo Barbosa de. **O caminho do coração**; ensaios sobre a Trindade e a espiritualidade. Curitiba: Encontro, 1999.

SPROUL, R. C. **A Santidade de Deus**: A grandeza, a majestade e a glória de Deus. São Paulo, Cultura Cristã, 1999.

WENHAM, John W. **O enigma do mal**. São Paulo, Vida Nova, 1989.

WOLTERSTORFF, Nicholas. **Lamento por um filho**. Viçosa, Ultimato, 1997.

6. Livros sobre a doutrina da humanidade:

HOEKEMA, Anthony A. **Criados à imagem de Deus**. São Paulo, Cultura Cristã, 1999.

7. Livros sobre a doutrina de Cristo:

KEMPIS, Tomás de. **Imitação de Cristo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KREEFT, Peter. **O Diálogo**: Um debate além da morte entre John F. Kennedy, C.S. Lewis e Aldous Huxley. São Paulo, Mundo Cristão, 1986.

LEÃO MAGNO. **Sermões.** São Paulo, Paulus, 1996.

OWEN, John. **A glória de Cristo**. São Paulo, PES, 1989.

ROBERTSON, O. Palmer. **Cristo dos Pactos**. Campinas, Luz para o Caminho, 1997.

SPROUL, R.C. **A glória de Cristo**: Um encontro com a majestade do Senhor dos senhores. São Paulo, Cultura Cristã, 1997.

STOTT, John. **A cruz de Cristo**. Miami, Flórida, Vida, 1991.

8. Livros sobre a doutrina do Espírito Santo:

EDWARDS, Jonathan. **A verdadeira obra do Espírito:** Sinais de autenticidade. São Paulo, Vida Nova, 1992.

PACKER, J. I. **Na dinâmica do Espírito:** Uma avaliação das práticas e doutrinas. São Paulo, Vida Nova, 1991.

PIERATT, Alan. **O dedo de Deus ou os chifres do Diabo?** Um estudo dos sinais e maravilhas na igreja atual. São Paulo, Vida Nova, 1994.

SPROUL, R. C. **O Mistério do Espírito Santo**: Conheça a pessoa e a obra do Espírito vivo do Deus vivo. São Paulo, Cultura Cristã, 1997.

STOTT, John. **Batismo e Plenitude do Espírito Santo**. São Paulo, Vida Nova, 1986.

9. Livros sobre a doutrina do pecado:

LUTERO, Martinho. **Nascido escravo**. São José dos Campos, Fiel, 1992.

PLATINGA Jr. Cornelius. **Não era para ser assim**: Um resumo da dinâmica e natureza do pecado. São Paulo, Cultura Cristã, 1998.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo, Paulus, 1997.

SANTO AGOSTINHO. **O Livre-Arbítrio.** São Paulo, Paulus, 1995.

SHEDD, Russell P. **A solidariedade da Raça:** O homem em Adão e em Cristo. São Paulo, Vida Nova, 1995.

SHEDD, Russell P. **O mundo, a carne, e o Diabo**. São Paulo, Vida Nova, 1991.

WATSON, Thomas *et al*. **Os Puritanos e a conversão**. São Paulo, PES, 1990.

10. Livros sobre a doutrina da salvação:

BENTON, John & PEET, John. **As doutrinas da graça**. São Paulo, Cultura Cristã, 1998.

HOEKEMA, Anthony. **Salvos pela graça**: A doutrina bíblica da salvação. São Paulo, Cultura Cristã, 1997.

MACARTHUR, Jr., John. **O Evangelho segundo Jesus**. São José dos Campos, Fiel, 1994.

MACARTHUR, Jr., John *et al*. **Justificação pela fé somente**; a marca da vitalidade espiritual da Igreja. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

MURRAY, John. **Redenção – consumada e aplicada**. São Paulo, Cultura Cristã, 1993.

OWEN, John. **Por quem Cristo morreu?** São Paulo, PES, 1986.

PACKER, J. I. **Evangelização e soberania de Deus**. São Paulo, Vida Nova, 1990.

SANDERS, John (ed.). **E aqueles que nunca ouviram?** Três pontos de vista sobre o destino dos não-evangelizados. Arapongas, Aleluia, 1999.

SANTO AGOSTINHO. **A Graça**. vol. I. São Paulo, Paulus, 1999.

SANTO AGOSTINHO. **A Graça**. vol. II. São Paulo, Paulus, 1999.

SELPH, Robert B. **Os batistas e a doutrina da eleição**. São José dos Campos, Fiel, 1990.

SHEDD, Russell. **Fundamentos bíblicos da evangelização**. São Paulo, Vida Nova, 1996.

SHEDD, Russell. **Lei, Graça e Santificação**. São Paulo, Vida Nova, 1992.

SHEDD, Russell. **Justificação**; a resposta de Deus para uma vida cristã autêntica. São Paulo, Vida Nova, 1992.

SPROUL, R. C. **Eleitos de Deus**. São Paulo, Cultura Cristã, 1998.

WRIGHT, R. K. McGregor. **A soberania banida**: redenção para a cultura pós-moderna. São Paulo, Cultura Cristã, 1998.

11. Livros sobre a vida cristã:

BONHOEFFER, Dietrich. **Tentação**. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

BONHOEFFER, Dietrich. **Discipulado**. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

BURROUGHS, Jeremiah. **Aprendendo a estar contente.** São Paulo, PES, 1990.

CALVINO, João. **A verdadeira vida cristã**. São Paulo, Novo Século, 2000.

EDWARDS, Jonathan. **A genuína experiência espiritual.** São Paulo, PES, 1993.

FERGUSON, Sinclair. **Descobrindo a vontade de Deus.** São Paulo, PES, 1988.

GUTHRIE, William. **As raízes de uma fé autêntica.** São Paulo, PES, 1994.

HOUSTON, James. **Orar com Deus**; desenvolvendo uma transformadora e poderosa amizade com Deus. São Paulo, Abba, 1995.

HOUSTON, James. **A fome da alma**; descobrindo como os mais íntimos desejos da alma afetam nosso comportamento e a verdadeira felicidade. São Paulo, Abba, 2000.

LOPES, Augustus Nicodemus. **O que você precisa saber sobre batalha espiritual**. São Paulo, Cultura Cristã, 1998.

MCDERMOTT, Gerald R. **O Deus Visível**: Doze sinais da verdadeira espiritualidade. São Paulo, Vida Nova, 1998.

OWEN, John. **O que todo cristão precisa saber**. São Paulo, PES, 2000.

PETERSON, Eugene. **De volta à fonte**; resgatando a espiritualidade. Curitiba: Encontro, 2000.

PIERATT, Alan. **Oração**: Uma nova visão para uma antiga oração. São Paulo, Vida Nova, 1999.

REIFLER, Hans Ulrich. **A ética dos Dez Mandamentos**. São Paulo, 1992.

RYLE, J.C. **Santidade**. São José dos Campos, Fiel, 1987.

SCHAEFFER, Francis A. **Verdadeira Espiritual**. São Paulo, Cultura Cristã, 1999.

SHEDD, Russell P. **Adoração Bíblica.** São Paulo: Edições Vida Nova, 1991.

SPROUL, R. C. **Surpreendido pelo sofrimento**; ouça o chamado de seu pai amoroso para suportar o sofrimento. São Paulo, Cultura Cristã, 1998.

SPROUL, R. C. **Como viver e agradar a Deus**; um guia prático para a vida cristã. São Paulo, Cultura Cristã, 1998.

SPROUL, R. C. **A alma em busca de Deus**; satisfazendo a fome espiritual pela comunhão com Deus. São Paulo, Eclesia, 1998.

12. Livros sobre a doutrina da Igreja:

AALERSBERG, G. **Santa ceia**; manual de preparação pessoal. São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1991.

ANGLADA, Paulo R. B. **O princípio regulador no culto**. São Paulo, PES, s/d.

BONHOEFFER, Dietrich. **Vida em Comunhão**. São Leopoldo, Sinodal, 1998.

BONAR, Horatius A. **Um recado para ganhadores de almas.** São Paulo, Vida Nova, 1992.

BRUNNER, Emil. **O equivoco sobre a Igreja**. São Paulo, Novo Século, 2000.

CLOUSE, Robert G. & CLOUSE, Bonnidell (org.). **Mulheres no Ministério**: Quatro opiniões sobre o papel da mulher na igreja. São Paulo, Mundo Cristão, 1996.

ENGEN, Charles van. **Povo Missionário, Povo de Deus**: Por uma definição do papel da igreja local. São Paulo, Vida Nova, 1996.

HODGE, Charles. **O batismo cristão**; imersão ou aspersão. São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1988.

HORRELL, J. Scott (editor). **Ultrapassando Barreiras;** Novas opções para a igreja brasileira na virada do século XXI. São Paulo, Edições Vida Nova, 1994.

HORRELL, J. Scott (editor). **Ultrapassando Barreiras**; Igrejas inovadoras e métodos bíblicos que brotam no Brasil. São Paulo, Edições Vida Nova, 1995.

LOPES, Augustus Nicodemus. **O culto espiritual;** um estudo em 1Coríntios sobre questões atuais e diretrizes bíblicas para o culto cristão. São Paulo, Cultura Cristã, 1999.

MACARTHUR, Jr., John. **Redescobrindo o ministério pastoral**; moldando o ministério contemporâneo aos preceitos bíblicos. Rio de Janeiro, CPAD, 1998.

MARTIN, Ralph P. **A Adoração na Igreja Primitiva**. São Paulo, Vida Nova, 1982.

PETERSON, Eugene. **Um pastor segundo o coração de Deus**. Rio de Janeiro, Textus, 2000.

SCHAEFFER, Francis A. **A Igreja no Final do Século XX.** Viçosa, Ultimato, 1995.

SHEDD, Russell P. **Disciplina na Igreja.** São Paulo, Vida Nova, 1989.

SHELLEY, Bruce L. **A Igreja: O Povo de Deus**. São Paulo, Vida Nova, 1989.

SNYDER, Howard A. **Vinho novo, odres novos**; vida nova para a igreja. São Paulo, ABU, 1997.

SPENER, Philip Jacob. **Mudança para o futuro**; *pia desideria*. Curitiba, Encontrão & São Bernardo do Campo, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1996.

STOTT, John R. W. **O perfil do pregador.** São Paulo, Sepal, 1997.

STOTT, John R. W. **Ouça o Espírito, ouça o mundo**; como ser um cristão contemporâneo**.** São Paulo, ABU, 1997.

13. Livros sobre a doutrina das útimas coisas:

BENTON, John. **Como pode um Deus de amor mandar pessoas para o inferno?** São José dos Campos, Fiel, 1997.

CLOUSE, Robert (org.). **Milênio**: Significado e interpretações. Campinas, Luz para o caminho, 1990.

ERICKSON, Millard J. **Opções contemporâneas na Escatologia:** um estudo do milênio. São Paulo, Vida Nova, 1986.

HOEKEMA, Anthony A. **A Bíblia e o futuro**. São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1989.

LEWIS, C. S. **O grande abismo:** um sonho. São Paulo, Mundo Cristão, 1983.

SHEDD, Russell. **A Escatologia no Novo Testamento**. São Paulo, Vida Nova, 1991.

SHEDD, Russell & PIERATT, Alan (eds.) **Imortalidade**. São Paulo, Vida Nova, 1992.